

PREFÁCIO

A ideia de publicar uma História da Revolução neste ano da graça parecerá o empreendimento mais pretensioso que se possa conceber. Estou bem ciente desse fato. Mas permitam-me expor os limites de minhas pretensões.

Não se trata, aqui, de um livro escolar, nem, estritamente falando, de um trabalho erudito. Teria sido impossível para mim me prender a qualquer programa educacional, e nunca sonhei, por outro lado, em mergulhar naquele oceano de Arquivos do Estado, cujas profundezas eu já havia sondado no curso de trabalhos de natureza bem diferente e de escopo mais restrito. Minha tarefa atual me ensinou a enorme quantidade de livros e documentos relacionados à Revolução que foram apresentados ao público no último meio século.

Revistas e sociedades foram fundadas com o único propósito deste estudo especial; mas dificilmente existe uma revista que não tenha contribuído largamente para o assunto. Histórias, monografias, biografias, que vão de volumes volumosos a livretos modestos, constituem uma magnífica "biblioteca revolucionária". Houve também quantidades de Memórias, Diários privados, Cartas, Notas, que reproduzem as palavras usadas por testemunhas oculares — testemunhas pertencentes a todas as classes e todos os partidos, de embaixadores estrangeiros a humildes camponeses de aldeia, dos "procônsules" do Terror aos "aristocratas" condenados à guilhotina, cujas vozes Pierre de Vaissière recentemente evocou para nós. Grandes obras oficiais estão neste momento em curso de publicação, ou perto de sua conclusão, como a enorme e valiosíssima coleção dos *Actes du Comité du Salut Public*, editada por M. Aulard, os *Cahiers* do ano de 1789, que estão aparecendo por toda parte, os *Procès-verbaux du Directoire*, no decorrer dos quais M. Debidour nos levará até o ano de 1799, e muitas outras obras que nos permitem comparar documentos oficiais com depoimentos privados. Devo confessar minha preferência pessoal por Cartas, documentos-tipo, se assim posso chamá-los, que sempre preferi às Memórias para meu próprio uso.

Sei que muitos dirão que, apesar de todas essas publicações, ainda estamos apenas à beira da investigação; isso não nego. Em proporção ao que resta a ser explorado, estamos de fato no começo, mas uma consideração do que já foi apresentado ao investigador me leva à convicção de que estou justificado em expor, como medida temporária, os pontos que já possuímos.

Não pretendo fazer mais do que isso. Há muitos leitores que não se aventurarão a embarcar neste labirinto de obras e documentos; meu desejo é oferecer a estes, tanto quanto possível, um resumo de tudo o que foi publicado, ao longo dos anos, sobre o assunto da Revolução, e familiarizá-los com as conclusões a que meus mestres e meus colegas de trabalho chegaram. Na Introdução de sua História Romana, o digno Rollin escreveu as seguintes palavras: "Não escondi o fato de que fiz muito uso do trabalho de outros homens...". Meu trabalho é feito do trabalho de outros homens, e se seus leitores o acharem interessante, peço-lhes que consultem as bibliografias, por demais escassas, colocadas no final de cada um dos meus capítulos, e, por justiça, atribuam o mérito do livro aos excelentes colaboradores ali nomeados.

Uma grande quantidade de sínteses profundas foi realizada no decorrer dos últimos vinte anos. Meu amado e talentoso mestre, Albert Sorel, escreveu a história diplomática da Revolução, e M. Arthur Chuquet, em uma série de volumes vivos e bem informados, nos deu sua história militar. M. Pierre de la Gorce está agora empenhado em traçar sua história religiosa. M. Alphonse Aulard dedicou um importante trabalho à sua história política, ou, para ser mais exato, à história da opinião sob a Revolução.

Meus leitores observarão que minha própria atenção se voltou mais especialmente para a história política. No entanto, não achei possível limitar-me apenas a isso, de acordo com a sugestão que me foi oferecida. É sempre perigoso na história separar fatos que inevitavelmente reagiram uns sobre os outros. História diplomática, história militar, história política, história financeira, história religiosa, história econômica, história social, história literária, não podem ser tratadas com segurança *ab abstracto*. Para citar apenas um exemplo, Taine, por quem, no entanto, minha admiração é inabalável, teria escapado de cair em mais de uma declaração exagerada se tivesse lido Albert Sorel. Este último escritor nos mostra a cidade sitiada; Taine muitas vezes descreveu apenas os gestos dementes dos cidadãos sitiados, desmoralizados ou exasperados, profundamente deprimidos, ou excitados ao ponto da loucura. Quem pode duvidar que o dever do historiador é postar-se na muralha da cidade ameaçada e observar tanto os sitiantes quanto os sitiados?.

Os limites prescritos para este volume não me permitiram entrar — além do que era necessário para sua preparação — nos detalhes de negociações e campanhas, nem nos das várias crises, financeiras, econômicas e sociais. Para garantir uma clara compreensão de certos fatos em nossa história política, e uma impressão final em conformidade com a justiça, foi suficiente nunca perdê-los de vista completamente.

Eu me esforcei, de fato, para ser justo. Nenhum homem atinge completamente esse fim. Mas, honestamente, posso afirmar com toda sinceridade e verdade, ao apresentar esta obra para o uso do público, que eu mesmo sou incapaz de detectar qualquer instância em que tenha distribuído injustamente elogios ou culpas. Abordei este assunto espinhoso sem quaisquer visões preconcebidas; em nove de cada dez casos, minhas opiniões sobre a Revolução mudaram, no decorrer do meu estudo, de uma maneira muito notável. É verdade que nunca me neguei o direito de revelar meu próprio sentimento sobre certas pessoas e certos eventos: indignação, piedade, admiração são às vezes componentes indispensáveis da justiça.

Errar é propriedade da humanidade, e os vários partidos, compostos por homens, todos erraram. Apontei loucuras, apontei também crimes. Num momento de crise tão terrível, tudo o que há de mais sujo numa nação vem à tona — "escória branca, escória vermelha", como disse Albert Vandal — e com ela toda a ferocidade bestial e paixão hedionda que jaziam insuspeitas nos corações dos homens. Daí as atrocidades que foram cometidas. E mais, em tais períodos, quando a super-excitação está no ar, atos de nobre heroísmo são realizados, e a estes, também, me referi.

Em janeiro de 1910, meu eminente amigo Albert Vandal inaugurou uma série de palestras sobre a Revolução Francesa, na qual tive a honra de participar. Ele então disse:

"Nossos palestrantes, tenho certeza, conseguirão se manter igualmente entre os dois extremos: eles não estão aqui para ministrar um curso de instrução sobre a Revolução, nem um curso de instrução contra a Revolução. Eles estão simplesmente prestes a considerar como historiadores eventos que pertencem à história... A Revolução foi comparada a um bloco. Além do fato de que a palavra não é particularmente agradável aos meus ouvidos, e que eu possa ter uma certa objeção pessoal a blocos em geral, acho que posso me aventurar a afirmar, sem medo de errar, que comparar a Revolução a um único

bloco é cair em um dos piores erros que qualquer Ministro ou homem de talento poderia cometer. A Revolução, longe de ter sido um bloco, foi provavelmente o fenômeno mais complexo que já existiu... Seus aspectos são simplesmente inumeráveis... Nossos palestrantes certamente revelarão essa excessiva complicação e espantosa complexidade de aspectos para suas audiências... Eles apresentarão os nobres impulsos e os frutíferos entusiasmos, o ganho para o progresso, o aumento da justiça e do avanço geral, que as poderosas convulsões da grande Revolução sem dúvida conquistaram para a França e para o mundo em geral. Eles chamarão a atenção para as más doutrinas, as ideias destrutivas, os excessos, as abominações, os crimes, bem como os feitos elevados...".

Eu aplaudi tais palavras então, e sempre as aplaudirei. Sob nenhum auspício melhor eu poderia ter colocado este trabalho do que sob os do grande historiador cuja perda agora lamentamos, e que tão cordialmente me encorajou a escrevê-lo. Fiz o meu melhor para seguir seus conselhos, e o espírito com que ele os deu.

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO - A FRANÇA DE 1789	
• CAPÍTULO	Página
• I. ANARQUIA PRÓDIGA -----	06
• II. O PROGRESSO DO CONHECIMENTO -----	10
• III. AS CLASSES E A CRISE 18 -----	12
• IV. O GOVERNO DE 1789 -----	16
• V. AS ELEIÇÕES E OS MEMORIAIS -----	19
PARTE I - A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE	
• I. OS ESTADOS-GERAIS, Maio-Junho de 1789 -----	24
• II. O CATORZE DE JULHO -----	26
• III. UM PAÍS EM DISSOLUÇÃO -----	28
• IV. A NOITE DE 4 DE AGOSTO E A DECLARAÇÃO, Julho-Outubro de 1789 -----	29
• V. AS JORNADAS DE OUTUBRO -----	32
• VI. A ASSEMBLEIA, OS CLUBES E A CONSTITUIÇÃO -----	35
• VII. A NACIONALIZAÇÃO DOS BENS DA IGREJA -----	37
• VIII. A REVOLTA DAS TROPAS E A FEDERAÇÃO -----	41
• IX. PAZ OU GUERRA? -----	44
• X. A CONSTITUIÇÃO CIVIL -----	48
• XI. A CRISE DA REVOLUÇÃO, Dezembro de 1790-Maio de 1791 -----	52
• XII. VARENNES -----	56
• XIII. OS TIROS NO CAMPO DE MARTE -----	59
• XIV. O FIM DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE -----	61
PARTE II - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	
• XV. UMA ASSEMBLEIA DE "ROMANOS" -----	65
• XVI. NARBONNE E A GUERRA -----	69
• XVII. O MINISTÉRIO ROLAND E A DECLARAÇÃO DE GUERRA -----	71
• XVIII. A QUEDA DO "GRANDE MINISTÉRIO", 20 DE JUNHO -----	74
• XIX. A QUESTÃO DA DEPOSIÇÃO -----	77
• XX. A QUEDA DO TRONO -----	80
• XXI. DANTON - A INVASÃO E OS MASSACRES -----	84
• XXII. VALMY -----	90
PARTE III - A CONVENÇÃO NACIONAL	
• XXIII. A "ASSEMBLEIA GIGANTE" -----	93
• XXIV. OS ATAQUES DOS GIRONDINOS, Setembro-Dezembro de 1792 -----	95
• XXV. A MORTE DO REI, Dezembro de 1792-Janeiro de 1793 -----	97
• XXVI. A TRAIÇÃO DE DUMOURIEZ -----	99
• XXVII. A QUEDA DOS GIRONDINOS, Abril-Junho de 1793 -----	100
• XXVIII. A INSURREIÇÃO NAS PROVÍNCIAS, Junho-Julho de 1793 -----	102
• XXIX. O GOVERNO DE SALVAÇÃO PÚBLICA -----	104

- **XXX. O PRIMEIRO TERROR**, Julho-Dezembro de 1793 ----- 108
- **XXXI. ROBESPIERRE E AS "FACÇÕES"**, Janeiro-Março de 1794 ----- 113
- **XXXII. A QUEDA DAS FACÇÕES** ----- 117
- **XXXIII. O REINO DA VIRTUDE**, Março-Julho de 1794 ----- 120
- **XXXIV. TERMIDOR** ----- 124
- **XXXV. A QUEDA DOS JACOBINOS**, Julho-Setembro de 1794 ----- 130
- **XXXVI. A FRANÇA NO ANO III** ----- 133
- **XXXVII. OS "VENTRES VAZIOS" CONTRA OS "VENTRES PODRES"**, Setembro de 1794-Setembro de 1795 ---138
- **XXXVIII. O TREZE VENDEMIÁRIO** ----- 144

PARTE IV - O DIRETÓRIO EXECUTIVO

- **XXXIX. O DIRETÓRIO E O PAÍS** ----- 147
- **XL. BARRAS, BABEUF E BONAPARTE**, Setembro de 1795-Maio de 1796 ----- 151
- **XLI. BONAPARTE APARECE EM CENA**, Maio de 1796-Março de 1797 ----- 154
- **XLII. OS CONSELHOS CONTRA O DIRETÓRIO**, Março-Agosto de 1797 ----- 158
- **XLIII. O GOLPE DE ESTADO DO FRUTIDOR**, Agosto-Setembro de 1797 ----- 161
- **XLIV. A SOCIEDADE SOB O DIRETÓRIO** ----- 166
- **XLV. BONAPARTE E O DIRETÓRIO**, Setembro de 1797-Maio de 1798 ----- 170
- **XLVI. FLOREAL. O DIRETÓRIO CONTRA OS ANARQUISTAS**, Maio de 1797-Maio de 1798 ----- 175
- **XLVII. PRADIAL. ÚLTIMO ESFORÇO DOS JACOBINOS**, Maio de 1798-Julho de 1799 ----- 177
- **XLVIII. O APELO AO SOLDADO**, Julho-Setembro de 1799 ----- 179
- **XLIX. O ADVENTO DE BONAPARTE** ----- 183

- **EPÍLOGO** ----- 188

INTRODUÇÃO: A FRANÇA DE 1789

CAPÍTULO I: ANARQUIA PRÓDIGA

"Um presente de Ano Novo para a França!" Estas foram as palavras de Necker. Em 1º de janeiro de 1789, espalhou-se a notícia de que, quatro dias antes, em 27 de dezembro de 1788, Luís XVI, tendo recebido o relatório de M. de Necker, decidira em Conselho pela convocação dos Estados-Gerais e concedera ao Terceiro Estado o dobro do número de representantes permitidos às duas ordens privilegiadas. Este foi o famoso *Resultado do Conselho* que, impresso em milhares de cópias, evocaria aplausos apaixonados de um extremo ao outro do país.

Por cento e setenta e cinco anos, o país nunca fora convidado a deliberar sobre seus próprios assuntos. E, ademais, a opinião geral, confirmada por esta concessão anormal de uma representação dupla ao Terceiro Estado, estava convencida de que desta vez o país estava prestes a deliberar como nunca antes. Não previra o Marquês d'Argenson, já no ano de 1750, que "os Estados-Gerais (se fossem convocados) não deliberariam em vão" e seriam "muito sérios de fato"? Uma emoção indescritível abalou todo o país. Necker foi apelidado de "o deleite da nação", o "rescrito divino" foi "banhado nas lágrimas" de vários funcionários, e um certo pároco o leu de seu púlpito para uma audiência de fiéis que estavam cheios de "um êxtase de admiração e gratidão". Cito cartas reais. Em Paris, o *Resultado* logo adornou todas as penteadeiras, e tanto a criada quanto a Marquesa discorriam sobre seu conteúdo com "emoção" ou se regozijavam com "alegria frenética".

Por que essa alegria universal?

Porque em um país onde todos — até os mais favorecidos — se sentiam oprimidos, todos imaginavam que isso era um vislumbre de liberdade. Porque em um país cujas instituições desgastadas não podiam mais funcionar sem irritar aqueles sobre quem trabalhavam, todos pensavam que isso significava o começo da reforma. E, em um sentido mais geral, porque uma sociedade nutrida pela filosofia e limitada pela anarquia despótica em meio à qual lutava, concluiu com deleite que agora "o Reino receberia uma Constituição!". Esta palavra, nada precisa em seu significado, abriu a porta para todo tipo de hipótese e, assim, proporcionou uma satisfação temporária a todas as aspirações.

A França não possuía uma "Constituição". Algumas poucas pessoas afirmavam que ela já tivera uma, mas há muito tempo desaparecera. Para dizer a verdade, a palavra Constituição não era entendida então como a entendemos agora. Ninguém, naqueles dias, pensava que uma Constituição implicava a concessão do que chamamos de instituições parlamentares: nunca se sugeriu que o Rei Clóvis tivesse sido auxiliado em suas funções governamentais por duas câmaras legislativas. Mas esta sociedade, governada por filósofos por três quartos de século, e insistindo que o próprio Deus provasse seu título para governar as almas dos homens, estava naturalmente disposta a indagar em virtude de que estatuto um homem deveria viver em Versalhes e "reinar como lhe aprouvesse". Rousseau havia colocado os "contratos" na moda, e considerava-se um fato evidente que a monarquia, em algum dia passado, devia ter feito um com a nação. Este contrato fora extraviado: outro tinha que ser produzido.

A população, de maneira mais simples, sentia que vivia não tanto sob despotismo, mas em anarquia, e que uma organização — que ela chamava de Constituição — não poderia ser senão um ganho.

Fundamentalmente, um instinto verdadeiro subjazia às teorias das classes altas e às aspirações dos humildes: o sentimento de que instituições que haviam sido justificadas nos velhos tempos não eram mais adequadas às condições presentes, e que os órgãos do corpo nacional estavam inaptos para desempenhar suas funções.

Um contrato existira, certamente; vários, na verdade — tácitos ou escritos.

Um contrato entre o Rei Capeto e a França, ou melhor, as Franças, que se haviam alinhado sob seu cetro. Esses filhos de Capeto — uma linhagem incomparável — não haviam sido apenas guerreiros temíveis por séculos. Suas espadas trouxeram liberdade, libertaram as Comunas dos pequenos nobres, libertaram as províncias dos grandes senhores. E quando essas espadas fizeram seu trabalho pela liberdade, foram usadas para executar a justiça. Os Capetos eram "Senhores Principais", mas também eram "Juizes Principais". O carvalho de Vincennes lançara sua sombra sobre a França, porque, dizia a tradição, o Rei, São Luís, sentado sob aquela árvore, dispensara justiça à viúva e ao órfão. E quando a França se tornou uma nação, seus reis, que haviam sido libertadores e juizes justos, também foram seus defensores contra o inimigo estrangeiro. Ora, por muitos anos, nenhum rei se mostrara em qualquer campo de batalha, e se o Rei, que não mais liderava em tempo de guerra, não era mais, nem o juiz de Vincennes nem o protetor das Comunas, o que era ele? O contrato era letra morta!

Rois qui de France porte corone d'or

Preudens doit estre et vaillant de son cors.

S'ainsi nel fet dont pert France son los

*Ce dist l'estoire, coronez est a tort.*¹

Assim dizia a canção em dias muito antigos.

Letras mortas também eram outros dois contratos, mais ou menos tácitos: aqueles entre o país e os grandes nobres e entre o país e os padres. Os primeiros deveriam defendê-lo com suas espadas, os segundos deveriam ajudá-lo com suas orações. Este duplo serviço deveria ser recompensado com privilégios e imunidades. Desde que os nobres se tornaram líderes medíocres em tempo de guerra — desde que um Chevert, um homem de sangue plebeu,

prestara melhor serviço que um Clermont-Tonnerre —, os privilégios da nobreza não tinham mais justificativa. E desde que prelados importantes eram vistos negligenciando o dever de intercessão pelo qual eram tão ricamente pagos, o terceiro contrato também estava cancelado.

Foi nesse sentido que a velha "constituição", que nunca fora posta por escrito, se tornara obsoleta.

O Rei era supostamente absoluto. Nada provoca mais facilmente o sorriso do estudioso do Antigo Regime do que as declamações contra "o despotismo do Rei". O Rei era, na verdade, o principal escravo de um sistema que ele podia desaprovar, mas que era impotente para modificar.

Ele era um Chefe oficial, de fato, mas também um Chefe escravo; escravo de sua Corte, de seu Ministério, da tradição, e seu anseio por liberdade era às vezes até maior que o de seus súditos. Se fosse um reformador por intenção, nada era mais difícil para ele do que fazer qualquer reforma. Se econômico por natureza, a tradição o forçava a espalhar ouro em todas as direções, e (a imagem de sua Corte, com sua extravagância e sua ganância faminta, estará na mente de todos os meus leitores) ele o lançava prodigamente em mãos estendidas — ou em saias de seda!

O que piorava o caos era que, sob ele que governava toleravelmente mal em Versalhes, as Províncias eram ainda pior governadas. Meus leitores não esperarão que eu entre no labirinto que a superposição de várias autoridades criara na França. Isso implicaria escrever um volume inteiro, cuja conclusão seria resumida em uma palavra, dita já no ano de 1750, uma anarquia pródiga. O privilégio do Rei, mal justificado, funcionava mal.

O campesinato, talvez, teria suportado essa anarquia, não fosse por duas coisas que não mais toleraria: a existência de privilégios e a situação financeira, que, em certa medida, era resultado destes.

Cerca de duzentos e setenta mil franceses supostamente possuíam privilégios.

A maioria destes detinha direitos feudais, seja em dinheiro ou em espécie. Estes nobres, que, em gerações passadas, haviam sido isentos de impostos como recompensa por serviço público, haviam se arrogado, como chefes de grandes empreendimentos agrícolas, todas as vantagens decorrentes dessas operações: direitos de *banvin*, *banalité*, *péage*, o monopólio do pombal, e assim por diante, e haviam imposto taxas: *cens*, *censives*, *carpot*, *champagne*, *terrage*, etc.² Agora, esses grandes senhores haviam cessado de dirigir empreendimentos agrícolas, não mais viviam em suas propriedades e as deixavam ser administradas de tal forma que seus direitos "trazem mais dano para aqueles que sofrem com eles do que lucro para aqueles que os desfrutam". Algum entendimento talvez pudesse ser alcançado com os "senhores", mas eles nunca estavam em casa: a Corte havia levado a nata da nobreza provincial. Seu absenteísmo certamente foi exagerado, mas, no entanto, uns bons três quartos dos grandes proprietários de terras nunca apareciam em seus próprios domínios. Humanos, até mesmo humanitários, como eram esses nobres, eles eram mais odiosos que seus antepassados, pois, sendo mais necessitados, as despesas que Versalhes lhes impunha os forçavam a ser mais exigentes: então o intendente no campo, que não era nem humano nem humanitário, espremia, e as criaturas espremidas gemiam.

E, ademais, outra coisa que começava a despertar o povo comum era o próprio princípio desses direitos, e aquela desigualdade em relação aos impostos, que era ainda mais sensivelmente odiosa a seus olhos do que a existência de direitos. Tão profundamente odiada era essa desigualdade que um *Cahier*³ — o de La Rochelle — pede igualdade na pena capital, queixando-se amargamente de que um homem é enforcado, enquanto outro é decapitado!

O clero, cuja posição era um tanto diferente, excitava uma ira quase igual. Consideraremos aqui apenas sua posição material (deixando sua mentalidade para ser examinada mais tarde). Havia algo entre 120.000 e 140.000 eclesiásticos: cerca de 20.000 a 25.000 monges, 60.000 a 70.000 padres seculares e umas 37.000 freiras.

Cento e trinta bispos governavam a Igreja da França; suas dioceses eram de tamanhos muito desiguais (1388 paróquias na de Rouen, dezenove na de Agde), suas receitas mais desiguais ainda. Uma diocese rendia a seu titular 400.000 libras por ano, e certas outras não valiam mais de 7.000 libras para seus bispos, conhecidos como os "bispos enlameados" (*évêques crottés*).

A mesma desigualdade marcava as receitas das várias abadias. St. Waast d'Arras, por exemplo, desfrutava de uma renda de 500.000 libras por ano, enquanto inúmeras pequenas casas monásticas tinham dificuldade para conseguir 6.000 libras.

Houve exagero quanto à riqueza da Igreja: M. de la Gorce, no notável estudo que publicou recentemente sobre a Igreja em 1789, nos dá a soma de 2.992.538.140 libras. Após um exame de diversos testemunhos, sinto-me obrigado a concordar com ele. A renda anual era de 85.000.000, mas esta era quase dobrada pelas taxas cobradas dos fiéis, que chegavam a cerca de 80.000.000 a mais.

Essas posses eram compostas de doações e legados, de centenas de anos, quase todos os quais haviam sido concedidos para um propósito definido — orações pelos mortos, assistência aos vivos. Mesmo em sua condição decadente, a Igreja estava realizando este trabalho em parte: as despesas do culto público, da instrução e da caridade absorviam uma grande proporção de sua receita. Mas com demasiada frequência, e por um período demasiado longo, o alto clero parecia ter esquecido, ou desprezado, os deveres ligados a seus benefícios. "A decadência" desta igreja, segundo M. de la Gorce, que ninguém pode suspeitar de visões anticlericais, resumia-se na "separação de duas coisas — a riqueza acumulada através da liberalidade dos fiéis, das obrigações piedosas com que tais dons eram encargados". Quantos beneficiários perderam de vista a natureza da fortuna "confiada a seus cuidados" e acabaram por considerá-la sua propriedade pessoal!

Tal estado de coisas tornava a própria posse da fortuna injustificável, e as imunidades desfrutadas por seus possuidores mais injustificáveis ainda.

E o dízimo era detestado: os Memoriais (*Cahiers*) enviados pelas "paróquias" que, como veremos, se mostrariam tão bravamente fiéis à Igreja, nos dias de sua proscrição, nos fornecem dezenas de provas do ódio despertado por essa taxa particular. Por muito tempo, a rebelião contra ela tomou a forma de processos judiciais: quando um prelado na Assembleia dos Notáveis, em 1788, definiu o dízimo como "a oferta voluntária dos fiéis", o Duque de la Rochefoucauld respondeu rispidamente: "Uma oferta voluntária contra a qual 400.000 processos estão em andamento na França!".

Ademais, este corpo rico não pagava impostos — tendo, de fato, se isentado em 1710. De tempos em tempos, oferecia ao Rei um "dom gratuito" (mas com o poder, que não deixava de usar, de recusá-lo). E, finalmente, a divisão das receitas da Igreja dentro de suas próprias fronteiras era um assunto

de ofensa e indignação. Um bispo, como um Rohan em Estrasburgo, espalhava ouro em todas as direções, mas um corpo inteiro de humildes párocos, 60.000 deles, passava fome, mais ou menos. O escândalo era aprofundado pelo fato de que esses padres rurais eram os homens mais meritórios da igreja (meus leitores deveriam ver o que o Cardeal Mathieu diz sobre este assunto em seu livro sobre o *Ancien Régime en Lorraine*); um pároco tinha 700 libras por ano, um cura 350, enquanto um prelado, muito inferior em piedade e moral, recebia suas 100.000, 200.000, ou talvez 400.000 libras por ano. Os membros deste proletariado eclesiástico não estavam de forma alguma atrás dos outros com suas queixas. Os católicos mais devotos ocasionalmente compartilhavam de seu descontentamento, e os "Libertinos" e Protestantes, naturalmente indignados com perseguições relativamente recentes, denunciavam com algum exagero toda a Igreja como uma Babilônia, onde a corrupção da riqueza transformara os sucessores dos Apóstolos de Cristo em grandes senhores com milhões à sua disposição.

Nobres e padres sofriam, aos olhos do povo duramente taxado, as consequências de sua imunidade. A distribuição injusta dos impostos exasperara os taxados: se cada homem tem que pagar, todos pagam com mais vontade. Embora os nobres agora pagassem a capitação e o imposto conhecido como *vingtième* (isto é, quando realmente os pagavam!), todas as pessoas privilegiadas estavam isentas de pagar a *taille*, e a *taille* era o mais insuportável de todos os impostos diretos. Os dois primeiros esfolavam o contribuinte, este último o sufocava de vez. Sobre uma renda de 100 libras, este imposto direto levava cinquenta e três, e era um imposto que podia se tornar cada vez mais pesado, pois com um governo que nunca desde os dias de Colbert fora capaz de economia, a nação, neste primeiro dia do ano de 1789, ainda estava sujeita a ser taxada como seus governantes quisessem. Para piorar, este imposto exorbitante era distribuído de forma injusta e arrecadado arbitrariamente; isso o tornava ainda mais cruel. "Um delírio de fiscalidade!", escreve um estrangeiro, para resumir suas impressões após uma viagem pela França. E o que mais o impressiona é a injustiça gritante que faz um homem comum pagar quatorze libras por seus quatro acres de terra, enquanto o nobre paga nove por seus doze acres!

Os impostos indiretos completavam o processo de esmagar os súditos de Sua Majestade. Meus leitores estão cientes do peso do monopólio do sal, a *gabelle* que, ainda mais que a *taille*, contribuiu para a Revolução de 1789. Odiosos também eram os *aides* ou subsídios, que, como no caso do imposto do sal, permitiam aos agentes do Rei exercer uma inquisição perpétua, a forma mais odiosa de tirania aos olhos dos camponeses — uma inquisição que se estendia de seus depósitos de pão a suas adegas, e os levava à fúria.

Sob o peso deste fardo duplo, triplo, quádruplo, as costas do camponês estavam curvadas: direitos feudais, dízimos da igreja, impostos reais, ele suportava quase todo o peso de todos eles. Em aparência, ele era de fato muito pobre. Mas não devemos nos deixar enganar completamente por isso. Por que prodígio de economia essas pobres criaturas conseguiram esconder de seus extorsionários os meios de comprar suas terras? Pois é um fato que desde o início do século XVIII o camponês vinha comprando a terra: quase um terço do solo da França já era detido por camponeses franceses, que certamente combinavam um gênio para a economia com seu desejo feroz de possuir terras próprias. Obras recentes lançaram uma luz notável sobre esta situação insuspeita. Mas esta situação, longe de satisfazer o camponês, apenas excitava suas aspirações. O que ele não poderia esperar alcançar, uma vez livre do fardo esmagador imposto a ele pelo Estado e pelas classes privilegiadas? Em seu caso, a demanda por igualdade era uma demanda legítima por meios de adquirir uma quantidade maior de propriedade fundiária.

Nas cidades, os pobres passavam fome: muito naturalmente, eles responsabilizavam o Rei e a Corte por isso, assim como iriam culpar a Assembleia Constituinte em 1791, e a Convenção em 1795.

Tanto na cidade quanto no campo, a população murmurava maldições contra o governo. Quando chegou o dia e foi convidada a se manifestar, houve gritos de raiva e miséria.

"Todo o problema", escreve Turgot a Luís XVI, "é causado pelo fato de que a França não tem constituição". Ele também (provavelmente não desejava uma constituição no modelo inglês) se referia a uma organização racional. Pois em 1789 não se tratava de um sistema ruim; não havia sistema algum.

Um dos últimos Ministros sob a Monarquia, à beira de sua queda, dirigiu um relatório ao Rei que valeria a pena citar aqui em sua totalidade.

"A França", assim diz sua passagem principal, "é um reino composto por estados e países separados, com administrações mistas, cujas províncias nada sabem umas das outras, onde certos distritos estão completamente livres de encargos cujo peso total é suportado por outros, onde a classe mais rica é a menos taxada, onde o privilégio desequilibrou tudo, onde é impossível ter qualquer regra constante ou vontade comum: necessariamente, é um reino muito imperfeito, cheio de abusos e, em sua condição atual, impossível de governar".

Quem escreve estas palavras? Um ministro da classe média? Um reformador? Turgot? Necker? Não! Um membro da classe privilegiada, o Conde de Calonne, esclarecido pelos dois anos que acabara de passar no cargo!

E esta "anarquia pródiga" parece ainda mais intolerável, porque, graças ao "progresso do conhecimento", as mentes dos homens estavam se livrando cada vez mais do jugo da tradição.

¹ *O Rei que usa a coroa de ouro da França deve ser prudente e um homem de valor. Se ele não o for, a França perde sua honra, e a história diz: ele foi coroado indevidamente.*

² **Banvin:** O direito desfrutado pelo senhor do feudo de vender seu próprio vinho na paróquia, com exclusão de qualquer outra pessoa, por um período definido a cada ano, que variava de acordo com o costume local. **Banalité:** O direito do proprietário feudal de impor o uso de certas coisas dentro do raio de sua propriedade e cobrar uma certa quantia por esse uso. Assim, havia fornos nos quais todos eram obrigados a assar pão e pagar por isso. **Péage:** Um pedágio sobre todo o gado ou mercadoria transportada através das terras de um proprietário feudal, e aplicado à manutenção de estradas e pontes. Também um pedágio pago pelo direito de atravessar vaus e pontes. **Redevances:** A expressão usada para descrever todas as somas de dinheiro, todas as contribuições em espécie, todo o trabalho ou serviço, militar ou não, devido ao proprietário feudal por seus vassalos. **Cens:** A soma específica

paga por todo homem que possuía terras dentro dos limites de uma propriedade feudal ao proprietário dessa propriedade. *Cens*, naqueles dias, expressava muito o que nossa palavra "aluguel" transmite agora. **Censives:** Para os propósitos deste capítulo, pode-se dizer que *censive* significa os pagamentos especiais com os quais uma fazenda ou propriedade rural específica poderia ser sobrecarregada. **Carpot:** Uma reivindicação sobre os frutos produzidos pelos pomares em uma propriedade feudal. **Champage:** Taxas pagas na delimitação das fronteiras de uma fazenda. **Terrage:** Taxas cobradas sobre várias colheitas. Quando um campo de trigo era ceifado, o senhor feudal tinha direito a um feixe de cada dez.

³ Os *Cahiers* eram documentos que apresentavam queixas, redigidos pelas várias paróquias a convite do rei, e confiados aos deputados eleitos para os Estados-Gerais em 1789. Ver Cap. V.

CAPÍTULO II: O PROGRESSO DO CONHECIMENTO

A tradição era a própria alma do sistema, sua única justificação e apoio: não havia possibilidade de um sobreviver ao outro. O camponês estava em um estado de miséria, não maior (talvez até menor) do que o de um século antes. O artesão muitas vezes passava fome — não mais vezes do que cem anos antes. Os privilégios eram exorbitantes — mas não mais exorbitantes do que então. E, de certas maneiras, o poder governante parecia ser mais forte do que fora. Mas a tradição deixara de sustentar o edifício. Os filósofos haviam minado suas paredes e logo as derrubariam. O sistema, como acabamos de ver, era um corpo mal construído, mas, acima de tudo, era, e fora por anos, um corpo do qual a alma estava se esvaindo. Como, então, poderia ter continuado a viver?

"Foi culpa de Rousseau! Foi culpa de Voltaire!". As pessoas zombaram dessa fórmula. Mas sua única fraqueza é ser exclusiva demais. Foi "culpa" de muitos outros homens e de muitas outras coisas, mas não é menos verdade que, quando a Revolução conferiu honras quase divinas, primeiro a Voltaire e depois a Rousseau, reconheceu seus colaboradores.

Em meio a tantas *Confissões* da época, abramos as de Mme. Roland. Por que esta filha de um burguês cético e sua esposa piedosa é uma devota daquela Revolução, da qual, a meu ver, ela encarna em sua própria pessoa toda a grandeza e todos os erros? Ela nasceu em 1754. Montesquieu estava perto do fim. Voltaire estava estabelecendo sua "realeza", destinada a permanecer inquestionável a partir de então, em Ferney, e concluindo sua aliança com d'Alembert contra "a infame". Duclos, que foi eleito secretário permanente poucas semanas após seu nascimento, instalaria a "filosofia" na casa de Richelieu, onde d'Alembert acabaria por tomar seu lugar: 1754 também foi o ano em que Diderot, em sua *Interpretação da Natureza*, deu sua adesão final ao ateísmo, o ano da publicação do terceiro volume da *Enciclopédia*, cuja existência estava agora assegurada pelos bons ofícios de M. de Malesherbes, Diretor da Biblioteca: o ano durante o qual Jean Jacques Rousseau escreveu seu *Discurso sobre a Desigualdade*. Cada um dos dez anos seguintes registraria algum sucesso para a "filosofia", e durante esses dez anos (se excetuarmos Sieyès e Mirabeau, nascidos em 1748 e 1749) os homens que seriam os artífices da Revolução viriam todos ao mundo: Brissot em 1754, Lafayette em 1757, Mounier em 1758, Robespierre, Vergniaud e Danton em 1759, Desmoulins em 1760, Barnave em 1761 — para mencionar apenas os mais importantes. Destaquei especialmente esta pequena Manon Phlipon, destinada a se tornar a Cidadã Roland, porque, nascida naquela data profética, ela se detém longamente sobre os autores que formaram sua mente: depois de Corneille, que a fez romana, e Plutarco, que a fez espartana, vieram Voltaire, Holbach, Helvetius, Diderot, d'Alembert, Raynal e, por último e acima de tudo, Rousseau. "Eu o li tarde demais, e foi bom para mim; ele teria me enlouquecido, eu nunca teria lido mais nada!".

E os livros que esta jovem lia são os livros lidos por toda a sua geração, de Robespierre a Desmoulins, mas também do Abade Grégoire ao Marquês de Lafayette. Filhos e filhas de grandes nobres, ou de pequenos burgueses, todos beberam da mesma taça.

Seria interessante, neste ponto, fazer uma nova tentativa de consideração desta fascinante questão, e mais uma vez notar sua relação com a teoria do "Discípulo". Quando os professores se chamam Montesquieu, Voltaire e Rousseau, e seus discípulos Robespierre, Danton e Brissot, o estudo é muito atraente. Desconfiando de fórmulas, decidi fazê-lo novamente. Rastreie a destruição de ideais ao longo do século e, para minha satisfação pessoal, reconstitui cada um dos vinte homens que foram os protagonistas do grande drama que durou de 1789 a 1799, nos ambientes morais e intelectuais em que cresceram. Cada um deles carrega a marca da mesma filosofia — uma filosofia puramente destrutiva, diga-se de passagem.

Tal influência implica mais de uma consequência. A Revolução, preparada e provocada por homens de intelecto e escritores que se acreditavam pensadores, estava impregnada das ideias que haviam governado a "república das letras" nos últimos cinquenta anos: dogmatismo ideológico, classicismo, cosmopolitismo, humanitarismo, anticristianismo e um filosofismo destrutivo de toda autoridade.

A Revolução, portanto, deveria ser ideológica e dogmática. Ouçamos as palavras do último dos filósofos, destinado a sentar-se em duas assembleias revolucionárias, que, muito antes de 1789, pronunciou o seguinte: "Uma boa lei deve ser boa para todos os homens, assim como uma proposição é verdadeira para todos os homens". O erro capital de toda a Revolução reside no dogma assim proclamado por Condorcet: este matemático está completamente perdido. Ele e seus correligionários, que nada sabiam da verdadeira sociologia, que tem seus fundamentos na psicologia, provam-se aqui ainda mais ignorantes da história.

Teria sido inútil dizer-lhes isso! Eles lhe serviriam Atenas, Esparta e Roma. Por séculos, Plutarco, com seus falsos gregos e falsos romanos, vinha nos iludindo, e todos esses homens — filósofos e seus discípulos — estavam tão intoxicados pelo classicismo que a Revolução deveria ser realizada em nomes, repetidos e aclamados mil vezes, de Harmódio, Leônidas, Graco, Bruto e Catão!

Ela deveria ser realizada, também, em nome de leis estrangeiras. Mme. Roland descobriu que tinha uma "alma cosmopolita". De Berlim e São Petersburgo, de Genebra e Haia, ainda mais de Westminster e, acima de tudo, da Filadélfia, os filósofos trouxeram de volta um gosto pela novidade. Washington e Franklin foram chamados Bruto e Catão. Isso era mais do que suficiente. Eles agitaram as mentes dos homens e semearam um fermento dentro delas. O século XVIII preparara o caminho, aclamando tudo o que, aos olhos dos inovadores, tinha uma qualidade soberana: não era francês.

Este cosmopolitismo se alimentava do humanitarismo. O "Homem" apareceu em cena: o "Homem Bom" que tocava todos esses corações, "intoxicados de filantropia", como diz um escritor. E o "Homem", nesta primeira aparição, era um ser fraternal — este movimento, que poderia ter sido de reforma puramente local, tornou-se revolucionário ao excesso, no esforço de libertar a "Humanidade". No que diz respeito às suas fórmulas, permaneceu sempre impregnado de "ternura". E daí a inclinação, geral em 1789, indicada pelo seguinte incidente: quando, em janeiro daquele ano, Bouillé apontou o perigo iminente a Necker, o ministro, que não negou o fato, observou que "devemos contar com a virtude da humanidade". Toda uma escola de políticos viveu dessa doutrina, destinada a levá-los dos bancos da Assembleia Constituinte aos degraus do cadafalso.

Se o Homem é bom, não pode ser ruim que ele se governe: a palavra "República", tomada em seu sentido mais amplo, soava agradavelmente aos ouvidos sensíveis, nos quais, ademais, ressoava o louvor das virtudes das "antigas repúblicas". Embora ninguém, ou quase ninguém, pensasse, em 1789,

em estabelecer a República como instituição, Danton estava certo quando exclamou: "A República estava nas mentes dos homens pelo menos vinte anos antes de ser proclamada!". Um sentimento antimonárquico definido surgira, crescera e se espalhara ao longo do século: M. Rocquain dedicou uma obra de autoridade (que deve ser consultada por meus leitores) a *O Espírito Revolucionário antes da Revolução*. "Um vento antimonárquico", escreveu d'Argenson já em 1751.

Um vento anticatólico, também! Que utilidade há em recordar aqui a campanha de sessenta anos contra "a infame"? Ela progredira da indiferença elegante de Montesquieu ao ódio ao cristianismo que nem Helvetius nem Holbach escondiam. Uma conjuntura ameaçadora, quando lembramos que a Igreja sempre fora o pilar mais forte da monarquia francesa. O trono do Rei Cristianíssimo — mesmo quando o Rei Cristianíssimo fora um cristão muito pobre — sempre dependera do altar para seu apoio. Se o altar tremesse, o trono permaneceria? Trono, altar, autoridade de todo tipo, estavam de fato completamente minados no ano de 1789.

Seria este estado de coisas exclusivamente obra dos filósofos e homens de letras do século? Qualquer afirmação desse tipo seria absurda. Esses homens não criaram o espírito clássico: ele existia antes deles, mas eles o levaram a um extremo maior do que qualquer outro. Eles não inventaram a Constituição Britânica e (embora este ponto possa ser menos incontestável) não incitaram os colonos americanos à revolta: mas importaram o espírito do Parlamento de Westminster e elogiaram a Declaração da Filadélfia. Eles não foram os criadores da "sensibilidade" humanitária, mas super-excitaram essa "sensibilidade". Eles não foram os primeiros a conceber o espírito de crítica e rebelião — já que d'Argenson, mesmo em 1751, percebeu a possibilidade de uma revolução — mas a ideia de tal revolução se ampliou e se espalhou de um pequeno grupo para toda uma geração, porque a filosofia abalara o respeito antiquado pela tradição e autoridade. Tampouco foram os inventores do ateísmo, visto que um pequeno grupo de pessoas o professava mesmo em 1715, mas conquistaram as classes dominantes, e até mesmo a pequena burguesia, para a doutrina.

A população não lera Rousseau, nem Voltaire, nem a *Enciclopédia*, e, no entanto, a população murmurava e, às vezes (houve sérios motins nos dias de Luís XV), até se revoltava. Mas o motim ainda era enfrentado por um poder soberano que não fora minado, e essas insurreições, novamente, não eram lideradas por tribunos e chefes como a nova geração de burgueses logo forneceria, homens sem cuja ajuda nenhuma rebelião poderia ter se tornado uma revolução geral. Quem, senão os filósofos, embotou a autoridade, desarmou as classes privilegiadas e encheu a jovem burguesia com o espírito revolucionário? Quer sejam amaldiçoados pelos inimigos da Revolução, quer glorificados por seus apoiadores, sua responsabilidade é incontestável.

A Revolução, como vimos, foi o resultado de realidades: mas não se pode negar que sem a ajuda do "iluminismo", ela não poderia ter surgido.

CAPÍTULO III: AS CLASSES E A CRISE

A Revolução seria muito mais do que um movimento político: todas as classes da nação sentiriam o impacto: nobres, cidadãos, padres, camponeses, artesãos, seriam colocados face a face. Por que alguns seriam vencidos e outros vitoriosos, alguns enganados e outros escravizados? Em 1789, o segredo do futuro residia na situação e na atitude mental de cada uma dessas classes e na da nação como um todo.

A nobreza, que o Rei da França, por um paradoxo histórico, se esforçou para apoiar no momento de sua queda, não lhe deu nem um exército nem um estado-maior; seu séquito era nulo, e ela própria, incapaz.

Isso seria uma afirmação dura se fosse tomada em seu sentido mais desfavorável. À aristocracia não faltava inteligência; alguns de seus membros fariam uma figura brilhante na Assembleia Constituinte, e as centenas de "Cartas de Aristocratas" que Vaissière contribuiu para esta investigação, para nossa grande sorte, provam que a maioria, grandes e pequenos, era dotada de um espírito delicioso, manifestado em um estilo epistolar muito elegante.

Mas incompetente ela era — quero dizer, inapta para se defender como corpo, e incapaz de chegar a um acordo razoável no momento certo. Richelieu — completando um trabalho que os Reis da França vinham realizando por séculos — deliberadamente rebaixara os caracteres dos descendentes dos guerreiros medievais: Luís XIV seguiu na mesma linha. Esses homens foram desabitutados da energia, e tomou-se o cuidado de não treiná-los na política; foram tão curvados que alguns deles preservaram e não conseguiram se livrar da atitude física de obediência.

Curvados como estavam pela prática hereditária, eram incapazes de resistir à tempestade.

E, ademais, Luís XIV, depois dos Reis Valois de St. Germain, os arrancara do solo, e literalmente os desenraizara — a árvore que não tem raízes não pode resistir ao furacão. A aristocracia francesa tirara sua força do solo da França, de onde brotara: esses líderes de operações pastoris, esses mestres de grandes famílias agrícolas, haviam abandonado seus empreendimentos rurais e seus ambientes bucólicos: filhos do solo, haviam, por isso, perdido sua força — como o gigante Anteu era inconquistável até que Hércules o separou de sua mãe, a Terra. Foi o que Luís XIV fez quando insistiu imperiosamente que seus nobres vivessem em Versalhes. Então, os membros da família agrícola perderam de vista seu chefe e, conseqüentemente, perderam também sua afeição por ele. E quando, em sua hora de perigo, ele buscou o exército de seus antigos "clientes", os encontraria todos alinhados contra ele. A única desculpa possível para sua incrível apatia, ou indescritível perplexidade, deve ser encontrada em seu senso de sua própria impotência.

Curvados e desenraizados, esses cortesãos, como tantos outros, também foram afetados pela doença de seu século. Já disse em outro lugar que a filosofia fizera as armas caírem de mãos já muito refinadas — os descendentes de barões valentes, como Bouchard de Montmorency, Foucauld de la Rochefoucauld, eram leitores, amigos, admiradores, discípulos de Voltaire, Diderot, d'Alembert e Rousseau.

O novo ensinamento se imprimira nas mentes desses homens de nobre nascimento mais profundamente do que em quaisquer outros. Alguns haviam perdido toda crença religiosa e admitiam o fato: outros, inconscientemente, haviam perdido toda fé na monarquia: quase todos haviam perdido a fé em seus próprios direitos. Em um livro delicioso intitulado *Gentilshommes libéraux et démocrates*, M. de Castellane agrupou as figuras mais marcantes entre os nobres daquela época — Liancourt, Laroche foucauld, Virieu, Castellane, Lally-Tollendal, Clermont-Tonnerre. Esta pequena obra deveria, por si só, ser suficiente para nos esclarecer tanto sobre a generosidade quanto sobre a vaidade de sua atitude mental. A Revolução, para eles, significava uma rebelião contra o "despotismo" dos Reis e o "fanatismo" dos padres. Quando em 1791, a Revolução se voltou contra eles, levantaram mãos espantadas ao Céu: Clermont-Tonnerre chorou, Virieu praguejou, Liancourt tentou levantar tropas para o Rei — tudo muito tarde.

Dividida em dois grupos, um pronto a ceder demais, e o outro relutante em dar o suficiente, com sua fé abalada pelo espírito da época, despojada de todo séquito pela política de seus reis, e degradada pelas necessidades da vida na Corte, a generosa e polida aristocracia da França só poderia morrer nobremente — se é que a morte que morreu foi a mais nobre.

Na falta desta nobreza enervada, poderia se depositar alguma confiança no clero? Menos ainda, talvez! Pois aqui o inimigo estava dentro do forte, e o próprio forte em ruínas.

"A Igreja precisa não de grandes nomes, mas de grandes virtudes!" Assim Massillon, no início do século, exortou o poder governante. Ele não deu ouvidos: com demasiada frequência, nos avisos de promoção, encontramos as "grandes virtudes" sacrificadas aos "grandes nomes".

Havia, de fato, alguns prelados muito excelentes em 1789, e lamento não poder, como M. de la Gorce e o Abade Sicard, nomeá-los aqui e garantir-lhes a estima que merecem. A desvantagem de resumos como este é que sua própria concisão os torna às vezes injustos. E embora houvesse alguns exemplos muito escandalosos de Eclesiásticos em altos cargos, a maioria era simplesmente medíocre de alma e intelecto. Frequentemente, de fato, alma e intelecto estavam amplamente divididos. Quando Luís XVI nomeou Bonnal para a diocese de Clermont e Boutteville para a de St.-Flour, ele disse, com um sorriso: *"Je viens d'envoyer le Saint-Esprit en Auvergne; le Saint à Clermont, et l'Esprit à St.-Flour."*⁴

A maioria era medíocre, como eu disse. É humilhante para a Igreja de 1789 que, no interessante quadro de sua condição naquele período, traçado pelo Abade Sicard, ele consiga nomear apenas quinze prelados realmente virtuosos entre os 130 então em exercício. E ele é forçado — pois sua imparcialidade é notável — a marcar Rohan, Loménie de Brienne, Jarente, Talleyrand e seus semelhantes, com a infâmia que merecem. A maioria dos *hauts abbés* não era melhor, embora tivessem a desculpa de que, sendo na maioria *commandataires*, não eram padres, de qualquer forma.⁵

O clero inferior via seus superiores de má reputação com raiva, ciúme e vergonha. Por anos, esses párocos, filhos do povo e crentes profundos, salvo em uma minoria muito pequena de casos, vinham absorvendo o espírito democrático, porque eles também se tornaram imbuídos, em certa medida, do espírito da filosofia.

Este clero inferior era todo a favor de inovações. Este ponto é de capital importância, pois a tendência era dirigir o resultado final e provocar o triunfo do Terceiro Estado, quebrando a oposição das classes privilegiadas.

Nenhuma afirmação é tão valiosa quanto um pequeno fato: permitam-me citar este, de M. de la Gorce: a descoberta em Périgord de duas listas de assinantes da *Encyclopédie*, nas quais vinte e quatro dos quarenta nomes são de párocos. Por que os padres de Périgord assinariam a *Encyclopédie* mais geralmente do que os de uma vintena de outras províncias? Neste caso, a generalização pareceria bastante permissível, e não nos surpreenderemos ao saber que o digno Abade Barbotin, cujas cartas foram publicadas recentemente, tinha o hábito de ler seu Mably.⁶ Mesmo o próprio Rousseau não ofendia a todos eles; alguns desses padres teriam de bom grado aceitado o Vigário Saboiano como seu cura.

O regime não era de seu agrado. Bispos e monges que eram ricos demais, e párocos que mal tinham o suficiente para viver: e como esses prelados (o Cardeal Mathieu cita mais de um caso desse tipo na Lorena), muitas vezes tão cortesês e generoso no grande mundo, ocasionalmente tratavam seu clero diocesano com grande severidade, os padres mais humildes estavam extremamente prontos em 1789 a se unir a um movimento para o qual sua origem, seu curso de leitura e suas próprias queixas haviam preparado o caminho.

Nas eleições de 1789, os veremos muito inflamados contra seus bispos. "São esses *sacanas de padres* que serão nossa ruína!", escreve d'Antraigues em maio daquele ano. E, de fato, foram "esses *sacanas de padres*" que tornaram a Revolução uma possibilidade. Enquanto seus bispos, incertos, como tantos membros das classes privilegiadas, quanto à validade de seus direitos, e embaraçados por suas vestes violetas, podiam lutar mal por sua própria causa, "esses *sacanas de padres*" arregaçariam suas batinas de pano grosseiro e marchariam mais ferozmente, às vezes, do que os próprios burgueses, ao assalto do "privilégio". Foram os padres que garantiram o triunfo do Terceiro Estado, e em sua companhia nos aproximamos agora do acampamento dos vencedores de amanhã, os burgueses.

"O que fez a Revolução?", disse Napoleão um dia. "Vaidade! A liberdade não passava de um pretexto!" As palavras são brutais demais e, até certo ponto, injustas, mas não completamente. M. Faguet demonstrou em algumas páginas marcantes que a Revolução de 1789 foi muito menos uma rebelião contra o despotismo do que uma rebelião contra a desigualdade. Nesse aspecto, sua natureza era muito mais social do que política. Evidentemente, algumas mentes nobres na classe burguesa foram impulsionadas simplesmente por seu culto à liberdade, como, por exemplo, Mounier, um exemplo perfeito da esplêndida classe média francesa; mas ele foi um dos primeiros a descobrir que fora enganado por este "pretexto". Burgueses liberais eram poucos e raros: burgueses exasperados eram legião. Os burgueses ambiciosos marcharam à frente de seus companheiros. Eles gritavam "Viva a Liberdade!", mas eram franceses — nenhum francês se acredita livre a menos que tenha poder. No fundo, quase todos queriam igualdade para seu próprio benefício.

Rivarol e Chamfort, pertencentes a dois campos opostos, contribuem cada um com uma inesperada justificação da mordaz tirada de Napoleão: "Não foi o despotismo que irritou a nação", diz um, "mas o preconceito da nobreza". E o outro usa quase as mesmas expressões.

Então, novamente, a geração mais jovem da classe burguesa lera os melhores autores tanto, e até mais, do que a aristocracia. Já mencionei os livros lidos por Marie-Jeanne Phlipon e afirmei que as mesmas obras foram estudadas por Robespierre, Brissot, Danton, Barnave e Desmoulins. Eles adoravam esses escritores, que serviam à causa de seus próprios ressentimentos e que, clamando como Rousseau por igualdade, alimentavam seu orgulho legítimo. Os fatos de que Marie Phlipon, convidada para a casa de uma dama de estirpe, fora entretida com sua mãe na sala do mordomo, e que Barnave vira sua mãe ser rudemente empurrada de lado em um teatro por algum nobre insolente, foram incidentes decisivos que deixaram uma raiva inapaziguável em seus corações. Muitos daqueles cuja fúria foi a mais terrível viveram muito perto da aristocracia, sofreram com seu desprezo e com aquela condescendência que, para uma alma amargurada, era ainda mais insultante. Carrier fora mordomo da família Miramon em Auvergne. Em 1789, esses homens estavam em estado de exasperação: Sieyès chama os nobres de "Cartouches". E, de fato, os homens de 1789, com poucas exceções, cheios de sua "boa cidadania", só ansiavam pela igualdade para que pudessem alcançar o poder: pois — e esta é a segunda característica de importância no período entre 1789 e 1799 — eles eram tão antidemocráticos no fundo quanto os homens poderiam ser, e seu sentimento pelas massas não era nada além de uma mistura de desprezo e medo. "O tipo perfeito do burguês de 89", escreve M. Meynier de la Revellière, "combinando ódio aos nobres com desconfiança da turba!". Veremos esses homens em ação, então não preciso insistir.

Mas esses burgueses tiveram, por necessidade (durante os meses históricos do inverno de 1789 e as semanas da campanha eleitoral), que cortejar as classes humildes, e os camponeses, acima de tudo. Então, eles se puseram a atizar seu descontentamento e a induzi-los a expressá-lo.

Este descontentamento era, de fato, muito grande. Falei — quando descrevi sua condição material — das queixas dos camponeses. Eles se importavam pouco com a liberdade; não tinham sonhos de Westminster e suas duas Câmaras, nem de uma constituição "republicana" como a da Filadélfia. Seu desejo era se livrar dos direitos feudais e da tributação esmagadora, e também, como já mostrei, ver o reino constituído de uma maneira melhor. Que poder restritivo havia sobre eles? A fidelidade dos vassalos a seus senhores? A ausência dos senhores a matara. A religião? Eles eram católicos, sem dúvida, e provariam isso mais tarde, mas o dízimo era um fardo insuportável. E em dois de cada três casos, como sabemos, o pároco não estava muito inclinado a deter os braços levantados que, mesmo em janeiro de 1789, começaram a ameaçar o Castelo.

"Libertar a terra!" — essa era a única aspiração do rústico. Se o Rei os ajudasse nisso, ele seria seu "bom Rei", e a terra, uma vez liberta, em agosto de 1789, eles não pediram mais nada. Quando a Revolução se desgraçou a seus olhos, pelos excessos do "Terror", pelo triunfo dos vadios em cada aldeia, pela emissão de papel-moeda ruim e pela proscrição de seus párocos, os camponeses se voltaram para qualquer autoridade forte que parecesse provável de dar paz à nação e garantir os benefícios sociais e civis conquistados pela Revolução; quanto às liberdades políticas, estavam muito prontos para sacrificá-las.

Por enquanto, a burguesia, entre janeiro e abril de 1789, deixou de lado seu orgulho secreto e conseguiu despertar o interesse dos camponeses em seu próprio triunfo. O programa de 1789, como veremos, foi o resultado de uma coalizão, acordada pelas duas classes, entre as aspirações de uma e as ambições da outra.

Mas ainda mais habilmente a burguesia usou a miséria (da qual, de fato, uma visão exagerada não deve ser tomada) dos habitantes da cidade para seus próprios fins. A maioria desses habitantes eram artesãos honestos que, como o sapateiro de La Fontaine, se contentariam com muito pouco: "Grégoire" canta, não guarda nada e seria feliz o suficiente se não fosse arruinado pelas festividades. Mas em 1789, "Grégoire" estava com muita fome (refiro-me à

classe mais baixa), e por isso ele culpava o sistema de governo: quando algum burguês — um advogado, como Danton, ou um médico, como Marat, ou um jornalista como Desmoulins — atiçava sua amargura, era fácil levá-lo contra Bastilhas ou palácios. Se necessário, era igualmente fácil reforçar os trabalhadores dos Faubourgs com canalhas de baixa estirpe, remanescentes de bandos outrora liderados por Mandrin e seus semelhantes, e assim criar o exército sem o qual a eloquência de Barnave, em 1789, ou de Vergniaud, em 1792, nunca poderia ter prevalecido. Repetidas vezes eles tentaram se levantar (consulte M. Rocquain sobre isso), sempre foram subjugados. Eles passaram fome por um século. Então veio aquele terrível inverno de 1788-1789, que matou as pobres criaturas de fome e frio. E então, acima de tudo, como um escritor do ano de 1789 disse, "a espada tendo escapado das mãos do Rei", a população se viu diante de um poder desarmado, que permitiu que fortalezas e castelos caíssem em suas mãos.

A burguesia, que triunfara graças ao apoio que lhe fora dado pelos camponeses nas eleições de abril de 1789, usaria os trabalhadores para arrombar as portas das Bastilhas do Rei.

A nobreza e o clero superior, incapazes de se defender, esperavam que o Rei o fizesse por eles. Poderia o Rei fazê-lo? Por mais de um século, o trono não professara nenhuma doutrina e, conseqüentemente, nenhuma política. Embora a Monarquia Francesa se proclamasse absoluta, cedera, de tempos em tempos, a seus próprios Parlamentos, sem nunca ter sabido a extensão exata de seus "direitos" em relação a si mesma, e sem nenhuma informação melhor, de fato, sobre os "direitos" desfrutados pelos "Estados" do reino, em caso de sua convocação.

Desde sua recusa à "oferta de Colbert", da qual M. Ernest Lavisse deu uma definição tão notável, a monarquia não possuía nenhuma doutrina administrativa e financeira, nem nenhuma doutrina política. E se a anarquia material assolava o país, a anarquia moral reinava na doutrina governamental.

Nem o trono tinha qualquer doutrina social. De que classe dependia? Por um longo período, como mostrei, apoiara-se nas Comunas. E em 1789, as Comunas esperavam que esta aliança pudesse ser renovada. Claramente, desde os dias de Luís XIV, o Rei, "o primeiro nobre de seu reino", dependera de seus nobres: no entanto, toda a sua política, herdada de seus ancestrais, tendia a confinar essa nobreza dentro dos limites de uma mediocridade que a enfraquecera. As funções ministeriais eram concedidas de preferência, desde o tempo de Colbert até o de Necker, a membros da classe média, embora um discreto desprezo por eles fosse sempre demonstrado. De modo que o Rei se apoiava em uma aristocracia que fora deliberadamente enfraquecida e governava através de uma burguesia que desprezava.

Em 1789, nenhuma solução para os problemas sociais e políticos da época fora considerada pelo Governo de Versalhes, nem mesmo hipoteticamente. Ele marchava para o abismo, "com a coroa sobre os olhos", como expressa Rivarol.

O Rei convocara os Estados e concedera ao Terceiro Estado uma representação dupla. O que isso significava? Se as Ordens votassem coletivamente, qual era a utilidade da inovação? Votariam então como indivíduos? Luís XVI não sabia, nem seu ministro. O que os Estados-Gerais teriam permissão para fazer? O que lhes seria proibido? Ninguém sabia. Os privilégios seriam defendidos? Seriam abandonados? Ninguém podia dizer. Medidas repressivas seriam tomadas em caso de necessidade? Ninguém sabia — e, acrescentarei, tomar tais medidas se tornara impossível.

Pois, como sempre acontece sob um governo sem rumo, a arma que tremia em sua mão incerta o traiu no final. Este governo sem uma teoria de governo se viu privado, nesta hora crucial, daquele recurso supremo da autoridade imprevidente e em perigo: a força armada.

"O Rei não tem força de espírito e carece da força das baionetas", escreveu um deputado do Terceiro Estado em 8 de julho de 1789.

As baionetas vinham vacilando nas mãos dos soldados, e as espadas nas de seus oficiais, desde o início do século. Quando, no final do ano de 1788, o Rei pensou por um momento — antes de parabenizar Mounier — em reprimi-lo e a seus amigos em Dauphiné, o Marechal de Vaux escreveu a Sua Majestade que era "impossível confiar nas tropas". Seis meses depois, na véspera da abertura dos Estados-Gerais, Necker disse: "Não temos certeza das tropas". E nisso reside quase todo o segredo dos fracassos do Governo.

Os oficiais deixaram de controlar seus homens. A razão é bem conhecida. A maioria desses oficiais era de qualidade inferior, e muitos não tinham direito de comandar, exceto o de nascerem no mundo coronéis em seus berços. Os suboficiais, cuja promoção fora interrompida pelo edito de 1781, odiavam aqueles que se beneficiavam dessa nova ordem de coisas. Alguns deles, como Oudinot e Massena, deixaram o serviço; alguns, como Murat, falaram abertamente quando saíram: o resto ficou e resmungou.

Sob eles, havia um exército, valente, mas perigoso, recrutado com demasiada frequência de forma imprudente — rufiões de todos os tipos, filhos problemáticos, párias morais, "bandidos", como um de seus antigos líderes, Dubois-Crancé, um democrata da Assembleia Constituinte, os chamaria, talvez com um toque de exagero.

Tal exército precisaria de um jugo de ferro, e o jugo, na verdade, fora aliviado. Vaublanc descreve os oficiais aristocráticos, influenciados, como todos os outros, pelo espírito da época, sentimentais, humanitários, mas pouco inclinados a usar a vara que o ministro Saint-Germain tão recentemente colocara, paradoxalmente, em suas mãos.

E mais. O exército, que fora o berço, na França, da maçonaria importada pelos regimentos irlandeses da Inglaterra, continuou a ser seu refúgio favorito. Em 1789, havia vinte e cinco lojas militares: a *Parfaite Union* em Vivarais, a Saint-Alexandre nos Mosqueteiros, a Pureté no regimento de Sarre e a Concorde em Auvergne — seria inútil enumerar todos os nomes. Não perguntaremos se o espírito revolucionário já estava aceso nessas lojas: o espírito de igualdade certamente reinava nelas, em todo caso. Nada pode ser mais destrutivo para a disciplina do que um coronel sentar-se, não apenas ao lado, mas abaixo de um suboficial.

E foi exatamente o que aconteceu. Na Loja *Union* da Toul-Artillerie, o maçom sênior era o Sargento Compagnon, enquanto o Marquês d'Havrincourt, um Marechal de Campo, era meramente o delegado do Grande Oriente. Não é fácil imaginar Havrincourt ordenando ao Sargento Compagnon que atirasse em uma população que, como eles, clamava por "igualdade perfeita".

Tudo isso levava à desintegração do exército, cujas etapas estamos prestes a testemunhar, desde o motim dos *Gardes Françaises* em 1789 até o da guarnição de Nancy em agosto de 1790. E foi isso, tanto quanto sua política incoerente, que deixou o Rei indefeso.

Classes privilegiadas incapazes de defender seus privilégios, uma aristocracia dividida e enfraquecida, um clero cindido e incerto quanto a seus direitos, e diante destes, uma burguesia cheia de um anseio feroz pelo poder que a conquista da liberdade e da igualdade lhe traria — uma classe enérgica, inteligente, ambiciosa e gananciosa — apoiada por uma população rural determinada a atacar privilégios e, se o Rei os defendesse, a despedaçar seu "despotismo", e uma população urbana enlouquecida pelo sofrimento e facilmente inflamada em sedição: entre essas duas partes, um governo que não tinha política, que não sabia como desempenhar o papel de árbitro e, despojado de sua força, não podia mais desempenhar o papel de mestre.

A situação justificava todas as apreensões. Outros elementos, é claro, foram adicionados aos mais importantes recém-especificados — elementos de toda revolução violenta, elementos túrbidos de cima, elementos túrbidos de baixo.

Acima, os líderes, dirigindo todas as ambições, rancores, ódios de seus seguidores, amargurando cada decepção, atizando todos os desejos gananciosos. "Aqueles que escrevem a história da Revolução", afirma um deputado, já no ano de 1789, "o farão na ignorância de uma massa de circunstâncias muito transitórias, de aparente pouca importância, que na verdade tiveram uma influência prodigiosa nos eventos". Não ignoramos todas essas circunstâncias. Nada seria mais interessante do que elaborar uma lista dos líderes, de Lafayette a Santerre, de Mirabeau a Desmoulins, de Barnave a Collot d'Herbois (e eu poderia facilmente mencionar mais cinquenta), que foram arrastados para este movimento por mortificações pessoais ou cobiça pessoal.

Abaixo, entre os liderados, havia outros elementos de perturbação — todo o terrível sedimento que se esconde nas profundezas mais baixas da sociedade em nossas cidades, e até em nossas aldeias, e sobe à superfície ao menor movimento. "Um conjunto de homens arruinados por dívidas e crimes", que "não terão meios de subsistência a menos que tudo seja derrubado". E para tornar esta investigação completa, devemos nos referir à ação — inegável, hoje em dia, embora indiscutivelmente secundária — de sociedades secretas, gabinetes estrangeiros e agentes misteriosos, cuja mão vislumbramos aqui e ali, sem nunca conseguirmos agarrá-la. À luz de tal estudo (muito amplo para os limites deste trabalho), aprenderíamos que a Revolução, que fora uma coisa inevitável por cinquenta anos, foi às vezes, mesmo em suas horas mais generosas, servida por uma variedade de fatores nem sempre confessáveis.

Na realidade, esta Revolução tinha que acontecer: a veremos degenerar e perder seu caráter primitivo: mas nem por isso foi menos inevitável e indispensável. Foi a explosão e a vingança do sentimento mais nobre, a meu ver, da humanidade — refiro-me à Energia.

Em 17 de fevereiro de 1798, Mallet du Pan escreveu sua convicção de que na França, naquela data, "à força de vida nas cidades, epicurismo e indolência, todos os ricos, todos os nobres, todos os proprietários de terras, todos os homens de criação, estavam absolutamente enervados". Em 1789, o *ancien régime* — e esta é a última característica que teremos que notar — nos mostra, de fato, um quadro do que pode ser descrito como o colapso da energia: ele estava "enervado". Nos velhos tempos, a energia fora geral e esplêndida: a dos reis construíra a França, a dos senhores feudais lutara por ela, a de seus apóstolos a evangelizara. Mas esses descendentes e sucessores de grandes homens eram, como um todo, totalmente desprovidos de energia e, ademais, vendo que o direito a todas as coisas boas estava reservado ao nascimento e ao privilégio, eles barravam o caminho para a energia de outros homens e a reprimiam. Walpole, que viu essas pessoas em Versalhes, as considerava incuravelmente "anêmicas".

Mas Versalhes não era a França. A energia francesa continuava viva, fervilhava nas almas de quinhentos mil de seus cidadãos. Longe de ter diminuído, sua própria repressão lhe dera força adicional. Comandados por oficiais superiores de nobre nascimento, os soldados esperavam cansados — soldados de coração ardente e aço inflexível, vibrando com juventude e gênio militar: esses homens, por seus poderosos trabalhos, primeiro cobririam a jovem República de glória e depois formariam o Estado-Maior de Bonaparte. 1768 viu o nascimento de Murat, Mortier, Bessières; 1769 o de Hoche, Marceau, Ney, Soult, Lannes, Joubert — e Bonaparte. Sob aqueles prelados nobres e medíocres de quem Massillon em vão se esforçara para salvar o país, e cuja única ideia era se juntar à emigração, notaremos um clero indomável, que, tendo lutado primeiro pela liberdade, lutará novamente em sótãos e cavernas, por sua fé proscrita. Sob este governo incapaz, uma legião de jovens se levantava, que vivia de Plutarco, "aquela Bíblia dos fortes", e que, quer fossem advogados, publicistas, professores ou médicos, todos sentiam suas almas em chamas em corpos de bronze.

"A mola que me move estava em meu coração: estava contida: a Revolução a liberta, e eu morrerei patriota!", assim escreveu Dugommier, quando passara dos cinquenta anos. Como, então, deve ter sido com esta geração mais jovem, cujas "almas", como um deles, Saint-Just, tão orgulhosamente escreve, "ainda não estavam desmamadas"? Toda essa energia, individual e coletiva, comprimida, por assim dizer, por uma máquina desgastada, a despedaçaria e transbordaria por um período de dez anos de tal forma que o mundo nunca vira tal espetáculo antes. A essa torrente tudo o que era jovem e forte se juntaria. "Quando um homem tem dezoito anos", escreve Thiébault, que foi um dos recrutas de 1789, "ele pertence a qualquer partido que ataque".

CAPÍTULO IV: O GOVERNO DE 1789

O Governo do Rei fora forçado a convocar os Estados-Gerais: a série de erros, cálculos errados e fracassos dos quais isso foi o resultado foi explicada em outro lugar. M. Pierre de Ségur nos mostrou o *Pôr do Sol da Monarquia*, M. Casimir Stryienski familiarizou meus leitores com a *Aurora da Revolução*. Estes anos, 1787 e 1788, são para mim o *Crepúsculo dos Reis*. Todos estavam tateando: o sol de Luís XIV se pusera; os governantes caminhavam de fato "com a coroa sobre os olhos".

E, no entanto, foi o Governo que soltou o país em janeiro de 1789! Tendo definido as características gerais do regime, do país e do Governo, devemos agora considerar as personagens destinadas a presidir os eventos iniciais do drama. A França corria para uma revolução. Seria longa ou curta, pacífica ou violenta? Haveria reforma drástica ou subversão total? Tudo neste momento dependia das pessoas que governavam e de suas capacidades.

Essas pessoas eram o Rei, a Rainha, os Príncipes e os Ministros.

Luís XVI não era um verdadeiro herdeiro de sua raça. Piedoso ao ponto da bigotice e casto ao ponto de negligenciar sua própria esposa, ele era neto, não dos Bourbons — os *Verts-Galants* —, mas da pobre Maria Leczinska! Olhe para a estátua de Estanislau em Nancy e lembre-se que o homem robusto que ela representa passou a vida em abdicações! Era o sangue de Estanislau, muito mais que o sangue de Henrique IV, que corria nas veias de Luís XVI. O trabalho, o amor, a guerra, a política não o atraíam; ele tinha apenas uma paixão, a caça, e entre duas excursões de caça, ele trabalhava como serralheiro. Temos seu diário: "um diário de caçador", diz Taine: listas de esplêndidos holocaustos de caça. Essas expedições lhe davam um apetite enorme, quase a única característica Bourbon que ele tinha. Seu apetite alimentava seu otimismo, mesmo em meio à maré alta da crise: Gouverneur Morris ficou chocado, em 1790: "O que se pode esperar de um homem em sua posição, que come e bebe fartamente, dorme bem, ri e é o sujeito mais alegre da face da terra?".

E alegre ele era, com uma alegria um tanto rude, se podemos confiar em várias testemunhas. Ela perduraria por muitos dias, diante de calamidades avassaladoras.

Pesado e vulgar na aparência, ele não era tolo: houve muito exagero neste ponto; às vezes sua agudeza surpreendia seus ministros: vários deles foram enganados por ele em um piscar de olhos. Ele era bastante perspicaz às vezes, mas sua bondade paralisava sua mão e dificultava sua ação. Ele era liberal e de mente generosa: um cristão sincero, ele tinha o hábito de perdoar aqueles que o injuriavam com uma calma muito deplorável. Ele também sofrera a influência de seu século; lera Rousseau como outras pessoas e acreditava que "o homem era bom". Ele era conhecido por sua benevolência. No dia da morte do velho soberano, a França esperara tudo do jovem. Alguém escrevera a palavra *Resurrexit* na estátua de Henrique IV na Pont Neuf. Ai de nós!

Seu próprio coração e a ação de seus tempos o inclinavam a reformas liberais e humanitárias: antes de 1789 ele já fizera algumas muito boas — que não se esqueça disso — e sem qualquer pressão externa. Os Protestantes deviam sua liberdade a este católico devoto, que, percebendo os sofrimentos de seu "bom povo", vinha se esforçando, nos últimos quinze anos, para aplicar algum remédio. Ele chamou muitos médicos e até alguns charlatães à cabeceira do doente: reformara a si mesmo; permitia que outras pessoas esbanjassem dinheiro, mas ele era pessoalmente econômico, por senso de justiça e por exemplo: era sua culpa que outros seguissem esse exemplo tão pouco quanto podiam? Seu desejo era que fosse seguido.

Ele não tinha vontade: este era o ponto mais marcante de seu caráter. Facilmente influenciável, ele ocasionalmente, de fato, como todos os homens de bom coração, se rebelava de maneira súbita e incompreensível, e se entrincheirava atrás de uma determinação obstinada e desconcertante. Como regra geral, ele ouvia e sorria, mas raramente tomava alguma decisão, "sua primeira palavra sempre sendo Não!", como nos conta um de seus conselheiros. Ele nunca agia exceto sob forte pressão — uma cena feita por cortesãos desesperados, objeções vivas da Rainha ou de um ministro, algum incidente violento que o agitasse. Mas influências como essas, vindo primeiro de um lado e depois de outro, sempre o jogariam de um lado para o outro. Assim, nem sua esposa, nem seus irmãos, nem seus ministros, nem seus súditos jamais sentiram confiança absoluta nele, porque, como escreveu um certo deputado em junho de 1789: "sabe-se que ele não tem vontade própria". Por outro lado, as intrigas da Corte, as empresas das Assembleias, o movimento popular, nunca foram desencorajados por ele, porque ninguém considerava qualquer decisão sua como irrevogável. Uma mesma senha corria do *Salon de l'Œil-de-Bœuf* aos bairros populares de Paris: "Forçar a mão do Rei!". A mão dele podia ser forçada, mas ninguém jamais tinha certeza de segurá-la depois! "Imaginem", disse seu irmão Provence, "um punhado de bolas de marfim oleadas que você está tentando manter juntas!".

No fundo — e esta era a pior de suas inclinações — seus deveres o entediavam. Leia a história daquele cativo no Templo, durante o qual ele resgatou seus erros passados de maneira tão comovente aos olhos do mundo inteiro: aquela existência simples, regular, caseira, as lições dadas a seu filho pequeno, as refeições compartilhadas por toda a família — tudo isso o fazia muito feliz: pode-se dizer com justiça que este príncipe desafortunado nunca encontrou a verdadeira felicidade até estar na prisão. Ele nascera para a vida privada: no dia em que a coroa foi colocada em sua cabeça em Reims, ele disse: "Ela me machuca". Ela sempre o machucaria. Quando M. de Malesherbes lhe trouxe sua renúncia em 1776, ele exclamou: "Que sorte a sua! Por que não posso renunciar também?". Pobre homem! as palavras vieram de seu coração! "Ele é um homem bom, de bom coração", escreveu Morris a Washington em 1790, "que seria um excelente Ministro pacífico em tempos tranquilos". Mas "seus ancestrais", como Mignet diz, "lhe legaram uma Revolução". Sob tal ímpeto avassalador, até um Luís XIV poderia ter recuado. Para sermos justos em nosso julgamento da fraqueza do Rei, devemos levar em conta a pressão implacável do destino sobre ele. E devemos lembrar, também, que ele se recusou a derramar o sangue de franceses, preferindo dar o seu próprio, e realizou este ato de autoimolação com grande simplicidade. O veremos morrer, admirável em seu sacrifício. A piedade tem seus direitos aqui, embora a verdade também tenha os seus, e sempre.

Um rei, de fato, não é rei para que morra nobremente, mas para que reine. A Rainha costumava chamá-lo de "o pobre homem!". Em 1789, todos diziam: "Ele é bondoso!". Napoleão escreveu ao Rei José: "Quando os homens chamam um rei de bondoso, seu reinado foi um fracasso!".

Em 1789, o reinado foi um fracasso. O Rei não sabia o que queria. "Ele pedia conselhos a todos", escreve Malouet, "e parecia dizer a cada alma que se aproximava dele: O que deve ser feito? O que posso fazer?". Ele de fato fez essa pergunta a Rivarol, através de Malesherbes. "Faça o papel de Rei!" foi a resposta. Essa era a última coisa que Luís XVI poderia ter feito, pois ele não nascera rei.

Na pior das hipóteses, e na falta dele, Maria Antonieta poderia ter "feito o papel de Rei". "O Rei tem apenas um homem ao seu redor, sua esposa", escreveu Mirabeau. Uma Rainha orgulhosa e bela, que poderia ter sido grande em outros tempos, e que, no entanto, terminou a obra da ruína! Muitas coisas foram ditas sobre ela, muito bem e muito mal — bem demais e mal demais. Incapaz de prudência, ela era — e isso é muito mais sério — ainda mais incapaz de esquecer. Ora, o soberano que não sabe esquecer certas ofensas não sabe reinar: não deve haver perdão indulgente, como o de Luís XVI, mas um esquecimento sistemático. E ela, embora incapaz de perdoar seus inimigos, não conseguia renunciar a suas amizades: um belo traço, este, em uma mulher, um traço perigoso em uma rainha — especialmente quando seus amigos abusam de sua amizade.

Cruelmente atacada, caluniada e ferida pela Corte e pela Família Real, seu caráter, naturalmente orgulhoso, mas originalmente confiante, impulsivo e alegre, tornara-se sombrio e rebelde. Ela se fechara atrás de um muro de dignidade altiva, que completaria sua destruição. "Mais ansiosa por enfrentar o perigo bravamente do que por evitá-lo", escreve La Fayette, cujas palavras são verdadeiras nesta ocasião; ela nunca foi capaz de evitá-lo. Sua influência sobre seu "pobre homem", como ela o chamava, era intermitente, e tudo o que ela podia fazer era instá-lo a ações que ela considerava vigorosas, mas que, como nunca eram seguidas, pareciam mais impulsos de desafio.

Os irmãos do Rei não ajudaram: o Conde de Provence, "Monsieur", um dia seria um rei um tanto notável — era então nada mais que um homem de espírito, que professava opiniões filosóficas, acreditava no direito divino muito mais do que acreditava em Deus, parecera imbuído de todas as ideias correntes do século até que Necker tentara cortar suas pensões, e desde então se dispusera a aconselhar resistência — mas uma resistência cautelosa e dissimulada. Inferior a seu irmão no que diz respeito ao coração, ele era muito superior em inteligência. O Rei não gostava muito dele, desconfiava dele e sentia, ademais, que seu irmão o desprezava.

O outro irmão, o Conde d'Artois, era muito mais atraente. Muito bonito, ativo, elegante, sempre pronto a pôr a mão no punho da espada, ele era considerado uma espécie de Cavaleiro da Távola Redonda e "a espada da Monarquia". Sendo, ao contrário de seus dois irmãos, um infatigável *"Vert-Galant"*, ele estava pronto a imaginar que vencera a batalha de Ivry pessoalmente. No entanto, sua pluma branca nunca se agitara em outro lugar senão nos jardins de Versalhes: durante toda a Revolução, ele falaria incessantemente em desembainhar "a espada de seus pais", que nunca deixaria sua bainha. Seu caráter, no entanto, o levava a declamar em voz alta contra a ideia revolucionária, mas ele também faria mais mal do que bem à causa de seus oponentes. Sua arrogância teve algum efeito sobre o Rei, de tempos em tempos, mas desgostava todas as pessoas sensatas ao seu redor. Com seu cérebro pequeno e sua atitude violenta, ele era um conselheiro perigoso, quando conseguia ser ouvido, e um falador comprometedor quando era mantido à distância.

O Rei ouvia "a família" de maneira intermitente: consultava seus ministros da mesma forma. Eles nunca, em 1789, aconselharam a ação sugerida por sua família. Mas aqui estava a grande fraqueza: o Rei nunca conseguiu resolver a questão entre sua família e seus ministros com seu próprio voto de Minerva.

"M. Necker é o Ministério", escreveu um deputado em 22 de maio de 1789. "Tudo depende de M. Necker".

Este financista genebrino, cuja família viera originalmente de Brandemburgo, ascendera, graças à sua notável retidão moral e financeira e ao sucesso que tivera em seus próprios negócios. Porque ele administrara bem o Banco Thelusson-Necker, as pessoas chegaram à conclusão de que só ele seria capaz de salvar o reino da falência.

A opinião pública o levava ao poder, lamentara sua partida em 1781 e aclamara seu retorno em 1788. Isso porque, muito cedo, ele abrira, nos cômodos sobre seus escritórios bancários, aquele salão, cuja história e características seu neto, M. d'Haussonville, nos relatou de maneira tão picante e independente. Os Necker recebiam os filósofos, e os filósofos, gratos a seus anfitriões — ocasionalmente, pelo menos —, tinham em alta estima seu Mecenas, o levaram ao poder em 1781 e novamente em 1788.

Ele não era um estadista. "Acho", escreveu Mounier, um ano depois, "que seu conhecimento, seu zelo pela humanidade, seu espírito de ordem e economia, o teriam tornado um excelente administrador em tempos de paz, mas que lhe faltavam todas as qualidades necessárias para lutar com facções". O que realmente lhe faltava, como a Luís XVI, era um espírito resolutivo. "Ele não sabe o que pode fazer, o que quer fazer, nem o que deve fazer", escreveu Mirabeau duramente. Mirabeau era seu inimigo e era injusto. Necker queria uma coisa, mas isso não era suficiente. Ele queria colocar as finanças em uma boa base e, para esse propósito, convocar o país, e o Terceiro Estado no país, para abolir as imunidades e, uma vez que a má condição do Tesouro fosse remediada por reformas úteis, contentar-se com isso. "Seu ideal", escreve M. de Laborie, "era uma espécie de governo paternal, no qual a renda do Estado seria administrada por um financista de primeira classe, sob o melhor dos Reis".

"Um relógio que está muito lento", disse Mirabeau. Mesmo em 1788, o relógio estava atrasado.

Ele pesava demais as coisas — um hábito de banqueiro: até Mme. de Staël, cujo comovente culto a seu pai provocou zombarias ocasionais, reconheceu sua "irresolução". Ele dava bons conselhos: mas era totalmente incapaz de lidar com os eventos quando o pegavam de surpresa ou o superavam. Tanto o Rei quanto a Assembleia conheceriam esse seu temperamento, que Malouet assim descreveu: "Quando ele estava contrariado, não conseguia governar". Ele sofria de indigestão, para completar, e essa é uma queixa ruim para um homem que tem que liderar outros.

Chamado de volta em 1788, ele continuou a acreditar que estava diante de uma crise financeira, quando na verdade estava diante da Revolução. Ele pediu ao Rei para convocar os Estados-Gerais, assim como teria convocado uma assembleia de acionistas em qualquer ocasião especial.

Em 27 de dezembro de 1788, seu relatório, que fora acaloradamente discutido no Conselho, fora finalmente aprovado: Barentin, Guardião dos Selos, e Villedeuil foram os únicos membros que votaram contra: Puységur e Nivernais se abstiveram, Necker, Montmorin, Fourqueux, La Luzerne e Saint-Priest votaram a favor. Luís XVI lançou seu cetro no lado mais pesado da balança.

A sorte estava lançada. Mas era apenas a sorte. Nenhum plano distinto fora formulado. Nem o Rei nem Necker estavam qualificados para lidar com os eventos que os esmagariam desde o início da campanha.

O Governo — o mais honesto, talvez, que a França já possuía — era tudo, exceto um governo apto para enfrentar uma crise.

⁴ *"Acabo de enviar o Espírito Santo para Auvergne; o Santo [Saint] para Clermont, e o Espírito [Esprit, i.e., sagacidade] para St. Flour." O trocadilho é intraduzível.*

⁵ **Hauts Abbés:** *O Rei tinha o poder de conceder uma proporção, grande ou pequena, das rendas de certos benefícios eclesiásticos a homens de sua escolha, fossem eles eclesiásticos ou não. Esses homens eram conhecidos como hauts abbés ou commandataires. Em cada um desses estabelecimentos, um abade genuíno governava a comunidade e administrava seus negócios.*

⁶ *O Abade Gabriel de Mably, nascido em Grenoble em 1709, falecido em 1780, autor de Droit public de l'Europe, e bem conhecido como estudioso da história francesa.*

CAPÍTULO V: AS ELEIÇÕES E OS MEMORIAIS

Nada mais liberal, nada mais leal, do que a atitude deste Governo, pode ser concebido. Em 24 de janeiro, ele emitiu um conjunto de regulamentos para os agentes do Rei, ao qual estava anexo um preâmbulo que provava que o soberano era o "bom rei" que seus súditos desejavam ver nele. "Sua Majestade determinou reunir os Estados-Gerais do Reino em torno de sua própria morada, não de forma a restringir suas deliberações, mas para preservar, em relação a eles, o caráter que está mais próximo de seu coração — o de conselheiro e amigo". Esta palavra tocou profundamente o país; muitos dos memoriais contêm alusões a ela.

Da massa de documentos coletados por M. Brette em um volume muito valioso, podemos extrair o programa real ao qual M. Aulard dedicou um de seus primeiros estudos — um excelente programa, se ao menos tivesse sido seguido: o poder de consentir com a tributação a ser restaurado à nação, os Estados a se reunirem em períodos definidos, um orçamento a ser elaborado, o poder arbitrário dos Ministros com relação às despesas a ser abolido, a liberdade individual a ser garantida pela supressão das *lettres de cachet*, a liberdade de imprensa a ser instituída pelos Estados, a criação de Estados provinciais permanentes e — o duplo clamor que se ergueu mais alto que qualquer outro de todos os lábios — uma Constituição estabelecida e tributação igual para todos.

Não havia menção, de fato, à maneira como a votação nos Estados-Gerais seria feita, mas o relatório de Necker convidava as classes privilegiadas a consentir com o sistema de contagem por cabeça. O Rei esperava esta resolução "de seu amor comum pelo bem-estar do Estado". O significado era claro.

Ademais, o Rei convocou todos os seus súditos a formularem suas queixas. A este respeito, eles não lhe falhariam. Cada ordem votaria separadamente: a Nobreza, de acordo com sua prática usual; o Clero, em números aumentados (esta inovação parecera indispensável), incluindo todos os párocos, "servos bons e úteis", diz o *Resultado do Conselho*, "que, aplicando suas mentes diária e atentamente à pobreza do povo e ao seu alívio, têm um conhecimento mais próximo de seus sofrimentos".

Ao Terceiro Estado fora dado algo que se aproximava muito do sufrágio universal. Todo homem que atingira a idade de vinte e cinco anos e estava na lista do coletor de impostos tinha direito a voto. "Maquiavelismo", diz M. Aulard: a ideia era submergir as classes médias esclarecidas com as massas ignorantes, que se pensava serem fiéis e facilmente conduzidas. Mas em Versalhes a leitura favorita não era Maquiavel, mas Rousseau: se Luís XVI e Necker concederam o sufrágio universal ao país, eles o fizeram, sabemos, porque o homem, e especialmente o homem que não fora estragado pela civilização, era virtuoso! Uma coisa é certa, esta ampliação do eleitorado desagradou muito a certas classes médias: Mounier não pedira tanto.

A história deste imenso movimento encheria um volume. Não era apenas imenso, era cheio de uma confusão inevitável, pois esta primeira tentativa de eleições não revelou nenhuma da agradável uniformidade que marca as eleições de nossos dias. Na maior parte do reino, o voto final foi tomado no bailiado — um voto em duas e às vezes em três etapas.

Então a extraordinária extensão da anarquia prevaiente se tornou evidente. Bailiados lutaram por paróquias, e agentes lutaram pela presidência das assembleias.

De fato, pouco importava qual agente presidia, pois Barentin, Guardião dos Selos, advertira severamente a todos eles em nome do Rei, "a não tentarem influenciar a escolha dos eleitores, nem a tomarem qualquer medida que pudesse dificultar o sufrágio". Este surpreendente Guardião dos Selos nunca teria um sucessor de tendências semelhantes; a aventura se mostrou desastrosa demais para o governo que a embarcou em 1789.

Nenhum caso de pressão é descoberto: se houve algum, foi exercido por senescais e tenentes-gerais (muitos dos quais eram candidatos) em favor das ideias que, desde o mês de janeiro, pareciam estar em voga — ideias de reforma. "Embora muito prudentes em todas as questões sociais", escreve M. Onou, "os presidentes das assembleias eram partidários das novas ideias políticas, hostis ao poder absoluto e ao despotismo ministerial".

O poder governante, então — se o termo pode ser usado em relação a um governo que tinha tão pouco —, não fez campanha por conta própria. Mas, por outro lado (e até poucos anos atrás, ninguém parece ter percebido isso), outras pessoas o fizeram. Ao ler nossos velhos historiadores (o tipo de misticismo histórico comum a de Maistre e a Michelet), se imaginaria que todos esses milhões de eleitores foram às urnas guiados apenas por algum espírito sobrenatural (demoníaco, diria de Maistre, divino, declararia Michelet), sem serem afetados por qualquer influência política. Por algum acaso milagroso, camponeses, classes médias e párocos expressam o mesmo desejo unânime, e isso frequentemente em termos exatamente semelhantes!

Desde que os críticos voltaram sua atenção para o estudo dos memoriais, não há um historiador que não reconheça o fato de que, mesmo que nenhuma organização central existisse, certamente havia organizações locais. Em sua notável *Introdução aos Cahiers de Rennes*, MM. Lesort e Sée nos mostram vislumbres de uma organização semioficial na Bretanha, cujos sinais podem ser detectados em outras províncias. "Modelos" foram disseminados por todo o país: M. Bloch menciona dez principais na Generalidade de Orleans: as célebres *Instruções* do Duque d'Orléans foram utilizadas em grande parte do vale do Loire.

A disseminação desses "modelos" era um negócio caro. Quem pagou pela propaganda, depois de ter redigido os documentos? Aqui nos encontramos no crepúsculo; podemos até dizer na escuridão. M. Dard, o biógrafo de Laclos, que está bem versado no papel que o Duque d'Orléans desempenhou neste período, nos diz: "O Governo não controlou as eleições, mas permitiu que outras pessoas o fizessem". O Palais-Royal? Talvez sim.

Desde o início de janeiro de 1789, a agitação era extrema. Seria interessante traçar, neste lugar, um quadro dessas assembleias paroquiais, realizadas em sacristias, em igrejas, até mesmo em cemitérios — onde os mortos pareciam chamados a falar, e às vezes influenciavam os vivos. Essas assembleias formulavam queixas que eram muito razoáveis às vezes, às vezes muito ingênuas, algumas delas um pouco grotescas, mas na maioria das vezes trágicas — e estas eram levadas à assembleia do bailiado, onde o Memorial final era redigido.

Essas assembleias dos bailiados também eram bastante pitorescas; eu gostaria de ter reproduzido aqui a descrição daquela realizada em Rennes em 7 de abril de 1789, dada pelos editores dos *Memoriais* daquela jurisdição. Os 800 delegados das paróquias bretãs pareciam profundamente afeiçoados a Luís XVI, mas beberam tantas tigelas de cidra à saúde de seu "bom rei" que acabaram por encher as mentes de todos os homens razoáveis com séria apreensão. As tigelas de cidra, não menos que o comportamento da nobreza bretã, foram responsáveis pela violência dos deputados bretões, que, ao chegarem a Versalhes, fundariam o famoso "Clube Bretão", do qual os "Jacobinos" foram o legítimo descendente.

Os três principais desses deputados, Lanjuinais, Defermon e Le Chapelier, partiram de Rennes com os corações cheios de "ódio ao privilégio": uma atitude mental que levaria o primeiro à Câmara dos Pares sob Luís XVIII, e o segundo ao Ministério sob Napoleão I, ambos com o título de Conde — enquanto o pobre Le Chapelier foi arrancado cedo demais de um destino que poderia ter sido brilhante, pela faca da guilhotina, que ele mesmo afiara.

A linguagem nas assembleias do Clero era extremamente tempestuosa, como regra, e prenhe de ameaças. Em Le Mans, onde não deixaram seu bispo falar; em Agen, onde expulsaram os cônegos; em Poitiers, onde o Abade Jallet apontou exultante para seu bispo muito mortificado, empoleirado na ponta de um banco; em Angers, onde o prelado ofendido se retirou completamente, o mesmo sentimento pode ser notado. Dessas assembleias saíam os 208 deputados párocos que, como escreveu um tenente-geral a Necker, iriam "levar todos os trunfos".

A eleição mais importante de todas foi a do Conde Honoré de Mirabeau. Ardente e impetuoso e como toda a sua raça ("Nunca ouviremos falar de outra coisa senão desses Mirabeaus selvagens?"), ardendo de paixão, ele apelara aos "bons ofícios secretos" do Ministério para ser aceito como membro da Ordem da Nobreza. Esses bons ofícios foram rudemente recusados por Necker, e a Nobreza da Provença expulsara seu perigoso parente. Então, com grandes juramentos, ele se voltara para o Terceiro Estado. Discursos desse tipo inflamaram a mente provençal: Aix e Marselha lutaram para possuí-lo. Sua prática era se apresentar como perseguido pelos Ministros e pelas classes privilegiadas. "Um cão raivoso? Pode ser! Mas me elejam, e o despotismo e o privilégio morrerão de minha mordida!".

Após uma campanha que foi literalmente um longo triunfo, ele foi eleito por ambas as cidades e seguiu para Versalhes, em abril de 1789, intoxicado de popularidade, transbordando de amargura contra Necker e a aristocracia, terrível, merecidamente temido e convencido de que estava destinado a triunfar sobre tudo, ciúmes, ódios e o poder governante.

A eleição de homens como Mounier, Barnave, Lanjuinais, Lafayette, Rabaut, Sieyès e Mirabeau, alguns cheios de fé, alguns de ambição, alguns de talento, alguns de mera pretensão, foi um fato importante em si mesmo, mas muito mais porque eles tinham as massas às suas costas. E essas massas fariam sua entrada com eles em Versalhes — a Nação, carregando os Memoriais em suas mãos.

Para concluir um preâmbulo que, embora necessário, foi longo demais, devemos dizer uma ou duas palavras sobre esses "Memoriais".

Os *Cahiers*, ou Memoriais, enviados pelas três Ordens, somavam alguns milhares, cinquenta ou sessenta, diz-se, sobre cujo estudo um grupo de homens de letras trabalhadores está agora engajado. Desses Memoriais, apenas algumas centenas foram publicados até agora. Nossa referência a eles não deve ser tomada, portanto, como incorporando qualquer opinião absolutamente final sobre eles.

Malouet, um homem sábio, os descreve como "o depositário público e irrefutável das opiniões e desejos da França". Certos historiadores os trataram com menos respeito. Babeau, que via a Revolução com um olhar hostil, Loutchiskv e Wahl, os consideram mero "clamor ruidoso".

Esta teoria é indefensável: apenas um de seus elementos devemos lembrar: o homem, seja qual for o governo sob o qual vive, está sempre descontente: se qualquer governo, mesmo o melhor do mundo, convocasse vários milhões de homens para formularem suas queixas, eles certamente se queixariam, e se queixariam ruidosamente. Se, no momento presente, sugeríssemos a formulação de queixas da mesma natureza, nosso regime moderno mais do que provavelmente se veria pintado em cores nada róseas.

Mas vejamos o que os membros eleitos foram incumbidos de exigir, e observemos o resultado da colaboração dos camponeses — cheios de seus pombos e seu imposto do sal, seus coelhos e sua *taille* e seus dízimos — e do pequeno comerciante ou dos padres — que disseminaram os modelos, ou usaram suas próprias penas, e adicionaram uma assembleia representativa e uma constituição política ao programa. Embora alguns camponeses, de fato, tenham redigido seus próprios Memoriais, cuja perfeita espontaneidade é evidenciada pelo pitoresco de seu estilo, não suponho que tenham sido os aldeões de Vers (perto de Nîmes) que colocaram uma citação do *De Officiis* de Cícero no cabeçalho de suas folhas escritas.

Mas havia certos pontos, de fato, sobre os quais não apenas todo o Terceiro Estado, mas todas as Ordens da nação estavam em pleno acordo. Estes foram incorporados em certas aspirações gerais, das quais darei agora um resumo rápido.

Os Estados eram servos fiéis do Rei, mas desejavam um Rei dos Franceses. "Que todos os vossos súditos, Sire, se tornem tão verdadeiramente franceses por vosso governo quanto o são por seu amor por seu Rei!".

Eles desejavam uma Constituição, embora não definissem exatamente e invariavelmente sua natureza: ela deveria dar garantias para a liberdade individual: não deveria haver mais *lettres de cachet* nem prisões de Estado (observe que estas eram coisas das quais as ordens inferiores nunca tiveram que sofrer); no que diz respeito à liberdade de imprensa, o sentimento era menos unânime. Não havia indicação definida de qualquer desejo por instituições parlamentares.

Mas, por outro lado, havia um forte clamor por impostos iguais: "igualdade das províncias", escreveu o clero do Alto Limousin, "igualdade dos indivíduos", clamou todo o Terceiro Estado e muitas das classes privilegiadas também. Algum meio deveria ser encontrado para remover a "enorme dívida" que "destruía todo o crédito", escreveu a nobreza de Bauvaisis: o "vil imposto do sal" deveria ser abolido, o sistema de cobrança de subsídios deveria ser modificado: a "odiosa *taille*" deveria ser eliminada, e se o *vingtième* fosse permitido permanecer, deveria ser pago por todos igualmente.

Os abusos na administração da justiça deveriam ser abolidos. "Tão enormes eram eles", segundo um dos Memoriais do Clero, "que todo cidadão temia ser chamado a defender até mesmo o mais bem estabelecido de seus próprios direitos". E, para começar, os distritos judiciais deveriam ser

reestruturados, e a venda mercenária de cargos — "uma fonte de ruína para o povo, uma oportunidade oferecida a mil homens sem instrução para alcançarem cargos dos quais dependem os bens, a honra e a vida dos cidadãos" — deveria cessar.

Em alguns casos, vemos as Ordens, incluindo o Clero, se levantarem, "após dois séculos e meio de um julgamento que foi desastroso", contra a Concordata: alguns Memoriais até clamam pela eleição de bispos: em todo caso, há um forte sentimento, entre o Clero mais particularmente, contra a interferência de Roma. A Nobreza não hesita em afirmar que "os Estados são competentes para garantir a disciplina na Igreja", e, finalmente, os Nobres e o Terceiro Estado concordam (embora com isso o Clero não possa concordar) em uma proposta para aplicar os bens da Igreja à promoção do bem público: "para estabelecer a justiça gratuita", dizem os Nobres de Gien. Os de Montargis pedem a supressão "total e absoluta" das ordens monásticas. Nada poderia nos dar uma concepção mais clara do efeito produzido na aristocracia, mesmo na das províncias mais remotas, pelos filósofos do século XVIII.

Mas cada Ordem tinha suas próprias queixas, e não raro seu acordo com seus companheiros logo chegava ao fim. Tocante à questão do voto conjunto de todos, a opinião entre a Nobreza não era tão unânime quanto se poderia esperar: de 200 memoriais examinados por M. Champion, ele descobriu que apenas trinta e nove recomendavam formalmente que cada Ordem votasse separadamente; dezenove reconheciam casos excepcionais, e vinte e quatro exigiam que todas as três Ordens votassem juntas.

O baixo Clero enfatizava muito a necessidade de restringir os poderes dos Bispos: lembremo-nos que esta questão fora debatida na presença dos Bispos, e perceberemos mais uma vez a força do sentimento anti-episcopal manifestado neste momento.

Os Memoriais do Terceiro Estado são os mais importantes e, naturalmente, os mais variados de todos, pois ricos e pobres, sejam burgueses, proprietários rurais ou fazendeiros, camponeses humildes, lojistas, artesãos ou artífices, todos podiam ter sua voz nestas páginas. Posso apenas esboçar as principais características. Alguns Memoriais, como vimos, citam Cícero e tratam de altas questões políticas, e outros apenas se queixam de que "as taxas que os párocos cobram por casamentos e funerais são muito altas": alguns clamam por liberdade de consciência, enquanto outros, como os de Auvergne, suplicam a "um rei virtuoso" para revogar o edito de 1787, que mostra favor demais aos não-católicos. Alguns — a imensa maioria — exigem corajosamente o sufrágio masculino: outros, como o de Ambert, só o permitiriam se a ação dos Estados-Gerais não fosse paralisada por isso, e outros ainda, como o de Étampes, o rejeitam completamente. A principal ansiedade de alguns é fundar uma monarquia constitucional, enquanto outros estão empenhados em consertar as "estradas, que estão detestavelmente ruins". Alguns reformariam a Igreja, de cabo a rabo; outros humildemente solicitam que, como os professores são tão escassos, "as parteiras saibam ler, para ensinar aos jovens".

No entanto, tocante às grandes questões, há unanimidade, ou algo muito próximo disso: abolição das imunidades, reforma da tributação, supressão dos direitos feudais, libertação do solo, desaparecimento do dízimo... o memorial de Étampes resume em um apelo a opinião de todos os outros: "Quão felizes seríamos se o sistema feudal fosse destruído!".

Quanto às questões industriais, a opinião nas cidades estava dividida; de sessenta Memoriais, M. Levasseur encontra quarenta e quatro a favor da liberdade industrial, sete a favor da reforma e dezesseis a favor da manutenção das corporações. Todas as grandes cidades industriais eram a favor desta última. "No entanto", como observa André Lichtemberger, "nem um indício de qualquer reivindicação socialista". A propriedade ainda era considerada sagrada, exceto aquela riqueza privilegiada que era considerada "usurpada".

De todas essas reivindicações, um grito se eleva: "Reforma!" — uma reforma radical de todo o esquema de governo. Mas o sistema estava envelhecendo e aqueles que honestamente desejavam a reforma corriam um sério risco de abrir as comportas para a revolução. Isso não teria desagradado a todos, mas a maioria estava disposta a vê-la com pavor. Uma vez livres dos direitos feudais e do peso esmagador dos impostos, uns bons três quartos deles teriam se contentado. "Vocês nunca se livrarão deles", diziam os burgueses, liberais honestos ou políticos ambiciosos, "a menos que tenham uma Constituição!". Então, uma Constituição eles deveriam ter.

E assim o programa de 1789 foi elaborado.

Quando, nos últimos dias daquele mês de abril, os deputados tomaram a carruagem para Versalhes, eles levaram consigo este formidável programa. Por todas as estradas da França, os viajantes rolavam, 1600 deputados, um exército incongruente, todos convergindo para Versalhes — grandes senhores que se fizeram eleger pelos Nobres, e cavalheiros rurais de aparência surrada, prelados como Talleyrand que finalmente mostraram seus rostos em suas dioceses e voltavam apressados com o mandato de seus eleitores em seus bolsos, párocos com rostos sérios, fortes em sua resolução de não serem bajulados por "Nossos Senhores os Bispos", advogados e médicos de pequenas e grandes cidades, preparados, com uma mistura de arrogância e medo, para reformar o Estado, e rústicos humildes em seus casacos de fustão, que partiram para libertar o solo.

No final de abril, todos haviam chegado a Versalhes. Mesmo antes de estarem na cidade, a Corte ria de seus ares pretensiosos.

No entanto, a avalanche que assim descia de todos os cantos do reino sobre a casa do "Grande Rei" era de fato formidável.

E havia alguns que não riam dela! Necker estava inquieto: este tremendo movimento político e social perturbava a mente do financista. Ele revelou seu alarme na presença de Malouet. Tropas foram convocadas: em 15 de abril, Morris viu 10.000 soldados marchando em direção a Paris: e isso era bastante necessário, pois no dia 27 os dragões foram necessários para reprimir um motim sangrento no Faubourg Saint-Antoine, que já se levantara em revolta, para o alarme de certos deputados burgueses, que caminhavam para cima e para baixo nas ruas de Versalhes e se aconselhavam.

O comportamento dos "miseráveis" que cortaram a garganta de um digno lojista os encheu de indignação. "Longe de ter resultado em qualquer perda de favor para M. Necker", um deles se apressa a acrescentar, "isso apenas o tornou ainda mais caro à nação!".

Mas nem todos compartilhavam dessa opinião. Luís XVI, abalado e já alarmado pela tempestade desencadeada, e impressionado com as censuras de seus nobres, mandou, segundo nos contam, chamar o velho Machault e ofereceu-lhe o cargo de Primeiro-Ministro. Machault achou que era tarde demais e aconselhou o Rei a manter Necker.

Naquela hora crucial, quando a nação exigia o que bem poderia ser uma Revolução, o miserável Governo de Versalhes, carecendo de um programa e da resolução para impô-lo, mais uma vez se esquivaria da sugestão de Reforma. E isso significava a ruína.

PARTE I: A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

CAPÍTULO I: OS ESTADOS-GERAIS

Maió-Junho de 1789

Os Deputados em Versalhes. A procissão de 4 de maio. A primeira sessão no Salão dos Menus Plaisirs. O Terceiro Estado recusa-se a constituir-se como corpo político. Negociações com as outras Câmaras. "Aqueles párocos". A Assembleia Nacional. O Clero decide juntar-se ao Terceiro Estado. O incidente na Sala do Jogo da Péla. A sessão real de 24 de junho. Os Comuns recusam-se a obedecer. O Rei cede. Os Estados formam uma Assembleia. "A Revolução acabou!"

Ao meio-dia de sexta-feira, 1º de maio, toda Versalhes estava agitada¹. Multidões se apressavam para observar o "rei-de-armas e seus quatro arautos, enquanto cavalgavam de uma praça a outra, montados em cavalos ricamente paramentados e escoltados por hussardos a cavalo². A cada espaço aberto, eles paravam, as longas trombetas soavam três chamados, então um dos arautos gritava "Em nome do Rei!" e prosseguia com a leitura da proclamação de Sua Majestade sobre a reunião dos Estados-Gerais em 4 de maio³.

Muitos deputados estavam presentes, ociosos e já descontentes⁴. Haviam sido convocados para 26 de abril e esperavam cansados, andando em grupos para apresentar seus respeitos a príncipes e ministros, que nem sempre os recebiam graciosamente⁵.

Em 2 de maio, Luís XVI recebeu os representantes da Nação no Palácio; o Terceiro Estado, confinado entre duas barreiras em um dos salões, esperou "três horas mortais", sob os olhares um tanto desdenhosos dos cortesãos⁶. (Baseamo-nos em uma vintena de cartas escritas naquela mesma noite.) Seguindo uns aos outros em uma fila aparentemente interminável, eles finalmente chegaram à presença real⁷. O Rei, de pé entre seus dois irmãos, não disse uma palavra a nenhum deles, e cada deputado, após fazer sua reverência, "fez uma meia-volta para a direita"⁸. Apenas a um deles, o velho "Pai Gérard", em seu traje de camponês bretão, Luís XVI dirigiu uma sílaba⁹. "Bom dia, bom homem!", disse ele; uma condescendência pela qual o velho foi calorosamente parabenizado¹⁰. Os deputados deixaram o palácio "com os nervos um tanto à flor da pele"¹¹. Seus sentimentos estavam consideravelmente arrefecidos¹².

A cerimônia de 4 de maio produziu uma impressão melhor¹³. Consistia em uma procissão do Santíssimo Sacramento, com a presença da Corte e de todas as três Ordens¹⁴. Isso atraiu toda Paris a Versalhes, onde as pessoas alugavam suas janelas por três luíses cada¹⁵. A Corte fez uma exibição esplêndida: o Rei usava os trajes completos da Ordem do Espírito Santo, a Rainha estava resplandecente de joias, sua comitiva também estava deslumbrante¹⁶. Os Nobres dos Estados-Gerais usavam casacos de tecido de ouro e chapéus de plumas brancas "à la Henri IV", o alto Clero estava vestido com mantos vermelhos e violetas; apenas os párocos e o Terceiro Estado apareceram como uma massa escura, na qual um corpo mal se distinguia do outro, pois os padres usavam suas batinas e mantos pretos, e a Terceira Ordem fora obrigada, não sem algum sentimento de amargura, a vestir trajes de um tom uniformemente sombrio, que pareciam, como declara um deputado, "o traje usado pelos Oratorianos!"¹⁷.

Por três horas mortais, a assembleia esperou na Catedral de São Luís pelo Rei¹⁸. Um deputado começou a resmungar: "Nenhum indivíduo deveria fazer uma nação inteira esperar!"¹⁹. A companhia em geral se vingou aclamando o Duque d'Orléans, que, de acordo com um cenário deliberadamente planejado no Palais-Royal, não entrou com a Corte, mas veio como deputado²⁰. Por outro lado, quando algumas vozes levantaram vivas para a Rainha, outras gritaram "Vergonha!"²¹. Quando os príncipes entraram, houve um silêncio glacial²². Por um momento, as velas carregadas pelos deputados poderiam ter sugerido as velas acesas ao redor de um caixão!²³.

A procissão partiu. Nos cantos do pátio, caminhavam quatro jovens príncipes: seus nomes, ao os lermos, tocam nossos corações com memórias de sessenta anos de conflito civil; Berry e Enghien, um destinado a morrer pela faca do assassino, o outro pelas balas de Napoleão, Angoulême, que seria conhecido por uma curta hora como Luís XIX, e Chartres, que um dia reinaria como Luís Filipe²⁴.

La Fare, Bispo de Nancy, que pregou o sermão, deu uma lição à Corte²⁵. Os deputados aplaudiram; uma vez a Rainha mordeu o lábio; o Rei adormeceu — talvez tenha feito melhor do que se tivesse escutado²⁶. Mas Luís XIV nunca teria dormido, e sem dúvida teria enviado La Fare para Nancy naquela mesma noite, para meditar sobre os perigos de dar lições²⁷.

Luís XVI, tendo adormecido, estava em posição de se declarar bem satisfeito: ele mostrou um rosto sorridente, e isso funcionou tão bem quanto uma aprovação formal das palavras do bispo²⁸. Os deputados ficaram encantados; o "bom rei" estava recuperando sua posição²⁹. Não poderia haver dúvida de que ele percebia os sofrimentos de seu povo, como denunciado pelo orador sagrado³⁰. Na sessão do dia seguinte, sem dúvida, ele apontaria o remédio e, como primeiro passo, convidaria as três Ordens a se unirem e, assim, trabalharem pelo bem comum do reino³¹. Naquela noite de 4 de maio, Versalhes estava iluminada, e a confiança reinava por toda parte³².

Às oito horas da manhã seguinte, os deputados entraram na Salle des Menus Plaisirs: este salão em que a Revolução seria feita levava o nome dos Menus Plaisirs (diversões) do monarca!³³. A chamada dos nomes pelos arautos durou até uma hora da tarde: pois 1700 deputados estavam apinhados em frente à plataforma coberta de veludo violeta cravejado de flores-de-lis, sobre a qual estava o trono, sob um esplêndido dossel³⁴.

À uma hora, o Rei fez sua entrada: todos se levantaram, todas as cabeças se descobriram: a Rainha o seguiu e ocupou a poltrona preparada para ela ao lado do marido; atrás deles estavam os ministros, entre eles o Guardião dos Selos em seda violeta³⁵. Luís XVI sentou-se e leu um discurso não muito longo, mantendo o chapéu emplumado na cabeça o tempo todo³⁶. Com sua voz alta e rude, ele expôs seus direitos, na maior parte: embora não tivesse hesitado em restaurar o costume de realizar os Estados-Gerais, só ele deveria decidir sobre os temas de suas deliberações: era absolutamente indispensável que as finanças do país fossem postas em ordem³⁷. Feito isso, os Estados se reuniriam periodicamente? A votação das Ordens seria por indivíduo, como a concessão da dupla representação dava motivos para esperar? Ninguém sabia!³⁸. O Rei assegurou que seus súditos poderiam esperar tudo de seus "sentimentos"³⁹. Tudo isso era muito vago⁴⁰. Nossos pensamentos voam de volta, ao lermos seu discurso, para aquelas palavras vigorosas e familiares ditas por Henrique IV aos Estados em 1593: "Eu os convoquei para receber seu conselho, para acreditar nele e segui-lo... o forte amor que tenho por meus súditos, meu grande desejo de adicionar ao meu nome dois nobres títulos, os de libertador e restaurador deste Estado, tornarão as coisas fáceis e honrosas..."⁴¹. Se Luís XVI simplesmente tivesse reeditado o discurso de seu ancestral, os trovões de aplausos teriam abalado as próprias paredes da Salle des Menus Plaisirs!⁴².

Mas houve alguns aplausos, e o Guardião dos Selos, Barentin, pareceu prometer coisas boas: "todos os títulos seriam fundidos no de cidadão": todos seriam iguais em matéria de impostos⁴³. Isso era bom: mas sua voz era tão baixa e tão monástica (

si capucine) que um bom quarto de sua audiência não conseguiu ouvir o que ele disse⁴⁴.

Em seguida veio Necker, cujo discurso, que durou duas horas, ficou muito aquém da expectativa geral⁴⁵. Aplaudido, quando começou, por uma audiência que confiava nele, o ministro tornou-se primeiro enfático, depois cansado, e o final de seu discurso foi lido por um escrivão⁴⁶. Seu sermão prolixo não satisfez ninguém: "Ele não disse nada sobre uma Constituição, e parece aceitar a divisão das três Ordens", escreve um deputado descontente, e outro diz: "Depois de ter levado o Terceiro Estado a opiniões exageradas com seu 'Resultado', ele agora parece estar se contradizendo"⁴⁷.

Às quatro e meia da tarde, a sessão foi encerrada e, apesar da decepção geral, o sentimento de lealdade ainda era tão forte que a reunião lançou um grito universal de "Vive le Roy!"⁴⁸. Até a Rainha, que não era aclamada há meses, foi aplaudida repetidas vezes, tão graciosa foi sua reverência de agradecimento⁴⁹. Afinal, isso não passava de um momento de incerteza⁵⁰. A maioria do Terceiro Estado esperava uma solução pacífica para a dificuldade que o Rei não se atrevera a decidir⁵¹. Outros tinham uma visão mais sombria⁵². "A batalha começou", escreveu um deputado da Lorena⁵³.

Naquele 5 de maio, Luís XVI não fora nem Luís XIV, o árbitro imperioso, nem Henrique IV, o conciliador⁵⁴.

E as autoridades mostraram tão pouca previsão nas pequenas coisas quanto nas grandes⁵⁵. Uma de suas ações mais imprudentes foi a de destinar apartamentos separados para as duas primeiras Ordens para suas deliberações, deixando o Terceiro Estado no Salão comum dos Estados-Gerais, onde, exatamente como mais desejava, assumiu a aparência de uma Assembleia Nacional⁵⁶.

Às nove horas de 6 de maio, ele prontamente se instalou⁵⁷. Uma vez reunidos, houve um momento de perplexidade entre os membros: nem todos eram tão resolutos como a maioria das pessoas imagina — muitos, como eles mesmos reconheceriam, tinham medo das "cabeças-quentes"⁵⁸. Mas a maioria — e eles eram muito leais ao Rei — pensava que, como ele não se atrevera a se pronunciar abertamente contra o voto cumulativo, sua opinião particular era favorável a ele, e ele estava apenas esperando que eles forçassem sua mão⁵⁹. Portanto, isso deveria ser feito⁶⁰. Apenas nesta horda de quinhentos deputados, que não possuíam líderes nem oradores, ainda não havia entendimento mútuo⁶¹. No entanto, uma ideia foi desenvolvida por toda a assembleia: cada membro desejava ver as três Ordens formadas em uma única Assembleia, e, conseqüentemente, não se constituiriam em um "Terceiro Estado"⁶². As outras duas Ordens poderiam, possivelmente, sem qualquer pressão do Terceiro, decidir por um exame comum dos poderes de todas as três⁶³. Seria melhor esperar⁶⁴.

Em poucos momentos, chegou a notícia de que a moção em favor dessa medida, apresentada pelos membros liberais das outras duas "Câmaras", fora derrotada em ambas⁶⁵. Mas os números não eram desanimadores⁶⁶. Embora apenas 47 de 188 nobres tivessem votado a favor da proposta, 144 do clero foram a favor, contra 247⁶⁷. Neste caso, mais dez votos teriam garantido a vitória⁶⁸.

Mas Malouet desejava aderir à prática antiga⁶⁹. Distraídos pela dificuldade da situação, os deputados reunidos não sabiam que rumo tomar⁷⁰. De repente, uma figura estranha apareceu na tribuna, gesticulando ferozmente, uma figura com um rosto poderoso e corado, devastado pela paixão, olhos de fogo injetados de sangue e um pescoço de touro; um nome correu pela multidão: "Riquetti de Mirabeau!"⁷¹. Os burgueses desconfiavam desse nobre decaído; "ele estava em desgraça", diz Dumont: eles o vaiaram quando ele tomou seu lugar entre os deputados do Terceiro Estado em 5 de maio⁷². E neste momento solene em que, pela primeira vez, ele subiu os degraus da tribuna que resolvera fazer de trampolim e, enquanto isso, de pedestal, foi recebido friamente⁷³. Um tribuno à maneira dos Gracos, cujos louvores ele cantara, não aceitaria nenhum acordo com a Ordem que o expulsara: nenhuma sugestão oficial ou semioficial às Câmaras privilegiadas: pela pura inércia, eles acabariam por superar as duas Ordens superiores, já divididas entre si!⁷⁴.

Mounier não tinha nenhuma afeição particular por este tribuno, em quem ele farejava um déspota⁷⁵. O Terceiro Estado deveria ser o instrumento dos ódios deste renegado?⁷⁶. Ele induziu a Assembleia a decidir que seus membros estavam "autorizados" a se dirigir às outras duas Câmaras e a pleitear a fusão com elas⁷⁷. Ele mesmo liderou esta delegação semioficial⁷⁸.

O Clero a recebeu com amizade: por várias horas, a causa que Mounier viera defender fora pleiteada pelos democratas entre os párocos e por seis prelados — entre eles o venerável Lefranc de Pompignan, cujo grande respeito se baseava em um episcopado impecável de sessenta anos⁷⁹. Comissários foram nomeados, que em breve deveriam transmitir a resposta da "Câmara"⁸⁰.

Os Nobres, enquanto isso, foram corteses: ouviram educadamente o pedido⁸¹. Alguns de seus membros acompanharam Mounier e seus amigos até a porta do apartamento e lhe disseram: "Nossos corações vão com vocês!"⁸². Eram, de fato, os patrícios sorridentes que vemos nos antigos retratos a pastel!⁸³.

O Terceiro Estado esperou e não nomeou presidente, resolvido, acima de tudo, a não haver constituição formal de sua Câmara até que os "dissidentes" (as duas Ordens privilegiadas) viessem "tomar seus lugares" no Salão geral⁸⁴.

CAPÍTULO II: O CATORZE DE JULHO

Tropas se acumulam. A demissão de Necker. Paris durante o verão de 1789. A Chegada dos Bandidos. Fome e insurreição. Desmoulin e o Palais-Royal. Atitude da Guarda Francesa. Os "eleitores" se reúnem. A Burguesia se arma contra a População. 12 de julho no Palais-Royal. As cargas na Place

Louis XV. Os feitos do dia 13. A noite de 13 para 14 de julho. A tomada da Bastilha. A sede de sangue. 14 e 15 de julho em Versalhes. A Assembleia aprova os amotinados. O Rei na Assembleia. Os Deputados e o Rei no Hôtel-de-Ville. "O Rei assinou sua capitulação?"

"Deus dos Judeus, tu venceste!"⁸⁵, gritou o Abade de Montesquiou quando, por ordem do Rei, se dirigiu ao Salão geral da Assembleia⁸⁶. As palavras traem a natureza morna de seu entusiasmo⁸⁷. A maioria dos nobres ansiava por vingança, mas o Rei estava aparentemente encantado; ele recebeu a delegação da Assembleia Nacional no Palácio, e desta vez todas as portas estavam escancaradas⁸⁸. "Ele tinha um ar de alegria, parecia uma criança que fora tirada de suas fraldas!"⁸⁹. Na realidade, ele se sentia despojado de suas armas⁹⁰. "A espada escapou das mãos do monarca e ele não percebe", foram estas as palavras escritas em 1º de julho⁹¹. Ele estava fazendo o possível para recuperá-la; ao redor de Paris, tropas estavam sendo concentradas⁹². Lameth descreveu Versalhes, com os soldados marchando pela Place d'Armes em meio ao silêncio duvidoso da multidão⁹³.

Os deputados achavam que sua segurança estava ameaçada: eles se comparavam, com um certo exagero, aos senadores romanos em suas cadeiras curuis⁹⁴. Eles estavam engajados em votar as cláusulas preliminares da Constituição, mas a questão que exigia sua atenção mais urgente era a do abastecimento de alimentos⁹⁵. Este assunto, alarmante para todos, era especialmente para eles⁹⁶. Pois a fome aumentava a cada dia, e logo o grito nas ruas seria que "quando havia um Rei, havia pão, pelo menos, mas agora que havia 1300 reis, não havia nenhum!"⁹⁷. Diziam que a população parisiense estava começando a ficar inquieta: os membros da Assembleia, que não eram nada democratas, temiam isso excessivamente, mas estavam entre dois terrores, pois as tropas que a Corte, em vista de possíveis distúrbios, vinha reunindo desde 1º de julho os enchiam de um alarme constantemente crescente⁹⁸. Uma atmosfera pesada parecia pairar sobre Versalhes, uma condição bem descrita por um escritor contemporâneo como "um período de perturbação e melancolia", entremeado de "falsos alarmes que fomentavam suspeita e irritabilidade"⁹⁹. No entanto, as tropas destinavam-se mais a Paris do que a Versalhes¹⁰⁰. Isso não impediu que a Assembleia solicitasse sua retirada no dia 8¹⁰¹.

Apenas um fato tranquilizava um pouco essas mentes ansiosas; enquanto Necker estivesse lá, ninguém ousaria tocar nos representantes da nação, pois Necker recuperara completamente a popularidade que quase perdera¹⁰². Ora, em 11 de julho, a Assembleia foi informada de que o Ministro genebrino, "aquele estrangeiro", como o chamava o Conde d'Artois, acabara de receber sua demissão do Rei¹⁰³. Sua queda fora provocada pelo Conde d'Artois e sua cabala — "e também pela Rainha", escreveu o Barão de Staël, genro do Ministro desgraçado¹⁰⁴. Acreditava-se, incorretamente, que os novos ministros eram oponentes resolutos da Revolução: eram eles Broglie, um homem de mente muito esclarecida, Breteuil, um grande nobre cujos antecedentes deveriam ter bastado para garantir sua popularidade, e Foulon, abominavelmente caluniado por aqueles que lhe atribuíam a horrível observação: "Se não têm pão, que comam feno!"¹⁰⁵. Mas muitas pessoas achavam vantajoso caluniar os ministros do Rei; "Indivíduos odiosos", escreveu aquele excelente genro, o Barão de Staël¹⁰⁶. A demissão de Necker caiu sobre a Assembleia como um raio¹⁰⁷. "Os abomináveis conselheiros do Rei finalmente obtiveram sua demissão!", escreve Sillery, um dos líderes do grupo de Orléans, no dia 13¹⁰⁸. Essa era a visão geral¹⁰⁹. Como o dia 12 era um domingo, não houve sessão da Assembleia, mas assim que a do dia 13 começou, um protesto foi levantado¹¹⁰. Grégoire falou com grande violência: a Assembleia, disse ele, "deve proceder para castigar os autores da demissão"¹¹¹. Uma delegação se apresentou ao Rei, e o Arcebispo de Vienne, na presença dos novos ministros, ousou dizer a Sua Majestade em nome da Assembleia "que ela nunca deixaria de lamentar o antigo ministro, e nunca sentiria qualquer confiança nos novos"¹¹². Luís XVI deu uma resposta curta¹¹³. Houve um novo debate no salão dos Menus Plaisirs; a responsabilidade dos conselheiros do Rei, "qualquer que fosse seu posto", foi afirmada — isso era uma ameaça contra o Conde d'Artois — e foi decidido que a Assembleia deveria se reunir permanentemente, ouvindo os relatórios de Paris¹¹⁴. Naquele momento, de fato, Paris estava em estado de convulsão, e todo o interesse fora desviado dos debates de uma Assembleia que era, afinal, impotente, e estava fixado no drama popular em curso do Palais-Royal à Bastilha¹¹⁵.

A demissão de Necker ocorreu em um momento em que as mentes dos parisienses já estavam em um estado de violenta agitação¹¹⁶. Um grupo de homens dentro dos muros da cidade observava a oportunidade de servir a seus próprios fins, voltando os cidadãos aterrorizados contra o governo regular¹¹⁷.

Desde o início de abril, Paris e seus arredores imediatos viviam em um estado de terror, ainda mais pungente porque era indefinido¹¹⁸. Certamente não eram as "empresas da Corte" que enchiam esses corações de alarme¹¹⁹. Todo o país estava dominado por aquele medo misterioso, uma espécie de histeria nacional, que os historiadores nunca conseguirão explicar¹²⁰.

Em Paris, este grande medo não datava de junho, mas do mês de abril¹²¹. Naquele mês, soube-se que a Ile-de-France estava cheia de ladrões¹²². Estes bandos afluíram em direção a Paris durante a primavera de 1789¹²³. De todos os subúrbios da grande cidade, chegavam relatos de pilhagens e incêndios: os suprimentos foram cortados¹²⁴. Às vezes, os bandidos forçavam a entrada pelos portões da cidade e se juntavam ao elemento rude na inquieta Paris, de onde a Tenência de Polícia, ela própria sofrendo da agitação geral, não conseguia desalojá-los¹²⁵. Os burgueses aterrorizados se viram indefesos justamente no momento crítico em que a velha ordem se desmoronava e a nova ainda não nascera¹²⁶.

Embora a população de Paris detestasse esses rufiões, era provável que se tornasse sua presa fácil¹²⁷. A miséria geral era terrível, e a anarquia prevalecente a aumentara¹²⁸. A fome tende a subir à cabeça: e o calor excessivo a que se referem as cartas escritas no decorrer de julho de 1789 incendiara os cérebros dos homens em vez de intimidar sua coragem¹²⁹. Nos jardins do Palais-Royal, "cheios como um ovo", um jovem tribuno, de nome Camille Desmoulins, com o rosto distorcido pelo ódio, esforçava-se por incitar o povo com seu clamor por uma guerra contra a sociedade¹³⁰. "A besta caiu na armadilha, vamos derrubá-la! Nunca se ofereceu aos vencedores uma presa mais rica! Quarenta mil palácios, casas de cidade e mansões de campo serão a recompensa da bravura!"¹³¹.

Essa mesma "bravura" causou grande alarme aos burgueses¹³². Como a autoridade central estava aparentemente indefesa, eles haviam estabelecido uma espécie de comitê ilegal, o "Comitê de Eleitores", ao qual — uma nova prova de anarquia — as autoridades comunais, em sua fraqueza, haviam destinado um escritório no Hôtel-de-Ville¹³³. Este "Comitê", que não tinha poderes legítimos, reunia-se todas as noites — um fato que por si só indicava um estado de caos, mas que era quase legitimado pela anarquia existente em todos os quadrantes, dos mais altos aos mais baixos¹³⁴. Pois foi para garantir a segurança de Paris contra os sucessores de Mandrin e os amigos de Desmoulins que os eleitores de Bailly e Sieyès se insinuaram, quase com sua conivência, no lugar da autoridade cívica¹³⁵. E estes burgueses, embora verdadeiros liberais, estavam mais perturbados com as reuniões no Palais-Royal do que com as empresas do Conde d'Artois¹³⁶.

CAPÍTULO III: UM PAÍS EM DISSOLUÇÃO

Anarquia. Paris, um centro de anarquia; os assassinatos de Foulon e Bertier. "Afiml, esse sangue era tdo puro?" Anarquia nas províncias. O Grande Medo. Devastação geral. Funcionários massacrados. Nascimento espontâneo das "Comunas"; sua fraqueza diante da insurreição.

"Anarquia espontânea", escreveu Taine¹³⁷. A expressão teve o mais extraordinário sucesso, mas, aplicada ao estado da França logo após 14 de julho, não é correta¹³⁸. Essa grande anarquia foi desencadeada sob a ação de dois eventos distintos — a captura da Bastilha e a noite de 4 de agosto; foi uma anarquia que foi encorajada e, ocasionalmente, até mesmo instigada¹³⁹.

A tomada da Bastilha foi, em si mesma, no mais alto grau, um ato faccioso; no entanto, se tivesse preservado seu verdadeiro caráter, poderia ter sido desprovida de consequências¹⁴⁰. Mas, aprovada e louvada como foi, acabou por se tornar prenhe de anarquia¹⁴¹. As chamadas "classes dominantes" foram tomadas por um momento por um acesso da mais inconcebível loucura¹⁴². Um deputado pertencente à nobreza, que até então mantivera as visões mais intransigentes, escreve no dia 16: "Esta é uma bela e útil lição para os Ministros"¹⁴³. Um monarquista cujas cartas anteriores provam que ele era muito hostil ao movimento revolucionário, escreve, no dia 18, sua aprovação formal da cidade "que rompera todos os laços políticos para recuperar seus direitos naturais"¹⁴⁴. E Gouverneur Morris, tão hostil à Revolução antes e depois do evento, nos diz que considera a tomada da Bastilha no dia 14 como um "grande exemplo de intrepidez", e brinda "à liberdade da nação francesa" com o melhor clarete¹⁴⁵. Isso foi no dia 15, e no dia 18, tendo tido tempo para pensar no assunto, ele se regozijou com a derrubada "daquele castelo diabólico"¹⁴⁶.

Foi Luís XVI quem levou o americano, notável por seu firme bom senso, a aceitar a lenda do "castelo diabólico", pois o Rei consentiu na ereção de uma estátua de si mesmo no local da Bastilha, que fora completamente demolida imediatamente após o dia 15¹⁴⁷. E a moda, entrando no jogo, não apenas os democratas ferozes, mas as belas damas, compraram as pedras da fortaleza por libra, "pagando por elas tanto quanto por uma libra de boa carne", para depois as engastarem como ornamentos¹⁴⁸.

Em Versalhes, houve uma tremenda reação contra a "facção de Artois", pois as "pessoas facciosas" de 14 de julho eram os habitantes do Palácio!¹⁴⁹. Quando o Conde d'Artois partiu no dia 17, "o estábulo de Áugias foi limpo!"¹⁵⁰. Quem escreveu essas palavras? Um membro do partido revolucionário? Não¹⁵¹. Elas foram escritas por um dos escritores contemporâneos em cujas afirmações os historiadores hostis à Revolução mais prontamente se baseiam¹⁵².

Paris, tendo sido completamente exonerada, as províncias começaram a tirar a moral desses estranhos acontecimentos, e concluíram que, vendo que o que era permitido dentro dos muros de Paris também era permitido fora deles, não poderia ser uma coisa má para os soldados desertarem e se amotinarem, para os magistrados da antiga ordem serem expulsos e mortos se oferecessem alguma resistência, e para a população atacar os castelos, as "quarenta mil Bastilhas", incendiá-los e, se necessário, queimar também seus donos¹⁵³. Que rico tesouro de simplicidade nos é revelado pelo deputado que escreve, em 18 de julho, após uma glorificação dos feitos do dia 14: "A agitação vai diminuir, tudo voltará ao seu lugar, a disciplina militar será restaurada; o espírito nacional é o remédio para todas as coisas!"¹⁵⁴.

"Não há mais Rei, nem parlamento, nem exército, nem polícia!", lamentou um deputado da Esquerda naquele dia¹⁵⁵. Mounier logo descreveria a terrível anarquia que se seguiu na França após 14 de julho, e Taine, cem anos depois, sublinharia as palavras de Mounier com fatos e números¹⁵⁶.

O grande centro de tudo era Paris¹⁵⁷. "Todos", admite Bailly, "sabiam comandar, e ninguém sabia obedecer"¹⁵⁸. Cada distrito da cidade, e havia sessenta deles, achava que possuía autoridade soberana¹⁵⁹. Um deles se encarregou de abrir todos os despachos ministeriais, para "ver se não continham nada contra a nação!"¹⁶⁰. Outro, logo depois, iria parar uma carroça carregada de prata para a casa da moeda de Limoges, "porque a cunhagem deveria ser feita em Paris e não em Limoges"¹⁶¹. A Guarda Nacional, que a essa altura não passava de "terror armado", era incapaz de manter qualquer tipo de ordem¹⁶². Estava à disposição de La Fayette apenas nos dias que lhe convinham¹⁶³. "De que serve a milícia burguesa de Paris", escreve um deputado, e um de opiniões avançadas, Biauzat, "se assassinatos são planejados e executados nas praças públicas da cidade?"¹⁶⁴. Ele se refere aqui aos assassinatos de Foulon e Bertier¹⁶⁵. Os vários relatos comoventes desses assassinatos valem a pena ser citados¹⁶⁶.

Foulon, que fora preso em Viry, foi levado a Paris em 22 de julho¹⁶⁷. "M. de La Fayette fez tudo o que era possível para salvá-lo, mas o povo estava determinado a ter sangue; eles se tornaram ávidos pela visão dele!"¹⁶⁸. As portas do Hôtel-de-Ville foram arrombadas, e a vítima foi agarrada e torturada com uma "ferocidade que revoltou os corações dos espectadores mais endurecidos"¹⁶⁹. Depois foi a vez do genro de Foulon, Bertier, Intendente de Paris, que foi acusado de ter cumprido seu simples dever — ele havia distribuído pólvora às tropas do Rei na véspera do dia 14 — e foi despedaçado "com sessenta golpes de espada"¹⁷⁰. "Todos os seus membros foram carregados em triunfo; seu coração foi apresentado a M. le Maire na ponta de uma lança"¹⁷¹. Enquanto isso, a cabeça de Foulon — a boca cheia de feno — era carregada em outra lança, e quando os portadores das duas se encontraram, as cabeças foram feitas para se tocarem: "Beije o papai! Beije o papai!"¹⁷².

La Fayette apresentou sua renúncia, e depois a retirou; os deputados deploraram o incidente¹⁷³. Barnave iria tranquilizá-los; sangue fora derramado, de fato, mas "era um sangue tão puro?"¹⁷⁴. O Abade Jallet jurou que as palavras eram "as de um verdadeiro romano"¹⁷⁵. O país ouviu, ai de nós!¹⁷⁶.

CAPÍTULO IV

A NOITE DE 4 DE AGOSTO E A DECLARAÇÃO

Julho a Outubro de 1789

Dois terrores pairavam sobre a Assembleia: o terror da Corte e o terror da população. O primeiro, por um momento, pareceu diminuir. O Rei estava se cercado de ministros que professavam os princípios de 1789. Esses ministros de um Rei que, um dia antes, fora um monarca absoluto, passando de um extremo ao outro, informaram à Assembleia "que não exerceriam nenhuma função pública que a Assembleia não tivesse autorizado" e, confiando em sua declaração, esse dócil executivo deixou de governar completamente, deixando os deputados resolverem as questões com a nação.

A Nação, como sabemos, havia se entregado à rale no último mês. A palavra ocorre nas anotações dos próprios deputados democratas e denota o horror com que as façanhas dos bandos de saqueadores enchiam o antigo Terceiro Estado. Mas essa rale, se não ficasse satisfeita, destruiria tudo e todos! Havia, de fato, a possibilidade de se antecipar a ela, destruindo tudo o que restava para ser demolido, mas esses homens da classe média sentiam um certo escrúpulo quanto a isso; muitos deles eram juristas: não viam bem como poderiam despojar os nobres e o clero de direitos que tinham séculos de existência. No entanto, se não fossem despojados, como a população seria satisfeita? Eles eram um grupo de homens muito perturbados.

Então, de repente, às oito horas da noite de 4 de agosto, no momento em que a sessão estava prestes a terminar, o Visconde de Noailles levantou-se em seu lugar. Um decreto destinado a "acalmar as províncias" acabara de ser lido. O Visconde começou a falar: a única coisa que levava a população a saquear as casas de campo, disse ele, era o pesado fardo dos direitos e taxas senhoriais — um remanescente odioso do sistema feudal; eles deviam ser varridos! O Terceiro Estado, a princípio mudo de espanto, explodiu em aplausos frenéticos. Noailles representava toda a nobreza do país, voluntariamente oferecendo o pescoço ao machado; ali estava a solução. Ninguém se importou em lembrar que este Louis de Noailles, filho de um ramo mais jovem de sua família e um homem arruinado, não tinha autoridade alguma para o que dizia. Em seu próprio círculo, ele era apelidado de "João Sem Terra".

Então, o Duque d'Aiguillon, irritado por ver um nobre revolucionário como ele ser superado por "João Sem Terra", apoiou a resolução. Uma nova tempestade de aclamação o saudou, e houve outra quando o Duque du Châtelet discursou contra o sistema feudal.

Sobre isso, um furacão de generosidade selvagem foi desencadeado; nunca o caráter francês se provaria mais inadequado para a deliberação calma, mais sujeito a impulsos irresistíveis. Honestamente, talvez, Noailles pensou que tinha o direito de sacrificar as fortunas de toda a sua Ordem. No dia seguinte, um deputado de nascimento nobre anotou em seu Diário (secretamente, é claro): "Os deputados não possuíam nenhum dos poderes que assumiram." Não importa! "Cada homem", escreve uma testemunha da cena, "generosamente doou aquilo que não possuía." Na verdade, os homens que elegeram Noailles nunca lhe deram autoridade para arruiná-los, nem o clero da Lorena enviou o Bispo de Nancy a Versalhes para renunciar aos direitos de sua Ordem sobre todos os seus benefícios; isso La Fare fez, em meio a aplausos universais. Os 1700 deputados estavam "como loucos"; eles choravam e se abraçavam. E cada um competia com seus companheiros na corrida por aplausos. O Bispo de Chartres e o Arcebispo de Aix vieram aprovar La Fare, "em nome do Clero". O Bispo de Chartres renunciou aos direitos de caça; esse foi o único momento em que os nobres sentiram uma certa apreensão. Du Châtelet foi ouvido a murmurar: "Ah! O Bispo está tirando minha caça; vou tirar algo dele!" E ele tirou seus dízimos. Mas a nobreza da magistratura, representada por Lepelletier de Saint-Fargeau, Presidente de um dos Tribunais de Justiça, já estava na tribuna, exigindo a abolição dos privilégios financeiros. Houve um rugido de prazer. Em seguida, certos párocos ofereceram-se para renunciar a suas taxas ocasionais. O salão ressoou com gritos de admiração; só no dia 8 se descobriu que um estava renunciando a vinte libras, e o outro a quinze. Os viveiros de caça foram abolidos, assim como as taxas de vindima.

"Foi um delírio, uma embriaguez!" O Marquês de Blacons sugeriu que as províncias também deveriam renunciar a seus privilégios: Bretanha, Languedoc, Artois, Borgonha, Lorena, obedeceram ao chamado.

E quando tudo foi completamente derrubado, o Arcebispo de Paris propôs que um *Te Deum* fosse cantado na Capela do Palácio, enquanto dois nobres, Liancourt e Lally, fizeram com que Luís XVI fosse proclamado "o restaurador da liberdade francesa".

Tenho diante de mim as anotações de meia dúzia de deputados burgueses; todas estão cheias de perplexidade e emoção. "Sentimo-nos em um transporte de alegria e delírio", escreve um, "enquanto a cena mudava de boa para melhor, e víamos todos os grandes obstáculos afundando e desaparecendo!" Outro gagueja encantado: "Invoco a ajuda da Divindade para me inspirar com expressões adequadas!" E um terceiro diz: "Choramos, nos abraçamos. Que nação! Que glória! Que honra ser francês!"

Às oito horas da manhã seguinte, cerca de trinta decretos haviam legalizado a mais extraordinária convulsão social que qualquer nação já conheceu. "Em dez horas", escreveu um deputado naquele dia, "fizemos o que poderia ter levado meses." Mas o mesmo homem reconheceria, algumas semanas depois, que o trabalho daquela noite infeliz criara uma situação impossível para a própria Assembleia, pois meus leitores imaginarão prontamente que meses tiveram que se passar antes que algo sequer toleravelmente coerente pudesse ser extraído dessas manifestações legislativas.

Seja como for, os deputados da classe média, bastante tranquilizados, dirigiram-se à capela para cantar seu *Te Deum*, com a confortável convicção de que "a população, tocada por tanta generosidade, se acalmaria tranquilamente". Eles estavam um tanto enganados. A "população" reivindicaria mais do que lhe fora dado. Quando os deputados começaram a examinar as questões de perto, foram forçados a estabelecer certas distinções. Certos direitos, como os do senhor local e mestre, podiam ser abolidos sem indenização, mas outros, os do senhor proprietário, só podiam ser comprados. Ora, como esses direitos estavam muito entrelaçados, a população, sendo simples em suas ideias, não conseguia distinguir um do outro. Certamente fora informada em 5 de agosto, em cartas borradas com as lágrimas da Assembleia, que "o regime feudal fora totalmente abolido". "O povo", nos é dito, "está profundamente ciente dos benefícios que lhe foram prometidos", e como Reubell, o deputado alsaciano, nos informa, "recusou-se a perder essa consciência". Nada pôde induzi-los a aceitar as restrições que o Comitê de Direitos Feudais desejava impor. Eles consideravam todas essas restrições como um deliberado descumprimento da "grande promessa". Ai dos prudentes deputados deste Comitê que tentaram minimizar as declarações inflamadas de João de Noailles e do Bispo de Nancy! O próprio Terceiro Estado não cantaria *Te Deum* por muito tempo.

Quanto aos nobres e ao clero, eles o cantaram naquela manhã de agosto a plenos pulmões, seus corações cheios de emoção por sua própria ação: "*Te Martyrum candidatus laudat exercitus*."

Assim, o sistema feudal foi abolido, e todos os cidadãos franceses eram agora iguais. Parecia necessário fazer alguma proclamação de seus direitos: poderia, de fato, como disse Mirabeau, ter sido mais oportuno, considerando os eventos que então convulsionavam as províncias — os saques e os

assassinatos; os incêndios, a recusa em pagar impostos e os motins entre as tropas — proclamar "não os direitos, mas sim os deveres dos cidadãos", mas havia um grande anseio por "declarar os direitos".

A Assembleia vinha trabalhando nesta Declaração desde o final de julho. Seus princípios haviam sido trazidos da Filadélfia por La Fayette, e esses princípios, uma vez aceitos, as ideias que ela deveria incorporar foram fornecidas pelo filósofo genebrino.

No entanto, logicamente falando, a Declaração deveria ter surgido da essência dos *Memoriais*. E Clermont-Tonnerre de fato extraiu onze cláusulas muito óbvias dessa fonte. Sua origem não era nem filadelfiana nem genebrina; eram puramente nacionais. Que vergonha para ele! A Assembleia deveria trabalhar apenas para uma nação? "Desejamos fazer uma Declaração para todos os homens, para todos os tempos, para todos os países, que sirva de exemplo para o mundo inteiro!", bradou um deputado. Essa pretensão trouxe um sorriso aos lábios de Morris, que vinha da Filadélfia, e de Dumont, que vinha de Genebra. "Uma ficção infantil", este último a apelidou. O próprio Jean-Jacques teria se assustado com isso.

Uma Declaração baseada em suas ideias tinha necessariamente que ser extremamente democrática. A burguesia talvez a preferisse de outra forma; mas eles foram superados em número pelos nobres liberais e pelo clero democrático. Em 1º de agosto, Montmorency, apoiado pelo Conde de Castellane, proclamou a necessidade de votar a Declaração em sua integridade. Alguns dos burgueses, um Sr. Crinière e um Sr. Grandin, mostraram sinais de alarme. Mirabeau também achou "imprudente" levantar "a cortina" muito subitamente. A população, disse ele, logo "abusaria" de seu poder; os Direitos do Homem "eram um segredo que deveria ser ocultado até que uma boa Constituição tivesse colocado o povo em posição de ouvi-lo sem perigo". E Malouet afirma com muita sabedoria: "Por que deveríamos levar os homens ao topo de uma montanha e de lá mostrar-lhes a extensão total de seus direitos, já que somos forçados a fazê-los descer novamente, atribuir-lhes limites e lançá-los de volta ao mundo como ele é, no qual encontrarão marcos a cada passo?" Mas, seguindo Montmorency e Castellane, Virieu, Lameth, Lally, Talleyrand, Rochefoucauld, sem mencionar o Arcebispo de Bordeaux, Champion de Cicé, um relator dos mais entusiastas, apresentaram cláusulas de caráter muito democrático, que foram saudadas com altos aplausos. Eram todos sinceros; pode ter havido um tipo de ressentimento inconsciente contra o Terceiro Estado no fundo de seus corações, que os levou a forçá-lo a ir ao limite extremo da democracia de uma vez. Mounier foi certamente um dos principais inspiradores da moção, mas ele foi muito influenciado pelos nobres democráticos.

A Declaração foi elaborada em sessão pública. Dois estrangeiros que estavam presentes nessas sessões — Campe, um alemão, e Dumont, um genebrino — as consideraram incoerentes ao extremo. "Disputas vazias sobre palavras, uma confusão de metafísica... a Assembleia transformada na escola da Sorbonne", diz Dumont. "Uma confusão tal", escreve Campe em 12 de agosto, "que você a tomaria por um sabá de bruxas".

A Declaração, assim construída com uma emenda sobre a outra, era, como observa M. Aulard, quase de caráter republicano. Não foi uma manifestação racionalista. Rousseau teria proibido isso. O Vigário Saboiano ajudou o Conde de Virieu a garantir o reconhecimento do Ser Supremo e a fazer com que a Declaração fosse marcada, como ele disse em 20 de agosto, com "o selo de Deus".

Uma das páginas mais interessantes de M. Aulard demonstra a contradição absurda entre esta Declaração e a Constituição da qual ela seria o prefácio. A classe média, de fato, estava lançando as bases de sua compensação final. "O Catecismo da Nação", foi o grito, uma vez que a votação foi feita; mas este mesmo catecismo seria fechado em um tabernáculo, cuja cortina seria cuidadosamente baixada; "havia uma política de cortina". Os homens de 1789 baixaram esta cortina depois de a terem levantado; os homens de 1793 se esforçaram para rasgá-la; os de 1795 a costuraram novamente; ela ainda não foi totalmente levantada. A Constituição baixou a cortina.

"Todos os homens, nascendo iguais, devem ter direitos iguais", diz a Declaração — mas, segundo a Constituição, eles não podem tê-los. Teria sido mais sábio, afinal, ouvir Malouet, e não levar os homens ao topo da montanha para lhes mostrar uma Terra Prometida que lhes seria recusada depois.

Um fator que havia arrastado a Assembleia pelo caminho da revolução em agosto e setembro foi o novo alarme inspirado pela Corte. A Rainha havia se lançado nos braços dos amigos do Conde d'Artois. Ofendida pelos abomináveis ataques feitos a ela e alarmada com a desorganização no campo real, ela estava procurando apoio. Infelizmente, ela era totalmente incapaz de conter a maré pela adoção de qualquer política habilidosa. A Revolução já havia atingido um estágio em que apenas aqueles que a haviam desencadeado poderiam ter sido capazes de conter seu ímpeto. La Fayette, muito consternado, ofereceu-se para tentar; Mirabeau vinha sondando a Corte há um mês. O curso certo teria sido convocar um desses dois homens para o Ministério. Mas a Rainha não tinha talento para esquecer; ela não os queria. Mirabeau, furioso por ser mantido à distância, estava voltando à sua antiga política de violência. "O Rei e a Rainha perecerão, e a população esmagará seus cadáveres!"

A Assembleia havia se tornado impopular; isso levou Maria Antonieta a acreditar que a hora da reação havia chegado e a contar com uma contrarrevolução. A população estava certamente descontente; estava zangada. "O fogo está queimando sob as cinzas, ou melhor, sob a farinha", escreveu alguém em 17 de agosto, e a responsabilidade pela escassez estava sendo lançada sobre a Assembleia, contra a qual "a corrente de opinião aumenta diariamente", acrescenta o mesmo correspondente no dia 18.

A Rainha estava pensando seriamente em uma dissolução. Tudo o que seria necessário seria garantir a fidelidade de algumas tropas. Seu programa foi adivinhado na Assembleia, onde a suspeita de suas intenções levou um certo número de liberais moderados para a Esquerda. Uma vez votada a Declaração, começou o debate sobre a Constituição. Mounier, o relator do Comitê, desejava vê-la com tendência conservadora. Em agosto de 1789, ele disse a Virieu: "Pensamos que devíamos nos armar com a clava de Hércules para esmagar os abusos, e agora precisamos dos ombros de Atlas para sustentar a monarquia". Ele teria gostado de uma Constituição no modelo inglês: — duas Câmaras e um executivo forte. Mas ele falhou. Seus colegas deputados não desejavam nem uma Câmara Alta nem um governo forte. O partido dos Bicameralistas foi derrotado — esmagado. Ele se retirou do comitê, com Mounier à sua frente, e assim, em 15 de setembro, a Esquerda obteve a maioria dos votos. Quando a proposta de dar ao Rei um Veto foi apresentada, houve uma discussão apaixonada.

A população parisiense se apossou dessa questão. Agitadores estavam à espreita de um pretexto. A escassez de alimentos poderia, como já foi escrito, "ajudar e acelerar uma segunda revolução". Mas nada excita tanto as paixões da multidão quanto palavras que ela não entende. Os demagogos dos cantos de rua se lançaram sobre o Veto: "Você sabe o que significa Veto? Escute! Você vai para casa, e sua esposa cozinhou seu jantar. O Rei diz Veto — 'Chega

de jantar para você!" Quando a Assembleia votou um veto suspensivo, a população ficou indignada. No início de outubro, um orador de rua foi ouvido a gritar: "Não temos pão, e eis a razão: há apenas três dias o Rei recebeu este veto suspensivo, e agora todos os aristocratas compraram vetos suspensivos, e eles estão enviando todo o trigo para fora do país." Sua audiência aplaudiu — "Com certeza, ele está certo! É assim que é!"

"A Assembleia está cheia de traidores", eles gritam. "Temos que ir e arrancá-los de seus assentos!", grita Loustalot. Marat escreve que a Assembleia deve ser dissolvida. Infâmia rastejante de todas, aquela miserável Assembleia havia eleito Mounier, um traidor, um Bicameralista, um aristocrata, para ser seu Presidente! Mas a Assembleia não era o único objeto de ataque. O Rei acabara de se recusar a sancionar os Decretos de 4 de agosto, a Declaração e as cláusulas da Constituição, na medida em que haviam sido votadas, dizendo, com muita sabedoria, que "todas essas coisas precisam ser postas em ordem". A Revolução deveria "estagnar"? "Precisamos de um segundo acesso de Revolução", escreve Loustalot, em 4 de outubro. A pequena Sra. Roland, tremendo de impaciência lá em Lyon, esperava que "a França acordasse". Era um momento de forte pressão — o Palais-Royal abusando da Corte, a Assembleia acusando La Fayette e Bailly de tibieza, a falta predominante ajudando nos planos dos agitadores. A fome era o fator predominante. "Vamos a Versalhes", era o grito, "e trazer de volta o padeiro, sua esposa e o menino do padeiro!" E, ao mesmo tempo, o Arcebispo de Paris, que evidentemente havia "pago os moleiros para pararem de moer farinha", poderia ser morto na presença de toda a Assembleia. Os agentes do Duque d'Orléans certamente alimentaram a chama — no momento, "Filipe, o Vermelho" imaginou que a hora estava madura. O Clube Bretão, também, o mais violento de todos, estava enviando emissários a Paris e praticando, como afirma Sieyès, uma "política subterrânea", enquanto Mirabeau incitava o povo a um curso que possivelmente poderia resultar em sua própria aparição como um "salvador". Não precisamos procurar causas muito obscuras; os revolucionários do estrato inferior — Loustalot e seus companheiros — estavam determinados a que houvesse um "segundo acesso de revolução". Em 4 de outubro, Loustalot e Desmoulins, que haviam brigado, fizeram as pazes. A partir de então, tudo o que restava a fazer era elaborar uma lista de queixas e lançar os bandos de rufiões em Versalhes. O Veto, a eleição de Mounier, a recusa do Rei em sancionar, já eram suficientes para esse propósito; certas tentativas hesitantes por parte da Corte para provocar uma contrarrevolução forneceriam um pretexto adicional. E por baixo de tudo isso estava a fome do povo.

A Rainha sonhava com a dissolução da "impopular" Assembleia. A Assembleia ansiava por reduzir a camarilha da Rainha à impotência. O Povo — por isso entendemos o pseudo-povo das "jornadas" — deveria seguir para Versalhes, para varrer tanto a Corte quanto a Assembleia, derrubar Mounier de sua cadeira e "Antonietta" de seu trono.

CAPÍTULO V

AS JORNADAS DE OUTUBRO

A chegada do Regimento de Flandres em Versalhes, no final de setembro, já havia despertado suspeitas na Assembleia. Diziam que ele era fiel ao Rei. Seria usado para um golpe de estado? Isso, apesar da obstinada persistência da lenda, é absolutamente improvado. M. Mathiez aponta que o coronel do regimento, M. de Lusignan, sentava-se na Assembleia entre os deputados da Esquerda. A ideia era mais provavelmente proteger a própria Assembleia

contra um ataque súbito, e foi a municipalidade de Versalhes, em seu terror do perigo que ameaçava de Paris, que solicitou ao executivo o reforço das tropas na cidade.

Não obstante, é verdade que em 1º de outubro ocorreu uma cena de caráter tão evidentemente antirrevolucionário que os amigos da Revolução bem poderiam ter se alarmado. Por várias semanas, como nos informa Paroy, um forte monarquista, as damas da Corte haviam se entregado a uma prática tola de usar lírios e vestidos brancos; inocente o suficiente, de fato, mas muito imprudente. Ainda mais imprudente foi a cena do dia 1º. Após um jantar oferecido pelos Guardas do Corpo ao Regimento de Flandres e a algumas outras tropas no salão do teatro do Palácio, a companhia, "com os corações aquecidos e satisfeitos, brindou à família Real". O Rei, recém-chegado da caça, apareceu de repente em um dos camarotes, acompanhado pela Rainha e pelo Delfim. "Cinco ou seis homens do Regimento de Flandres, aquecidos pelo vinho, arrancaram suas cocardas vermelhas e azuis" — tiro esses detalhes da autoridade mais confiável disponível, o Marquês de Vergennes — gritando: "A Assembleia que vá para o diabo! Pertencemos apenas ao Rei, e estamos prontos para morrer por ele. Voltemos ao seu uniforme e às nossas cocardas brancas!" Quando a família real partiu, os soldados estavam em estado de extrema agitação; eles se espalharam pelos pátios, e dois deles subiram à varanda onde o Rei estava, gritando: "Sire! é assim que fazemos o assalto; dedicamo-nos apenas ao seu serviço!"

Isso foi tudo, mas foi demais. Se houvesse alguma intenção de tentar um golpe de estado, ela foi revelada; se não houvesse tal ideia, o boato foi provido de uma base. Foi a bravata inútil de fanfarrões, um gesto altamente perigoso.

No dia 2, toda Paris sabia disso. Os agitadores ficaram encantados; ali estava o pretexto que buscavam há um mês! Os procedimentos do dia foram organizados da maneira mais ardilosa. Como os gritos das mulheres do povo sobre a escassez de comida eram mais agudos que os dos homens, seria uma revolta de mulheres. Quem ousaria atirar em mulheres famintas? E por trás das mulheres, os homens se infiltrariam. Às cinco horas da manhã, 10.000 mulheres estavam em tumulto. Elas não eram de modo algum irrepreensíveis, nem em virtude nem em maneiras. Mlle. Théroigne de Méricourt (esse era seu nome verdadeiro), que fez sua primeira aparição nesta ocasião, não era nenhuma Lucrécia, e a pequena Madeleine Chabry, que deveria se dirigir ao Rei, vendia buquês (e beijos) no Palais Royal. O contingente mais forte, no entanto, vinha das *Halles*; mulheres terríveis, estas, às vezes a favor do Rei, às vezes contra ele, sempre extremamente violentas. Para engrossar as fileiras da população "feminina", havia um número de homens, barbeados, pintados e de saias, soldados da Guarda Francesa, vestidos com jaquetas femininas — uma mascarada grotesca.

Um oficial de justiça obscuro de nome Maillard pegou um tambor e bateu a chamada. Em uma hora, 7.000 ou 8.000 mulheres — ou supostas mulheres — marchavam descontroladamente em direção a Versalhes. Thiebault, com cerca de dez outras testemunhas, deixou-nos uma descrição aterrorizante dessa multidão.

Os miseráveis mal haviam partido quando a Guarda Nacional declarou que devia segui-los. La Fayette, "aquele bajulador", escreve Fournier l'Américain, recusou-se a princípio. "Por Deus! General", gritaram seus homens, "você ficará conosco!" "Para Versalhes ou para o poste!", eles gritaram para o hesitante Marquês. Ele declarou mais tarde que eles teriam ido sem ele. E, de fato, Fournier estava bastante preparado para subornar seus homens. "Temos que trazer toda essa maldita gente para Paris!", ele gritou, e foi respondido por trovões de aplausos. La Fayette fez a Comuna lhe dar ordens formais para marchar, "vendo que era impossível recusar" — uma consideração lastimável. E às quatro horas, a Guarda Nacional partiu ruidosamente, liderada, ao que tudo indicava, por La Fayette.

Às cinco daquela manhã, a Assembleia estava nervosa. Desde a eleição de Mounier (por voto secreto), a Extrema Esquerda, muito irritada, vinha preparando sua vingança; os mais avançados dos deputados — o Clube Bretão, que, segundo a expressão de Sieyès, "propunha ultrajes como expedientes" — estavam em constante comunicação com o Palais Royal, onde o partido de Orléans e os emissários de Mirabeau trabalhavam arduamente. Nas últimas semanas, Mirabeau vinha cortejando Desmoulins. A Casa aguardava, em 5 de outubro, a resposta do Rei quanto à sua sanção dos Decretos. Ela veio; Luís XVI adiou sua sanção à Declaração e deu apenas sua aprovação temporária às cláusulas da Constituição que haviam sido votadas. Houve um clamor da Esquerda. As "orgias dos Guardas do Corpo" foram denunciadas com indignação. Mirabeau usou uma linguagem de natureza sem precedentes. Ele marcaria os verdadeiros culpados, declarou, com a condição de que apenas a pessoa do Rei fosse declarada sagrada! E para que não houvesse engano quanto ao que ele queria dizer, ele acrescentou em voz distinta, ao deixar a tribuna, que se necessário ele denunciaria a Rainha. Todo o salão ficou instantaneamente em alvoroço, e Mounier, em grande aflição, estava prestes a encerrar a sessão e assim tentar evitar o escândalo iminente, quando as mulheres chegaram de Paris. Elas avançavam como uma enchente ao redor das paredes dos Menus Plaisirs. Vinte delas, lideradas por Maillard, foram admitidas no Salão. Ele proferiu uma denúncia feroz das pessoas que haviam comprado todo o milho. As mulheres gritavam que o Arcebispo havia pago os moleiros para pararem de moer; essa queixa idiota surgia perpetuamente. Enquanto isso, certos deputados tiveram a "imprudência indecente", como escreve um de seus colegas, "de deixar seus assentos e ir conversar com as mulheres", cujo número aumentava visivelmente. Elas continuavam voltando à questão do pão. "Sua bela conversa não nos dará pão! Fale-nos sobre pão!", elas gritavam, quando os deputados lhes prometeram que iriam ao Rei e o forçariam a conceder sua "sanção". Mounier foi fraco o suficiente, como diz um deputado, para fazer votar e ler em voz alta um decreto (totalmente inútil) sobre o abastecimento de alimentos. "O decreto do milho foi elaborado", escreve Lindet em 6 de outubro — "remendado" teria sido uma palavra melhor. Quanto à "sanção", o Presidente, coagido pela Assembleia, consentiu, muito a contragosto, em ir exigí-la do Rei. Cedendo sua cadeira presidencial ao Bispo de Langres, seu predecessor, ele se dirigiu ao Palácio.

Após sua partida, o tumulto piorou. Todas as mulheres já haviam entrado. O digno Bispo fez apelos ingênuos por ordem. "Não nos importamos nem um pouco (as expressões eram muito mais fortes) com a ordem! Queremos pão!", gritavam as peixeiras. Elas vinham de todos os cantos. O Visconde de Mirabeau, achando esta uma ótima oportunidade para chocar seus colegas, pegou a mais bonita delas em seu colo. Elas invadiram a tribuna do Presidente, e saltitavam gritando e berrando. "Ponha seus polegares na mesa, velho careca!" Quando, em meio a gargalhadas hediondas, o Bispo obedeceu, escreve Virieu, elas ordenaram: "Agora me beije!" E suspirando pesadamente, ele as beijou. Elas insistiram que sua "pequena mãe Mirabeau" subisse à tribuna, e de vez em quando falavam em "jogar boliche com a cabeça daquele maldito Abade Maury". O pobre Bispo de Langres esperou inutilmente até as dez horas da noite pelo retorno de Mounier.

Mounier encontrou o Palácio em estado de sítio. Por volta das quatro horas da tarde, as mulheres entraram na Avenida de Paris e gritaram para um dos Guardas do Corpo que por acaso estava lá: "Suba ao Castelo e diga-lhes que em breve estaremos lá para cortar a cabeça da Rainha!" Os Ministros, em febre de alarme, estavam reunidos em conselho e não conseguiam obter instruções precisas do Rei. "Mas algo precisa ser feito!", disse Maria Antonieta. "Devagar, devagar", respondeu Luís, e acrescentou que não se podia atirar em mulheres.

Enquanto isso, na névoa da noite de outono, as tropas estavam formadas em frente ao Palácio, o famoso Regimento de Flandres, o Regimento de Bercheny e o Regimento dos Três Bispados. As mulheres se aproximaram deles. "Deixe-nos passar, Senhor Guarda", disse uma ao Tenente d'Albignac. "Impossível", ele respondeu; "e além disso, por que você quer passar?" "Para falar com o Rei!" "O que você quer que ele faça por você?" "Que ele renuncie, e todos os problemas acabarão!" A linguagem delas sobre a Rainha não era tão moderada; cada uma delas pretendia "levar de volta um pedaço de Maria Antonieta". "Eu quero as coxas dela! Eu quero as entranhas dela!", e dançaram uma sarabanda, estendendo seus aventais enquanto isso.

Enquanto isso, a maioria no Conselho era muito a favor de repelir a multidão. Mas o Ministro da Guerra, La Tour du Pin, tremia de terror só de pensar em dar a ordem mais branda. D'Estaing recusou-se a distribuir cartuchos (dos quais havia muitos) ao Regimento de Flandres, e os soldados que estavam do lado da "nação" colocaram suas varetas nos canos de seus mosquetes para mostrar às mulheres que estavam vazios.

Finalmente, o Rei enviou uma mensagem para que algumas mulheres fossem autorizadas a passar, e assim ele recebeu duas delegações e lhes assegurou que estava prestes a dar ordens para a distribuição do milho nos celeiros de Corbeil e Étampes. Nesse momento, Mounier apareceu.

Todas essas coisas haviam aberto uma brecha na muralha — uma muralha já fraca — da força militar, contra os manifestantes. A multidão estava se tornando terrivelmente audaciosa. Embora uma bala tivesse derrubado um de seus oficiais, os soldados mantiveram sua atitude impassível. A Guarda Nacional de Versalhes correu para o local, muito mais disposta a apoiar a desordem do que a contê-la. Os Guardas do Corpo, assediados com insultos, não responderam. Finalmente, o Rei enviou uma ordem: as tropas deveriam se retirar, e a Guarda Nacional deveria assumir o dever de proteger o Castelo. Em poucos minutos, os Guardas do Corpo, que haviam se retirado para dentro dos portões do Palácio, encontraram grande dificuldade em defendê-los.

Luís XVI não conseguia se decidir a fazer nada. Quando Mounier o implorou para conceder sua "sanção", ele a princípio recusou, pensou em escapar pelo Trianon e assim para Rouen; então ele cedeu — concederia sua sanção, afinal. Mounier partiu de volta para os Menus Plaisirs, distribuindo a notícia enquanto ia. "Aha!", gritaram as viragos, "nós forçamos o canalha a dar a sanção!" Elas não sabiam para quê.

Agora vinha uma nova complicação — a Guarda Nacional de Paris estava próxima. Após um momento de hesitação, La Fayette cruzou o Rubicão pela ponte de Sèvres. Às dez horas da noite, ele apareceu, coberto de fitas tricolores.

Ele foi ao salão da Assembleia e encontrou uma desordem hedionda lá. Mounier havia retornado e lido a declaração do Rei. Um clamor se levantou da multidão: "Isso nos dará pão?" Repetidamente, o grito comovente subia: "Pão!" Muito afetado, o Presidente mandou buscar pão, vinho também foi trazido, e em uma hora toda a multidão estava embriagada com vinho e com seus próprios gritos. Foi horrível.

No meio desta vil orgia, La Fayette apareceu. Mounier se dirigiu a ele bruscamente. "O que ele viera fazer ali?" "Proteger o Rei", respondeu o Marquês. E, aproximando-se da cadeira do Presidente, acrescentou que queria induzir o Rei a retirar o Regimento de Flandres. Em seguida, ele se dirigiu ao Castelo. Foi recebido com frieza. "Aqui vem Cromwell!", disse alguém. "Cromwell não teria vindo sozinho!", foi sua resposta. Uma vez na presença do Rei, ele protestou sua lealdade ao soberano "com uma voz chorosa". E, de fato, ele conseguiu o que queria. O Rei deveria se retirar para seus próprios aposentos — eram duas horas da manhã — os antigos Guardas Franceses, que o general havia trazido de Paris com a Guarda Nacional, deveriam substituir os Guardas do Corpo dentro do Palácio. A Família Real foi para a cama, e o "General Morfeu", aquele indutor do sono, correu para a Assembleia e persuadiu o exausto Mounier (que estava cuspidando sangue) a encerrar a sessão. A multidão ficou sozinha; quando os deputados partiram, as mulheres foram vistas tirando suas saias enlameadas para secá-las. "As cenas que ocorreram entre aquelas pessoas", escreve um oficial, "foram tudo, menos decentes!" Podemos muito bem acreditar nisso.

No momento, porém, o barulho em Versalhes parecia ter diminuído; a multidão acampou nas grandes avenidas. Salvo em um portão, os Guardas Franceses haviam assumido os deveres dos Guardas do Corpo. Às cinco horas, La Fayette deitou-se e dormiu.

"Ele dormiu contra seu Rei!" As palavras mordazes foram escritas no dia seguinte por Rivarol. Mas a acusação não é justa. Ele dormiu porque acreditava ser possível, apesar da experiência de dois meses, parar um motim cedendo aos manifestantes. Como podemos nos surpreender com isso, quando, após a experiência de quarenta e três anos, vemos que a mesma coisa foi feita em 1832!

O Castelo havia sido quase despojado de defensores. Às três horas da manhã, de Guiche havia marchado com todos os Guardas do Corpo, salvo alguns que mantinham um posto, através do Trianon para Rambouillet.

Agora, por volta das seis horas, grupos de manifestantes começaram a rondar os portões; por algum mal-entendido, os portões do pátio haviam sido deixados destrancados e desguardados. Rufiões, armados com machados e mosquetes, passaram por ele.

Os homens da Guarda do Corpo correram, e seu oficial, des Huttes, parlamentou com os intrusos. Ele foi cercado e empurrado para o degrau mais baixo da Escadaria de Mármore. Seus camaradas, subjugados pelo número, retiraram-se lentamente, gritando para ele: "Vá para os aposentos do Rei! Corra!" Era tarde demais. Ele foi derrubado, sua cabeça cortada, e em um instante os manifestantes estavam subindo a escadaria. Um Guarda do Corpo gritou para os invasores, perguntando o que queriam. "Os corações do Rei e da Rainha e suas entranhas, para fazer cocardas!", berrou um dos miseráveis. E eles subiram as escadas; os Guardas do Corpo se lançaram no salão do Rei, depois no da Rainha, e finalmente no *Œil-de-Bœuf*, dentro do qual ergueram uma barricada. Antes de chegarem a este aposento, Varicourt foi derrubado e despedaçado, e sua cabeça posta na ponta de uma lança. Os aposentos reais foram salpicados de sangue. Alguns dos Guardas Franceses correram para apoiar seus camaradas. "Coloquem nossas cocardas!", eles gritaram. Pois todos ainda supostamente lutavam por uma cocarda ou outra!

A Rainha, avisada de seu perigo pelos Guardas do Corpo, fugiu, seminua, para os aposentos do Rei. Os assaltantes uivavam que pretendiam fazer do "fígado dela um fricassé!"

A confusão total reinava dentro das paredes do palácio. Finalmente, La Fayette acordou. Ele entrou nos aposentos do Rei. Sua Majestade devia agora dar sua promessa formal de partir para Paris e fixar residência no Louvre. O "bom povo" queria seu Rei! Que assim fosse. A notícia se espalhou e foi saudada com gritos de alegria. A essa altura, a multidão havia se aglomerado no *Cour de Marbre*. O nome do Rei foi recebido com aclamação selvagem, mas a Rainha ainda deveria ser "despedaçada". Ela foi forçada a se mostrar na janela, com La Fayette ao seu lado, e foi saudada com gritos de "Bravo". Sobre a multidão, as cabeças de des Huttes e Varicourt balançavam, pingando sangue. A multidão as arrastou consigo em sua marcha para a Avenida, de onde deveria conduzir os Soberanos em procissão a Paris. As carruagens foram preparadas. Desta vez, não havia questão de ir a Rouen para recuperar a posse da coroa! Eles estavam indo para Paris, para perdê-la completamente.

A sessão da Assembleia começou às 11 horas daquela manhã. Mounier, pálido de emoção, estava na cadeira.

Apesar de seus protestos, moção após moção da natureza mais revolucionária foi apresentada. A mais memorável de todas foi proposta por Barnave: "A Assembleia seguirá o Rei a Paris". A hedionda invasão do dia anterior, os decretos impostos à Assembleia pela vontade popular, a visão da Câmara Legislativa poluída pelas indecências de mulheres bêbadas, nenhuma dessas lições havia sido aprendida. Em Versalhes, os deputados se imaginavam muito longe de seus tiranos.

Poucas horas depois, a procissão se formou. A multidão, louca de alegria por seu triunfo, moveu-se em direção a Paris, dançando, cantando, uivando maldições contra os padres e os nobres que seriam "pendurados no poste" quando a cidade fosse alcançada, agitando ramos de álamo e um troféu menos idílico, as cabeças decepadas dos dois soldados assassinados. Aquelas duas lanças ensanguentadas eram a cruz e o estandarte desta estranha procissão. Havia nela homens da Guarda Nacional, dos Guardas Franceses, e também homens dos Guardas do Corpo, que foram arrastados por seus conquistadores e submetidos a insultos perpétuos. Eles tentaram marchar com espadas desembainhadas de cada lado da carruagem do Rei. Foram forçados a guardar suas espadas em suas bainhas, e pareciam gado a caminho do matadouro. Perdidas na multidão, as carruagens moviam-se, transportando o Rei, a Rainha, o Delfim, Madame e La Fayette. "Aqui vêm o padeiro, sua esposa e o pequeno aprendiz de padeiro!", gritavam as mulheres. "Versalhes para alugar!", gritou algum brincalhão sem graça. A multidão ria e gritava, e empurrava por todos os lados.

Às sete e meia da noite, chegou-se a Paris. Bailly, o inevitável, discursou ao Rei. "Ele foi deixado no Hôtel-de-Ville", escreve um deputado. Em todas as ruas, a Rainha fora insultada; "os postes a esperavam", diziam-lhe; abusos obscenos eram lançados contra ela. Quando os Ministros que eram Bispos apareceram (lembre-se que um deles fora o verdadeiro promotor da Declaração dos Direitos), a população gritou: "Aos postes com todos os bispos!"

Às nove e meia, à luz de tochas, os soberanos chegaram às Tulherias. "O Rei parecia radiante. A Rainha estava vestida com um manto preto e um chapéu, e não usava maquiagem. Ela perdera aquele olhar fixo e ar altivo que lhe eram peculiares. O jantar foi servido às dez horas." Luís XVI, como nos informa outra testemunha ocular, surpreendeu os que o cercavam com seu enorme apetite.

Então os portões do Palácio, a antecâmara da prisão no Templo, fecharam-se sobre a família Real.

"Seis Guardas do Corpo foram mortos", escreveu alguém naquela noite, "nenhum cidadão pereceu".

CAPÍTULO VI

A ASSEMBLEIA, OS CLUBES E A CONSTITUIÇÃO

"Não pode haver dúvida quanto à liberdade da tribuna em um lugar tão notável por sua ordem e decência", escreveu Gouverneur Morris em 7 de outubro. Ele era um daqueles sábios americanos que em breve transfeririam a sede de seu Congresso para longe de cidades populosas, para Washington, uma cidade onde os representantes seriam seus próprios senhores.

Nossos representantes se lançaram de cabeça no abismo. Eles decidiram se reunir no Palácio Arquiepiscopal até que o Salão do Picadeiro nas Tulherias pudesse ser preparado para eles. "Eles estarão no Picadeiro", diziam os maldosos, "mas os cavaleiros estarão no Palais Royal". Mounier, que não podia acreditar na possibilidade de deliberação livre em tais circunstâncias, tentou induzir os membros mais moderados a renunciarem em massa. Ele falhou, renunciou ao seu próprio assento, fez uma vã tentativa de levantar uma revolta em sua terra natal, o Delfinado, e acabou emigrando. A Revolução já começava a eliminar os verdadeiros homens de 1789, preparando-se para "devorá-los". O ávido deputado de Vizille foi sua primeira vítima.

A Assembleia agora aparecia em sua forma definitiva. A Direita e a Esquerda destacavam-se de cada lado e lutavam pelos quinhentos ou seiscentos votos incertos que eram lançados de um lado ou de outro, de acordo com as preocupações do momento.

Havia muitos homens capazes na Direita, no Centro e na Esquerda. Eles não devem ser julgados por seu trabalho, que frequentemente era muito medíocre. Mas dez anos depois, Bonaparte, aquele grande construtor, encontraria entre eles excelentes elementos para o governo, de Lebrun, o Cônsul, a Mounier, o Prefeito; de Treilhard, o Conselheiro de Estado, a Talleyrand, o Ministro. Malouet (que bem poderia ter sido amargo) reconhece que viu muitos "homens competentes" naqueles bancos.

Na Direita, vemos o Abade Maury, um homem violento, vulgar, às vezes familiar, às vezes terrível, muitas vezes muito perspicaz, infelizmente muito desacreditado; este filho de um artesão, um verdadeiro plebeu por natureza, permaneceu o campeão da contrarrevolução até o fim; ele não tinha princípios e por pouco não foi destruído pelas mãos de seu próprio "lado". O Abade de Montesquiou, perspicaz, extremamente aristocrático, mas dotado de notável bom senso, era uma personalidade atraente: "uma pequena cobra", Mirabeau o chamava. Cazalès era um excelente orador; "ele falava como um Deus", exclamou um de seus colegas; ele era um oficial, cheio de fé religiosa e um monarquista inabalável, mas sua oratória emocionante e polida era aplaudida até mesmo pela Esquerda, que, de fato, o respeitava por suas nobres qualidades. Malouet era talvez o único monarquista fervoroso e proeminente do Terceiro Estado. Antes de sua eleição, ele havia sido empregado na administração e, coisa não comum naquela época, era de natureza prática, e pregava lealdade à Assembleia, liberalismo à Corte e moderação a todos.

Essas eram as figuras mais proeminentes da Direita. O resto era curiosamente medíocre; o Visconde de Mirabeau, "Mirabeau, o Barril", embora um homem muito inteligente, adotara a linha de ser tão excêntrico em suas moções quanto em sua aparência; sua violência, fosse intencional ou mera zombaria, parecia subir-lhe à cabeça, e ninguém podia levá-lo a sério. A Direita, em suma, com seus nobres zangados, seus fidalgos de província exasperados e prelados agradáveis, nenhum deles capaz de se destacar na tribuna, apoiada por um punhado de burgueses aterrorizados, tinha pouco peso no geral e logo se desintegraria. Mesmo durante o verão de 1789, Mounier percebeu que sua frequência às sessões era muito irregular. Lindet se alegrou ao ver seus bancos vazios a partir das cinco da tarde, permitindo assim a aprovação de moções revolucionárias entre seis e sete. "Era impossível para eles", diz Mounier, "adiar sua refeição para uma hora mais tardia". Assim, graças à deserção da Direita, a Revolução foi em grande parte realizada à luz de velas. Muitos dos membros do partido eram descuidados, outros estavam assustados. A Esquerda gritava para eles: "Nós os notificaremos a seus departamentos!" — uma ameaça terrível de se ouvir naqueles dias de casas de campo em chamas.

Na Esquerda e no Centro (não é fácil, neste período, definir os limites dos partidos), vemos outra aristocracia, a nobreza liberal, grandes senhores que eram muito sinceramente liberais ou democráticos, cegamente generosos, alguns deles — como Lally-Tollendal, "o anjo da eloquência" — coroados também com a glória das desgraças de seu pai; Clermont-Tonnerre, "um espírito ávido em chamas com moções filosóficas", Laroche-foucauld-Liancourt, um filantropo convicto e digno de toda admiração, que, até sua última hora, se apegou imperturbavelmente à sua crença de que "o Homem é bom". Entre o clero democrático, o único orador notável era o rude pároco de Embermesnil, Grégoire, um cristão fervoroso, um jansenista ainda mais fervoroso, todo feito de ódios, ódio à impiedade, ódio ao papista, ódio à Realeza. Ele se considerava "evangélico", mas de uma forma sombria. No entanto, ele era sincero, íntegro e muitas vezes mostrava grande nobreza de caráter. Maurice de Talleyrand, Bispo de Autun, era o seu oposto; já naquela época ele era "lama em uma meia de seda". Na véspera das Jornadas de Outubro, ele ainda buscava seu caminho com o nariz ao vento. No dia seguinte, sua mente estava decidida; a Revolução havia triunfado, e ele, sentado com a Esquerda, trairia sua Ordem, sua Igreja, seu Rei, sua própria alma, e sorrindo ao fazê-lo, jogaria fora sua batina. Sem nunca despertar raiva nos seios daqueles que ele vendia, ele venderia todos os homens — sedutor, persuasivo, corrupto, desonesto, ele levou o espírito da traição ao ponto da genialidade. Outro padre, Sieyès, já nos é conhecido; mais tarde, o encontraremos novamente em destaque, e ele será totalmente descrito; já era um oráculo, supostamente carregando a regeneração de toda a humanidade em seu poderoso cérebro.

Outro desertor para a Esquerda atrai atenção — Honoré Gabriel de Riquetti de Mirabeau. Hediondo, seu rosto marcado pela varíola, sulcos profundos na testa, pesado e corcunda, de figura atarracada, lento em seus movimentos, mas com olhos que flamejavam, e lábios que se moviam com a ferocidade de sua paixão, e gestos que eram aterrorizantes, ele usava sua aparência física repulsiva de forma deliberada. "Minha feiura é um poder", ele dizia. Sua eloquência quase irresistível o tornou o orador mais renomado da Assembleia, que ele podia subjugar, ocasionalmente, à sua vontade, conduzindo-a, contendo-a, ou mesmo impulsionando-a por uma hora; seu passado, que era quase infame, seus hábitos, que eram cinicamente dissolutos, uma reputação, parcialmente merecida, de venalidade, e o desprezo que ele instintivamente sentia por todos com quem entrava em contato, o privavam, uma vez que deixava a tribuna, de qualquer influência duradoura. Ele era generoso de vez em quando, preguiçoso, sensual, interessando-se apaixonadamente por tudo, mas nunca indo ao fundo de nada. Um ator formado por Lekain e Mlle. Clairon, ele fazia discursos que haviam sido escritos para ele, e ainda assim pareciam vir do fundo de seu coração. Mas ele tinha ideias admiráveis sobre assuntos de Estado; ele era, de fato, o único grande homem em toda a Assembleia, embora no caos daquele mundo parlamentar nebuloso ele fosse uma força inútil ou prejudicial, que foi, de fato, quebrada em um estágio inicial.

"M. de Mirabeau é a tocha da Provença; M. de Robespierre é a vela de Arras!" O sombrio advogado de Artois estava lá. O antigo protegido do Bispo de Arras foi para os extremos de uma vez. Encontraremos-lo um dia com a luz plena batendo sobre ele, o jurista orgulhoso, amargo, sincero, honesto, pomposo, cuja eloquência, fedendo a óleo e destilando vinagre, tanto irritava os nervos da Assembleia neste momento particular que era saudada com

explosões de riso desdenhoso. Ele, amargamente humilhado, taciturno e magoado, nutria seus ódios ocultos. Com Roederer, um político flexível destinado a servir mais de um regime, que naquele momento tinha opiniões muito avançadas; com Buzot, um herói de romance posto na tribuna, formado e enlouquecido por Rousseau e Plutarco, e com Pétion, um homem bonito de poderes medíocres, a quem a circunstância serviria, e um dia serviria muito mal da maneira mais curiosa, Robespierre era o "mais puro" dos "puros". Este quarteto constituiria uma Extrema Esquerda na Assembleia, e neste grupo podemos também colocar, mesmo neste período, o terrível Barnave, de cuja alma de fogo em um corpo de gelo falaremos mais tarde, Barnave, que, com Duport e Lameth, formou o famoso "Triunvirato" Jacobino.

Essas, com La Fayette e Bailly, eram as figuras mais notáveis, mas não eram os líderes. A Assembleia, oprimida por suas tribunas, tremendo diante dos Clubes, intimidada pela multidão e liderada pelos eventos, sempre escaparia dos dedos de seus líderes. Apaixonada por si mesma, embora, como um todo, incapaz de qualquer coisa, orgulhando-se de não ser disciplinada nem liderada, a Assembleia foi simplesmente arrastada por um corpo confuso de legistas, cujos olhos estavam fixos em um Monte Sinai ideal, e que buscavam a Lei em meio às suas nuvens, enquanto ela deveria surgir de seu solo ancestral. Sob a liderança desses condutores reais, embora anônimos e perigosos, estava reunido o que a Sra. Roland descreveria desdenhosamente como "a pilha de toras a dezoito libras por dia!"

Ao lado desta Assembleia confusa e excessivamente numerosa, que podia ser influenciada, mas não disciplinada, e que estava à mercê de qualquer impulso violento de fora, a verdadeira assembleia, aquela que guiaria todos os eventos futuros, estava tomando forma — a Sociedade dos Jacobinos.

O núcleo disso fora o Clube Bretão, uma mera reunião de certos deputados. Seus fundadores foram três advogados de Rennes, Lanjuinais, Defermon e Le Chapelier, com alguns reitores democratas de paróquias bretãs. Com o tempo, Mirabeau, Sieyès, Barnave, Pétion, Volney, Grégoire, Robespierre, os dois irmãos de Lameth e o Duque d'Aiguillon foram admitidos em suas reuniões.

Quando a Assembleia se mudou para Paris, o Clube também se mudou e instalou-se na Place de la Victoire, nº 7. Mas um corpo maior estava prestes a absorvê-lo, a "Sociedade dos Amigos da Constituição", que começava a se reunir no Convento dos Jacobinos Saint-Honoré. Para lá se dirigiu todo o pessoal "bretão", e imediatamente se viu cercado por seus soldados e seus mestres, pequenos comerciantes e artesãos parisienses que compunham a Sociedade e que, embora parecessem seguir os deputados, na prática os lideravam. Antes do final de 1790, a Sociedade Jacobina se tornaria a grande fonte de opinião. Logo esses mil e cem membros do clube da Rue Saint-Honoré (veja a lista oficial de 1790) não se contentaram em liderar apenas Paris; eles lançaram as bases daquela enorme organização que promoveria a consumação da "segunda Revolução". No início de 1791, a Sociedade tinha 227 sociedades-filhas nas províncias; três meses depois, tinha 345, e quando a Assembleia Constituinte chegou ao fim, 406. Através dessas sociedades provinciais, ela governou todo o país. Primeiro o arrastou consigo e depois o subjugou. Assim, os deputados naturalmente caíram no hábito de deixar de olhar para seus próprios eleitores e olhar para aquela antiga capela dos monges jacobinos, onde a opinião pública era elaborada.

Assim, a partir de 1790, o Clube tornou-se o mestre da Assembleia.

A Assembleia, assim mantida em cativeiro pelo Clube, imaginava ter o Rei inteiramente em seu poder. Luís XVI parecia ter se conformado com seu papel de Rei Inerte. Muito desanimado, ele esperava "pôr fim à Revolução" cedendo a ela. Mesmo as pessoas ao seu redor pareciam paralisadas; o Conde de Provença cessara de conspirar contra a Revolução, exceto da maneira mais dissimulada. E, além disso, a ordem fora restabelecida. La Fayette garantiria isso. Mirabeau era a única pessoa que continuava a aconselhar a Corte a não confiar na aparente calma.

Ele não estava no Ministério, e isso o deixava furioso. Enquanto na Assembleia, onde cortejava a popularidade, ele apoiava moções da natureza mais demagógica, ele enviava carta após carta à Corte, às vezes chegando a adular a Rainha, "o único homem que o Rei tem ao seu redor", às vezes cheio das ameaças mais audaciosas, e uma perspicácia sobre o futuro que nos espanta hoje em dia, pois ele previu tudo o que acabaria acontecendo se nada fosse feito para conter a maré. Ele ansiava por chegar ao poder. Mas nem o Rei nem a Assembleia conseguiam se decidir a colocar tal tirano sobre eles. E a Assembleia finalmente destruiu todas as suas esperanças, votando, apesar dele, uma moção apresentada por Lanjuinais, que proibia qualquer deputado de ocupar cargo ministerial. A Direita votou a favor da moção por puro ódio a Mirabeau, e o Duque de Lévis reconheceu a enormidade de seu erro. Mirabeau sentiu o golpe cruelmente. "Que a Casa simplesmente vote que M. de Mirabeau seja excluído do ministério!", ele disse. Em sua fúria contra a Direita, ele resolveu que seus "estúpidos" oponentes pagariam caro por seu ódio cego, e embora ainda continuasse suas ofertas de ajuda à Corte, ele atacou o Governo mais ferozmente do que nunca. Talleyrand, que fora deixado de lado pela mesma medida, foi mais moderado em sua atitude: mas ele também estava amargurado e se tornou cada vez mais demagogo em seus discursos. Esses três homens, Mirabeau, La Fayette e Talleyrand, assim afastados das funções ministeriais nas quais, talvez, pudessem ter sido capazes de conter a maré da Revolução, foram desviados de seu curso e apressaram o movimento que não estavam mais em posição de deter.

Em meio a todas essas intrigas, os debates seguiram seu curso. A discussão da Constituição aparentemente terminou em fevereiro de 1790. A reforma administrativa e judicial enxertada na reforma política se desenvolveria na Constituição conhecida como a de 1791, porque, embora tenha sido reconsiderada e reformulada no decorrer de 1790 e 1791, não foi até setembro daquele ano que foi finalmente aprovada pelo Rei, e assim se tornou lei.

CAPÍTULO VII

A NACIONALIZAÇÃO DOS BENS DA IGREJA

Em 4 de fevereiro de 1790, a Assembleia, informada por seu Presidente de que Sua Majestade estava prestes a aparecer na Câmara, prorrompeu em altos aplausos. E quando o Rei, tendo chegado devidamente, afirmou seu perfeito acordo com a Assembleia, e sua consequente aprovação das medidas já votadas, e "expressou claramente seu descontentamento contra aqueles que pudessem tentar parar ou atrasar a Revolução", a Casa, escrevem Lindet, Thibaudeau, Duquesnoy e vários outros deputados, irrompeu em "transportes de afeto e emoção". "O melhor dos reis" foi apaixonadamente agradecido.

Toda essa emoção brotava de uma ansiedade genuína. Pois quanto mais completa a Revolução se tornava, mais evidentes eram as insatisfações que ela provocava. O movimento, aclamado pelo país durante a primavera e o verão de 1789, mudara de direção e, no curso de seus desvios, muitas pessoas haviam sido esmagadas por ele.

É um fato curioso que aqueles que aparentemente sofreram o dano mais cruel nas mãos da Revolução, os nobres, pareciam senti-lo menos que todos. Esses seres encantadores possuíam um fundo da mais admirável apatia. Arruinados pela abolição dos direitos feudais, perseguidos nas províncias, insultados em Paris, ameaçados por toda parte, a maioria, como os vemos nas centenas de cartas de aristocratas publicadas por Vaissière, seguia seu caminho com um sorriso. Quando um deputado da Esquerda escreve: "Alguns cata-ventos foram derrubados, e até mesmo algumas casas de campo incendiadas", temos uma ideia bastante clara da indiferença da Assembleia. Mas o que é muito mais surpreendente é o calmo fatalismo com que as próprias vítimas permitiram que seus perseguidores as expulsassem. Sua resignação não lhes serviu de nada, nem a atitude de zelo patriótico assumida por alguns de seus membros. Eles eram considerados inimigos, e ainda mais porque eram oprimidos. Não era crível que homens tão cruelmente maltratados não conspirassem. Se fossem caçados para a emigração, iam para o exterior conspirar. Se ficassem na França, era para conspirar novamente. Tratados cada vez mais rigorosamente, ainda assim sorriam.

O hino À la lanterne era gritado sob as janelas do Faubourg Saint-Germain, aquele poste de luz,

"Dos vinganças do povo e da liberdade

Monumento ao mesmo tempo glorioso e fúnebre."

Ladainhas ao poste de luz também eram cantadas sob estas janelas:

"Espantelho dos celerados, vingai-nos,

Terror dos aristocratas, vingai-nos."

Nada parecia abalar a casta ameaçada. O inverno de 1789-1790 foi particularmente alegre. "Tivemos algumas deliciosas festas de chá nos últimos dias. Estamos todos nos divertindo", escreve um aristocrata condenado. Em 31 de dezembro, despediram-se do ano velho com alegria; à meia-noite, os cavalheiros beijaram alegremente as damas da companhia. E não havia uma cabeça ali que não estivesse tremendo sobre os ombros de seu dono! Eles zombavam da Revolução. Quando a Sra. de Simiane foi atingida por uma maçã atirada da galeria superior do Théâtre Français, lotada de pessoas da classe humilde, ela a enviou a seu cunhado, La Fayette, e escreveu: "Aqui, meu caro General, está o primeiro fruto da Revolução que chegou às minhas mãos!" E que divertimento foi causado pela expressão usada pelas vendedoras do mercado de Les Halles, quando foram desejar um Feliz Ano Novo à Assembleia: "Nossos filhos, quando vos virem, vos chamarão de pais!"

Havia muita piada, também, sobre La Fayette e sua Guarda Nacional. Mas essa foi a única vingança tomada. Uma senhora riu de seu sapateiro, que lhe disse logo após a famosa sessão de 4 de fevereiro: "Espero muito que meu filho um dia seja o que um Marechal da França é agora. Não sou eu mesmo o Major do meu batalhão?" Ela achou isso muito cômico, mas estava enganada. O sapateiro havia revelado à dama de alta estirpe uma das forças destinadas a garantir o triunfo da Revolução. "Meu filho um dia será o que um Marechal da França é agora!"

Tudo isso estava além da compreensão da sociedade aristocrática. Será que ela algum dia entenderia? Quando não tratava a Revolução como um assunto para zombaria desdenhosa, ela a transformava em um brinquedo da moda. Havia bugigangas patrióticas, bugigangas "à la Constitution", caixas de rapé tricolores, vestidos "à la Constitution", chapéus "à la Révolution". Como alguém poderia se queixar de eventos que haviam trazido o gosto pelo antigo e expulsado as modas recentes, permitindo assim que "os comerciantes de frivolidades" mudassem as mercadorias que exibiam? Aqueles comerciantes de frivolidades! Eles estavam em toda parte durante aquele inverno de 1789-1790, enquanto as picaretas da Assembleia demoliam o antigo reino da França, seus Parlamentos, suas Províncias, suas Corporações, seu Clero e seu Exército!

Mas se os aristocratas pareciam resignados ao seu destino, outros estavam longe de sê-lo. Os "parlementaires" foram muito menos rapidamente subjugados. Aquelas "coroas que foram raspadas em vinte e quatro horas", como diz Seneffé, rebelaram-se, pelo menos uma delas. Alguns Parlamentos apresentaram protestos; altivos de Rennes, lacrimosos de Rouen, persuasivos de Metz. Mas os homens de Rennes foram forçados a vir a Paris e se desculpar; a velha Fronda foi obrigada a se humilhar aos pés da nova Revolução em 7 de janeiro. Isso gerou uma amargura secreta nos corações dos burgueses, cujas vidas giravam em torno das antigas Cortes.

Alguns dos Estados Provinciais também apresentaram protestos. Certas províncias demonstraram a intenção de se separar, já que sua individualidade seria suprimida. Nancy desejava permanecer a capital de seu próprio ducado; a Córsega ameaçou se separar totalmente da França; a Assembleia foi obrigada a colocar Paoli, que liderava essa oposição, à frente do novo departamento. Em todas as direções, havia sinais evidentes do ciúme com que as províncias viam Paris, "que está absorvendo tudo", escreve um deputado da Lorena com acidez, e, dentro das províncias, da raiva das cidades depostas de sua antiga preeminência em favor dos novos centros departamentais.

E em toda parte, também, os artesãos estavam em estado de profundo descontentamento. A supressão das corporações encontrou uma oposição veemente; Marat protestou ferozmente contra ela. A Assembleia proibiria e processaria com a maior severidade todas as "coalizões de trabalhadores" — sindicatos e greves, como os chamaríamos hoje em dia. E, além disso, a pobreza geral era extrema; sobre este ponto, todas as testemunhas concordam. O milho estava se tornando cada vez mais escasso; havia muito pouco pão, e o pouco que havia era muito caro. Em Lyon, 28.000 pessoas viviam da caridade pública. Em Louviers, Young viu as fiações paradas. As fortunas das classes privilegiadas haviam sido atacadas, mas a indústria e o comércio, como

resultado inevitável, também haviam sofrido, e o trabalhador, conseqüentemente, também estava sofrendo. A Assembleia Constituinte foi forçada a abrir oficinas de caridade. Em maio de 1790, essas oficinas sustentavam 11.800 artesãos; em outubro, havia 18.800 nelas. Quinze milhões de libras foram gastos para mantê-las funcionando no decorrer do ano de 1790. Mas os trabalhadores alimentados pela nação nunca acham que recebem o suficiente.

Enquanto isso, as classes manufatureira e comercial viam seus negócios irem à ruína, e sua hostilidade era manifesta. Elas haviam favorecido o movimento de 1789, mas achavam que estavam pagando caro demais por ele agora.

E então o Clero, que também havia apoiado a Revolução durante os últimos meses de 1789, foi subitamente atacado e levado à oposição pela medida impiedosa de venda de todos os bens da Igreja. Este evento, de capital importância na história da Revolução, lhe renderia a amarga inimizade das vítimas das vendas e o apoio interessado daqueles que tiraram proveito delas. Por essa razão, devemos dedicar um pouco de espaço à consideração do assunto.

O motivo da medida parece ter sido de natureza financeira.

"Vocês ficam aí discutindo coisas", mais uma vez ouvimos a voz de trovão de Mirabeau, "e a bancarrota está às suas portas!" Ele estava certo. A bancarrota estava às portas. Necker havia esgotado todos os expedientes; duas tentativas de empréstimos — uma de 30 e outra de 80 milhões — haviam fracassado; era impossível cobrar os novos impostos; as ofertas patrióticas, incentivadas pelos deputados, que nobremente arrancavam e doavam as fivelas de prata de seus sapatos, traziam "lágrimas aos olhos", mas mal produziam 7 milhões. A *Banque d'Escompte*, à qual já se deviam 155 milhões, hesitava em aumentar o empréstimo, e quando Necker tentou estabelecer um Banco Nacional, o empreendimento fracassou por falta de garantia. A cada dia surgia uma nova proposta e uma nova decepção. Certos deputados foram tomados por ideias visionárias. "Senhores!", exclamou Wimpfen, "deem-me sua atenção por vinte minutos e eu lhes darei 600 milhões!" Mas seus vinte minutos nunca renderam um centavo sequer.

A Assembleia estava encurralada. O que fazer?

A espoliação teve que ser aceita à força; o dinheiro deveria ser pego onde quer que estivesse, e isso era nos cofres da Igreja.

"Reis", lemos nas Memórias de Luís XIV, "são os senhores absolutos de todos os bens, sejam seculares ou eclesiásticos, para usá-los com uma sábia economia, isto é, de acordo com as necessidades do Estado." As circunstâncias levaram a Assembleia Constituinte a uma opinião idêntica à de Luís XIV.

A riqueza da Igreja era considerável, e por mais de um século estadistas necessitados a olharam com olhos cobiçosos. Teóricos complacentes, prontos para acalmar seus escrúpulos, não faltaram. Essa riqueza, diziam eles, acumulada pela vontade de pessoas moribundas, não era mais do que um depósito nas mãos da Igreja. "A Igreja", declarou um orador, "é a aglomeração de todos os fiéis, não apenas dos padres!" Ora, os fiéis eram os cidadãos. Tudo isso cheira a sofisma. O fato real era que o dinheiro era necessário.

E um grupo, cuja preocupação não estava tão intimamente ligada aos cofres vazios do Estado, estava impulsionando a medida. Era o partido anticatólico. Os membros desse partido não se importavam em criar um mal-estar entre o Clero e a Revolução, e assim arruinar a Igreja e o corpo eclesiástico de uma só vez. Rabaut Saint-Étienne, o pastor protestante, exhibe um notável deleite no dia seguinte ao da aprovação da medida. "Ela (o Clero) deixou de ser uma Ordem! Deixou de ser um corpo constituído! Deixou de ser uma república dentro de um império! Os padres terão que marchar em compasso com o Estado agora. A única coisa que nos resta a fazer é casá-los!" Este pequeno grupo de homens que exerceu, como veremos, uma ação poderosa na questão da Constituição civil, fez de ferramentas deputados que, como Duquesnoy, davam a mesma resposta simples a toda objeção: "Com que esperam que paguemos as dívidas?"

O dízimo havia sido suprimido, e isso por acordo com o Clero. Esperava-se que essa atitude complacente continuasse. Poderia ter sido uma jogada inteligente por parte do Clero se apresentar e conquistar aqueles cuja única ansiedade era o déficit existente, fazendo um certo sacrifício e se comprometendo a garantir um empréstimo. Dois meses depois, Boisgelin, o mais inteligente de todos os prelados que assento na Assembleia, lamentou abertamente que esta oferta oportuna não tivesse sido feita. "Mas", disse ele, "meus dignos colegas nunca foram além do Salão dos Agostinianos" (onde as reuniões do Clero eram realizadas anteriormente). Um adiantamento de 400 milhões poderia ter salvo tudo. Mas, como já observamos, as classes privilegiadas não sabiam nada de defesa ou de estratégia.

E, além disso, o Clero estava cego por sua simpatia muito genuína pela Revolução. Não previa nenhum procedimento hostil porque não acreditava na existência de qualquer hostilidade. Seus ouvidos estavam ensurdecidos por seus próprios *Te Deums*, e não conseguia se conformar com a ideia de que seria despojado como recompensa por cantá-los.

Um membro de seu próprio corpo ateou fogo ao pavio há muito preparado. Em 10 de outubro, Talleyrand, Bispo de Autun, insinuou-se na tribuna. Ele não foi clamoroso. Sua proposta foi suavemente inserida no final de uma sessão; ele propôs que os bens da Igreja fossem colocados à disposição do Estado. No dia seguinte, Mirabeau apoiou a moção. O debate foi da natureza mais apaixonada. Uma análise da discussão seria profundamente interessante.

O Clero fez uma defesa vigorosa. Havia renunciado ao dízimo, que valia oitenta milhões por ano; recusou-se a renunciar aos bens da Igreja, que rendiam uma soma menor, porque isso equivaleria a aceitar sua própria queda e cair em servidão, e seria, além disso, um abuso de confiança. O Bispo de Autun poderia, se quisesse, renunciar a seus próprios bens deixados pelos mortos. Maury lutou ferozmente contra a medida, Sieyès a opôs firmemente; Boisgelin apontou, com muita verdade, que os bens da Igreja não haviam sido dados à Igreja, mas a diversas instituições, abadias, paróquias, hospitais, colégios e assim por diante, para serem aplicados a objetos específicos. No dia 31, ele jogou parte de sua carga ao mar e ofereceu um empréstimo de 400 milhões. Teria sido bom ter aceitado sua proposta. A Nação estava prestes a fazer um negócio lamentável. La Fare apontou que o país teria que assumir responsabilidades muito pesadas, todo o trabalho educacional e caritativo agora alimentado pela riqueza que ameaçava. Le Chapelier respondeu que o Clero exercia apenas "uma caridade estéril e perigosa, calculada para encorajar a ociosidade e o fanatismo", "enquanto naquelas casas de oração e repouso, a Nação instalará oficinas que serão úteis ao Estado, e nas quais o homem pobre encontrará sua subsistência, graças ao seu próprio trabalho. Não haverá mais pessoas pobres, exceto aquelas que escolherem permanecer assim!" Lembremos que essas palavras foram ditas há cento e vinte anos!

Este Le Chapelier nos dá um vislumbre da ideia que guiava todo um grupo de deputados; o déficit estava em suas mentes, é claro, mas além disso, "não era político permitir que grandes corpos de homens possuísem propriedades". Foi Mirabeau, no entanto, quem realmente forçou a aprovação da medida.

Grégoire e cerca de vinte outros padres votaram a favor da moção. Mas, apesar disso, "havia tal angústia", diz um dos que votaram, "com a ideia de que a propriedade dos bens estava investida no Estado", que a medida que colocava a riqueza da Igreja à disposição da Nação foi aprovada apenas por 368 votos contra 346; quarenta deputados se abstiveram de votar, enquanto trezentos, quase todos pertencentes à Direita e ao Centro, estavam ausentes.

Esta transação colocou algo como três bilhões nas mãos do Estado. Para Necker, isso era quase uma dificuldade. A medida era repugnante para ele por motivos de consciência e, além disso, a liquidação das propriedades em questão, a maioria das quais era em terras, parecia-lhe uma questão muito difícil. O mercado seria inundado de forma bastante inesperada, e em um momento de grande insegurança, com uma enorme quantidade de bens imóveis. Não seria a consequência provável uma extrema depreciação no valor da dita propriedade? Para ganhar tempo, o financista genebrino deitou-se.

O Clero não havia perdido toda a esperança. A propriedade dos bens talvez lhes fosse deixada depois que as somas necessárias ao Tesouro tivessem sido levantadas.

Em 10 de abril de 1790, essa esperança seria varrida. Prieur de la Marne apresentou um pedido para que todos os bens eclesiásticos fossem declarados propriedade da Nação. Boisgelin fez um último esforço de conciliação no decorrer do debate. Ele propôs que os bens da Igreja fossem simplesmente usados para garantir um empréstimo. Mas a hostilidade da maioria na Assembleia ao próprio Clero já se aprofundara, e o Clero, sob a influência do perigo ameaçador, parecia menos favorável à Revolução do que em 1789; uma ruptura estava à vista. Quando Dom Gerle, um monge democrata que votara pelo confisco, apresentou ingenuamente sua célebre moção para proclamar o Catolicismo a religião do Estado, um grito indignado se ergueu dos bancos ao seu redor. Foi nesta ocasião que Mirabeau fez uma primeira alusão à varanda de onde Carlos IX atirara nos Huguenotes. A moção foi derrotada por 495 votos a 400, e em 16 de abril a Assembleia votou a nacionalização de todos os bens da Igreja. Para contrabalançar isso, foi estabelecido um Orçamento do Culto Público. "O golpe final desferido no Clero", escreveu um deputado da Esquerda com muita verdade. A medida implicava, de fato, uma terrível queda do ponto de vista moral, para os sucessores de Bossuet e Fénelon. Tornou-os dependentes do Estado, que logo se sentiria justificado em aplicar punições a qualquer "bispo mau" ou "pároco mau", em outras palavras, a qualquer eclesiástico que se recusasse a dar a César mais do que o que era devido a César.

Uma questão importante permanecia sem solução. Como essa propriedade da Igreja seria realizada? As vendas não seriam fáceis; seriam dificultadas pela insegurança geral e por escrúpulos religiosos. As municipalidades pareciam adequadas para servir a um propósito útil nesse sentido. A municipalidade de Paris foi a primeira a vir em socorro. Bailly ofereceu-se para comprar as propriedades de vinte e sete casas religiosas por 200 milhões. Sua oferta foi aceita, e o acordo foi estendido a outras Comunas. Os pagamentos foram feitos em títulos municipais garantidos pelas propriedades compradas. Mas, como esses títulos foram impostos aos credores do Estado, seria melhor, no geral, emitir papel-moeda, cujo pagamento seria garantido pelos três bilhões representados pela propriedade da Igreja. Esses títulos de papel foram os famosos *assignats*. Originalmente, cada *assignat* representava seu próprio valor em propriedade nacional; era uma moeda de curso forçado, e qualquer homem que possuísse *assignats* poderia ser pago em propriedade. Assim, a enorme operação representada por esse deslocamento sem precedentes de propriedade foi facilitada.

Já em 10 de janeiro, o resultado moral da medida fora claramente percebido. "Os *assignats*", escreve Thomas Lindet, "logo estarão dispersos pelo país e, apesar de si mesmo, todo homem que os possuir se tornará um defensor da Revolução." Esta operação, disse o presidente do comitê encarregado da lei em abril, "unirá todos os cidadãos ao bem público".

O debate ocorreu em 10, 15, 16 e 17 de abril. A Direita lutou contra o estabelecimento de uma teoria que sancionaria e completaria a venda dos bens da Igreja. A raiva de Maury o dotou de poderes proféticos, pois ele previu que o *assignat* teria uma carreira tempestuosa e terminaria em bancarrota. Mas Pétion não profetizou com menos verdade quando declarou que "os benefícios dos *assignats* serão que eles garantirão a Revolução". Nenhum falava a língua do outro, mas ambos falaram a verdade. O *assignat* quase arruinou a França, mas "garantiu a existência da Revolução".

Em 17 de abril, a lei que dava aos novos títulos valor de dinheiro foi devidamente votada.

Houve forte oposição em todo o país. O Clero trovejou de seus púlpitos contra qualquer homem que ousasse adquirir os "bens da Igreja". E assim, o *assignat*, desde o início, foi muito desacreditado.

A venda da propriedade nacional certamente criou, como veremos, um corpo de homens que defendeu firmemente a Revolução que os enriquecera. Mas a necessidade de pagar um salário aos padres imporia laços do tipo mais incômodo à Legislatura, removendo, por muitos anos, toda possibilidade de separação entre Igreja e Estado, a não ser pelo cometimento de um ato de grosseira injustiça. E, como veremos em breve, essa consequência levou ao sistema absurdo da Constituição Civil.

Outra consequência imediata da medida foi a separação da grande massa do Clero da Revolução, que até então ela havia mais favorecido do que se oposto, e que, quase em toda parte, havia acolhido com aclamação. Aqueles párocos que haviam sido mais devotados à nova forma de governo (até o próprio Grégoire por vários dias) estavam agora bastante desconcertados. A resposta à sua adesão entusiástica fora um ato de espoliação, acompanhado de palavras do tipo mais insultuoso. Uma senhora ligada ao partido triunfante escrevera: "Vendam todos os bens eclesiásticos! Nunca nos livraremos das feras até que tenhamos destruído seus covis!" Condorcet, que dificilmente pode ser acusado de qualquer sentimento terno para com o clero católico, afirmaria um ano depois que a operação fora realizada "sem equidade e sem prudência", e que a Revolução, ao "fazer vítimas" dos padres, privara-se de uma fonte de força.

Em poucas semanas, a dissolução das Ordens Religiosas aumentaria a amargura. Podemos nos surpreender que o Clero, assim ferido e magoado de todas as maneiras, tenha levantado sua voz em protesto amargo; que certas cartas episcopais tenham feito referências acrimoniosas a "homens pervertidos" e a seus "excessos monstruosos", e que alguns bispos, como o Bispo de Tréguier, tenham chegado ao ponto (nada do tipo acontecera antes) de amaldiçoar

toda a Revolução, e expressar a esperança de que a França "acordasse", e um grito geral fosse levantado "para reivindicar nossas antigas leis e o restabelecimento da ordem pública".

Muitos cidadãos, como vimos, estavam prontos a dar ouvidos a tal apelo. A Assembleia, que, ademais, demonstrava o maior desprezo pelos "miseráveis Memoriais" — agora considerados "verdadeiros contos de fadas", e tão completamente superados que eram totalmente desvalorizados — havia evocado tanto descontentamento que, em fevereiro de 1790, viu-se forçada a publicar uma proclamação justificando-se aos olhos do país. "Acorda, Luís! É hora, é mais do que hora, de provares que és um Bourbon!", era o apelo gritado ao Rei. E, portanto, foi por isso que o partido revolucionário insistiu na presença do Rei na Assembleia em 4 de fevereiro, e que sua presença foi saudada com genuíno entusiasmo; pois o Rei, como o sapateiro da Sra. de Beauplan observou triunfantemente a ela, parecia, ao se declarar "Chefe da Revolução", endossar a obra daquela Revolução e impô-la sem reservas ao país.

Assim, a Assembleia seguiu seu caminho. "A cada dia", escreveu um de seus membros, "ela dá alguns passos em direção à razão". Eram os passos de um paciente atáxico! Nos últimos seis meses, um trabalho confuso a absorvera; discussão da Constituição, reforma da Administração, organização das Municipalidades, debates sobre o déficit, propriedade eclesiástica, Córsega, o Exército, as Colônias, a emancipação das raças negras, a gestão da imprensa, a reorganização dos impostos, o abastecimento de alimentos, sem mencionar as cento e cinquenta sessões ocupadas por incidentes imprevistos. Ela havia trabalhado, como diz Lindet, "tateando", empilhando uma discussão sobre a outra, interrompendo uma deliberação relacionada ao Exército para debater o assunto das Ordens Religiosas ou da escravidão. Os membros ainda lutavam, em fevereiro de 1790, com as dificuldades decorrentes da ação precipitada da noite de 4 de agosto, "ruinosa em tantos aspectos", como escreveu um deputado da Esquerda. Às vezes, exausta ou embriagada, esta Assembleia tropeçava em meio às ruínas que criara!

Os Ministros agora devolviam todos os negócios à Assembleia para decisão, forçando-a assim a entrar em um labirinto do qual, como nos conta Lameth, "ela não podia escapar". Ela temia esses "negócios", mas os desafiava; seu tratamento de tudo era muito confuso. "As cartas estão todas tão misturadas nesta casa de jogo", escreveu Mirabeau, "é tão difícil jogar um jogo sistemático, que depois de um desperdício de inteligência e atividade que nos esgota ao final de cada dia, nos encontramos de volta ao mesmo ponto, isto é, em meio ao caos!" Enquanto isso, "a anarquia", escreve um ministro estrangeiro, "aparentemente está aumentando em todo o reino". Ela vinha de cima.

O verão começou, e ainda assim a Assembleia vivia em um turbilhão. "O calor é extremo", lemos em uma carta escrita em junho, "no entanto, a Assembleia realmente precisa de gelo para esfriar sua efervescência!" Ocasionalmente, ela se tornava ridícula, como quando recebeu solenemente na barra da Casa "uma delegação de todas as nações da terra, indianos, árabes, armênios, egípcios e assim por diante". "Embaixadores que não tinham credenciais", escreve outro deputado da Esquerda; entre esses enviados, o Barão de Crussol reconheceu um servo negro empregado por um de seus amigos, "fazendo o papel de africano" em troca de uma certa remuneração. Tendo estabelecido leis para o Universo, os deputados acharam agradável receber congratulações do Universo, mesmo que um Universo deste tipo adulterado!

A Corte não estava fazendo nada para conter a maré que arrastava a Assembleia. O Conde de Provença primeiro incitara Favras a conspirar, depois o abandonara subitamente e o deixara ser enforcado. Tais incidentes desanimavam a coragem mais ardente. Mas, de fato, o Rei não faria nada para encorajar os "políticos" que tão alegremente teriam contido o movimento. Ele pagou a Mirabeau para aconselhá-lo, mas não seguiu seu conselho. A Corte permaneceu inerte, inativa, sem direção, desaprovando aqueles que se revoltavam, mas recusando toda assistência; ela se livrou de Necker, que partiu secretamente; manteve o perplexo La Fayette à distância; temia Mirabeau, que estava pronto para servi-la; parecia disposta a se submeter a todas as coisas, grandes sacrifícios ou pequenas mortificações. Apenas uma vingança ela tomou, a de forçar a Assembleia todos os dias a enfrentar a Revolução que ela servia; o tête-à-tête era tudo, menos agradável.

O país — enquanto a Constituição estava sendo elaborada — não prestava atenção às leis. "Mandrin", lemos, "poderia se fazer rei hoje, em uma ou até mesmo em várias províncias!" Novamente, devemos fazer um levantamento geral da França. Em Paris, os Distritos controlavam a Comuna, e a Comuna servia à Assembleia da mesma maneira. Todo o Sul estava em estado de violenta agitação; de Lyon a Toulouse, os piores elementos da população fervilhavam em um fermento revolucionário; em Toulon, em dezembro de 1789, a população se levantara contra a autoridade do Comandante Naval, d'Albert de Rions, e forçara a municipalidade a lançá-lo em uma masmorra; em Marselha, em março de 1790, os *Nervi* se rebelaram, arrastaram a Guarda Nacional consigo em seu ataque às tropas regulares e assassinaram um oficial, M. de Bausset. Nesta ocasião, La Fayette chamou a atenção para a anarquia existente no reino "de Estrasburgo a Nîmes". Seria bom se seu discurso pudesse ser reproduzido aqui.

A Assembleia, não ousando recorrer a medidas de repressão, não permitiria que o Rei as usasse também. E, a essa altura, a repressão começava a parecer impossível, pois o exército, que por alguns meses estivera vacilante, agora se levantava em revolta, e uma nova convulsão começava.

CAPÍTULO VIII

A REVOLTA DAS TROPAS E A FEDERAÇÃO

Agitação no Exército. Os oficiais subjugados. A Federação. O Festival do Amor: seu efeito desagregador no Exército. A rebelião em Nancy. O temor causado pelo Exército leva a um desejo por guerra.

No dia 20 de fevereiro de 1790, a Assembleia se deparou com uma questão que manteria seu trágico e sempre vivo interesse ao longo de um século tempestuoso: "Quando e sob quais circunstâncias um soldado deve atirar nos cidadãos?" O soldado daquele momento resolveu o problema da maneira mais simples, respondendo: "Nunca!" Ele estava muito mais disposto a negociar com os manifestantes do que a reprimir a desordem.

O velho Kellermann diria: "A Revolução se deveu aos regimentos de linha." Ele queria dizer que o Exército talvez pudesse ter sufocado a Revolução, mas não quis fazê-lo.

Já me referi à composição deste Exército: homens de má fama, muitos deles ex-condenados, arruaceiros que o próprio Dubois-Crancé, um oficial sentado na extrema esquerda, descreveu na tribuna como "bandidos"; sargentos e outros suboficiais, cuja promoção fora brutalmente interrompida, e cujo ciúme legítimo fora atizado; oficiais profundamente divididos entre si, alguns ansiosos para acelerar sua própria promoção praticando táticas demagógicas, ou ao menos favorecendo-as, outros enojados com a Revolução, mas completamente desarmados por sua própria fraqueza, ou pela fraqueza dos altos comandos — o Rei em primeiro lugar. As *Cartas de Aristocratas* de Vaissière, muitas das quais levam assinaturas de oficiais, nos dão poucos motivos para considerá-los pretorianos. O sentimento predominante nessas cartas é uma melancolia amarga, em grande parte causada por seu senso muito razoável de sua própria impotência. "Eles lutaram", escreve o Capitão Desiles em 21 de junho de 1790, "o máximo que puderam." Mas foram frustrados não tanto pela insubordinação insolente de seus homens, mas pela delação traiçoeira dentro de seu próprio corpo.

E, além disso, eles sabiam, como já disse, que corriam o risco perpétuo de serem abandonados à própria sorte. O Ministro da Guerra, La Tour du Pin, que havia lutado bravamente na Guerra dos Sete Anos, era um homem honesto, gentil e direto, mas, como nos conta Esterhazy, era "fraco e dominado por seu filho, um feroz democrata"; o tipo de homem que tentaria apagar um incêndio com uma esponja molhada! Uma esponja já havia sido usada para apagar as façanhas dos Guardas Franceses, e em 13 de agosto, Noailles, que dificilmente pode ser acusado de qualquer tendência reacionária, ousou, embora em termos um tanto tímidos, apontar a crescente insubordinação em toda parte. A Assembleia respondeu nomeando um Comitê encarregado de formar "um novo exército". O antigo exército interpretou isso como mais um incentivo para se dissolver.

De outubro de 1789 em diante, o fermento atuou, e em junho de 1790, seus estragos se tornaram tão grandes que eram evidentes em certas áreas. Aqui e ali, um motim eclodia, era resolvido com concessões, eclodia novamente, é claro, e acabava, por não ser punido, gerando novos incidentes da mesma natureza.

Um dos mais característicos ocorreu em Hesdin, no Regimento Real de Champagne, quando um jovem oficial de dezenove anos, cujo nome mais tarde se tornaria famoso, Nicolas Davout (então escrito d'Avoust), liderou os suboficiais e soldados de seu regimento até a presença de seu Coronel, ordenou-lhe que "apresentasse suas contas", e fez com que ele fosse insultado, ou permitiu que fosse. O regimento recebera ordens para deixar Hesdin, onde a Guarda Nacional o apoiava em sua oposição aos oficiais comandantes, em 15 de maio de 1790; os homens se opuseram, recusaram-se a partir e foram ousados o suficiente para fazer uma queixa à Assembleia. A Assembleia, de fato, expressou sua "dolorosa surpresa". Mas, como o regimento se recusou obstinadamente a obedecer seu Coronel e marchar para fora de Hesdin, os deputados cederam. A partir daquele momento, e por muitos meses, a guarnição de Hesdin esteve em estado de anarquia, os oficiais eram zombados, os homens não obedeciam a ninguém, exceto ao jovem Tenente d'Avoust, e o mau exemplo foi seguido por todo o país.

Podemos, de fato, de janeiro a julho de 1790, acompanhar o progresso por toda a França de um movimento que mostrava quão completamente toda a disciplina havia sido destruída. Veremos os Dragões de Lorraine saqueando os cofres regimentais e expulsando seus oficiais em Tarascon, o regimento "Auvergne" se amotinando em Le Quesnoy, o "Coronel-General" fazendo o mesmo em Lille, "Penthièvre" em Rennes, "Guyenne" em Nîmes, "Vivarais" se rebelando na estrada entre Béthune e Verdun para voltar à guarnição da qual as autoridades desejavam removê-lo, "Vexin" forçando seus oficiais, acusados de um complô para envenenar seus homens, a compartilhar as refeições dos homens com eles, "Royal-Marine" ordenando a partida de seus oficiais, "Beaune" exigindo como direito 11.000 libras, "Forez" reivindicando 39.000, "Poitou" 40.000, "Salm-Salm" 44.000, "Châteauvieux" 201.000, "Beauce" 240.000 e arrancando as moedas de ouro e notas dos oficiais de suas mãos, "Touraine" se levantando em Perpignan, recusando-se a obedecer os suboficiais que permaneceram fiéis, cercando a casa de seu Coronel, o Visconde de Mirabeau, que correu para o local e, quando suas tentativas rudes e bem-humoradas de argumentar com seus homens falharam, foi forçado a sair de espada em punho. Durante a primavera de 1790, uma vintena de regimentos maltratou, insultou, ameaçou e roubou seus oficiais. E muito em breve três regimentos em Nancy prenderiam certos oficiais superiores — uma insurreição total, que só não se tornou guerra civil pela energia isolada do General de Bouillé.

O que a Assembleia estava fazendo? Ela ficava muito perturbada e "dolorosamente surpresa" com a notícia de cada motim sucessivo. Esta surpresa é uma surpresa para nós. Carta após carta de La Tour du Pin (que, a propósito, não podia fazer nada além de escrever cartas) havia relatado a anarquia no exército, citado os casos mais revoltantes de insubordinação e, em 4 de junho (que nossos leitores notem suas palavras), apontado como um evento ameaçador "a formação desta democracia militar, uma espécie de monstro político que sempre acabou por devorar os impérios que o produziram". A Assembleia saudou seu aviso com aplausos, mas não tomou nenhuma atitude, pois não podemos chamar de atitude "suplicar ao Rei que puna severamente todo ato de desobediência às leis militares". A Assembleia Constituinte teria ficado muito feliz em deixar o impopular dever de repressão para o odiado Poder Executivo e, no dia seguinte, culpar-lhe. Isso é provado pelo fato de que, quando um caso definido foi submetido aos deputados, eles se esquivaram e o ignoraram.

Foi "culpa dos oficiais"? Os soldados em Valence entregaram seu oficial comandante à população, que o assassinou, como Belzunce já havia sido assassinado em Caen, porque, como nos assegura um certo escritor conhecido, "por culpa do Poder Executivo, oficiais que eram inimigos da Revolução foram deixados em seus regimentos". Em 4 de junho, Robespierre jogou toda a culpa da desordem nos oficiais que se opunham à Revolução; a ideia era

forçá-los a renunciar. "Será difícil", escreveu Lindet em 14 de junho, "manter a disciplina enquanto o antigo corpo de oficiais permanecer no comando. O melhor curso de ação para eles seria renunciar em massa."

Isso, se a Assembleia mantivesse sua atitude dúbia, era uma proposição evidente. Um plano muito melhor, como escreveu Mirabeau, teria sido "simplesmente dissolver o exército do Rei e alistar outro com princípios revolucionários". Isso, pelo menos, teria privado os soldados amotinados de seu pretexto. Enquanto isso, a Assembleia não ousava reprimir "o monstro" descrito por La Tour du Pin, e era totalmente incapaz de domá-lo.

No entanto, fez um esforço. As tropas foram convidadas a enviar seus deputados à Federação no Campo de Marte; lá, em meio às ternas manifestações de sentimento fraterno, elas, esperava-se, entenderiam que agiam mal ao tratar seus chefes, que lhes estendiam braços afetuosos, como inimigos, e entristeciam a Assembleia que as havia convocado tão maternalmente a Paris.

A Federação! Em junho de 1790, a palavra estava na boca de todos! A Federação Nacional deveria selar as uniões voluntárias que estavam se formando em todas as direções, as federações menores de vilas e corpos públicos, e de cidades e províncias. Na escuridão ameaçadora que a anarquia lançava sobre o infeliz país, os homens estendiam as mãos uns aos outros. O Rei tinha sido o laço que unia a nação; esse laço estava enfraquecendo, parecia perigosamente perto de se romper; o instinto de autopreservação nacional levou essas pobres pessoas a se unirem. Havia também um sopro de sentimento fraterno e generoso. A expressão foi tão cruelmente abusada que provoca um sorriso; mas na França de 1789, o sentimento era sincero; as mãos que se estendiam com medo eram realmente apertadas com amor. O movimento começou no Oeste. Em 26 de outubro de 1789, quinze Comunas bretãs se federaram; em 29 de novembro, quatorze cidades em Dauphiné, no outro extremo do país, fizeram uma união semelhante; e por toda a França, durante aquele inverno, as grandes vilas fizeram aproximações amigáveis umas às outras. A destruição dos corpos públicos e das províncias pela Assembleia Constituinte ameaçara desmoronar a França, e, espontaneamente, este admirável país reconstruiu sua unidade mais uma vez. Quando as Comunas se uniram às centenas, as Províncias, por sua vez, começaram a se "federar"; em 15 de fevereiro de 1790 (a data deve ser lembrada, pois marca o início de um movimento muito importante), os delegados de Anjou e da Bretanha se encontraram em Pontivy, "declarando solenemente que não eram bretões nem anjevino, mas cidadãos de um mesmo império". A Assembleia, cheia de um vago temor do movimento, tentou dirigir seu curso. Delegados das Guardas Nacionais, representando as várias federações, foram convidados para uma grande cerimônia em Paris. Esses delegados começaram a chegar nos primeiros dias de julho. A força do sentimento leal das províncias, obscurecido pelos clubes revolucionários, tornou-se então aparente.

Os delegados chegaram, de fato, transbordando de afeto ingênuo por seu Rei. Quando os de Touraine foram recebidos por Luís XVI, ofereceram-lhe para aceitação um anel que fora usado por Henrique IV. Os bretões, que haviam sido descritos como revolucionários fervorosos, lançaram-se chorando aos pés de seu Soberano. Seu líder ofereceu sua espada ao Rei, com as palavras: "Ela nunca será manchada com outro sangue senão o de vossos inimigos, Sire!" Luís o abraçou; "Nunca duvidei do afeto e da fidelidade de meus queridos bretões", disse ele. "Diga a todos eles que sou seu pai, seu irmão e seu amigo."

O Monarca foi levado pela onda de sentimento generoso (às vezes um pouco tolo) que os preparativos para o festival vindouro haviam evocado em toda parte.

Diante de arquibancadas de grama, nas quais toda Paris se aglomerara (assentos construídos com suas próprias mãos por grandes damas, monges, peixeiras e cidadãos, em frente ao Altar da Pátria), a cerimônia foi realizada. Muitas são as descrições dela. O Bispo de Autun, em suas vestes sacerdotais, subiu os degraus do altar, celebrou a missa, assistido por 400 padres, com suas alvas brancas cingidas por faixas tricolores, e então, com mitra na cabeça e báculo na mão, abençoou a bandeira da Guarda Nacional e os estandartes dos oitenta e três departamentos.

La Fayette, na noite anterior, assumira o comando do evento; era o seu festival. Ele se aproximou do altar, pousou sua espada sobre ele e prestou o juramento de fidelidade à Nação, às Leis e ao Rei. A excitação chegou à loucura; o Comandante da Guarda Nacional foi erguido e carregado em triunfo nos ombros dos homens.

Então, o Presidente da Assembleia, de Bonnay, prestou o juramento, e todos os deputados o repetiram depois dele, mas o público recebeu seus representantes com frieza. Houve alguma zombaria; eles apareceram entre um grupo de crianças e um grupo de idosos. "Pituíta Real" e "Bamboche Real", ria a multidão. Mas Luís XVI foi aplaudido. Os gritos de "Viva o Rei" foram mais altos do que os de "Viva a Nação". No entanto, ele não subiu ao altar, mas ficou em frente à sua poltrona e disse: "Juro usar todo o poder que me foi delegado pelo ato constitucional do Estado para manter a Constituição decretada pela Assembleia Nacional e por mim aceita." Houve mais gritos então; a Rainha, levada pelos aplausos, ergueu o futuro Luís XVII em seus braços: "Aqui está meu filho! ele e eu compartilhamos desses sentimentos!" Então o êxtase chegou ao ponto de frenesi; as bandeiras foram mergulhadas, os canhões rugiram. Todos "navegavam no azul"; um delegado jurou ter ouvido o Rei dizer "que, se necessário, derramaria seu próprio sangue em defesa da Revolução!"

À noite, houve grandes iluminações, e enquanto 600 músicos executavam a *Tomada da Bastilha*, um drama sacro, com palavras do Rei Davi, na Catedral de Notre-Dame, a população dançava no local da fortaleza em ruínas. "De modo geral, todos estão embriagados de amor pelo Rei e pela Família Real!" As palavras foram escritas em 16 de julho. Na verdade, o dia deu o que pensar. Mirabeau, que estava furioso naquele momento com La Fayette, lamentou muito que tivesse se transformado em uma apoteose para o "César Palhaço (Gilles)"; ele teria preferido que o Rei chegasse a cavalo, como "General da Federação", e o visse passar de seu trono para o altar, para onde deveria ter sido levado pelos "braços dos homens que alguns usariam para ameaçá-lo, mas para quem o monarquismo realmente é o sopro da vida".

No entanto, o dia, no geral, fora favorável ao Rei. Sobre este ponto, todas as testemunhas concordam. A Assembleia "manchada de lama" fora ridicularizada; Mirabeau deplorou isso. No dia seguinte, as pessoas cantavam:

"Fallait voir nos députés

Dont quelques uns faisaient la moue,

C'étaient de vrais culs crottés

Qui se traînaient dans la boue !" *

(Era preciso ver nossos deputados / Alguns deles fazendo careta, / Eram verdadeiros bunda-suja / Que se arrastavam na lama!)

Era apenas lógico que, como a Corte não aproveitara a Federação, a Federação se voltasse contra a Corte. Seu efeito sobre os delegados militares foi particularmente desastroso. O Clube havia feito muito por eles e, no processo, os instruíra cuidadosamente sobre seus novos deveres; deviam desconfiar de seus oficiais, todos declarados "aristocratas", e mesmo correndo o risco de desobedecer ao Rei, não deviam manchar as mãos com o sangue de nenhum francês, exceto o de seus próprios chefes! "Este festival", escreve Bouillé, "envenenou as tropas." Na manhã seguinte, o Regimento da Rainha se amotinou em Stenay, sob o pretexto de que os oficiais pretendiam entregar a cidade aos austríacos. Mas isso foi um assunto menor em comparação com os eventos em Nancy.

A Assembleia, à qual La Tour du Pin havia relatado em 6 de agosto, "uma torrente de insurreições militares", finalmente, em 16 de agosto, votou um decreto ordenando medidas repressivas. O Rei despachou M. de Malseigne a Nancy para inspecionar as contas. Ele foi imediatamente agredido e capturado pelos suíços, e obrigado a desembainhar sua espada antes que pudesse sair do quartel. Os soldados o seguiram e cercaram a casa do Comandante das tropas, gritando ameaças. M. de Malseigne, expulso em outra direção, buscou refúgio em Lunéville. De la Noue, o Comandante, foi capturado em sua própria casa e arrastado, ferido, para uma masmorra, com vários outros oficiais superiores. Finalmente, Malseigne foi entregue pelas tropas de Lunéville aos amotinados de Nancy, e trazido de volta àquele lugar em 30 de agosto, um cativo execrado, em meio a gritos de "À la lanterne!"

La Fayette, diante deste "surto geral", persuadiu a Assembleia a passar das ameaças a medidas repressivas genuínas, e Bouillé, Comandante da fortaleza de Metz, foi encarregado de reprimir a "revolução militar". Ele reuniu 90 batalhões e 104 esquadrões de homens, e imediatamente marchou sobre Nancy. Sua ação rápida foi sábia; a Assembleia, movida pelo clamor levantado por Robespierre, enfraqueceu e votou uma Ordem do Dia da descrição mais indefinida, formulada por Barnave, e destinada a atrasar a marcha de Bouillé.

Mas ele já havia chegado a Nancy, após um combate bastante acirrado no Portão de Stainville, durante o qual perdeu 56 de seus homens, e o valente Desiles. Ele abriu caminho até o coração da cidade, sob fogo pesado, que lhe custou 400 de seus soldados e cerca de 40 oficiais. A insurreição foi sufocada.

A questão da punição agora tinha que ser considerada. Os suíços foram entregues, em virtude de estatutos especiais, ao julgamento de seus próprios oficiais; 33 foram executados e 44 condenados às galés. Estes últimos foram carregados em triunfo pelas ruas de Paris antes que dois anos se passassem! Os homens dos outros corpos não esperaram tanto por sua absolvição. Os Comissários enviados pela Assembleia insistiram em ignorar suas ofensas, "e causaram muito mal com sua extrema indulgência". Mas os deputados já nutriam um rancor contra Bouillé, por ter executado os rebeldes muito prontamente, e dentro de três meses o próprio pobre La Tour du Pin seria demitido.

Este comportamento vacilante destruiu o efeito que as medidas repressivas deveriam ter produzido. Em toda parte, os delegados soldados que haviam retornado do Festival da Federação haviam semeado sementes que amadureciam rapidamente. De Besançon a Cahors, de Rennes a Huningue, durante todos esses meses de agosto e setembro, houve constantes e violentos confrontos entre as tropas e seus oficiais. Tão manifestamente a força militar estava "se desfazendo" que certos deputados, tanto da Direita quanto da Esquerda, começaram a nutrir uma esperança secreta de guerra, acreditando que isso forçaria as tropas a voltar a paixão, que realmente parecia além da repressão, contra os inimigos de seu país. É verdade que outros — e estes eram a maioria — menos otimistas, tremiam ao simples pensamento de guerra com a Europa em um momento em que o exército parecia em total desintegração. Mas a questão estava surgindo, durante aquele outono do ano de 1790. A Europa e a Revolução, embora nenhuma ainda tivesse resolvido atacar, estavam frente a frente, cada uma tentando medir a força da outra. O dia seguinte ao Festival da Federação, celebrado em tal frenesi de amor universal, ameaçava ser de fato terrível.

CAPÍTULO IX

PAZ OU GUERRA?

A Europa e a Revolução. A Europa no ano de 1789. Seu erro em relação à França em geral e à Revolução em particular. As divisões da Europa. A Questão Oriental. A Questão Polonesa. A Polônia, nossa salvação por seis anos. Catarina II. O Imperador Leopoldo. Alsácia. "A França renuncia a todas as ideias de conquista." O caso de Avignon. A Europa se recompõe em 1790, mas ainda hesita. Leopoldo espera por um apelo de Luís XVI.

"Temos milho, e em breve teremos uma Constituição", escreveu um deputado em 5 de julho, "mas minha opinião é que uma guerra varrerá nosso milho, nossa Constituição e nossos *assignats*!" Essa ideia, como provam algumas de suas cartas, assombrava muitos deputados na época. Chegara a hora que os forçava a olhar muito além dos muros do Manège, e até mesmo além das fronteiras da França. Até então, apesar de muitas dificuldades, eles vinham construindo seu monumento, pelo menos em suas partes mais idealistas. Mas agora surgia um novo fator — o externo. Havia um boato, que as pessoas começavam a acreditar, de que a Europa pretendia interferir nos assuntos franceses; era um relatório alarmante, uma séria ansiedade de todas as formas. Pois toda mente inteligente percebeu imediatamente que a guerra forçaria a Revolução a recuar ou a exagerar — um perigo duplo particularmente alarmante para os homens de 1789.

Por muitos anos, três questões foram debatidas. Por que as monarquias da Europa não esmagaram no ovo a Revolução que estava prestes a ameaçá-las? ... Como foi que a coalizão tardiamente formada por todas essas Potências foi contida pela França, sozinha, dilacerada pela anarquia, abandonada por seus comandantes militares e liderada por um governo em muitos aspectos tão novo e inexperiente? Por que milagre aconteceu que a Europa, mal derrotada, caiu em desunião diante da Revolução mal vitoriosa, e de fato chegou a um acordo com ela, apenas para ser desmembrada por suas próprias mãos em benefício da França moderna?

Albert Sorel descobriu a solução para este triplo problema naquela visão abrangente do continente, logo antes e logo depois da Revolução, que ele apresenta a seus leitores, e na qual agora, por um momento, o seguiremos.

Por que a intervenção da Europa foi tardia, mal julgada e, por fim, mal sucedida? Simplesmente porque a "Europa", como um todo, não existia.

A antiga república cristã da Idade Média havia passado. Por quatro séculos, tudo — a religião comum, os laços familiares, a solidariedade monárquica e os mais solenes juramentos de aliança e amizade — fora sacrificado a uma política egoísta e feroz de autoengrandecimento. O direito deixara de existir; a força governava tudo; golpes bem-sucedidos haviam quebrado todos os laços entre os príncipes "cristãos". Muito recentemente — para tomar este exemplo entre muitos — dois Soberanos "filósofos", Frederico II e Catarina II, e uma Princesa "apostólica", Maria Teresa, haviam desmembrado a Polônia. A Europa não possuía mais o que Metternich descreveria, em dias posteriores, como "as entranhas de um Estado". E quando a Europa decidiu marchar "contra a Revolução", como ela disse, não foi em obediência a um sentimento de solidariedade dos monarcas, mas na esperança de que outra Polônia pudesse ser descoberta e desmembrada a oeste do Reno. Aquele "bom irmão", Luís XVI, só seria socorrido quando seus ajudantes acreditassem que ele estava à mercê deles, e quando ele estivesse pronto para recompensar os "bons irmãos" que viessem em seu resgate com a cessão de uma ou duas províncias.

"A causa dos reis! A causa das dinastias!" seria o grito hipócrita de 1792, mas em 1789 e 1790 a Europa não estava nem alarmada nem escandalizada, mas sim o contrário, com a Revolução. Seus governantes, e aqui eles estavam errados, a consideravam uma revolta, propensa a enfraquecer a França, um país que temiam e odiavam. Ora, a política da Europa sempre fora dar encorajamento aberto a povos que se rebelavam contra seus soberanos. A Revolução foi tomada por uma rebelião, como qualquer outra contra o Imperador, na Hungria ou na Bélgica. A força expansiva do movimento francês não foi prevista; foi somente cinquenta anos depois que Metternich diria, brincando: "Quando a França pega um resfriado, a Europa espirra."

A Europa, de fato, não estava nem chocada nem alarmada. Ataques a soberanos haviam perdido seu efeito. Candide viu uma dezena de monarcas destronados em Veneza. Mesmo o regicídio de 21 de janeiro tinha muitos precedentes; Catarina II só reinava porque mandara assassinar seu próprio marido, Pedro III; a primeira Rainha levada ao cadafalso não foi Maria Antonieta, mas Maria Stuart, e ela foi enviada para lá por Elizabeth, a quem todo príncipe da Europa, incluindo Jaime da Escócia, o próprio filho de sua vítima, tentara desposar; Cromwell, que cortou a cabeça de seu rei, vira um Rei da França suplicar por sua amizade. O sangue dos reis deixara de ser sagrado aos olhos de seus colegas reis.

E, além disso, como os reis haviam usado os instrumentos mais vis e tolerado os procedimentos mais impiedosos na execução de seus planos, a Europa, moralmente falando, era impotente para resistir à Revolução. Ela não podia intervir em nome do princípio, pois a Europa não tinha nenhum princípio, exceto um — razões de Estado. Essa tendência semeou nas mentes de todos esses governantes aquele sentimento inextirpável de desconfiança que, por um tempo considerável, impediria qualquer coalizão, e depois de enfraquecer completamente aquela que finalmente se formou, a destruiria rapidamente.

Essa desconfiança mútua não teria sido suficiente, no entanto, para atrasar a intervenção europeia, se seus soberanos não estivessem nutrindo a mesma ideia há alguns anos. Eles estavam convencidos de que a França, aquela nação antes tão perigosa e tão temida, estava à beira da dissolução.

Que a França era "a nação insolente", não havia dúvida. Mas a Europa identificava a nação com seus reis. E, até certo ponto, a Europa estava certa. A política realmente admirável dos reis capetianos ao longo de nove séculos certamente fora a construção da França. O desejo e o sonho desses reis sempre fora uma França que se tornasse grande e cada vez maior. A Europa tomou esse imperialismo como o sonho de uma dinastia insaciavelmente ambiciosa; uma vez que a dinastia estivesse de mãos e pés atados ou expulsa, a França evidentemente se contentaria em aceitar um destino mais humilde.

Um erro grosseiro! Se os reis capetianos levaram o país a tais alturas, foi porque a França — das classes mais humildes à burguesia patriótica que dera legistas ambiciosos a Filipe, o Belo, e conselheiros imperialistas a Luís XIV — arrastava seus príncipes consigo.

A grande maioria dos homens de 1789 também eram legistas, oriundos da mesma estirpe daqueles que aconselharam Filipe, o Belo, e os reis Bourbon. O espírito humanitário de 1789 era certamente contrário a qualquer tipo de conquista, mas o espírito de 1789 não prevaleceria por muito tempo contra o instinto que sempre impulsionaria a nação em direção às suas fronteiras naturais. Mesmo em 1748, d'Argenson reconhecia que "a população"

sonhava com grandes conquistas. Ora, era a população que estava se levantando. E estava muito pronta para ser levada à aplicação imediata da antiga política de seus reis, porque os reis, na verdade, nunca haviam feito nada além de aplicar a política da nação.

Mas a Europa, mal informada, não via nada disso. Por tanto tempo e com tanta perseverança a grandeza da França fora servida por seus soberanos, que os dois pareciam ligados. Se o Rei estava enfraquecido, a França também estaria. Como um fator no complexo problema europeu, ela estava prestes a desaparecer; assim, a Revolução, longe de acalmar as amargas disputas que separavam os vários países da Europa em 1789, incentivou sua continuação, incutindo nos envolvidos um sentimento de falsa segurança em relação ao Reno. Nenhuma prova mais clara da decrepitude da antiga Europa poderia ser oferecida do que esta teoria idiota.

"Foi no Norte e no Leste da Europa", escreve Albert Sorel, "que ocorreu a crise que agitou as grandes Potências da Europa umas contra as outras de 1789 a 1795, revelou o antagonismo de suas pretensões, suscitou suas rivalidades, demonstrou os vícios de seus governos públicos, desviou sua atenção até o final de 1791 dos assuntos da França, atrasou sua coalizão por um tempo considerável, paralisou-a uma vez formada e, por fim, a desfez."

No último século, a Rússia vinha forçando sua entrada no Concerto Europeu e ajudando a desestabilizá-lo. Essa potência asiática e continental estava determinada a se tornar europeia e marítima. Dois mares brilhavam diante de seus olhos, o Mar Negro e o Báltico; as rotas para eles estavam fechadas pela Turquia e pela Suécia, e a Polônia bloqueava seu caminho para a Europa civilizada. Os sucessores de Pedro, o Grande, ansiavam pela destruição dessas três barreiras, e Catarina II, que governava em 1789, estava ferozmente resolvida sobre o assunto. Em 1789, ela já havia despojado a Polônia, metade da qual agora estava desmembrada, e seus olhos estavam postos no rei paladino em Estocolmo e no "homem doente", como ele já era, em Constantinopla. Essa soberana impiedosa fora obrigada a admitir a Prússia e a Áustria a uma parte na primeira partilha da Polônia; seu sonho era devorar o resto do infeliz país sozinha; mas, acima de tudo, ela estava determinada, quando a Suécia e a Turquia, por sua vez, parecessem maduras para a absorção, a excluir seus antigos aliados de qualquer parte nesse saque. Para isso, ela procurou ocupar os dentes afiados de seus antigos parceiros em outro lugar. A princípio, ela não percebeu o uso que a Revolução poderia ter nesse sentido; mas em 1791, a conveniência de criar uma diversão tornou-se aparente para ela; o pensamento de reprimir a Revolução e, colateralmente, anexar algumas províncias francesas, certamente tentaria as duas grandes Potências alemãs a marchar sobre o Reno; e, sendo assim, o Vístula, o Báltico, o Danúbio e os Bálcãs seriam deixados para ela. Este plano astuto sempre foi meio suspeito pelos alemães, que hesitaram, consequentemente, em mover todas as suas tropas para o Reno.

Em 1789, Catarina estava em guerra com a Turquia; a Áustria era sua aliada, mas havia uma suspeita extremamente forte em São Petersburgo de que a Prússia e a Inglaterra estavam apoiando secretamente a bem-sucedida resistência dos otomanos. Contando com a antipatia francesa pela Inglaterra, a Czarina sugerira uma aliança contra aquele país entre ela e Luís XVI. Isso fora recusado, e Catarina ficou muito amargurada com os Bourbons, tanto mais porque a campanha turca estava indo mal para suas tropas. Enquanto isso, a Prússia, encantada em dificultar o progresso dos russos, a quem temia, e em ser desagradável com os austríacos, a quem odiava, chegou a ponto de fomentar a desordem na Polônia.

O jogo no tabuleiro de xadrez europeu, no ano de 1789, era, portanto, de natureza muito complicada. Se o partido revolucionário, a princípio, tivesse manifestado alguma inclinação para interferir e confundir as peças, e ainda mais, se tivesse mostrado algum desejo de tomar posse do tabuleiro, todo o problema poderia ter sido abandonado, até que os perturbadores fossem esmagados. Mas, embora a Revolução tivesse paralisado o jogo francês, ela havia solenemente renunciado a qualquer intenção de participar de qualquer outro. Isso causou, entre os outros jogadores, um desprezo que garantiria a segurança do movimento por dois anos inteiros. As Potências mais uma vez se curvaram ameaçadoramente sobre seu próprio jogo, e mal deram atenção aos eventos que convulsionavam Paris e Versalhes em julho e outubro de 1789.

Os distúrbios na França, então, causaram satisfação na Europa. Quando a população saudou com alegria a queda da Bastilha, os reis só viram o enfraquecimento de "seu bom irmão em Versalhes"; "A França", escreveu Mercy, "está sendo reduzida a nada"; "A França", disse Catarina II, "está irremediavelmente perdida." Quanto a Frederico Guilherme da Prússia, que há muito se alarmava e se incomodava com a aliança austro-francesa, tudo o que ele percebeu na queda da "austríaca" foi uma excelente oportunidade para minar a obra de Choiseul, e ele imediatamente estabeleceu relações formais com os líderes da Assembleia. Na Inglaterra, Jorge III e seu Ministro, Pitt, simplesmente argumentaram que um rei que não era capaz de defender sua fortaleza no Faubourg Saint-Antoine não precisava inspirar muito alarme, mesmo que merecesse alguma piedade! Levaria muito tempo para os franceses chegarem a Antuérpia!

A indiferença europeia foi mais perturbada pela Revolução Belga, que colocou Brabante e Liège em revolta contra a dominação austríaca em 20 de outubro de 1789; aqui também, de fato, a mão da Prússia foi muito mais claramente vista do que a da França. A "República Belga" enviou seus embaixadores à Assembleia Francesa, mas os deputados, fortemente aconselhados por Mirabeau, que estava totalmente a favor da paz naquele momento, recusaram seu apoio, e os embaixadores não foram recebidos por Luís XVI. José II, que percebeu claramente o dedo da Prússia, Holanda e Inglaterra nos eventos dos Países Baixos, estava determinado a castigar os rebeldes e seus pérfidos aliados, quando em 20 de julho de 1790, ele morreu.

Seu sucessor, Leopoldo, era de um temperamento menos irritável. Ele fora Grão-Duque da Toscana e estudara seu Maquiavel no Palazzo Pitti. Era um Príncipe diplomático. Prometeu perdão aos belgas e, astuciosamente, fez saber ao Ministério inglês que preferiria entregar a Bélgica à França a reconhecê-la como um estado independente. Pitt ficou horrorizado; pressionou a Prússia, e aquele país retirou o apoio que vinha dando aos belgas. Em 26 de junho de 1790, Frederico Guilherme recebeu os enviados austríaco, holandês e britânico em Reichenbach. Eles lhe pediram que cessasse seus esforços em relação aos Países Baixos, e foi-lhe sugerido que uma campanha unida contra a França poderia muito bem proporcionar-lhe uma oportunidade de ampliar suas próprias fronteiras. Como, ao mesmo tempo, Catarina fazia aberturas ao Rei da Suécia, amigo de Maria Antonieta, em Verela, parecia que, durante o verão de 1790, a Europa, por tanto tempo dividida, começara a concentrar suas forças. A Revolução ainda não inspirava medo real, mas as Potências haviam percebido que a intervenção provavelmente lhes proporcionaria uma diversão ou uma solução para suas próprias disputas. A Rússia acreditava que esta era uma maneira de manter os alemães ocupados, os alemães viam nisso um método para satisfazer sua própria ganância e, além disso, para resolver todas as questões em debate às custas de uma nação dividida contra si mesma.

Pretextos para essa intervenção não faltavam. Embora o comportamento correto da Assembleia em relação ao caso belga tivesse removido um deles, duas questões distintas estavam forçando o novo governo a entrar em contato e, conseqüentemente, em conflito com duas das Potências — o Império e o Papa. A questão, no primeiro caso, era a da Alsácia; no segundo, a de Avignon.

A derrubada dos direitos feudais havia afetado vários pequenos príncipes alemães, que possuíam domínios na Alsácia. Eles se recusaram a se submeter à lei que os desapropriava e apelaram às Potências alemãs que haviam garantido o Tratado de Vestfália. Isso foi em setembro de 1789. As Potências, todas ocupadas em outros lugares e divididas entre si, haviam reservado a questão, enviando ao mesmo tempo um memorando formal sobre o assunto ao Gabinete de Versalhes. Montmorin, Ministro das Relações Exteriores, transmitira um protesto à Assembleia. Foi somente em 28 de abril de 1790 que a Assembleia Constituinte decidiu que os queixosos deveriam receber indenizações. Mas os queixosos pediram mais do que isso: exigiram, e basearam sua reivindicação nas palavras ditas por Luís XIV na reunião na Alsácia, que os decretos de 4 de agosto fizessem uma exceção em seu favor. A Assembleia recusou essa reivindicação e declarou que não estava vinculada pela palavra de Luís XIV.

Ela foi ainda mais longe, de fato, afirmando que na nova era que se abria, nenhuma palavra de rei poderia ser vinculativa para ela. Isso ficou claramente provado quando, uma briga tendo surgido justamente nessa conjuntura entre a Inglaterra e a Espanha, esta última apelou ao Gabinete das Tulherias por seu apoio com base no "Pacto de Família". A Assembleia recusou-se a aceitar as conseqüências dessa aliança; tentou, de fato, descobrir algum princípio (sabemos como ela lidava com princípios), no qual pudesse basear sua recusa. Robespierre, que, apesar de suas eternas reprimendas, estava sempre à procura de alguma oportunidade para se destacar, supriu a necessidade.

"É preciso declarar que a França renuncia a todos os pensamentos de conquista, que ela considera seus limites fixados por um destino eterno." Pacífico como era Mirabeau, ele era inteligente demais para não trair o profundo alarme com que esta enorme tolice o inspirou. Ele viu a impossibilidade de viver sem uma política externa, de deixar de manter a posição do país e de se preparar para a guerra, enquanto o resto da Europa permanecesse em armas. "Até esse momento", exclamou o deputado de Aix em 20 de maio, "a paz perpétua permanece um sonho, e um sonho perigoso, se levar a França a se desarmar diante de uma Europa em armas!" Mas Rollet, um pároco, respondera-lhe prontamente: "quando todas as nações forem livres, como a nossa, não haverá mais guerra!" E imediatamente os teóricos da paz universal caíram na rotina do antimilitarismo. Cazalès, que proferira uma magnífica profissão de patriotismo, foi forçado a se desculpar depois, e foi vaiado enquanto o fazia! Chega de diplomatas! Chega de soldados! Chega de alianças imorais com reis! E a célebre moção de 22 de maio: "A Nação Francesa renuncia ao pensamento de empreender qualquer guerra com o objetivo de conquista", que, para garantir sua eterna presença no frontispício do monumento erguido pela Assembleia Constituinte, formaria o Título VI da Constituição, foi aprovada por aclamação.

Em um discurso subsequente, Mirabeau, cujas declarações proféticas provam sua previdência, demonstrou o absurdo e a inanidade da declaração. Mas, profeta como era, ele percebeu, como em uma visão sangrenta e flamejante, Jemmapes, e a Bélgica conquistada em dois anos; Fleurus, e a Holanda ocupada antes que mais dois se passassem; Millesimo, e o Piemonte despojado; Rivoli, e a Áustria forçada a recuar para seu próprio território; as Pirâmides, e o Egito subjugado; Marengo e Hohenlinden; a Itália invadida pelos invasores; Austerlitz, Jena, Sommo-Sierra, Wagram e Moskowa, Bruxelas, Amsterdã, Mainz, Milão, Veneza, Roma, Nápoles, Viena, Berlim, Madri, Varsóvia, Moscou — toda a Europa pisoteada para a glória de soldados que usavam a cocarda tricolor e marchavam sob o estandarte de 14 de julho?

"A Nação renuncia ao pensamento de empreender qualquer guerra com o objetivo de conquista!"

"A Assembleia", escreve Sorel, "acreditava estar dando um exemplo extremamente desinteressado, e estava sinceramente orgulhosa disso. A Europa considerou que a França estava dando uma prova de extraordinária fraqueza, e se alegrou." De Londres, o Embaixador francês escreveu que as seguintes palavras ressoavam por toda a cidade: "A Inglaterra não tem mais nada a temer da França, e pode reivindicar a supremacia em ambos os hemisférios, sem medo e sem escrúpulos." Pela primeira vez, a credulidade da Inglaterra foi ainda mais ingênua do que a sinceridade da França. Toda a Europa tomou o país que assim procedia ao desarmamento como uma presa fácil. E este primeiro acesso de pacifismo, atijando a cobiça de todos os seus vizinhos e acalmando seus medos, iria apressar a vinda da guerra.

Ora, a questão das possessões alsacianas dos Príncipes alemães ainda estava em pauta e fornecia um possível pretexto para a intervenção do Império. A da Comtat Venaissin criaria outro. O Comtat pertencia ao Papa, que governava em Roma, e em 11 de junho de 1790, o povo de Avignon, infectado com o espírito revolucionário de seus vizinhos, expulsou o Legado do Papa, formou uma Comuna e se ofereceu à França. Os verdadeiros homens de 1789 se opuseram aos inimigos do Papa, que, é claro, favoreciam essa anexação, e alegaram a moção de 20 de maio, que proibia toda conquista. E a inanidade e a hipocrisia da fórmula em questão tornaram-se imediatamente aparentes. O grito foi levantado pela Extrema Esquerda: "não haveria conquista." Avignon estava se oferecendo, e a oferta deveria ser aceita; o próprio Robespierre apresentou essa distinção, e uma brecha formidável foi aberta no princípio original. Em 20 de novembro de 1790, foi solicitado ao Rei que enviasse tropas para ocupar Avignon.

A partir daquele momento, a moção aprovada em maio tornou-se letra morta. Paris estava fervilhando com uma multidão cosmopolita, refugiados da Alemanha, Suíça e Itália, que passaram a "oferecer" seus vários países; eram "os embaixadores da espécie humana". Além disso, incentivados por homens como Desmoulins, por exemplo, eles fomentaram distúrbios além das fronteiras, qualquer um dos quais poderia terminar em uma revolta ou insurreição, permitindo que um cantão ou outro se "oferecesse" ao mesmo tempo à Liberdade e à França. Assim, no outono de 1790, a Europa, que a princípio fora desdenhosa e depois simplesmente vigilante, começou a se alarmar.

Primeiro, ela olhou para o Imperador, que, como irmão de Maria Antonieta e como protetor a quem os príncipes haviam apelado, tinha dois pretextos para agir. Mas o Imperador, um homem frio e calculista, respondeu que nada poderia ser feito sem um apelo direto das Tulherias; o Rei da França havia aceitado a Revolução, e não era possível que outras pessoas fossem mais realistas do que o próprio Rei.

Mas o apelo das Tulherias não tardaria a chegar. Pela primeira vez, Luís XVI, que havia aceitado honestamente a Revolução, estava se rebelando contra ela. Não era mais sua dignidade real que estava em questão, mas sua consciência de cristão. A Assembleia Constituinte acabara de cometer um erro enorme, destinado a produzir consequências incalculáveis; votara a Constituição Civil do Clero. Desta caixa de Pandora, toda sorte de males surgiria; o divórcio final entre o Clero (mesmo sua seção mais liberal) e a Revolução, a perseguição religiosa, prenhe de guerra civil, e a súbita reviravolta do Rei, com seu incentivo à intervenção estrangeira. Pois a guerra tão temida em outubro de 1790 por todo apoiador esclarecido da Revolução foi muito mais o resultado daquela medida fatal do que dos assuntos da Alsácia e de Avignon.

CAPÍTULO X

A CONSTITUIÇÃO CIVIL

"Temos o poder de mudar a nossa religião." A Assembleia e a Igreja Católica. Os Mortos Falam. Roma e a Revolução. "Uma Reforma evangélica." O Relatório Martineau. Por que a Igreja não foi separada do Estado. A teoria de Voltaire. A nova Igreja. Troca de opiniões com Roma recusada. A angústia de Luís XVI. Ele promulga a Lei. A Igreja de França oferece uma resistência passiva. A ideia surgiu do Juramento. Votação de 27 de novembro de 1790. A prestação do Juramento. O fracasso da Constituição Civil. A consagração dos bispos que prestaram o juramento. Luís XVI levado ao conflito com a Revolução.

"A Igreja faz parte do Estado; nós somos uma Convenção; temos o poder de mudar a nossa religião." Camus foi o homem que afirmou esta teoria na sessão de 1 de junho de 1790, Camus que outrora fora o próprio advogado do Clero. Um jansenista amargo, o seu desejo de vingar a destruição de Port-Royal levou-o aos limites máximos da doutrina do poder do Estado em matéria religiosa. Um certo deputado afirmaria que "três palavras latinas, *Veto*, *Deficit* e *Unigenitus*, arruinaram a França." Camus estava determinado a forçar o Papa a arrepender-se da sua Bula *Unigenitus*. E a hora do acerto de contas parecia ter chegado. Tanto galicanos como jansenistas estavam resolvidos a mortificar Roma, que os tinha mortificado. Os mortos de Port-Royal falavam pelas suas bocas. E outros mortos agitavam os corações de homens como Rabaut Saint-Étienne — aqueles que, desde os dias de Lutero e Calvino, denunciavam a "grande prostituta" e os seus caminhos. Ingênuos são aqueles que se perguntam por que motivo a Assembleia, no seu desejo de reformar a Igreja de França, não pediu ajuda a Roma! Aos olhos de Camus, esse jansenista amargurado (Mathieu Dumas menciona o "zelo mal considerado de certos jansenistas"); de Grégoire, um galicano feroz; de Rabaut, um pastor expulso para o deserto, em quem habitava o espírito de oito gerações de homens perseguidos, o grande objetivo era banir Roma de todos os assuntos que afetassem a França. Um "patriota" escreveria mais tarde: "A Constituição Civil foi arrancada ao partido patriota pelo sentimento sectário." A Assembleia, que se julgava tão moderna, foi levada ao seu pior erro por uma coligação de ódios seculares. Os mortos falaram verdadeiramente nesta Assembleia, fazendo-a tropeçar.

Ela pouco se preocupava com o Clero agora. É verdade que o entusiasmo dos padres das classes mais baixas estava a diminuir. No entanto, só em outubro de 1790 é que o Bispo de Embrun escreveria a Bernis: "Os párocos... estão a começar a descobrir que foram enganados." Certos Bispos, como Boisgelin, ainda se apegavam aos princípios de 1789, e isso apesar da nacionalização dos bens da Igreja. Poderíamos citar muitas provas deste facto. Mesmo quando foram ameaçados com a Constituição Civil, muitos eclesiásticos, e até o Bispo de Arras, Conzié, oficiaram no Festival da Federação.

Pio VI, um pontífice a quem muitas derrotas haviam ensinado a prudência, tinha limitado os seus protestos, cada vez que a Assembleia infringia os direitos da Igreja, a lamentações. Nunca tinha trovejado.

Assim, a Revolução tinha sido singularmente favorecida. Os padres que ela despojara ainda cantavam *Te Deums*, e o Papado, muitas vezes tão propenso a ofender-se, mantinha-se em silêncio. A nobreza, que não recebia apoio das nações católicas, parecia preparada para suportar todas as coisas; e a Europa, embora certamente em estado de vigilância, ainda não tinha induzido o Imperador a mover-se. Para concluir, Luís XVI, um Soberano muito valioso, curvava a cabeça perante a Lei e a vontade da Nação.

O caminho certo, em junho de 1790, teria sido parar, contentar-se com os resultados já adquiridos, restaurar a autoridade, manter firmes as liberdades conquistadas e unir toda a nação ao estandarte dos princípios que tinham triunfado. Mas tal atitude de modo algum teria agradado aos homens cujas mentes estavam voltadas para pescar em águas turbulentas, nem aos outros, sectários impiedosos, que pensavam que chegara o momento de vingar uma série de vítimas, de Coligny às Freiras de Port-Royal. Para estes últimos, a Constituição Civil era a arma da sua vingança há muito desejada; para os outros, era o turbilhão que agitaria as profundezas.

Aparentemente, a reforma era de carácter evangélico; era tempo, segundo alguns dos seus promotores, de voltar aos dias apostólicos, quando os fiéis elegiam os seus próprios pastores. Pouco, é verdade, se sabia desses tempos, ou da maneira como as eleições eram conduzidas. De qualquer forma, o corpo cristão primitivo tinha desaparecido; como seria reconstituído? Em primeiro lugar, os protestantes e judeus, a quem a cidadania acabava de ser conferida, teriam de ser expulsos, e também todo o corpo de livres-pensadores! Mas tal argumento pareceria desprezível a um homem animado pelo "verdadeiro espírito do Evangelho."

Seria também uma reforma administrativa, e digna de pouca censura, se tivesse sido moderada. "Encontramos," relata o Presidente da Comissão da Lei, "dioceses que não contêm mais de 80, 60, 50, 40, 20 e até 17 paróquias; enquanto outras contêm 500, 600, 800 e até 1400." O sentido geométrico da Assembleia Constituinte ficou ofendido. Não deveria tudo isto ser enquadrado na estrutura rígida (e artificial) dos departamentos? Qualquer pessoa que pense, é preciso reconhecer, verá o lado cómico desta mistura de uma "reforma evangélica" com uma consideração tão completamente cesarista como esta de forçar uma diocese aos limites de um distrito civil. A Igreja deveria ser trazida de volta às Catacumbas, mas as Catacumbas seriam demarcadas e enquadradas por Diocleciano!

Era também uma reforma política. A Concordata devia ser abolida — "a profana e escandalosa Concordata!", como a declarou o virtuoso Mirabeau, concluída "entre um Papa imoral e um déspota, sem o conhecimento da Igreja ou do Império," com o objetivo de dividir "os direitos e o ouro dos franceses entre dois usurpadores!". Muito se poderia dizer sobre este veredito, no mínimo sumário, sobre o acordo feito em 1515. Na verdade, tornara-se geralmente odiado.

Em 29 de maio de 1790, começou a discussão da Constituição Civil, conforme sugerida por Martineau. Durou seis semanas, constantemente interrompida por outros debates. Foi encerrada em 12 de julho com a aprovação da lei.

O interesse concentra-se no debate geral que durou três dias. Martineau tinha resumido os detalhes da reforma; os antigos distritos seriam abolidos; haveria um Bispo em cada departamento; dez departamentos formariam um distrito sob um Metropolitano; haveria "Vigários episcopais," sem cujo consentimento nenhum Bispo poderia exercer jurisdição; os Cabidos seriam totalmente suprimidos; os limites das paróquias seriam todos redefinidos. Bispos, vigários episcopais e padres seriam todos escolhidos pelo corpo eleitoral de cada Departamento ou Comuna; os párocos seriam instituídos pelos

seus Bispos, os Bispos pelos Metropolitans. Nem uma palavra sobre Roma do princípio ao fim. Tal era a concepção, evangélica, geométrica e canónica, resultante das deliberações da Comissão Eclesiástica da Assembleia, e apresentada aos deputados por Martineau.

Uma reforma de algum tipo tornara-se essencial — isto era evidente até para os católicos mais inflexíveis; a Assembleia poderia muito bem ter definido alguns dos seus pontos. As dioceses eram absurdamente desiguais em área; os Bispos viviam demasiado longe delas; certos Cabidos não realizavam nenhum trabalho útil; e a redelimitação das paróquias era um passo na direção certa. Não teria sido mau dar aos fiéis uma certa participação na escolha dos seus pastores, e para esse fim rever a Concordata. Sobre tal base, teria sido possível para o Rei entrar em negociações com o Papa. A Assembleia tinha frequentemente dado a esta Igreja Católica, que agora desejava remodelar, o seu título qualificativo adicional de Romana. Que estranha fantasia era esta, de reformar a Igreja Romana sem consultar a própria Roma!

Havia, de facto, outra solução possível — a de separar a Igreja do Estado. Neste caso, o Estado não teria nada a ver com a Igreja, que se governaria segundo os estatutos dados por Roma, e constituiria uma espécie de corporação privada, bem distinta do Estado, como a Igreja faz na América nos dias de hoje. Mas justamente essa palavra corporação (a salvaguarda da Igreja Católica para além do Oceano Atlântico no nosso tempo), era odiosa aos ouvidos da Assembleia Constituinte. Estes liberais do ano de 1789 eram, no fundo, cesaristas, embora não o soubessem. Inspiravam-se em Voltaire, que escrevera o seguinte a Shuwalof em 1768: "A vossa ilustre Soberana é a única que sabe reinar. Ela paga aos padres: abre-lhes a boca e fecha-lhes; eles obedecem às suas ordens, e em todo o lado há paz." Martineau, com o seu desejo de romper a Concordata, era na realidade o precursor de Bonaparte, que a reconstruiria, em parte para ter controlo sobre os padres. Além disso, — e aqui voltamos à nacionalização dos bens da Igreja — havia um compromisso solene de que as despesas do culto público seriam pagas: se a Igreja e o Estado fossem separados, não seria a Assembleia forçada a devolver o dinheiro que esse compromisso lhe trouxera às mãos?

Não! Muito melhor criar uma Igreja de Estado que fosse completamente independente de Roma — e para esse fim não ter quaisquer relações com Roma.

Treilhard e Camus proclamaram, acima de tudo, o direito da nação de reformar a religião. Já citei as palavras de Camus. Aqui estão as de Treilhard: "Quando um soberano julga necessária qualquer reforma, não se pode fazer oposição. Um Estado pode aceitar ou recusar-se a aceitar uma religião." Napoleão nunca iria tão longe quanto o seu futuro Conselheiro de Estado.

O papel desempenhado pelo Clero nesta controvérsia esteve longe de ser brilhante. Por um lado, tinha havido demasiados abusos, e a Concordata era realmente um assunto carcomido: é verdade, de facto, que uma Igreja que tinha produzido homens como Bossuet e Massillon não podia ser completamente má: mas os Dubois da Igreja tinham superado em número os seus Bossuets. E por outro lado, o Clero, como sabemos, não estava isento de censura: alguns dos seus Bispos (e alguns deles pertenciam à Assembleia) eram eles próprios abusos vivos. Finalmente, o Clero era galicano no melhor sentido do termo: não tinha afeição pela Cúria: era o Clero da Declaração de 1682: até ao fim, a Comissão de Bispos, liderada por Boisgelin, dedicaria a sua melhor atenção — para grande aborrecimento de Salamon, o agente papal — a preservar as liberdades da Igreja Galicana. Isto desarmou-o em certa medida quando foi chamado a proteger os direitos de Roma. Tudo o que pôde dizer aos reformadores foi: "Estão a ir longe demais!". Este argumento, perante os discursos cortantes de Camus e Treilhard, era fraco.

Boisgelin fez concessões em todas as direções: mas opôs-se, e muito razoavelmente, a que estas novas eleições pelo povo fossem de alguma forma comparáveis com as antigas eleições canónicas. E, acima de tudo, não podia admitir a propriedade de fazer tantas reformas na Igreja sem a intervenção da própria Igreja. A sua mente inclinava-se, se não para a Cúria, pelo menos para alguma assembleia do clero francês que obrigasse o "Chefe da Igreja" a aceitar certas novas disposições.

Mas Camus nem sequer admitia a primazia do Papa. "O que é o Papa? Um bispo, o ministro de Jesus Cristo, como qualquer outro, cujas funções estão circunscritas dentro dos limites da diocese de Roma. É tempo de a Igreja de França, que sempre foi ciumenta das suas liberdades, ser libertada desta servidão!". Lanjuinais nunca falou de Pio VI senão como o "Bispo de Roma."

Numa análise muito notável do debate, M. Mathiez admite que tudo isto era conversa fiada; a Comissão, e possivelmente a Assembleia também, teria realmente preferido um entendimento com Roma. "O Rei será suplicado a tomar todas as medidas consideradas necessárias para a plena e completa execução do decreto." Isto, diz M. Mathiez, exprime o sentimento da Comissão Eclesiástica, e parece autorizar uma negociação entre o Rei e a Santa Sé. Mas a cláusula foi rejeitada pela Assembleia, e a fórmula, para dizer o mínimo, era certamente obscura.

A lei foi aprovada em 12 de julho e levada ao Rei para a sua sanção nesse mesmo dia.

Luís XVI estava em terrível angústia de espírito: Vicq d'Azyr, o seu médico, encontrou-o com febre alta, cuja causa facilmente determinou. O Rei previa que a lei seria aprovada: tinha avisado o Núncio, Dugnani, do facto, e tinha suplicado à Cúria que fosse prudente. Uma vez votada a medida, Luís XVI escreveu ao Papa no mesmo sentido. Pio VI respondeu que examinaria o assunto.

Mas, entretanto, a Comissão Eclesiástica exigia imperiosamente a sanção Real. Os Ministros, e entre eles dois Bispos, dissuadiam o Rei de aplicar o seu veto. De repente, ele promulgou a lei: Montmorin escreveu a Roma que "Sua Majestade fez o que a sua religião lhe inspirou." Profundamente ofendido, o Vaticano manteve-se em silêncio; mas em 22 de outubro, Pio VI disse claramente a Bernis que certamente não poderia aceitar os decretos "como estavam." Entretanto, o Rei, torturado pelo remorso, permaneceu em febre ardente.

A Constituição Civil foi proclamada nas províncias, e os Bispos opuseram-se-lhe por um sistema de resistência passiva. Tornou-se necessário dissolver os Cabidos; este procedimento deu origem a cenas lamentáveis; em todo o lado, os Bispos foram vistos a atravessar-se no caminho. Os administradores da lei, que eram impelidos pelas "Sociedades," viram-se impotentes. Então, a Comissão Eclesiástica decidiu "amordaçar o Clero," como disse Mirabeau. "Estes funcionários rebeldes" deviam ser reduzidos à obediência. A imprensa jacobina aconselhava um pequeno castigo sumário: "se dois ou três destes senhores fossem levados ao tribunal do povo," os outros rapidamente se tornariam "mais circunspectos." A ideia de forçar tanto prelados

como padres a uma aceitação formal da lei ganhava terreno. Em 26 de novembro, Voidel leu à Assembleia um relatório da Comissão declarando-se a favor de um juramento. "Quando a vontade pública foi expressa, os indivíduos são obrigados a obedecer." Uma recusa equivaleria a uma renúncia; qualquer oposição violenta seria punida com processo. Assim se abriu o caminho para o desastre.

As paixões tinham atingido o ponto de ebulição. Quando o Bispo de Clermont, um homem muito moderado, fez um discurso reivindicando o direito da Igreja de França de se reunir em concílio e realizar consultas, foi interrompido repetidamente. Todo o debate, de facto, foi marcado pela violência e confusão. O Rei, com o coração pesaroso, acompanhava-o das Tulherias. Se o decreto que impunha o juramento fosse votado, uma luta religiosa era inevitável. E deveria ele, um príncipe cujo coração estava cheio de piedade e fé, dar a sua sanção a esta nova lei, muito mais terrível que a sua predecessora? Mirabeau pensou que o tinha salvo deste horror, propondo que a lei fosse rejeitada através de uma proposta ainda mais radical; mas ficou tão exasperado com a estúpida oposição da Direita que levou a si e aos outros a um paroxismo de fúria, e provocou a perigosa intervenção de Maury, que despedaçou a Constituição Civil com palavras ferozes, e previu uma horrenda guerra religiosa. O decreto foi aprovado em 27 de novembro, e, como disse Montlosier, "as pontes foram destruídas."

Em 3 de dezembro, o Rei suplicou ao Papa que desse o seu consentimento a ambas as leis. Pio VI, baseando-se desta vez nas "refutações" de noventa e três Bispos franceses, respondeu a Bernis no dia 14 que, se fizesse tal coisa, incorreria na desaprovação, não só da Igreja Universal, mas também da "Igreja Galicana". Tudo o que podia fazer era adiar a sua decisão.

Mas em França, os acontecimentos precipitavam-se. A Constituição Civil tinha criado várias dioceses novas, e estas tinham de ser preenchidas. Os eleitores foram convocados. Em 23 de novembro, foi escolhido um Bispo das Ardenas, e outro para Mayenne em 12 de dezembro. Acreditava-se, de facto, que a grande maioria dos padres prestaria o juramento, e em 20 de dezembro, Luís XVI foi chamado a sancionar o decreto.

Ele passou horas de grande miséria; no seu desespero, recorreu a Boisgelin, e este prelado, que ele próprio se recusaria a prestar o juramento, aconselhou o infeliz Rei a sancionar a lei "desde que a sua aceitação tivesse a aparência de ter sido forçada"; o velho amigo do Rei, Saint-Priest, que ainda há pouco tempo fora um membro intransigente do seu Ministério, também aconselhou a submissão. No dia 26, o monarca, de coração partido, sancionou a lei. Nessa mesma noite, o Presidente, no meio de uma cena de intensa emoção, leu à Assembleia a carta do Rei anunciando a sua aceitação do decreto. A Esquerda estava exultante. "Aqui está uma Oitava de Santo Estêvão," escreveu Lindet, que em breve se despiria da batina, "que bem pode trazer uma chuva de pedras." As pedras haviam de cair sobre todas as cabeças.

"Acredita-se que a grande maioria do Clero obedecerá," escrevia la Marck a Mercy em 30 de dezembro. Esta era a opinião geral. Mas era errônea. O Clero que zacejava na Assembleia deu o primeiro exemplo. Em 4 de janeiro, quarenta e sete bispos de quarenta e nove, e dois terços dos padres que tinham sido eleitos deputados, todos eles sinceros na sua devoção à Revolução até então, e mesmo agora inclinados a aceitar a Constituição Civil, recusaram prestar o juramento a esta mesma Revolução; tinham sacrificado as suas vantagens materiais no seu altar, mas não podiam, até que Roma se pronunciasse, sacrificar a sua fidelidade religiosa.

Este exemplo causou grande impressão no país. Quando, depois da missa de 9 de janeiro, os Bispos e padres que não eram membros da Assembleia foram chamados a prestar o juramento, a opinião revolucionária ficou amargamente desapontada. Cerca de metade consentiu, mas muitos retrataram-se assim que a condenação da Constituição Civil por Pio VI se tornou conhecida. Mesmo antes da sua promulgação, cinquenta e cinco em cada cem recusaram-se a jurar. O corpo do Clero ficou dividido em duas metades, e a luta estava prestes a começar.

Todos os Bispos recusaram o juramento, exceto quatro: Talleyrand, Bispo de Autun, que já conhecemos demasiado bem; Jarente, Bispo de Orleães, "um canalha", como lhe chama um dos seus contemporâneos; Savine, um louco; e o Cardeal Loménie de Brienne, o ex-Primeiro-Ministro, um cortesão nato de qualquer partido que estivesse no poder; um arcebispo-atéu, que presidia às reuniões do Clube em Sens com um barrete da liberdade feito do seu chapéu de Cardeal; todos eles os piores produtos da Lista de Benefícios. Para um "regresso aos tempos apostólicos", este era um mau começo! Dois outros prelados deram a sua adesão — Bispos *in partibus infidelium* — Gobel de Lydda e Miroudot da Babilónia.

Entretanto, os Bispos recalcitrantes tinham sido formalmente depostos. Entre fevereiro e maio, os seus sucessores foram eleitos; dezanove destes eram padres e deputados, com Grégoire à cabeça. Estes Bispos tinham de ser consagrados: e Talleyrand, por um estranho paradoxo, concordou em ser o pai desta Igreja "regenerada". Lydda e Babilónia apoiaram Autun. Em 20 de fevereiro de 1791, eles impuseram as mãos sobre as cabeças de três novos Bispos na Igreja do Oratório. Estes, por sua vez, consagraram os seus colegas Bispos: pois Talleyrand, depois de ter dado vida à igreja regenerada, estava prestes a deixá-la, com um "meia-volta" final, e a regressar ao "século". Gobel receberia as trinta moedas de prata na forma da mitra do Arcebispado de Paris, e usá-la-ia até à sua apostasia final, e à hora da sua sangrenta expiação. Em 14 de maio de 1791, Lindet, que se tornaria Bispo de Eure, escreveu estas estranhas palavras: "Finalmente, aqueles que estavam sentados à mesa levantaram-se, e aqueles que estavam de pé e em jejum tomaram os seus lugares, e agora serão alimentados." Este deputado sacerdote parece ter estado estranhamente assombrado pelo seu interesse em detalhes alimentares. Talvez tenha achado a mesa demasiado pobremente servida, pois antes de três anos passarem, também ele tinha se despojado da mitra e da batina.

Foi um banquete medíocre e de sabor amargo. Estes falsos prelados foram alimentados com afrontas. Nem todos, deve ser dito, eram homens como Talleyrand e Lindet. Alguns deles, como Grégoire e Le Coz, acreditavam honestamente que estavam a purificar uma Igreja poluída; em 1793 e 1794, alguns deles enfrentariam as perseguições dos seus antigos amigos com extraordinária coragem. Mas, no geral, eram apenas um pobre estado-maior para um exército cujas fileiras em breve careceriam até de soldados. Este foi o fracasso mais assinalável da obra artificial realizada pela Assembleia Constituinte.

No final de janeiro, era claro que a voz do Papa se levantaria apenas em condenação; um deputado da Esquerda escreve que "os Cardeais não poderiam aceitar a Constituição Civil sem fazer uma revolução em Roma, da qual eles próprios seriam as primeiras vítimas." Ninguém podia ter dúvidas sobre a recusa do Papa. Os seus Breves de março e abril de 1791 confirmaram a expectativa geral. Eles condenaram solenemente a Constituição Civil como cismática.

A partir desse dia, Luís XVI, um católico muito sincero e lógico, considerou-se um pecador. A sua sanção tinha-lhe sido arrancada contra a sua vontade. À medida que o curso dos acontecimentos o levava a recordar a sua "falta" com uma amargura cada vez maior, ou o forçava a agravá-la, crescia o seu desejo de se livrar do jugo que primeiro tinha rebaixado a sua dignidade como rei, e depois a sua consciência como cristão. Agora, pela primeira vez, a Revolução estava realmente ameaçada de cima; e, simultaneamente, colidia com um dos sentimentos mais profundamente enraizados da população de baixo — o seu sentimento católico.

CAPÍTULO XI

A CRISE DA REVOLUÇÃO

Dezembro de 1790 — Maio de 1791

O Rei, a Rainha e a Europa. O Tigre. A Assembleia dá pretextos à Europa. A anexação de Avignon, um passo fatal. A Áustria ainda hesita. Convulsões internas. O desejo do país de parar. Reação dentro da Assembleia. Uma cisão no partido Revolucionário. Mirabeau e La Fayette. As suas divergências impedem a formação de um partido moderado. Morte de Mirabeau. Opressão da Família Real. As suas ilusões. Planos de partida.

"Preferia ser Rei de Metz a continuar a ser Rei de França na posição atual," disse Luís XVI, ao assinar o decreto que impunha o juramento ao Clero, "mas em breve acabará!". Nesse momento, de facto, ele tinha-se despojado de todos os escrúpulos de 1789 e 1790, e estava a pensar em pedir ajuda à Europa.

A Rainha já tinha pensado nisso. Não passemos um juízo demasiado apressado sobre eles. Esse apelo ao estrangeiro, que agora nos parece tão odioso, era um método tradicional. Coligny e os Huguenotes tinham convocado tropas inglesas e alemãs para a França no seu tempo, e a Liga tinha apelado à Casa de Áustria. O grande Condé, um Príncipe da Casa Real, teria trazido os espanhóis para Paris, depois da Fronda. E, além disso, não havia nada de anormal no facto de Luís XVI manter relações com gabinetes estrangeiros bastante diferentes e à parte daquelas que governavam a sua diplomacia oficial: sempre existira um "segredo do Rei" em Versalhes. No caso de Luís XVI — quando consideramos as tradições e os hábitos da sua época — a única coisa que nos deveria espantar é a duração dos seus escrúpulos.

Durante um tempo considerável, Maria Antonieta, "austríaca" como era, parece ter nutrido ela própria esses escrúpulos. Não parece ter sonhado em apelar à Europa antes do verão de 1790. E, de facto, o mundo em geral sabe pouco sobre a sua concepção do significado deste apelo; era feminino e completamente infantil. Ela nunca pensou numa contrarrevolução levada a Paris pelas forças estrangeiras: a sua ideia era que houvesse uma mera demonstração na fronteira, pela qual as Potências provariam que "desaprovavam a forma como o Rei estava a ser tratado." O Imperador concentraria as suas tropas e criaria a impressão de que estava prestes a avançar; Luís XVI colocar-se-ia à frente do Exército francês, e Leopoldo então recuaria graciosamente perante o seu cunhado, que regressaria a Paris, glorificado pela sua vitória e rodeado pelo amor do seu povo, que teria recebido um bom "aviso" de passagem. Este cenário, que atribuía a Leopoldo um papel bastante tolo, era uma mera fantasia. No entanto, a Rainha sondou o seu irmão. A resposta que ele daria, inabalavelmente, até junho de 1791, foi: não tomaria qualquer decisão até que o Rei tivesse deixado Paris, onde ficaria exposto, em caso de invasão, aos piores perigos. Isto era bastante sensato, como os acontecimentos de agosto de 1792 viriam a provar.

Mas Luís XVI até então não tinha dado qualquer sinal da sua aprovação a este apelo à bondade do Imperador. Foi no dia em que assinou o Decreto do Juramento que ele fez seu o plano da Rainha. Breteuil, a quem ele nomeou seu plenipotenciário na Europa, foi instruído a pedir ao Imperador, em nome do Rei, que voltasse a sua atenção para o que estava a acontecer em Paris.

Leopoldo, que acabara de submeter a Bélgica, aproximara-se da Prússia; e Catarina II, que obtivera uma vitória final sobre os turcos em dezembro de 1790, fixara os seus olhos gananciosos na Polónia, metade da qual ainda restava para ser devorada. Para manter os seus cúmplices na primeira partilha afastados, ela incitava-os para o Reno. Em 20 de fevereiro de 1791, o Imperador recebeu um enviado da Prússia em Viena e ouviu com atenção as suas propostas.

Os *emigrados* faziam o papel da mosca na roda da carruagem. O seu número tinha aumentado rapidamente. A primeira emigração — a de 1789 — tinha sido, como um deputado da Direita a descreveu, "a emigração do orgulho." Mas tinha havido uma segunda, mais desculpável, causada pelo incêndio dos castelos e pela criação, no que diz respeito aos nobres, de uma classe de párias. A moda, de facto, tinha desempenhado o seu papel na emigração, e o amor-próprio também. Ouçamos alguns dos amigos da nobreza, em vez dos seus inimigos. Frenilly diz que "foi a emigração sozinha, e não os decretos, que destruiu a nobreza." "Foi," diz ele, "uma epidemia deplorável." Privou o Rei de amigos úteis dentro do país. "Um jogo difícil pode ser ganho," escreveu uma mulher inteligente quarenta anos antes deste período, "mas não há como ganhar um jogo que foi abandonado!". O pior de tudo foi que estas "vítimas leais e desafortunadas de intrigas ambiciosas," como as chama Frenilly, abandonaram o jogo em França apenas para o arruinarem no estrangeiro.

A Europa tinha recebido os primeiros *emigrados* com espanto, gradualmente transformado num sentimento de exasperação. A sua receção tinha sido toleravelmente cordial no início: acreditava-se que eram ricos e encantadores. Mas de Bruxelas a Turim, eles levaram aquele terrível sorriso do francês que viaja no estrangeiro, e príncipes e populações acabaram por se ofender. Além disso, tinham menos dinheiro do que se esperava, e isso também foi uma desilusão. Finalmente, a sua "frivolidade completamente francesa" escandalizou a classe média, quer na Alemanha, Suíça ou Brabante. Em pouco tempo, eram odiados.

O exílio acabou por inflamar e desequilibrar as suas mentes. O Conde d'Artois tinha dito: "Voltaremos em três meses"; ele não regressou durante vinte e cinco anos: o erro não foi insignificante. "Voltaremos" com armas e bagagens, queria ele dizer, e com o poder absoluto nas nossas malas! Este príncipe, "o único membro livre" da sua família, constituiu-se imediatamente o único representante do trono e da dinastia, cujo "negócio" ele se esforçou por "restabelecer." Em Turim, a capital do seu cunhado da Sardenha, ele rapidamente ganhou a fama de um intrometido perigoso. E a multidão de *Emigrados* que aumentava diariamente em Mayence, Coblenz, Trêves e Bruxelas, partilhava a sua lamentável reputação. Estes conspiradores ruidosos, com os seus sonhos de incitar a Europa contra a França, estavam na verdade a incitar o continente contra si mesmos. A própria ideia de serem usados como instrumento destes franceses em particular contra os outros teria sido suficiente, por um momento, para deter o braço do estrangeiro.

Eles divertiam-se: as cartas publicadas por Vaissière lançam uma luz deprimente sobre estas pobres pessoas: jogavam cartas e ceavam e dançavam, troçavam dos alemães e belgas maçadores, os "bebedores de cerveja", os "diabos dos fanáticos"; "frivolidades" ainda eram compradas e vendidas: modas eram lançadas: os homens cortejavam as damas. "Uma vida deste tipo," escreve uma *emigrada*, "parecer-lhe-á pouco adequada a pessoas que aspiram a ser os reformadores de um Estado."

O que eles desejavam acima de tudo era uma contrarreforma. Ansiavam por destruir a obra de 1789 e punir os seus autores: os mais moderados destes eram considerados os mais culpados, como, por exemplo, o Conde de Lally ("a escória do povo", como um espirituoso o chamou): e, para se livrarem destes homens moderados, os excessos deviam ser encorajados: "Quanto maior o mal, mais rápido será o remédio."

Verdadeiros franceses eles ainda eram — bons franceses, também, à sua maneira. Pediram à Europa que interviesse, mas fizeram-no com orgulho: teriam voado à garganta do primeiro homem que ousasse falar em pagar a intervenção estrangeira com a cessão de uma única fortaleza do reino. Era por uma questão de solidariedade monárquica que a Europa, aos seus olhos, "devia a si mesma" intervir.

O Conde d'Artois era a favor de uma invasão regular. Breteuil, o plenipotenciário do Rei, considerava o brilhante príncipe mais problemático do que qualquer outro homem no mundo. Ele avisou Leopoldo contra ele, e em janeiro de 1791 esse monarca mostrou a porta ao irmão do Rei. Maria Antonieta estava resolvida a manter as coisas nas suas próprias mãos e, além disso, agarrava-se à sua ideia de uma mera demonstração.

Entretanto, a Assembleia fornecia à Europa pretexto atrás de pretexto. Não se atreveu a atacar os *emigrados*, mas mostrou grande amargura contra os pequenos príncipes que os tinham acolhido. Ainda assim, o principal perigo de uma explosão estava relacionado com o caso de Avignon. Os deputados começavam a perder a cabeça com isso. Tendo o Papa condenado a Constituição Civil em 13 de abril, o povo queimou-o em efígie no Palais-Royal em 4 de maio, e o Núncio fugiu. Quando o caso do Condado Venaissino voltou à Assembleia, em 30 de abril, o progresso feito pelo partido a favor da anexação tornou-se muito evidente. Este partido conseguiu a aceitação do princípio de que Avignon pertencia de direito à França, e que a inclusão dos cantões em questão não implicaria qualquer conquista. Clermont-Tonnerre objetou que anexá-los implicaria uma ameaça a toda a Europa: não poderia ser proclamado, um destes dias, que Bruxelas pertencia de direito à França, porque Carlos, o Temerário, ali tinha reinado, e Aix-la-Chapelle também, porque Carlos Magno ali estava enterrado? O orador imaginava estar a fazer uma piada: mas as suas palavras eram uma verdadeira profecia. Entretanto, a proposta de anexação foi perdida por apenas seis votos — tornara-se inevitável. E para que a Europa não tivesse dúvidas sobre o significado da medida, Barère declarou que "considero que a França, para garantir a sua própria segurança, poderia usar os mesmos direitos que Luís XIV e Luís XV usaram para interesses menos importantes."

A Áustria, felizmente, estava mais do que nunca incerta se deveria intervir ou não. Catarina II estava a causar ansiedade à Áustria. A Czarina estava bastante determinada a acabar com a Polónia. Esse país tinha sido "audacioso" o suficiente em 31 de maio de 1791, para tentar reformar a sua própria Constituição, com o objetivo de salvaguardar o último resquício da sua independência. Catarina aproveitou esta tentativa como pretexto para a sua intervenção final. Mas, mais do que nunca, ela estava resolvida a que desta vez se sentaria à mesa sozinha. "Estou a quebrar a cabeça," escreveu ela, "para encontrar meios de induzir as cortes de Viena e Berlim a interferirem nos assuntos franceses, para ter espaço para mim." Se ela tivesse dito "uma refeição livre e farta", estaria mais perto da verdade.

Então começou uma verdadeira comédia. Catarina, fingindo confundir a "revolução na Polónia" com a de França, proferiu violentas vituperações contra "os Jacobinos dos dois países." "Cada um de nós," escreveu ela, "deve realizar a nossa contrarrevolução, os alemães em Paris, os russos em Varsóvia." A partir desse momento, ela tornou-se a protagonista autoproclamada de uma coligação à qual não tinha intenção de aderir, inflando a vaidade do Conde d'Artois com as suas "mensagens divinas," empurrando Gustavo III para a frente, incitando o Imperador Leopoldo.

O Imperador tinha uma ideia bastante clara do verdadeiro jogo desta Maquiavel de saias. Assim, quando encontrou o Conde d'Artois em Mântua, em 11 de maio, o seu rosto estava impassível. E quando o Rei da Prússia pediu uma entrevista com ele em Pillnitz, durante o verão, na qual os assuntos de França seriam discutidos, ele consentiu, de facto, mas acrescentou que pretendia "deixar os acontecimentos amadurecerem e esperar até que a própria Nação Francesa sentisse a necessidade de mudança."

A Nação não sentia "necessidade de mudança". Mas mais do que nunca sentia a necessidade de uma paragem no curso selvagem pelo qual alguns a queriam arrastar. Já os protagonistas de 1789 tinham sido postos de lado pelos de 1790, e neste ano, 1791, toda uma secção dos líderes revolucionários teria parado: mas os novos bandos empurravam-nos, pisavam-lhes os calcanhares, impeliavam-nos para a frente e ameaçavam passar por cima dos seus corpos.

O país estava farto de política: muitos eleitores já tinham deixado de votar, e as eleições ficaram nas mãos das "Sociedades" populares. E a França, estando farta de política, teria visto com agrado a "retoma dos negócios". A fome ameaçava uma dezena de ofícios. O próprio Marat calculou que uma soma equivalente a quarenta milhões de libras esterlinas tinha desaparecido desde o início da Revolução: metade das lojas tinham sido fechadas, e um terço das oficinas. Cartas escritas durante o inverno de 1790-1791 provam que o descontentamento geral era extremo.

O descontentamento era geral em todos os quadrantes, desde os operários que não conseguiam trabalho, e só recebiam um tratamento duro da Assembleia, até aos comerciantes cujos clientes tinham desaparecido: alguns voltaram-se para os pregadores de uma segunda Revolução; o entusiasmo de outros pela primeira arrefeceu singularmente.

Assim, a corrente unânime de opinião que tinha arrebatado a Nação em 1789 tinha-se desvanecido. Havia agora duas correntes opostas: uns desejavam parar e até mesmo recuar, outros procuravam ir ainda mais longe.

Estas duas correntes forçaram os líderes da Revolução a uma oposição mútua. O partido que até então tinha ou dirigido o curso dos acontecimentos, ou o tinha seguido docilmente, foi dividido ao meio.

Na Extrema Esquerda, um grupo definitivamente republicano começava a tomar forma. Este partido tinha vindo ao mundo, como nos diz M. Aulard, "no sofá de Mme. Robert-Keralio," "uma pequena mulher inteligente, espirituosa e astuta," diz Mme. Roland, que era casada com um jornalista belga pesado e obtuso, de nome Robert, e inspirava os panfletos violentamente antirrealistas que ele costumava publicar. Por outro lado, como a maioria na Assembleia parecia inclinada para uma política mais antidemocrática, a Extrema Esquerda, estimulada pelo seu desejo de levantar outro exército de amotinados, tornou-se cada vez mais demagógica. Em 20 de abril de 1791, Robespierre, geralmente tão conservador em todos os assuntos sociais, leu de facto uma diatribe

violenta contra os ricos no Clube dos Cordeliers, cuja influência então ultrapassava a dos Jacobinos. Esta "produção de uma mente sábia e de um espírito puro" valeu ao seu autor as felicitações da "Sociedade dos Indigentes!"

Muitos deputados acharam esta situação deplorável. Dois homens, Mirabeau e La Fayette, poderiam tê-los organizado num partido que teria oferecido uma resistência muito séria.

Mirabeau tinha-se decidido pela resistência — não pela reação. Necker tinha deixado o ministério: e Mirabeau, apesar da oposição de todo o tipo que encontrava, esperava tomar o seu lugar, dirigir o curso dos acontecimentos e tornar-se o seu mestre. Estava furioso com o movimento revolucionário, que o tinha elevado bastante, mas que ainda não o tinha levado a nenhum porto. Já estava muito doente, consumido e preocupado, o seu cérebro em fogo, o seu sangue azedo, toda a sua constituição devastada pela sua vida selvagem, e ele enfurecia-se perpetuamente, ora contra a Assembleia, essa "jumenta selvagem", ora contra a Família Real, "gado real" como a chamava.

O Rei pagava-lhe, mas não o empregava. Não há dúvida de que ele se vendeu: "mas fê-lo," declarou La Fayette, como corretivo, "de acordo com as suas próprias opiniões." E, na verdade, ele desejava sinceramente tanto a manutenção dos benefícios obtidos pela Revolução como a restauração da autoridade do Rei. As suas cartas à Corte revelam a posse de um cérebro notavelmente poderoso, mas as suas paixões mantinham-no numa febre perpétua.

La Fayette também gostaria de ter organizado algum tipo de resistência aos demagogos. Se pudermos acreditar na palavra de Esterhazy, ele já tinha submetido um plano desta natureza ao Rei: e este testemunho encontra a sua corroboração na sua própria correspondência. Ele tinha apoiado Bouillé quando este marchou sobre Nancy, e em 2 de setembro de 1790, ele desfez, com mão vigorosa, as multidões reunidas em Paris, e despertou a fúria de Marat com a sua ação. A partir desse momento, ele tornou-se objeto de ataques frenéticos por parte da imprensa jacobina. A sua popularidade não parecia, até então, ter sofrido seriamente. Ele era muito poderoso, e com Mirabeau como seu aliado, ele poderia ter feito qualquer coisa.

A Corte desconfiava igualmente dos dois homens: Mirabeau tomou isto como uma razão para forçar a sua confiança, mas La Fayette, tão melancólico como o outro era violento, acumulava queixa sobre queixa. O que ele mais temia no mundo era a entrada de Mirabeau no Ministério. Um liberal impenitente, ele via no tribuno provençal um ministro-tirano em embrião. Com considerável astúcia, ele procurou a queda do seu rival. Mas Mirabeau continuou a avançar. Em março de 1791, os eleitores fizeram dele Diretor do Departamento de Paris. "Esperamos," escreve um "aristocrata", "que ele restabeleça a ordem e faça cumprir as leis. Este homem, que nos fez tanto mal, pode agora fazer-nos algum bem. Todas as esperanças e todos os olhos estão fixos nele."

La Fayette assustou-se: para impedir a ameaçada eleição do seu rival para a cadeira presidencial, ele próprio se aproximou da Extrema Esquerda. Garantiu a derrota do seu rival na primeira ocasião. "Não me importo!", escreveu Mirabeau; mas quando finalmente foi eleito Presidente, graças ao apoio da Direita, ficou louco de alegria. Como Presidente da Assembleia e deputado por um departamento importante, ele parecia ter atingido o auge: tinha obtido uma audiência com Maria Antonieta, e tinha deixado a Rainha meio convencida para o seu lado. Talvez, mesmo sem o apoio de La Fayette, ele pudesse ter conseguido repelir a maré da democracia!

Mas a Morte tinha-lhe posto o dedo em cima. Em 27 de março, ele fez um discurso na Assembleia, as suas feições tão contorcidas pela agonia de um terrível ataque de dor nefrítica que os seus ouvintes ficaram aterrorizados. No dia 30, ele deitou-se; o seu estado era desesperado. Paris ficou esmagada. O mensageiro do Rei e o dos Jacobinos encontraram-se à sua porta. A multidão aglomerava-se em torno da sua casa na Chaussée d'Antin. Ele estava a morrer dentro das suas paredes, e a morrer com uma coragem tingida, como sempre, com um elemento de cinismo, e também, de vez em quando, com um amargo arrependimento pelo seu fracasso. "Vejo tão claramente," ele tinha escrito, "que estamos no meio da anarquia, e a afundarmo-nos cada vez mais nela todos os dias: estou esmagado pelo pensamento de que tudo o que fiz foi ajudar numa enorme destruição..."

A sua morte foi um acontecimento. Foi levado ao Panteão com uma pompa extraordinária. O povo chorou-o: mas a Corte tinha muito mais razões para o lamentar. Só ele — talvez — poderia ter salvo o Rei!

"Levo comigo os últimos farrapos da Monarquia!", disse ele a Talleyrand. Na véspera da sua morte, ele desaconselhou a fuga do Rei. Ele tinha sentido — com o seu habitual poder de adivinhação — que estava a ser preparada. Era uma coisa decidida.

O povo também suspeitava. A Família Real era vigiada de perto e tiranicamente, e isto tinha exasperado todos os seus membros. O próprio desejo de manter o Rei onde estava estava a impeli-lo para a fuga.

Ocorreu uma sucessão de incidentes. Um dia, correu o boato de que Monsieur (o Conde de Provence) estava prestes a partir. A multidão cercou o Luxemburgo; o príncipe foi obrigado a mostrar-se e a passear de coche por Paris, apinhado de vendedoras de mercado que quase o sufocaram com os seus beijos. Quando as tias do Rei, filhas de Luís XV, tentaram sair de Paris, foram paradas, e a multidão reuniu-se em frente às Tulherias e forçou Luís XVI a fazer as "velhas senhoras" voltarem. Depois, houve outra aventura: espalhou-se a história de que fora descoberta uma passagem subterrânea que ligava as Tulherias a Vincennes: o povo alarmou-se e correu primeiro para Vincennes e depois para as Tulherias: La Fayette teve de dispersar os amotinados com todo o tipo de promessas e juramentos: dirigiu-se ao palácio, mas, encontrando vários nobres que se tinham apressado a defender o Rei, fez uma cena, quase agarrou o Duque de Villequier pela garganta e denunciou em voz alta "estes cavaleiros do punhal" ao Rei. A expressão foi um sucesso popular: o povo estava obstinadamente persuadido de que tinha havido uma conspiração para raptar a Família Real. Tão indignado ficou Luís XVI com a dupla intrusão de La Fayette e da multidão que adoeceu.

E, de facto, a aproximação da Páscoa enchia-o de terror. Ele sentia-se um pecador desde que dera a sua sanção aos decretos, e agora devia confessar-se! Mas, no desespero de obter a absolvição, decidiu abster-se. A fúria do povo que lhe impusera os decretos foi extrema. Estes livres-pensadores, curiosamente, exigiam em voz alta que o Rei cumprisse os seus deveres pascais. Quando Luís XVI, no desejo de não dar nas vistas, se dirigiu a Saint-Cloud, a multidão imediatamente cercou o Palácio e guardou todas as saídas. Quando o Soberano tentou sair, a própria Guarda Nacional opôs-se. Uma vintena de rufiões começou a gritar "Ele não sairá!". La Fayette apressou-se a chegar ao local e tentou parlamentar com eles: foi escarnecido pelos seus esforços. A Família Real foi forçada a desistir da ideia de ir a Saint-Cloud.

Pálida de raiva, a Rainha disse a La Fayette: "Pelo menos reconhecerá, agora, que não somos livres!". La Fayette apresentou a sua demissão e retomou-a. "Ele deveria ter quebrado a sua espada no local," escreve o Barão de Staël em 21 de abril, "no mesmo instante em que as suas tropas se recusaram a obedecer às suas ordens!".

Nesse mesmo dia, o Departamento dirigiu uma carta "ditatorial" — assim a descreve Morris — uma verdadeira reprimenda sobre o assunto deste incidente, ao Rei. Luís estava a arder de impaciência para partir. Estava exasperado, determinado a partir custasse o que custasse. Ele dissimulou, submeteu-se a tudo: foi feita uma exigência autoritária para que uma carta circular afirmando a sua perfeita liberdade fosse enviada a todas as Cortes: ele escreveu-a no dia 20: outra exigência insistiu para que ele se confessasse a um padre que tivesse prestado o Juramento: ele fê-lo; que ele recebesse a Santa Comunhão: ele recebeu-a. Muitas pessoas de bem sentiram-se humilhadas na pessoa do Rei: o seu estado parecia inferior ao de tutela, era quase infantilidade. Desde 18 de abril, quando La Fayette se provou impotente, Luís XVI fora deixado à mercê de qualquer golpe súbito.

Dentro das Tulherias, pensava-se que o momento propício tinha chegado. A Europa estava a reunir-se por trás de Leopoldo para lhe impor a intervenção. O país, entretanto, parecia perplexo, e o partido revolucionário dividido. A Assembleia era impopular. Uma vez que o Rei partisse, seria possível que ela governasse? E não seria a ditadura um fardo demasiado pesado para aquele "Gilles-César", La Fayette? Além disso, e aqui estava o ponto crucial de toda a questão, Paris tornara-se insuportável para o Rei. A sua liberdade, a sua dignidade, a sua própria consciência eram ali violadas. Ele iria para o exército de Metz, do qual Bouillé detinha o comando — as últimas tropas, dizia-se, que lhe permaneciam fiéis. Quando a sua presença ali fosse conhecida, a Nação, cujas ilusões tinham sido destruídas há mais de um ano, lançar-se-ia aos seus pés, e em Paris a Assembleia ou se dissolveria ou se submeteria. Assim, não haveria necessidade dos austríacos de casaca branca, nem mesmo dos "saltos vermelhos" de Condé, para trazer o Rei de volta à sua capital. Ele voltaria com Bouillé, e ele próprio concederia o perdão, daria a paz e restauraria todas as coisas.

O que Luís não sabia era que as tropas de Bouillé estavam tão descontentes como as restantes, e só lhe dariam a ajuda mais relutante nas suas operações; e que a Nação, que se agarrava tanto à Revolução como ao que esta lhe tinha conquistado, consideraria a sua própria fuga como uma tentativa contra a própria existência da Liberdade. Que adivinharia facilmente que o Rei, uma vez na fronteira, se tornaria o aliado e talvez o instrumento das tropas alemãs que ali se concentravam rapidamente; que toda a população, quer violenta ou moderada, cidadãos e artesãos, camponeses liderados por bons padres, e camponeses liderados por maus, esqueceriam as suas divergências e não pensariam em nada senão na segurança da Revolução e da Nação, e que a Assembleia, apoiada pela opinião pública, se tornaria a Ditadura da Salvação Pública. Mirabeau tê-lo-ia avisado. Mas ele não teria sido ouvido. Aos olhos da Família Real, a taça estava cheia até à borda.

CAPÍTULO XII

VARENNES

A fuga. O galope de Drouet. Varennes. A Família Real é detida. Paris em desespero. La Fayette assume o controle. Romeuf em Varennes. A agonia da monarquia na casa do "Pai Sauce". A terrível viagem de volta. O Rei retorna a Paris.

Às sete da manhã de 21 de junho, Lemoine, um criado de quarto, ao entrar no aposento de Luís XVI, encontrou a cama vazia. Ele deu o alarme, e uma busca apressada foi feita nos quartos da Rainha e de seus filhos. Estavam todos desertos. Em uma hora, o sino de alarme soava por uma Paris em desespero.

Escapando da vigilância atenta dos guardas postos ao seu redor, o Rei, que acabara de ter uma longa conversa com La Fayette, saiu do Palácio, disfarçado de criado, subiu numa enorme carruagem de viagem e deixou Paris com toda a sua família. Ele seguiu em direção à região de Argonne, esperando conseguir chegar a Montmédy. Assim que atravessasse Argonne, Bouillé, com seu corpo de exército de Metz, deveria se juntar à Família Real.

Durante todo o dia 21, a Baronesa de Korff (a Rainha), com sua família e seu mordomo (o Rei), viajou sem ser incomodada sob um sol escaldante pelas estradas brancas de Champagne. Assim que Châlons ficou para trás, a Família Real acreditou que a segurança havia sido alcançada; em Sainte-Menehould, eles esperavam encontrar os dragões de Damas, enviados por Bouillé.

Os dragões de Damas de fato chegaram a Sainte-Menehould, mas sua disposição era tão insubordinada quanto a do resto do exército. Sua presença foi mais prejudicial do que útil, pois atraiu atenção para a carruagem, já notável por suas proporções monumentais. No entanto, o mestre dos correios, Drouet, não se sentiu obrigado a fazer mais do que ordenar aos postilhões que "não esgotassem seus cavalos". Mas, quando a berlinda partiu, o filho de Drouet e um certo Guillaume, apelidado de La Hure, se ofereceram para ir até Clermont e parar os viajantes suspeitos. Poucos momentos depois, eles mergulharam em atalhos pelas florestas de Argonne que os levariam a Varennes antes que o Rei pudesse chegar lá.

Em Clermont, onde o Rei chegou ao anoitecer, ele encontrou o Conde de Damas esperando por ele, mas nenhum dragão. Seus comandantes sentiram tão pouca confiança neles que não ousaram deixá-los cavalgar adiante. Assim, a carruagem ficou sem escolta; partiu novamente em poucos minutos, a caminho de Montmédy, pela estrada que passa por Varennes. Pouco depois de sua partida, a população de Clermont se levantou, desarmou os dragões (com bastante facilidade) e tocou o sino de alarme.

Enquanto isso, Drouet e Guillaume galopavam intensamente. Quantas vezes, vagando por aquelas florestas conhecidas, imaginei ainda ouvir seus cavalos! O destino cavalgava na garupa do jovem Drouet! Não é de se admirar que ele tenha alcançado seu objetivo! E enquanto o ex-soldado fazia o possível para exaurir sua montaria, a pesada carruagem rolava lentamente pela noite quente.

Ela tinha meia hora de vantagem sobre os cavaleiros; essa vantagem foi perdida na parte baixa da cidade de Varennes. Drouet foi direto ao ponto por onde os viajantes deveriam passar a caminho de Montmédy. Ele deu o alarme, pegou uma carroça, mandou atravessá-la na ponte sobre o rio Aire, que a carruagem teria que cruzar, e enviou uma mensagem ao Procurador da Comuna, o "Pai Sauce", que correu para o local.

Meus leitores conhecem o resto da história: como a carruagem foi parada pela barricada, as conversas febris de seus ocupantes e a hesitação de Sauce, que reconheceu a validade dos passaportes dos viajantes e só cedeu sob a pressão de Drouet. O Rei perdeu a paciência e gritou: "Vamos, postilhões, continuem!" Mas mosquetes foram engatilhados na multidão: "Nem um passo, ou atiraremos!" Desanimado, Luís, que esperava que os soldados de Bouillé chegassem em breve, consentiu em aceitar a hospitalidade oferecida por Sauce. Os hussardos chegaram, mas foram imediatamente seduzidos pelo povo; uma vez que sua lealdade foi abalada, eles se tornaram mais um perigo do que uma ajuda.

Finalmente, Luís XVI, reconhecido por um dos homens de Varennes, admitiu sua identidade e, com um impulso que revela a estranheza de sua natureza, abriu os braços e abraçou o homem que acabara de identificá-lo, abraçou Sauce, abraçou todos os membros do Conselho da Comuna. Ele estaria pronto para abraçar Drouet também! Teria ele alguma esperança de apaziguar aquelas pessoas? Mesmo que Sauce tivesse cedido, a multidão reunida àquela altura em volta de sua mercearia não teria permitido que a carruagem partisse. O Rei deveria partir novamente, de fato, mas a caminho de Paris, e barricadas foram erguidas contra a aproximação de Bouillé, que se tornou, naquele momento, uma espécie de bicho-papão para a Revolução. "Para Paris!" era o grito, "Para Paris! Ou nós o mataremos em sua carruagem!" Luís tentou ganhar tempo; Sauce se viu em uma dificuldade: ele enviou um mensageiro expresso para Paris. O mensageiro encontrou aqueles que a Assembleia havia despachado no encalço do Rei.

Paris, como sabemos, soube da fuga às sete da manhã do dia 21. Às oito, toda a cidade fervilhava em volta dos muros das Tulherias como uma poderosa inundação. No decorrer de algumas horas — o General Thiébault enfatiza muito essa característica — a multidão passou por toda uma gama de sentimentos: espanto, terror, indignação, fúria raivosa; e, finalmente, o moleque de rua parisiense levou a melhor, e a ironia zombeteira prevaleceu.

A posição de La Fayette estava comprometida: ele era considerado ou o enganado da tentativa ou seu cúmplice. Ele enfrentou a situação com grande frieza, saiu para o meio da multidão reunida, chegou ao Palácio, juntando-se a ele no caminho Bailly, o Prefeito, que tremia de medo, e Alexandre de Beauharnais, o Presidente da Assembleia. Qual deles assinaria a ordem para trazer o Rei de volta, vivo ou morto? La Fayette pegou uma pena, assinou o papel, e uma dúzia de ajudantes de campo partiram em diferentes direções.

Enquanto isso, a multidão invadiu as Tulherias: uma vendedora de cerejas com sua cesta plana se sentou no trono da cama da Rainha. Quando um carteiro desesperado procurava alguém para entregar suas cartas, os arruaceiros gritavam: "Partiu e não deixou endereço!" Paris já havia começado a rir. "Casa para alugar" era a inscrição em um cartão pendurado na porta do Palácio. No fundo, o povo ria para não chorar: havia um sentimento extraordinário de nervosismo; ninguém ficaria muito surpreso se os austríacos aparecessem nos portões da cidade.

A Assembleia estava longe de achar a situação divertida. Os membros se reuniram às nove horas, sob a presidência de Beauharnais: o "belo dançarino" criou um papel para si mesmo naquele dia. La Fayette havia assumido o comando no Hôtel-de-Ville; Beauharnais seguiu seu exemplo na Sala

do Manège. Por um momento, este homem de talentos medíocres, um aristocrata sentado na Extrema Esquerda, assumiu a aparência de um líder. A população apelidou de brincadeira o pequeno Eugênio, filho do "belo dançarino" com a crioula Josephine de la Pagerie, de "o Delfim".

"Imagino", disse Beauharnais, "que em uma conjuntura tão imprevista e tão importante como esta, a Assembleia Nacional achará por bem, para a tranquilidade do Reino e a manutenção da Constituição, dar ordens rápidas para que o país seja informado o mais depressa possível, em todos os cantos, deste novo alarme." A Assembleia decidiu se reunir sem interrupção; e a sessão não terminou até a noite do dia 25. Nenhuma ordem do dia foi emitida.

Ficou decidido, finalmente, que o Ministro do Interior deveria despachar mensageiros para todos os departamentos, com ordens para que qualquer pessoa que tentasse deixar o reino fosse presa. Este decreto foi aprovado sem um voto contrário. Até a Direita, atônita ou aterrorizada, votou a favor. Além disso, todas as disputas na Esquerda cessaram; a Assembleia formou um bloco compacto.

Romeuf, ajudante de campo de La Fayette, cuja ordem de prisão do Rei havia sido confirmada pela Assembleia, percorria em alta velocidade as estradas de Champagne. À meia-noite, ele e seu camarada Bayon, com quem se encontrara, chegaram ao pé de Argonne. Eles subiram suas encostas, passando por vilas agitadas, iluminadas por tochas e ressoando com o som do alarme, desceram a passagem de Les Islettes para Clermont, chegaram a esse lugar, repleto de uma multidão agitada às cinco da manhã, souberam o que havia acontecido em Varennes, correram para lá e encontraram o Rei na casa do "Pai Sauce". Triste e respeitosamente, eles apresentaram ao Monarca o decreto da Assembleia. "Já não há Rei em França!" foi a amarga resposta de Luís XVI. Mal ele sabia quão verdadeiras eram suas palavras: a Monarquia morrera em Varennes; tudo o que Paris faria, um ano depois, seria enterrá-la.

Na verdade, aquelas cenas finais em Varennes foram a agonia da Monarquia. Depois veio o retorno a Paris — um verdadeiro Calvário — a carruagem literalmente carregada, tão próxima era a pressão ao redor dela, pela multidão que, aumentada a cada etapa pela escória da população das várias cidades, tornava-se cada vez mais abusiva; os viajantes sentados no veículo eram vilmente insultados e recebidos com uivos de zombaria; o protesto monótono do Rei: "Eu não pretendia deixar o reino"; a Rainha sobrecarregada com os epítetos mais sujos; uma jornada sem descanso e quase sem paradas em meio ao calor mais sufocante, as nuvens de poeira branca das estradas de Champagne e o ódio zombeteiro dos seis ou sete mil camponeses que formavam a escolta. Em Châlons, a recepção foi igual ao resto: os insultos mais cruéis foram dirigidos aos Bourbons; "Capeto é gordo o suficiente para o que queremos fazer com ele!", gritavam os miseráveis, em meio a gargalhadas. Juravam que fariam "cocares com as entranhas de Luís e Antonieta e cintos com suas peles". Havia pedidos para que "seus corações e fígados" fossem cozidos e comidos. De Châlons a Épernay, a carruagem moveu-se através de uma tempestade de abusos: em Chouilly, os camponeses horrorizados viram alguns dos rufiões cuspirem no rosto do Rei. O Soberano permaneceu impassível, enquanto a Rainha e Madame Elisabeth derramavam lágrimas de indignação.

Quando a multidão não estava insultando os viajantes, algum pedante lhes dava uma lição. A carruagem chegou a Épernay, e Luís, cercado pelos magistrados locais, enxugou o suor do rosto, ao que um deles observou sentenciosamente: "É isso que se ganha viajando!" De todas as formas, o prestígio real estava se desfazendo.

Entre Épernay e Château-Thierry, o Rei encontrou três deputados enviados pela Assembleia, La Tour-Maubourg, Barnave e Pétion. A prisão do Rei só se tornou conhecida em Paris no dia 24. Durante esses dois dias ansiosos, a agitação aumentava constantemente. A multidão escondia ou aliviava sua ansiedade com uma máscara de zombaria. Aparentemente, estava se decidindo a viver sem um rei. "Perdeu-se! Um rei e uma rainha!", gritavam pelas ruas. "Uma boa recompensa será dada a quem não os encontrar." Desmoulins fazia piadas impiedosas sobre a "decampada dos Capetos, macho e fêmea". A Assembleia, ainda em sessão permanente, tentava desempenhar o papel do Senado Romano, *impavidum ferient ruinae* (impávido diante das ruínas), e fingia discutir as cláusulas do novo código penal.

Mas as cartas de alguns de seus membros, como Roger, Biauza e Lindet, revelam sua ansiedade mortal. "Que Deus nos ajude!", escreve Biauza no dia 21. "Deus nos ajudará!", ele escreve novamente no dia 22. O acordo instantaneamente restabelecido entre os apoiadores da Revolução, "fossem eles homens de 89 ou Jacobinos", como um deles escreve, alegrou o coração dos deputados. Mas durante as horas de luz do dia 20, que se arrastaram sem notícias, a maré de ansiedade subia cada vez mais.

Às nove e meia daquela noite, a "letargia" dos deputados foi perturbada por gritos do lado de fora de seu local de reunião: "O Rei foi pego!". Um momento depois, Beauharnais estava lendo a carta que dois mensageiros brancos de poeira acabavam de trazer de Varennes. Três deputados foram imediatamente nomeados para ir ao encontro do Rei, trazê-lo de volta e, possivelmente, protegê-lo. Às quatro da manhã, Pétion, Barnave e Latour-Maubourg já estavam bem a caminho.

Eles encontraram o Rei na aldeia de La Cave e voltaram para Paris em sua companhia, os três deputados e a Família Real todos amontoados, em uma familiaridade ofensiva, na mesma carruagem.

Às três da tarde, sob um sol escaldante e uma temperatura de mais de 32 graus, a procissão estava em Pantin. Uma vez que o portão de Paris foi passado, os insultos cessaram, mas o silêncio da imensa multidão era ainda mais ameaçador. A ordem havia sido dada. Nenhum chapéu foi levantado. O Rei não se abalou. "Nossa pobre Rainha", escreveu uma de suas amigas, "curvou a cabeça quase até os joelhos". A Guarda Nacional, com as armas invertidas como para um funeral, alinhava as ruas. Uma carta escrita por Roger, um deputado, no dia 26, nos dá um quadro impressionante desta cena sem precedentes.

Quando Luís desceu da carruagem nas Tulherias, ele subiu os degraus da entrada sem uma palavra. A aparição da Rainha provocou um murmúrio na multidão. Às sete horas, o portão do Palácio se fechou sobre o casal real.

A sessão da Assembleia, que durara quatro dias, terminou. La Fayette foi às Tulherias e pediu as ordens do Rei. "Parece-me", disse Luís XVI, com uma risada, "que estou muito mais às suas ordens do que o senhor às minhas." O Rei soubera que a Assembleia decidira, naquela tarde, que ele seria suspenso de suas funções e mantido como prisioneiro seguro nas Tulherias. Sua risada soa dolorosamente em nossos ouvidos. Ele continuou a sorrir quando certos deputados apareceram no dia seguinte (o dia 26) e o interrogaram como a qualquer prisioneiro acusado. Ele os tratou com grande bom humor. Mas a recepção da Rainha a eles foi friamente educada; ela fez com que se sentassem em poltronas e ela mesma, da maneira mais enfática, sentou-se em uma

cadeira de encosto reto. Ela parecia ter envelhecido vinte anos; em uma noite, quando tirou sua touca de dormir naquela manhã, sua dama de companhia percebeu que seu cabelo havia ficado completamente branco, "como o cabelo de uma mulher de setenta anos".

Por semanas, as portas das Tulherias, guardadas de perto pela Guarda Nacional, permaneceriam fechadas. O rei estava seguro, mas o trono estava perdido.

CAPÍTULO XIII

OS DISPAROS NO CAMPO DE MARTE

O Rei suspenso. Os Clubes decididos a derrubá-lo. Nem as Províncias nem a Assembleia desejam isso. Barnave. Ruptura dentro do Clube dos Jacobinos. Os Feuillants. O Campo de Marte em 17 de julho. A manifestação. Lei marcial. La Fayette e Bailly dão a ordem para atirar. A Assembleia cansada demais para tentar medidas reacionárias.

"As sábias medidas tomadas pela Assembleia convenceram até as pessoas mais simples de que podem viver sem um rei, e em todas as praças ouço o mesmo grito: 'não precisamos mais de um rei'." Assim escreve um correspondente do Príncipe de Salm, em 24 de junho.

Uma onda de Republicanismo parecia prestes a varrer de uma só vez a Constituição e o trono dos Bourbon.

Não havia necessidade de destronar o Rei. "Ele está destronado", escreveu um Bispo Constitucional, Suzor, no dia 22; e este eclesiástico acreditava que a fuga havia sido um rapto.

Fugitivo ou raptado, Luís XVI se tornara objeto do mais profundo desprezo. "Um manequim real para ser mantido sob chave", escreve Madame Roland. "Luís, o Falso", "Porco Gordo", gritavam os Faubourgs. O aspecto mais sério de tudo era que esse desprezo era visível até nos discursos dos deputados que defendiam o sistema monárquico na Assembleia. Mesmo no diário de Gouverneur Morris, ele mesmo tão hostil à Revolução, encontramos um eco desses termos degradantes: "Uma natureza desprezível e cruel", escreve ele, "brutal e mal-humorada", e conclui: "Não é surpreendente que um animal assim tenha sido destronado." Estas eram as palavras de um homem amigo da Corte.

Como fugitivo, o Rei fora odioso; como pessoa raptada, teria sido desprezível; como prisioneiro, era ridículo: o Soberano que fora trazido de volta a Paris com a saliva das províncias em seu rosto estava degradado aos olhos de todos.

A Nação, por outro lado, crescera em sua própria estima, e a Revolução, graças ao efeito geral do "choque elétrico" (como um deputado o descreveu), que levava todos os homens a se levantarem desde o Hôtel-de-Ville em Paris até as menores Comunas em Argonne, sentia-se mais segura. E, além disso, não houvera perturbação da ordem pública. Daí a conclusão: "Uma nação pode existir sem um rei, mas nenhum rei pode existir sem uma nação."

Isso pareceu, por um momento, ser a opinião da Assembleia Constituinte. Luís XVI foi suspenso; a Assembleia detinha os Selos do Estado. Mesmo a Direita achou difícil fazer qualquer protesto. Uma certa seção da Esquerda não parecia disposta a levar sua vantagem adiante. Por uma ficção, que não enganava ninguém, concordou-se que o Rei havia sido raptado. Bouillé, de fato, escrevera uma carta ao público declarando que ele havia planejado o rapto, e então emigrou. A Assembleia derramou anátemas sobre sua cabeça. Nenhum movimento foi feito na direção do destronamento de Luís XVI.

Mas uma proposta dessa natureza estava em voga nos Clubes. Os Cordeliers a incluíram em sua ordem do dia no dia 21, e pediram aos Jacobinos que a considerassem. Brissot e Condorcet iniciaram uma campanha contra o "autômato real". Pétion estava um tanto inclinado a seguir o exemplo deles, embora sua determinação tenha sido abalada pela lisonjeira e absurda convicção de que, durante a viagem de volta de Varennes, ele havia inspirado um sentimento terno no coração da irmã do Rei, Madame Elisabeth. Mas Robespierre, com sua habitual circunspecção, se pronunciou contra qualquer tentativa de uma "segunda revolução". Teremos ocasião de mostrar mais tarde como esse retórico invariavelmente se esquivava de qualquer ação direta. Ele sempre se aterrorizava com homens de pulso firme, espíritos audaciosos como Danton, que liderava os Cordeliers naquele momento. Marat teria afastado o Rei e nomeado um "tribuno militar" em seu lugar. (O "Amigo do Povo" sempre foi um cesarista de coração.) Madame Roland logo percebeu que "o momento mais feliz para a Liberdade estava passando, e ninguém estava se aproveitando dele."

As províncias, de fato, que acabavam de provar seu "patriotismo", ainda eram completamente monarquistas. Um obscuro tribuno de nome Cordier, é verdade, sugerira um ataque à inviolabilidade do Soberano — "tão ridícula quanto a infalibilidade do Papa" — em uma reunião de clube na cidade de Angers, e prevendo (curiosamente) "uma guerra entre gigantes", sugerira a seleção de "um Imperador". Um clube em Montpellier, instigado por Cambon, elaborou um apelo à Assembleia para suas sociedades irmãs. "Façam da França uma República!" Mas não encontrou seguidores.

Em Paris, no entanto, os republicanos não desesperavam de criar um movimento. Panfletos antirrealistas choviam sobre a cidade. Mas a Assembleia se manteve firme. E até Gorsas, um jornalista jacobino que nada sabia das ideias do humilde Cordier de Angers, escreveu: "É melhor ter um Rei-Manequim do que uma Cegonha Republicana." O "tribuno militar" de Marat já era visto com apreensão. Condorcet havia exaltado a República, mas outro pontífice se pronunciou contra ela; Sieyès deixou cair uma declaração oracular, ele favorecia a Monarquia "que termina em ponta", enquanto o governo republicano "termina em uma plataforma". "O triângulo da monarquia é muito mais adaptado do que a plataforma republicana", declarou ele, "àquela divisão de poder que é o verdadeiro baluarte da liberdade." Diante de um pronunciamento tão decisivo, poderia haver espaço para dúvidas?

Barnave concluiu o trabalho. Ele agora estava totalmente devotado à Família Real. Mirabeau havia reconhecido nesta natureza tão cheia de exagero e paixão, ao mesmo tempo generosa e vã, o tribuno que poderia "ser conquistado". Os infortúnios da Família Real, dos quais ele tivera uma visão tão próxima entre Paris e Meaux, o encheram de piedade; seu coração agora transbordava de emoção leal. Embora nunca exibisse seus sentimentos, ele se opôs vigorosamente à ideia de proclamar uma República. Ele aprovou os decretos de 15 e 16 de julho, que afirmavam a inocência do Rei e restabeleciam seus direitos, apenas em princípio, pois a suspensão continuaria em vigor até que a Constituição fosse proclamada. Como um consolo para os republicanos, falou-se em impor um tutor (na pessoa de Condorcet) ao "fedelho real".

Mas a grande maioria dos Jacobinos parecia determinada a seguir em frente. A petição fora apresentada ao Clube, e o resultado imediato foi uma cisão. Lameth, Sieyès, Barnave e outros protestaram ruidosamente, deixaram o Clube e fundaram uma sociedade rival no Convento dos Feuillants, sacudindo a poeira do "antro" de seus pés, diz Rabaut, que acrescenta que seus frequentadores falavam em estabelecer, "não sei que tipo de república". Uma vez livre do partido moderado, os Jacobinos decidiram apoiar os objetivos da petição e resolveram que ela seria solenemente depositada no altar da Pátria no dia seguinte ao próximo — ou seja, em 17 de julho.

La Fayette, por sua vez, estava totalmente determinado a impedir essa manifestação pela força. Os membros do novo Clube dos Feuillants não o deteriam. "Aquele departamento infernal de Paris", como Fournier, o Americano, o chamava, estava do lado deles e pronto para tomar medidas, com "os dois conspiradores Bailly e La Fayette" para realizar "uma maquinação nacionicida". Em linguagem menos grandiosa, a Guarda Nacional foi convocada; e Bailly se preparou para ir ao ponto de proclamar a lei marcial.

Na manhã do dia 17, grupos de pessoas se dirigiram ao altar, sob o qual foram encontrados dois homens, e imediatamente acusados de estarem ali "com a intenção de explodi-lo". Pensamento horrível! A multidão estava à beira da histeria: ela se lançou sobre os pobres coitados e os enforcou! A história, alterada para se adequar a cada partido, logo se espalhou por toda Paris. Para uma seção, os dois vagabundos se tornaram inimigos da Pátria, que pretendiam explodir os peticionários no ar; para a outra, eram simplesmente cidadãos pacíficos que foram cruelmente massacrados. Uma coisa era certa, os pobres coitados foram mortos da maneira mais revolucionária possível.

A multidão engrossou, e La Fayette marchou com alguns de seus batalhões para o Campo de Marte. A multidão zombou deles; nos últimos dois anos, acostumara-se a ver os canos dos mosquetes se abaixarem diante dela. Mas desta vez a burguesia estava completamente assustada, e com razão. A Guarda Nacional, nada satisfeita em ser mantida sob armas durante um longo e quente domingo, estava farta de tudo; La Fayette instigou Bailly, cuja presença também era indispensável. Bailly desfraldou a bandeira vermelha, o símbolo da lei marcial. Guarda, General, Prefeito e bandeira foram todos recebidos com uma saraivada de pedras. Mesmo assim, a Guarda disparou sua primeira salva para o ar; um fanático respondeu a essa ação comparativamente pacífica mirando diretamente em La Fayette, e as tropas, completamente impacientes, imediatamente atiraram na multidão, abrindo grandes brechas nela.

Houve uma debandada selvagem: a cavalaria carregou; a multidão, que primeiro fora levada à audácia por um longo período de impunidade, e depois cruelmente desiludida, se dispersou em grande confusão; os espectadores fugiram em pânico mortal. Se Lambesc tivesse feito em 13 de julho de 1789 o que "aquele democrata" La Fayette fez em 17 de julho de 1791, não teria havido a queda da Bastilha.

No entanto, Madame Roland exagera muito quando fala de um "massacre". A pequena carnificina que realmente ocorreu foi suficiente para criar um grande abismo entre La Fayette, a burguesia, a Municipalidade e a Assembleia, de um lado, e a população revoltosa, o partido avançado e os Clubes da Extrema Esquerda, do outro. Por alguns dias, se podemos confiar nas cartas de Lindet, a própria Esquerda estava cheia de admiração pela generosa moderação demonstrada por La Fayette, e se alegrava com o "revés infligido a homens como Brissot, Danton, Laclos e Condorcet".

A Extrema Esquerda previu "as proscrições de Sila". Isso foi um grande elogio à consistência da Assembleia e à energia de La Fayette. Este Sila em particular, com sua cabeça empoada, tinha objeção em ver seus punhos de renda manchados de sangue. Robespierre, com uma timidez nada estranha à sua natureza, desaparecera de vista por vários dias; ele agora emergia de seu esconderijo. Apenas Danton foi forçado, como Bouillé, a emigrar. Um inquérito sobre sua conduta foi aberto, arrastado e encerrado sem chegar a nenhum resultado claro. E da Inglaterra Danton voltou, trazendo a palma do mártir.

O cansaço da Assembleia era grande demais para permitir que inaugurasse qualquer sistema de repressão. Para isso, teria que refazer tudo, restaurar seus poderes à autoridade governante, dissolver os Clubes, restabelecer a força do Exército e investigar seriamente a anarquia existente na nova Constituição. Para tudo isso, ela não tinha mais forças.

E, além disso, a Assembleia sentia que, apesar das salvas de tiros de mosquete, das denúncias e das perseguições, os homens que vencera em 17 de julho eram seus próprios herdeiros presuntivos. Robespierre acabara de ser escolhido Procurador Público do Departamento de Paris por vários milhares de eleitores parisienses, e seu amigo Pétion fora eleito Presidente do Tribunal de Justiça. Condorcet, que seria o oráculo do partido republicano, logo seria nomeado deputado por Paris.

Esgotada e desanimada, a Assembleia deixou os braços caírem ao lado do corpo. Ela se apressava com o fôlego falhando em direção ao seu fim.

O FIM DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

A Assembleia deseja, mas não consegue, rever a Constituição. Barnave aprende a verdade tarde demais. A Assembleia abandona todo esforço. O Decreto de não reelegibilidade. Avignon absorvida pela França. A Reunião de Pillnitz. O que os príncipes alemães pretendem como uma medida protelatória é tomado pelos Emigrados como uma ameaça. O Manifesto de Coblenz. O Rei aceita e promulga a Constituição. O Festival da Constituição. A Assembleia Constituinte imagina ter concluído a Revolução, mas deixa o caminho aberto diante dela.

"Dos oitenta e três cantos da França", escreve a Cidadã Jacobina Jullien em 11 de agosto, "o grito por uma nova legislatura se eleva"!

A França estava cansada da Assembleia; ela não poderia estar mais cansada dela do que a própria Assembleia estava de si mesma. Todos os membros ansiavam por serem libertados; alguns deles realmente exaustos pela fadiga física, outros porque a última de suas ilusões havia sido destruída.

"A mudança na maneira dos líderes democratas", escreve um certo embaixador em 4 de setembro, "é prodigiosa; eles agora parecem convencidos da impossibilidade de fazer a Constituição funcionar."

Eles de fato se esforçaram para sustentá-la revisando-a. Mirabeau, quando estava *in extremis*, arrancou uma decisão nesse sentido da Assembleia. E agora Barnave, que se opusera à medida, a usava como sua própria arma. Já me referi ao estado de espírito em que ele retornou daquela terrível jornada através de Champagne. Esse sentimento ainda estava em ação; o jovem deputado passava por um processo inevitável de evolução; Mirabeau o previra. Barnave disse a Malouet um dia: "Envelheci muito no decorrer de alguns meses!" Assim como Mounier em 1789, como Mirabeau em 1790, Barnave percebia em 1791 que não havia feito nada além de "destruição" e começava a ansiar pela restauração. Assim veremos Vergniaud e Brissot em 1792, Danton e Desmoulins em 1794, "envelhecerem" no decorrer de alguns meses — tarde demais!

Este Barnave escondia um coração quente sob um exterior gélido. "Ele tinha", declara um contemporâneo, "todo o encanto da juventude sem seu calor, ou melhor, sem sua chama, pois por dentro o homem estava em chamas." Ele estava agora em chamas para reparar o mal feito. A Rainha contava com sua ajuda; os Clubes clamavam por sua traição. Barnave se aproximava da Direita, "passando para o lado de Maury".

Ele esperava arrastar seus amigos com ele: Lameth, Le Chapelier, Du Port, o antigo triunvirato jacobino, que acabara de abandonar o famoso Clube. Eles estavam prontos para apoiar uma certa reação, mas o que temiam era que a reação, uma vez iniciada, fosse forte demais para que pudessem controlá-la. "Como", disse Le Chapelier a Malouet, "podemos restaurar a energia que agora falta à autoridade Real, quando devemos temer que ela seja voltada contra nós mesmos?" Eles temiam ser "devorados" pelos Clubes para o benefício de seus "inimigos" nas Tulherias. Na própria Assembleia, a Direita se recusou a acolher suas propostas. Wimpfen, que fora o portador das propostas da nova Esquerda para os "Negros" (a Direita), disse, ao partir: "Vocês desejam arruinar tudo, e infelizmente estão arruinando tudo." Os membros da Direita zombavam desses homens que, como disse Rivarol, "primeiro foram incendiários, e agora queriam ser bombeiros". Mas teria sido mais sábio aceitar a oferta que os "incendiários" haviam feito; não se poderiam encontrar melhores bombeiros, pois eles sabiam exatamente onde o edifício fora incendiado.

O resultado dessa discordância foi que a Esquerda não se aventurou em nenhuma revisão completa. Apenas um ódio como o de Madame Jullien contra o novo partido "antirrevolucionário" poderia ter ousado afirmar que "cada ornamento da coroa fora recolhido e artisticamente preso a ela mais uma vez" por esses "revisores" que, como Barbaroux afirma ferozmente, eram uma "desonra para a Assembleia Constituinte!" E, de fato, quando Malouet apresentou uma proposta para fortalecer as mãos da autoridade governante, Biauzat, que se sentava ao lado de Le Chapelier, gritou: "Isso nada mais é do que uma contrarrevolução!" E Le Chapelier, que havia instado Malouet a subir à tribuna, ficou tão alarmado que chegou a propor que o orador fosse silenciado pelo presidente. A Assembleia se limitou a uma revisão da lei eleitoral, que não nos dá uma ideia clara de como esperava impedir que políticos violentos conseguissem sua própria eleição. Por outro lado, para calar a boca dos republicanos, cuja atitude era muito ameaçadora, a Casa decidiu que a Constituição não deveria ser revisada sob nenhum pretexto por dez anos — portanto, em 1801, e mesmo assim por uma Convenção. Olhando para trás, essa decisão provoca um sorriso. Onde estava a Constituição de 1791 no ano de 1801? Três outras Constituições, uma após a outra, haviam tomado seu lugar, e naquela época muitos daqueles deputados, mais afortunados que Barnave e Le Chapelier, tendo escapado da guilhotina, eram funcionários sob o Consulado.

A Assembleia cansada ainda continuava seus trabalhos em um clima tropicalmente quente. Ela era impopular e sabia disso. A colheita fora um fracasso; "um quarto a menos de feixes do que em 1790", escreve um morador do campo em julho de 1791. Os trabalhadores que foram demitidos das oficinas nacionais desejavam os deputados ao diabo. Piadas e epigramas choviam sobre esses homens empenhados em estragar seu próprio trabalho. Eles zombavam de si mesmos. "Ora", disse um a seu colega, "isso é tão tolo quanto o decreto que aprovamos ontem!" "Por que mencionar uma data, senhor?", respondeu seu amigo. O público concordava com eles. Temos inúmeras provas do esmagador desfavor sob o qual a Assembleia moribunda caíra.

Foi provavelmente o sentimento dessa impopularidade, injusta em certos aspectos, que levou a Assembleia Constituinte a cometer sua suprema loucura. Muitos dos membros imaginaram estar fazendo algo nobre quando decidiram que nenhum deles seria elegível para reeleição. Mas isso, repetimos, foi sua suprema loucura. Os homens culpados disso completaram a ruína de sua própria obra. Um certo contato com assuntos práticos começava — como as tentativas de revisão provam — a transformar esses ideólogos em parlamentares com algum conhecimento de seu trabalho. Se tivessem retornado à Câmara Legislativa, talvez pudessem ter colocado algum equilíbrio nas leis que fizeram e, de qualquer forma, poderiam ter aplicado as disposições da Constituição no sentido em que acabaram por votá-la. A Direita mais uma vez falhou em compreender. Em seu desejo pueril de destruir todo vestígio de uma Assembleia que havia ferido seu orgulho, ela forçou a aprovação da medida. Temos a própria confissão de Malouet: "Apenas um grande erro nos restava cometer, e não deixamos de cometê-lo." Mas Malouet reconhece que seu cérebro "estava exausto". Rabaut, Biauzat e uma vintena de cartas e jornais fazem a mesma confissão; o decreto foi obra de lassidão e abdicação.

Todas as discussões difíceis foram evitadas. A Constituição Civil fora um fracasso em todo o país; qualquer debate sobre ela era adiado. Os Emigrados, como veremos, estavam furiosos em Coblenz; todas as tentativas de tomar medidas contra eles foram abandonadas; "impossível descobrir qualquer opinião estabelecida", escreve um deputado. O Imperador e o Rei da Prússia tiveram uma reunião em Pillnitz; a Assembleia Constituinte, tão suscetível pouco tempo antes, ignorou a entrevista de Pillnitz. Foi uma política de avestruz. O Exército estava agora em pleno motim; a Assembleia, como

escreve um espectador do debate de 29 de agosto, apenas tomou "algumas medidas ridículas". A questão de Avignon surgiu novamente pela quarta e última vez e, para se livrar dela, a Assembleia a resolveu da maneira mais radical. Em vão, Salamon, o agente secreto do Papa, correu para ver Barnave ("Eu, na casa de Barnave!", ele escreve); o decreto para a anexação do Comtat foi votado em 12 de setembro. Maury fez um protesto, mas seu estilo hesitante prova que até aquele valente campeão havia esgotado suas forças.

No entanto, este último decreto era um assunto sério. Ele forneceu à Europa um pretexto.

É verdade que o Imperador parecia pouco inclinado a se aproveitar disso. Ele se aproximava de Berlim, de fato, e parecia que a Prússia e a Áustria estavam finalmente resolvidas a agir juntas. Kaunitz, em Viena, sugerira um acordo sobre alguma ação unida dos vários governos. Mas o verdadeiro objetivo de Leopoldo em tudo isso era simplesmente criar dificuldades para os outros Gabinetes. A maioria destes, como ele esperava, enviou respostas protelatórias por diversas razões. Catarina, embora elogiasse a ação sugerida por parte da Alemanha, usou a "tardança da estação" como desculpa para reter suas próprias tropas — em vista de sua planejada empreitada contra Varsóvia. A própria Prússia — sempre prática — estava resolvida a que, antes que qualquer de suas tropas fosse emprestada à Áustria, aquele país, veementemente suspeito de uma intenção de ampliar suas próprias fronteiras do lado francês, desse "garantias" sólidas; ela deveria ter uma compensação prometida de antemão, e até mesmo entregue imediatamente. Tudo isso salvou a França por mais seis meses.

Enquanto isso, os Emigrados estavam em um estado de desapontamento e fúria. O Conde de Provence, que escapara da França em 21 de junho, mantinha sua "Corte" em Bruxelas; pois ele se proclamara "Regente". A presença do Rei da Suécia em Aix-la-Chapelle virara a cabeça de todas aquelas pobres pessoas. Planos de invasão foram elaborados sem a menor referência às verdadeiras intenções das Potências, e, terminada a invasão, todos deveriam ser enforcados, de La Fayette a Barnave. Bouillé, um bravo soldado cuja ira lhe cegara os olhos, ofereceu-se para "levar os exércitos a Paris" e escreveu uma carta insensata à Assembleia, que, se não fosse pela reação entre os membros, teria sido suficiente para derrubar o trono.

Apesar das preces de Luís XVI, o Conde d'Artois continuava a agitar e a confundir. Por puro esgotamento, ele obteve a permissão do Imperador, que ele transformou em um "convite", para estar presente no Castelo de Pillnitz, onde os Soberanos alemães se reuniriam.

Os Soberanos pretendiam — tão longe estavam de desejar a guerra — buscar algum meio de adiar qualquer conflito. E quando suas conversas começaram, em 25 de agosto, eles concordaram quanto à necessidade de "adiar" o assunto. Diante disso, em 26 de agosto, todos os líderes Emigrados — Bouillé, Calonne, Polignac, Condé e Artois — apareceram. Eles exigiram uma Declaração em dez cláusulas, uma delas prevendo o "extermínio" em Paris e a "pena de morte" para os apoiadores da Revolução. Os Soberanos — justamente porque haviam decidido adiar qualquer decisão — não queriam deixar esses incômodos emigrados partirem de mãos vazias. Eles redigiram uma Declaração que deliberadamente tornaram extremamente ambígua, pela qual toda intervenção se tornava dependente de um acordo europeu geral. "Então, e nesse caso...", dizia ela, e Leopoldo, como prova uma carta, afirmou que essa expressão protelatória tornava toda a ação perfeitamente inofensiva.

Mas os Emigrados procederam a transformar esse revés parcial em um sucesso brilhante. Enquanto Leopoldo e Frederico Guilherme aconselhavam Luís XVI a aceitar a Constituição lealmente, a Emigração despachou a Declaração de Pillnitz, acompanhada de um comentário da natureza mais revoltante, para Paris. O comentário em questão era o Manifesto de Coblenz. Rivarol, embora um forte monarquista, escreveu a Luís XVI que tal manifesto era suficiente "para unir os corações e as mentes de todos os homens ao Corpo Legislativo". Este documento condenava Luís XVI ao destino que agora, de fato, o aguardava; os irmãos do Rei, apesar das advertências de todos os lados, pareciam empenhados em sua destruição. "Caim!", gritou a Rainha, quando seus olhos caíram sobre as assinaturas de Provence e Artois.

Da tribuna na Sala do Manège, nenhum som veio. A Assembleia estava prestes a se dispersar. A arma foi posta de lado, para ser usada quando chegasse a hora. Uma coisa, de fato, esses incidentes provaram claramente. Para resumir tudo, ainda não havia ataque, havia apenas uma ameaça. "Se todas essas pessoas deixarem passar mais um mês sem nos atacar", escreveu Madame Jullien em agosto, "não haverá guerra antes da primavera!"

Em 25 de setembro, o Rei, tendo devidamente aceitado e promulgado a Constituição, a Assembleia se dissolveu.

A Constituição fora apresentada ao Rei por Thouret em 4 de setembro. No dia 13, uma carta digna anunciou que o Soberano a aceitava; ele acrescentou: "Eu, no entanto, faltaria com a veracidade se dissesse que percebo, nos meios de execução e administração providenciados, toda a energia que seria necessária para imprimir atividade e preservar a unidade em um império tão vasto; mas como as opiniões estão divididas no momento presente sobre esses pontos, estou disposto a que a experiência sozinha seja o juiz." E então ele concordou em ir à Assembleia e ler sua declaração de aceitação no dia 14.

Se a recepção da Assembleia ao Rei nesta ocasião foi mortificante em certos detalhes, a população não se deu conta disso. Luís aceitara a Constituição; haveria paz e tranquilidade agora; ele era um homem digno. Até mesmo Maria Antonieta, que sorrira amigavelmente para os deputados, teve um momento de popularidade, o que provou, como seu amigo, o Conde de la Marck, escreveu-lhe no dia 16, "o poder que a Rainha poderia exercer se conseguisse superar seus sentimentos privados e bajular este povo frívolo e inconstante".

Houve regozijo universal; a Assembleia votara uma anistia, tanto para os emigrados que se comprometessem a voltar, quanto para as pessoas sob punição por sua participação nos recentes distúrbios.

No dia 17, toda Paris estava em festa. Os amigos da Revolução e seus inimigos, de Biauzat a Morris, desenham quadros brilhantes deste festival único. O Rei circulava nos jardins das Tulherias em meio às iluminações, e depois ia além, até Chaillot, saudado por "aplausos constantes", como escreve um deputado da Esquerda no dia 20. Versos escritos em sua homenagem eram cantados; a Opéra Comique apresentou *Richard Cœur de Lion*, e Clairval, o cantor, achou oportuno cantar:

"Ó Luís, ó meu rei,

Teus amigos te cercam,

Nosso amor te cerca!"

Na noite do dia 18, peças monarquistas foram encenadas e ruidosamente aplaudidas em todos os teatros: *Gaston et Bayard*, *Le Siège de Calais*, *Henri IV à Paris*, *La Partie de Chasse de Henri IV*. Nenhum Brutus ou Cévola à vista! Nas ruas, cantava-se:

"Nosso bom Rei

Tudo fez

E nossa boa Rainha

Quanto sofreu!

Finalmente eles estão

Fora de apuros!"

Assim diziam os versos ouvidos por toda Paris no dia 25. Houve mais festejos nesse dia, e lâmpadas em todas as janelas quando a noite caiu. Paris, enfeitada com bandeiras tricolores, celebrava "o fim da Revolução". "Às cinco horas", escreve uma testemunha ocular, "um balão foi lançado do meio dos Champs-Élysées. Era encimado por uma águia de asas abertas, cujo voo rápido parecia levar o globo esférico, emblema de nossa Constituição, e erguê-lo até as nuvens... Abaixo dele havia uma pequena gôndola, na qual dois viajantes intrépidos voaram para visitar os espaços etéreos onde as tempestades se formam." A comparação era de fato exata. A Constituição estava nas nuvens, e o pobre globo, uma vez que alcançasse os "espaços etéreos onde as tempestades se formam", seria despedaçado. Apenas a águia continuaria a pairar sobre a França devastada pela tempestade e a esperar sua hora!

Naquele dia, o Corpo Legislativo deveria ser dissolvido; Luís XVI dirigiu-se ao Salão da Assembleia e, desta vez, foi realmente saudado como um Rei. Os aplausos foram altos e longos. Então, tendo o Rei partido, o Presidente declarou as sessões encerradas. "Aplausos de toda a França!", escreveu um impaciente membro da nova Legislatura, não muito graciosamente.

Os deputados, como sabemos, partiam em um estado de completo cansaço. "Estamos livres, finalmente! O arreio foi tirado de nossas costas!", escreve Lindet. No entanto, eles se concederam algumas razões para satisfação. (O leitor deve consultar as cartas de Roger, Rabaut e Biazat.) Eles acreditavam que a Revolução terminara. O Rei escrevera: "O fim da Revolução chegou; que a Nação retorne à sua própria natureza alegre!" Trinta cartas escritas por trinta pessoas diferentes, entre 1º de agosto e 1º de outubro, provam que essa era a opinião geral. Dignos proprietários de casas de campo, que viviam aterrorizados desde julho de 1789, começaram a respirar novamente; Fougere decidiu mandar "bater seus colchões", e a Princesa de Lamballe, que havia emigrado, voltou alegremente para a França, exatamente um ano antes do dia em que sua cabeça seria brandida em uma lança diante da janela da prisão de Maria Antonieta.

E, no entanto, por mais otimistas que soem as cartas de Roger e Rabaut, há uma dúvida corrosiva nelas: "Se nossos sucessores mantiverem a Constituição, eles serão nossos salvadores! Mas se eles escolherem fazer outra, estaremos perdidos!"

Esses sucessores eram os deputados recém-eleitos, todos jovens demais e recém-chegados para não desejarem fazer algo novo eles mesmos. De fato, como um desses novos homens escreveu, "o operário tendo abandonado sua obra, a Constituição foi deixada à mercê de homens que iriam sacudir violentamente o edifício, e serem eles mesmos esmagados sob suas ruínas." Outros homens seguiriam a estes, *Conventionnels*, destinados a completar a obra de destruição. Os membros da Assembleia Constituinte ficariam indignados, mas o membro da Convenção, que provou a um deles que a Convenção, longe de destruir a obra da Assembleia Constituinte, na verdade a completara, disse a verdade: "Vocês nos deram um cadáver, nós o enterramos!" Das ruínas do antigo edifício da Monarquia, a Assembleia, cheia de boas intenções, generosa, patriótica, amante da liberdade, devotada ao princípio monárquico, erguera outro, tão instável, como dissemos, que a destruição o ameaçava desde o primeiro dia de sua existência, e estava inevitavelmente condenado a esmagar tanto a liberdade quanto a monarquia em sua queda. A tempestade começava a rugir: "Do horizonte distante" — as palavras foram escritas em 31 de agosto de 1791 — "a mais selvagem das crianças começava seu avanço furioso." Nenhum turbilhão muito feroz era necessário para derrubar o monumento político erguido entre 1789 e 1791. Alguns grandes princípios foram de fato estabelecidos, e estes serviriam, na ocasião, como base para a obra de construção realizada com sucesso de 1799 a 1801 pelo Cônsul Bonaparte e seu Conselho de Estado. Mas sobre essas fundações, nem todas, de fato, sólidas, a Assembleia não construiu nada além de frágeis paredes escondidas por uma suntuosa fachada, que mal fora rebocada quando começou a desmoronar.

PARTE II - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CAPÍTULO XV

UMA ASSEMBLEIA DE "ROMANOS"

"Todos esperam ver homens como Aristides, Fabrício, Catão e Cincinato chegando das profundezas das províncias", escreveu a Cidadã Jullien em 14 de agosto. Mas Thomas Lindet menciona a existência de "pessoas perigosamente extravagantes" entre seus colegas. O Bispo Constitucional estava certo.

Eles eram "novos na glória", como Necker ironicamente disse, e eram totalmente novos nos negócios. Dez bispos constitucionais, quatro generais de brigada, três coronéis e alguns homens instruídos pertencentes às Academias, de um total de 750 deputados, representavam aqueles que haviam chegado à frente; além destes, havia quinze padres de baixo escalão, trinta oficiais, vinte e oito médicos e uma falange barulhenta de advogados e homens de letras. Estes últimos, que haviam acabado de entrar na vida pública e tinham todas as pretensões peculiares de homens que lidaram com ideias sem nunca ter entrado em contato com a realidade, deram um caráter muito especial à Assembleia: "Intelectuais", escreve Morris; tribunos perigosos, se quisermos acreditar, com Figaro, que "a república das letras é a república dos lobos". Pouquíssimos proprietários de terras, ou lojistas, ou agricultores. Quase todos eram homens necessitados: "Calculou-se", lemos em uma carta escrita em outubro de 1791, "que eles não têm uma renda fixa de 300.000 libras entre si". Choudieu costumava ver alguns deles pedindo emprestado três libras ao vizinho para pagar o jantar. Isso deu base ao boato, ecoado por Necker, de que as dezoito libras pagas diariamente a cada deputado não lhes eram indiferentes. Além de tudo isso, eles estavam ansiosos para se distinguir com grandes golpes: uma inclinação terrível, quando consideramos, com Frénilly, "que não havia mais nada de grandioso para eles derrubarem, a não ser o próprio trono".

Uma lei mais forte que a sua própria vontade designou os assentos da Direita para os Constitucionalistas, para aqueles "Feuillants" que haviam se sentado com a Esquerda na Assembleia Constituinte. Naquele pelourinho em que um assento na Direita agora se tornara, os amigos de La Fayette e Barnave, todos bons liberais, foram apelidados de "os deputados de Koblenz" por aqueles que gritavam contra eles da tribuna: Couthon contentou-se em apelidá-los de "soporíferos" (endormeurs); Soubrany desdenhosamente denominou a Direita de "o beco sem saída"; todos os chamavam de "antirrevolucionários".

Mas havia pouco dessa qualidade neles. O General Mathieu Dumas era um admirador fanático de La Fayette, saudado por seu vizinho, Ramond, como "o filho mais velho da Liberdade". Jaucourt era o tipo verdadeiro do cavalheiro de 1789: em 1790, em uma reunião lotada do Clube Jacobino, ele havia proferido um elogio entusiasmado à Revolução, "na qual o filósofo se deleita em fixar seus olhos em terna contemplação". Girardin gabava-se ruidosamente de seu convívio em dias passados com "seu virtuoso amigo, Jean-Jacques Rousseau". Os quarenta e quatro deputados da Direita eram todos homens da mesma estirpe. Mas era chamada de "a Direita", e em pouco tempo os Feuillants, embora detestados em Koblenz, foram firmemente acreditados como pertencentes "à facção austríaca". Isso foi suficiente para cobri-los de ódio. A Corte, no entanto, os suspeitava e os enganava. Eles não eram fortes na arte da manobra política, e logo pareceram condenados ao completo esquecimento.

Assim, nenhuma surpresa pode ter sido sentida quando um jovem deputado, o elegante e cético Hérault de Séchelles, foi visto, algumas semanas depois, saindo na ponta dos pés daqueles assentos perigosos e juntando-se ao grupo de deputados de Bordeaux.

Esses deputados de Bordeaux eram o núcleo da Esquerda. Eles eram os futuros Girondinos. Contra o pano de fundo formado por este inquieto partido da Esquerda, dois homens se destacam: Brissot e Vergniaud, um homem de letras, o outro um advogado; o fato é característico, pois o partido nunca foi apto para nada além de falar e escrever. A ação era o domínio da Extrema-Esquerda.

Sempre que ouvimos falar desses fascinantes Girondinos, devemos ter cuidado com a velha tradição dos dias de infância de nossos antepassados. Lamartine e Michelet, para não mencionar Alexandre Dumas, nos forçaram a uma posição de aparente iconoclastia, se alguma vez levantarmos uma mão, mesmo a mais gentil, contra aquela sagrada Gironda! Bire, por outro lado, proferiu uma sentença mais do que severa sobre ela. Mas devemos julgar esses Girondinos com equidade e, vendo-os em outubro de 1791, nos assentos da Esquerda, devemos esquecer a desgraça que os alcançaria em 1793: em 1791 eles eram Jacobinos fervorosos, e como Jacobinos Brissot, Vergniaud, Grangeneuve, Guadet, Gensonné e Isnard, que tomaram a parte mais proeminente nos debates que então se iniciavam, e os cem deputados que formavam sua comitiva, gostariam de ser julgados. Em certos aspectos, eles foram mais longe do que o próprio Robespierre: como ele, eram discípulos fanáticos de Rousseau, mas não inclinavam a cabeça, como Jean-Jacques e seu profeta, diante do Ser Supremo: a maior parte deles era ateia, não deísta. Guadet repreendeu amargamente Robespierre em janeiro de 1792 por ter se referido à "Providência".

Eles eram pagãos, de fato, e isso por causa de sua adoração ingênua pelos tempos antigos. Eram Romanos, partidários de Brutus, Graco, Catão. Eram republicanos porque se alimentaram de Plutarco, e filósofos porque se alimentaram de Marco Aurélio. Quando atacavam Luís XVI, o chamavam de Tarquínio ou Calígula. Nunca se diria que representavam a Gironda! Eram deputados do Peloponeso, ou do Lácio! A mania de Vergniaud a esse respeito o tornava intolerável. O Aventino era o seu Monte; eles não queriam nada com o Sinai de Robespierre!

Acima de tudo, eram advogados ou homens de letras. A bela frase que eles amavam — intensamente quando a ouviam, mais intensamente ainda quando a pronunciavam — os embriagava: Vergniaud e Guadet podiam subir à tribuna convencidos de que não pretendiam atacar o Rei; eles o demoliam: podiam não ter a intenção de excitar a população; eles a agitavam. Um de seus colegas, Vaublanc, falou da "embriaguez" que os dominava no momento em que se ouviam aplaudidos: "Eles frequentemente iam muito além dos limites de seus próprios sentimentos e, muitas vezes, ao deixar a Assembleia, coravam pelo que haviam dito." Seu temperamento, o de um verdadeiro tribuno, os desviava completamente: aplausos era o que eles almejavam. Assim, acabaram dizendo coisas terríveis. Todo o terror foi expresso em uma frase dita por Isnard: "Devemos cortar o membro gangrenado para salvar o resto do corpo!" Nenhum deles realmente desejava derramar sangue; no entanto, tudo o que diziam abria uma comporta pela qual o sangue, até mesmo o deles, fluiria em torrentes, e isso porque sua retórica era bela e ressonante, e evocava aplausos calorosos.

Eles amavam palavras grandiloquentes, e também amavam gestos belos e efeitos teatrais. Nesse aspecto, esses classicistas apaixonados eram terrivelmente românticos. Eles teriam cometido suicídio, para causar sensação. Suas Memórias — e todos eles as escreveram à beira do túmulo — provam sua persistente ambição de figurar como heróis.

Quase todos eles eram personalidades marcantes: Guadet (de Bordeaux), muito moreno e magro, com olhos brilhantes e uma tez amarelada, muito temido por seus sarcasmos amargos, um humorista sóbrio e trágico; Gensonné (também de Bordeaux), frio e perspicaz, com a cabeça cheia de sistemas e ideias gerais; Ducos (outro homem de Bordeaux), entusiasmado e cheio de informações literárias, um jovem herói com uma auréola já em torno de sua

cabeça; Grangeneuve (outro bordalês), audacioso, apaixonado e violento; Isnard (de Marselha), "cujas palavras", como escreveu seu colega Couthon, "eram traçadas em caracteres de fogo", trágico no estilo e quase frenético na expressão, as palavras de alguém fora de si.

Vergniaud (porque todos eles eram advogados) era o mestre deles. Ele era um especialista na arte da acusação; sua eloquência clássica era incapaz de produzir algo além de uma Filípica ou uma invectiva ciceroniana; sua lógica era ocasionalmente muito persuasiva, mas seus discursos, na maior parte, eram compostos de sofismas imponentes, belas expressões e intenso fervor, tudo manejado com uma arte tão admirável que soava quase como uma improvisação: para resumir, "Vergniaud", como escreve Lamothe, ele mesmo um deputado, "causou sensação imediatamente, mas era indolente, voluptuoso, com muito mais do bizantino do que do romano sobre ele, dependendo de Mlle. Candeille, uma atriz encantadora, e de sua harpa, para acalmar seus sonhos e, mais tarde, para aplacar sua amargura."

Brissot não era tão sentimental. Era um bom marido, com uma aparência de Quaker, que havia aumentado desde sua visita a Filadélfia: essa afetação de puritanismo impressionava as mentes das pessoas simples. Porque ele havia escrito muito, ele se julgava onisciente. Era também um dos homens mais suscetíveis, nutrindo rancores eternos, dos quais a Corte e Robespierre sofreram por sua vez. "Um orador habilidoso", diz Mathieu Dumas, "mas possuindo", escreve outro de seus colegas deputados, Beugnot, "falta de previsão e inteligência em proporções iguais, e assim condenado a levar qualquer partido à ruína."

Tomando-os todos juntos, esses homens formavam um brilhante estado-maior político, embora não houvesse um único estadista entre eles.

O fato explica sua devoção ingênua, orgulhosos como todos eram, a Condorcet. Este "professor de moralidade especial" seria o Sieyès da segunda Assembleia, e, portanto, em breve se tornaria odioso aos olhos dos sumos sacerdotes da primeira — Sieyès e Robespierre. Como pensador, o Secretário Permanente da Academia de Ciências era muito superior aos imprudentes Girondinos; infelizmente, ele era, no entanto, terrivelmente enfadonho. Sua inteligência, como escreveu Mme. Roland, era um "licor delicado absorvido em algodão". Rivarol declarou, mais brutalmente, que "ele escrevia com ópio em folhas de chumbo". Ele era considerado um oráculo. Quando ele "finalmente apareceu" (esse *finalmente* é significativo!), houve um forte sentimento de curiosidade. Ele era enfadonho, mas era Condorcet. Seus colegas logo se decidiram a suportá-lo e até a admirá-lo. Toda Assembleia deve ter seu oráculo.

Ele se sentou na extremidade da Extrema-Esquerda. Aqui ele encontrou alguns companheiros desajeitados. Eram os Cordeliers.

Por um tempo considerável, as figuras mais proeminentes neste pequeno grupo foram Chabot, Bazire e Merlin. "Temos a certeza de que são patriotas zelosos, mas que homens!", escreve a Cidadã Jullien em junho de 1792. Estes eram "os niveladores", como Dumas os batizou. Thomas Lindet achava que o ex-monge Chabot estava a caminho de Charenton; Bazire (de Dijon) e Merlin (de Thionville) eram um pouco superiores a este capuchinho que havia abandonado sua ordem e estava a caminho de se tornar um ladrão; mas eles também pareciam loucos. No entanto, dos três, o "horrível Capuchinho", como o seu colega deputado Dorizy o chama, inspirava o mais profundo desgosto e alarme.

Na Esquerda, também, Robert Lindet, um cidadão íntegro de inteligência medíocre, e Lazare Carnot, que disse de si mesmo que, "sendo um soldado, falava pouco", "esconderam-se na obscuridade dos comitês", como o próprio Lindet reconhece. O Bispo Fauchet — um pobre padre entusiasmado — representava o Socialismo do tipo mais sentimental: ele era uma espécie de Vigário Saboiano, que se meteu na política por engano e pagaria caro por suas divagações.

O Centro estava destinado a pender a balança em todas as ocasiões. Aqui encontramos Pastoret, um ex-Conselheiro da Corte de Ajudas e membro da Academia de Inscrições; Bigot de Préameneu, um administrador frio e íntegro; Cerutti e Lacépède, que parecem ter tido mais semelhança com Ramond e Beugnot do que com Chabot, ou mesmo Brissot. Mas eram homens de prudência. "Uma falange imóvel, quando o bem deveria ser feito, e que nunca se movia a não ser por medo", escreveu seu colega Hua. Eles se consideravam "imparciais". "Este Sr. Pastoret é metade uma coisa, metade outra", diz uma referência a ele escrita em 4 de setembro. "O cérebro de uma raposa na cabeça de um bezerro", disse Mirabeau sobre este protótipo de "imparcialidade". Esses homens capazes iriam trilhar seu caminho através da Revolução; alguns morreram Marqueses como Pastoret, ou Condes como Bigot: tornaram-se Senadores sob Napoleão, e Pares sob Luís XVIII; e mesmo sob Luís Filipe. No entanto, proclamavam-se "Independentes". Primeiramente, apoiaram a Direita: depois se separaram e juntaram-se à Esquerda. Hérault de Séchelles, mais resolutivo do que eles, não se dignou a demorar em suas fileiras em sua passagem da Direita para a Esquerda.

Constituída como estava, a Assembleia estava inevitavelmente fadada a ser liderada pela Esquerda. A Esquerda sozinha possuía uma certa homogeneidade. Os 130 deputados cujos nomes estavam na lista do Clube Jacobino recebiam suas ordens daquele corpo: eles acabaram por atrair outros 400 de seus colegas deputados para o Clube. Além disso, a presença dos membros do Centro e da Direita estava longe de ser regular: os assentos da Esquerda eram os únicos que estavam sempre cheios: Chabot escreve à sua mãe em dezembro de 1791, que ele se senta de manhã à noite e ocasionalmente à noite também. A Esquerda era uma presença permanente na Assembleia. Sua violência intimidava os outros partidos, sua eloquência os arrebatava. Além disso, era apoiada pela audiência ameaçadora nas galerias, e contava com o terror que inspiravam. Assim, ela pedia perpetuamente que os nomes fossem chamados: "Se você me perguntar como vencemos", escreve Soubrany, um deputado da Montanha, "eu lhe responderei assim: pela publicidade dos procedimentos. Você pode ter certeza de que, se os decretos fossem aprovados por votação secreta, os emigrados e os ministros do Rei fariam o que quisessem." A partir de então, a Direita estava perdida. A Esquerda tinha todos os trunfos, e algumas cartas marcadas também.

O primeiro confronto foi sobre uma questão de formalidades. Ocorreu na sessão de abertura. Nossos bons deputados haviam chegado com trajes um tanto simples, "com galochas e guarda-chuvas". Isso explica a tempestade levantada por uma proposta que seria feita em breve para reduzir o pagamento dos membros de dezoito para quatorze libras por dia. Mas os deputados estavam totalmente resolvidos a rebaixar o trono ao nível de suas "galochas e guarda-chuvas". "Que alegria para esses senhores", escreve Necker, "poder dar ordens ao seu escrivão-chefe, o Rei da França!" O escrivão deveria ser colocado em seu lugar de escrivão. Grangeneuve havia proposto que as palavras *Sire* e *Majestade* fossem riscadas do vocabulário, Couthon foi mais longe e sugeriu que o trono fosse abolido. O Rei poderia sentar-se em uma poltrona ao lado do Presidente. Essa dupla proposta foi devidamente votada.

Mas Luís XVI parecia determinado a não aceitar mais indignidades. Ele já havia recebido de forma um tanto ríspida uma delegação da Assembleia; agora, ele mandou dizer que, se o decreto fosse mantido, ele não iria ao Manège. E a Assembleia, que por muito tempo hesitou, teve que ceder e revogou-o.

Então o Rei veio. Sua pequena vitória havia derretido sua rigidez temporária; ele falou sobre harmonia: "Que o amor por nossa pátria nos aproxime, e que o interesse público seja um laço inseparável entre nós!" Ele foi aplaudido ruidosamente.

Ele foi aplaudido, também, quando afirmou a necessidade de restaurar a ordem no Exército, colocar o país em estado de defesa e, ao mesmo tempo, restabelecer um bom entendimento com a Europa.

Europa! Aí estava a grande ansiedade do momento, e Luís XVI tinha boas razões para fazer um esforço para se acertar a este respeito. Brissot, que conhecia os dois hemisférios, proferia oráculos de natureza muito ameaçadora. A Declaração de Pilnitz e o Manifesto de Koblenz haviam despertado uma ira legítima no país. Que os irmãos do Rei tivessem assinado seus nomes nessas ameaças contra a nova França foi justamente considerado uma loucura perversa. E o Conde de Provence, o chamado "Regente", também havia protestado contra a Constituição: a Emigração, dirigida pela Corte dos Exilados, estava finalmente eclodindo.

Tornou-se um perigo público. Os nobres, tratados como párias em suas várias províncias, partiam em números cada vez maiores. Não podemos culpar esses emigrados de 1791 como devemos culpar os de 1789: permanecer no país significava um perigo real para eles. De qualquer forma, antes de condená-los, devemos ler as muitas cartas que revelam não apenas seus medos, mas também suas hesitações. E, de fato, houve uma tentativa deliberada de forçá-los a sair da França. Não disse algum membro da Esquerda: "Tanto melhor! A França está sendo purgada!" e um deputado chamou a emigração de "a transpiração natural da terra da liberdade!"

Os infelizes emigrados lotavam as margens do Reno, e lá esperavam os acontecimentos. Muitos deles já começavam a ver a verdadeira natureza das "quimeras com que haviam sido embalados", como escreve a Duquesa de Tavannes (todas as cartas "desconsoladas" desta senhora valem a pena ser citadas). É claro que muitos deles gostariam de ter voltado: alguns voltaram: "a moda", escreve Le Coz, "inclina-se um pouco para o retorno". A Assembleia e os Diretórios Departamentais deveriam ter seguido uma política muito resoluta em relação aos incendiários de casas de campo e aos pequenos tiranos das localidades rurais: se isso tivesse sido feito, muitos emigrados teriam retornado.

Mas, infelizmente, outra seção dos emigrados estava despertando mais indignação do que piedade. "Cabeças-de-vento", um de seus camaradas os chamou: eles se reuniam em torno dos príncipes e se alimentavam de fantasias ociosas: eles teciam intrigas perpétuas e enojavam seus anfitriões, fossem eles belgas, alemães, suíços ou piemonteses, com a selvageria de suas extravagâncias e a frouxidão de sua moral. Cada um desses personagens pretensiosos pregava a convulsão na Europa e a destruição da França, quer servissem na "Corte" do Conde d'Artois ou se sentassem no café das Três Coroas em Koblenz, onde os velhos Cavaleiros de Saint-Louis conquistavam todas as fortalezas da Lorena, à maneira dos velhos na *Lisistrata*, exceto que os emigrados jogavam tric-trac enquanto isso, e todos eles estavam mais do que nunca resolvidos a enforcar La Fayette, Barnave, Lameth e Bailly, antes mesmo de porem as mãos em Robespierre ou Marat.

Um assunto mais sério foi que alguns desses senhores haviam formado uma legião, o Exército de Condé. No início, esse negócio parecia uma ópera cômica: todos insistiam em ser oficiais, embora o pagamento real fosse prometido a todos que se dignassem a servir nas fileiras. Para pôr um fim a essas rivalidades, Calonne, o ministro do "Regente", leiloou os vários postos. O exército assim "organizado" agora esperava ociosamente pela "entrada" dos alemães, e enquanto isso proferia ameaças hediondas. O exílio havia enlouquecido os mais sábios entre eles. "Eu conheço o caminho para Paris", exclamou o Marechal de Broglie (cujo filho ainda servia nas fileiras da Nação); "Eu guiarei os exércitos estrangeiros até lá, e nem uma pedra daquela orgulhosa capital será deixada sobre a outra!" Palavras como essas foram relatadas em todos os Clubes de Paris, enchendo homens moderados, e até mesmo os habitantes das Tulherias, de desespero, mas causando alegria no partido da violência, e armando a Esquerda com armas envenenadas.

Esta Assembleia, menos escrupulosa que sua predecessora, pretendia tratar essas pessoas equivocadas, mas geralmente muito infelizes, como facciosas. O Rei esperava ter se antecipado a ela. Em 14 de outubro, ele publicou uma proclamação suplicando aos emigrados que retornassem. Esse apelo platônico não pôde satisfazer a Assembleia. Em 20 de outubro, o debate sobre a emigração começou. Tornou-se muito acalorado, assim que a questão religiosa, que ocupava as mentes ainda mais do que a dos emigrados, foi trazida à tona. A Esquerda, a cujo anticlericalismo arraigado já nos referimos, contava avidamente com a inclusão dos padres "refratários" na punição vindoura.

Pio VI, como sabemos, havia pronunciado sua solene condenação da Constituição Civil: retratações se seguiram imediatamente em todos os lugares, e estas certamente transformaram a igreja oficial em uma minoria cismática, que figurava no índice de todas as paróquias. Nogaret, Bispo de La Lozère, escreve: "Sou publicamente vaiado e insultado", e Arbogast, Bispo do Haut-Rhin, apela à Assembleia Constituinte agonizante por ajuda em sua extrema necessidade: "Ajudem-me, não posso continuar!"

Este era um apelo da nova Igreja ao braço secular. A Legislatura, que, como Sorel demonstrou claramente, estava prestes a recorrer às leis de Luís XIV em sua luta contra a emigração, foi obrigada a adotar a doutrina do mesmo Rei para proteger sua ridícula Igreja de Estado.

"A hostilidade dos padres" era o pretexto. A existência dessa hostilidade era inegável. Os párocos, expulsos de suas igrejas e presbitérios, depois de terem sido despojados de seus bens pela Revolução que haviam saudado em 1789, diziam coisas duras sobre seus novos senhores. Da Alsácia ao Sul, no Planalto Central e no Oeste, essas palavras duras eram aprovadas pelos fiéis: a agitação tomara forma, aqui e ali, em uma hostilidade dirigida contra os novos arranjos religiosos, e de forma alguma contra as novas leis civis. Isso fora notado em Calvados e, de forma ainda mais ameaçadora, em Gévaudan, em Poitou e em Anjou. Gensonné, que foi encarregado de relatar o assunto, declarou que esses movimentos locais (na realidade espontâneos e desprovidos de qualquer coesão geral) eram o resultado de um vasto complô entre os padres. Os dez prelados juramentados amargurados que tinham assento na Assembleia não estavam muito dispostos a desviar o braço ao qual haviam apelado por ajuda apenas três meses antes. Todos estavam convencidos da

necessidade de tratar esses padres, "cúmplices dos emigrados", da mesma forma que estavam prestes a tratar os próprios emigrados, e os príncipes, "cúmplices do estrangeiro".

Os emigrados foram tratados primeiro; o debate durou onze sessões; revelou os líderes girondinos, que quase todos falaram: Brissot, Isnard, Gensonné, Guadet, Vergniaud — e também Condorcet. Brissot propôs medidas da mais extrema severidade contra os emigrados — especialmente aqueles que haviam sido oficiais ou funcionários do governo; eles deveriam voltar ou ser condenados à morte à revelia. Isnard apoiou essa visão; como de costume, ele falou com paixão frenética: "Seus inimigos devem ser vencidos ou vitoriosos: é a isso que realmente se resume, e qualquer homem que não perceba essa grande verdade é, na minha opinião, um político cego." Alguns dias depois, ele falaria contra os padres: "Se alguma queixa for apresentada contra um padre que não prestou o juramento, ele deve ser forçado a deixar o país. Nenhuma prova é necessária." O discurso de Vergniaud foi o mais importante de todos; foi ciceroniano; sua eloquência forense ("Provas legais! ... provas legais! ... provas legais!") levou à mesma, ou quase à mesma conclusão, que a fórmula brutal de Isnard. Foi admirado e aplaudido freneticamente: o Marco Túlio Cícero de todos os seus sonhos havia voltado à vida, e os "Catilinas de Koblenz" seriam abatidos.

Quanto aos Príncipes, todos logo concordaram: "Tarquínios!", disse De Bry. A Direita compartilhava da opinião da Esquerda de que eles deveriam ser convocados a retornar. O próprio Luís XVI, ofendido com as pretensões do arrogante "Regente", desejava que ele voltasse: os Feuillants, que o ensurdeciam com seus conselhos, achavam (e com razão) que "ninguém acreditaria no Rei enquanto seus irmãos fossem vistos à frente da Emigração". A Assembleia, por voto unânime, convocou o Príncipe a retornar à França dentro de dois meses, sob pena de perder todos os seus direitos, tanto à regência quanto ao trono.

O destino dos emigrados em geral foi decidido em 9 de novembro. A moção de Vergniaud, emendada por Isnard, foi devidamente aprovada. Em vão a Direita argumentou (e as cartas de Lamothe provam sua boa-fé, enquanto as dos emigrados mostram que sua alegação era verdadeira) que seria melhor deixar os conspiradores se desacreditarem em Koblenz, onde ninguém os levava a sério, e facilitar o retorno daqueles outros emigrados cujos olhos haviam sido temporariamente "cegados", um retorno pelo qual muitos deles já ansiavam. A Esquerda venceu: o decreto declarava todo emigrado que não estivesse de volta à França até 1º de janeiro de 1792, suspeito de ser um conspirador: após essa data, todos os que estivessem fora do país incorreriam na pena de morte, e seus bens seriam confiscados. Condorcet, para sua honra seja dita, levantou sua voz contra essa medida abominável. "A Nação", Vergniaud havia exclamado em 26 de outubro, "estende seus braços com bondade aos emigrados"! Mas, nos últimos dois anos, infelizmente, a mão da Nação havia sido muito pesada em seu tratamento com os aflitos.

Em 29 de novembro, chegou a vez dos padres. O debate foi o mais acirrado durante dez sessões inteiras. Foi em uma dessas sessões que Isnard apresentou a proposição "Nenhuma prova é necessária", que Fouquier-Tinville iria reproduzir, a fim de levar os próprios amigos de Isnard ao cadafalso.

O decreto foi votado: os padres foram ordenados a prestar o juramento sob pena de serem tratados como rebeldes suspeitos: uma repetição de sua recusa expunha o padre "refratário" à vigilância das autoridades e, em caso de qualquer perturbação na Comuna, ele era passível de prisão e, em seguida, de encarceramento. Os escrúpulos da Assembleia Constituinte haviam sido deixados para trás, e as coisas haviam se tornado muito sérias.

Os decretos foram submetidos ao Rei. Isso marcou o início de uma crise. Luís XVI sancionou o que afetava seu irmão: isso certamente deveria ter satisfeito a Esquerda. (Vergniaud, é claro, havia comparado o Rei a Brutus sentenciando seus próprios filhos.) Mas ele não podia aceitar os outros dois.

Naquele momento — como três meses antes — Luís XVI estava firme em sua resolução de aplicar a Constituição: membros do partido constitucional eram bem-vindos por ele: Barnave encontrava uma audiência pronta nas Tulherias, e todos os ministros eram Feuillants. Mas os decretos de novembro pareciam ao Rei contrários à Declaração dos Direitos e à Constituição.

O infortúnio foi que, ao poupar os emigrados, ele parecia estar agindo em obediência às sugestões da Corte, que continuava, mais ou menos secretamente, a seguir uma política absolutamente hostil a qualquer tipo de Revolução.

Mas essa era uma ideia equivocada. O Diretório do Departamento (muito constitucional em suas opiniões) pressionava o Rei, quase tão fortemente quanto a Corte o pressionava, para não sancionar esses decretos. Seja como for, Luís informou a Assembleia em 11 de dezembro que, no que diz respeito aos decretos que tocavam os emigrados e os padres, ele "examinaria o assunto"; essa era a fórmula em que o veto seria expresso.

Assim começou a crise: os Constitucionalistas pareciam prontos para apoiar o Rei, e talvez tivessem conseguido finalmente repelir a onda de violência, se, naquela mesma hora, a súbita e hostil mudança de atitude da Europa, que havia sido encorajada pelos emigrados, não tivesse colocado o Rei, seus ministros, a Direita e todos os homens moderados na mais difícil de todas as posições possíveis, fornecendo ao partido da violência o próprio pretexto para reabrir a campanha que ele procurava avidamente. A ameaça de guerra iria acelerar os acontecimentos e anular todos os planos de oposição à segunda Revolução.

CAPÍTULO XVI

NARBONNE E A GUERRA

Os Girondinos agora estavam ansiosos para chegar ao poder. A eleição do "querido Pétion", como Robespierre ainda o chamava, para prefeito de Paris, havia aguçado o apetite de seus amigos. Eles estavam determinados a expulsar os ministros Feuillants: a atitude ameaçadora das potências europeias,

que provavelmente daria um calor febril aos debates, permitiria que eles derrubassem Lessart (Ministro das Relações Exteriores), Duportail (Ministro da Guerra) e Molleville (Ministro Naval), que deveriam ser todos acusados de fraqueza, e de serem enganados, se não cúmplices, do "Círculo de Popílio".

De fato, a condição das relações exteriores estava se tornando um tanto séria, mas os Girondinos a estavam piorando. Imediatamente após 20 de outubro, Brissot, pensando que uma "atitude imponente" forçaria as potências a recuar, havia feito um discurso imperioso à Europa. O "Senado" do Manège ainda era assombrado por memórias de Roma: "o Círculo de Popílio" figurava em todos os discursos proferidos durante aquele outono; ele deveria, declararam, ser traçado em torno dos Eleitores do Reno, que, segundo os oradores, estavam concentrando suas tropas. Uma delegação dirigiu-se às Tulherias e solicitou que Luís XVI desempenhasse o papel de Popílio.

Mas, mesmo no momento em que os príncipes alemães eram chamados a recuar, e mais especialmente a expulsar os emigrados, os Clubes de Paris estavam deliberadamente acolhendo, de braços abertos, outros emigrados de todos os tipos, "patriotas" belgas, holandeses e alemães, e incitando-os a levantar seus vários países em revolta contra "os tiranos". O resultado inevitável dessa tensão crescente foi a guerra.

Nos assentos da Esquerda, de fato, a guerra era popular. Hérault de Séchelles, que agora pertencia a este partido, saudou-a como um meio de criar um estado de sítio, indispensável, em sua opinião, para a criação de uma Ditadura da Salvação Pública. "Chegou o momento", ele gritou, "em que um véu deve ser lançado sobre a estátua da Liberdade!" Couthon havia escrito, em 17 de dezembro: "Talvez a Revolução precise de uma guerra para garantir sua consolidação." Os "homens de Bordeaux" não foram tão longe, mas o pensamento da guerra lhes era agradável: colocaria o Rei em suas mãos, pois seria a guerra deles. Eles a dirigiriam, a prolongariam e a terminariam de acordo com suas próprias ideias e as necessidades de sua política interna: permitiria que eles confiscassem a pessoa do Rei ou o derrubassem, para desmascarar "a intriga realista com a Europa", ou despedaçá-la. De qualquer forma, seria bom pôr fim à situação equívoca do momento.

E eles realmente estavam seguindo a tendência da opinião pública. O país, movido por um impulso misterioso, que iria frustrar ou varrer todos os cálculos pessoais mesquinhos, começava a desejar a "guerra"; esta era a verdadeira França, agitada por seu próprio sangue guerreiro e cansada de seu longo sono. "Guerra! Guerra!", diz um membro muito pacífico da Assembleia, o Bispo Le Coz, em 9 de janeiro, "Guerra! Este é o grito que atinge meus ouvidos de todos os cantos do Império!" Os amigos de Brissot, que gritavam com o país, ganharam aplausos calorosos.

Isso desagradou muito a Robespierre. Desde setembro, ele olhava com olhos muito hostis para o novo partido — "sujeitos problemáticos!" O sucesso deles o amargurava muito. Ele achava a política bélica deles imprudente ao extremo. Este Maximiliano não era de Bordeaux; ele vinha de Arras. Seu sangue nunca se exaltava, e devemos reconhecer que, neste momento particular, aqueles seus pequenos olhos verdes sob os óculos azuis eram claros e previdentes. A guerra seria a ruína da Revolução: o país seria derrotado, porque seria traído; e se por acaso vencesse, o próximo passo seria ou a restauração do Rei, ou a Ditadura de um chefe militar. Mesmo que o único resultado fosse um Ministério "Bordalês", essa perspectiva era suficiente para colocar Robespierre contra o plano.

Ele cortou todas as tiradas e explosões de eloquência. "Seremos traídos." "Tanto melhor", respondeu Brissot, "... precisamos de algumas grandes traições." Seu pensamento mais íntimo era que a consequência da queda do Rei, ou sua aniquilação, seria o estabelecimento de uma ditadura "Brissot" nas Tulherias, mas seu discurso era todo sobre povos a serem libertados. O sonho de Condorcet era estabelecer os Estados Unidos da Europa.

A Corte ainda não havia chegado a desejar a guerra, mas nomeou o Conde de Narbonne como Ministro da Guerra, e assim fez uma concessão à opinião belicosa.

Ele era um homem de grande encanto, muito superior aos ministros Feuillants entre os quais se sentaria. Sua origem era supostamente ilustre (embora misteriosa); o sangue de Henrique IV corria, segundo se afirmava, em suas veias; apesar de uma certa licenciosidade, havia muita nobreza em sua natureza; ele amava seu país, sua mente estava aberta às novas ideias, ele estava muito confiante na possibilidade de um acordo com a Revolução, e profundamente interessado em todos os assuntos relacionados ao Exército. Ele acabaria por figurar, e muito honrosamente, entre os ajudantes de campo de Napoleão.

Ele se deleitava com a política; acreditava que o Soberano, que não fora capaz de se defender pela energia, ainda poderia se salvar pela diplomacia. Embora Feuillant, ele não hesitou em dar seu apoio a Brissot.

Pois ele desejava a guerra. Um soldado generoso, ele percebeu que o Exército estava se desintegrando. Ele acreditava que, uma vez que o soldado francês se encontrasse face a face com o inimigo, seu senso de dever retornaria. Brissot desejava a guerra para desmascarar os generais traidores: Narbonne a desejava para impedir que os homens desertassem.

E ele contava com a guerra, também, para a restauração do prestígio do Rei; este Bourbon letárgico recuperaria as características de sua raça uma vez que estivesse à frente de seu próprio exército. Uma guerra contra os Eleitores alemães, travada dentro de limites restritos e levada a uma conclusão rápida, coroaria Luís com louros — facilmente conquistados, mas preciosos de fato.

Retornando de uma visita à Lorena, Narbonne declarou que tudo, tanto as tropas quanto as fortalezas, estava pronto e em ordem admirável. Ele foi aplaudido ruidosamente, e por uma curta hora foi o homem mais popular da França. Isso alarmou a Extrema-Esquerda. "Se ele não for sincero, é o homem mais perigoso que se possa imaginar para a Constituição", disse um jacobino ao Barão de Staël.

Pois o sentimento a favor da guerra havia se tornado geral. Robespierre, e apenas ele, considerava Narbonne um traidor, tão grande, e maior que o próprio La Fayette. No Clube Jacobino, no dia 11, ele se opôs amargamente à ideia de guerra: os partidários de Brissot o vaiaram. Ele nunca os perdoaria por aquela noite.

Na Assembleia, Narbonne foi apoiado por Condorcet: isso era muito. É um fato curioso que este pacifista, por razões diligentemente apresentadas por seu mais recente biógrafo, tenha acabado por desejar a guerra ele mesmo. Ele achava que ela prepararia o caminho para a República. Embora longe de compartilhar das visões de Narbonne, como meus leitores podem ver, ele agora apoiava o ministro marcial e incitava a Assembleia a decisões extremas.

Mas a torrente de aliados de Narbonne foi demais para ele. Seus planos para uma campanha restrita foram submersos, e a partir desse momento sua partida foi considerada inevitável.

Isso encantou a Corte. Maria Antonieta, cuja exasperação agora atingira o auge (e que odiava Narbonne, além disso, por causa de sua amizade com Mme. de Staël), favorecia soluções do tipo mais extravagante. "Todos os perigos possíveis", ela havia dito ao Ministro russo, "em vez de viver por mais tempo em meu estado atual de humilhação e miséria!" Seu sonho atual era que as Potências fizessem uma irrupção súbita na França, e ela pressionava a Prússia e a Áustria para que o fizessem. A seu pedido, Leopoldo deu um passo à frente: em 7 de fevereiro, ele concluiu uma aliança definitiva com Frederico Guilherme: em 28 de fevereiro, Goltz, o Ministro prussiano, notificou as autoridades francesas de que qualquer invasão da Alemanha seria considerada em Berlim como um *casus belli*. Leopoldo sem dúvida teria se associado a essa notificação, não fosse sua morte súbita em 1º de março. Seu sucessor, Francisco II, um forte oponente da Revolução, não era propenso a tratar o assunto com muita delicadeza. Quando a Áustria e a Prússia, ainda tão práticas como sempre, exigiram promessas sólidas antes de enviar quaisquer tropas para o Reno, ele as fez: ela então marchou rapidamente para a frente: o partido francês em Berlim parecia completamente aniquilado; um membro dele, Brunswick, na verdade aceitou o comando supremo. Apenas uma coisa conteve os alemães, o caso da Polônia. Catarina II decidiu, finalmente, oferecer dividir o país com Frederico Guilherme. A partir daquele momento, a invasão da França tornou-se iminente.

A situação era toda a favor dos partidários da violência. A violência, de fato, era a ordem do dia; os "Brissotinos" a encorajavam da maneira mais selvagem. A Revolução, sobre a qual uma calma havia caído em todo o país (François de Neufchâteau reconheceu em 26 de novembro que "o espírito público estava quase extinto"), estava levantando a cabeça mais uma vez. Os jornais da Esquerda fulminavam contra o Rei. Cartazes eram afixados chamando "o povo livre e soberano" a cessar de permitir que seu "escrivão-chefe abusasse do poder que lhe fora confiado", e acusavam "Monsieur Veto" de estar pronto para "mandar cortar as gargantas dos cidadãos, de suas esposas e filhos, por todos os ministros de além do Reno". A fome, como sempre, agravava a fúria pública: o inverno havia sido cruel. Todas as cartas, fossem de amigos ou inimigos da Revolução, concordam quanto à miséria geral. Em 30 de janeiro, o *assignat* havia caído 40 por cento abaixo de seu valor nominal. A cidade faminta olhava com indiferença às vezes, e outras vezes explodia em fúria selvagem. Os eleitores haviam deixado de votar. Pétion havia sido eleito prefeito por 6.600 votos de um eleitorado de 80.000. O descontentamento era universal. A Direita ganhou coragem para tomar a ofensiva: atacou as Sociedades populares na Assembleia e propôs que nenhum deputado pudesse pertencer a nenhuma delas. Tudo isso indicava a aproximação de uma mudança na opinião pública. A guerra era necessária para trazer o país de volta à Revolução. Mas os Feuillants — traidores que eram — nunca declarariam guerra! Deveria haver ministros "patriotas" no poder! Os homens de Bordeaux estavam determinados a derrubar o Ministério Constitucional.

A Corte enfraqueceu o Ministério com uma loucura incrível: Narbonne, acusado de "entregar a monarquia aos demagogos", foi duramente atacado: os católicos chegaram a acusá-lo de levar a cabo "intrigas protestantes" com Mme. de Staël. Seu colega Lessart frustrou seus planos. Em 9 de março, Narbonne se retirou, e seu lugar no Ministério da Guerra foi ocupado pelo "jovem Cavaleiro de Grave".

Houve grande agitação: no dia 10, a Esquerda aprovou uma resolução no sentido de que o ex-ministro "levava consigo os pesares da Assembleia". Então Brissot passou a denunciar novas conspirações no exterior; seu discurso melodramático causou um arrepio em seus ouvintes; ele moveu os membros a aplausos selvagens quando exigiu o impeachment de Lessart, cuja fraqueza, "provada" pela correspondência com Viena, quase equivalia, ele afirmou, à traição: o Comitê Militar já havia pedido uma declaração de que "Molleville, Ministro Naval, havia perdido a confiança da Nação". Uma vez que Lessart fosse derrubado, todos os seus colegas ministros o seguiriam à força. A Esquerda jogou sua última cartada: enviou Vergniaud à tribuna. Seu discurso foi o mais famoso, e certamente um dos mais belos, que ele já fez. Seu grande objetivo era aterrorizar as Tulherias e forçar o Rei a aceitar um ministério Bordalês. "Desta tribuna", gritou o orador, "vemos o Palácio dentro de cujas paredes conselhos perversos estão desviando o Rei... Terror e pavor muitas vezes saíram das portas daquele Palácio. Que eles reentrem hoje em nome da Lei. Que todos os seus habitantes saibam que a pessoa do Rei sozinha é sagrada, que a lei alcançará todos os culpados dentro de suas paredes sem distinção, e que nenhuma cabeça que seja condenada por culpa escapará de sua espada!" A Esquerda e a Montanha gritaram seus aplausos, e sob aquela explosão selvagem, como um membro da Direita escreveu depois, "o Centro se curvou". O impeachment do Ministro foi devidamente votado. A Direita parecia totalmente esmagada. "Eu nunca tinha visto uma sessão tão terrível", um deputado declararia, "Eu estava doente quando saí!" O Ministério estava morto!

Em uma semana, todos os ministros, "alertados por este golpe terrível", haviam apresentado suas renúncias, com exceção de de Grave, que, como Barbaroux nos diz, era considerado "um bom jacobino".

Os homens de Bordeaux eram os donos do campo: o poder estava ao seu alcance, e em breve eles tornariam a guerra inevitável.

CAPÍTULO XVII

O MINISTÉRIO ROLAND E A DECLARAÇÃO DE GUERRA

A crise ministerial havia começado; todos sentiam que ela deveria ser resolvida nos aposentos de Vergniaud. E lá, na Place Vendôme, nº 5, sentados à sua mesa de café da manhã, ele e seus convidados febrilmente excitados passaram três dias elaborando, destruindo e refazendo listas de ministros. Brissot

foi quem mais pesou nesses debates. Foi ele quem, para agradar seu amigo Gensonné, incluiu o General Dumouriez na lista. Mesmo antes de o ministério ser constituído, Dumouriez já havia habilmente se apossado da pasta de Lessart: Relações Exteriores.

Ele não era tão jovem quanto os homens que o promoviam: uma carreira toleravelmente aventureira, na verdade, já estava para trás. Neto do laçao de Molière, ele havia desempenhado tantos papéis quanto um dos heróis de Lesage, e se assemelhava a um dos criados de Beaumarchais em caráter. Um soldado medíocre, um aspirante a diplomata, ele havia se envolvido antes do ano de 1789 em inúmeras intrigas, não conseguiu fazer fortuna com nenhuma delas, e agora a buscava na Revolução. Ele não tinha credo político, e via toda a grande tragédia como um esplêndido imbróglio, no qual poderia encontrar seu próprio proveito; um boêmio e um fanfarrão, mas com maneiras agradáveis; ele deve de fato ter tido um poder considerável de sedução, pois se tornou aceitável para os solenes Girondinos.

Ele também era inteligente. Não se surpreendeu ao ver os sucessivos naufrágios do Antigo Regime, dos *Monarchiens* de Mounier e dos *Feuillants* de Barnave. Todos, em sua opinião, eram tolos atrapalhados por convicções. Para ele, a Revolução era um fato: homens sábios deveriam aceitá-la, tirar o melhor proveito dela, uivar mais alto que qualquer um dos outros lobos, vestir o barrete vermelho, "puxá-lo bem sobre as orelhas", e assim conseguir enganar a tempestade. Nomeado Ministro no dia 11, ele instou o Rei a aceitar a presença de "Jacobinos" nas Tulherias, onde ele mesmo sentia estar exposto ao ódio da Corte e era considerado uma pessoa "apestada".

Ele havia obtido a manutenção temporária do Cavaleiro de Grave em seu posto no Ministério da Guerra, e a promoção de Lacoste, também considerado um "bom jacobino", para o Ministério Naval. Esses três pseudo-jacobinos logo formariam seu próprio complô. O resto foi deixado inteiramente a cargo de Vergniaud e Brissot. Nas sessões na casa do primeiro, todos os que estavam sob qualquer suspeita de Robespierismo, como Collot d'Herbois e Danton, que eram considerados certos no cargo, foram riscados da lista. Brissot insistiu na inclusão de seu parente Clavières, um meio-genebrino que, desde 1789, acreditava ser chamado pela Providência para administrar as finanças do país, e agora era nomeado para fazê-lo. "Um dos primeiros financistas da Europa", Couthon garantiu a todos em 1º de março. Os amigos de Vergniaud estavam determinados a que os selos fossem para um nativo de Bordeaux: eles os concederam ao Procurador-Síndico da Gironda, Duranton, um homem excelente, considerado um "mero zero à esquerda", a quem todos esperavam liderar com facilidade, e que estava destinado a surpreender aqueles que o haviam promovido. Como de Grave deveria ser deixado no Ministério da Guerra (até que o Coronel Servan, um amigo próximo de Roland e sua esposa, recebesse esse cargo), a lista estava completa quando o próprio Roland aceitou o Ministério do Interior.

A nomeação deste Sr. Roland de la Platière foi aprovada por todos: um inspetor de manufaturas e um ex-colaborador na *Encyclopédia*, ele não era mais jovem; tinha sessenta anos, mas era vigoroso para sua idade. Era um homem íntegro, mas tão tacanho, tão pedante, tão autoritário, que fazia a própria retidão parecer odiosa. Ele combinava ideologia e altivez com o rosto e a alma de um Quaker; seu puritanismo era agressivo e ostentoso — ele era "Catão"! Assim todos o chamavam, e mais especialmente sua esposa. Ela nos dá um retrato vivo dele: severo, austero, com sua "fraqueza de falar demais de si mesmo" e "a rudeza de sua virtude"; ele era um chato. "Aquele meu pai está sempre me repreendendo, é tão cansativo!", disse sua pequena filha Eudora: Mme. Roland repete a observação como se a entendesse: ele cansaria o Rei como havia cansado Eudora, repreendendo-o em vez de governar o país. Para resumir, ele era como o pedagogo da fábula, pregando um sermão a um homem que se afogava.

Este Catão tinha apenas uma coisa a seu favor — sua esposa, a bela Marie-Jeanne, conhecida por seus íntimos como "Manon".

Mais do que a maioria dos homens de sua geração, esta jovem influenciou os destinos da França entre 1791 e 1793. Tão diferente quanto ela era do Catão Inspetor de Manufaturas, ela era uma criatura estranhamente individual. Quando uma mulher assim se propõe a inspirar um grupo de homens públicos ansiosos, os une em um partido, governa todo um ministério, o derruba quando chega a hora, trabalha após sua queda para reconstruí-lo, *per fas et nefas*, e enche a alma de um Buzot e um Barbaroux, e, além disso, de um Brissot e um Pétion, com seus próprios entusiasmos, ódios e preconceitos, o historiador é obrigado a dar-lhe sua atenção. Seu rancor contra Maria Antonieta, e mais tarde contra Danton e Robespierre, geraria mais de uma crise: ela foi um dos elementos humanos no drama Revolucionário: ela o inspirou, o liderou, desviou seu curso, até que ela mesma jazia esmagada sob as ruínas.

Uma estranha mistura de frouxidão e entusiasmo, de virtude espartana e paixão romântica, de generosidade ardente e cálculo frio, perspicaz quando todos os outros se perdiam, e cega, em alguns momentos, a ponto de loucura, Manon Roland sempre permaneceu a mulher que, nos primeiros meses de seu casamento, lia Shakespeare e Plutarco enquanto preparava o jantar de seu Catão — um processo propenso a resultar em uma culinária muito pobre.

Ainda encantadora, embora tivesse atingido seu trigésimo oitavo ano, com um rosto bonito e delicado, como um quadro de Greuze, e o cabelo cortado curto "à la Titus", ela se imaginava uma heroína grega ou romana — ou herói, ela teria preferido dizer, pois se considerava muito masculina; no entanto, ela era feminina até a ponta dos dedos, fantasiosa, apaixonada, exagerada. Sua característica mais marcante parece ter sido sua incapacidade de julgar corretamente qualquer homem; sua visão era sempre obscurecida por suas afeições ou suas aversões.

Desde o primeiro momento, ela foi a alma do Ministério: essa pequena mulher da classe média foi a primeira pessoa a conceber a ideia de um Gabinete homogêneo apoiado por um grupo "parlamentar", e intimamente ligado a ele. Os seis Ministros concordaram em tomar café da manhã em rodízio nas casas uns dos outros, para estarem em pleno acordo antes de comparecerem ao Conselho do Rei: para esses cafés da manhã, os líderes da Esquerda seriam convidados. Muito em breve, Mme. Roland também se juntou ao grupo; mas desde o início, ela era a verdadeira Ministra do Interior, recebia visitantes e enviava circulares: "Minha esposa não é estranha aos negócios do meu gabinete", disse Roland a Barras, quando este demonstrou sua surpresa ao ver "Manon" sentada à mesa de escrever de seu marido. O "digno amigo", de fato, estava menos familiarizado com isso do que sua companheira. Mas, acima de tudo, ela era a vida e a alma de seu salão, onde Ministros e deputados costumavam se encontrar. Brissot, especialmente, discursava lá: Gensonné, Isnard, Grangeneuve e meia dúzia de outros continuavam as discussões; Pétion, Prefeito de Paris, vinha para receber a senha, e o jovem Barbaroux também, "Antínoo", com um "olhar de águia", agente dos Jacobinos de Marselha, que derramava todo o ardor apaixonado da Cannebière aos pés de "Manon". Mas seu grande amigo, o agente de confiança em todos os seus empreendimentos, era Léonard Buzot, o homem de "sentimento", o platônico "bem-amado": o

virtuoso Saint-Preux de uma sublime Heloísa, o tenente fiel, o amante constante, que abraçava todas as suas querelas, servia todas as suas animosidades e tingia a aventura com um romance à la Rousseau em meio à tragédia nacional.

A presença desta personalidade apaixonada e ávida garantia, como meus leitores imaginarão, o vigor do programa dos Ministros e do partido. "Manon" era uma republicana à maneira de Plutarco. É bem possível que até 23 de março ela realmente aspirasse a ver a formação, após a derrubada do trono, da "República da virtude". Uma vez que o Rei "chamou" Roland para seu conselho, aquele "tirano" tornou-se suportável. Se "Antonietta" parasse de tentar perverter "seu tolo marido", todos os projetos de longo alcance naquela direção poderiam muito bem ser deixados de lado. Esse sentimento era compartilhado pela Esquerda. Após 23 de março, os líderes de Bordeaux estavam inclinados a conter o movimento republicano. Eles haviam obtido cargos ministeriais, e isso lhes parecia um avanço considerável. Politicamente, o caso era bastante normal.

Mas, além desta questão constitucional, o Ministério de 23 de março era, e continuou a ser, um Ministério de Esquerda e, além disso, um "Grande Ministério". Estava totalmente determinado a "desaristocratizar" a França; "varrer", escreve Mme. Roland, "os detestáveis subordinados", e limpar os "estábulo de Águias". Dumouriez estava purificando o corpo diplomático. Clavières estava fazendo o mesmo com a "Direção dos Correios", que era particularmente "aristocrática", e como "todos os militares eram considerados inimigos da Constituição", os Rolands prontamente fizeram com que o Coronel Servan, "sobre cujos princípios não poderia haver dúvida, visto que ele os havia exposto antes da Revolução em uma obra valorizada (*Le Soldat Citoyen*)", fosse nomeado Ministro da Guerra. A tal ponto Servan levou sua "desaristocratização" do Estado-Maior que, em menos de seis meses, Mme. Roland acharia que havia muitos Cordeliers nele. Quanto aos próprios Rolands, eles tinham um trabalho especial — a luta contra o Papado, que nunca esqueceram por um instante. A França seria forçada a dar mais um passo no caminho revolucionário em que ainda hesitava em avançar. O pretexto para isso seria a guerra, agora um dos itens mais essenciais do programa ministerial.

Imediatamente após 27 de março, Dumouriez havia despachado um ultimato extremamente arrogante para Viena e, contando com uma recusa, havia enviado Maret para a Bélgica com ordens para agitar aquele país imediatamente contra a Casa da Áustria. Em 29 de março, o Ministro das Relações Exteriores, que tinha um gosto por demonstrações, apareceu na Assembleia em seu uniforme de general.

Viena, segura do apoio da Prússia, enviou uma resposta muito dura ao ultimato. Esta chegou a Paris em 18 de abril. Os Ministros decidiram pedir à Assembleia que declarasse guerra ao "tirano de Viena". Não poderia haver dúvida de que a Assembleia acolheria a proposta. No entanto, certos Feuillants apontaram que um grande risco estava sendo assumido de forma imprudente: os altos escalões do exército estavam diminuindo constantemente. Um deputado da Esquerda certamente havia escrito que esse processo estava "purgando" o Exército: o fato é que a partida de 6.000 oficiais, de um total de 9.000, foi um expurgo bastante drástico. Eles estavam se afastando gradualmente, e fariam isso até a véspera dos primeiros combates; e isso, como Rochambeau disse, impunha um trabalho semelhante ao de Penélope aos generais no comando. La Fayette, com muita razão, convocou os oficiais monarquistas, em nome da honra, a emigrar imediatamente, para que a situação ficasse, pelo menos, clara. Mas entre as fileiras, a falta de disciplina era notória. Quanto a isso, devemos remeter nossos leitores às páginas bem informadas de M. Arthur Chuquet: os detalhes que ele fornece são estupefacientes; os homens consideravam seus oficiais traidores e queriam matá-los: a insubordinação dos voluntários, que agora estavam chegando, causava consternação absoluta. Em Phalsbourg, em Lunéville, em Neubrisach, em Estrasburgo, houve motins regulares. Mesmo com os reforços de voluntários, o exército era muito fraco numericamente: 150.000 homens no total: 110.000 de infantaria, 30.000 de cavalaria, 10.000 de artilharia: Rochambeau estava no comando das tropas de Dunquerque a Philippeville: La Fayette comandava de Philippeville às linhas de Wissembourg; Lückner tinha a terceira divisão — o exército do Reno — de Wissembourg a Basileia. Lückner, cuja "maneira e boa aparência" inspiraram a Couthon a "maior confiança" em 28 de fevereiro, era na realidade nada mais do que um velho soldado de fortuna alemão; "semi-brutalizado", diz Mme. Roland, um tanto grotesco, um bom soldado de segunda categoria, totalmente incapaz de liderar. La Fayette, embora não fosse o "traidor" que Brissot e Robespierre tão constantemente o acusavam de ser, era mais um político do que um soldado, e estava muito mais absorto com os acontecimentos em Paris. Rochambeau, embora envelhecendo, era um chefe militar realmente bom, mas não se dava bem com Dumouriez, que insistia em gerenciar tudo por cima da cabeça de Servan: Dillon e Biron, os homens que comandavam sob Rochambeau, eram extremamente independentes. Não havia coesão no comando: os líderes não tinham confiança em seus homens, os homens não tinham nenhuma em seus líderes. Não havia preparativos de nenhum tipo: nem rações, nem material de guerra, e as fortalezas, apesar da afirmação de Narbonne, estavam em péssimo estado de conservação. Nada estava pronto para a guerra.

Mas que importa! Uma febre de patriotismo atuava em todos os cantos do reino. Esta terra de guerreiros havia descansado por tempo demais em paz. Algumas paixões vis haviam sido despertadas pela febre cívica que recentemente grassara, excitando todos os cérebros e inflando todos os corações: mas ela também havia despertado nobres aspirações: um francês cujo coração arde com fogo patriótico põe instintivamente a mão no punho de sua espada. E, desde a Declaração de Pilnitz, um orgulhoso sentimento de revolta havia surgido. A França havia feito uma Revolução. Estava certa ou errada? Havia ido longe demais ou não o suficiente? Isso pouco importava! Ela havia feito sua Revolução, e agora vinha o estrangeiro, que ameaçava colocar obstáculos em seu caminho, intervir em seus assuntos e impor sua vontade sobre ela! Ao mero pensamento, um arrepio de nobre indignação abalou o país. O que isso significa? Os franceses não podem resolver os assuntos franceses entre si? E com um salto o país se pôs de pé. Ameaças? A palavra saiu instantaneamente. "Ataquemos primeiro!" "Os déspotas" estavam levantando os braços? Então a França iria ao encontro deles, até mesmo em seus próprios "covis"! Os tímidos, os políticos, os calculistas da Direita e da Esquerda, todos erraram; seus escrúpulos pareciam covardia, e quase custaram a popularidade de Robespierre. "Veremos a disciplina restabelecida sob o sopro da batalha: a traição oculta será forçada a tirar sua máscara! *Ça ira!*" Tal era o grito de esperança da nação. Nos últimos seis meses, voluntários haviam chegado em massa: humildes camponeses, escriturários de advogados, artesãos e até mesmo nobres em quem o espírito militar de sua raça havia se agitado novamente — estes eram os voluntários de 1791. "Escória", disse Morris. Alguma, talvez, mas essa escória ardente iria se espalhar por toda a Europa e submergir um mundo antigo!

Ainda assim, o coração da nação estava tenso de ansiedade. O salto para o abismo deveria ser dado de uma vez por todas. Em 20 de abril, uma agitação febril reinava na Assembleia: a decisão do Conselho a favor da guerra havia se tornado conhecida. Os ministros eram esperados, e possivelmente o Rei também. Condorcet lia um relatório sobre a organização das escolas com sua voz fina, mas ninguém pensava muito em escolas: o pequeno Bara não queria aprender suas primeiras letras, ele ansiava por rufar seu tambor à frente de um batalhão em marcha.

Ao meio-dia, Luís XVI apareceu: seus olhos estavam turvos e ele se movia como em um sonho; ele havia deixado de compartilhar do fervor de seu povo; para ele, a guerra não era nada além do resultado das intrigas de duas facções igualmente detestadas — os emigrados e os jacobinos. Ele leu o documento que os Ministros haviam preparado para ele, que afirmava a necessidade de declarar guerra a Francisco II, "no mesmo tom de voz", escreve Mme. de Staël, "em que ele poderia ter proposto o decreto mais insignificante do mundo". E então, em meio a um silêncio pesado e respeitoso, ele partiu.

Do lado de fora, as ruas estavam em grande tumulto. Isso produziu seu efeito sobre os deputados. Mailhe, um girondino, propôs que não houvesse relatório de comitê, nem qualquer outro preliminar que pudesse atrasar o decreto: que o debate começasse imediatamente! Mathieu Dumas, um bom soldado, mas cheio de bom senso, tentou se opor a essa sugestão: ele foi vaiado e obrigado a retomar seu assento. Pastoret, do Centro, que estava em dúvida apenas no dia anterior, agora defendia a guerra. "A vitória", ele disse, "será fiel à Liberdade!" Hua e Becquey, da Direita, foram brutalmente vaiados quando tentaram defender uma pausa para reflexão. O grupo "bordalês" parecia sob a influência de algum delírio: quando Bazire, um seguidor fiel de Robespierre, pediu que pelo menos a discussão fosse permitida, Mailhe mais uma vez se opôs à ideia: "O povo deseja a guerra; apressem-se a ceder à sua justa e generosa impaciência. Vocês estão, talvez (e aqui vemos a mente do girondino), prestes a decretar a liberdade do mundo inteiro. Peço à Assembleia que não saia desta sala até que a guerra tenha sido decretada!" A atmosfera no Manège era aquela da qual Vergniaud em breve se queixaria — a atmosfera pesada e excitante de uma sessão noturna, pois alguma intoxicação especial e dramática parece descer dos candelabros acesos. O partido moderado agora não conseguia ser ouvido. Finalmente, o decreto foi proposto, e o debate foi declarado encerrado. A votação estava prestes a começar quando um deputado foi visto correndo pelos degraus da tribuna. Era Merlin de Thionville. Como o encerramento havia sido votado, ele estava impedido de falar, mas gritou: "O que eu queria dizer era que devemos declarar guerra aos reis, e paz a todos os povos!"

Uma guerra contra os reis! Todos os planos bem elaborados de Dumouriez para fazer desta guerra contra a casa da Áustria uma guerra do antigo regime; aqueles outros planos de certos políticos da Esquerda, que se gabavam de ter a guerra na palma de suas mãos, para liderá-la e terminá-la como quisessem; e aquelas ideias de uma luta que deveria ser curta e circunscrita, foram despedaçadas por aquele grito. Todos os reis o ouviriam: os estadistas do novo regime haviam pensado em dividi-los; eles os haviam forçado à união. A França estava sozinha contra o mundo.

Nessa base, esta guerra foi declarada, por uma decisão praticamente unânime — houve sete votos contra — em meio a transportes frenéticos de entusiasmo.

"Tanto melhor!", escreve Maria Antonieta. A Rainha fora levada ao extremo da exasperação. Seu sonho fora uma intervenção das Potências europeias, que teria intimidado a França e a trazido de volta aos pés do Soberano: e essa ainda era a ideia do Rei. O desejo da Rainha agora — um desejo imperdoável, nascido de mil sentimentos todos muito violentos — era que o exército francês fosse derrotado e esmagado. No dia 30, ela revelou as negociações com a Europa que Dumouriez havia tentado (e que haviam falhado) à Corte austríaca. A Inglaterra havia adotado uma atitude de hostilidade vigilante; o Rei da Prússia havia deixado Berlim em 26 de abril para marchar sobre Paris. Com a Coalizão agora um fato consumado, uma fronteira mal guardada, um exército despojado de seus oficiais, chefes militares pouco confiáveis, um Ministério novo nos assuntos, uma Corte traiçoeira, tropas indisciplinadas, uma Assembleia governada pelas ruas, e ruas nas quais a licença campeava desenfreada, seria um milagre de fato se a França escapasse ao destino que a Europa lhe destinava. É um fato estranho que dois grandes partidos em Paris contassem com a derrota francesa: os antirrevolucionários, para sufocar a Revolução; os revolucionários, para libertá-la mais uma vez. Nunca uma guerra foi preparada e desejada com tantos motivos ulteriores mal disfarçados.

Mas a primeira parte do programa Girondino havia sido realizada.

CAPÍTULO XVIII

A QUEDA DO "GRANDE MINISTÉRIO", 20 DE JUNHO

A derrota de 28 de abril. Agitação em Paris. A dissolução da Guarda Constitucional. Servan convoca os Federados. Rompimento entre Dumouriez e os Roland. Demissão dos ministros. Manon prepara sua vingança em seu salão. O 20 de junho. A multidão na Sala do Manège e no Palácio. "O Rei bebe!" Movimento geral de reação. La Fayette quer fechar o Clube Jacobino. Ele é traído pela Corte. A Esquerda recupera a coragem.

Em 30 de abril, chegaram a Paris os rumores de uma derrota. A realidade era muito pior: a "derrota" tinha sido a mais humilhante das debandadas. Todas as pessoas bem informadas ou prudentes já previam isso, e com razão, mas foi pior do que qualquer coisa que se esperava. No dia 28, parte do exército de Rochambeau, sob o comando dos generais Dillon e Biron, atacou dois pontos distintos na fronteira belga. A coluna de Dillon marchou de Lille para Tournai, mas quando os hussardos austríacos apareceram, houve o pânico mais extraordinário: a cavalaria francesa deu meia-volta, aos gritos de *Sauve qui peut!* (Salve-se quem puder!), e quando Dillon se jogou na frente dos fugitivos, eles o derrubaram; finalmente, as tropas, sem derramar uma gota de sangue, exceto a do seu próprio líder, retornaram vergonhosamente para Lille. Naquele mesmo dia, Biron havia avançado sobre Mons, mas subitamente abandonou o ataque: ele encontrou as colinas de Jemmapes repletas de uniformes austríacos e bateu em retirada. Em seguida, seus dragões, em pânico, viraram seus cavalos, gritando "Fomos traídos!". La Tour-Foissac descreveu a desordem terrível — Biron foi arrastado, armas foram jogadas pelas estradas, homens caíam de puro terror, e o retorno a Valenciennes foi ainda mais vergonhoso que a fuga das tropas de Dillon para Lille.

Os austríacos ficaram espantados: entraram em território francês rindo e dizendo com desprezo que o lema dos franceses era "Vencer ou correr!". Ficou claro que as armas necessárias para colocar esses franceses em fuga não eram espadas, mas chicotes! "Tudo terminará em poucas semanas", disse um dos embaixadores em Paris a Morris. Mas esse revés foi a salvação da França: os austríacos, despreparados para um sucesso tão rápido, pararam, acreditando que poderiam escolher o momento certo, e deram a La Fayette e Lückner (Rochambeau havia renunciado) a chance de tentar levantar o moral das tropas sob seu comando.

Em Paris, gritos de "traição" foram levantados. A Assembleia, de maneira surpreendente, culpou o clero. De fato, nas últimas semanas, a febre anticlerical vinha aumentando. Em 27 de maio, a Assembleia havia votado o decreto que condenava ao exílio os padres que fossem "cúmplices de distúrbios"; um detalhe peculiar foi citado com horror: que entre os corpos dos inimigos (nenhum havia sido morto pelas tropas francesas), haviam sido encontrados os de vários padres não-juramentados disfarçados de soldados austríacos. Essa história absurda foi aceita até mesmo pelo bom Le Coz.

A Assembleia, desnorteada, mergulhou em discussões violentas e inúteis. Ela havia incentivado a sedição militar ao receber os soldados rebeldes de Châteauneuf, recém-saídos das galés, com as mais lisonjeiras atenções; e, depois de fazer isso, se perguntava ingenuamente que rumo deveria tomar para restaurar a disciplina nas fileiras do exército. Ela fervilhava tumultuosamente, "atordoada", escreve uma autoridade, "com o barulho dos canhões": certos deputados davam tapas em seus colegas; a Direita, que havia sido grosseiramente insultada, propôs que os Clubes que pairavam sobre a Assembleia fossem fechados imediatamente, mas os deputados não ousaram fazer isso.

Havia luta por toda parte. Luta também nos Clubes, onde Robespierre, que havia previsto os acontecimentos, triunfava com a derrota: ele instruía seus partidários a dizer que os brissotinos estavam embriagados pelo poder. Eles eram suspeitos de poupar o Rei porque seus amigos estavam no ministério: então, eles entregaram o Rei aos seus inimigos para provar que eram tão incorruptíveis quanto o próprio Robespierre.

Corria a história de que a Corte estava "tramando um São Bartolomeu dos patriotas". "Como?", perguntavam os Feuillants. "O Rei dissolveu seus Guardas do Corpo e não tem poder sobre o exército." Mas ele tinha uma nova "Guarda Pretoriana" — a chamada Guarda Constitucional. Essa deve ser dissolvida, gritavam vozes da Montanha. Em 29 de maio, Gensonné, decidido a não parecer menos "puro" que Chabot, aprovou um decreto para dissolver a Guarda: essa medida realmente deixava Luís XVI à mercê do primeiro motim que pudesse ocorrer.

Ainda assim, ele sancionou o decreto. A opinião geral a partir daquele momento foi que o Rei estava perdido: cartas da época descrevem a Família Real vivendo em meio a ameaças e insultos; a Guarda Nacional, apavorada com a própria ideia de um levante, certamente não era proteção suficiente para o soberano. Um levante estava sendo tramado, de fato, e tudo indicava que recrutas estavam sendo preparados para se juntar a ele.

Em 4 de junho, de fato, Servan, agora Ministro da Guerra, que cumpria todas as ordens de Roland naquele departamento, chegou à Assembleia com uma proposta muito perigosa. Um segundo Festival da Federação seria celebrado em 14 de julho. O ministro então propôs que cada cantão enviasse cinco Federados, vestidos e equipados, e que estes, após participarem no Campo de Marte no dia festivo, formassem um acampamento de 20.000 homens nas margens do Sena, abaixo de Paris, ou em algum lugar perto da capital. A proposta causou grande surpresa: Servan havia agido sem, ou melhor, contra o conselho do Conselho, onde Dumouriez havia exposto claramente o perigo para a ordem pública envolvido em tal reunião. O debate, totalmente inesperado para a Direita, foi muito curto: Servan apresentou sua sugestão como uma medida puramente militar: foi aprovada em 6 de junho.

Isso foi a gota d'água para as preocupações, não apenas dos amigos do Rei, mas de todos os partidários da ordem e da Constituição. Temia-se que esses Federados, que desempenhariam um papel muito mais importante nas ruas de Paris em 10 de agosto do que mais tarde na fronteira, dessem assistência ativa à população, que os agitadores já estavam incitando. A correspondência de Barbaroux com a municipalidade de Marselha prova quão bem fundadas eram essas preocupações.

Na opinião dos Feuillants, o Rei já tinha feito concessões demais: o Diretório de Paris, que estava em suas mãos, pediu-lhe para não sancionar o decreto contra os padres refratários, que o Conselho de Ministros esperava forçá-lo a aceitar. Mas, a essa altura, até o próprio Conselho estava dividido; uma cena violenta entre Dumouriez e Servan (eles quase chegaram às vias de fato) sobre o assunto dos Federados, deixou o monarca ciente de que a equipe ministerial havia deixado de agir em conjunto. Uma parte dos ministros ameaçou renunciar se o Rei aplicasse seu Veto aos decretos; o soberano achou que essa era uma excelente oportunidade para se livrar de homens cuja presença se tornara insuportável para ele.

Em 10 de junho, Roland pensou que o assustaria: ele tirou do bolso uma "Carta ao Rei" escrita do começo ao fim por "Manon": não precisamos dizer que não era nada elogiosa; ela lembrava Luís XVI bruscamente de seus deveres como chefe de Estado. O Rei, calmamente, pegou a carta da mão do ministro, dobrou-a e guardou-a no bolso. Mas em 13 de junho, quando Roland se preparava para ir ao Conselho, recebeu um bilhete do Rei, com um pedido lacônico para que "devolvesse a pasta do Interior"; Clavières foi demitido no mesmo momento, e foi rapidamente seguido para a vida privada por Servan, cujo lugar no Ministério da Guerra foi ocupado por Dumouriez.

Houve um grande alvoroço. "Essa audácia me espanta", escreve Mme. Jullien, no dia 16. Isso sobrecarregou a Assembleia. "Uma sensação viva e dolorosa", diz um deputado. Às dez horas da manhã do dia 14, a Assembleia, de forma totalmente ilegal, recebeu os ministros caídos e os saudou como "mártires". Foram dadas ordens para que a carta de Roland ao Rei fosse impressa, e foi aprovada uma moção que declarava que os ministros estavam "levando consigo os lamentos da nação". Nesse exato momento, "aquele traidor" Dumouriez apareceu no Manège: ele foi ferozmente atacado. "Ditador!", gritou Guadet, e Lacuée o chamou de "caluniador". Ele os chamou de "loucos". Ele talvez pudesse ter resistido a eles, mas, embora o Rei o achasse mais atraente do que Roland, ele não tinha mais confiança "naquele cabeça-de-vento inconsistente, com quem nenhuma pessoa honesta poderia se associar", do que no resto de seus colegas — assim escreveu Montmorin, o principal confidente do Rei. O general se viu numa encruzilhada entre a fúria da Assembleia e a desconfiança da Corte e, sendo um homem inteligente, se retirou antes de entrar em conflito aberto com qualquer um dos lados. Luís convocou mais Feuillants de segunda categoria para seu Conselho, e estes, de fato, como Le Coz admite, não foram mal recebidos pela Assembleia: os deputados, sem dúvida, tinham se assustado.

Mas a Esquerda estava furiosa. A Assembleia, "pusilânime e corrupta", como escreve Mme. Jullien, havia abandonado a Revolução! O Rei estava se livrando do jugo! Precisava haver um "dia"! Seria em 20 de junho.

Um dos agitadores afirma que "foi realmente concebido e arranjado no salão de Mme. Roland". É verdade que "Manon" estava mais furiosa do que ninguém, e Roland estava mortalmente ofendido; Clavières também suspirava por "suas finanças". Sergent notaria, em 20 de junho, ele incitando a população na Place du Carrousel a exigir, acima de tudo, "o retorno dos bons ministros". (Sempre se faz melhor o próprio trabalho do que outro pode fazer por você!) Os frequentadores do salão de Mme. Roland favoreceram o "dia". Os agitadores profissionais — Santerre, o cervejeiro, Legendre, o açougueiro, Fournier l'Américain, Lazowski, Chabot, Saint-Huruge — todo aquele bando de organizadores secretos que derrubariam o trono em 10 de agosto, conduziram seus procedimentos.

Em 20 de junho, a intenção declarada era apenas ter os "bons ministros" de volta, e forçar o Rei a aceitar os decretos. Se, no decorrer do empreendimento, o trono por acaso caísse, ele certamente não seria reerguido.

O pretexto foi a celebração do quarto aniversário da cena na Sala do Jogo de Péla em Versalhes, com o plantio de uma Árvore da Liberdade no Terrasse des Feuillants, nas Tulherias. Ao amanhecer, 8.000 homens haviam partido dos subúrbios. No dia anterior, vários correspondentes haviam escrito que "o povo marcharia até a Assembleia para exigir a aprovação de grandes medidas".

A Assembleia foi avisada por Roederer, o Procurador-Síndico; uma sessão estava em andamento quando os peticionários chegaram e solicitaram admissão. Uma discussão violenta se seguiu. Mais uma vez, a Esquerda saudou o levante do Povo. "O Povo!", gritou alguém da Direita, "aquelas pessoas que nos trazem uma petição com canhões e piques?". Mas naquela mesma noite, Soubrany escreveu que "na agradável variedade de armas e roupas, ele havia reconhecido com prazer a porção essencial do povo". Guadet, e mais especialmente Vergniaud, insistiram que os peticionários fossem autorizados a entrar. ("Todos os corações estavam com ele!", escreve Mme. Jullien.) Afinal, essas pessoas eram os vingadores de Roland e Clavières. Os corredores já estavam lotados. Uma delegação foi introduzida para começar: seu líder, "um novo Cícero", expôs "ideias sublimes"; ele usou uma linguagem feroz: "o Povo está de pé... Sangue correrá, ou então a Árvore da Liberdade que estamos prestes a plantar florescerá em paz! Os inimigos da Pátria imaginam que os homens de 14 de julho adormeceram?... Seu despertar será terrível!". Completamente assustada, a Assembleia deu permissão para que o Povo "desfilasse". O Povo podia estar "de pé", mas certamente teve considerável dificuldade em manter sua posição. O próprio Michelet, comovido com a situação, é obrigado a deplorar e desculpar o fato. "Forçados a se sustentar buscando alguma força no vinho adulterado de Paris, eles chegaram à Assembleia em uma condição pouco digna de seu entorno." A maioria dos deputados que testemunharam a cena expressou seu desgosto; outros riram dela. Na "floresta móvel de piques", descrita por Hua, o "grotesco", diz M. Aulard, "era a qualidade dominante". No entanto, o *Révolutions de Paris* derramaria uma lágrima comovida por "todos aqueles carvoeiros, aqueles robustos carregadores de mercado" e (este detalhe toca o milagroso) "mais de 200 pensionistas centenários dos Inválidos!". "Uma alegria sincera", continua o jornalista, "animava o espetáculo", mas o "vinho adulterado de Paris" certamente deve ter tirado dele o menor toque de poesia! No entanto, por três horas, a Assembleia foi forçada a suportá-lo.

O Presidente, com a mão no coração, havia assegurado a seus "dignos compatriotas" que a Assembleia saberia como lidar com "os crimes dos conspiradores". Eles não tinham grande confiança em suas promessas, pois subitamente abandonaram o Manège e se dirigiram ao Palácio.

Não havia mais Guarda para defendê-lo: tudo o que a multidão teve que fazer foi empurrar as portas destrancadas. Em poucos momentos, ela havia invadido os aposentos reais: o Rei mandou abrir as portas, nas quais os manifestantes começavam a bater com seus machados, e apareceu ele mesmo. Ele estava muito calmo: essa frieza diante do perigo mais hediondo era sua forma peculiar de coragem. Ele foi empurrado para lá e para cá, e amaldiçoado. "Muitas injúrias foram ditas a ele", escreveu Azema, o deputado jacobino, naquela mesma noite; "entre outros, um jovem Guarda Nacional... disse-lhe todo tipo de horror imaginável." Acima dos insultos, gritos ecoavam: "Sancione os decretos! Chame de volta os ministros patriotas! Expulse seus padres! Faça sua escolha entre Coblença e Paris!". Calma e silenciosamente, Luís respondeu que aquela não era a hora nem o lugar para examinar a questão dos decretos: ele se declarou "um patriota" e, vendo um gorro vermelho na cabeça de um homem perto dele, arrancou-o e o colocou na sua. O gesto foi exagerado: causou uma espécie de estupefação e até — isso é muito evidente — um certo constrangimento entre os "patriotas". No entanto, a multidão queria ver até onde poderia levar o "Veto"; estava terrivelmente quente, havia gente bebendo: um copo de vinho foi passado para o Rei — ele o bebeu.

A Guarda Nacional apareceu em cena. Abriu um pequeno espaço ao redor de Luís XVI. Lá estava ele, suando sob o grosso gorro vermelho torto em sua cabeça empoadada, com o copo de vinho azedo na mão: a multidão gritava: "O Rei bebe!". E ele sorriu de volta. Vergniaud correu da Assembleia; ele imaginara que sua eloquência seria suficiente para dispersar a multidão: ninguém o ouviu. Ele foi, por fim, erguido nos ombros de um enorme carregador dos Halles e, daquele estranho palanque, discursou aos patriotas. Eles apenas zombaram dele.

Finalmente, o prefeito de Paris, Pétion, chegou. Este "homem alto, loiro, com sua aparência insípida e ar brando, no fundo um canalha e covarde", como Frenilly o descreve, era realmente uma das figuras mais sinistras de sua época. Já eram seis horas da tarde, a multidão estava em movimento desde

as quatro da manhã; o prefeito, como Pilatos, jurou que "só tinha acabado de ser informado". Luís recebeu o traidor friamente. No entanto, foi ele quem pôs fim à cena escandalosa: os manifestantes, incapazes de arrancar qualquer promessa de "Capeto", estavam ficando cansados: Pétion disse-lhes que não seria bom que a resposta do Rei parecesse ter sido forçada por medidas violentas — o que deve ter soado como uma piada. E a população se dispersou. Pétion então se desculpou, ou melhor, se gabou do que tinha feito, para a Assembleia, que admitiu essa pessoa lamentável às honras da sessão.

Este tinha sido um surto ilegal: a Esquerda percebeu o fato e se esforçou para apagar o efeito deplorável produzido. A palavra de ordem foi que o povo "tinha ido fazer uma visita ao Rei". Encontramos essa expressão em todas as cartas dos deputados da Esquerda e nos jornais jacobinos. "As coisas mais magníficas foram ditas a ele", escreve Mme. Jullien. "O povo provou", escreve Soubrany, "pela maneira como usou sua liberdade, que era digno dela". Condorcet estava em êxtase; não houve dano algum, disse ele, além da "quebra de algumas vidraças".

No entanto, o partido revolucionário parecia destinado a pagar um preço alto por essas vidraças. O sentimento de indignação, de fato, foi extremamente forte: uma reação muito viva em favor do trono se instalou, como provam as cartas escritas na semana seguinte.

Completamente alarmado, La Fayette correu para o local da ação. Ele esperava ter se juntado a todos que haviam se sentido enojados com os eventos do dia 20, e esperava aproveitar isso para fechar o Clube Jacobino, onde ele mesmo era diariamente arrastado pela lama.

No dia 28, em meio à maior agitação, ele apareceu na Assembleia e, "em nome do Exército indignado", proferiu uma denúncia tão veemente dos verdadeiros apoiadores da multidão — os membros do Clube — que por um momento a Esquerda ficou desconcertada. A Direita o aplaudiu veementemente, e até mesmo o Centro o aclamou, acreditando que seu exército estava logo atrás dele. Se ele o tivesse trazido consigo, não há dúvida de que poderia, como M. Mathiez afirma com razão, ter feito um *pronunciamiento* bem-sucedido. Guadet não ousou fazer nenhum ataque direto a ele; tratou do assunto com um tom de amarga ironia. Mas a Assembleia ainda estava cheia do desgosto causado pelos incidentes de 20 de junho e, além disso, La Fayette ainda era "o filho mais velho da Liberdade" aos olhos da maioria desses burgueses. A Assembleia o apoiou e rejeitou a moção para mandá-lo de volta ao exército por 339 votos contra 234. Os "pobres jacobinos" pareciam estar em má situação. "Não se ouve nada além de anátemas contra eles."

Esse revés encheu a Esquerda de fúria. Naquela mesma noite, nos Jacobinos, Robespierre denunciou La Fayette, "aquele inimigo da Pátria"; "o mais vil dos miseráveis", escreve Couthon; "um vilão e um idiota", disse Desmoulins. Toda essa raiva teria sido inútil se a Corte e o partido da Corte tivessem apoiado os planos do General. Mas, nas Tulherias, ele ainda era considerado o pior de todos os inimigos do Rei. O movimento reacionário, então evidente no país, foi interpretado de forma totalmente incorreta pela Corte como um movimento contrarrevolucionário. Na opinião dela, não havia necessidade de La Fayette: "um intrigante, um canalha", escreve um "aristocrata" em 29 de junho, "que está tentando, agora que vê que a sorte está virando, arranjar uma desculpa para si mesmo se jogando no outro partido".

Enquanto os Jacobinos discursavam contra as "macacadas de Mottié", a Corte zombava de seus "Dom Quixotismos". "E, de fato, seria melhor perecer", disse a Rainha, "do que ser salvo por M. de La Fayette e os Constitucionais!".

Assim, La Fayette foi rejeitado e, o que foi pior, foi traído. Ouvindo que o Rei iria passar em revista a Guarda Nacional no dia 29, o General desejou aproveitar esta oportunidade para se mostrar às tropas que outrora comandara e induzi-las a segui-lo contra os Jacobinos. A Corte, por incrível que pareça, avisou Pétion, que cancelou a revista. Desencorajado, La Fayette deixou Paris. Naquela mesma noite, "aquele vilão, aquele patife, Mottié!" — este era o nome agora invariavelmente dado ao General, que na verdade se chamava Mottier de La Fayette — foi queimado em efígie no Palais Royal. Mais uma vez, a Corte arruinara sua própria chance. A decepção reinou na Assembleia: o Centro, muito abatido, buscava reconciliação com a Esquerda, quando, em 3 de julho, Vergniaud, sem se atrever a condenar La Fayette, propôs, em um discurso astuto, que se fizesse um relatório sobre sua conduta, e a sugestão foi aplaudida até mesmo nos bancos da Direita, onde o alarme era grande. Assim, os Constitucionais sancionaram sua derrota final. E isso refreou o movimento reacionário que se seguiu aos incidentes de 20 de junho. A Esquerda encorajada e o Clube enfurecido estavam ambos determinados a se vingar de seu terror momentâneo.

O dia 10 de agosto seria a resposta deles à tentativa "sediciosa" daquele "vilão Mottié".

CAPÍTULO XIX

A QUESTÃO DA DEPOSIÇÃO

A Esquerda ameaça o Rei para forçá-lo a chamar de volta os ministros. Pétion é suspenso. O "beijo de Lamourette". 14 de julho de 1792. A chegada dos Federados. "A Pátria em perigo!"

A Esquerda ficara apavorada: que nossos leitores consultem as cartas escritas por Couthon, Mme. Roland, Mme. Jullien, os deputados da Montanha, entre 20 de junho e 3 de julho; todas elas revelam o mesmo sentimento; e então, no dia 3, um grande grito de alívio se levantou. O revés de La Fayette, arquitetado pela Corte, pusera fim a todos esses medos.

Os líderes da Esquerda, homens como Brissot e Robespierre, unidos por um alarme comum, estavam agora aparentemente reconciliados. E todos aguardavam a chegada dos Federados para iniciar outro 20 de junho. Eles contavam especialmente com as delegações de Brest e Marselha, que haviam partido para Paris nos dias 19 e 22. Em 2 de julho, a Assembleia aprovou um decreto para que os Federados entrassem na cidade de Paris, e isso foi sancionado pelo Rei. Nem os Federados de Marselha nem os de Brest poderiam estar no Campo de Marte para a festa de 14 de julho. O único objetivo de sua marcha para Paris era derrubar o Rei, pois, como afirmava o *Le Patriote*, a grande cidade precisava de "um reforço de patriotismo".

Até que eles chegassem, tudo o que era possível foi feito para aumentar a excitação popular. Em todos os espaços abertos, canções contra o Rei estavam sendo cantadas.

Nós o trataremos, grande Luís, biribi,

À moda da Barbária, meu amigo,

Grande Luís, biribi.

Um canto diferente se fazia ouvir na Assembleia. Em 3 de julho, a voz de Vergniaud se ergueu em tons trágicos. Os deputados deveriam proclamar "a pátria em perigo": este seria um meio poderoso de despertar o espírito público. O "Cícero de Bordéus" falou, na verdade, como um Cícero dos Clubes: "o gênio sombrio dos Médici", a "hipocrisia sangrenta dos jesuítas, La Chaise e Le Tellier...", o massacre de São Bartolomeu, as *dragonnades*, todos os lugares-comuns gastos da história, surrados mas valiosos ainda, foram trazidos à tona: e fez-se referência também ao "sorriso insolente de nossos inimigos internos, anunciando a aproximação das tropas da Coalizão". Quanto a este último, o orador estava certo: a Corte se regozijava, e mesmo que o próprio Vergniaud não desejasse depor o Rei, tais palavras, passando do Manège para a multidão na rua, eram uma preparação para o evento. "Estamos marchando para a catástrofe a passos largos", escreveu Morris em 10 de julho.

Foi então que se soube que o "infame Diretório" havia suspendido Pétion e Manuel, o prefeito e o procurador de Paris, de suas funções. Nesse caso, também, a punição fora adiada por tempo demais: imediatamente após 20 de junho, até mesmo os amigos de Pétion acreditavam que tal medida era inevitável. Quinze dias depois, parecia, ou era representada, como o primeiro passo de um golpe de estado.

Naquele momento, o prefeito era o homem mais popular de seu partido: toda a Esquerda jurava por ele: "o virgem Pétion", Couthon o chamara em seu entusiasmo em 19 de novembro: em 7 de julho, ele se tornara virgem e mártir! Mme. Jullien falava de sua "deliciosa vida privada" ("Lá mora a virtude, meu filho!"); "a virtude de calças", escreve ela em outra ocasião: os homens de Bordéus o consideravam um dos seus. A multidão permitia que ele impusesse sua vontade sobre ela. O primeiro filho batizado pelo bispo Gobel recebera os nomes de Pétion Aristide Pique! Este indivíduo, a personalidade mais superficial de seu tempo, era literalmente deificado: ser "Aristides ou Sócrates", como Mme. Jullien o descrevia, não era suficiente. Uma "Vida de Pétion" foi publicada, cujo autor comparava seu herói a Jesus Cristo e apontava que Cristo deveria ter sido prefeito de Jerusalém, assim como Pétion, aquele segundo Messias, fora prefeito de Paris! No fundo, este "Messias" era um tolo e um poltrão. "O covarde Pétion", seus amigos do ano de 1792 o chamariam. M. Sagnac o pinta em cores alarmantes.

Seja como for, o fato é que em 12 de julho, quando Luís XVI confirmou a suspensão desse sujeito lamentável, houve uma explosão de fúria. Os girondinos, cuja companhia o prefeito frequentava, estavam determinados a manter seu homem no cargo, ainda que apenas por uma questão de princípio: quanto ao partido que preparava a insurreição, não poderia contar com o sucesso a menos que Pétion, deliberadamente cego, permanecesse no cargo. E a população, em sua maneira mais simples, adorando seu "Messias", gritava "Pétion ou morte!" — uma daquelas expressões estúpidas e declamatórias que fazem a fortuna de um homem. A suspensão, justificada pelo comportamento do prefeito em 20 de junho, e legal em qualquer caso, foi considerada, escreve Dumas, "uma violação evidente da Constituição". E os deputados, por um abuso igualmente evidente de seu poder, revogaram a ordem. O Rei poderia ter se aproveitado dessa ação como justificativa para atacar a Assembleia: mas, como sempre, ele foi frustrado: sua causa estava perdida.

Propostas para sua deposição eram constantemente apresentadas; embora depois de 3 de julho Vergniaud se limitasse a alusões agressivas, Cambon havia exigido abertamente que o Rei, que estava manifestamente em conluio com o estrangeiro, fosse deposto. Durante as primeiras sessões de julho, os girondinos espantados viram seu lugar ser tomado pela Extrema Esquerda. Os girondinos não tinham certeza do que queriam: a ideia da deposição os alarmava: eles ainda não haviam ido além do desejo de ver os ministros reconduzidos ao cargo. Mas embora os girondinos ainda se envolvessem em nuvens e declarações sibilinas, homens como Chabot, Merlin ou Cambon eram bastante definidos. O próprio Condorcet se contentava em exigir que o Rei fosse tornado "impotente". Dividida por sentimentos conflitantes e incapaz de qualquer decisão, toda a Assembleia estava em um estado de histeria. Este fato por si só pode explicar a cena extraordinária conhecida como a do "beijo de Lamourette".

Lamourette, bispo de Lyon, acabara de fazer um apelo patético à união universal diante do perigo do país, quando de repente aqueles deputados, que na noite anterior haviam trocado tapas, se lançaram nos braços uns dos outros, derramando "torrentes de lágrimas". "Um milagre incompreensível de eletricidade...", escreve uma testemunha ocular, "toda a Assembleia de pé, com os braços erguidos... os deputados tiraram os chapéus e os agitaram no ar: o povo nas galerias batia os pés de excitação: o teto abobadado ecoava com os sons de alegria e aplausos. A embriaguez era geral". A fórmula do bispo, "Ódio à República!", fora aplaudida até o eco. Parecia um "grito de união" e, como tal, encheu "o coração" de uma certa fiel adepta dos jacobinos "de fúria". O Rei, que fora notificado, correu para a Sala da Assembleia: o bondoso Luís XVI era o homem certo para momentos como aquele. Ele sorriu, chorou, deu a todos a sua bênção. A Assembleia se dispersou em lágrimas. E no espaço de poucas horas, eles estavam todos "arrancando os olhos uns dos outros novamente", como diz Montmorin.

Esta cena revela um estado de nervos que explica tudo, os heroísmos e as loucuras, a fraqueza e a ousadia, os crimes e as ações esplêndidas da época. Das Tulherias ao Faubourg Saint-Antoine, todos haviam perdido a cabeça.

Naquela mesma noite do "beijo de Lamourette", Le Coz, ainda embriagado de emoção terna, quase foi morto por três cidadãos bêbados de algo muito diferente. Na realidade, os Clubes estavam avançando em sua campanha pela deposição do Rei, e se opunham a qualquer forma de reconciliação. No entanto, a Assembleia fez um esforço final para resistir à rua: em 10 de julho, La Fayette foi absolvido de toda culpa por 446 votos contra 224: nada enganou a Corte mais completamente do que esta votação: quando o Rei se refugiou na Sala do Manège em 10 de agosto, foi porque acreditava que a Assembleia ainda era capaz, em certas ocasiões, de tomar uma posição firme.

Mas a ideia do perigo em que o país se encontrava estava elevando a febre da mente pública ao ponto do delírio. No dia 11, a Assembleia declarou "a Pátria em perigo". Esta proclamação, na véspera de 14 de julho, daria à nova Federação um caráter trágico.

Pétion, que fora restabelecido em suas funções no dia 13, foi o herói da festa. Como La Fayette dois anos antes, ele foi aclamado no Campo de Marte às custas do Soberano. O Rei e a Rainha corriam grande perigo: Danton havia afirmado publicamente que o país se livraria deles no dia 14. Eles enfrentaram os apupos bravamente. Mme. de Staël nos deixou uma descrição do infeliz casal: a Rainha com os olhos cheios de lágrimas, o Rei tão empurrado pela multidão que, quando subiu ao altar para prestar o juramento, pensou-se por um momento que seria pisoteado. "Quando ele subiu os degraus do altar, podia-se imaginar ver uma vítima sagrada se oferecendo em sacrifício voluntário!".

Os Federados vinham chegando há uma semana; todos foram levados ao Clube, onde Robespierre os convidou a "salvar o Estado". Billaud-Varenne forneceu a explicação para essa expressão: "os Tarquínios devem ser expulsos". Os Federados se encarregaram de fazê-lo; recusaram-se a deixar Paris e ir para a fronteira. "Nenhum de nós irá para a fronteira se o Rei não for suspenso." A frase, "a suspensão do Rei", era corrente em toda Paris, e até mesmo zumbia nos corredores da Sala do Manège, onde, diz Lamothe, certos deputados falavam em depor o Rei "com menos cerimônia do que teriam demonstrado ao demitir um funcionário comum".

Os Federados exigiram mais do que a suspensão; eles insistiram na deposição. Continuaram a chegar; havia 2.690 deles no dia 18; no dia 30, o número chegava a 5.314. Eles eram gerenciados por um "Comitê Central", auxiliado por um "Diretório Executivo de Cinco", que era assistido pelos agitadores de Paris, Gorsas, Fournier (que se recusou a dar mais um passo "a menos que tivesse a resistência à opressão no bolso"), Carra, Santerre, Chabot, Lazowski, etc. No dia 17, incentivados por este comitê, os Federados apresentaram uma petição à Assembleia, denunciando o Rei como um traidor. O Presidente respondeu com uma resposta vagamente redigida: "os meios para salvar a nação seriam encontrados na Constituição".

Mas, naquela mesma hora, uma demonstração dramática estava atizando a excitação popular e favorecendo os planos dos conspiradores. Nossos leitores estão cientes de que Hérault havia garantido a aprovação de uma proclamação de que "a Pátria estava em perigo". (Ele havia "imitado Mirabeau", escreveu Mme. Jullien.) Foi durante os dias 22 e 23 de julho que este decreto sinistro foi proclamado nas praças públicas por funcionários municipais. Enquanto o canhão de alarme ribombava da Pont Neuf, e o canhão do Arsenal respondia, esses funcionários, com suas faixas tricolores sobre os ombros e acompanhados por uma escolta de cavalaria, gritavam em alta voz em cada encruzilhada: "A Pátria está em perigo!". E, enquanto isso, em plataformas enfeitadas com bandeiras tricolores, nas quais uma prancha estava apoiada sobre uma fileira de tambores, voluntários assinavam seus engajamentos. Cada vez mais alta a onda de patriotismo estava crescendo, mas havia tanta raiva quanto entusiasmo em sua composição.

A raiva era justificada. "Os austríacos", escreveu Morris no dia 25, "falam da maneira mais confiante sobre passar o inverno em Paris". A população estava ciente de todas essas bravatas; tinha um medo razoável de que pudessem se concretizar: desconfiava dos comandantes militares, dos deputados e, acima de tudo, da Família Real. E, no que diz respeito a Maria Antonieta, pelo menos, sabemos que a população estava certa. No círculo imediato da Rainha, a vinda do estrangeiro era desejada e ansiosamente incentivada. "Nossa doença está progredindo bem!", escreve um "aristocrata" alegremente no dia 10.

O povo adivinhava esses sentimentos. Os voluntários exigiam que, se houvesse luta na fronteira, os "soldados da Nação" não fossem atacados por trás pela "traição das Tulherias".

A Assembleia foi sobrepujada: até mesmo a Esquerda se sentiu ultrapassada. Os "Bordaleses" hesitaram: se ao menos o Rei chamasse de volta Roland, Clavières e Servan, eles o manteriam no trono. Vergniaud, Gensonné e Guadet enviaram a Luís um ultimato secreto. E então, para assustá-lo com uma demonstração pública, eles fizeram com que uma convocação fosse transmitida a ele pelo "Comitê dos Doze", um comitê legislativo que, como nos diz M. Aulard, já estava se estabelecendo como um Comitê de Salvação Pública. Os "Doze" apresentaram à Assembleia um discurso redigido por Condorcet: "A Nação, sem dúvida, será capaz de defender e preservar suas liberdades sozinha, mas ela o chama, Sire, pela última vez, para se juntar a ela na defesa da Constituição e do trono!".

Brissot ofereceu-se secretamente para salvar o trono se o Rei se aliasse aos girondinos. A Esquerda já começava a suspeitar de sua traição: "Barnave!", gritavam-lhe. Vergniaud, que também estava inclinado a salvar o Rei, se ele se submetesse, compartilhou da desgraça de Brissot: "Barnave, o Segundo", era chamado. No fundo, o que esses políticos girondinos esperavam fazer era antecipar uma revolução preparada por Chabot na Assembleia e por Danton nos Clubes. Mas eles chegaram tarde demais. A Corte estava resolvida a não ser salva por Brissot, assim como por La Fayette, e os conspiradores, por sua vez, estavam determinados a que nenhum desses falastrões lhes roubasse a presa.

"Barnave, o Segundo", como Barnave, o Primeiro, no ano anterior, chegara tarde demais.

CAPÍTULO XX

A QUEDA DO TRONO

Os marselheses chegam. A Marselhesa. Os emigrados e a Europa. O Manifesto de Brunswick. A noite de 9 de agosto. O golpe de Danton no Hôtel-de-Ville. A Comuna insurrecional. A morte de Mandat. A resistência falha. O Rei na Assembleia. O conflito entre os manifestantes e a Guarda Suíça. O massacre de 10 de agosto. A Assembleia suspende o Rei e o entrega à Comuna.

Em 29 de julho, Robespierre fez uma exigência formal na Assembleia pela suspensão do Rei e pela convocação de uma Convenção Nacional. Esta foi a palavra de ordem para todas as seções de Paris.

Estas seções, que nas últimas semanas haviam permitido a invasão da rale de forma totalmente ilegal, eram em sua maioria lideradas pelos conspiradores: a do Théâtre-Français (o atual Odéon) era, de fato, o próprio viveiro da conspiração: Danton, Desmoulins, Fabre d'Églantine, Chaumette, Marat, Manuel, Fournier l'Américain e Fréron, todos trabalhavam lá. No entanto, foi a Seção da Fontaine de Grenelle que, em 20 de julho, sugeriu a deposição do Rei às suas congêneres. A maioria parecia ter acolhido a sugestão, mas suas reuniões eram meras assembleias públicas, sem qualquer status legal. E, além disso, não havia certeza de que esses homens, que faziam tanto barulho, estariam prontos para enfrentar a chance de terem suas cabeças quebradas. Assim, os líderes aguardavam a chegada de reforços de Marselha.

Estes chegaram em 29 de julho. Barbaroux havia pedido ao velho Mouraille, o prefeito jacobino de Marselha, que enviasse "600 homens que soubessem morrer". E uma centena deles de fato morreu nas Tulherias. Mas, enquanto isso, ao longo de sua rota de Marselha a Paris, eles provaram que sabiam cantar. Por semanas eles marcharam pela França, com as bochechas ardendo e os olhos brilhando, entoando aquele Hino ao Exército do Reno, composto poucas semanas antes por um jovem oficial chamado Rouget de Lisle, aquartelado em Estrasburgo, que agora parecia tão completamente identificado com eles que fora batizado de *A Marselhesa*. O Sul sempre teve talento para se apropriar dos produtos do Norte.

No dia 29, então, eles estavam em Charenton, onde alguns de seus contemporâneos teriam de bom grado os aprisionado. Barbaroux correu ao encontro deles: "Tantos Scaevolas!". No dia 30, entraram em Paris e, naquela mesma noite, mataram um oficial da Guarda Nacional, feriram vários soldados e criaram distúrbios em todas as direções.

Esta invasão alarmante produziu uma reação. Em 31 de julho, quando a seção de Mauconseil, que começava a falar com o sotaque de Marselha, fez uma declaração no sentido de que "o Rei estava deposto" — nem mais nem menos —, não encontrou imitadores. Mas em 4 de agosto houve uma mudança, pois no início do dia 3 Paris tomou conhecimento do manifesto louco de Brunswick.

Desde as vergonhosas debandadas da primavera, a Europa, como sabemos, via a França como sua presa certa. A "viagem a Paris" seria muito fácil. O espólio já estava sendo dividido. A Europa até se tornara bastante cínica. "O restabelecimento da ordem", escreveu Cobenzel, o ministro austríaco, "não deve mais ser considerado o objetivo mais importante de nossas operações militares. A continuação da desordem e da guerra civil deve até ser considerada favorável à nossa causa, e o retorno da paz, consequente ao arranjo de uma Constituição francesa de algum tipo, será um benefício que a França terá que comprar com o sacrifício das províncias que teremos conquistado." A França seria deixada para se despedaçar por um tempo: esse era o pretexto para o atraso. Mas, na realidade, nem a Prússia nem a Áustria suportariam deixar a Rússia com as mãos livres e, de fato, a mais profunda desconfiança reinava entre esses dois aliados; um lançava olhares desconfiados ao outro enquanto marchavam sobre a Lorena. Isso explica o evento "milagroso" em Valmy. A Coalizão que ameaçava a França era incompleta, instável, perturbada por suspeitas irradicáveis e, além disso, presa de uma perigosa presunção.

A presunção dos emigrados era ainda pior: eles eram a mosca na roda da carruagem, e a carruagem, como pensavam, estava presa em um atoleiro. Eles acalentavam um plano dos mais quiméricos: a França, diziam eles, estava aterrorizada por uma turba de bandidos: o terror deveria ser combatido com terror. Um manifesto que aterrorizasse todo o país o levaria de volta aos pés do Rei. E, feito isso, a legião de Condé entraria, a bandeira branca seria desfraldada, e tudo terminaria de uma vez. Mesmo nesses planos de invadir a França, havia um resquício de sentimento patriótico: se o país se arrependesse dessa forma, o terreno seria cortado sob os pés dos invasores estrangeiros: eles não teriam pretexto para cobrar pagamento, já que a submissão teria vindo sem a intervenção deles. Assim, esses loucos cercaram Brunswick, o generalíssimo, uma pessoa indecisa e tímida, que acabou assinando, com um encolher de ombros, um manifesto redigido por um certo M. de Lenon. Os termos desta produção são bem conhecidos. Dirigia-se à França como uma rebelde, que deveria se lançar aos pés do Rei se quisesse escapar do castigo das armas. Paris foi ameaçada com "subversão total" se um dedo fosse posto na Família Real; a Assembleia e os administradores foram responsabilizados, e os habitantes que "ousassem se defender" foram prometidos os mais terríveis castigos. Nenhuma distinção foi feita entre os "rebeldes"; todos aqueles que haviam se "rebelado" desde 5 de maio de 1789 foram igualmente ameaçados. Morris nos dá um resumo irônico do espírito e das consequências do manifesto: "Estejam todos contra mim, pois estou contra todos vocês, e resistam bem, pois não lhes resta esperança!".

Esta "bravata deplorável", como Frenilly a descreve, é julgada de forma mais severa, mas muito exata, por Mathieu Dumas: "Um verdadeiro fratricídio por parte dos príncipes franceses contra o Rei e sua família".

"Estamos salvos!", gritou o republicano Condorcet. Isso significava a destruição do trono. No dia 3, Pétion apareceu na Assembleia trazendo, como ele afirmava, um discurso das Seções, exigindo a deposição do Rei. Alarmado com a situação, Vergniaud adiou a discussão (a pior solução que ele poderia ter tentado), e quando a Seção de Mauconseil proclamou mais uma vez, no dia 4, que "havia deixado de considerar Luís XVI como Rei da França", a Assembleia de fato anulou todo o debate, "considerando que a Soberania pertencia ao Povo e não a uma Seção", mas a maioria enterrou este decreto sob tanta lisonja dirigida à Seção, que percebemos o estado de terror em que os deputados haviam sido lançados. Um inglês chamado John Moore (cujas notas sobre aqueles dias de agosto são muito interessantes de se ler) viu a Assembleia em um estado de confusão desesperadora: no dia 6, em uma única sessão, ela concederia uma menção honrosa à Seção do Meuse, que havia solicitado que todos os peticionários pela deposição do Rei fossem punidos, e conferiria as honras da sessão aos próprios peticionários que haviam vindo exigir sua destituição. Moore viu os ocupantes das galerias insultarem, zombarem e até mesmo ameaçarem os membros da Assembleia: "Não pude deixar de me convencer de que as pessoas nas galerias estavam mais prontas para expulsar os

deputados do que os deputados para expulsá-las." Enquanto isso, a Assembleia estava abandonando o Rei: decidiu que os poucos batalhões de tropas suíças aquartelados nos arredores de Paris, a única proteção que restava ao monarca caso ocorresse um levante, deveriam se juntar ao Exército do Norte.

"A Assembleia Nacional", escreve Mme. Jullien, no entanto, no dia 8, "parece-me fraca demais para apoiar a vontade do Povo, e o Povo parece-me forte demais para permitir que a Assembleia o reprima". "Choverá sangue", ela continua. Para este fim, de fato, os marselheses haviam extorquido 5.000 cartuchos das autoridades municipais no dia 4, e como o Comandante da Guarda Nacional, Galliot de Mandat, era um lealista, Santerre se encarregara de corromper suas tropas.

Os deputados sabiam bem que um levante era iminente: por mais que gostassem de sessões permanentes, não tinham a intenção de estar presentes na hora do perigo. Às sete horas da noite do dia 9, todos haviam se dispersado. Brissot chegara à conclusão de que, como Luís XVI se recusava obstinadamente a reconvocar seus "bons ministros", "a necessidade exigia que a lei fosse deixada adormecida".

Era uma noite sufocante. Todo Paris estava nas ruas. O rumor: "Vai ser esta noite!" corria por toda parte. De repente, um quarto para as doze, o grande sino dos Cordeliers começou a dobrar sombriamente, e foi respondido, em poucos minutos, pelos sinos de outras seis igrejas. O toque de alarme! Paris sentiu um sopro de febre passar. "*Ça y est; ça ira!*" ("Aí está; vai dar certo!").

Foi Danton, representando o Procurador-Geral, quem pessoalmente transmitiu o sinal aos sineiros dos Cordeliers. Das oito às nove horas, as Seções se reuniram em encontros tumultuados; seu objetivo era eleger os comissários que iriam intimidar e, se necessário, substituir o Conselho-Geral da Comuna no Hôtel-de-Ville, que era composto por monarquistas constitucionais. Este golpe de estado no Hôtel-de-Ville deveria necessariamente preceder o ataque às Tulherias: uma vez que o Hôtel-de-Ville estivesse nas mãos dos conspiradores, eles suprimiriam Mandat, tomariam posse da Guarda Nacional e, em seguida, lançariam os homens dos subúrbios e os marselheses contra o Palácio indefeso.

Às onze horas, os comissários recém-eleitos já se apressavam para o Hôtel-de-Ville.

O Conselho-Geral estava em sessão: havia convocado Pétion e, como ele não apareceu, ordenou que Mandat batesse o alarme. Mandat tomou imediatamente as medidas necessárias e, em seguida, dirigiu-se ao Palácio, para onde Pétion, com muita má vontade, decidiu segui-lo. Enquanto isso, Danton entrou no Hôtel-de-Ville, onde encontrou os oitenta e dois líderes das Seções furiosos. Esses indivíduos se autodenominavam a "Nova Comuna". O Conselho-Geral, que ainda estava reunido, permitiu que eles tomassem posse de uma sala próxima à Câmara do Conselho e, ao fazê-lo, causou sua própria destruição. Antes que outra hora se passasse, a Comuna insurrecional teria aniquilado sua predecessora legal.

Nas Tulherias, a resistência estava sendo organizada. Mandat não tinha muita certeza de sua Guarda Nacional, mas o tom de suas ordens era tão resolutivo que parecia firmar as tropas. Ele também havia convocado todas as tropas suíças restantes aquarteladas em Rueil e Courbevoie, e a gendarmaria também. Isso elevou o total das tropas regulares para quase 1.800 homens. A presença desses "assassinos do tirano" não foi, devemos confessar, muito bem recebida pelos artilheiros da Guarda Nacional, todos eles bons "homens de 89".

Um bom homem de 89, também, era Roederer, o Procurador-Síndico do Departamento, que apareceu por volta das onze horas. Este ex-membro da Assembleia Constituinte desempenharia um papel muito duvidoso: um jacobino ontem, um moderado de certo tipo hoje, um senador do Império amanhã, e um Par sob Luís Filipe, por fim; este lorenês, cortês, capaz, insinuante, avesso a todas as soluções extremas, era o homem mais propenso do mundo a frustrar qualquer ação enérgica de qualquer tipo.

Pétion também chegou, finalmente, com seu sorriso infalível, mas, embora recebido civilmente pelo próprio Luís XVI, apresentou certas observações rudes feitas a ele pelos soldados como desculpa para se deixar tentar a ir para a Sala do Manège, onde alguns deputados haviam se reunido, e de lá se dirigiu, não ao Hôtel-de-Ville, como deveria ter feito, mas a seus próprios aposentos na *Mairie*; lá, como Barbaroux havia previsto, o motim o manteria "acorrentado com fitas".

O sol estava prestes a nascer: Madame Elisabeth levantou uma persiana: "Irmã", disse ela à Rainha, "venha ver o amanhecer!". E Maria Antonieta observou o último sol da Monarquia francesa nascer no céu rosado de uma bela manhã de verão. Luís XVI anunciou sua intenção de ir descansar. Naquele exato momento, Danton tomava posse do Hôtel-de-Ville.

Ele estava causando um grande tumulto lá: a ausência de Pétion lhe dera liberdade de ação. O Conselho-Geral começava a se alarmar por fim: Mandat, garantiam seus membros, era um traidor: ele havia posicionado algumas tropas na Pont Neuf para impedir a junção dos insurgentes dos dois lados do rio, e essa precaução, que impedia qualquer movimento combinado de sua parte, estava levando os agitadores à fúria: eles gritavam que o "traidor" havia organizado um massacre do povo, e que a Corte estava em conluio com ele. Mal sabendo o que realmente queria, o Conselho-Geral enviou uma ordem a Mandat nas Tulherias para que descesse ao Hôtel-de-Ville. Ele hesitou em obedecer: os ministros o aconselharam a ficar onde estava: Roederer aconselhou a obediência: o que ele precisava temer do Conselho-Geral, composto como era de homens leais e honestos? Mandat não sabia nada da formação da Comuna insurrecional: ele partiu sem escolta: quando chegou à *Maison Commune*, foi cercado, insultado, informado de que fora privado de seu comando e, finalmente, abatido ao sair.

Quando a nova Comuna privou Mandat de seu comando, ela cruzou o Rubicão: passou a informar o Conselho-Geral de que, como "única representante do Povo", havia decretado que "o Conselho-Geral seria suspenso". O passo foi de uma audácia inconcebível: o Conselho protestou: declarou que os Comissários não tinham status legal. "Quando o Povo se insurge", foi a resposta, "ele retira todos os poderes e os toma para si". As palavras devem ser lembradas e escritas na primeira página desta história: assim, um punhado de agitadores pode dar a lei a uma nação de trinta milhões de homens. Mas o que diremos da covardia do Conselho-Geral que, ainda protestando, encerrou sua sessão e capitulou? A Comuna tomou seu lugar, senhora de Paris.

O plano foi executado com uma precisão maravilhosa. Quando Mandat foi derrubado, toda a defesa foi desorganizada, e bandos de rebeldes começaram a cercar as Tulherias. Um desses bandos apontou canhões para o Palácio a partir da Pont Neuf e do Terrasse des Feuillants. Luís XVI foi acordado de seus sonos. O comportamento da Guarda Nacional estava causando alarme. O Rei desceu para passá-la em revista na Place du Carrousel: seus

olhos estavam vermelhos, "seus cachos todos amassados", e todo o pó de um lado de seu cabelo havia caído. Ele se moveu pesadamente, incapaz de encontrar uma palavra inspiradora: na frente de cada companhia, ele repetia a mesma frase: "Eu amo a Guarda Nacional!". Frenilly escreve: "Ainda o vejo, enquanto ele passava pela nossa frente, silencioso, preocupado, com seu andar vacilante, parecendo nos dizer: 'Tudo está perdido!'. E artilheiros desmobilizados começaram a segui-lo, gritando: 'Abaixo o Rei! Abaixo o gordo...!'. Luís não respondeu: às sete e meia, ele estava de volta às Tulherias, ofegante."

Atrás dele, surgiam discussões nas fileiras. Os artilheiros declararam em voz alta que não atirariam em seus irmãos e, nesse exato momento, os manifestantes, batendo nos portões e escalando os muros, começaram a incitá-los ao motim.

Roederer também havia descido entre eles. Quando voltou, pregou a capitulação. Vários deputados (quase todos membros da Esquerda) haviam se reunido no Manège: por que o Rei não se refugiaria com eles? "Você acha?", disse o Rei. "Sim, Sire. Não há mais nada a fazer por Vossa Majestade." A Rainha não quis. "Mas temos algumas tropas!", disse ela. "O quê! estamos sozinhos? Ninguém pode agir?". "Sim, Madame, completamente sozinhos: a ação é inútil, a resistência é impossível. Todo Paris está de pé." (Roederer exagerou bastante.) Ele voltou à carga: "Sire, o tempo urge!". O Rei se virou para a Rainha: "Vamos!", disse ele. Era para o cadafalso que os soberanos estavam indo.

Roederer caminhou na frente, seguido pelos ministros e pela Guarda Nacional, depois pelo Rei com sua família. O Delfim se divertia chutando as folhas que o clima excepcionalmente quente já havia espalhado pelos caminhos. "Elas estão caindo muito cedo este ano", disse o Rei: ele nunca mais veria as folhas jovens nas árvores dos jardins das Tulherias.

Em grande agitação, a Assembleia (com pouquíssimos membros presentes) aguardava a chegada do Rei. Ele se sentou à esquerda do presidente, Vergniaud. Um destino cruel destinou o bordalês a sentar-se na cadeira presidencial da Convenção quando a sentença de morte do Rei foi pronunciada: mesmo agora, ele presidiria a recepção do Soberano pela Legislatura, que em breve o abandonaria à sua sorte. Pouco se poderia prever isso pelo tom em que ele falou: "Sire, podeis contar com a firmeza da Assembleia Nacional; seus membros juraram morrer em apoio aos direitos do Povo e às autoridades constituídas!". A frase de um tribuno! o homem das palavras estava prestes a agir como fornecedor do carcereiro — em preparação para o carrasco.

Houve dificuldade em encontrar lugares para os intrusos reais: eles foram amontoados, finalmente — o Rei, a Rainha, seus filhos, Madame Elisabeth e alguns dos criados — no camarote reservado ao "logógrafo" (o estenógrafo) da Assembleia. Moore admirou a firme dignidade da Rainha: mas o alemão Bollmann escreve que o Rei parecia "atordoado e desamparado".

Poucos minutos antes, um pequeno oficial corso, observando a partida sem resistência de Luís do terraço das Tulherias, murmurou as palavras *"Che coglione!"* (Que idiota!). Pensativo, o capitão Napoleone di Buonaparte observava a queda do trono e a população se aglomerando nas Tulherias.

O cerco ao Palácio havia começado às oito horas da manhã. Por ordem do Rei, as tropas suíças haviam se retirado para o interior do edifício, e a defesa dos pátios fora deixada inteiramente à Guarda Nacional. Os marseheses pediram-lhes que se rendessem. O ataque real estava sendo adiado enquanto se aguardava a chegada dos homens de Saint-Antoine, "o glorioso Faubourg", que seriam liderados por Santerre. Mas Santerre, ouvindo a caminho que fora nomeado Comandante-Geral da Guarda Nacional, apressou-se para o Hôtel-de-Ville e de lá emitia suas ordens.

Essas ordens eram totalmente supérfluas: os artilheiros nas Tulherias haviam aberto os portões, e até mesmo os gendarmes haviam passado para o lado do povo. Muito em breve, os canhões foram apontados para o próprio Palácio. As tropas suíças estavam descontroladas. Deveriam deixar essa turba entrar sem oferecer resistência, e talvez ter suas próprias gargantas cortadas também? "Rendam-se à Nação!", gritou-lhes Westermann em alemão. "Considerar-nos-íamos desonrados!", foi a resposta dos bravos homens.

Dois dos suíços, que se haviam separado de seus companheiros para parlamentar com os insurgentes, foram alvejados, e instantaneamente seus camaradas responderam ao fogo: a descarga foi quase à queima-roupa, pois os manifestantes estavam nos degraus. O líder dos marseheses caiu, e cem homens mortos e feridos jaziam sobre as pedras do pátio. Os agressores aterrorizados fugiram em todas as direções (o que prova quão completamente Roederer havia enganado Luís XVI). Então, os suíços passaram por cima dos cadáveres, tomaram os canhões, recuperaram a posse da entrada real, atravessaram a Place du Carrousel e até mesmo levaram os canhões que estavam ali posicionados.

Os fugitivos depararam-se com a coluna que chegava — finalmente — do Faubourg Saint-Antoine. Eles recuperaram a coragem, e o assalto recomeçou: foi difícil para os suíços repeli-lo: eles quase não tinham mais munição: foram repelidos para o Palácio imediatamente, deixando para trás um número de homens feridos nas lajes.

O barulho do tiroteio havia chegado à sala onde as deliberações da Assembleia se arrastavam lentamente. Mensageiros anunciaram "o massacre do Povo" e também que uma entrada no Palácio seria forçada. Diante disso, a Assembleia fez um gesto verdadeiramente sublime: aprovou um decreto colocando "a segurança de todas as pessoas e de todas as propriedades sob a salvaguarda do Povo de Paris!". Em seguida, enviou vinte de seus membros às Tulherias e mais doze ao Hôtel-de-Ville: eles deveriam conferenciar com "todos aqueles em cujas mãos qualquer autoridade, legal ou ilegal, e até mesmo a aparente confiança do Povo, pudesse ser encontrada neste momento". Mesmo em toda essa tragédia, há um toque de humor.

Pressionado pelos deputados, o Rei assinou uma nota ordenando aos suíços que cessassem fogo e se dirigissem ao Manège. Eles obedeceram. Em um instante, foram perseguidos, cercados e massacrados. Isso aconteceu por toda parte, dentro do Palácio e nos jardins; outros que haviam ido em direção ao Hôtel-de-Ville foram sumariamente sentenciados por um dos membros da Comuna ali, abatidos e depois despedaçados. Fogueiras foram acesas para consumir as pilhas de cadáveres nos pátios do Palácio. Toda essa fúria não é muito compreensível; dificilmente 400 pessoas (376 segundo M. Sagnac) haviam sido mortas do lado dos agressores. No entanto, os suíços não foram, de forma alguma, as únicas vítimas. Enquanto alguns homens honestos faziam o possível para impedir que os bandidos saqueassem as Tulherias, permitindo-lhes apenas quebrar os "espelhos nos quais Antonieta por tanto tempo estudara o ar hipócrita que mostrava em público", performances menos inofensivas aconteciam em outros lugares: Théroigne de Méricourt mandou assassinar o jornalista Suleau, que a ridicularizara anteriormente. Mas dentro do Palácio, as gargantas dos próprios cozinheiros foram cortadas: cavalheiros, também,

Guardas do Corpo, o sub-governador do Delfim, d'Hallonville, caíram, e entre muitos outros, o infeliz Clermont-Tonnerre, um daqueles aristocratas de coração generoso que foram os primeiros defensores da causa da democracia nos Estados Gerais.

São apenas as primeiras gotas de sangue que alarmam os derramadores: a besta humana estava solta agora. Naquela mesma noite, o horrorizado Dumas viu "meninos muito jovens brincando com cabeças humanas", e Frenilly ouviu um artesão honesto comentar: "Ah, senhor! A Providência foi muito boa para mim, eu matei três dos suíços com minhas próprias mãos!". O dia 10 de agosto foi realmente o primeiro dia do Terror: M. Sagnac calcula que 800 pessoas foram massacradas.

Enquanto os massacres aconteciam, Luís XVI passava horas de miséria na Assembleia.

A reunião de membros, como já disse, estava muito incompleta: os deputados do Centro e da Direita, que estavam muito alarmados, não ousaram aparecer: alguns membros não sabiam de nada do que estava acontecendo (Condorcet, que estava em Auteuil, não chegou ao Manège até a noite): mal 290 deputados dos 750 estavam presentes, e quase todos eles eram membros da Esquerda — "sob as ordens das galerias", como diz uma carta escrita no dia seguinte, e completamente aterrorizados. A Assembleia, como sabemos, havia enviado uma delegação ao Hôtel-de-Ville, mas a caminho, ela havia passado pela delegação que vinha do Hôtel-de-Ville para o Manège. Esses "novos magistrados do povo", como os intrusos se autodenominavam, entraram na presença dos legisladores trêmulos para lhes dar sua sentença de morte: eles exigiram a convocação de uma Convenção. Por volta das dez horas, Guadet havia substituído Vergniaud na cadeira presidencial: ele saudou os usurpadores com elogios e imaginou que assim se livraria deles. "A Assembleia", disse ele, "aplaude o vosso zelo..." e os convidou a "retornar ao seu posto". Mas agora os oradores populares invadiram a tribuna: "Sabei", gritou um, "que as Tulherias estão em chamas, e que não cessaremos até que a vingança do Povo seja satisfeita!".

A vingança do Povo — isso significava a deposição do Rei! Tudo o que a Assembleia foi capaz de fazer foi se recusar a depô-lo. Mas votou por sua suspensão até que "a Convenção Nacional pronunciasse seu veredito". O debate ocupou o dia inteiro: a Família Real assistiu, em uma atmosfera sufocante, à queda da Monarquia francesa. Às dez horas daquela noite, eles foram conduzidos ao Convento dos Feuillants, onde passaram uma noite desconfortável em camas improvisadas: na manhã seguinte, foram trazidos de volta ao seu camarote na Sala do Manège. De lá, seriam levados para o Templo. A Assembleia havia decidido, em primeiro lugar, que o Rei seria internado no Luxemburgo, e depois (uma Seção tendo demonstrado que a Família Real poderia facilmente escapar do Luxemburgo "pelas Catacumbas"), no Ministério da Justiça, na Place Vendôme. Mas a Comuna fez um protesto formal e declarou seu direito exclusivo à custódia do Rei. Mais uma vez, a Assembleia cedeu sob uma chuva de insultos das galerias, e o soberano que buscara segurança em seus braços foi entregue aos insurgentes do Hôtel-de-Ville. Em 12 de agosto, Luís XVI e sua família foram "confiados" à Comuna, que os trancou no Templo.

E, enquanto a Assembleia assim "confiava" a pessoa do Rei a Chaumette, ela confiaria o poder governante a Danton. Luís XVI não foi o único derrotado naquele dia: os girondinos, ludibriados e humilhados, haviam se rendido quando entregaram os outros.

DANTON

A INVASÃO E OS MASSACRES

O Conselho Executivo. Jacques Danton. Seu programa. A Invasão. As forças de cada lado. Os voluntários. O trabalho de Dumouriez. A tomada de Longwy e Verdun. Crise terrível em Paris. A Comuna em conflito com a Assembleia. Para fortalecer seu próprio poder, a Comuna planeja um massacre. Os Dias de Setembro. Atitude do Conselho e da Assembleia. Danton e os massacres.

O verdadeiro vencedor de 10 de agosto foi Jacques Danton. Por mais odiado que fosse pelos "Bordaleses", eles foram forçados a aceitá-lo. Tendo decretado a eleição de um Conselho Executivo e acrescentado a condição de que o primeiro lugar nesse Conselho seria dado ao primeiro deputado eleito, a Assembleia imediatamente colocou Danton nesse lugar. Com 222 votos de um total de 285, ele foi promovido a Ministro da Justiça. Seus colegas seriam Monge e Le Brun, ministros, respectivamente, da Marinha e das Relações Exteriores, com Roland, Servan e Clavières, cada um em seu antigo posto.

A própria escolha desses homens colocou Danton no auge do poder. Servan, a quem os "bordaleses" consideravam seu dedicado partidário, se deixaria subjugar, e ainda mais seria o caso de Monge, o matemático, a quem Condorcet, seu colega na Academia de Ciências, havia empurrado para um cargo no qual aquele "urso", como La Revellière o chama, se comportaria como "um idiota", escreve Barbaroux. Le Brun faria exatamente o que Danton lhe dissesse. Clavières sempre fora uma mediocridade. Roland permanecia, de fato, mas nos últimos três meses o pobre homem envelhecera muito: problemas domésticos estavam desequilibrando sua mente rapidamente, e ele nunca fora nada além de um erudito enciclopedista — não havia nada de estadista em sua composição. Sua esposa, que fora tudo no mundo para ele, era agora objeto de sua suspeita, e isso lhe causava amargo sofrimento. Em suma, este ministério era um bando de funcionários atordoados. Um único gesto do "Cíclope", que fora levado ao cargo "por uma bala de canhão", como ele mesmo disse, foi suficiente para silenciá-los todos.

Até então, este Danton era considerado um agitador bastante vulgar dos Clubes e dos subúrbios; feroz, perigoso, não muito sério em comparação com o grandiloquente Vergniaud ou Robespierre. No entanto, aos nossos olhos, ele se eleva muito acima deles.

Ele era filho de um procurador em Champagne, e de forma alguma o arrivista que foi descrito: um brilhante estudioso e estudante dos maiores autores, Dante, Shakespeare, Corneille, Rabelais; depois, um advogado tão notável que antes de 1789, Barentin, o Guardião dos Selos, o teria levado para seu próprio escritório: mas isso, prevendo a chegada da "avalanche", ele recusou. Ele até mesmo se desfez de sua própria banca para manter as mãos mais livres, e deliberadamente se jogou naquela mesma "avalanche" desde seu primeiro movimento em 1789. Ele pode ter sido um agente do Duque d'Orléans: ele certamente tentou as lojas maçônicas, e então, achando que elas lhe convinham mais, voltou-se para os Clubes mais avançados onde, nos últimos três anos, ele se ocupara em levar a opinião revolucionária ao auge da febre. Ele esteve na origem de todos os novos movimentos, e agora fora levado pela onda para a cadeira até então ocupada por d'Aguesseau.

Ele mal se sentou nela: dessa cadeira, ele "saltou" para a ditadura. Antes de fazê-lo, com um gesto ao mesmo tempo brutal e infantil, ele quebrou com o polegar o flor-de-lis dourado do relógio em seu gabinete, que marcava a hora de sua chegada ao poder. Toda a natureza impulsiva do homem se revela nessa ação: ele quebrou o ponteiro! Robespierre o teria mandado tirar e guardar.

Impulsivo ele era, e violento, apaixonado, audacioso em vez de perseverante, amando a vida, desgastando-a e a si mesmo, gabando-se mais de seus vícios do que de suas virtudes, ambicioso, mas não profundamente calculista, barulhento e poderoso como orador, mas nada de retórico, e sempre pronto a derramar lágrimas de sangue sobre os desastres que seu próprio discurso desencadeara.

Tudo nele acentuava a violência excessiva de sua linguagem — acima de tudo seu rosto, o rosto de um "Mirabeau da ralé", com algo de buldogue e algo de leão. "Ele era um homem", diz Sorel. Michelet o considerava "um ator sublime": que engano! Ele era terrivelmente sincero: tudo vinha do fundo de seu coração — piedade, raiva, amor, ferocidade. Ele não tinha veneno, era facilmente tocado, rápido em esquecer as injúrias feitas a ele por outros, muitas vezes levado ao desespero pelas que ele mesmo cometia: rancor e cálculo eram-lhe igualmente estranhos. Ele amava o dinheiro, mas não temos prova absoluta de que alguma vez o tenha ganhado desonestamente, embora permitisse que os que o cercavam o fizessem; pois, de fato, ele nunca se apresentou como "incorrupível".

Ele tinha um grande cérebro e um coração caloroso: adorava a Revolução e a Pátria com a mesma devoção profunda: era francês até a medula dos ossos: quando o dia chegou, o chamado de sua pátria em perigo agitou as profundezas de sua alma. Este fato torna o homem, tão repulsivo em alguns aspectos, um grande homem aos nossos olhos. Ele era um vulcão, mas acima do horrível fluxo de lava ardia a chama mais pura.

Outra característica para concluir: ele era preguiçoso. Era capaz de todo tipo de audácia, e propenso aos extremos da indolência. Sua ação era sempre violenta e espasmódica: ele não sabia nada de trabalho lento e ódios pacientes. Robespierre teria reprovado a fraqueza que o levou a perdoar um inimigo antes que esse inimigo estivesse morto. Royer-Collard diz que ele era "magnânimo": essa magnanimidade pode muito bem ter sido o resultado de sua indolência: ele se cansava rapidamente de tudo, até mesmo de sua própria raiva.

Ele não estava sobrecarregado de teorias: teria preferido ver a mais ampla tolerância em toda parte: casou-se novamente no meio do Terror, e teve sua união abençoada por um padre católico romano: no entanto, ele permitiu que uma centena de padres fossem assassinados no Convento dos Carmelitas, e protegeu os assassinos. Seu sonho era ver a França unida diante do alemão ameaçador: a República, para ele, era um governo que deveria significar unidade, não divisão. Ele achou muito difícil em 1793 suportar o rancor dos girondinos, e em 1794 acreditar no ódio de Robespierre. Em agosto de 1792, ele começou a sonhar com um grande movimento que levantaria toda a nação contra o inimigo. Preguiçoso como era, seu patriotismo o manteria absorvido por semanas e semanas em um trabalho imenso e urgente — a reorganização total de um país que havia caído presa da mais exemplar confusão.

Considerando tudo, este Danton era uma grande força.

A Esquerda percebera o fato: os "Bordaleses" poderiam ter colocado Roland à frente do Governo; mas, embora não o dissessem a Mme. Roland, consideravam-no totalmente incapaz da tarefa, que era tremenda. É verdade que eles se destruíram ao nomear o "Cíclope": mas salvaram a França. Ninguém pensaria em afastar o gigante até que o inimigo tivesse recuado para além da fronteira.

Seu primeiro passo foi apresentar suas ideias ao Conselho: os girondinos eram idealistas, ele era um realista cínico: ele não acreditava que a França fosse republicana: até que ela se aliasse à República, ela deveria ser coagida. Para este propósito, a Paris revolucionária deveria ser a arma.

Os girondinos teriam preferido contar com as províncias contra a Comuna de Paris. Mas ele varreu todas as suas objeções. Mme. Roland foi a única que resistiu. Desde o início, ela detestava o homem que estava ofuscando seus próprios amigos: ela odiava seu gênio, seus vícios, até mesmo sua pessoa — "repulsiva e atroz". Encontramos uma prova vívida do ódio desta mulher no magnífico, terrível e, em certa medida, falso retrato de Danton escrito por sua mão e recentemente publicado. Ele teria gostado de ter relações amigáveis com ela, mas quando descobriu que marido e mulher faziam o possível para frustrá-lo secretamente, ele seguiu seu costume invariável — afastou essas pessoas, que se apegavam a seus velhos rancores, com um movimento de seu braço musculoso. Isso pôs fim ao papel que os Roland haviam desempenhado. Danton havia subjugado os membros restantes do Governo. Ele era o mestre agora.

E, de fato, tudo se curvava sob a lei que a insurreição havia gerado. La Fayette, que tentara reunir seu exército, fora forçado a fugir. As províncias, que haviam protestado contra os acontecimentos de 20 de junho, não protestaram quando chegou 10 de agosto. Os departamentos, com exceção de oito, que demonstraram alguma hesitação, aderiram imediatamente. Tudo isso se deveu ao Manifesto de Brunswick.

Paris se alegrou: parecia que algum pesadelo havia sido varrido. As cartas e artigos do período nos levariam a imaginar que uma nova era se abria para a raça humana — uma espécie de emoção alegre por toda parte, danças, risos, congratulações: poderíamos estar lendo as páginas do romance de Wells, "Nos Dias do Cometa"; o ar parece mais claro, os homens "carregam a cabeça mais erguida", as mulheres são mais castas: tudo parece "em uma harmonia sublime": as cartas de Mme. Jullien são líricas como o "Cântico dos Cânticos". Enquanto isso, o Rei e sua família estavam trancados no Templo, e o povo ia à noite insultar "a nova Agripina"; já em 20 de agosto, alguns exigiam a cabeça do "déspota tirano".

Pois a invasão estava começando. No dia 19, os prussianos, com uma tropa de emigrados, haviam cruzado a fronteira em Redange. Os emigrados, apesar de toda a sua cegueira, tinham o coração apertado (muitas cartas poderiam ser citadas aqui): foi um momento terrível e solene, e um dos invasores, Chateaubriand, nos deixou um quadro emocionante dele. Mas quanto ao sucesso do empreendimento, não se tinha dúvida: os oficiais prussianos, que se declaravam instrumentos do Altíssimo, marcavam encontros no Palais Royal para o final de agosto: lá encontrariam boa comida e tudo o mais. "Nunca", diz Chuquet, "o desprezo pelo adversário foi levado a tal ponto".

O exército tumultuado e fantástico de Condé propôs marchar como vanguarda, com o (louvável) objetivo de receber o arrependimento da Nação sob as dobras da Bandeira Branca. Mas as Potências, que estavam mais preocupadas com fortalezas do que com arrependimento, não quiseram ouvir falar disso.

Brunswick tinha 80.000 homens — este era o "Exército da Lorena", composto por 42.000 prussianos e apenas 29.000 austríacos; mas no Norte, o Duque de Saxe-Teschen ameaçava Lille com 25.000 tropas imperiais e 4.000 emigrados; e na reserva, havia 17.000 austríacos e 5.000 homens de Condé prontos para invadir a Alsácia; 131.000 tropas da Coalizão no total.

Os prussianos, em especial, pareciam formidáveis: tinham o benefício do extraordinário prestígio desfrutado pelos exércitos do Grande Frederico desde Rossbach. M. Chuquet revelou toda a fraqueza insuspeita que se escondia por trás dessa fachada imponente; sua artilharia, em especial — e dela dependeria o sucesso das batalhas —, era muito inferior à nossa. O generalíssimo, também, era certamente "o menos apto de todos os homens para liderar um exército invasor". Seus oficiais podiam estar cheios de bravatas, mas ele estava cheio de dúvidas. Este Duque "filósofo" desaprovava uma guerra contra a Revolução que trouxera a liberdade e, como um bom prussiano, detestava os austríacos, seus aliados. Finalmente, ele era por natureza indeciso e inclinado ao pessimismo — um daqueles generais que, na véspera de uma batalha, pensam principalmente nos melhores meios de cobrir uma retirada.

Isso não era conhecido em Paris: a invasão era considerada terrivelmente ameaçadora, mas o medo, em vez de deprimir a população, a incitou a um furor selvagem. Gouvion-Saint-Cyr diz que o Manifesto de Brunswick deu cem batalhões à França.

Para começar, não eram os melhores batalhões, longe disso. Por anos, uma lenda obstinada atribuiu nossos primeiros sucessos a esses Voluntários de 1792, que, se a verdade deve ser dita, estiveram muito perto de comprometê-los.

Os verdadeiros heróis de Champagne, da Lorena e, mais tarde, da Bélgica, foram os soldados do antigo exército e os voluntários de 1791. "Estes são franceses e de boa estirpe", escreveu um general; homens insubordinados, que, no entanto, aprenderam, após as derrotas de maio de 1792, a se submeter a uma disciplina de tipo mais severo. Mas sua chegada não havia aumentado as fileiras do exército o suficiente para tornar seus números (82.000 homens) iguais aos do exército da Coalizão (131.000). A Legislatura, consequentemente, decretou uma segunda leva: e esta foi muito inferior em qualidade à de 1791. Nenhum dos generais tenta esconder o fato em suas cartas. Ainda assim, eles não parecem desesperar de transformar esses sujeitos barulhentos e exaltados em soldados: para esse fim, Kellermann, a partir de então, recomendou o que ele chamou de "amalgamação".

Dumouriez havia tomado o lugar de La Fayette à frente do Exército do Norte, e Lückner, que fora agraciado com o título vazio de Generalíssimo, logo seria banido para a retaguarda, e sua posição em Metz preenchida por Kellermann. Na realidade, Dumouriez, que obtivera perdão total tanto de Servan quanto de Danton, dirigia todas as operações.

Seu objetivo era explorar o entusiasmo dos voluntários sem subjugá-lo. O exército se tornara muito mais republicano do que a nação em geral. Estava em meio a um genuíno paroxismo de sentimento cívico; tais sentimentos, devidamente manejados, poderiam desenvolvê-lo em uma força magnífica. Nossos leitores devem consultar as cartas e diários de campanha de oficiais publicados nos últimos vinte anos, de Fricasse a Bricard, de François a Joliclerc, e vinte outros que deixamos de mencionar. Nunca houve tal exibição de fé mística: sua fé os salvou. Eles puseram *A Marselhesa* em ação.

E Dumouriez, que achava "a massa de 1791" boa, soube como amassá-la. Sua hábil manipulação transformou os fugitivos de Mons e Tournai nos heróis de Valmy e Jemmapes. Quando a batalha chegou, eles aguentaram bem a provação. "Louça de barro azul", os emigrados chamavam com desprezo esses soldados em seus uniformes azuis. A louça de barro já havia sido posta no fogo pela primeira vez. Parecia ter rachado. Mas "o material era bom": a leva de 1791 trouxera o melhor tipo de franceses para o acampamento: um deles, aquele ex-tambeiro que se tornaria o Marechal Victor, falou do movimento, em dias posteriores, com profunda emoção: "Oh, esplêndido ímpeto de 1791", ele clama, "quisera eu poder te exaltar dignamente!". "Vivíamos", escreve Marmont, "numa atmosfera de luz: sinto seu calor e poder agora, aos cinquenta e cinco anos, tal como o senti no primeiro dia!".

Os voluntários foram chamados a eleger os oficiais comandantes de seus batalhões (um experimento arriscado) e, em geral, escolheram bem: Bessières, Championnet, Delmas, Haxo, Laharpe, Lecourbe, Suchet, Pérignon, Jourdan, Victor, Oudinot, Marceau, Moreau, Davout — um quarto dos futuros Generais de Divisão sob a República, sete dos futuros Marechais do Império. Em dois anos, todos esses jovens seriam oficiais gerais; emuladores daqueles subordinados que também ascenderiam a postos superiores em um ano: Lefebvre, Bernadotte, Ney, Murat, Augereau, Soult, Pichegru, Moncey e Hoche. Esses dois grupos de homens — aos quais devem ser adicionados os jovens líderes de 1792: Mortier, Gouvion, Brune, Lasalle, Joubert — liderariam seus batalhões sob fogo de forma admirável, até serem chamados ao comando de exércitos. Para a França, esta foi uma sorte indizível, e ela ainda reteve uma certa proporção de seus oficiais de artilharia e engenharia, menos propensos a emigrar do que os da infantaria e cavalaria: esses homens, graves e resolutos, esperariam atrás de seus canhões pelo ataque daquela magnífica infantaria prussiana que, antes de seis semanas, vacilaria diante da barreira de bronze que eles haviam erguido: o aço dos voluntários de 1791, e sua coragem ardente, fariam o resto.

Seis semanas era um período breve para desenvolver um novo exército a partir do caos. Não havia possibilidade de defender Longwy, que capitulou em 20 de agosto: a guarnição marchou para fora, mas a imperturbabilidade de sua fé cívica desconcertou tanto emigrados quanto prussianos: nenhum homem (e isso desmentia as previsões otimistas dos emigrados) consentiu em se juntar às fileiras do inimigo. Os oficiais alemães ficaram muito impressionados com seu comportamento.

Kellermann, que chegou a Metz em 27 de agosto, encontrou as coisas em alguma desordem, mas o moral das tropas era excelente. Havia gritos de "*Ça ira!*" em Metz, e mais gritos de "*Ça ira!*" no acampamento de Maulde, onde Dumouriez, tanto por seu bom humor quanto por sua firmeza, recuperara o controle sobre os homens.

Brunswick esperava se esgueirar entre os dois: o Rei da Prússia, incentivado pelos emigrados, o pressionava em direção a Paris: o Duque teria preferido tomar algumas fortalezas: de 24 a 29 de agosto, ele permaneceu no acampamento de Praucourt, onde as tropas prussianas, encharcadas pela chuva, contraíram os primeiros germes de disenteria. No entanto, tão grande era seu prestígio que foi suficiente para provocar a capitulação de Verdun em 2 de setembro. Mas, novamente, a atitude da guarnição foi calculada para impressionar os conquistadores. O comandante Beaurepaire explodiu seus miolos em vez de assinar a capitulação, e quando as tropas francesas evacuaram a cidade, gritaram ao passar pelo Duque: "Até nosso próximo encontro nas planícies de Champagne!".

Enquanto isso, Kellermann em Metz e Dumouriez em Sedan estavam forjando, apressada mas ativamente, as armas da vingança vindoura.

No entanto, as quedas sucessivas de Longwy e Verdun foram fatos alarmantes: o inimigo havia alcançado um dos cumes com vista para a planície onde Paris se encontra. A excitação na cidade aumentou cada vez mais. O Governo estava sobrecarregado. "Embora não tenhamos tempo para dormir e trabalhemos com uma atividade sobre-humana", escreve Mme. Roland, "não é possível reparar o efeito de quatro anos de traição no espaço de algumas horas". E a situação era realmente terrível. A Assembleia, tendo "suspendido" o Rei, assumira as rédeas do governo, mas deu pouca ajuda ao seu Conselho Executivo. Era governada pelos Clubes e pela Comuna: às vezes os obedecia — como quando estabeleceu o sufrágio universal em relação às eleições para a Convenção, e às vezes resistia a eles. Era verdadeiramente um "Parlamento Remanescente": de 750 membros, mal 258 a 260 compareciam às sessões: a Direita fugira, o Centro praticamente desaparecera: a Esquerda era oprimida pela Extrema Esquerda.

Ela havia consentido em permitir a organização de um Terror preliminar: nobres e padres eram agora considerados conspiradores e tratados como suspeitos. Em 17 de agosto, na crença de que assim evitaria o massacre, ela havia estabelecido um tribunal revolucionário regular para julgar "os crimes de 10 de agosto", em outras palavras, os crimes dos aristocratas. As prisões já estavam cheias: e, de fato, a Assembleia havia decretado em 15 de agosto que todos os pais, mães, esposas e filhos de Emigrados seriam considerados reféns e, conseqüentemente, aprisionados; e em 26 de agosto, que todos os padres refratários não deportados também seriam jogados na prisão. Em 28 de agosto, Danton havia garantido a aprovação de um decreto autorizando visitas domiciliares, que quase invariavelmente levavam à encarceramento das pessoas suspeitas na Abbaye, La Force ou Les Carmes.

A Comuna reivindicou o direito de governar Paris: Vergniaud, na Assembleia, Roland, e até mesmo Danton, no Conselho, tremiam diante dela. Seus números foram engrossados pelos líderes do estado-maior jacobino, de Billaud a Chaumette, e ela só deixara Pétion na *Mairie* com a condição de que ele obedecesse a todas as suas ordens: em vão Mme. Roland lamentava essa "Comuna louca", que a própria Mme. Jullien considerava "muito arrogante", em vão a Assembleia se esforçava para quebrar seu poder: Danton, embora tivesse pouco amor por ela, a salvou. Ele esperava promover uma fusão dos dois poderes: fez um apelo à concórdia. Esses dois corpos, declarou ele, deveriam unir seus esforços comuns para vencer o inimigo comum — a ameaçadora Alemanha. Em 2 de setembro, a população seria convocada ao Campo de Marte, e um novo corpo de voluntários seria alistado. "O toque de alarme que está prestes a soar não é um sinal de alarme: ele soa a carga contra os inimigos da Pátria. Para vencê-los, devemos ousar, e ousar novamente, e ousar sem fim, e assim a França será salva."

Os apologistas de Danton afirmam que, vendo a população se preparando para descer sobre as prisões, ele tentou atraí-la para o Campo de Marte, para transformar os homens que teriam o prazer de cortar as gargantas de seus compatriotas franceses em soldados da República. Danton certamente não nutria sonhos assassinos, mas ele não era cego; ele sabia bem que o assassinato estava sendo tramado, e que na primeira notícia de qualquer revés na Lorena, o massacre começaria; e, antes que a notícia se espalhasse em Paris, ele mesmo fora informado da capitulação de Verdun.

Que nem ele, nem Roland, nem Servan, nem Pétion tenham mandado guardar as prisões com segurança pode ter sido resultado, no caso de Roland ou Servan, de um descuido lamentável: no de Danton, só pode ter sido causado por sua cumplicidade deliberada. Mas as eleições para a Convenção estavam se aproximando: as de Paris estavam nas mãos da Comuna, e Danton era candidato. A Comuna estava decidida a massacrar como método de inspirar terror: Danton estava decidido a ser cego. A carnificina, de fato, não era de forma alguma repugnante à sua natureza feroz: ele teria dado ordens para o derramamento de sangue, se o julgasse necessário: ele permitiu que prosseguisse, acreditando ser inevitável: o crime pesa muito na memória de um homem que, apesar de tudo, não era, como vimos, um monstro completo. Longe de impedir os massacres, Danton facilitou o trabalho: ele atraiu os verdadeiros patriotas para o Campo de Marte e deixou as prisões à mercê da escória da população. Supor que ele não via isso claramente seria tomá-lo por um tolo. Havia pouco de tolo nele.

Na noite de 1º de setembro, a excitação atingira o ponto de ebulição. Nossa cidadã escreve que a população está despertando: "Bem! Que ela siga seu caminho! E *Ça ira!*".

Danton deixou que ela seguisse seu caminho, e *ça alla!*

Na manhã de 2 de setembro, a rendição de Verdun tornou-se conhecida em Paris. A Comuna, que vira a Assembleia se levantar contra ela no que fora uma resistência quase unânime — por uma curta hora —, estava determinada a um "dia" que estabeleceria finalmente seu poder. E então a França estava à beira de uma eleição. Quem ela escolheria? Brissotinos, talvez, ou Rolandistas! O país deveria ser aterrorizado. Collot confessa: "Se não fosse por 2 de setembro, nunca teria havido uma Convenção Nacional" — ele se referia a qualquer Montanha dentro da Convenção.

A agitação popular era grande, e bastante legítima. Tudo foi feito para excitá-la: John Moore ouviu os oradores nas praças da cidade se entregarem a invectivas da mais extraordinária descrição: segundo eles, havia um traidor escondido sob cada pedra de calçamento de Paris: de Maria Antonieta, por mais sólidas que fossem suas amarras, a Mme. Roland, sua inimiga jurada, e pouco suspeita de quaisquer tendências monarquistas, todos estavam tramando traição: os cúmplices de "Coblênça" estavam escondidos em todos os cantos. Em 1º de setembro, um panfleto foi espalhado por toda a cidade: *A Grande Traição de Luís Capeto. Descoberta de um complô para assassinar todos os bons cidadãos durante a noite entre os dias 2 e 3 deste mês... etc.* Os patriotas estavam realmente fora de si de terror: foi-lhes dito que seriam assassinados, então deixaram que o assassinato fosse feito.

Na realidade, os partidários da Comuna estavam muito mais ansiosos para atacar Roland do que os monarquistas. Desde que os Roland lhe negaram uma verba do fundo do Serviço Secreto, Marat vinha despejando os mais vis abusos sobre marido e mulher. Ele estava decidido a derrubá-los.

Pela primeira vez, o odioso jornalista que vinha lançando Paris em uma febre nos últimos três anos começou a agir por conta própria. Por sua própria autoridade, ele se instalou como membro do "Comitê de Vigilância" nomeado pela Comuna, e das alturas daquele Sinai ele ditou a lei: os homens do Conselho Executivo deixariam os culpados escaparem: esses culpados deveriam ser executados e, ao mesmo tempo, pessoas como os Roland e Brissot deveriam ser suprimidas. Marat, cuja autoconfiança nunca falhou, assinou uma ordem, sem a menor autoridade para fazê-lo, para a prisão do Ministro do Interior, Roland.

Enquanto isso, as "Seções" se puseram em marcha. A de Poissonnière tomou a iniciativa: decretou que "todos os padres ou pessoas suspeitas nas prisões de Paris, Orleans e outros lugares, deveriam ser mortos". Algumas das outras Seções aderiram, e o Comitê de Vigilância promulgou a ordem para que o massacre começasse.

Isso incluía uma "injunção" para que os culpados fossem julgados. Sobre quem recaía essa injunção? Sobre todos. "Juízes" foram logo encontrados: fracassados em suas próprias áreas, como o ator Dugazon, cuja "voz áspera" ainda ecoava nos ouvidos de Salomon anos e anos depois: ele era o principal de todos, com Maillard, cuja reputação já fora feita em conexão com os Dias de Outubro, e que agora era o juiz principal. Ele não tinha nada de demoníaco na aparência. "Ele chegou vestindo um casaco preto e com o cabelo empoadado: seu rosto não era repulsivo."

Esses "juízes" encontraram facilmente carrascos para executar suas sentenças. Federados de Marselha, que não tinham estômago para a luta nas fronteiras. "*Triple nom de D...!*", gritou um deles na presença de Maton de la Varenne. "Não vim todas essas 180 léguas para voltar sem ter espetado 180 cabeças na ponta da minha lança!". E as cabeças que ele queria eram cabeças francesas! Havia bandidos também, misturados entre esses miseráveis. Méhée de la Touche relata atos reais de banditismo, roubo e pilhagem; mas esses homens arrastaram a parte mais humilde da população com eles. O Dr. Cabanès vê esses dias de setembro como um dos fenômenos mais incontestáveis da neurose revolucionária, composta de terror, entusiasmo, crueldade e luxúria. O tratamento horrível da Princesa de Lamballe, em La Force e nas ruas, prova que os assassinos foram tomados, por um tempo, por um paroxismo de fúria sádica.

Louis Blanc, que supostamente desculpou os massacres, repudiou a sugestão de que ele havia tentado "cobrir o sangue com areia". Nós também não espalharemos areia sobre ele, mas podemos dizer, para a honra do povo de Paris, que, segundo o cálculo mais pessimista, os assassinos reais não passavam de 150 homens. O que é realmente horrível é que esses 150 miseráveis — um mero punhado — tenham conseguido impor sua vontade por três dias inteiros, em meio a uma aparente indiferença, nascida do terror que havia subjugado o Governo em primeiro lugar, depois a Assembleia e, finalmente, a população.

O "tribunal" dirigiu-se à Abbaye: os prisioneiros foram trazidos perante ele: alguns poucos foram libertados, outros foram expulsos: os assassinos os esperavam e os abatiam. Quando tudo terminou, Maillard deixou a Abbaye. "Não há mais nada aqui: vamos para Les Carmes." Les Carmes estava cheio de padres, entre eles o Arcebispo de Arles. Os assassinos teriam acabado com eles rapidamente: "Esperem, esperem!", gritou Maillard, "não os matem tão rápido: temos que julgá-los!". E "julgou-os" ele, no corredor escuro que ainda existe. Assim, todas as prisões foram "visitadas".

Há uma lista de 1.176 assassinatos devidamente registrados: mas outras 438 pessoas também desapareceram das prisões na época, e podem ser justamente adicionadas ao número de prisioneiros "julgados" por Maillard: assim, 1.614 seres indefesos foram mortos: 116 em Les Carmes, 100 na Conciergerie, 65 em La Force, 73 na Torre de São Bernardo, 76 no Seminário de São Firmin, 223 no Châtelet, 318 na Abbaye: e tão feroz era a horrível sede de sangue que os monstros até levaram seus assassinatos aos hospícios de Bicêtre e da Salpêtrière, onde cenas da mais abominável descrição foram

encenadas. As que ocorreram nas ruas já são conhecidas de nossos leitores: o despedaçamento dos corpos das vítimas, a profanação de cadáveres, as risadas imundas, as deliberações dos carrascos sobre os corpos contorcidos dos moribundos. As histórias contadas por testemunhas oculares devem ser lidas: nenhum resumo de tais cenas é possível. Mas aqui e ali notamos um ou dois lampejos de bondade humana, uma prova de que entre esses bandidos moviam-se alguns *titis* parisienses, prontos, como sempre, a colocar um toque de sentimento generoso no drama.

A Comuna havia soltado os cães de caça, ou pelo menos deixado que outros os soltassem: Billaud-Varenne fora a todas as prisões, "vadando em sangue", encorajando "o povo": "Povo! estais matando vossos inimigos! estais cumprindo vosso dever!" e cuidando para que cada um dos bandidos de Maillard recebesse uma soma de vinte e quatro libras. No dia seguinte, o Hôtel-de-Ville enviaria uma circular aos Departamentos, enaltecendo o "ato de justiça que lhe pareceu (ao Povo) indispensável para conter pelo terror as legiões de traidores escondidas dentro de seus muros, no exato momento em que estava prestes a marchar contra o inimigo", e instando a nação a "adotar medidas tão necessárias para a Salvação Pública".

Pétion, como de costume, desempenhou o papel de Pôncio Pilatos. No início do massacre, um médico, Dr. Seiffert, veio e implorou-lhe para salvar a Princesa de Lamballe, e ele respondeu: "O povo de Paris administra sua própria justiça, e eu sou seu prisioneiro." No terceiro dia, os assassinos apareceram na *Mairie*. Pétion, que estava entretendo Gensonné e Duhem no café da manhã, recebeu esses "trabalhadores" manchados de sangue: "Senhor Prefeito", disseram eles, "despachamos aqueles canalhas: ainda restam oitenta deles, o que devemos fazer com eles?". "Não sou a pessoa a quem vocês devem se dirigir", respondeu ele com uma voz oca: mas mandou servir-lhes vinho.

A Assembleia aterrorizada também estava decidida a ser impotente. Durante a noite do dia 2, embora plenamente ciente de que a multidão estava se reunindo com a intenção de arrombar as portas da prisão, ela fingiu não saber de nada. Decidiu enviar Comissários para "falar ao povo e restaurar a calma". Duas horas depois, os Comissários estavam de volta ao Manège, reconhecendo sua impotência. Choudieu relata em suas Memórias que um dos juízes da Abbaye, o comediante Dufraise, disse-lhe: "Se você veio para impedir a justiça do povo, é meu dever dizer-lhe que seus esforços serão vãos." Dusaulx, um dos Comissários, informou a Assembleia que "a escuridão não nos permitiu ver o que estava acontecendo".

A Assembleia estava determinada a permanecer, se não neste feliz estado de escuridão, pelo menos em um crepúsculo conveniente. No entanto, a Comuna teve um prazer cruel em mantê-la informada sobre "o que estava acontecendo", e Tallien acrescentou, por sua conta, que as prisões não continham "nada além de vilões". Os deputados decidiram encerrar a sessão. No dia 3, não fizeram absolutamente nada. A Montanha havia adotado a teoria de Tallien: compartilhava da opinião expressa por Mme. Jullien no dia 2: "Eu lanço... um véu sobre os crimes que o povo foi levado a cometer por todos aqueles de quem foi vítima miserável nos últimos dois anos"; e ela ainda afirmou que: "Quando se quer algo, é preciso aceitar os meios que o trarão: não deve haver humanidade bárbara".

Os "Bordaleses" estavam em grande comoção: no decorrer da noite do dia 3, Gensonné fez um pedido da tribuna para que "o Povo fosse reconduzido a um senso de sua própria dignidade". Um decreto foi votado pedindo às autoridades "para garantir o respeito pela segurança individual": os Comissários encarregados de levar este édito às Seções usaram a hora tardia como pretexto para adiar (eram dez horas) e ficaram onde estavam: o massacre continuou por toda a noite. Até mesmo Roland, o virtuoso Roland, esforçou-se para acalmar os escrúpulos dos homens. Em uma carta que, naturalmente, continha uma referência a suas próprias "virtudes", ele prosseguiu dizendo: "Ontem foi um dia sobre cujos eventos talvez devamos lançar um véu. Mas sei que o Povo, por mais terrível que seja sua vingança, ainda a temperou com uma espécie de justiça." Mas, de fato, há algo de trágico em sua afetação neste momento: se a "efervescência popular deve ser contida", escreve o Ministro, é "porque um mau uso poderia ser feito dela!". Na verdade, a Assembleia e o Conselho permitiram que o derramamento de sangue continuasse por cinco dias inteiros. "O Povo", escreve Couthon friamente no dia 6, "ainda está exercendo sua justiça soberana nas várias prisões de Paris". E a indiferença parece ter sido a regra geral. "Os assassinatos ainda continuam", escreve Morris no dia 6; "o tempo está agradável". "Nenhum sinal de emoção aparece nos rostos das pessoas", escreve um "aristocrata" no dia 9. E ainda Fournier l'Américain havia dado o toque final à sua ilustre reputação ao mandar assassinar em Versalhes cinquenta e três prisioneiros que estavam sendo transportados de Orleans, de onde haviam sido arrancados: prisioneiros importantes, também, pois entre eles dois dos ex-ministros de Luís XVI, de Lessart e d'Abancourt, foram mortos.

"Estamos sob a faca de Robespierre e Danton... Danton é o líder secreto de toda a horda", escreve Mme. Roland no dia 5. Seu ódio a desviou. Danton não era o líder. Mas era o cúmplice. "Nenhum poder poderia tê-los detido!", diria ele sobre os massacres. Uma desculpa conveniente! Na realidade, os massacres serviram muito bem aos seus interesses, e já explicamos como. Se alguma mão pudesse tê-los detido, teria sido a dele: mas ele não tinha intenção de brigar com a Comuna. O pior é que seu próprio "gabinete" o comprometeu. Foi sob sua assinatura que Fabre d'Églantine enviou a horrível carta circular que justificava os massacres. Uma certa sociedade popular (a de Rouen) escreve no dia 12 que recebeu a "notificação oficial" de Danton: é bastante provável que sua assinatura tenha sido obtida sub-repticiamente. (A própria Mme. Roland admite que "ele confiava o selo com sua assinatura" a outras mãos.) E então, não querendo parecer que fora enganado, ele pode ter preferido figurar como um líder em vez de um tolo, e assim ter se gabado cinicamente de ter soltado os assassinos. "Eu fiz isso!", disse ele ao Duque de Chartres. E mais tarde, na Convenção: "O que me importa se me chamam de bebedor de sangue?". E, de fato, todo o seu partido decidiu, após alguma hesitação, exaltar o negócio em vez de culpá-lo: Billaud se gabou de ter detido o Rei da Prússia: Mme. Jullien afirma, no dia 6, que tudo o que fora feito foi impedir que um bando de miseráveis "maculasse a terra com o sangue do Povo". Esta foi a lenda aceita: os Federados de Brest escreveram para casa no dia 3 que "as circunstâncias tornavam essas execuções, por assim dizer, desculpáveis"; no dia 6, eles as consideravam necessárias: "O povo exerceu justiça nas prisões". Um dos membros mais moderados da Montanha, Robert Lindet, escreveria que tudo o que percebera foi "uma aplicação imparcial dos princípios da lei natural".

É verdade que este mesmo Lindet, tendo obtido informações mais claras sobre o assunto, escreveria no ano IX: "Não se tratava de um movimento popular: tudo foi ordenado de antemão... Admito que se qualquer uma das três autoridades (a Assembleia, o Conselho Executivo, a Prefeitura de Paris) tivesse se recusado a consentir com o que foi proposto, a França nunca teria sido manchada por esses eventos."

Uma reflexão madura nos convence de que esta confissão por parte de um legislador jacobino confiável do ano de 1792 é muito terrível.

CAPÍTULO XXII

VALMY

O Corpo Legislativo em ruínas. As "Termópilas" da França. A colina de Valmy. Os soldados da Nação repelem os "soldados de Rossbach". "Uma nova era."

A Assembleia jazia "esmagada sob as ruínas da Constituição que ela mesma derrubara", escreve um de seus membros. Mas ela estava realmente esmagada sob o peso dos massacres que nada fizera para impedir. Ela "quase não trabalhava", escreveu Couthon em 8 de setembro. A Legislatura jazia moribunda em meio ao desprezo geral. "A visão da Assembleia de forma alguma me deslumbrou", disse um provinciano ao prefeito de Brest. "Não consegui ver nada de majestoso nela."

Ela espalhou a ruína por toda a face da pátria e, o que a tornava talvez ainda mais desprezível, essa ruína fora não intencional. Era a herdeira da Assembleia Constituinte, permanecera fiel na aparência à doutrina pacífica daquela Assembleia e, no entanto, deliberadamente ou não, levava a França a uma guerra para a qual estava mal preparada: em 19 de setembro, pouco antes de sua dissolução final, soube que os desfiladeiros do Argonne haviam sido forçados. Um corpo constitucional, ela rasgara a Constituição em pedaços e, embora não desejasse a República, permitira a destruição da monarquia. A maioria de seus membros eram homens moderados, no entanto, por sua fraqueza, entregara os cidadãos que seus decretos haviam lançado na prisão às mãos de assassinos: e Paris, sua inimiga apesar de tudo, e ansiosa por insultá-la, estava prestes a eleger alguns desses mesmos assassinos para assentar na nova Convenção.

No entanto, os girondinos — como se não bastasse terem assim destruído a paz, a monarquia, a liberdade, a justiça, a Constituição que haviam jurado defender, e sua própria causa, por puro amor a frases vazias ou por medo do partido mais violento — estavam determinados, em seus últimos momentos, a acrescentar mais uma ruína à pilha. Em sua última sessão, no dia 20, a Assembleia votou o decreto que estabelecia o divórcio, e de tal forma que o lar e a família, a própria pedra angular da França, seriam, por muitos longos anos, cruelmente abalados. Isso perceberemos a partir de 1795.

E então, em meio à ruína que causara, aguardava o advento daquela nova Assembleia que, antes de muitos meses, baseando sua ação em palavras pronunciadas da tribuna do Corpo Legislativo, enviaria os líderes girondinos da antiga Assembleia para enfrentar o Procurador Público.

Mas a França, ameaçada por todos os lados, não pereceria: na mesma hora em que, sob um céu sombrio (o mês de setembro daquele ano foi excepcionalmente chuvoso), os políticos da Assembleia declaravam a dissolução de seu corpo, jovens soldados calçados com tamancos de madeira e vestidos com jaquetas azuis, encharcados até os ossos, mas com os corações mais alegres, gritavam "Viva a Nação!" enquanto escalavam as alturas ocidentais do Argonne, que o inimigo mantivera por um curto período. Foi em 20 de setembro, às onze horas, que Kellermann, em frente ao moinho de Valmy, que as balas prussianas batiam, espetou seu chapéu com sua pena tricolor na ponta de sua espada e gritou: "Viva a França!". E a França ia viver!

Dumouriez havia praticamente reorganizado seu exército e, feito isso, se dedicara a infundir coragem em seus homens. "Vamos! sejamos alegres!", ele escreveu. E com esses soldados ágeis e vigorosos, ele jurou defender o Argonne, "as Termópilas da França". Brunswick poderia ter forçado a passagem no dia seguinte à tomada de Verdun, mas, como sempre, ele estava dividido entre suas ideias e seus deveres, seus próprios planos e os do Rei, seu mestre. Ele perdeu tempo: e, enquanto isso, seu exército, devastado pela disenteria — a célebre *courante prussienne*, que seria motivo de piada na região do Meuse por muitos longos anos —, estava se desmoralizando estranhamente. A *courante* teve muito a ver com isso, mas o comportamento dos lorenenos também contribuiu. Os oficiais prussianos, que esperavam, com base no que os emigrados lhes disseram, entrar em um país pronto para se render, encontraram todas as pessoas que encontraram firmes em sua resolução de "manter sua Revolução". "O diabo que carregue esta guerra!", escreveu um oficial prussiano, "por que diabos nos metemos nessas querelas, que não são da nossa conta?". Esse estado de espírito azedou as relações entre os alemães e os emigrados e, além disso, os prussianos, que viam os austríacos sitiando as fortalezas na Flandres, estavam cada vez mais convencidos de que Viena, objeto de sua cordial detestação, estava fazendo o Rei da Prússia tirar as castanhas do fogo. "Sujos como porcos", encharcados de chuva, com a saúde abalada, a coragem diminuída, a "formidável infantaria da Prússia" marchava com passos incertos, e os oficiais do Estado-Maior resmungavam.

Brunswick considerou tudo isso mais um motivo para apressar-se lentamente.

Kellermann aproveitou a oportunidade para marchar, por sua vez, sobre o Argonne; deixando Metz, ele se moveu ao longo do flanco esquerdo do inimigo, por Bar-le-Duc, e no dia 18 chegou a um ponto na retaguarda do "Passo das Termópilas". Era mais do que tempo: os alemães haviam forçado a passagem em dois pontos, e Dumouriez contava com o exército de Metz para restabelecer sua posição. Foi ele quem instou Kellermann — relutante a princípio — a ocupar o platô de Valmy, o esporão da cadeia de montanhas que se projeta para o campo de Champagne, e assim cortar os prussianos da estrada para Paris.

Naquele pequeno platô, em 20 de setembro, Kellermann desdobrou seu pequeno exército sob uma chuva fina, exatamente em frente ao platô de La Lune, onde Massenbach havia estabelecido suas baterias prussianas. Estas estavam mergulhadas em névoa: quando ela se dissipou, os alemães avistaram pela primeira vez as bandeiras tricolores tremulando sobre tropas que apresentavam uma frente firme ao inimigo.

Brunswick sentiu-se inquieto: adiou o confronto regular, tentou o efeito de uma descarga dos grandes canhões, que não pareceu abalar as tropas francesas, e, finalmente, consentiu em permitir que sua infantaria avançasse. Os soldados franceses cantavam o *Ça ira* e *A Marselhesa*, agitando seus chapéus, gritando "Viva a Nação!". E os artilheiros franceses agora começaram a enviar uma chuva de balas sobre os alemães. Os prussianos entraram em confusão. Ficaram completamente surpresos. Esses "alfaiates e sapateiros" de jaquetas azuis sabiam mirar e atirar com precisão e, além disso, seu entusiasmo produziu efeito. De repente, Brunswick se virou para o Rei da Prússia e sugeriu que a luta cessasse. A chuva caía em torrentes a essa altura, e ele a usou como pretexto. Frederico Guilherme concordou. Os prussianos se reconheceram derrotados — moralmente, pelo menos.

Assim, os franceses venceram o dia. Tão grande fora a firmeza demonstrada pelas tropas da Nação que a última das ilusões prussianas fora varrida. Esses vagabundos haviam contido os soldados do grande Frederico. Brunswick, que sempre aconselhara contra o avanço, seus oficiais, a maioria dos quais não gostava da aliança austríaca e odiava os emigrados, os homens, que estavam exaustos pela doença, e o próprio Rei, que percebeu finalmente que dera

um passo em falso ao insistir em marchar sobre Paris, sentiram, cada um deles, do mais alto ao mais baixo, que haviam sofrido um duro revés. O país não estava seguro, as tropas francesas estavam firmes, os emigrados haviam mentido, e enquanto os prussianos avançavam imprudentemente pela estrada para Paris, com a chance de serem esmagados antes de chegarem lá, a Áustria ameaçava e bombardeava as fortalezas do Norte, e certamente ampliaria suas fronteiras na Flandres. Toda suspeita, todo velho rancor ergueu sua cabeça mais uma vez. Em breve, a Prússia bateria em retirada apressada. Ela contara com uma vitória fácil: e, como tantas vezes acontece, passou de seu estado de excessiva presunção para um de desânimo exagerado.

Mas nossos soldados, excitados por seu sucesso parcial, fizeram dele — como Goethe entre os alemães — o ponto de partida de uma nova era. Não houve necessidade de Dumouriez incitá-los a uma confiança alegre: eles estavam seguros de si mesmos, agora: A Grande Nação, capaz da conquista de um mundo, saltaria da colina de Valmy.

E as sessões da Convenção estavam prestes a começar — aquela Convenção que, em meio às mais terríveis tempestades, criaria, com a ajuda desses soldados entusiastas, logo transformados em guerreiros endurecidos, o esplêndido núcleo dos "quatorze exércitos da República".

PARTE

III - A CONVENÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO XXIII

A "ASSEMBLEIA GIGANTE"

As eleições de 1792¹. Tendências e características da Assembleia². Os Girondinos³. A Montanha⁴. A Planície⁵. "A arena política"⁶."

ENTRE 5 e 20 de setembro, a Convenção saiu das urnas eleitorais⁷. Apenas em Paris houve um interesse apaixonado na disputa, pois somente em Paris dois partidos se enfrentaram: "O partido de Robespierre jurou a destruição de Brissot" — as palavras foram escritas no dia 5⁸.

Uma campanha violenta foi realizada contra os "Brissotinos"⁹. Collot deu a senha aos eleitores democratas: "homens que estão muito inclinados a pensar que pertencem a uma espécie superior não devem ser eleitos"¹⁰. Este foi um golpe direto em Brissot e Condorcet, os dois deputados de Paris que estavam de saída¹¹.

O próprio dia 5 de setembro trouxe a certeza: de 525 votos, 338 foram para Robespierre, enquanto Pétion, suspeito de "Brissotismo" — "ouro puro transformado em chumbo vil" — obteve apenas 136¹². No dia seguinte, Danton foi eleito por 638 de 700 eleitores¹³. E cada dia que se seguiu trouxe novos triunfos para os extremistas jacobinos: Marat foi eleito, depois veio a vez dos grandes homens da Comuna, Collot, Billaud, e até mesmo os próprios assassinos, Tallien, Panis: o último de todos esses "Romanos" (como a cidadã Jullien os apelida com ironia inconsciente) a obter a eleição foi o Cidadão Égalité, descendente de São Luís, e um dos candidatos da Comuna¹⁴. "Um conjunto execrável de deputados," escreve La Revellière, um Girondino¹⁵. Apesar do otimismo fingido da Sra. Roland, foi com uma pena trêmula de fúria que ela escreveu: "A escolha feita pelos departamentos nos tranquiliza!"¹⁶. Seu marido e seu amigo Buzot, de fato, foram eleitos para cadeiras provinciais, e Condorcet, embora derrotado em Paris, foi escolhido por cinco departamentos do interior¹⁷.

Não houve evidência de disputa nas províncias¹⁸. Como poderia haver alguma disputa? Não havia programa eleitoral¹⁹. A questão da República foi levantada apenas em Paris: o departamento de Seine-et-Oise foi o único que encarregou seus representantes de exigir "a deposição"²⁰. Os monarquistas, aterrorizados ou banidos, pareciam ter desaparecido no ar: mas a verdade é que as províncias, que ainda eram devotadas à monarquia, evitaram a questão²¹.

Houve muita conversa, por outro lado, sobre "garantir os direitos de propriedade"²². Rabaut observa, em 21 de setembro, que "a maioria dos departamentos fez questão de enviar deputados que são proprietários de terras por causa do terror inspirado pela doutrina da espoliação"²³.

Portanto, esses novos deputados eram, na verdade, conservadores de um certo tipo²⁴. Mas a maioria deles, estando comprometida com a Revolução e dependente dela, passaria a vida entre dois terrores: o de uma contrarrevolução acompanhada de represálias e o de uma revolução social que os desapropriaria²⁵.

Muito terror e pouquíssimas ideias²⁶. A Assembleia Constituinte estava cheia delas, a Convenção parecia não ter nenhuma²⁷. Esses membros da Convenção eram todos oportunistas e realistas: apenas as circunstâncias guiariam seus passos²⁸. E eles os levariam à automutilação: entre a expulsão dos Girondinos e a queda de Robespierre, o número médio de deputados presentes nos debates seria algo entre 220 e 250 de um total de 750²⁹. Em 1792 não havia nenhum princípio governante³⁰.

A monarquia foi abolida apenas confirmando "a deposição": ninguém ousou proclamar a República³¹. Somos levados a nos perguntar se havia dez republicanos sentados no Manège!³². Se eram alguma coisa, esses juristas eram cesaristas³³. A Constituição do ano VIII seria sua Terra Prometida³⁴. Não haveria alteração fundamental neles quando se tornassem funcionários (e muitas vezes funcionários muito bons) sob Napoleão³⁵.

Também não havia uma visão mais clara sobre as relações entre Igreja e Estado: a maioria dos deputados era anticatólica: "Chegou o momento", disse Manuel, "de desbancar Jesus Cristo!"³⁶. Isso era muito parecido com o programa apresentado por Voltaire — um programa vago³⁷. Esses homens mal sonhavam com algo como a separação entre Igreja e Estado em 1792, e só a fariam, no final, por causa de alguns milhões de dinheiro³⁸. Sua ideia original, muito provavelmente, era simplesmente o que Fouché escreveu a Condorcet: "Tratem os párocos com consideração e vigiem-nos ao mesmo tempo!"³⁹.

Não havia concepção, também, de uma política externa: o membro da Convenção de 1792 não tinha sentimento a favor ou contra as "fronteiras naturais"⁴⁰. Ele adotaria, rejeitaria e readotaria essa doutrina, de acordo com as circunstâncias⁴¹.

Havia apenas uma ideia em 1792, e era a de se opor a todas as teorias de "nivelamento"⁴². Isso explica por que Robespierre, que era um republicano morno, um grande defensor do tratamento gentil aos padres e um grande defensor dos direitos de propriedade, mas um oportunista em quase todas as ocasiões, dominaria esta Assembleia por tanto tempo⁴³.

Para compensar a falta de ideias, havia uma variedade de ressentimentos⁴⁴. A grande maioria chegou cheia de hostilidade contra a Comuna de Paris e, de modo geral, contra "a Ditadura de Paris"⁴⁵. As cartas dos recém-chegados são muito explícitas sobre este ponto⁴⁶. Esse estado de espírito inicialmente garantiu seguidores aos líderes girondinos, que estavam voltando a Paris quentes de raiva contra a cidade que os havia expulsado⁴⁷.

A "Gironde" — a palavra estava começando a ser usada correntemente — parecia ter ganhado força, mas o destino a levou, por sua vez, para os bancos da Direita⁴⁸. No entanto, esses homens não eram menos republicanos e anticlericais do que Robespierre — longe disso⁴⁹. Mas eles odiavam a Comuna revolucionária e, assim, tornaram-se a esperança de todos os elementos da ordem⁵⁰. Se eles tivessem se contentado em atacar apenas a Comuna! Mas os amigos da Sra. Roland juntaram-se a ela em um coro de injúrias contra "aquela cidade nutrida de sangue e mentiras"; seus adversários responderam que Paris havia feito a Revolução e que, portanto, qualquer um que lutasse contra Paris era um mau patriota, um mau republicano — em breve, um federalista⁵¹. Além disso, a ditadura de Paris era a única coisa, na convicção dos membros da Montanha, que garantiria a unidade do país: somente ela tornaria possível estabelecer aquele Governo de Salvação Pública que a guerra externa então em curso, e a guerra civil que logo se seguiria, certamente necessitariam: os Girondinos recuaram diante desta Ditadura de Salvação Pública, que autorizaria o estabelecimento do Terror: aí estava a raiz da briga⁵². Mas quando as circunstâncias tornaram essa ditadura indispensável, aqueles que sempre elogiaram a ideia triunfaram, e qualquer homem que se opôs a ela, ou apenas se resignou com relutância à sua existência, foi deixado de lado ou esmagado completamente⁵³. Esta foi a verdadeira história dessa terrível rivalidade⁵⁴.

Quanto eram esses Girondinos, que já conhecemos, tendo-os visto nos bancos da última Assembleia? Eles mesmos nunca tiveram certeza disso⁵⁵. Eles não formavam um "grupo", no sentido parlamentar da palavra: eles costumavam se reunir em encontros sociais, alguns na casa da Sra. Roland, outros

na casa da Sra. de Condorcet: um certo inimigo deles declara que um de seus colegas nunca votava com a Direita, exceto logo após ter deixado uma ou outra dessas Egerias⁵⁶. Era um rebanho curioso, mantido unido apenas por essas mãos femininas⁵⁷. M. Aulard calcula que cerca de 165 deputados podem ser realmente chamados de Girondinos⁵⁸.

Eles não concordavam em todos os pontos⁵⁹. Vergniaud era muito inclinado a apoiar a união entre todos os republicanos: durante o julgamento do Rei, ele levou essa ideia ao ponto de capitular no final: por outro lado, o pequeno grupo conhecido como "Rolandistas" detestava a Montanha: Buzot, Barbaroux e Louvet, todos eles diretamente influenciados pela Sra. Roland, eram os inimigos ferrenhos dos deputados da Comuna⁶⁰. Condorcet, por sua vez, era seguidor de Voltaire, e Lanjuinais era um católico declarado⁶¹. Quase todos esses homens — tenores de Marselha e Bordeaux, filósofos e escritores — possuíam uma certa quantidade de talento e, assim, constituíam o pior estado-maior imaginável para fins práticos — um estado-maior de personalidades originais⁶².

CAPÍTULO XXIV

OS ATAQUES DOS GIRONDINOS

Setembro — Dezembro de 1792⁶³.

A proclamação da República⁶⁴. A Gironda contra Paris⁶⁵. Sucessivos ataques dispersos a Marat, Danton e Robespierre⁶⁶. A acusação de Louvet⁶⁷. A Montanha se une⁶⁸. As conquistas nas fronteiras⁶⁹. Dumouriez e a Gironda⁷⁰. Os Girondinos, aparentemente, donos da situação⁷¹.

"NADA de novo hoje, exceto que a Convenção se reuniu e declarou que não haverá mais Rei", escreve Morris em 21 de setembro⁷². Seu tom é irreverente, senão irônico⁷³.

Na noite anterior, de fato, os 371 deputados que chegaram a Paris concluíram que seu número os autorizava a tomar seus lugares⁷⁴. Naquele momento, os Girondinos pareciam estar em maioria: Pétion foi eleito Presidente por 235 votos, enquanto Robespierre obteve apenas 6⁷⁵. Todos os secretários eleitos eram Girondinos proeminentes, de Brissot a Vergniaud⁷⁶. "Nossos deputados de Paris não ousam abrir a boca", escreveu a Sra. Jullien em 7 de outubro⁷⁷.

No dia 21, a Assembleia, por voto unânime, proclamou a santidade da propriedade⁷⁸. Mas parecia menos decidida a proclamar a República⁷⁹. Após muita hesitação, o decreto para a abolição da realeza foi aprovado⁸⁰. Mas não houve uma proclamação positiva da República, que "entrou furtivamente", como Robespierre admitiria⁸¹. Como, no entanto, a Assembleia declarou a República una e indivisível no dia 25, somos forçados à conclusão de que ela existia⁸².

A extrema frieza com que o evento foi recebido nas províncias prova quão pouco sentimento republicano havia no país⁸³. "A Assembleia", como M. Aulard escreve espirituosamente, "parece ter dito: 'Não há mais nada a fazer'"⁸⁴. A nação foi ainda menos categórica⁸⁵.

Enquanto isso, Danton parecia estar ditando as regras ao Conselho Executivo: embora tivesse sido eleito deputado, ele ainda (de forma totalmente ilegal) mantinha sua pasta: Roland, em protesto, parou de comparecer ao Conselho, um curso de ação que apenas o entregou nas mãos do "Cíclope"⁸⁶. Mas marido e mulher estavam fazendo um ataque velado a Danton e seus amigos no

Sentinelle através de seu jornalista semi-oficial, Louvet⁸⁷. Danton respondeu e, no dia 29, denunciou a interferência da Cidadã Roland nos assuntos públicos de forma bastante grosseira na tribuna⁸⁸.

A Sra. Roland ficou amargurada: sua vida doméstica estava miserável desde que Roland começou a olhar com desconfiança para o "amado" Léonard Buzot⁸⁹. "Cato" nunca fora atraente: ele estava se tornando insuportável: ele era sombrio e melancólico: apenas a Sra. Roland atribuía seu estado de icterícia aos massacres de setembro⁹⁰. Ela, também, estava começando a vacilar: Marat e Hébert a arrastavam pela lama: seu único grito era por vingança contra os miseráveis, "vilões", que ela ansiava derrubar, de Danton a Marat!⁹¹.

Como Paris parecia apoiar esses miseráveis, ela incitou todos os deputados Rolandistas contra a cidade e a Comuna: Lasource exclamou que era hora de Paris ser reduzida à sua "octogésima terceira parte de influência", e alguns departamentos se ofereceram para vir e proteger os representantes da nação contra o "monstro"⁹². Isso deixou a Montanha furiosa⁹³.

"O Senado", escreveu uma de suas apoiadoras, "deve ter apenas dois sentinelas — Justiça e Amor!"⁹⁴. Sem dúvida! Mas, diante da atitude dos seguidores de Marat, não era surpreendente que a Direita desejasse fortalecer as mãos dessas duas divindades estimáveis com a adição de alguns robustos Federados Girondinos⁹⁵.

O infortúnio foi que os Girondinos, embora ardendo de zelo, não tinham um plano de campanha regular⁹⁶. Paris os enchia de suspeitas: a Comuna era um anátema para eles; Marat os enojava; Danton os aterrorizava; Robespierre os exasperava com sua hipocrisia⁹⁷. Mas Paris e a Comuna eram duas coisas distintas: não havia amor perdido entre Danton e Robespierre: e ambos detestavam Marat⁹⁸. Os Girondinos deveriam ter decidido qual inimigo atacar, e não ter se lançado primeiro em um e depois no outro, constringendo assim seus inimigos a unir forças⁹⁹. Cada membro do partido agiu conforme suas antipatias pessoais o impeliavam e obrigou os "inimigos" a ficarem ombro a ombro¹⁰⁰.

Como Marat era odioso para todos, começaram por ele¹⁰¹. Lá estava ele, sozinho em seu banco, como um empestado; não se importava nem um pouco, chamava seus colegas de "idiotas" e "porcos", e finalmente de burgueses¹⁰². Zombeteiro e sórdido, ele subiu à tribuna: "Abaixo!", gritaram seus oponentes¹⁰³. "Tenho muitos inimigos pessoais nesta Assembleia", começou ele¹⁰⁴. "Todos nós!", gritou a Direita¹⁰⁵. "Eu os recorde a um senso de decência: exorto-os a se absterem de seu clamor furioso e ameaças indecorosas contra um homem que prestou mais serviço à liberdade e a eles mesmos do que pensam!"¹⁰⁶. O golpe rápido e justificável do demagogo surpreendeu sua audiência: ele ganhou a atenção, e sua impudência descarada intimidou a Assembleia e frustrou o ataque¹⁰⁷.

A Direita pareceu abandoná-lo então, e se voltou contra um adversário ainda mais forte: em 18 de outubro, Roland, com um cuidado afetado com as minúcias dos negócios, submeteu suas contas à Câmara, e seus amigos imediatamente pediram as de Danton, insinuando claramente sua falta de confiança em sua honestidade¹⁰⁸. Doze dias depois, Danton foi novamente indiciado pelos massacres de setembro¹⁰⁹. Ele mostrou uma frente corajosa, não deu desculpas, antes aceitou a responsabilidade para limpar o terreno¹¹⁰. "Digo que nenhum trono jamais foi estilhaçado sem que alguns cidadãos dignos fossem feridos pelos fragmentos!..."¹¹¹. Tão poderosa era sua eloquência e sua brutalidade que as bocas de seus acusadores foram fechadas¹¹².

Então Louvet atacou Robespierre: mesmo para seus próprios amigos, esta

Robespierride de 29 de outubro foi uma surpresa¹¹³. Ela surgiu do debate anterior¹¹⁴. Quando Roland, em seu relatório sobre os massacres, afirmou que algumas pessoas estavam até ousando exigir "uma nova sangria", a Direita voltou seus olhos hostis para Robespierre¹¹⁵. Ele mudou de cor¹¹⁶. "Ninguém", exclamou ele, "ousará me acusar na minha cara!"¹¹⁷. Tremendo de ódio, Louvet saltou para a tribuna: "Eu! Sim, Robespierre! Eu o acuso de ter caluniado, por muito tempo, os mais puros dos patriotas... Eu o acuso de ter se apresentado continuamente como um objeto de idolatria... Eu o acuso de ter visado evidentemente ao poder supremo... etc."¹¹⁸.

Essas acusações eram absolutamente vagas, e Robespierre não parecia de forma alguma formidável para homens como Vergniaud¹¹⁹. Ele não deu apoio ao ataque de Louvet¹²⁰. "Um erro enorme", escreve este último em suas Memórias, "poupar Robespierre era convidar à nossa própria ruína"¹²¹.

Robespierre, de fato (que parecia um tanto desconcertado), pediu alguns dias de prazo para preparar sua defesa e deu uma resposta habilidosa, cheia de humildade, cerca de uma semana depois¹²². Mas ele se vingou no Clube Jacobino, do qual fez com que Brissot, em primeiro lugar, depois Louvet, e finalmente o próprio Roland, fossem expulsos¹²³.

A partir desse momento, a Montanha, assim atacada de forma apressada e sem sucesso, uniu-se e começou a preparar seu próprio assalto¹²⁴. Isso parecia um empreendimento formidável, pois os Girondinos, apesar de seus erros táticos, ainda preservavam uma aparência de força¹²⁵. Danton foi obrigado a deixar o Conselho finalmente: Garat, agora Ministro da Justiça, se tornaria seu adepto, mas por um tempo os Rolandistas acreditaram que ele era amigo deles¹²⁶. Pétion deixou a prefeitura, e dois homens moderados, Lefebvre d'Ormesson e Chambon, o seguiram lá sucessivamente¹²⁷. A imprensa girondina, dirigida por Gorsas, Brissot, Louvet e Carra, parecia estar liderando a opinião pública¹²⁸. A Assembleia, de forma um tanto absurda, admitiu a Sra. Roland, sobre quem um ataque havia sido feito, às honras da sessão¹²⁹. A Gironda, que governava o Comitê da Constituição, encarregou Condorcet de redigir uma Constituição da natureza mais democrática, que, uma vez votada, certamente renderia a seus autores a gratidão do povo¹³⁰. Finalmente, o principal líder das tropas da nação, Dumouriez, pertencia ao partido, e seus triunfos pareciam destinados a aumentar sua força¹³¹.

CAPÍTULO XXV

A MORTE DO REI

Dezembro de 1792 — Janeiro de 1793¹³².

O julgamento do Rei e a luta entre os dois partidos¹³³. O julgamento¹³⁴. A questão de um apelo ao Povo¹³⁵. Pressão¹³⁶. A votação¹³⁷. O voto de 17 de janeiro¹³⁸. Luís XVI no cadafalso¹³⁹. Os resultados de 21 de janeiro¹⁴⁰.

OS Girondinos desejavam salvar o Rei? "Sim!", diz Guadet; "Não!", diz Bire¹⁴¹. Ambos estão certos e ambos estão errados, porque cada um pressupõe que a Gironda era um partido homogêneo¹⁴². Ora, este mesmo incidente do julgamento do Rei nos mostra como a Gironda estava dividida¹⁴³. Dos trinta e seis membros proscritos em junho de 1793 — todos os homens principais do partido — apenas seis votaram simples e claramente a favor da pena de morte: dez outros a apoiaram com a condição de que fosse suspensa, e doze votaram pela detenção¹⁴⁴. E estes são os números da terrível votação de 16 e 17 de janeiro¹⁴⁵. Entre novembro e janeiro, a pressão dos acontecimentos deve ter pesado sobre as vontades vacilantes¹⁴⁶.

Um estudo cuidadoso do evento nos convence de que, em novembro de 1792, os líderes girondinos realmente desejavam salvar o Rei¹⁴⁷. Mas para esta batalha, como para a anterior, eles marcharam sem disciplina, sem uma única ideia fixa, comprometidos pelas declarações anteriores de alguns de seus membros, e abalados pelo medo de não serem considerados "bons republicanos" como seus oponentes¹⁴⁸.

A Montanha, por outro lado, estava resolvida, menos por ferocidade do que por cálculo, que o Rei deveria morrer¹⁴⁹. Robespierre sabia que um evento desse tipo certamente causaria divisões entre seus adversários: e isso por si só teria sido suficiente para fazê-lo pressionar medidas extremas sobre os que o cercavam¹⁵⁰. E, além disso, a morte do Rei inauguraria o governo do partido da violência, tornando sua posição "inexpiável"¹⁵¹. Quando a sentença de morte foi votada, em 20 de janeiro, Le Bas escreveu a seu pai: "As estradas foram destruídas atrás de nós: devemos avançar agora, queiramos ou não, e neste momento podemos verdadeiramente escolher viver em liberdade ou morrer!"¹⁵². A partir do mês de novembro, uma minoria audaciosa estava resolvida a "destruir as estradas"¹⁵³. Os Girondinos quebrariam seus próprios membros nelas depois¹⁵⁴.

Tão determinada estava a Montanha, que desde o início se opôs a qualquer tipo de julgamento: Robespierre e Saint-Just exigiram um decreto para a execução do Rei¹⁵⁵. A Convenção não era, e não podia ser, um Tribunal de Justiça: "César", disse Saint-Just, "foi morto no meio do Senado, sem outras formalidades além de vinte e duas punhaladas!"¹⁵⁶. Um assassinato de Estado era o que esses homens recomendavam: esse tipo de coisa não seria incorporado aos costumes do país até alguns meses depois (as mortes dos Girondinos, de Danton e de Robespierre não foram outra coisa)¹⁵⁷. A Gironda pensou que havia conquistado uma grande vitória quando a Convenção decidiu que "Luís seria julgado"¹⁵⁸.

Eles se achavam humanos porque haviam derrotado os aspirantes a assassinos, e seu horror ao regicídio pelo Estado os levou ao regicídio pela maioria¹⁵⁹. Um não era mais defensável do que o outro¹⁶⁰. Uma seção de uma Assembleia que não tinha direito legal de sentenciar ninguém, uma seção que superava a que se opunha por apenas um membro, estava prestes a arrogar-se o direito de armar o carrasco¹⁶¹.

Os "juízes" também, cuja nomeação era a mais ilegal, presidiriam a um julgamento que, segundo a lei, não poderia ser levado a nenhum tribunal, nem mesmo a um legalmente constituído¹⁶². A Constituição de 1791 havia estabelecido a irresponsabilidade do monarca¹⁶³. Nela Luís XVI confiava¹⁶⁴. Um escrúpulo final o fez recuar de dar ao partido violento uma desculpa para fomentar um ataque sangüinário ao Templo e seus prisioneiros, recusando-se a comparecer perante seus "juízes"¹⁶⁵. Ele se prestou à comédia judicial, pensando, muito possivelmente, que ela não seria levada ao ponto de assassinato¹⁶⁶.

Em 11 de dezembro, depois que Barbaroux leu a "declaração enunciativa" redigida por Lindet à Assembleia, o Rei foi convocado a comparecer para tratar das trinta e três questões que ela continha¹⁶⁷. Cambacérès foi encarregado de conduzi-lo do Templo¹⁶⁸. O futuro Grão-Chanceler ainda não era um expoente do protocolo complicado com o qual se cercaria em anos posteriores ("Em público, você deve me chamar de Sua Alteza!", disse o Príncipe Cambacérès um dia a seus amigos íntimos, "entre nós, Monseigneur será suficiente!")¹⁶⁹. "Luís Capeto", começou ele, "eu venho..."¹⁷⁰. Sua pedanteria democrática irritou Luís XVI: "Meu nome não é Capeto", ele respondeu, mas consentiu em seguir o Cidadão Cambacérès — mais tarde "Sua Alteza"¹⁷¹.

Barère presidia a Assembleia. "Um homem afável", diz Choudieü¹⁷². Havia algo de felino nele, de fato, e seu jeito enganou o Rei¹⁷³. Barère recomendou um comportamento correto por parte dos deputados: "Que sua atitude esteja em harmonia com suas novas funções!"¹⁷⁴.

É difícil dar uma ideia de um interrogatório: todos nós deveríamos ler o de Luís XVI¹⁷⁵. A postura do Rei foi perfeita; simples, mas cheia de dignidade¹⁷⁶. Sentado em sua poltrona, ele respondeu a todas as perguntas com a maior facilidade, ora defendendo-se apelando à Constituição que lhe foi imposta em 1791, ora negando que os fatos tivessem o peso que lhes era atribuído¹⁷⁷.

A Assembleia ficou tão visivelmente impressionada que Lanjuinais se encorajou a propor que o julgamento fosse abandonado¹⁷⁸. Então, a Montanha, enfurecida, acusou ferozmente toda a Direita de desejar "salvar o tirano"¹⁷⁹. Isso causou pânico: tudo o que a Direita ousou pedir, e conseguiu garantir, foi permissão para que o Rei tivesse advogados para defendê-lo¹⁸⁰. Luís escolheu Target e Tronchet; Target se desculpou¹⁸¹. Tão grande foi a reviravolta temporária de sentimento que as vendedoras de mercado, como lemos em uma carta datada de 19, "levaram varas para Target e flores para Tronchet"¹⁸². O idoso Malesherbes, que havia apoiado a liberdade de opinião por tantos anos sob o antigo regime, ofereceu seus serviços, comprometeu-se a atuar como conselheiro do Rei e trouxe o jovem e eloquente Desèze para ajudá-lo¹⁸³.

Desèze foi o homem que realmente defendeu a causa do Rei: ele foi tocante e habilidoso, exaltou a bondade do Rei, cujo amor à justiça e virtude pessoal nunca falharam, e invocou a inviolabilidade da pessoa do Soberano, formalmente garantida pela Constituição¹⁸⁴. Qualquer homem que leia esse discurso deve admitir suas conclusões: a Convenção não podia fazer outra coisa senão absolver o Rei¹⁸⁵. Mas Robespierre havia dado a ordem: "Vocês não são juízes, vocês são estadistas, e não podem ser outra coisa!"¹⁸⁶. No entanto, a voz grave de Desèze chega até nós através do século: "Não digo mais nada: paro na presença da História: lembrem-se que ela dará seu veredito sobre o de vocês, e o veredito da História será o veredito dos séculos vindouros!"¹⁸⁷. Tendo lido isso, leiamos o veredito proferido cem anos depois por Albert Sorel, que poucos acusarão de hostilidade à Revolução: a resposta desse honesto historiador ao apelo solene do advogado é uma terrível acusação à Convenção.*¹⁸⁸.

Na Assembleia, as opiniões estavam divididas¹⁸⁹. Uma terrível pressão foi exercida sobre aqueles que estavam dispostos a hesitar¹⁹⁰. Isso despertou a indignação da própria Sra. Roland, que há pouco tempo era tão hostil aos Soberanos: "Quase todos os nossos deputados", ela escreve em 25 de dezembro,

"agora andam armados até os dentes: milhares de pessoas os advertem a nunca dormir em nenhum lugar, exceto em um hotel¹⁹¹. Como é deliciosa a liberdade de Paris!"¹⁹². A Comuna, de fato, estava usando todas as armas ao seu dispor¹⁹³.

No dia 27, Salle, um membro da Gironde, fez uma tímida queixa sobre a pressão exercida, tomando-a como pretexto para sugerir um apelo ao povo¹⁹⁴. Robespierre, muito alarmado, opôs-se apaixonadamente à ideia: ele evidentemente não sentia nenhuma certeza de que as províncias ratificariam a sentença de morte¹⁹⁵. "A virtude", declarou ele, "sempre esteve em minoria na terra"¹⁹⁶. Saint-Just fez uma admissão ainda mais séria: "Um apelo ao povo... não seria isso a convocação da Monarquia?"¹⁹⁷. No entanto, a noção parecia ganhar terreno: Vergniaud falou a favor dela¹⁹⁸. "É cara ou coroa!", escreveu a Sra. Jullien, ecoando seu marido, agora um deputado, em 8 de janeiro¹⁹⁹.

Pode-se imaginar como a pressão aumentou entre os dias 8 e 15, quando a votação deveria começar²⁰⁰. Um dos regicidas, La Revellière, diz: "Devo reconhecer que exigiu mais coragem, naquele momento particular, absolver do que condenar"²⁰¹. Os Clubes, as Seções, a Comuna, todos estavam em polvorosa²⁰². Barère decidiu que os nomes dos membros seriam chamados à medida que votassem na tribuna, assim os espectadores nas galerias poderiam marcar os "puros e os impuros"²⁰³. Buzot, Gensonné e Kersaint fizeram queixas à Câmara sobre as manobras praticadas pela Comuna²⁰⁴. Os "assassinos de setembro" estavam por toda parte nos Tuileries²⁰⁵. Um delegado do departamento do Loire-Inferieure, Sotin, escreve no dia 8 que a Assembleia "está prestes a votar sob a ponta do punhal"²⁰⁶. Ele sabia que os deputados de seu próprio departamento estavam inclinados a votar contra a sentença de morte, mas viu que eles estavam "extremamente inquietos": e três deles, de fato — entre eles Fouché, que estava resolvido na noite anterior a salvar a vida do Rei — votaram pela execução²⁰⁷.

A essa ação externa, uma pressão moral foi adicionada: em 15 de janeiro, a questão da culpa do Rei foi apresentada²⁰⁸. Todos os deputados, sem exceção, o declararam culpado²⁰⁹. "Pessoalmente, isso foi uma grande aflição para mim", escreve um deles, miseravelmente²¹⁰. Mas essa unanimidade produziu um grande efeito²¹¹. A Direita tinha a impressão de que sua participação neste veredito lhe daria o direito de insistir em um apelo ao povo: a questão foi discutida: "Isso significaria guerra civil", disse Barère²¹². No entanto, a Direita contava plenamente com o sucesso — e que triunfo para os Girondinos tal sucesso teria sido!²¹³.

Teria lhes dado um precedente para um apelo às províncias contra Paris²¹⁴. Mas a pressão já estava quebrando a resistência dos hesitantes²¹⁵. Fouché, que estava sentado com a Direita apenas um dia antes, votou contra seus camaradas, e muitos dos mais moderados foram esmagados pelo terror prevalecente!²¹⁶. Em vão os líderes girondinos lançaram um voto sólido nesta única votação: a ratificação da sentença pelo Povo foi rejeitada por 424 votos a 283²¹⁷. Isso era um assunto sério²¹⁸.

CAPÍTULO XXVI

A TRAIÇÃO DE DUMOURIEZ

21 de janeiro²¹⁹. Os partidos políticos e a Europa²²⁰. A Europa contra a França²²¹. A Gironda recua diante da política de Salvação Pública²²². Danton e a Gironda²²³. Medidas de segurança pública²²⁴. Descontentamento de Dumouriez²²⁵. A insurreição no Oeste²²⁶. A Vendaia²²⁷. A traição de Dumouriez²²⁸. A Montanha visa a Ditadura²²⁹. Dumouriez tira a máscara e traz a destruição para a Gironda²³⁰.

O dia 21 de janeiro foi uma vitória para a Montanha²³¹. Em vão Vergniaud e Barbaroux votaram pela pena de morte: o fato de terem sugerido um apelo ao povo foi suficiente para que os Clubes os acusassem de uma tentativa hipócrita de "salvar o tirano"²³². Muitos de seus amigos, por sua vez, votaram contra a sentença de morte²³³. Todos eles foram rotulados, mais ou menos abertamente, de "inimigos do povo"²³⁴. Robespierre e seus partidários usariam essa arma envenenada contra eles²³⁵.

Além disso, a Coalizão Europeia estava evidentemente prestes a se tornar um fato, e um general se preparava para trair seu país: as antigas fronteiras seriam, conseqüentemente, ameaçadas imediatamente: e, para completar a medida, a guerra civil estava prestes a eclodir no Oeste²³⁶. Esse estado de coisas tornaria indispensáveis as medidas de Salvação Pública²³⁷. Os Girondinos as apoiariam, mas de uma forma tão hesitante que, em breve, pareceriam totalmente inadequados para aplicá-las²³⁸. Dentro de um mês, Robespierre os expulsaria de todas as suas posições, do Comitê de Defesa ao Comitê da Constituição²³⁹. A queda deles foi causada em parte por seus próprios erros, mas também por um estado de coisas que exige exame²⁴⁰.

Dois marseheses entusiasmados escreveram, na noite do dia em que "o tirano" morreu: "Todos os reis estão mortos!"²⁴¹. Mas os reis não morreriam²⁴².

E, além disso, o "crime" que a Inglaterra proclamaria no dia seguinte "o mais odioso e atroz já conhecido na história" (esquecendo-se de como a cabeça de Carlos I caiu em Whitehall), deu-lhes um pretexto²⁴³.

A Inglaterra estava determinada a enfrentar qualquer coisa em vez de nos permitir tomar posse de Antuérpia²⁴⁴. Ora, Danton, que havia hesitado por um tempo em aceitar a doutrina das "fronteiras naturais", a aceitou em voz alta²⁴⁵. "Os limites da França são marcados pela Natureza"²⁴⁶. Nós os alcançaremos em quatro pontos: o Oceano, as margens do Reno, os Alpes e os Pirineus": isso significava a anexação de Nice, Saboia, Genebra, o Jura suíço, as províncias renanas, a Bélgica e parte da Holanda²⁴⁷.

Toda a Inglaterra se levantou com raiva e protestou²⁴⁸. A Convenção não deu atenção ao clamor e deu ordens a Dumouriez, em 29 de janeiro, para marchar sobre a Holanda²⁴⁹. A Inglaterra, seguida pela Espanha, em cujo país o "assassinato do Rei" havia despertado uma espécie de indignação religiosa, agora entraria em cena²⁵⁰.

A Aliança entre os príncipes alemães, momentaneamente abalada, foi imediatamente consolidada²⁵¹. Em 23 de janeiro, a Rússia e a Prússia dividiram um segundo remanescente da Polônia entre elas, e a Áustria, por um momento, pareceu aceitar a situação: foi-lhe prometida uma compensação na forma da Flandres, Alsácia e Lorena, e a Inglaterra foi autorizada a esperar que Antuérpia fosse deixada em suas mãos²⁵². Os exércitos continentais seriam mantidos com o ouro britânico: este foi devidamente derramado em Madri, Turim, Nápoles, Viena e Berlim²⁵³. Finalmente, a Dieta Alemã declarou guerra²⁵⁴. Seu pretexto sentimental foi a morte do Rei: sua razão real, a doutrina das "fronteiras naturais" e, ainda mais, a esperança de desmembrar rapidamente um país "à beira da dissolução"²⁵⁵.

Uma rápida realização dessa esperança parecia provável²⁵⁶. Mal Dumouriez entrou na Holanda, em 17 de fevereiro, quando foi forçado a recuar²⁵⁷. Os austríacos se lançaram sobre a Bélgica: em 3 de março, Miranda, que havia sitiado Maestricht, foi obrigado a levantá-lo às pressas e recuar para Liège, em tal desordem que, em dois dias, os austríacos conseguiram expulsá-lo novamente²⁵⁸. Em 8 de março, Dumouriez foi chamado de volta para defender Bruxelas²⁵⁹. Ele voltou, mais furioso com a Convenção regicida do que com a Coalizão Europeia²⁶⁰. Embora ainda não tivesse conquistado os louros indispensáveis para o golpe de Estado que meditava, ele estava mais determinado do que nunca²⁶¹. Em 12 de março, sua fúria contra a Convenção havia crescido tanto que ele não conseguiu contê-la e enviou imprudentemente uma carta de reprovação, muito parecida com uma declaração de hostilidade, à Assembleia²⁶².

CAPÍTULO XXVII
A QUEDA DOS GIRONDINOS

Abril—Junho, 1793²⁶³.

A campanha contra os Girondinos²⁶⁴. A defesa Girondina²⁶⁵. Marat perante o tribunal²⁶⁶. A Comuna contra a Assembleia²⁶⁷. Marat absolvido²⁶⁸. A Comissão dos Doze²⁶⁹. A insurreição de 31 de maio²⁷⁰. 2 de junho²⁷¹. A Assembleia cativa²⁷². A cena no Carrousel²⁷³. "Artilheiros! Aos seus canhões!"²⁷⁴. A Assembleia entrega os Girondinos²⁷⁵.

"BRISSOT e Gensonné precisam provar a guilhotina: eles têm que dançar para ela!"²⁷⁶. As palavras foram ditas em maio de 1793 por Carrier, na presença de Garat²⁷⁷.

Mesmo agora, os Girondinos estavam no caminho²⁷⁸. A Montanha, deve-se reconhecer, tinha uma concepção toleravelmente clara da situação: a França se recusava a avançar²⁷⁹. "Em toda parte", escreve Jeanbon (um comissário) a Barère, em 26 de março, "as pessoas estão cansadas da Revolução"²⁸⁰. A conclusão tirada foi que este país "cansado" deveria ser forçado a avançar pela proclamação e pelo triunfo da "grande lei da Salvação Pública"²⁸¹. E embora os Girondinos estivessem dispostos a apoiar certas medidas, eles se opuseram a esta²⁸². Portanto, o primeiro passo para a Salvação Pública deveria ser suprimir os Girondinos²⁸³.

A campanha contra eles estava se tornando cada vez mais acirrada²⁸⁴. Danton, atacado imprudentemente pela Direita, decidiu se juntar ao ataque²⁸⁵. "Para se salvar e salvar seus amigos", escreve Garat, "ele cruzou todos os Rubicões"²⁸⁶. Ele permitiu que Desmoulins, seu segundo em comando, publicasse sua infame

História dos Brissotinos, na qual seu autor frenético (que eventualmente derramaria lágrimas amargas por sua própria loucura) exigia que os Brissotinos fossem "vomitados da Convenção", e em poucos dias, 4.000 cópias do panfleto foram impressas²⁸⁷.

Os golpes de Marat, naturalmente, aumentavam em fúria e agora eram desferidos de cima: como presidente do Clube Jacobino, ele acusava os Girondinos aos departamentos e convocava os "traidores" que teriam salvado o Rei votando por um apelo ao povo, a comparecerem perante o tribunal²⁸⁸. A Gironda reagiu diretamente: em 13 de abril, denunciou o discurso de Marat aos departamentos como um incitamento ao derramamento de sangue e aprovou uma moção pela qual o

Ami du Peuple foi convocado a comparecer perante o Tribunal Revolucionário²⁸⁹.

Este sucesso inesperado por parte de seus adversários despertou a fúria dos homens da Comuna²⁹⁰. Eles estavam determinados a aterrorizar o coração da Assembleia, que assim "voltava ao seu vômito"²⁹¹. Os burgueses deveriam ser aterrorizados: o populacho estava meio faminto, e os deputados mais avançados nada tinham para atender a seus apelos, exceto belas frases no antigo estilo da retórica: "a cabana de Fabrício", disse Robespierre, "não tem por que invejar o palácio de Crasso!"²⁹². Mais uma vez, a Comuna incitaria um levante da multidão faminta e, assim, aterrorizaria uma Assembleia de membros burgueses²⁹³. Em 18 de abril, Pache, cuja notória incompetência o forçara a sair do Ministério da Guerra, mas que fora aclamado Prefeito de Paris, compareceu perante a Convenção, apresentando uma petição a favor do

Maximum; os preços seriam reduzidos a um máximo fixo, uma medida francamente socialista baseada em argumentos comunistas: "Que ninguém objete com base nos direitos de propriedade: os frutos da terra, como o ar, são propriedade de todos os homens"²⁹⁴.

Nada poderia ter aterrorizado a Assembleia mais completamente: ela remeteu a petição ao Comitê encarregado de tratar de tais assuntos: a Comuna procedeu a se proclamar "em estado de revolução enquanto o fornecimento de alimentos não fosse assegurado"²⁹⁵. Assim ameaçada, a Convenção cedeu, e o

Maximum foi votado em 4 de maio²⁹⁶. A partir desse dia, a Comuna percebeu plenamente seu próprio poder²⁹⁷.

Ela exerceu pressão sobre o Tribunal para induzi-lo a absolver Marat, cujo julgamento os Clubes consideravam um escândalo insuportável²⁹⁸. Sua absolvição significaria a condenação dos Girondinos²⁹⁹. Em 24 de abril, o Tribunal o absolveu³⁰⁰. As cenas mais indescritíveis se seguiram³⁰¹. O Amigo do Povo foi arrancado de seu assento no tribunal e levado de volta ao seu assento na Assembleia primeiro, e depois à sua cadeira no Clube Jacobino, e carregado nos ombros do populacho do Palácio da Justiça aos Tuileries em um delírio de popularidade³⁰². A porta do salão onde a Assembleia se reunia se abriu — arrombada: o proscrito do dia anterior apareceu, carregado nos ombros, sua testa olivácea coroada de louros, um César envolto em trapos³⁰³. Um sorriso cruel curvou seu lábio — pois sua vingança estava próxima³⁰⁴. Ele falou, e aplausos choveram sobre ele: então, quando ele humilhou suficientemente seus acusadores, ele se deixou ser levado novamente para o Clube Jacobino, onde sua apoteose culminou³⁰⁵.

Os Girondinos mantiveram um coração valente, mas sua exasperação, nos diz Levasseur (de La Sarthe), havia chegado a tal ponto que eles começaram a perder a cabeça³⁰⁶. Eles invectivavam inutilmente contra Paris³⁰⁷.

E enquanto eles falavam, a Comuna agia³⁰⁸. Para o golpe que meditava, ela precisava de um exército, e embora o posto de Comandante-em-chefe da Guarda Nacional tivesse sido suprimido por lei, ela nomeou um tal Boulanger, um ex-alfaiate, como seu general³⁰⁹.

A usurpação era flagrante, a intenção evidente³¹⁰. A Assembleia traiu sua inquietação³¹¹. A Gironda propôs duas medidas: dissolver a Comuna e convocar os deputados suplentes em Bourges³¹². Essa dupla medida evitaria a insurreição que estava sendo tão abertamente preparada ou anularia seus efeitos³¹³. Mas a Assembleia estava literalmente girando em torno da Comuna, fascinada por seu inimigo como a ave é fascinada pela serpente³¹⁴. Ela estava lutando "convulsivamente", escreve um membro da Montanha, já em 18 de maio³¹⁵. Barère esperava ganhar tempo quando apresentou uma proposta para nomear uma Comissão de Inquérito de Doze Membros, para considerar a situação³¹⁶.

Isso poderia ter enterrado o assunto, mas a Gironda estava resolvida a que isso não acontecesse³¹⁷. O comando da Comissão dos Doze, nomeada em 24 de maio, foi assegurado pela Direita, e ela imediatamente decidiu pelo reforço da guarda da Assembleia e pela prisão de Hébert, que, sob o título de

Vice-Procurador, havia se tornado a alma da Comuna³¹⁸. Quando uma delegação da Comuna chegou em 27 de maio e exigiu corajosamente a libertação de seu representante, Isnard, que estava na cadeira presidencial, derramou os frascos de sua ira sobre ela³¹⁹. Em seu discurso — que realmente ultrapassa todos os limites — reconhecemos a amargura de um partido quase estrangulado pela covardia da Assembleia³²⁰. "Ouçam o que estou prestes a lhes dizer³²¹. Se em uma das insurreições que ocorreram perpetuamente desde 10 de março, e das quais os magistrados nunca avisaram a Assembleia, algum ataque fosse feito aos representantes da Nação, eu lhes declaro, em nome de toda a França, que Paris seria destruída: sim! toda a França vingaria a afronta, e os homens logo estariam se perguntando em qual margem do Sena Paris esteve!"³²².

Pobres tribunos, que imaginavam que suas frases aterrorizariam os corações dos homens!³²³. No entanto, tal era a instabilidade febril da Assembleia que as palavras do Presidente foram recebidas com um tumulto selvagem de aplausos, e Hébert permaneceu preso³²⁴. Os Girondinos, acreditando terem vencido a batalha, deixaram o salão³²⁵. Mas Hérault de Séchelles, que substituiu Isnard na cadeira presidencial, estava determinado a satisfazer os peticionários³²⁶.

"O poder da razão e o poder do povo são uma e a mesma coisa³²⁷. Vocês nos pedem um magistrado e justiça: os representantes do povo os restaurarão para vocês"³²⁸. E de repente o Comitê de Salvação Pública interveio, induziu a Assembleia, agora reduzida a cem membros, a votar pela libertação de Hébert e, o que era ainda mais importante, pela supressão da Comissão dos Doze³²⁹. No decorrer da noite, os deputados girondinos, que haviam partido cedo demais, souberam por boato público que sua última arma lhes fora arrancada das mãos³³⁰.

CAPÍTULO XXVIII

A INSURREIÇÃO NAS PROVÍNCIAS

Junho – Julho de 1793

Levantes nos Departamentos. A Constituição de 1793 — uma farsa. Derrota dos insurgentes normandos. Federalismo suprimido no Sul. Danton e Robespierre frente a frente. Danton é expulso do Comitê de Salvação Pública.

"Acredita-se que eles foram se juntar ao seu exército na Vendeia." Assim Couthon relatou a fuga de alguns dos líderes girondinos. A frase venenosa revela a existência de um plano: a Montanha estava determinada a fazer com que seus adversários fossem vistos como realistas, que finalmente tiravam a máscara. Isso poderia desestimular protestos na Assembleia (setenta e cinco deputados já haviam registrado um) e, acima de tudo, daria uma ideia falsa da esperada insurreição nas províncias.

Em Paris, a Comuna triunfou: Vergniaud, Brissot, Gensonné e vários outros foram presos. Buzot, Guadet, Isnard, Barbaroux e Pétion haviam fugido, e os nomes dos Rolands e de dois ministros, Clavières e Le Brun, foram adicionados à lista de proscritos. Danton achou tudo isso muito extremo: a prisão do Ministro das Relações Exteriores, seu braço direito, o ofendeu profundamente. Le Brun era tão necessário para ele que o prisioneiro era visto, dia após dia, cuidando dos assuntos de seu departamento, realizando conferências com o Comitê e enviando despachos para a Europa, com dois gendarmes o vigiando. Mas Danton, enganado por Robespierre, foi obrigado a proclamar os dias 31 de maio e 2 de junho como "dias gloriosos", e assim a Comuna obteve uma segunda vitória.

Paris estava ocupada denunciando os vencidos. A cidade, tão habilmente deixada para passar fome no dia 1º, foi milagrosamente bem abastecida no dia 2. Certamente foi graças à queda "daqueles Brissotinos" que o mercado de Poissy ficou cheio de gado e que bezerros podiam ser encontrados a um preço razoável na Pont de la Tournelle! Consequentemente, os deputados que protestaram deviam ser aproveitadores, realistas, amigos de Pitt e de Coburg! O bom General Hanriot deveria dar outro passeio pelos arredores das Tulherias para o bem dos setenta e cinco que se atreveram a protestar! Assim, ninguém mais protestou: a Comuna foi deixada por conta própria, e até mesmo Danton teve que adiar qualquer tentativa de controlá-la.

Nas províncias, as coisas seguiam um curso muito diferente. Os Departamentos estavam se levantando em revolta. Louvet afirma que sessenta e nove departamentos registraram protestos; Meilhan informa o número de setenta e dois. O estandarte da revolta foi formalmente hasteado em vinte.

Lyon não esperou pelo dia 2 de junho. As repetidas tentativas da Comuna, durante o mês de maio, de oprimir os representantes do povo pareceram justificativa suficiente para uma revolta que veio como um trovão; Chalier, o prefeito jacobino, um déspota odioso, foi capturado, julgado e executado; e quando, no dia seguinte a 2 de junho, Lindet foi enviado pela Convenção, foi informado de que a cidade não reconheceria a autoridade da Assembleia "até que aquele órgão estivesse completo, e o decreto de 2 de junho, que colocou uma parte de seus membros sob prisão, fosse rescindido". A grande cidade então organizou uma Comissão de Salvação Pública de Ródano e Loire. Marselha estava se levantando e poderia facilmente estender a mão a Lyon por meio de Avignon, que parecia favorável. Mas Bordeaux, acima de tudo, parecia determinada a se tornar o centro do movimento. Em 8 de junho, os órgãos constituídos convocaram as Seções para formar uma Comissão de Salvação Pública — o que foi feito no dia 9 — que convidou os outros Departamentos a tomarem medidas coordenadas. Dauphiné e Franche-Comté pareciam ambos prontos para se juntar. E a Gironda tinha simpatizantes também em Nantes e em Brest. A Normandia, inspirada por Buzot, que havia escapado de Paris, completou um formidável semicírculo que parecia destinado a se fechar cada vez mais em torno dos autores dos eventos de 2 de junho e esmagá-los.

Bordeaux deveria ter permanecido como o centro do movimento. Mas Buzot, sendo ele mesmo normando, persuadiu Guadet, um homem de Bordeaux, e Barbaroux, um marselhês, a irem para a Normandia, e assim as hostilidades começaram em Evreux. Isso implicava tentar levar a luta não a partir de seu centro, mas da extremidade da ala esquerda — uma tática ruim. No entanto, foi em Caen que a primeira reunião das assembleias unidas dos departamentos ocorreu, em 13 de junho. A violência da agitação pública é comprovada pelo fato de que desta pequena cidade, Charlotte Corday, sobrinha-neta do poeta Corneille, partiu com a alma em chamas para apunhalar Marat, perseguidor e carrasco dos mais virtuosos cidadãos, em seu banho, em 13 de julho.

Este foi o único — ou quase o único — resultado dos esforços de Buzot. Ele e seus amigos, de Caen a Lyon, encontraram-se em uma posição muito difícil. Eles realmente levantaram batalhões, mas os homens que alistaram eram realistas — um fato que serviu aos planos da Montanha com grande sucesso. Brest e Nantes eram cidades girondinas, mas também eram cidades republicanas; elas não teriam relações com os realistas da Vendeia. Na Normandia, vemos Puisaye, um realista, servindo sob as ordens de Wimpfen, um republicano; em Lyon, Précý e Virieu, ambos realistas declarados, assumiram o comando do exército; em Toulon, os insurgentes chamaram a frota inglesa e aclamaram "Luís XVII". Com aliados tão comprometedores, a revolta republicana estava condenada ao fracasso. Os próprios sucessos dos *Blancs* (Branco) da Vendeia, que haviam tomado Angers e Saumur e ameaçavam Nantes, forçaram os *Bleus* (Azuis) a se unirem no Oeste. Os departamentos republicanos começaram a vacilar e a procurar algum pretexto para uma reconciliação com a Convenção.

A Convenção forneceu isso da maneira mais habilidosa, apressando-se a votar, em 24 de junho, a tão esperada Constituição. Não sabemos de nenhum outro capítulo da história mundial que registre uma mistificação tão completa e perfeita quanto esta Constituição de 1793. Seu autor, Hérault de Séchelles, começou por fazer de bobos seus colegas do Comitê Constitucional, enviando-os — ele tinha um gênio para piadas solenes — para pedir as Leis de Minos na Biblioteca Nacional. Em seguida, ele encheu a Constituição (que ele sabia que nunca poderia ser aplicada) com "garantias democráticas" baratas: uma assembleia legislativa a ser eleita por apenas um ano; sufrágio universal; um referendo (perfeitamente ilusório); e, para começar, um plebiscito, sem a aprovação do qual as disposições do documento não seriam implementadas.

Então, cada deputado elogiou esta constituição — que, como alguém escreveu no dia 25, "asseguraria a felicidade da comunidade" — a seus próprios eleitores, e prosseguiu acrescentando, com a devida ênfase, que uma vez que a Constituição fosse aceita, "a Convenção teria cumprido sua missão, e um novo corpo legislativo tomaria seu lugar". Assim tranquilizados, os departamentos, que estavam à beira da insurreição, acalmaram-se. A Constituição foi

aclamada — 1.801.918 votos foram a seu favor, com 11.600 heróis votando contra, arriscando suas vidas — e as províncias, exceto por uns dez departamentos, pareceram satisfeitas.

Mas, uma vez que o resultado tão desejado foi finalmente alcançado, esta Constituição, "de natureza espartana demais para a França", foi declarada bela demais para ser exposta a qualquer risco de destruição pelo uso. Mas, para que ninguém duvidasse de sua existência, o pergaminho foi guardado em uma espécie de santuário, colocado de forma muito inconveniente no centro do salão da Convenção. "Aquele berço foi seu túmulo!", acrescenta Barère, outro áugure imperturbável.

Mas o objetivo, como dissemos, havia sido alcançado. Logo após 13 de julho, as tropas de Wimpfen foram derrotadas sem muita dificuldade diante de Vernon. Com o pretexto de que a Constituição havia satisfeito todas as suas demandas, Eure e Calvados abandonaram seus camaradas derrotados à própria sorte. Buzot, Guadet e Barbaroux escaparam da prisão, que era iminente, e conseguiram chegar à costa da Gironda por mar, apenas para descobrir que Bordeaux havia aberto seus portões, e que Tallien e Isabeau estavam lá, ocupados organizando o Terror.

No Sul, as Sociedades Jacobinas, com a Constituição em mãos, haviam cortado toda a comunicação entre Bordeaux e Marselha, e entre Marselha e Lyon. O General Carteaux não encontrou dificuldade em derrotar o pequeno exército de Marselha e entrou na cidade em 25 de agosto. Fréron e Barras logo ensinariam a seus habitantes "o respeito pela Convenção", por métodos que veremos em breve.

Apenas Toulon e Lyon pareciam dispostas a resistir à vitoriosa Assembleia. No dia 28, Toulon, aterrorizada pelo "porrete dos Cordeliers" empunhado por Fréron na Provença, abriria seus portões para os ingleses, dos quais a cidade só seria arrancada, após um famoso cerco, em 19 de dezembro. Quanto a Lyon, a insurreição reinaria lá até 8 de outubro, quando representantes ferozes da Nação, armados com um decreto de destruição total, iriam "esmagar os fragmentos moribundos de um Federalismo estrangulado".

O Federalismo — essa foi a expressão a ser aplicada futuramente à revolta do verão de 1793 — foi esmagado, em geral, bem antes do outono. Mas ele serviu a um propósito útil e continuaria a servi-lo por muito tempo: constituiu o pretexto supremo para a formação definitiva do governo de Salvação Pública — o reino do "terror salutar" — e, incidentalmente, para a expulsão do grande Comitê, em nome de Robespierre, de Danton, já considerado "indulgente demais".

Essa expulsão se mostrou uma questão muito simples: o leão permitiu que a raposa o apanhasse em suas armadilhas da maneira mais tola possível.

"A República não é nada além de uma grande cidade sitiada!", disse Barère. Nada, portanto, poderia ser mais legítimo do que a proclamação de um estado de sítio nacional. Esse estado, sendo totalmente favorável à Montanha, Robespierre não viu objeção alguma à prolongação do cerco. E isso explica como ele se tornou um partidário da "guerra até o fim". Danton, pelo contrário, teria ficado feliz em reduzir a área da guerra e fazer propostas de paz no exterior, na esperança de alcançar a paz interna.

A natureza curiosa desse homem é um quebra-cabeça perpétuo para o historiador. Não encontramos dificuldade em seguir Robespierre, seu adversário, em seu curso lento e calculista, mas somos constantemente desviados pela qualidade impulsiva do caráter de Danton. Seu sonho, agora, era todo de paz e união. Mas Sorel demonstrou habilmente quão vulnerável seu passado recente o tornava, e também aquela outra fonte de fraqueza — a necessidade de manter sua popularidade (muitas vezes uma popularidade muito doentia) em um momento de febre geral. Para conseguir isso, ele foi forçado a "erguer altos gritos por vingança, enquanto insinuava medidas de compaixão". E então, como Mirabeau, ele era perpetuamente arrebatado por seu próprio temperamento — o de um orador parlamentar — agora em completa contradição com suas ideias como estadista. Provas em mãos, Sorel nos mostra ele se esforçando para reconciliar a França com uma certa seção das Potências europeias, e então, de repente, exclamando da tribuna: "É com balas de canhão que devemos anunciar nossa Constituição aos nossos inimigos. Este é o momento para fazermos aquele grande e final juramento de que nos devotamos à morte ou à destruição de todos os tiranos!"

Friamente, Robespierre observava a luta entre o temperamento e a política. Ele fez com que ataques dissimulados fossem feitos ao Comitê de Salvação Pública, no qual Danton — apesar da entrada de Saint-Just e Couthon — ainda comandava uma maioria: o Comitê era fraco demais. Mayence, que havia sido sitiada, capitularia em 23 de julho, e Valenciennes em 28 de julho, mas sua queda já era prevista: havia algum sinal de um retorno a táticas ofensivas por parte dos piemonteses; os espanhóis ameaçavam Perpignan e Bayonne; a Vendeia estava vitoriosa; Westermann, um dos amigos de Danton, havia sido derrotado no Oeste. A oportunidade parecia boa. O General foi severamente censurado: Danton sabia que o golpe era destinado a ele; ele não se defendeu. Ele era mais capaz de atacar do que de suportar um cerco; e Robespierre havia planejado seu cerco com muita habilidade. Danton estava farto da política (de vez em quando ele soltava um grito de nojo e cansaço); ele também estava absorto nos prazeres de seu casamento recente, que o enervavam, pois ele era sensual. Seu inimigo, que nunca pensava em nada além de política, se livrou dele com a mesma facilidade com que poderia ter vencido um jogo infantil. Em 10 de julho, ele propôs que o número de membros do Comitê fosse reduzido de dezesseis para nove. Danton não era um dos nove... E quando Robespierre teve certeza absoluta — pois ele se movia cautelosamente — de que teria uma maioria fiel por trás dele neste novo Comitê, ele mesmo se juntou a ele, no dia 24. Este foi o grande Comitê do Ano II, que não seria dissolvido até o 9 de Termidor.

Danton se consolou com o pensamento de que teria mais liberdade de ação fora do Comitê. Esta é a ilusão do homem que se deixa expulsar da fortaleza.

CAPÍTULO XXIX
O GOVERNO DE SALVAÇÃO PÚBLICA

A guerra como pretexto para uma ditadura jacobina. O Comitê de Salvação Pública. A Convenção, uma "máquina de decretos". Os Comissários. Um sistema duplo: as Sociedades Populares e os Comitês Revolucionários. A Defesa Nacional. A Amálgama. Os "Catorze Exércitos da República". A "organização da vitória" e Lazare Carnot. Os soldados da Revolução.

O regime de "Salvação Pública" foi coroado quando Robespierre se juntou ao Comitê.

Não teria havido tempo para organizá-lo se o inimigo tivesse avançado diretamente para Paris no verão de 1793. "Se não fosse pela lentidão sistemática dos austríacos", escreve Thiebault, "nossa causa teria sido perdida cem vezes. Eles sozinhos nos salvaram, dando-nos tempo para formar soldados, oficiais e generais."

"Lentidão sistemática!" A visão do soldado era a verdadeira, como Sorel demonstrou. O descontentamento quanto à partilha da Polônia, na qual a Áustria não havia participado, não diminuíra em Viena. O coração da Áustria estava em Cracóvia: ofereceram-lhe Estrasburgo e Lille — se ela quisesse conquistá-las. Ela guardou rancor da Prússia por isso. E a Prússia, por sua vez, estava encontrando dificuldades inesperadas para tomar posse total de seu fragmento da Polônia, e suspeitava que a Áustria estivesse instigando problemas. Nunca houve menos sentimento de amizade entre esses dois "aliados". Sua marcha para o oeste era desprovida de qualquer entendimento real e carecia de todo espírito, tão grande era a suspeita mútua. A Prússia recuperou a posse de Mayence e depois parou nas fronteiras da Alsácia; a Áustria tomou as cidades de Condé e Valenciennes e ameaçou Lille, mas não a sitiou de fato. A Inglaterra, que gastava dinheiro livremente, não conseguiu galvanizar esses cães de porcelana. E, de fato, as reivindicações gananciosas que ela mesma havia apresentado contribuíram muito para semear a divisão entre os membros da Coalizão.

Os *émigrés* fizeram o possível para instigá-los; a França estava à beira da dissolução: seria muito fácil restaurar o Rei! Aos ouvidos da Europa, tudo isso soava como uma canção velha e ridícula. Os diplomatas europeus perderam a paciência e se tornaram cínicos: "Então vocês realmente acham que estamos fazendo guerra para agradá-los!", disse Mercy, em resposta ao clamor indignado dos *émigrés* quando viram a bandeira austríaca tremulando sobre Valenciennes, "uma das fortalezas do Rei"; "Vocês verão muito mais disso!"

Seu "muito mais" significava as províncias francesas, cuja partilha já estava planejada entre os Aliados. Mas, como o acordo sobre essa partilha não estava completo, as Potências estavam hesitando. Por que não deveriam esperar? A França, dividida por conflitos civis, estava se entregando aos seus inimigos: era apenas uma marcha de quinze dias até Paris; eles pretendiam chegar lá com seu tratado de partilha devidamente elaborado. Nunca a venda da pele do urso vivo foi realizada com maior loucura e segurança.

Enquanto isso, o próprio urso estava flexionando seus músculos e afiando suas garras. A Convenção, a partir de fragmentos, havia construído seu Governo Revolucionário, e com o Governo Revolucionário, a Defesa Nacional, destinada a uma longa série de sucessos, estava sendo organizada.

À frente de tudo estava o Comitê: este era realmente o poder executivo (o Conselho Executivo desapareceria no 12º Germinal do Ano II). Os próprios Ministros foram suprimidos: eles apenas atrapalhariam seus superiores — os membros do Grande Comitê.

Todos os assuntos logo foram centralizados neste Comitê; toda a máquina executiva dirigida por ele. Ao lado dele, existia apenas um outro Comitê independente, o Comitê de Segurança Geral, um verdadeiro Ministério da Polícia, que o Comitê de Salvação Pública tinha o poder de convocar para suas deliberações, garantindo assim a unidade de ação.

Exceto em questões financeiras, o Comitê governava tudo. Ele havia recebido, com enormes fundos secretos (o princípio essencial de toda onipotência), o direito de nomear e demitir generais, e assim dirigi-los como bem entendesse; de instruir os representantes da Nação enviados em missões aos departamentos; de remover funcionários civis e nomear outros em seus lugares, e de conduzir a política externa do país sem qualquer controle. Até mesmo os departamentos de Instrução Pública e Festivais Cívicos estavam sob sua responsabilidade, assim como os de Religião e Belas Artes. O Comitê tinha o poder de abrir cartas particulares; tinha um escritório para assuntos secretos e dispunha de fundos secretos. Poderia haver provas mais convincentes da reconstrução de um governo? Quanto tempo duraria? Em 10 de outubro de 1793, Saint-Just proclamaria "até que a paz seja feita!"

Vemos um sinal do poder do Comitê no fato de que ele estabeleceu sua sede na própria casa do rei assassinado. Aquele famoso "salão verde" onde os decênvros se sentavam — a entrada do corredor era flanqueada por canhões, a guarda do soberano — ficava no térreo do Pavilhão de Flora. "Os degraus do trono!", disse Baudin a Barère com um sorriso, enquanto estavam diante das escadas que levavam ao Pavilhão.

Os Dez haviam dividido quase todos os vários departamentos do governo entre si. Robespierre, que mantinha um olho mais ou menos em tudo, seria principalmente o órgão do Comitê na tribuna; Saint-Just, seu braço direito, era o principal gerente de todos os assuntos policiais: aquele braço direito alcançava longe, até as fronteiras, para onde, como Comissário dos exércitos, ele levou "o raio" mais de uma vez. Ele gostava de intervir em assuntos militares, pois, embora jovem, acreditava-se onisciente. Couthon também se ocupava de assuntos de política interna, mas Billaud e Collot logo seriam encarregados da correspondência com os representantes enviados em missões. Héroult esteve absorvido, por um tempo considerável, na diplomacia — se a palavra diplomacia pode ser aplicada à política do punho cerrado — mas Barère disputou sua supremacia neste departamento e acabou por suplantá-lo: ele, como observa com justiça M. Gros, era o "faz-tudo do Comitê", pois também obtivera a gestão da Instrução Pública e das Belas Artes: Prieur (do Marne), o menos proeminente dos decênvros, estava constantemente ausente em missões. Prieur (da Côte-d'Or) administrava o abastecimento de alimentos, em conexão com o qual Lindet, um homem muito trabalhador, demonstrou uma atividade louvável: Jeanbon Saint-André se encarregou dos assuntos navais, e Carnot se dedicou a reorganizar o exército.

Na realidade, todos eles, em certos momentos, se revezavam em tudo. Carnot exagerou quando falou após Termidor (por razões especiais) de dois grupos separados no Comitê, os "políticos" e os "trabalhadores". Os políticos estavam perpetuamente trabalhando, e os trabalhadores se voltavam para a política, na ocasião. Um estudo das "Atas do Comitê", publicadas por M. Aulard, prova que não havia compartimentos estanques entre esses "departamentos". Nunca a solidariedade foi mais completa do que a deste Comitê impiedoso.

E nunca a atividade de qualquer Ministério foi tão tremenda. "Um milagre!", diz Joseph de Maistre; e, se acreditássemos em tais coisas, seríamos tentados a dizer o mesmo. Por meses, esses homens viveram em uma espécie de prisão voluntária: passando seus dias e noites digerindo documentos e, com eles, carne humana; lançando suspeitos à guilhotina e tropas sobre os canhões inimigos; condenando milhares de homens, alguns à prisão, alguns à vitória e quase todos à morte; restaurando os músculos de uma nação, infundindo sangue novo em suas veias, reconstituindo o cérebro e o coração de um país exausto. Às vezes, vencidos pelo cansaço, eles se jogavam em algum colchão, dormiam três horas e depois se levantavam e voltavam ao trabalho.

Isto não é um conto ocioso. Aquele "salão verde", no final da passagem escura, foi primeiro um laboratório, no qual uma nação foi fabricada, e depois uma forja, onde foi martelada na bigorna. Das mãos daqueles homens, ela saíria desfigurada, de fato, mas temperada como aço. No fundo de seu coração, Napoleão sentiu uma gratidão legítima por aqueles que lhe forjaram uma arma tão resistente e flexível.

Oficialmente, os membros do Comitê eram meramente os Ministros da Convenção. Mas, como no caso de muitos ministros, seu soberano era seu tutelado — seu tutelado voluntário. Thibaudeau nos diz que a mente da Convenção era a mente do Comitê; ela se reconhecia nesses homens e apoiava sua autoridade; ela nunca os abandonou até que o perigo tivesse passado. O Comitê propunha decretos e a Convenção os votava. Em três anos, ela aprovou 11.200: em certas sessões, votava dez, quinze, tudo o que os Decênvios precisavam para poder governar, matar e vencer batalhas. Arrebatada pelo princípio de Danton de que em tempos de revolução "deve haver despacho", ela despachou e triunfou. Ela havia suprimido todas as garantias (por mais insignificantes que fossem) fornecidas pelas duas Assembleias anteriores como proteção contra seus próprios entusiasmos: não havia mais declaração de urgência, nem segunda leitura de nenhum decreto. "Assim aconteceu", diz M. Aulard, "que os decretos mais sérios, os decretos terroristas, foram aprovados em uma única sessão". A Convenção vivia sob o olhar do Comitê, que logo se desenvolveria em um tirano. Ela se rebelava de tempos em tempos, mas sempre em segredo — como Luís XIII poderia ter se rebelado duzentos anos antes contra alguma medida vigorosa imposta a ele por Richelieu: mas, de modo geral, ela votava de bom grado. De qualquer forma, a "máquina de votar decretos" estava sempre a serviço dos terríveis mecânicos no Pavilhão de Flora.

Que instrumentos este Governo empregou em todo o país? Era o país inteiro, afinal, que tinha que ser "colocado em marcha". Os instrumentos para este propósito seriam os Comissários, os Representantes em Missão, as Sociedades Populares e os Comitês Revolucionários.

Em 6 de março de 1793, a Convenção já havia ordenado o envio de dois de seus membros a cada departamento para supervisionar o recrutamento do grande contingente decretado em 24 de fevereiro. Mas, para garantir a remoção de todos os obstáculos que pudessem ter dificultado sua tarefa, agora foi dado a esses membros o poder de quebrar todos os obstáculos, políticos, administrativos, financeiros, econômicos ou religiosos. Eles foram assim autorizados, ou melhor, convidados, a se transformarem em procônsules. Uma vez feito o recrutamento e o exército suprido de homens, eles deveriam permanecer nos departamentos para sufocar todas as "conspirações liberticidas".

O Comitê apoderou-se desses Comissários; e eles se tornaram assim os capangas deste Richelieu de dez cabeças. No 9º Nívos do Ano II, uma nova missão lhes seria dada: eles deveriam purificar as administrações, que estavam infectadas com o "Federalismo", e vigiar os suspeitos. Mas como eles, que chegavam como estranhos às localidades, reconheceriam os suspeitos? Seu primeiro cuidado deveria ser entrar em comunicação com as Sociedades Populares.

O Comitê, ele mesmo nascido da Revolução Jacobina, sabia — ninguém melhor — onde residia a força daquela Revolução desde os primeiros meses de sua existência: no "Grande Clube" e em seus clubes afiliados. A grande Sociedade agora espalharia suas redes até as menores aldeias. O Comitê conhecia seu poder e, tendo se apoderado dos Comissários, que haviam sido criados antes de sua própria formação, agora se apoderou das Sociedades, às quais devia seu nascimento.

A Sociedade dos Jacobinos, cuidadosamente cultivada por Robespierre — e lisonjeada na pessoa de Collot d'Herbois, o grande favorito do ano de 1794 — e seus ramos, tornaram-se o instrumento oficial do Governo. Esta organização magistral trabalhava lado a lado com os Comissários. A máquina esmagadora tinha um movimento duplo, e Robespierre a manjava com habilidade consumada. Quando os Comissários, no final, se recusaram a ser impulsionados pelo Comitê, seus lugares foram preenchidos pela nomeação dos Agentes Nacionais, jovens rufiões escolhidos entre os seguidores pessoais dos decênvios, dos quais o "pequeno Jullien", enviado por Robespierre a Nantes, Bordeaux e Toulouse, era, como veremos, um espécime perfeito. E quando as Sociedades Populares, orgulhosas pelo decreto de 14 de Frimário do Ano II, que lhes dava o direito de eleger todos os funcionários (um direito não reivindicado pelo Comissário), pareceram dispostas a presumir, elas foram empurradas de volta para a obscuridade com uma recomendação para se limitarem à sua verdadeira função, "o fornecimento de salitre" (uma gíria da época). Seu lugar foi tomado por um novo sistema, elaborado pelo Governo, que espalharia sua rede por todo o infeliz país, cada vez mais indefeso em seus grilhões: os Comitês Revolucionários.

Por um decreto aprovado em 21 de março de 1793, um Comitê, encarregado inicialmente apenas do dever de vigiar estrangeiros, deveria ser estabelecido em cada Comuna. A vigilância exercida por esses comitês logo se estendeu a todas as pessoas suspeitas. Em 17 de setembro de 1793, eles foram autorizados a elaborar listas dessas pessoas, e em 14 de Frimário do Ano II, a "aplicar todas as leis revolucionárias". As rédeas desta rede, com suas malhas apertadas — como M. Aulard a chama — estavam nas mãos do Comitê de Salvação Pública. Esses comitês locais, formidáveis desde o início e que logo se tornariam execráveis, completaram o sistema do Governo de Salvação Pública, uma organização que deve ser completamente compreendida para que o restante desta história seja inteligível para nossos leitores.

O primeiro resultado desta estranha reconstituição do Governo foi a organização — rigorosa em suas leis e magnífica em seus resultados — da Defesa Nacional.

Quando Barère esboçou o plano desta defesa para a Assembleia em 23 de agosto, foi recebido com trovões de aplausos. "A partir deste momento até aquele em que todo inimigo tiver sido expulso dos territórios da República, todo francês está permanentemente sob requisição para o serviço nos

exércitos. Os jovens irão lutar; os homens casados fabricarão armas e transportarão provisões; as mulheres farão tendas e roupas e cuidarão dos hospitais; as crianças rasparão fiapos de linho velho; os idosos se dirigirão às praças públicas, para levantar a coragem dos guerreiros e pregar o ódio aos reis e a unidade da República. O recrutamento será geral; cidadãos solteiros e viúvos sem filhos entre dezoito e vinte e cinco anos serão os primeiros a marchar... O batalhão a ser levantado em cada distrito será reunido em torno de uma bandeira com esta inscrição: 'A Nação Francesa erguida contra os tiranos!'" Como disse Carnot, "a fúria popular receberia organização militar."

Um recrutamento forçado era indispensável: o grande ímpeto de entusiasmo que marcou os anos de 1791 e 1792 havia desaparecido. A França estava cansada e, acima de tudo, estava enojada. Ela ainda se apegava, de fato, aos princípios de 1789 e às conquistas que esses princípios haviam feito, mas percebia que estava sendo usada por um partido para seus próprios fins. Apesar da intoxicação momentânea de uma visão de glória militar sem precedentes, ela se perguntava, com boa razão, se essa glória não era uma nova armadilha preparada pelo caçador para aprisioná-la mais firmemente do que nunca em sua jaula. O decreto de 24 de fevereiro foi friamente recebido no país. Se não fossem os métodos rudes dos Comissários, ele nunca teria produzido um novo exército de 200.000 homens. E quando, em setembro seguinte, o primeiro recrutamento anunciado pelo decreto de 23 de agosto começou, os Comissários foram obrigados a conduzir os jovens à ponta da espada. No entanto, esses recrutas, uma vez forçados ao heroísmo, se tornariam os melhores soldados do mundo. "Esses jovens", escreve Rivarol, "conduzidos aos milhares para as fronteiras, tremiam ao alcançá-las, e então fizeram toda a Europa tremer."

Apesar de tudo, este novo recrutamento poderia muito bem ter sido tão insatisfatório, no que diz respeito à disciplina, quanto o de 1792. Mas, alertado pelos deploráveis incidentes de 1792, o governo de Paris já havia decidido que os voluntários daquele ano não deveriam ser deixados à própria sorte, e os recrutas de 1793 ainda menos. Eles seriam absorvidos, por um processo de amálgama, nos antigos regimentos de linha. Chassin e Camille Rousset nos contaram como o processo foi realizado e como dois batalhões de voluntários, fundidos em um batalhão de veteranos, formaram as famosas "meias-brigadas" que se cobriam de glória. Essas fusões foram realizadas de maneira cerimoniosa ao som da Marselhesa, com discursos dos Comissários da Convenção e muitas trocas de abraços fraternos enquanto as lágrimas corriam livremente. O cerimonial nos parece um tanto pueril agora, mas daquelas lágrimas e abraços surgiu o esplêndido exército diante do qual toda a Europa tremeria. Eles iniciaram esses jovens camponeses e jovens artesãos no caminho da glória.

A Convenção, em seu amor ingênuo por frases pomposas, havia exigido a súbita evolução de "catorze exércitos": catorze exércitos, cada um com 100.000 homens! Era uma noção infantil. Os 752.000 homens que a República realmente teria à sua disposição foram divididos por Carnot — um homem prático, que colocou alguma realidade nas frases de Barère — em corpos de força desigual, é claro, de acordo com o emprego no interior do país ou em suas fronteiras. O Exército do Norte e do Mosa contava com 113.000 homens, o Exército do Interior tinha apenas 4.000.

Este Lazare Carnot, com seus registros e mapas, tornou-se a partir daquele dia o Chefe do Estado-Maior Geral da Nação. Um borgonhês robusto, um oficial modelo do ramo científico, capaz também, como não deixou de provar, de se lançar como um hussardo em uma chuva de balas e tiros; um calculista nato, metódico e perspicaz; deslocado na política, que, como veremos, sempre seria uma fonte de embaraço para ele, não facilmente desencorajado, muito menos facilmente cansado: um homem do destino, enviado pela Sorte naquele momento especial para servir a França. Em meio à efervescência da nação, ele se tornou não apenas "o organizador da vitória", mas, graças à sua calma aparentemente gélida, "o organizador da disciplina" também. Aquele Terror sangrento e bombástico que, como afirmam seus apologistas, teria sido suficiente para garantir nossa vitória, certamente não nos teria trazido nada além de suas hediondas hecatombes em casa, exceto hecatombes ainda mais hediondas na fronteira, se este oficial de engenharia de cabeça fria não tivesse conduzido a torrente de lava para pontos onde ela prestou um serviço útil. Diremos novamente, como tantos outros disseram antes de nós: aquele homem, sentado em seu escritório entre suas pastas verdes, salvou a França da invasão e, pelas vitórias que lhe deu, salvou também a Revolução do opróbrio absoluto.

Mas os "catorze exércitos" tinham de ser armados, alimentados, vestidos e pagos. O dinheiro foi encontrado transformando a propriedade confiscada dos *émigrés* em um tesouro de guerra nacional. Milhares de novos *assignats* foram emitidos. A fabricação de pólvora foi iniciada. Os cientistas da Revolução dedicaram suas mentes a isso: Fourcroy, Monge, Berthollet, Guyton-Morveau, demonstraram a grande "necessidade de químicos" da República. Guyton dirigiu e aprimorou a arte da balonismo militar, que surpreenderia os exércitos em Fleurus; e Chappe foi alistado e recebeu o posto de tenente-telegrafista. Quanto ao vestuário e aos suprimentos de alimentos, estes eram parcialmente mantidos por requisições feitas pelos Comissários; em Marselha, Barras requisitou subitamente duas camisas de cada um dos vinte mil cidadãos abastados; enquanto em Lyon, Fouché confiscou todas as botas da população civil: e não devemos esquecer que um decreto aprovado em 10 de novembro requisitou "um oitavo de todos os porcos da República" para o sustento das tropas!

Quando o exército foi recrutado, amalgamado, armado e vestido, foi preciso encontrar líderes para ele. Aqui estava um problema sério! Se o exército fosse entregue aos "patriotas" recomendados pelos Clubes, estaria perdido. Felizmente, foram encontrados jovens que eram ao mesmo tempo patriotas ardentes e chefes militares distintos — Hoche, Jourdan, Moreau; e outros também se revelariam esplêndidos soldados — como aquele General Chancel que disse aos seus soldados famintos: "Saibam que é por um longo curso de trabalho, privação, cansaço e sofrimento que devemos comprar a honra de lutar e morrer por nossa pátria!"

Esses Generais eram vigiados de perto pelos Comissários com os exércitos. Mas, embora, em certos casos, líderes valentes e desafortunados tenham sido vítimas desse sistema, em outros o terror parece ter elevado o gênio a alturas extraordinárias. Ou talvez, mais provavelmente, a audácia — aquela audácia cara a Danton e pregada pelos procônsules — que encontrou um caminho fácil para as almas desses jovens líderes, transformando-os em estrategistas que desconcertariam todos os planos de campanha concebidos pelos velhos e sólidos táticos das Potências europeias.

Quando, no outono de 1793, a Europa decidiu agir, ela se depararia com um governo e um exército, e sentiria o peso deles, para seu próprio custo.

Infelizmente, a França também estava aprendendo, para seu próprio custo, que estava sob um jugo de ferro: antes que o Governo de Salvação Pública provasse seu poder na Vitória, ele o manifestaria no Terror.

O PRIMEIRO TERROR

Julho – Dezembro de 1793

As fronteiras ameaçadas. O Terror. Uma guilhotina permanente. "A Missa Vermelha". O Tribunal Revolucionário. Fouquier-Tinville. O cortejo dos "culpados". Charlotte Corday. Execução da Rainha. Um holocausto de Girondinos. Manon Roland no cadafalso. Philippe-Égalité. Soldados na guilhotina. A Lei dos Suspeitos. O Terror nas províncias. Afogamentos, execuções por fuzilamento, por metralha, pela guilhotina. "Coloquem na conta da Convenção!"

É impossível improvisar um exército, mesmo que seja forjado na bigorna com os golpes mais poderosos. O outono foi marcado por apenas alguns sucessos passageiros, seguidos por alguns reveses — o suficiente para fornecer o pretexto necessário para o Terror.

Enquanto a Europa mantinha uma inatividade estúpida — perdida no "labirinto da Coalizão", complicado, felizmente para a França, pela eterna questão polonesa — a França havia oferecido batalha. Houchard, instigado por Carnot, atacou os austríacos em Hondschoote em 6 de setembro de 1793; ele os venceu, mas, sendo velho e tímido, não aproveitou sua vitória, permitiu que um novo acesso de pânico distraísse suas tropas e, assim, deixou Coburg retomar a ofensiva e tomar Maubeuge. Ele foi forçado a entregar seu comando e convocado — de acordo com o costume então estabelecido — perante o Tribunal.

Jourdan, de fato, vingou essas derrotas em 15 e 16 de outubro em Wattignies, o verdadeiro "Denain" da República; o próprio Carnot ajudou a liderar as tropas sob o fogo austríaco. Mas, naquela mesma hora, Wurmser, que havia tomado a ofensiva na Alsácia, nos expulsou de Wissembourg, e assim tanto Estrasburgo quanto Lille foram colocadas em uma posição muito perigosa. Foi uma sorte que o negócio polonês tenha se agravado exatamente neste momento; isso semeou a suspeita entre os membros da Coalizão e paralisou todos os seus esforços por várias semanas. O jovem e empreendedor Hoche no Mosela, e o astuto Pichegru no Reno, puderam assim preparar um novo movimento ofensivo. No entanto, mesmo assim, na véspera das duas primeiras vitórias decisivas conquistadas em novembro e dezembro, em Kaiserslautern e em Landau, as coisas pareciam terrivelmente ameaçadoras. Este inverno de 1793-1794, destinado a ser tão glorioso, começou muito mal. O que seria da França se Pitt — declarado, por um decreto aprovado na Convenção em 7 de agosto anterior, "o inimigo da raça humana" — conseguisse galvanizar a Coalizão, e se Coburg, agora reconciliado com Brunswick, decidisse tomar Estrasburgo?

Esta situação alarmante serviu aos propósitos do partido no poder. As derrotas deram-lhe um pretexto para levar a cabo sua horrível intenção: o Terror seria desencadeado. As ameaças intermitentes da Europa seriam respondidas com execuções. Que execuções? As de generais patriotas, como Custine e Houchard; de deputados patriotas, como Vergniaud e Brissot; de mulheres patriotas, como Madame Roland. Esses nomes nos forcem a reconhecer a impostura praticada por um partido que estava simplesmente satisfazendo seus próprios ódios sob o pretexto de salvar o país.

"É uma falsidade", diz o próprio Louis Blanc, "dizer que o Terror salvou a França, mas pode-se afirmar que ele aleijou a Revolução". No entanto, ele estabeleceu o poder da facção de Robespierre.

Não exageremos, fazendo de Robespierre um bode expiatório, como é usual. Nem o nome nem o sistema foram de sua invenção. Mas ele se apoderou deles e os aprimorou, para afastar seus rivais e voltar a máquina contra os próprios homens que a haviam concebido.

Já em 5 de setembro, as Seções foram à Convenção para exigir que o Terror fosse colocado na ordem do dia. Somente em 25 de dezembro, e depois de muitas cabeças terem caído, Robespierre, que havia deixado as coisas amadurecerem, formularia a doutrina de que "em tempos de paz, as molas do governo popular estão na virtude, mas em tempos de revolução, estão tanto na virtude quanto no terror".

"As mentes", escreve Barère, "estavam em estado de delírio". Barras reconhece o motivo real. "Devemos guilhotinar os outros ou esperar ser guilhotinados nós mesmos". Robespierre, ele mesmo bastante calmo, encontrou sua vantagem no delírio daqueles ao seu redor.

Os métodos nunca variariam muito: "conspirações realistas", "cumplicidade com Pitt e Coburg"; Maria Antonieta e Madame Roland, Madame Elisabeth e Camille Desmoulins, Barnave e Hébert, todos pereceriam — um paradoxo prodigioso — sob a mesma acusação: a de uma vasta conspiração contra a Liberdade. Muitos Terroristas acabaram acreditando nisso. Acreditamos que Couthon foi sincero em 18 de janeiro de 1794, quando, enlouquecido por uma fúria sombria e aterrorizante, escreveu que "uma conspiração infame foi descoberta, cujo objetivo original era assassinar todos os deputados da Montanha e, em seguida, proclamar o menino Capeto Rei", que "o número de cúmplices é imenso, e mais de 4.000 pessoas já foram presas". "Paciência!", ele acrescenta, "no devido tempo, conseguiremos livrar a República de todos os seus inimigos!" Agora, notemos, com M. Aulard, que não existia sombra de qualquer conspiração realista entre 10 de agosto e o 9 de Termidor. Essa "conspiração realista" era simplesmente um método engenhoso de governar.

Sim! de governar! O povo, como veremos, estava passando fome. O Governo, incapaz de dar "*panem et circenses*", como os antigos Césares, limitou-se apenas aos *circenses*. Madame Roland viu isso com clareza suficiente: "Chegou o tempo, como foi predito, em que o povo pediria pão e receberia cadáveres". Não havia milho, então a multidão faminta deveria ser embriagada com sangue.

E este curso de ação satisfaria e garantiria a lealdade de um corpo compacto de apoiadores: informantes, rufiões, pequenos tiranos. Ouçam a alegria daquele pequeno déspota Achard, quando Fouché e Collot ceifaram os homens de Lyon com metralha! "Que momento delicioso terias desfrutado", escreve ele a um amigo, "se pudesses ter visto a justiça da Nação aplicada a 209 vilões anteontem!... Que espetáculo, digno de fato da Liberdade!... *Ça ira!*" Sua carta termina: "Bom dia a Robespierre!"

Esses miseráveis adoravam o grande homem, pois ele estava perpetuamente lhes dizendo que seus "raios" estavam servindo à causa da "lei e da liberdade". Esses informantes que, como disse Lameth, "teriam denunciado o Pai Eterno", e cujas denúncias foram aceitas, como nos conta Madame Roland, "como prova de sua virtude cívica", viram seus serviços sujos pintados com as cores mais resplandecentes. Eles eram os servos da liberdade, de sua pátria, de suas leis, e se gloriavam em seu trabalho. Albitte protestou contra a frase em que Chénier faz seu Caio Graco suplicar "por leis, não por sangue!": "esta

máxima", ele gritou para toda a audiência no teatro, "é o último refúgio dos Feuillantistas!" Mas o mais astuto Robespierre afirma que o sangue derramado é derramado a serviço da lei.

A guilhotina, então uma invenção recente, facilitaria o massacre. Desmoulins brincou quando descreveu o carrasco, em 1791, como o representante do poder executivo. Mas é certo que Samson logo poderia ter assumido legitimamente o título! Ele poderia até ter se considerado um sacerdote oficiando em um altar, pois uma espécie de culto à guilhotina, "a santa guilhotina", surgiu. "Vamos ao pé do grande altar", disse Amar na Convenção um dia, "e assistamos à celebração da missa vermelha!"

Foi Fouquier-Tinville quem forneceu as vítimas para o sacrifício. Ele era o "Grande Inquisidor", o "Procurador Público", a mola mestra do grande Tribunal Revolucionário. Em vez de contar novamente a hedionda história daquele Tribunal, remeteríamos nossos leitores aos registros do julgamento ao qual juízes, jurados e o próprio "Procurador" foram todos levados, após os dias de Termidor.

O Tribunal, criado como vimos em 10 de março, tornou-se prontamente o "bastião da República". Ele realizava suas sessões no grande salão do Palácio — transformado, por um golpe de ironia sangrenta, no "Salão da Liberdade" — e nesse palco foi encenada uma tragédia em cem atos, que duraria quatorze meses.

Fouquier-Tinville desempenhou o papel principal. Um financista, amargurado pela pobreza, que faria seus novos "patrões" pagarem um preço amargo por seus sofrimentos passados. "Cabelos pretos, com sobranceiras espessas, olhos pequenos, redondos e brilhantes, testa baixa, bochechas cheias, pele amarelada, nariz curto e marcado por varíola, lábios finos e bem barbeados, queixo teimoso", e invariavelmente vestido de preto, não havia nada de muito trágico em sua aparência. Ele brincava e zombava, chafurdando em sangue com uma espécie de prazer, só se enfurecendo quando alguém tentava "estragar um trabalho que ele tinha em mãos".

M. Campardon nos deu um estudo deste Tribunal em um volume de autoridade; M. Lenotre acrescentou muitas características. Devemos remeter nossos leitores às suas páginas. "Homens de capacidade muito medíocre", diz M. Campardon sobre os juízes. Herman, o primeiro Presidente nomeado pela influência de Robespierre, e Dumas, que o sucedeu — "Dumas, o Vermelho, como era chamado em seu Jura natal — extraíram a quintessência da iniquidade do Tribunal. Quanto aos jurados, que recebiam dezoito libras por dia cada, M. Dunoyer nos familiarizou com dois, Vilatte e Trinchard, ambas figuras edificantes; a maioria eram "idiotas", como Ganney, a quem esse epíteto foi aplicado; o intelectual do bando era Brochet, um ex-lacaio, que havia composto a oração "Coração de Jesus! Coração de Marat!". A nenhum deles ocorreu que eles estavam lá para garantir o triunfo da verdade e da justiça; seu trabalho era dar cabeças ao carrasco.

Em junho de 1793, o "trabalho" de Fouquier havia se tornado absorvente: uma sucessão de decretos havia entregado todo o país a ele: ele tinha o poder de prender quem quisesse, exceto generais e deputados: ele foi proclamado com toda a seriedade "o Salvador da França".

E então o longo cortejo começou. A princípio, as sentenças de morte eram comparativamente raras: entre abril e novembro, uma a cada dois dias; entre novembro e março de 1794, 65 por mês; 116 em Ventoso do Ano II; 155 em Germinal; 354 nos primeiros vinte e dois dias de Prairial; e depois da Lei daquele mês, à qual nos referiremos mais tarde, 1366 em quarenta e sete dias. Em Paris, 2625 vítimas ao todo foram entregues a Samson. (Deve-se lembrar que os "Dias de Setembro" já haviam "esvaziado as prisões".)

Em 12 de julho, os "assassinos" de Léonard Bourdon, um membro da Convenção — ele estava vivo e bem, e a maioria de seus "assassinos" nunca o tinha visto — foram condenados à morte.

Charlotte Corday, cujo "crime" foi pelo menos confessado, compareceu perante o Tribunal cinco dias depois, tão bela, tão "antiga", tão cheia de desprezo pela vida e pelo homem, tão serenamente satisfeita por ter eliminado "um monstro", que o júri hesitou por um momento e o "trabalho" quase foi "estragado" para Fouquier.

A Rainha veio em seguida. Ela havia sido transferida em 1º de agosto para a Conciergerie, um lugar horrível, onde era tão vigiada que nem mesmo ousava trocar de roupa. No entanto, esta figura orgulhosa, com sua coroa de cabelos embranquecidos, ainda era admirável. Girodet a pintou em seu vestido de luto, seu chapéu branco com enfeites de crepe preto, seu lenço de linho cruzado sobre o peito, seu pequeno xale preto sobre os ombros; mais régia do que quando havia sido coroada com joias. Mas a angústia suprimida do rosto aperta nossos corações.

Ela já havia sido sentenciada de antemão quando foi levada perante o Tribunal em 14 de outubro. Nossos leitores sabem que imundície foi derramada sobre ela por Hébert, "a testemunha", e Fouquier: eles declararam, com detalhes obscenos, que ela havia corrompido seu próprio filho. Quando a chamaram, com palavras grosseiras, para responder à acusação, ela respondeu: "Se não dei resposta, é porque a própria natureza se recusa a aceitar tal acusação feita contra uma mãe. Apelo a todas as mães aqui presentes". Tão evidente foi a simpatia evocada por esta exclamação que Herman ameaçou, furioso, esvaziar o tribunal. Em grande alarme, Fouquier apressou a defesa: os advogados deveriam terminar tudo o que tinham a dizer em um quarto de hora. E a Rainha, exausta, tinha apenas um desejo, ver tudo acabado. "Será que o povo", ela suspirou, "não se cansará logo do meu cansaço?"

Ela levou sua majestade, sem arrogância, até o cadafalso. "A descarada", escreveu uma testemunha hostil da execução, "teve a coragem de ir para o cadafalso sem vacilar!" O vil Hébert subiu ao Capitólio, "depois de ter visto com seus próprios olhos a cabeça do Veto feminino ser cortada de seu pescoço de prostituta!" Em seis meses, o panfletário, arrastado ele mesmo para o cadafalso, foi ignóbil em sua covardia.

Em seguida vieram os Girondinos. Amar havia lido uma acusação formal (cheia de mentiras) para a Assembleia em 3 de outubro, e os deputados implicados foram enviados para serem julgados. No dia 7, Fouquier sentenciou Gorsas. No dia 14, os outros foram levados à sua presença. Eles podem ter

tido pouca esperança de salvar suas cabeças, mas estavam determinados a defendê-las, e o fizeram tão bem, sendo advogados, que a determinação do júri em condená-los pareceu abalada.

"Precisa de tanta cerimônia para encurtar os corpos de miseráveis já sentenciados pelo povo?", escreveu Hébert. A Convenção, sobre a qual essa visão havia sido pressionada, decretou que, após três dias de debate, o júri poderia se declarar suficientemente informado. Naquele mesmo dia, o júri anunciou que já havia ouvido o suficiente, sufocou toda a discussão posterior, suprimiu as alegações e considerou os vinte e um deputados culpados. Em sua indignação, os infelizes homens se levantaram e protestaram contra tal tratamento. Apenas Vergniaud, com seu belo ar de "tédio", parecia desprezar essa nova prova de iniquidade. Enquanto a sentença era lida, ele sentiu um tremor percorrer Valazé, que estava ao seu lado. "O que há? Você está com medo?", ele perguntou. "Estou morrendo!", foi a resposta. Ele havia se apunhalado. Arrastados pelos gendarmes, seus companheiros soltaram um último grito desesperado: "Amigos, ao resgate! Viva a República!"

Não há necessidade das páginas brilhantes de Lamartine para encher nossos corações de emoção! Basta olharmos para esses homens, jovens — quatro deles com menos de trinta anos, e oito com menos de quarenta — e todos cheios de talento, para morrerem, esmagados pelo ódio mais vil, sem por um momento perderem a fé na liberdade e na fraternidade humana. Fauchet, um pobre clérigo entusiasmado, confessou-se a um padre "refratário" e, assim, no final de sua vida, voltou ao seio da Igreja Católica; a maioria deles morreu como "filósofos", mas sem qualquer ostentação de impiedade. Vergniaud estava particularmente pensativo. Eles podem não ter cantado aquela *Marselhesa dos Girondinos* que Lamartine ecoou através dos tempos. Provavelmente, eles encontraram suas mortes de uma maneira muito mais simples. Valazé, embora já morto, também foi colocado sob a lâmina. Esse traço mostra quão hediondo o Terror havia se tornado. Nenhuma cabeça deveria ser perdida!

"Pode ser", escreve Manon Roland em dezembro de 1792, "que vítimas puras sejam necessárias para evocar o reino da justiça!" No entanto, sua alma se revoltou contra este sacrifício dos mais puros. Ela mesma estava condenada: em 1º de julho de 1793 (ela estava na prisão desde o mês de junho), o Comitê de Segurança declarou-se satisfeito com "a cumplicidade desta falsa Lucrécia e seu marido hipocritamente virtuoso, no plano de perverter a mente pública". Em sua prisão, ela escreveu aquelas famosas Memórias em que expôs seu coração, cada página delas vibrando com a indignação que o enchia. Por mais bravamente que se mantivesse na presença de seus amigos, Riouffé sabia que ela se sentava e soluçava por horas, pensando em seu velho marido proscrito e em Buzot, "o amado", rastreado e caçado.

Ela ouviu sobre a morte de Vergniaud e seus outros amigos, admirou a maneira como eles a enfrentaram, sentiu-se desapegada deste mundo "abominável" e, em 8 de novembro, vestida toda de branco, passou quase alegremente à presença de seus juízes. Ela se importava menos em se defender do que em exaltar os homens que um dia haviam seguido sua liderança. O tribunal a silenciou — ela estava "elogiando o crime". Na noite anterior à sua morte, ela terminou suas Memórias; na última página, lemos: "Natureza, abre teus braços! Deus da Justiça, recebe-me! Aos trinta e nove anos". Ela era uma verdadeira filha de Rousseau.

Uma de suas amigas a viu passar a caminho da execução, serena, "fria, calma, sorrindo". Uma estátua da Liberdade estava em frente ao cadafalso: "Ó Liberdade!", ela exclamou, "que crimes se cometem em teu nome!" Ela muitas vezes lamentara não ter nascido espartana ou romana: ela foi tanto espartana quanto romana em sua morte. Ela não era uma santa, mas era uma grande personalidade.

Poucos dias depois, o velho Roland, escondido numa ruela de Rouen, ouviu a notícia da morte da Cidadã Roland gritada por vendedores de jornais: ele saiu sem dizer uma palavra e se matou. Em seu corpo foi encontrado um bilhete; dizia: "Que meu país abomine todos esses horrores, e que retorne a sentimentos sérios e humanos!" Ele sempre gostou de dar sermões; o hábito o acompanhou até o fim.

Enquanto isso, na outra ponta da França, havia homens que vagavam de um lado para o outro, de caverna em celeiro, cadavéricos, por barbear, esfarrapados: Salles, Guadet, Pétion, Louvet, Barbaroux, Buzot. Guadet e Salles foram capturados primeiro, levados para Bordeaux e guilhotinados. Uma noite, Barbaroux, Buzot e Pétion acreditaram-se encurralados e tentaram se matar. Barbaroux foi encontrado banhado em seu próprio sangue, com metade do rosto arrancada, a barba toda dura de sangue coagulado. Moribundo como estava, foi levado para Bordeaux e executado. Poucos dias depois, os cadáveres de Buzot e Pétion foram descobertos, meio devorados por cães: o "amado" Buzot, o tribuno popular! Pétion, o outrora "Messias" de Paris!

Condorcet também se mataria, enganando assim Fouquier-Tinville de um julgamento esplêndido. "Tanto talento", escreveu Benjamin Constant na época, "todo massacrado pelos mais estúpidos e covardes dos homens!"

Enquanto isso, o cortejo passava por Paris. Logo após a Rainha (sua inimiga), Philippe d'Orléans foi primeiro para a Conciergerie e depois para o cadafalso. Ele, que se mostrou tão desprezível por três anos inteiros, foi altivo e despreocupado quando o fim chegou, e foi para a morte alegremente após uma refeição farta. Não fazia nem um ano que ele havia ajudado a enviar Luís XVI para a guilhotina. Aqui e ali, em meio a essa orgia de assassinato judicial, encontramos um ato de justiça imanente.

E agora as cabeças começaram a rolar umas sobre as outras na cesta do carrasco. Fouquier estava "apressando" seus homens. Homens de destaque, alguns deles: todo o "Museu Curtius" de 1789. Na ausência de La Fayette, preso, felizmente para ele, em uma fortaleza alemã, vemos seu "compadre" Bailly passar por seu famoso martírio. Quando a multidão viu aquela cabeça, que embranqueceu a serviço da ciência e da liberdade, cair na cesta de Samson, irrompeu em aplausos ferozes. Manuel, outro ídolo de ontem — nem mesmo de anteontem — sofreu logo depois. Então foi a vez de Barnave, e de Dupont, um ex-ministro "jacobino", e de Kersaint, um patriota cujas palavras haviam sido recebidas com entusiasmo selvagem pela Convenção apenas seis meses antes, e então — Clavières tendo se matado na prisão — Lebrun, que havia falado à Europa na linguagem orgulhosa da Revolução, e três dos primeiros soldados "patriotas", o velho Lückner, o audacioso Custine, o elegante Biron; logo depois, o valente General de Flers, o heróico General Chancel e Houchard, um veterano de guerra que, quando acusado de covardia perante o Tribunal, rasgou suas roupas para mostrar as marcas de suas cinquenta e cinco feridas.

A ação foi acelerada: uma estranha mistura — criados e grandes nobres, freiras e cortesãs, soldados e deputados das três Assembleias. A Du Barry, pobre beleza antiquada, teve sua vez; ela sorriu diante do Tribunal e chorou no cadafalso, suplicando a "M. le bourreau" por "mais um momento!". Em seus calcanhares vieram oito freiras carmelitas que Fouquier havia apelidado de "vírgens tolas".

Os olhos dos juízes estavam se tornando mais ferozes; o acusador fazia seus lotes cada vez maiores. As execuções se tornaram o entretenimento diário do elemento ocioso da população. A Lei dos Suspeitos, "um mandado aberto colocado nas mãos do populacho", como Sorel a chama, votada em 17 de setembro e finalmente promulgada em 16 de dezembro, mantinha as prisões lotadas. Dauban nos descreveu essas prisões: uma vida estranha e descuidada era levada dentro de seus muros. Carrasco e vítimas se acostumaram a tudo. Garat, recentemente um ministro, foi enviado para a prisão; Cambon, que precisava de sua assistência, costumava mandá-lo buscar por gendarmes e trazê-lo de volta por eles, como se a prisão fosse seu hotel. Ninguém se espantava com nada. O Terror perverteu alguns corações, fortificou outros. Artesãos honestos aplaudiam Samson até o eco, e bonecas de Versalhes morriam como heróis antigos. Os estrangeiros "ficaram espantados", escreve Benjamin Constant, "com a resignação das vítimas".

E, no entanto, neste inverno de 1793-1794, com o qual ainda não terminamos, Paris não havia experimentado o "grande Terror" — que não foi desencadeado lá até depois de Germinal.

Nas províncias, já havia começado. Certos Comissários que haviam partido em sua missão entre os meses de março e julho de 1793 o haviam colocado em movimento: de Nantes, onde Carrier estava ocupado com o castigo da Vendéia, a Lyon, onde Collot e Fouché estavam vingando o "virtuoso Chaliér".

E aqui paramos, pois a coragem nos falta. Outros escritores fizeram esta jornada sombria pela França, mas eles escreveram volumes em seu esforço para descrevê-la. Qualquer resumo implica um aparente engrossamento das linhas, embora na realidade apague muitas delas. Digamos apenas que muitos Comissários se limitaram aos seus deveres de recrutadores e fornecedores de suprimentos para as tropas; outros, cheios de sua missão como "reformadores da mente pública", tiranizaram, mas não mataram; alguns até fizeram o possível para desarmar os tiranos locais. Outro capítulo deste livro os mostrará em ação em sua tarefa como procônsules. Uma certa proporção eram carneiros, e a estes devemos fazer uma breve referência aqui.

"Podemos ser humanos quando tivermos certeza da vitória", escreveu Hérault do Grande Comitê a Carrier. Um homem como Carrier não precisava de tal exortação à "severidade republicana". A guerra na Vendéia havia despertado a fúria dos Comissários no Oeste, de Carrier em Nantes a Lequinio em Fontenay.

Carrier nos parece ter sido um louco. Até o fim, ele afirmou ter salvo seu país; e isso parece provar que ele era um maníaco, pois ele acreditava nisso. Era necessário para a salvação de seu país fuzilar 1800 pessoas nas pedreiras de Gigandet e nos prados de Mauves; fazer a guilhotina em Nantes funcionar incessantemente; sufocar o Loire com 1800 cadáveres — graças à sua maravilhosa invenção de barcos dos quais os tampões eram arrancados, para terminar o trabalho mais rapidamente — e só partir depois de ter sacrificado, no espaço de quatro meses (19 de outubro a 14 de fevereiro), 4000 seres indefesos à "segurança do país"? A forma mais sombria de mania o dominou no final, e até sua última hora ele acreditou ser "Sócrates" ou "Catão".

Esta demência parece ter sido geral: Lequinio, seu vizinho, também foi afetado por ela. Ele insistia em provar o sangue: vivia e fazia suas refeições com o carrasco, mandava guilhotinar prisioneiros em sua própria presença, despachou um com as próprias mãos e substituiu um Tribunal, que lhe parecia lento demais, por uma Comissão que pronunciava suas sentenças sem ouvir as provas a favor do acusado. Em Brest, em Lorient, as mesmas hecatombes foram feitas.

No Sudoeste, Tallien é a figura proeminente. Após 19 de setembro, dia em que ocorreu a capitulação de Bordeaux, ele e Ysabeau colocaram "realistas" e "federalistas" — qualquer um, na verdade, que eles quisessem destruir — sob a mesma faca. A Comissão Militar estabelecida por esses Comissários não conhecia nuances de culpa: aos olhos desses juízes, o Duque de Vauguyon e Duranton, o Girondino e ex-Ministro, eram ambos liberticidas. E se apenas 301 pessoas foram guilhotinadas entre 29 de outubro e o 9 de Termidor, isso se deveu ao fato de Tallien ter caído sob a influência da bela Thérésia Cabarrus, que salvou muitas cabeças — não raro por uma consideração monetária. A própria Comissão não tinha as mãos limpas: e Lacombe, seu presidente, acabaria ele mesmo na guilhotina, após ser considerado culpado de "corrupção".

Um certo número de cabeças caiu no vale do Garonne, em Toulouse, em Albi, em Cahors, em Agen. Mas naquela parte do país, o jacobinismo era forte desde 1790, e as hecatombes foram, conseqüentemente, menores.

As coisas foram muito piores ao longo do vale do Ródano. Desde março de 1793, Stanislas Fréron governava na Provença — sua moral, a de um paxá turco, trouxe muitas carrancas às testas de seus amigos Cordeliers, homens de vida mais pura do que ele. Este homem, descrito por M. Arnaud, seu biógrafo mais recente, como uma pessoa "de cérebro fraco e facilmente excitável", é uma figura sinistra. Um jornalista nato, fazendo piadas em meio à carnificina e combinando os papéis de Don Juan e Torquemada. Apoiado por Barras, ele empunhava "o porrete dos Cordeliers" em Bouches-du-Rhône e no Var. Em Marselha, este clube esmagaria 120 vidas em dez sessões. Em Toulon, que havia sido retomada dos ingleses por Dugommier — um sucesso devido em parte a um jovem oficial de artilharia de nome "Buonaparte" — o "clube dos Cordeliers" encontrou muita ocupação. O próprio Fréron, brincando, nos assegura que mandou fuzilar 800 dos habitantes masculinos da cidade. Na realidade, apenas 282 foram executados — esses procônsules gostavam de se gabar de seus crimes. Mas, feita esta advertência, nossos leitores devem ser remetidos às cartas publicadas por M. Aulard. A população de Toulon, que se tornou Port-la-Montagne, caiu de 29.000 para 7.000 almas: no entanto, Fréron e Barras fizeram sua entrada triunfal em Marselha e foram aclamados como os "Salvadores do Sul". O Sul foi salvo da mesma maneira em Orange, onde, entre 1º de Messidor e 16 de Termidor, a "Comissão" enviou 332 "acusados" para o cadafalso em quarenta e duas sessões — verdadeiras e grandiosas "missas vermelhas"!

Mas nunca foram de um tom tão profundo como quando Collot e Fouché oficiaram em Lyon.

Já nos referimos a este Terror de Lyon: foi muito pior do que o Terror de Paris: Fouquier foi derrotado aqui em seu próprio jogo. Fouché faria o seu melhor, em dias posteriores, para transferir suas próprias responsabilidades para os ombros largos do ex-comediante Collot, que se tornara um trágico e um notável bêbado também. Mas há cartas assinadas por ambos os homens descrevendo "sua satisfação secreta", "seu verdadeiro deleite". O que foi que despertou toda essa alegria? Os fuzilamentos na planície de Brotteaux, onde, no 14º Frimário, sessenta e quatro jovens, todos firmemente amarrados, foram ceifados por metralha e depois despachados com golpes de espada; 209 cidadãos sofreram o mesmo destino no dia 25, e um "deleite" semelhante, de fato, era fornecido diariamente aos "patriotas" — sem mencionar as performances da guilhotina tão admiravelmente descritas por aquele digno *sans-culotte*

Pilot! Os procônsules se declararam "imperturbáveis no cumprimento de sua missão"; seu objetivo sendo garantir "a felicidade da posteridade pela destruição de certos indivíduos". Foi para garantir a felicidade da posteridade que Fouché permaneceu em Lyon até ter assassinado 2.000 pessoas "cujos cadáveres ensanguentados", ele escreve, "lançados no Ródano... inspiram um sentimento de terror e uma imagem da onipotência do povo em ambas as margens".

O impiedoso Javogue, que havia instalado sua guilhotina em Feurs, uma cidade vizinha, escreve de forma menos pomposa. "A carnificina foi boa", diz ele. Ele preferia fórmulas mais simples!

Em todos os lugares a "carnificina tinha sido boa!" Em Arras — não devemos nos deter na carnificina de cada uma das províncias aterrorizadas — Le Bon dirigiu o trabalho. Um ex-padre do Oratório, ele provavelmente foi suspeito, a princípio, de uma certa tendência à fraqueza, pois o Comitê o advertiu a ter cuidado com a "falsa e equivocada humanidade". Tão completa foi sua evitação que ele encharcou dois departamentos em sangue. Apenas na cidade de Cambrai, 150 cidadãos foram "encurtados" em seis semanas. Mas seus melhores esforços foram reservados para Arras. Lá, este jovem de rosto pálido e olhos azuis matou como um maníaco "numa espécie de febre", como escreve seu secretário, assistindo a todas as execuções e, ao voltar para casa, imitando as caretas dos moribundos para divertir sua esposa. Seu julgamento subsequente revelou detalhes tão terríveis que ele mesmo ficou estupefato e exclamou: "Vocês deviam ter me dado um tiro na cabeça!"

A maioria deles, seis meses depois, ficou horrorizada ao pensar no que tinha feito. A intoxicação de um despotismo desenfreado despertou a besta selvagem neles; em alguns casos, o medo horrível de ser considerado "fraco" produziu um efeito semelhante.

Em Paris, tudo o que era possível foi feito para incitá-los. Temos cartas do Comitê, escritas para estimular o zelo de Carrier, Tallien, Fréron, Fouché e Le Bon. Uma delas, recomendando "uma severidade inexorável" por parte dos Comissários de Lyon, está escrita com a própria mão de Robespierre. "Ataquem!", escreveram Barère e Collot a Le Bon. "Coloquem na conta da Convenção!", gritou o miserável desgraçado quando a camisa vermelha do parricida foi forçada em suas costas antes de ser levado ao cadafalso.

CAPÍTULO XXXI

ROBESPIERRE E AS "FACÇÕES"

As "facções". A angústia de Danton. Maximilien Robespierre. Desmoulins a favor da clemência. O "Vieux Cordelier". Hébert e o "Père Duchesne". A Comuna Hebertista. O movimento "socialista". Chaumette: a descristianização da França. O Culto da Razão. Robespierre condena os "indulgentes", os "exagerados" e os "corruptos".

Em nenhum lugar o medo inspirado pelo Terror foi maior do que na Convenção, que parecia dirigi-lo. Agora que os Girondinos haviam sido expulsos e os setenta e cinco deputados da Direita que se atreveram a protestar foram jogados na prisão, Robespierre denunciava perpetuamente as "facções" nos bancos restantes: a facção dos "indulgentes", a facção dos "exagerados", a "facção dos corruptos". A Assembleia, nos conta Thibaudeau, sentia que "o raio" estava sempre pronto para cair sobre ela.

Marat, agora endeusado por seus admiradores, não estava mais no caminho de Robespierre, nem no de Danton: mas ele os havia deixado frente a frente. Robespierre estava no poder, mas em 6 de setembro seu rival quase foi restaurado ao posto mais alto. A Convenção o havia solicitado a retornar ao seu assento no Comitê, e ele, sabendo que a maioria dos membros eram seguidores de Robespierre e preferindo, como disse, "estimular a ação dos Comitês" sem servir neles, recusou. Mas no dia 25, um ataque foi feito ao próprio Comitê; sua composição deve ser alterada, era o grito; Robespierre denunciou amargamente a "perversidade" de seus antagonistas, afirmando que reconhecia a mão de Pitt em sua manobra. Danton permitiu que seu adversário vencesse o dia: ele encolheu os ombros em silêncio, observando apenas que os comentários de Robespierre eram "asininos".

Danton estava passando por um período de terrível angústia mental. O Terror o enojava: a condenação dos Girondinos — seus inimigos vencidos, de fato, mas inimigos que em seu coração ele admirava — o havia enchido de consternação. Em vão ele se esforçava para aquietar sua própria consciência, repetindo, em tons zombeteiros, as palavras que usaria na véspera de sua execução: "Brissot me teria guillotinado assim como Robespierre está fazendo: Cains, todos eles!" Ele havia dito a Garat, durante o julgamento, "com grandes lágrimas nos olhos, 'Não conseguirei salvá-los!'" E quando Desmoulins caiu em prantos, na noite em que foram sentenciados, e soluçou: "Ah! desgraçado que sou! Fui eu que os matei!", ele chorou com ele. Todo esse derramamento de sangue era um pesadelo para ele. "Olhe!", disse ele a Desmoulins, "O Sena está correndo sangue! Ah! Houve muito sangue derramado! Venha! Pegue sua pena e peça por misericórdia: eu o apoiarei!" Mas na Convenção ele se calou, como se exausto por seus grandes esforços em 1792 e 1793; ele também estava enojado com a covardia de alguns de seus amigos — "farto dos homens", como disse. Sua apatia era espantosa: mas ele saía dela de vez em quando com um sobressalto. Uma noite, em Sèvres, Suberbielle disse em sua presença: "Ah! se eu fosse Danton!" "Danton dorme", foi a resposta súbita, "mas ele ainda vai acordar!" Em tempos de revolução, a hora do tribuno é breve; se ele adormece, sempre acorda tarde demais.

Robespierre nunca dormia. E talvez seja a hora de olharmos mais de perto para este homem que governava a Convenção por meio do Comitê. Que tipo de homem era Robespierre? Um de seus discípulos respondeu à pergunta da seguinte forma: "Maximilien é o Homem da Virtude".

Um homem virtuoso ele era: íntegro, casto, moral; ele "temia o dinheiro", como disse o próprio Danton, e acima de tudo temia as mulheres. Ele as perseguiria sempre com um ódio especial: foi ele quem mais contribuiu para levar Madame Roland ao cadafalso; ele, também, que lançaria a pobre e pequena Lucile Desmoulins, que se julgava sua amiga, sob a lâmina, e teria enviado Thérésia Cabarrus, a esposa de Tallien, ao mesmo destino. Até sua própria irmã, Charlotte, foi friamente expulsa de sua existência. E, odiando as mulheres como odiava, ele desprezava qualquer um que as amasse. Pela primeira vez na história, a França sentimental e risonha era governada por um inimigo declarado das mulheres e do riso.

No entanto, ele não era feio; as irmãs Duplay o achavam encantador; nenhum retrato autêntico dele revela aquele "rosto de gato" de que Buzot falou tão amargamente. A Cidadã Jullien achava seus traços "agradáveis": seu retrato por Danloux quase justifica a expressão; mostra-nos um jovem elegante, de modo algum desagradável, com o nariz e a boca um pouco largos demais: olhos verdes claros, devemos admitir, brilham por trás de seus óculos azuis. Ele era a perfeição da arrumação, o cabelo encaracolado e empoado, o rosto bem barbeado, o corpo pequeno e magro abotoado em um casaco azul ou castanho sobre um colete de casimira e uma camisa bordada: este *sans-culotte*, orgulhoso demais para sacrificar sua aparência à desordem republicana, usava calções de seda: e suas roupas permaneceram impecáveis até aquela hedionda manhã do 10 de Termidor, na qual o veremos salpicado com seu próprio sangue ("um casaco de tecido da Silésia coberto de manchas de sangue", diz o registro oficial). Seu escritório estava sempre arrumado, e aqueles que entravam notavam o número de retratos de si mesmo "em todas as formas" ali reunidos — um detalhe característico do homem.

Pois, acima de tudo, ele era egocêntrico. Nenhum homem jamais levou o orgulho de sua própria identidade a um patamar tão elevado. "Virtuoso" ele mesmo, ele acreditava ser sua missão fazer a "virtude" reinar. Um infortúnio hediondo entregara a França às mãos de um daqueles terríveis missionários que, como Cromwell, aparecem de tempos em tempos para esmagar os "ímpios" e os "corruptos". Estes são os piores tiranos de todos. Tudo é sacrificado à sua "missão", e a amizade em primeiro lugar: Robespierre guillotinou todos os amigos de sua infância e juventude. "Um ser odioso", escreveu Madame Roland, "que mente para sua própria consciência". Não! ele obedecia a seus mandamentos: sua consciência, convencida da santidade de sua missão, o faria recorrer à calúnia — especialmente contra os Girondinos — e, se necessário, até à falsificação (como no caso de Hérault) para destruir seu inimigo — porque aquele inimigo era o inimigo da Virtude.

Sendo a encarnação da virtude, ele detinha a verdade, e isso o imbuía de uma espécie de serenidade grave: a de um sacerdote, que a partir de 1792 impressionou todos os que se aproximaram dele. "Robespierre é um sacerdote", escreveu alguém naquele período. Ele era um pontífice infalível, quase um profeta. "Havia algo de Maomé no homem", escreve Thibaudeau, "e algo de Cromwell". Ele tinha toda a calma impassível do pontífice. Ele não era imutável, pois, como M. Sagnac apontou, ele era "um grande oportunista", não imutável em atitude, mas a ideia que governava sua existência nunca mudou. Sua crença nela era sincera, e sua força residia em sua sinceridade.

Ele se considerava a encarnação da Liberdade, da República e da Revolução, e estava convencido, com toda sinceridade, de que seus próprios inimigos eram os inimigos da Revolução, da República e da Liberdade. Ora, sendo ele como era — e esta é a característica mais odiosa de seu caráter,

"biliosamente ciumento" de todos os que o ofendiam — ele estava constantemente aumentando o número de seus inimigos. A todos eles ele rotulava de "maus patriotas", porque o atacavam ou zombavam dele, a Virtude e a Verdade encarnadas.

Sendo um pontífice infalível, ele era naturalmente extremamente dogmático. Ele tinha três dogmas: o apoio da Virtude pelo Terror; a existência do Ser Supremo; e a santidade absoluta da Propriedade. Esperava-se que todo homem aceitasse esta doutrina tríplice: aquele que pregava a indulgência, ou praticava os métodos do Terror sem ser virtuoso, era um mau cidadão; assim como o homem que negava a existência do Ser Supremo; e igualmente o homem que ousava atacar os direitos de propriedade. Mas quão poucos eleitos e quantos réprobos se sentavam na Convenção! A melancolia cada vez mais profunda de Robespierre nascia de seu horror a esses "não conformistas", que deviam — como seu mestre Jean-Jacques o havia aconselhado — ser expulsos da Cidade. Todo herege era um inimigo aos olhos deste pontífice. Como M. Aulard ironicamente observa, Robespierre era "o Mestre da Verdade".

Ele tinha poucos amigos nos Comitês e na Assembleia: Couthon, Saint-Just, Le Bas, seu irmão Augustin e talvez David. As visões de Couthon sobre assuntos espirituais o atraíam, pois ele também era um leitor do "Vigário Saboiano"; no 27º Florial, o ouviremos invectivar contra os "filósofos" que gostariam de esvaziar o céu e negar que a virtude é sancionada pela divindade. Mas o verdadeiro discípulo e vigário do profeta era Saint-Just, que poderia ser chamado de seu "acólito", se não fosse mais inteligente e dotado do que seu mestre. "Uma mente de fogo, um coração de gelo"; assim Barère o descreveu, e verdadeiramente assim parece. Este belo jovem, cujo encantador retrato por Greuze ainda pode ser visto, era um "jovem terrível". "Seu entusiasmo", escreve seu amigo Levasseur, "era o resultado de uma certeza matemática. Para fundar a república de seus sonhos", ele continua a dizer, "ele teria sacrificado sua própria cabeça, e também as cabeças de cem mil outros homens". "Ele nunca falava mais do que uma frase de cada vez", diz outro membro da Convenção, um dos seguidores de Robespierre, "e as moldava com uma eloquência ao mesmo tempo cortante e emocionante". "Ele considerava todos os dissidentes como criminosos", diz ainda outro deputado, e essa atitude encantava Robespierre. Ele era fanaticamente devotado ao "Mestre" e o servia, mas também o instigava. Fanático também, mas de uma forma mais comovente, era o jovem Le Bas, que dedicou toda a sua vida a Robespierre e depois morreu por ele. Somente profetas encontram tais servos, e grandes egoístas, tais amigos.

Sobre o resto do mundo político, Robespierre lançava um olhar desconfiado — de Collot, o camponês bêbado, e Barère, o hipócrita, a Hérault, "o podre", e Desmoulins, "uma criança" que se atrevia a falar em favor da indulgência antes de ter recebido autoridade para fazê-lo.

Durante o inverno de 1793, esta "facção dos indulgentes" era realmente mais um incômodo do que uma dificuldade para Robespierre. Nela, ele incluía Danton, Hérault, Desmoulins e Fabre. Desmoulins havia se tornado seu porta-voz. "Aquele pobre Camille!", Mirabeau o chamara: ele ainda era "aquele pobre Camille", o jornalista impetuoso, sem um pinga de cálculo, um *enfant terrible* cuja acrimônia havia sido suavizada por um casamento feliz e abastado. Ele também estava sofrendo muita agonia mental naquele momento: não conseguia esquecer os amigos que estiveram presentes em seu casamento — Brissot, a quem ele enviou para a morte; Pétion, que se mataria; Robespierre, que se voltaria contra ele. Remorso e terror o assaltavam: ele teria se alistado, ido para a frente de batalha e enfrentado a morte lá, "para se livrar da visão de tantos horrores", mas Danton lhe mostrou um trabalho melhor a fazer — o de combater o Terror com sua pena.

Seja por política ou por uma ilusão, ele fingiu reconhecer o inimigo não no Comitê, mas na Comuna e em seu principal órgão, *Le Père Duchesne*, editado por Hébert. Ele publicou seu próprio *Vieux Cordelier*, que atacou Hébert e os "novos Cordeliers", os bebedores de sangue, informantes e destruidores. Os Jacobinos, alarmados, começaram a proferir ameaças. "Camille", escreve Nicolas, um dos jurados do Tribunal, "está roçando na guilhotina".

Robespierre deixou Desmoulins se comprometer: podemos acrescentar que a destruição de Hébert e Danton era um de seus próprios sonhos; ele não se incomodou em ver um amigo de Danton abalando a posição de Hébert: uma vez que o *Père Duchesne* fosse destruído, o pescoço do *Vieux Cordelier* também seria torcido. Quando Momoro, o aliado particular de Hébert, atacou Camille no Clube, no 19º Nivoso, Robespierre o defendeu com argumentos pérfidos. Mas logo depois ele abandonou sua causa. Quando Camille levou o sétimo número do *Vieux Cordelier* para o impressor, o homem, que havia sido aterrorizado, se recusou a publicá-lo: Robespierre havia lançado uma denúncia súbita contra os "indulgentes". No dia 24, um grito de terror ecoou da casa de Camille: Lucile Desmoulins escreveu a Fréron: "Volte, Fréron, volte rapidamente. Você não tem tempo a perder... Robespierre denunciou Camille aos Jacobinos".

Fréron de fato voltaria, mas lentamente, pois o "Salvador do Sul" tinha excelentes razões para evitar um encontro com Robespierre, que estava atacando na época tanto a facção de Danton quanto a de Hébert, e considerava Fréron — tão grande era a confusão — como membro de ambas, e também como "um dos corruptos".

No entanto, após alguma deliberação, Robespierre chegou à conclusão de que, como Danton tinha muitos amigos na Convenção, o curso mais sábio seria começar por atacar Hébert e seus seguidores "exagerados".

Considerando tudo, este Jacques Hébert representava tudo o que Robespierre mais detestava: ateísmo em guerra aberta com o deísmo e, em certa medida, comunismo ativo. E o agente da Comuna era um poder real, pois Jacques Hébert era o *Père Duchesne*. "Esta folha baixa", como Madame Roland a chamou, era mais lida do que qualquer outro jornal de Paris, e também era enviada, como nos diz Barras, "em torrentes para todos os exércitos". Animando seu estilo comum com uma generosa aspersão das expressões mais grosseiras, o panfletário encantava o populacho dos Faubourgs, que o imaginava um gigante audacioso e truculento, enquanto ele não passava de um cãozinho barulhento com mãos brancas e uma figura franzina.

Ele estava sempre apresentando reivindicações extravagantes. Ele e Chaumette, seu chefe, governavam o Hôtel-de-Ville e o haviam transformado em uma fortaleza de visões "exageradas". Sua esposa era uma católica devota, mas ele estava determinado ao triunfo do ateísmo e, embora ele mesmo vivesse a vida mais regular em um lar confortável, passava seu tempo pregando a revolta da ganância contra a "opulência".

A Comuna que, desde 10 de agosto, acreditava poder fazer o que quisesse, considerava-se um governo quase igual ao Comitê. Só isso teria sido suficiente para enfurecer Robespierre. Mas a Comuna era poderosa, pois controlava a multidão.

Ela usava a fome predominante para seus próprios fins. A guerra com a Inglaterra havia elevado ainda mais o preço do pão. O máximo imposto sobre as pessoas que o vendiam resultou no fechamento de centenas de padarias: decretos opressivos, vindo um após o outro, apenas aceleraram a ruína do comércio sem baixar o preço dos alimentos: as leis econômicas não consideram nem ameaças nem decretos.

A Comuna não se deixaria deter por ninharias como esta — além disso, estava mais preocupada com sua própria popularidade doentia do que com o bem-estar do povo. Em 8 de Vendemiário do Ano II (30 de setembro de 1793), ela conseguiu a votação de um máximo geral que completou a obra de ruína comercial e levou os agricultores a reterem seu milho, ou pelo menos a se absterem de cultivar mais. A resposta de Chaumette foi apresentar a primeira ideia completamente socialista: "Se os fabricantes abandonarem suas oficinas, a República deve tomar posse de todas as matérias-primas e das oficinas, pois sob o sistema popular tudo é feito pelo trabalho e nada pelo ouro". E então começou a mais louca competição, que seria edificante descrever em detalhes, concluindo com aquela ideia do "pão da igualdade" que Chaumette teve que importar das províncias.

Foi Fouché, de fato, Fouché, um futuro milionário, quem assumiu no verão de 1793 esta posição singularmente demagógica e quase comunista no Nivernais e no Bourbonnais. Ela tendia ao triunfo da teoria de que "Sob o reino da igualdade, a riqueza e a pobreza devem ambas desaparecer".

A Comuna enviou suas congratulações a Fouché: "a Nação deve ser convidada a tomar posse de todo o comércio e de todas as manufaturas, e deve ter todo o trabalho realizado para seu próprio benefício". Ela decidiu converter Robespierre à ideia de "eliminar", como dizia uma carta a ele endereçada, "a aristocracia mercantil". Ela desejava "a revolução em sua integridade", em outras palavras, a revolução social.

Robespierre não tinha a menor intenção de "eliminar" a aristocracia mercantil: extremamente conservador em todos os assuntos sociais, ele via os esforços de Hébert, Chaumette, Fouché e seus companheiros em favor da revolução comunista com crescente irritação, e finalmente concluiu que chegara o momento de pôr um fim a eles.

E, além disso, outro movimento, vindo do mesmo lado, o ofendia e até o escandalizava. Essas pessoas haviam se proposto a descristianizar o país e a estabelecer o triunfo da Razão.

A Comuna agora proclamava abertamente sua intenção de suprimir o cristianismo e organizar um culto puramente cívico à Razão e à Liberdade.

O principal instigador disso foi Chaumette, um aventureiro com uma moral de natureza que, em nossos dias, o teria levado aos tribunais criminais — para ser julgado a portas fechadas! Anaxágoras Chaumette provavelmente, em tal caso, teria invocado os nomes de certos filósofos gregos: como eles, ele havia perdido a fé nos deuses. E ele queria expulsar Cristo com o resto. O primeiro passo em Paris foi despendurar todos os sinos das igrejas, as "bugigangas do Pai Eterno", agora a serem transformadas em canhões e moedas de bronze: em seguida, os campanários, "que por sua altura acima dos outros edifícios pareciam contradizer os princípios da igualdade", seriam demolidos.

O palco começou a ridicularizar a antiga religião em peças como *Le Tombeau des Imposteurs* e *L'Inauguration du Temple de la Vérité*, na qual uma paródia da Missa Solene era cantada.

A Convenção demonstrou pouca inclinação para favorecer esta campanha. No entanto, o Calendário Revolucionário proposto por Fabre d'Églantine — um arranjo muito engenhoso que aboliu Santos e Domingos, e estava destinado a dar um impulso considerável ao movimento de descristianização — foi adotado. Certos membros da Convenção, também, foram os primeiros a tentar substituir o culto cristão nas províncias por cerimônias cívicas, no outono de 1793. Em Abbeville, Dumont, tendo informado o populacho que os padres eram "arlequins e palhaços em vestes pretas, que exibiam marionetes", estabeleceu o Culto da Razão e, com uma inconsistência não incomum, organizou um "espetáculo de marionetes" de sua autoria, de descrição muito imponente, com danças na catedral a cada *décadi*, e festivais cívicos cuja "observância" ele muito insistia. Fouché foi o próximo a abolir o culto cristão; falando do púlpito da catedral de Nevers, ele formalmente apagou todo espiritualismo do programa republicano, promulgou a famosa ordem que declarava "a morte um sono eterno", e assim fechou a chave do céu e do inferno. Chaumette viajou para Nevers e instigou Fouché; seu exemplo foi seguido por outros procônssules no Centro e no Sul, notadamente por Dartigoeyte e Cavaignac em Gers, e por Laignelot, que transformou uma das igrejas paroquiais de Rochefort em um "Templo da Verdade".

O movimento tornou-se mais geral: o povo começou a queimar imagens milagrosas da Virgem e a levar a prataria das igrejas. O Bispo de Allier fez sua abjuração aos pés de Fouché; e Gobel também pisoteou seu báculo. Houve detalhes da descrição mais grotesca: um convertido lavou a cabeça na presença de todo o clube para "se desbatizar"; e no Clube de Gannat, Béchonnet, um ex-padre, foi solenemente divorciado de seu breviário.

Assim encorajada, a Comuna pressionou a Convenção, onde Grégoire, que contava com Robespierre, ofereceu uma resistência muito corajosa, mas quase sem apoio. Mas o partido de Hébert — homens dos quais Grégoire relata que traziam suas esposas para ele confessar e seus filhos para batizar, e ainda assim insultavam o culto e os ensinamentos da Igreja em público — se enfureceu incontrolavelmente.

Fouché estava enviando caixas cheias de cálices e crucifixos, que eram desempacotados na presença da Assembleia. A visão deles subiu à cabeça dos membros. Quando, em uma sessão cuidadosamente preparada em 17 de Brumário, o pobre Bispo Gobel foi arrastado para a barra da Convenção, onde o infeliz homem publicamente se despiu de sua batina, a Assembleia, ela mesma conquistada, finalmente cedeu. Em seu discurso de congratulações ao ex-bispo, o Presidente declarou que, como o Ser Supremo "não desejava outro culto senão o culto da Razão, essa seria doravante a religião nacional!"

Chaumette obteve imediatamente uma decisão da Comuna no sentido de que, "para celebrar o triunfo conquistado pela Razão naquela sessão sobre os preconceitos de dezoito séculos", uma cerimônia cívica seria realizada no 20º Brumário, "diante da imagem daquela divindade, no edifício que antes era a igreja da metrópole".

Muitas descrições foram escritas sobre este famoso festival, e de como a Liberdade (emprestada da Ópera) se sentou — graciosamente envolta nas dobras de uma bandeira tricolor — no altar da Razão! A Assembleia, tendo se desculpado de comparecer por motivo de negócios, uma procissão (de descrição muito mista) acompanhou a deusa até as Tulherias e, em sua presença, forçou os deputados a decretar a transformação de Notre-Dame no Templo da Razão. Isso não sendo considerado suficiente, outra deusa da Razão, a esposa de Momoro, membro da Convenção, foi instalada em Saint-Sulpice no *décadi* seguinte. Em pouco tempo, essas Liberdades e Razões estavam pululando por toda a França: prostitutas, com muita frequência, com aqui e ali uma deusa de boa família e comportamento decente. Se é verdade que a testa de uma dessas Liberdades estava amarrada com uma fita com as palavras "Não me transformes em Licença!", a sugestão, podemos dizer, dificilmente teria sido supérflua em qualquer parte da França: pois saturnais da descrição mais repulsiva eram a regra quase invariável: em Lyon, nos dizem, um asno bebeu de um cálice.

Todas estas coisas enojaram Robespierre. Quando, em Frimário do Ano II, Payan bradou contra "essas deusas, mais imorais do que as da fábula", Maximilien aplaudiu suas observações. Collot, que havia sido advertido pelo Comitê, estigmatizou "esta falsa Razão que anda pelas ruas com os conspiradores" (o partido de Hébert, que já estava ameaçado) "e conclui seus assim chamados festivais com orgias licenciosas". No Festival da Vitória, Couthon falou como um deísta.

Danton, igualmente enojado, protestou contra os hinos à Razão cantados na Assembleia e declarou que, no futuro, desejava "não ouvir nada além de razão em prosa na tribuna": Robespierre encorajou essa reação: seu propósito definido era começar com Chaumette e Hébert e, finalmente, destruir todo este pequeno bando de "ateus" que andavam pelo país e expulsavam até mesmo o Vigário Saboiano de seu presbitério.

E, além disso, ele considerava esses procônsules da "Revolução em sua integridade" como homens corruptos, e sonhava, de modo geral, em acertar as contas com os Comissários que se estabeleciam como sátrapas, e cujas mãos estavam todas contra o Ser Supremo, contra a propriedade, contra a virtude. Por volta de Frimário do Ano II, seus agentes, do jovem Jullien ao próprio Augustin Robespierre, em todos os lugares começaram a luta contra os deputados "corruptos" ou "ateus". Carrier, Tallien, Barras, Fréron, Javogue, Fouché — Robespierre mandou que todos fossem chamados de volta a Paris pelo Comitê: um assunto terrível para esses procônsules ("pessoas facciosas" aos olhos de Robespierre), pois quando chegaram à cidade, encontrariam Hébert e Chaumette, Danton e Desmoulins, todos derrotados.

Robespierre, destruindo uma facção por outra, derrubaria ambas em Germinal do Ano II.

A QUEDA DAS FACÇÕES

Robespierre mina as "facções". A primeira apresentação de "Épicharis et Néron". Saint-Just na tribuna. A queda dos "Exagerados". A extinção do "Père Duchesne". Danton é preso. O julgamento dos Dantonistas. A morte de Danton.

"Muitas leis são feitas e não exemplos suficientes: você só pune crimes proeminentes, crimes hipócritas ficam impunes... Meu amigo, chame a atenção da Sociedade (os Jacobinos) para máximas que são poderosas para o bem público: que ela volte sua mente para grandes métodos para o governo de um Estado livre!"

Assim Saint-Just, então em missão na Alsácia, apelou a Robespierre no 24º Frimário. Ele aponta o dedo para os "hipócritas", Danton e Hébert. Maximilien deve atacar e atacar incessantemente! Assim deve ser governado um Estado livre!

Robespierre, como de costume, hesitou, apenas porque estava esperando sua oportunidade. Danton estava em seu caminho, Hébert o enojava. Em qual dos dois ele deveria atacar primeiro? No homem que comandava o menor apoio — Hébert. O próprio Danton, que abominava o partido "exagerado", ficaria ao lado de Robespierre: não fora Desmoulins o primeiro a desferir golpes pesados no *Père Duchesne*? Então, quando Hébert e Chaumette fossem derrubados, o *Père Duchesne* despedaçado, a Comuna Hebertista dissolvida e a Comuna Robespierrista instalada, o ataque a Danton seria feito e, com o apoio dos capangas de Robespierre no Hôtel-de-Ville, a Convenção seria forçada a se submeter.

Danton estava mais do que feliz em fazer qualquer movimento contra a anarquia. Ele apoiou Robespierre no 16º Frimário, quando este aprovou um decreto concedendo liberdade a todas as formas de culto e, assim, libertou os católicos da tirania da Razão: a Razão agora tremia em seus altares, e Desmoulins continuou seus apaixonados ataques a Hébert. Ao mesmo tempo, ele fez um assalto à ditadura terrorista. Para toda mente independente, a necessidade da existência dessa ditadura agora parecia muito menos premente. Em 28, 29 e 30 de novembro, Hoche havia abalado a posição de Brunswick em Kaiserslautern e marchado, em concerto com Pichegru, sobre Landau. Em seguida, veio a campanha da Alsácia de dezembro de 1794. Uma série de sucessos: Lembach, Reichshoffen, Froeschwiller, no dia 22; e, para finalizar, a recuperação das linhas de Wissembourg e, após uma batalha feroz em Geisberg, o levantamento do bloqueio de Landau no dia 28. Como Kellermann também havia expulsado os 2500 piemonteses que ameaçavam invadir o Sul de volta para suas próprias montanhas, havia boas razões para esperar grandes coisas dos exércitos reorganizados. E, de fato, a primavera testemunharia um magnífico retorno da França a táticas ofensivas; a Bélgica seria reconquistada, e a campanha do Sambre e do Mosa levaria à vitória decisiva em Fleurus. Danton notou esse sucesso: ele o considerou uma razão para a busca simultânea de uma política indulgente em casa e uma política pacífica no exterior, e assim se tornou ainda mais odioso aos olhos de Robespierre, para quem a guerra parecia cada vez mais indispensável ao sucesso de sua política de Salvação Pública.

Robespierre pressionou o Comitê, cujos membros, de Barère a Collot, acreditavam que sua posição estava ameaçada pelos "Indulgentes". Barère pediu à Convenção que declarasse sua intenção de levar a guerra até o fim, e conseguiu o que queria. O fato de que "os tiranos ainda nos ameaçam" recebeu um reconhecimento formal, mas Robespierre agora passou a tirar a conclusão de que os tiranos só ameaçavam porque tinham cúmplices dentro do país. A Convenção devia "sufocar todos esses inimigos, internos e externos, essas facções que marcham sob várias bandeiras para a desorganização do governo popular!" Seu discurso foi longo e muito aplaudido.

Danton sentiu que o golpe era dirigido tanto a ele quanto a Hébert. Não havia nada de tortuoso em sua natureza: ele sempre ia direto ao ponto. Ele buscou uma explicação, pediu uma entrevista com Robespierre, pensando que poderia resultar em uma aliança leal contra os "bebedores de sangue". Mas o tom de Robespierre tornou-se amargo imediatamente: Danton ficou zangado, deplorou a persistência do Terror, declarou que devia haver um fim para essas hecatombes em que "os inocentes eram confundidos com os culpados". "Eh! quem lhe disse, por favor", gritou Robespierre, "que uma única pessoa inocente foi morta?"

Danton, exasperado por esta prodigiosa inconsciência de culpa, que ele considerava uma peça de abominável hipocrisia, virou-se para o amigo que estava com ele: "O que você diz?", ele zombou com sua voz rouca, "nenhuma pessoa inocente pereceu!" e saiu da sala abruptamente. Isso foi no início de janeiro.

Embora Robespierre pretendesse atacar Hébert antes de atacar Danton, ele viu claramente que a Comuna estava caindo em descrédito e preparou astuciosamente a ruína de Danton. Antes de atacá-lo abertamente, ele propôs manchar sua reputação através das pessoas ao seu redor. Em 6 de janeiro, ele atacou Fabre d'Églantine no Clube Jacobino. Fabre realmente era um ladrão e achou difícil se defender. Chabot, também um dos apoiadores de Danton, era outro canalha. Em 14 de janeiro, Robespierre mandou prender essa "quadrilha", e Couthon escreveu: "A Convenção se purificou!" Em seguida, veio um bocado maior, Hérault de Séchelles, o único apoiador de Danton no Comitê. Ele era um homem "corrupto", cujas escandalosas devassidões em Chaillot, compartilhadas com outro canalha, o Abade d'Espagnac, ofendiam a "virtude". Sentado em seu trabalho um dia no Pavilhão de Flora, Hérault olhou para cima e viu o olho de Robespierre fixo nele: a partir daquele momento, ele não teve dúvidas sobre qual seria seu destino.

Danton se sentiu ameaçado: seus apoiadores estavam sendo varridos. Ele conhecia seu próprio perigo: falava abertamente da "tirania insuportável de Robespierre". Na primeira apresentação de *Épicharis et Néron* de Legouvé, os dois inimigos se encontraram; Robespierre estava em um camarote, Danton, com um guarda-costas de amigos, estava sentado na orquestra. Um ator disse as palavras "Morte ao tirano!"; houve aplausos da plateia, e Legouvé relata que Danton, virando-se para Robespierre, ameaçou-o com o punho. Branco de raiva e medo, os dentes cerrados, as mãos se contraindo convulsivamente, Robespierre sentou-se meditando sobre sua vingança. Cenas como essas apressaram a crise.

Robespierre mandou chamar Saint-Just, "o anjo exterminador", como o chama M. Claretie. Ele fez o discurso decisivo que expôs todo o programa: "O que constitui a República é a destruição de tudo o que se opõe a ela. Um homem é culpado contra a República quando tem pena dos prisioneiros; ele é

culpado porque não tem desejo de virtude; ele é culpado porque se opõe ao Terror." Cada frase significava a queda de vinte cabeças na Convenção. Um decreto foi aprovado pelo qual "justiça e probidade" foram colocadas na ordem do dia. Os seguidores imediatos de Robespierre assumiram ares de melancolia. "Embora o Inferno possa estar contra nós", escreveu Couthon, "o Céu está do nosso lado, e o Céu é o mestre do Inferno!" Isto está no melhor estilo de Torquemada.

Hébert — aquele instrumento do "Inferno" — foi derrubado por um golpe de revés. Collot, que o havia seguido por um tempo, desceu ao Clube Jacobino, o demoliu e o privou do apoio do Clube. Ele poderia, talvez, embora ameaçado, ter levantado a multidão a seu favor, mas era um sujeito desprezível; ele se assustou, vacilou, derramou recriminações, perdeu muito tempo. Quando os Cordeliers proclamaram uma insurreição, ela fracassou. Hanriot nem precisou sacar sua espada contra esses fantoches. Ele os pegou em suas próprias casas: no 20º Ventoso, Hébert, Ronsin, Cloutz, Vincent e Momoro se juntaram a Fabre e Chabot nas prisões da República. Chaumette e Gobel os seguiam em breve. Todos foram presos como cúmplices de Pitt e Coburg, e culpados de apoiar uma ditadura que pretendiam conceder — vejam só! — a Pache, "Papa Pache!"

O julgamento deles durou do 1º ao 5º Germinal. Estes homens não eram figuras interessantes, é preciso reconhecer, mas certamente foram vítimas, como os Girondinos, de assassinato judicial. A única acusação feita contra os dezoito prisioneiros — além de certos crimes políticos extremamente vagos e injustificados — foi que sua moral era má. Eles não puderam fazer qualquer defesa. Hébert parecia um "idiota". Ele choramingou quando a sentença foi lida e foi carregado desmaiado. Seu comportamento no cadafalso não foi menos lamentável. Paris olhava com espanto para o temido *Père Duchesne*, na pessoa do homenzinho de rosto branco, tremendo com a perspectiva da morte. Suas vítimas, a "Viúva Capeto" e "a mulher Roland", morreram de maneira muito diferente. Cloutz, um homem honesto, gritou para o povo da carroça: "Meus amigos, por favor, não me confundam com esses canalhas!"

Uma alegria sombria brilhou nos rostos dos amigos de Robespierre e até mesmo dos de Danton. Chabot, em sua prisão, regozijou-se, no curioso testamento que chegou até nós, com a queda desses desgraçados, e esperava, de fato, ver em breve a queda de "Catonistas" como Robespierre. Mas Chabot e Danton morreriam antes que os "Catonistas" tivessem sua vez.

O sangue de Hébert ainda estava fresco na guilhotina quando a queda de Danton foi decidida.

Ele tinha um forte apoio na Convenção: ele poderia ter resistido e até mesmo enviado seus inimigos para o mesmo cadafalso para o qual eles estavam se esforçando para apressá-lo. Mas seu cansaço parecia aumentar a cada dia. "Prefiro ser guillotinado a guillotinar outros... e, além disso, estou farto da raça humana!" Às vezes, ele explodia em conversas ferozes, incoerentes e, acima de tudo, fúteis. "Ele comeria as entranhas de Robespierre!", disse ele a Thibaudeau um dia: na presença de outras pessoas, ele invocou a "execração" merecida por todos os tiranos sobre sua cabeça. E então, novamente, ele protestava, com lágrimas na voz, que era "um bom amigo, um bom cidadão". Tais palavras de um homem que derrubou um trono e desafiou o Continente Europeu apontam para algum distúrbio sério do sistema nervoso.

De vez em quando, ele dizia algo realmente sublime. Um amigo tentou induzi-lo a fugir: "Pode um homem levar seu país na sola do sapato?"

Mas primeiro Hérault seria preso. Quando ele apareceu no Pavilhão de Flora no 24º Ventoso, foi rudemente dispensado por Robespierre: seus colegas, ele foi informado com um olhar sinistro, estavam considerando certas acusações contra ele. Em poucas horas, o elegante deputado estava na prisão.

Saint-Just desceu à Convenção e o acusou formalmente: ele havia sido cúmplice de Orléans, Brissot, Hébert, Dumouriez e Mirabeau: aqueles que ouviram essa concatenação devem ter se sentido como em um sonho. Mais especialmente — e este era um crime hediondo — ele havia "atacado a imortalidade da alma, que fora a consolação do Sócrates moribundo". Isso estava destinado a enviar Hérault e Chaumette — presos no 26º Ventoso sob a curiosa acusação de "ateísmo" — para a guilhotina na mesma carroça.

"Danton deve ser morto", disse Billaud cinicamente. No 9º Germinal (30 de março), os dois Comitês realizaram uma sessão conjunta. Saint-Just disse a única coisa que provavelmente produziria efeito: "Se não o guillotinarmos, seremos guillotinados nós mesmos". Mas Lindet se recusou a colocar seu nome na ordem de acusação. "Estou aqui", disse ele, "para alimentar os cidadãos e não para matar patriotas". Ruhl, do Comitê de Segurança, avisou Danton.

Mesmo assim, ele poderia ter corrido para a Convenção e tomado a tribuna de onde tantas vezes havia incitado a fúria da Assembleia. Mas ele não pareceu pensar nisso. Ele se sentou junto ao fogo, mexendo nas brasas, suspirou profundamente e disse algumas palavras vacilantes. Às seis horas da manhã do dia 10, ele foi preso em sua própria casa. Desmoulins, Delacroix e Philippeaux, todos os seus principais adeptos, seguiram Danton, Chabot, Hérault e Fabre para a prisão.

A notícia logo se espalhou, e Paris ficou em estado de choque. Houve profunda agitação na Assembleia: Desmoulins! Danton! o homem de 14 de julho e o homem de 10 de agosto! Fréron, que finalmente havia retornado, tentou, embora não abertamente, incitar seus colegas à revolta; Legendre, com maior coragem, exigiu uma explicação para a prisão de Danton. Robespierre assumiu um tom altivo: "Veremos neste dia se a Convenção será capaz de destruir um pretenso ídolo há muito apodrecido, ou se em sua queda ele esmagará a Convenção e o povo da França!" E com os olhos em Legendre, ele acrescentou: "O homem que treme é culpado!" Completamente assustado, o ex-açougueiro balbuciou suas desculpas. Fréron não se atreveu a dizer meia dúzia de palavras em defesa de Desmoulins. Por fim, Saint-Just, com um gesto inexorável como a faca caindo, diz Barras, falou em "justificação" das prisões: o golpe foi dirigido contra "os últimos partidários do realismo". Um decreto enviou todos os prisioneiros ao Tribunal.

O julgamento começou no 12º Germinal (2 de abril). Danton não tinha confiança nesta "justiça". Na noite anterior ao início do julgamento, ele disse na Conciergerie: "Foi nesta época do ano que eu instituí o Tribunal Revolucionário: peço a Deus e aos homens que me perdoem por isso". No entanto, ele estava determinado a lutar por sua vida.

O sentimento público estava a seu favor: mas delegados do Comitê, o traidor David, que um dia fora seu amigo, o covarde Vadier, Amar, Voulland, todos pressionavam o tribunal a abreviar o processo. O Presidente, em sua ansiedade, continuava enviando bilhetes aflitos a Fouquier: "Você tem que prosseguir!"

Mas Danton pretendia defender sua causa. Ele desprezou a acusação idiota: "Danton, um aristocrata! A França não acreditará nessa história por muito tempo... Eu me vendi? Nenhum dinheiro pode comprar um homem como eu!... O povo despedaçará meus inimigos antes de três meses!... Meu nome está associado a todas as instituições revolucionárias — o recrutamento, o exército revolucionário, os comitês revolucionários, o Comitê de Salvação Pública, o Tribunal Revolucionário! Ora, eu mesmo causei minha própria morte! E sou um homem moderado!" Cambon começou a dar seu testemunho, e ele o interrompeu: "Você nos toma por conspiradores?... Veja! ele ri!... escreva que ele riu!"

Fouquier pensou que tudo estava perdido: ele enviou uma carta suplicante ao Comitê pedindo um decreto que silenciasse a defesa. Os acusados eram rufiões perigosos, ele jurou; "suas observações (note a expressão deliciosa) perturbam o Tribunal".

O Comitê jogou sua última carta: forçou um decreto da aterrorizada Convenção que calaria a boca dos prisioneiros. Isso foi lido em voz alta no tribunal: o público murmurou: Danton tentou protestar: mas Herman encerrou os procedimentos. No dia seguinte (o 13º), Trinchard, o chefe do júri, declarou que a mente do júri estava suficientemente esclarecida. Um momento depois, todos os acusados foram condenados à morte. Foi uma verdadeira carnificina.

Danton percebeu de quem era a mão que o havia enviado primeiro ao Tribunal e agora estava estrangulando sua defesa: "Vil Robespierre!", ele gritou, "O cadafalso te chama também. Você me seguirá!"

Em três meses, ele o seguiu.

"A primavera está muito quente: todas as árvores estão em flor... a vida não tem sido tão agradável por muitos anos", escreveu um parisiense naquele dia. No tempo mais glorioso, Danton foi para a morte. "Caça grossa", disse o carcereiro a Samson, ao entregar os condenados.

Danton estava completamente inalterado. Ele fez piadas grosseiras para Desmoulins, que chorava baixinho: "Horácio! Lucile! Minha amada!" e para Fabre, o verdadeiro homem de letras, que se queixava amargamente porque as autoridades haviam apreendido um manuscrito seu, *L'Orange de Naples*, e ele tinha certeza de que aquele desgraçado Billaud, cujo trabalho havia sido vaiado mais de uma vez, se apoderaria dele: uma bela peça, em versos esplêndidos! "*Des vers!*", zombou Danton, "*Avant huit jours tu en feras!*" (Versos! Em oito dias você fará alguns!) Até o último momento, ele foi shakespeariano!

Paris viu quinze condenados passarem naquele dia! Frenilly nos contou como a "enorme cabeça redonda de Danton fixava seu olhar orgulhoso na multidão apática". Arnault viu Héroult, corado, mas bastante calmo. "Aquele epicurista", diz M. Dard, seu biógrafo, "tinha apenas trinta e quatro anos, mas se julgava com oitenta!" Os olhos da multidão aterrorizada estavam fixos em Danton: mas as mulheres olhavam para o belo Héroult: na própria praça onde a execução ocorreria, a mão de uma mulher acenou-lhe um adeus de uma das janelas do Garde-Meuble, e um sorriso perpassou seu rosto. Danton viu David no terraço de um café, desenhando-o friamente, a ele e a seus companheiros de prisão, e gritou "Lacaio!" para seu velho amigo em sua fúria. Na multidão, nos dizem, um padre, o Abade de Keravenan, que havia abençoado o casamento de Danton alguns meses antes, seguiu na esteira da carroça, pronunciando a absolvição enquanto caminhava.

Já era muito tarde quando o cortejo chegou ao cadafalso: o carrasco estava com pressa: quando Héroult tentou abraçar Danton, ele interferiu: "Tolos!", gritou Danton, "Vocês não impedirão que nossas cabeças se beijem na cesta!" Héroult foi o primeiro a perecer, Danton o último. Por um momento, seu coração pareceu fraquejar. Ele também adorava sua jovem esposa. "Minha amada! Será que nunca mais te verei?" Então ele se recompôs: "Vamos, Danton! Sem fraqueza!", ele foi ouvido a murmurar. E então, para o carrasco: "Mostre minha cabeça ao Povo, vale a pena!" Um momento mais, e exatamente quando a escuridão caía sobre Paris, a cesta recebeu aquela cabeça formidável.

O REINADO DA VIRTUDE

Março-Julho de 1794

A "Ditadura" de Robespierre. Fleurus. A Virtude como base do governo. Uma "Salento" manchada de sangue. O Grande Terror. As prisões, o tribunal e a "pequena janela" de Samson. A ressurreição da Divindade. A Festa do Ser Supremo (20 de Prairial). Os opositores de Robespierre e Fouché. A Lei de Prairial. "As cabeças estão caindo como telhas!" Fouché mina a posição de Robespierre.

ROBESPIERRE era o mestre agora. Na Europa, surgiu a crença de que um Cromwell havia nascido, alguém que poria fim à Revolução e fundaria um governo estável com o qual seria possível negociar.

As Potências aproveitaram esse pretexto para permanecerem inativas. Na realidade, elas haviam sido desmoralizadas pelo retorno da França a táticas ofensivas. No dia em que Hoche expulsou os alemães de Wissembourg e Dugommier desalojou os ingleses de Toulon, o solo da França foi salvo. E, no decorrer daquele mesmo outono de 1793, Kléber e Marceau venceram um combate em Cholet e finalmente esmagaram a resistência da Vendaia em Savenay.

As Potências derrotadas estavam mais desentendidas do que nunca. Em março de 1794, a Polônia, liderada por Kosciusko, se rebelou, e Carnot, enquanto isso, lançou os exércitos do Leste nos Países Baixos. Pichegru marchou com seus 160.000 homens para se juntar às tropas de Jourdan, e este último general, agora à frente de 230.000 homens, fez um avanço audacioso. Em 18 de maio, os austríacos foram derrotados em Tourcoing. O Rei da Prússia, tendo desviado para Varsóvia os reforços que deveriam ter ido para Bruxelas, o Imperador temeu ser enganado novamente na questão da Polônia e escreveu uma nota ácida ao seu Chanceler: "Ficaremos de fora da partilha!"

Jourdan aproveitou essas desavenças. Suas tropas eram magníficas, aquele Exército do Sambre e Meuse cujo nome ainda ressoa como um chamado de trombeta épico. Ele já havia aprendido a guerrear, aprendido a disciplina, mas ainda preservava aquele frenesi revolucionário que multiplicava por dez a fúria natural do francês: "Lutamos um contra dez", escreve um desses soldados, "mas *A Marselhesa* estava lutando ao nosso lado!" Em 26 de junho, este exército foi atacado em Fleurus e esmagou completamente seus agressores. Foi uma vitória magnífica e, depois de Wattignies, o maior triunfo militar da Revolução.

Seus efeitos logo se tornaram evidentes: em 6 de julho, os Aliados evacuaram Bruxelas, e em 11 de julho, Jourdan entrou na cidade. Em 23 de julho, Pichegru, empurrando os ingleses à sua frente, tomou posse de Antuérpia. A partir daquele momento, a Bélgica era nossa. E, enquanto isso, o Exército dos Alpes ameaçava Turim. A Coalizão, minada pela questão polonesa, começou a enfraquecer.

Os estadistas europeus desconcertados lançaram um véu de esperança sobre sua derrota. Qual tinha sido o objetivo deles?, disse o Gabinete de Viena ao Gabinete da Inglaterra. Pôr um fim à Revolução! Bem! Robespierre logo faria isso!

Ele não sonhava com nada parecido. O único e constante pensamento daquele cérebro medíocre e alma estreita era proteger-se contra "seus inimigos". Estes ele descobria em todos os lugares: para destruí-los, manteve a guilhotina permanentemente empregada e, empenhado como estava também em restaurar seu "Ser Supremo" e defender os direitos de propriedade, foi forçado a continuar sua política de sangue, pois sem ela seus inimigos não lançariam sobre ele a terrível reprovação do "moderatismo"?

Tudo estava em suas mãos. Quando a Convenção lhe entregou Danton, tornou-se sua escrava: os membros votavam sem qualquer discussão preliminar, "e com um ar contente", caso contrário, diz Baudot, "Saint-Just voltava sua atenção para você, assim como nos dias de Nero". Era perigoso parecer triste, ou mesmo pensativo. Barras conta a história de um deputado que imaginou que Robespierre o olhou quando estava em um estado de espírito sonhador e exclamou alarmado: "Ele vai supor que eu estava pensando em alguma coisa!" Billaud, falando um dia, parou de repente e, com uma entonação imperiosa, disse: "Acho que ouço murmúrios!" O Comitê era um César de dez cabeças, e era absolutamente governado por Robespierre.

Pelo menos por um tempo, todos os membros dos dois "grandes Comitês" pareciam sob o jugo. Nas províncias, os Comissários estavam sendo chamados de volta e substituídos por capangas do ditador. Em Paris, Fleuriot, o Prefeito, e Payan, o Agente da Nação, mantinham o Hôtel-de-Ville para Robespierre: através de Dumas, Fouquier e os jurados, todos eles suas criaturas, ele governava o Tribunal. Ele imaginava que o Exército também era sua ferramenta: o Estado-Maior era alimentado pela École de Mars, cuja ideia, devida a Barère, havia sido "avidamente acolhida por Robespierre", nos conta M. Chuquet. Os alunos, vestidos no estilo dos antigos romanos, recebiam visitas frequentes do Mestre: um deles, Bangofsky, nos deixou um relato delas e nos diz quão grande era a influência que Robespierre exercia sobre ele e seus colegas. De qualquer forma, o "Exército de Paris" era devotado a ele, pois era comandado pelo canalha Hanriot, "o burro de Robespierre", como era apelidado nas Halles. Os proprietários, tranquilizados por suas visões, depositavam sua fé nele e, liderados por Grégoire, o clero "constitucional", a quem a adoração de um Ser Supremo dava uma certa satisfação, parecia favorecê-lo. E então ele era "o Homem da Virtude".

Aquela ditadura do Ano II era realmente uma Ditadura da Virtude. Robespierre havia emprestado o termo da fraseologia sentimental de sua época, mas havia ampliado seu significado. A "Virtude" tornou-se uma condição *sine qua non*: em um discurso apresentado à Convenção no 5º de Floreal, a própria Thérédia Cabarrus rezou para que as jovens fossem ensinadas a "praticar a virtude" — Thérédia! E vemos uma sociedade popular — a de Provins — fazer com que "um professor, culpado de ter atrasado a regularização de sua ligação", fosse levado para a prisão. Robespierre, que estava ocupado com a purificação do Palais-Royal, ele mesmo, como já disse, deu o exemplo de toda espécie de virtude em sua moradia sobre a loja do marceneiro Duplay, e no seio de uma família virtuosa. "Desejamos", disse ele a Lindet um dia, "fundar uma Salento". Uma Salento vermelha de sangue!

"A virtude, sem a qual o terror é funesto; o terror, sem o qual a virtude é impotente". Essa era toda a teoria de Robespierre. Assim, quanto maior seu anseio por estabelecer a virtude, mais feroz o Terror se tornava sob seu domínio.

O Tribunal cuidava disso. Fouquier, após uma palestra do Mestre, exortou Dumas a "apertar o parafuso para os tagarelas" e, graças a esse conselho, o trabalho das sessões foi rapidamente concluído. "As cabeças", ele escreveu alegremente, "estão caindo como telhas!" Mas ele esperava por coisas ainda melhores: "Na próxima semana, vou tirar o topo de trezentas ou quatrocentas!"

Em abril, os lotes haviam dobrado de tamanho. Quem seria considerado um republicano "puro" agora que Danton havia perecido? Uma multidão promíscua! Chaumette, que havia sido acusado, entre outros pecados (isso está no verdadeiro estilo de Robespierre), de ter suprimido as missas da meia-noite, e Gobel, que morreu com as palavras "Viva Jesus Cristo!" em seus lábios, foram executados com um grupo de realistas e freiras. O ex-bispo foi implicado na *Conspiração das Prisões*, pois se afirmava que as prisões haviam conspirado contra a vida de Robespierre! Nessa trama fantástica, ele fez com que não apenas Gobel, mas também o General Dillon, um ex-nobre, a viúva Mme. Hébert, que já fora freira, e a pobre Lucile, "uma pequena menina de Greuze", escreve M. Claretie, "que morreu como uma romana", fossem implicados. Em 18 de abril, dezessete homens e mulheres, acusados de manobras "para matar o povo de fome", morreram juntos. Em 20 de abril, um lote de parlamentares — Pasquier, Rosambo, Ormesson, Molé, "vinte e quatro cavalheiros", escreve Trinchard orgulhosamente, "todos eles *ci-devant* presidentes ou conselheiros", foram seguidos pelo idoso Malesherbes e por d'Esprémesnil, que, tendo uma vez desejado des-bourbonizar a França, havia sido o ídolo de Paris por um dia (um dia distante, sete anos antes!). Depois vieram a Duquesa de Châtelet e a Princesa Lubomirska, a quem foi adicionada uma testemunha que "não havia dado seu testemunho bem!"; depois os "virgens de Verdun", vinte e oito coletores de impostos (Lavoisier entre eles) e Madame Elisabeth, enviada ao cadafalso com vinte outras vítimas, padres, soldados, criados domésticos, todos condenados com base no testemunho de uma única testemunha!

As prisões, esvaziadas perpetuamente, eram preenchidas perpetuamente. A principal acusação nunca variava, o acusado havia "depravado a moral pública"; isso se encaixava bem na política da virtude; quando afetava a Sainte-Amaranthe, capturada de uma só vez com sua tribo de amantes da moda, a acusação, como diz Beugnot, admite alguma defesa, e o mesmo pode ser dito da prisão de Thérédia Cabarrus em seu retorno de Bordeaux; mas Malesherbes! e Madame Elisabeth!

No entanto, todos esses "miseráveis", esses "depravadores da moral", foram amontoados em sucessão interminável na Abbaye, Sainte-Pélagie, La Force, Les Carmes, o Luxemburgo, para de lá serem transferidos para a Conciergerie, de onde foram passados para Fouquier e assim para Samson.

Era como uma epidemia. As pessoas "contraíam prisão", uma queixa menos desagradável que a cólera, porque enquanto se esperava a morte, podia-se passar dias deliciosos em uma sociedade encantadora e pitoresca, cheia de características inesperadas.

Todo o país parecia condenado ao cadafalso. Pouco antes do Termidor, todos pareciam estar na prisão. André Chénier estava lá aos pés de Aimée de Coigny; o General Hoche aos de Josefina de Beauharnais; pontífices do culto da Razão se encontravam com prelados da Igreja Romana; "heróis" de 10 de agosto se misturavam com Marqueses de Versalhes; Garat, o ministro, Suvée e Robert, os pintores, Kellermann, o vitorioso de Valmy, a amante de Tallien, membros das três assembleias revolucionárias e homens e mulheres do melhor sangue da França, todos destinados a jazer naquele cemitério da Madeleine que já havia recebido as cinzas de Danton e da Rainha, de Hébert e Charlotte Corday, de Chaumette e Luís XVI.

O massacre não cessou nas províncias quando os Comissários Terroristas foram retirados, e a prisão mostrou ainda menos sinais de diminuir: no 7º Termidor, 1.000 pessoas estavam presas nas prisões de Arras, 3.000 nas de Estrasburgo, 1.500 em Toulouse e algo como 7.000 na própria Paris: todas condenadas à morte para garantir o triunfo da "Virtude".

Alguma "consagração" desta "Virtude" parecia essencial. Esta era a teoria do "virtuoso Couthon", que inspirou Robespierre neste domínio. No 11º Termidor, ouviu-se Tallien dizer com um sorriso desdenhoso que Robespierre teria "expulsado o Eterno de Seu lugar para tomá-lo para si mesmo". Por enquanto, ele estava prestes a restaurar a Divindade.

"Se não houvesse Deus", ele proclamou no 1º de Frimário, "seríamos obrigados a inventá-Lo". "A ideia de um grande Ser que vela pela inocência oprimida e pune o crime triunfante é uma ideia totalmente popular." No 17º Germinal, os membros "ímpios" tendo sido eliminados do caminho, Couthon anunciou que o Comitê estava se preparando para realizar uma Festa do Ser Supremo. "Almas puras", escreveu ele, "sentiam o reconhecimento e a adoração de uma Inteligência superior como uma necessidade real". Quem não sentisse essa necessidade era um "miserável".

No 18º de Floreal, Robespierre fez seu célebre discurso sobre "a relação entre ideias religiosas e morais e os princípios republicanos", que foi concebido em um espírito semelhante, e concluiu proclamando a necessidade da instituição de uma religião deísta. Um decreto nesse sentido foi devidamente votado, e todos aceitaram a ideia. Lescot, o Prefeito, expressou uma fê estranha e mística: Deus recompensaria a França por aprovar este decreto, concedendo-lhe "colheitas abundantes". Deus certamente devia ao Seu profeta Maximilien alguma marca de favor!

Assim, a Festa do Ser Supremo foi organizada. Seria a apoteose do novo Vigário dos Fiéis. Ele poderia ser Rei, se apenas alguém fizesse uma tentativa contra sua vida! E isso também aconteceu de forma muito oportuna; uma menina foi pega no pátio de Duplay com duas pequenas facas em sua posse. Aqui estava "uma Corday"! O Incorruptível deveria ter sido assassinado! A pequena Cécile Renaud foi enviada ao cadafalso com cinquenta e três "cúmplices", que ela nunca tinha visto, com o véu preto do "parricida" lançado sobre sua cabeça. Pois não era Robespierre o Pai de sua Pátria?

No 16º de Prairial, para permitir que ele presidisse oficialmente à festa no dia 20, ele foi nomeado para a Presidência da Convenção. Alguns de seus inimigos pérfidos votaram a seu favor: eles esperavam tornar a evidência desta ditadura mais tangível, e assim poder incriminá-lo melhor.

David, agora decorador oficial da República, estava fazendo os arranjos para a Festa: Marie-Joseph Chénier havia sido encarregado de escrever o hino, para o qual Gossec deveria fornecer o acompanhamento orquestral; mas Robespierre, que odiava Marie-Joseph, o considerou indigno da honra e se recusou a aceitar seu hino: um verdadeiro pontífice, ele agora pronunciava excomunhões, maiores ou menores. Méhul e Gossec, devidamente munidos de um hino "ortodoxo", procederam noite após noite a supervisionar o ensaio das melodias sagradas em cada Seção, e por uma semana Paris, em obediência a um mandado, seguido por uma ordem oficial, esteve ocupada ensaiando um cântico dirigido ao Altíssimo. Parece um sonho!

Houve muitas descrições desta Festa, Robespierre, em seu casaco azul, que já havia alcançado algo como celebridade, e com plumas tricolores ondulando em seu chapéu, presidiu aos procedimentos primeiro nas Tulherias, e depois no Campo de Marte. Da plataforma — púlpito ou trono — ele proferiu uma longa rapsódia, cuja composição, em seu desejo de acertar o tom correto, ele havia confiado a um padre digno, o idoso Abade Porquet. Feito isso, cem mil vozes cantaram os louvores do Senhor. Incenso foi queimado enquanto isso no cume da Montanha simbólica na qual Maximilien estava, e o ocultou em suas nuvens. Por um momento, este mais prudente dos homens esqueceu sua cautela; seu rosto, geralmente grave, foi iluminado por um sorriso de triunfo. Por um momento, o Vigário de Deus imaginou ser ele mesmo Deus!

Ele não ouviu o murmúrio da tempestade ao seu redor. Entre os membros da Convenção que estavam atrás dele, surgiram murmúrios, e até mesmo "imprecações", diz Baudot. Naquela mesma noite, a *Décade* continha alusões zombeteiras à nova religião de Estado: e quando Robespierre, ainda tonto de triunfo, entrou no Clube dos Jacobinos, encontrou o rosto sombrio de Joseph Fouché.

Este "descristianizador" por acaso era o presidente do Clube. Ele fingiu compartilhar da alegria geral, mas acrescentou, após algumas observações banais: "Brutus prestou uma homenagem digna ao Ser Supremo quando cravou um punhal no coração de um tirano: aprenda a seguir seu exemplo!"

Robespierre entendeu: e provou isso em poucos dias, quando acusou Fouché de estar à frente da conspiração contra si mesmo. Mas as palavras audaciosas do presidente haviam sido aplaudidas: e Robespierre evidentemente cometera seu primeiro erro.

Não havia mais erros para ele cometer agora. Todos os olhos o observavam atentamente. Se o "tirano" não caísse, um grupo inteiro de homens sabia que sua hora havia chegado: ele havia recebido os "missionários" recém-chegados dos departamentos — "a cauda de Hébert e de Danton", como ele os teria chamado — com uma dureza muito significativa: Fréron, Barras, Tallien, Fouché, todos haviam sido aterrorizados por aquele seu rosto, "tão duro quanto o mármore frio de uma estátua". Os três primeiros eram "membros corruptos" a serem oferecidos em sacrifício à "virtude": o quarto era um "ateu" e merecia o mais severo castigo. No 18º de Floreal, foi dito que Robespierre se dirigiu a ele nominalmente de sua própria mesa. "Venha, diga-nos, Fouché, quem te incumbiu de assegurar ao povo que a Divindade não existe?"

Fouché não era um Danton: ele nunca usou imprecações violentas: manobras eram o seu forte. Havia homens aterrorizados, todos tremendo por suas próprias cabeças: ele fundiu esses medos e ódios, juntou a "cauda" de Hébert à de Danton, correu de um para o outro e provocou uma oposição incomum do Clube Jacobino à própria Convenção: pois Carnot, Billaud, Collot e até mesmo Barère sentiam-se em perigo e já estavam procurando por aliados. Assim, Robespierre não estava enganado; ele havia julgado Fouché nos últimos três meses como seu pior inimigo. Qual foi, então, sua raiva quando viu o "inimigo" sentado na cadeira presidencial do grande Clube, o seu Clube! E qual sua fúria quando, na própria noite de sua grande apoteose, este "miserável" atirou daquela mesma cadeira a flecha envenenada que iria infeccionar a ferida do pontífice!

Sua resposta foi rápida. Três dias depois (22 de Prairial), Couthon apresentou uma proposta destinada a entregar os últimos inimigos de Robespierre em suas mãos.

"Toda demora é um crime, toda formalidade é um perigo público: a única demora necessária para punir os inimigos da pátria é o tempo que se leva para reconhecê-los." Os acusados não teriam mais advogados para defendê-los, e os júris os sentenciariam em lotes. Não haveria mais "casos"; uma acusação geral: "todos aqueles que tentam destruir a liberdade, seja pela força ou pelo engano", seriam declarados "inimigos do povo". Isso significava entregar a ditadura ao Promotor Público: mas todos sabiam que o Promotor Público era governado por Robespierre. E isso não era tudo — e aqui o verdadeiro objetivo do plano se revelou; até então, nenhum representante do povo — de Brissot a Danton — poderia ser levado perante o Tribunal sem a autorização da Convenção: no futuro, isso seria feito por mera ordem dos Comitês. Este foi um golpe dirigido a Lecointre, Legendre, Fréron, Tallien, Barras e Fouché. E muitos outros também se sentiram ameaçados. "Se esta lei passar", gritou Ruamps, "posso muito bem dar um tiro na minha cabeça de uma vez! Peço um adiamento." Todos concordaram com ele e apoiaram sua moção.

Então Robespierre se levantou: ele queria sua lei, ele queria suas cabeças: "Por muito tempo a Convenção tem debatido e votado decretos, porque por muito tempo tem sido governada inteiramente pelo poder das facções. Proponho que a Convenção não dê atenção à moção de adiamento e continue, se necessário, a discutir a proposta que lhe foi submetida até as oito horas desta noite!"

Qual era o estranho poder hipnótico deste homem? Seus oponentes trêmulos se calaram, e em meia hora a lei mortal foi aprovada.

Ele partiu, acreditando que sua vingança estava assegurada. Mas, no dia seguinte, a Assembleia se rebelou. Bourdon (do Oise) e Merlin conseguiram a aprovação de uma resolução pela qual a cláusula que afetava os membros da Convenção era eliminada. Esses homens miseráveis estavam dispostos a sacrificar a França, mas não a si mesmos.

Para Robespierre, esta cláusula era a mais importante de toda a lei: ele ousou exigir as cabeças que lhe teriam escapado. "Intrigantes", disse ele, "estavam se esforçando para levar a Montanha com eles e se tornarem os chefes de um partido". "Nomeie-os!", veio o grito de gargantas aterrorizadas. Ele deveria tê-los nomeado: no estado de alarme selvagem que reinava então na Assembleia, ele teria obtido as cabeças assim especificadas. Mas ele cometeu o erro de deixar o terror pairar sobre todos eles sem dizer nada para tranquilizar a maioria. "Eu os nomearei quando for necessário." Mas ele havia falado, os outros abaixaram a cabeça. A cláusula foi restabelecida.

Armado com sua nova lei, Robespierre começou suas operações naquela mesma noite. A presença de Fouché nos Jacobinos era um escândalo que já durava tempo demais. Na noite do 23º Prairial, Robespierre começou a atacá-lo lá: Fouché não era um orador: ele fez uma defesa fraca, encerrou a sessão e não voltou mais: mas, na sombra, começou a armar suas ciladas.

Aquelas seis semanas entre o 23º de Prairial e o 9º de Termidor foram horríveis. Sob o tremendo poder da arma colocada nas mãos do Comitê e do Tribunal pela aprovação da nova lei, o país aprendeu o que significava o extremo do terror. Todos os "fracos" — aqueles que não frequentavam a casa de Duplay — haviam sido eliminados do júri. "Chega de testemunhas!", disse Fouquier. Foi um massacre, nem mais nem menos: 40, 50, 60 cabeças por dia. No decorrer daqueles quarenta e nove dias, 1.367 cabeças rolaram em Paris. "Carnificina", diz M. Aulard, e essa é a palavra certa.

Paris estava repleta de emissários "não oficiais" de Robespierre, e todos viviam sob o olhar atento de uma polícia impiedosa. O medo estava por toda parte, no ranger de uma porta, em uma exclamação, em um suspiro. As salas de estar estavam vazias, as tabernas desertas: até as cortesãs deixaram de ir ao Palais-Royal, onde (visão extraordinária!) a virtude agora reinava suprema. A cidade sombria esperava, sob o sol escaldante do verão. O que ela estava esperando? Da sacristia à casa de má fama, o mesmo medo pairava em todos os lugares e sobre todos. A suspeita estava sobre todas as cabeças: os algozes de ontem estavam em pior situação do que suas próprias vítimas. Quando um Fouché, que havia ceifado os homens de Lyon com metralha, foi acusado de falha no dever cívico, todos podiam muito bem tremer! A Convenção estava quase deserta: apenas membros dos Comitês agora se sentavam na cadeira presidencial: Prieur foi eleito para essa posição por 94 dos 117 votos (o número normal da Assembleia era 750): os deputados haviam desistido de dormir em casa. Entre aqueles que ainda compareciam, diz Thibaudeau, "os tímidos vagueavam de assento em assento, alguns não ousavam sentar-se em lugar nenhum e escapuliam quando a necessidade de votar surgia". A suspeita pairava sobre todos os bancos.

A oposição foi esmagada: o círculo imediato do Mestre se rebaixou: Barras encontrou o General Brune, que mais tarde se tornaria Marechal da França, nos alojamentos de Robespierre, ajudando Mme. Duplay e Éléonore, a filha do marceneiro — dita noiva de Robespierre — a descascar batatas. Outro frequentador assíduo ali era Curée, um membro da Convenção sob cuja moção o Império seria finalmente proclamado, e que já estava tendo aulas na arte da servidão. Mas, exceto por Le Bas, Couthon e Saint-Just, seus três capangas favoritos, e seus agentes, Fleuriot o Prefeito, Herman o Ministro do Interior, Payan o Agente Nacional, Dumas o Presidente, Fouquier o Promotor Público, os jurados fiéis que, com Duplay, habitualmente escoltavam Robespierre quando ele saía, e Hanriot, sua ferramenta, nenhum homem era considerado realmente confiável. Maximilien havia revivido o "quem não está comigo está contra mim" de todas as religiões.

Não havia desculpa alguma para a tirania tão brutalmente aplicada pelos subordinados oficiais e, conseqüentemente, para o Terror que a acompanhava. O perigo para o país vindo de fora havia passado; Fleurus havia tranquilizado a mente da França; um plano para a invasão da Itália estava sendo preparado; a Europa estava se retirando em todos os pontos. "As vitórias", escreve Barère, "perseguiam Robespierre!" Ele estava bem ciente disso: Saint-Just avisou Barère que não deveria haver mais "exagero". Barère se recusou a cumprir a ordem. Ele gostava do negócio, e uma vez que a injunção de Saint-Just revelou o plano de Robespierre, ele teve um prazer pérfido em inflar seus próprios pulmões e a importância dos sucessos alcançados.

Em sua boca, até mesmo os desastres se transformavam em vitórias: foi o que aconteceu quando nosso esquadrão naval foi derrotado; Barère transformou o *Vengeur*, que, como infelizmente provou M. Lévy-Schneider, afundou exatamente quando se rendia, em um magnífico naufrágio cuja tripulação afundou com ele em vez de baixar as cores para o inimigo. Mas vitórias mais genuínas do que esta forneceram textos legítimos para sua oratória patriótica. Ela foi aplaudida pela Assembleia e amaldiçoada por Robespierre; pois cada nova vitória lançava mais opróbrio sobre uma ditadura que agora não tinha desculpa.

No entanto, a Convenção continuou a submeter-se ao Comitê. E então, finalmente, os inimigos de Robespierre perceberam o ponto sobre o qual sua ação deveria ser dirigida. Eles deveriam dismantelar o próprio Comitê e atacar a ditadura em seu seio. Uma vez que a desunião prevalecesse nos Comitês, eles entregariam o tirano à Assembleia. A intriga que começou em Messidor, e que alcançaria um desfecho bem-sucedido no 9º Termidor, foi tramada no Pavilhão de Flora.

Pois não havia esperança de qualquer ajuda do país em seu terror, nem da Assembleia, em sua servidão.

TERMIDOR

Dissensões no Grande Comitê. As últimas carroças. As duas conspirações. A sessão de 8 de Termidor. A noite de 8 no Clube dos Jacobinos. A noite de 8 de Termidor no Pavilhão de Flora. A sessão do dia 9, a confusão, o punhal de Tallien, o partido de Robespierre proscrito. O Hôtel-de-Ville contra a Convenção. As desventuras de Hanriot. Robespierre no Hôtel-de-Ville. A queda de "Catilina". A execução de Robespierre. Os eventos de Termidor mal interpretados pelo povo.

O COMITÊ há muito era atacado como um "bloco" e, como um "bloco", resistira. Algumas rachaduras em sua estrutura haviam aparecido em Ventoso, mas estas foram remendadas após a execução de Danton. Outras, mais formidáveis, apareceram em Prairial. Collot e Billaud — ambos terroristas extremos, e hebertistas no fundo — opuseram-se à punição dos Comissários que haviam levado o Terror, e com ele os princípios de Chaumette, para as províncias. No 23º de Prairial, uma violenta briga eclodiu entre Billaud e Robespierre. Outra noite, Collot, sempre brutal em suas maneiras, ameaçou jogar Robespierre pela janela. Saint-Just e Carnot estavam em más relações. Em Floreal, o primeiro fizera o possível para expulsar o último do Comitê: "Você sairá antes de mim, Saint-Just!", disse Carnot: mas, desde aquele momento, ele estava de guarda, e Prieur o apoiava. Lindet não conseguia perdoar Robespierre pela morte de Danton. Barère, como sempre, era um oportunista. Mas seus relatórios à Convenção sobre as opiniões correntes na Europa eram uma demonstração um tanto pérfida do prestígio que o Ditador estava adquirindo às custas da ideia republicana.

O Comitê de Salvação Pública era agora completamente hostil a Robespierre. Exceto por Le Bas, um adepto fiel, e David, em quem não se podia confiar, todos os seus membros, liderados e influenciados pelo velho Vadier, odiavam "o tirano". Voulland e Amar não hesitavam em dizer que alguém deveria pegá-lo perto de uma janela aberta e "jogá-lo na calçada". Este Comitê de Polícia estava procurando uma brecha na armadura do ditador. Uma mulher louca chamada Catherine Théot andava por aí prevendo o advento do Filho de Deus, e Vadier, em seu relatório à Convenção, exagerou a importância do assunto e até insinuou que este Messias, segundo Catherine, era o pontífice do 20º de Prairial. Ora, este velho bufão do Sul, que, como nos conta Philarete Chasle, se parecia com Voltaire, tinha um jeito de fazer caretas que fazia as pessoas rirem. Ele zombou de Robespierre, que ficou extremamente irritado com o incidente e abafou o caso — um erro que deu às insinuações do gascão um certo ar de probabilidade.

Na realidade, o ânimo de Robespierre estava falhando: ele percebeu a crescente hostilidade dos Comitês. No dia 10 de Messidor, ele chamou Saint-Just, então com os exércitos, e, tranquilizado pela presença de seu "porta-espada", virou as costas de mau humor para o Comitê insubordinado e deixou de comparecer às suas sessões. No dia 13, ele fez uma queixa amarga sobre as conspirações no Comitê ao Clube dos Jacobinos.

Ele havia originalmente saído do Clube: ele desejava agora voltar a ele, buscar nova força nele e expulsar seus inimigos dele. Ele mandou riscar da lista o nome de Fouché, "o líder da conspiração que deve ser frustrada", e vários outros. Mas Fouché continuou sua campanha secreta mais vigorosamente do que nunca. Ele pôs em circulação listas das pessoas que provavelmente seriam proscritas, e ia ver uma ou outra delas e dizia: "Se ele não perecer, você perecerá com toda a certeza!" Agilmente, com seus dedos nervosos, ele estava amarrando os fios nos quais Robespierre de repente se veria emaranhado.

No início do Termidor, o trabalho estava feito, mas quão frágil era toda a rede! O menor puxão teria sido suficiente para quebrá-la! Couthon fez o seu melhor no Clube dos Jacobinos, onde, no dia 5, ousou acusar Carnot. Barère falou em sua defesa. Enquanto isso, Fouché havia conseguido uma reconciliação entre Collot e Billaud, que haviam brigado. A Montanha estava preparando um movimento contra Robespierre, mas para isso o apoio do Centro era indispensável, e o Centro, que tinha menos estima por Collot, Tallien, Fouché e os outros do que por Robespierre — Durand de Maillane nos revela esse sentimento — hesitava em favorecer esses sobreviventes do Hebertismo às custas de um homem que tratava o partido moderado com consideração. Robespierre foi a Cambacérès e pediu-lhe que se acautelasse de Fouché: mas Tallien e Legendre já haviam sondado este "sapo do Pântano" e abalado sua lealdade. No entanto, Boissy d'Anglas expressou abertamente sua estima por Robespierre, e Durand de Maillane ofereceu-lhe as mais vivas felicitações por sua espiritualidade. Sem o Centro — a grande massa de membros — nada poderia ser feito: a balança em que seu apoio fosse lançado seria inevitavelmente a mais pesada.

O que perturbava Durand eram "aquelas sessenta ou oitenta cabeças por dia". Em vão Augustin Robespierre se declarou um "moderado" no Clube. No 7º Termidor, André Chénier foi guilhotinado, e vinte e três outros com ele: no 8º, cinquenta e cinco condenados, entre eles dezenove mulheres, iriam para a morte. Tais provas de "moderação" pouco satisfizeram Durand, Boissy e Cambacérès. Mas ainda assim eles se contiveram.

A intriga corria solta em todos os cantos: e cabeças estavam em jogo por toda parte. Não havia tempo a perder; ambos os partidos estavam meditando um golpe súbito. Se os inimigos do ditador estavam resolvidos a atacar, ele também estava. Um estudo de certos documentos nos mostra que uma revolta em apoio a Robespierre estava sendo preparada para o 10º Termidor. Hanriot, Fleuriot, Payan e Dumas eram os instigadores. A festa dos dois jovens heróis, Bara e Viala*, para a qual a École de Mars havia sido convocada a Paris, seria o pretexto para uma reunião durante a qual o "raio" deveria cair. Robespierre, que havia passado as últimas três semanas fechado na casa de Duplay, consentiu, sob pressão de Saint-Just, em preparar o caminho com a entrega de um grande discurso na Convenção no dia 8.

Enquanto isso, Fouché trabalhava mais arduamente do que nunca, e Tallien havia se decidido pelas medidas mais extremas. Segundo uma lenda aceita por um biógrafo sério dos Talliens, Thérézia Cabarrus, que era adorada pelo ex-procônsul, havia lhe enviado uma mensagem de sua prisão de que estava prestes a morrer, "graças à sua covardia descarada". Isso pode ser verdade.

No 8º Termidor (27 de julho), o sol nasceu ferozmente sobre um mundo que já havia atingido o ponto de ebulição.

A emoção era intensa na Convenção quando Robespierre foi visto subindo lentamente os degraus da tribuna. "Este foi o início de um grande julgamento", escreve Crevelier, um dos membros.

Desde o início, ele acrescenta, este "Catilina" adotou um tom arrogante, "aquele tom despótico que estava começando a nos cansar".

O discurso, que foi preservado para nós, havia sido cuidadosamente polido durante o período de reclusão do orador. Ele indicava uma mudança decidida na política de Robespierre: ele apelava dos Comitês para a Assembleia, "que eles haviam oprimido"; ele era atacado por esses Comitês apenas porque não pertencia a nenhuma facção, mas à própria Convenção. "Pelas últimas seis semanas, pelo menos, minha impotência para fazer o bem ou impedir o mal me forçou a abandonar absolutamente minhas funções. O patriotismo foi mais bem protegido? a facção mais tímida? o país mais feliz?" O jugo do Comitê, agora em estado de anarquia, deveria ser sacudido. "Vocês não foram nomeados para serem governados, mas para governarem as pessoas em quem depositaram sua confiança!"

Então, voltando-se para o Centro e para os bancos, agora muito vazios, da Direita, ele lembrou o fato de que, apesar do ódio da Montanha, ele havia salvado os setenta e cinco apoiadores dos Girondinos da guilhotina. Crendo-se seguro do Centro, que o ouvira em silêncio, ele começou uma crítica amarga ao sistema financeiro (uma alfinetada em Cambon), aos "agentes prevaricadores" (os procônsules), à gestão da guerra (Carnot) e, com uma audácia que ultrapassava toda crença, ao próprio Terror. "Admitamos a existência de uma conspiração contra a liberdade pública; que ela deve sua força a uma coalizão criminosa que desenvolve suas intrigas no próprio seio da Convenção; que membros do Comitê participam desta conspiração; que a coalizão assim formada busca a ruína dos patriotas e do país também. Qual é o remédio para esta doença? Punir os traidores, renovar a composição do Comitê de Segurança Geral, purificar esse Comitê e subordiná-lo ao Comitê de Salvação Pública, purificar o próprio Comitê de Salvação Pública: constituir um governo unido sob a autoridade suprema da Convenção: assim esmagar todas as facções pelo peso da autoridade nacional e erguer o poder da justiça e da liberdade sobre suas ruínas."

A Convenção, que havia escutado em silêncio mortal, sentou-se em um estupor. Vago como o discurso havia sido, os ataques a Cambon e suas finanças, a Carnot e seus exércitos, a Vadier e sua polícia, aos dois Comitês e aos ex-Comissários, haviam enchido seus ouvidos de perplexidade e alarme. Uma crise tremenda parecia prestes a começar, "um abismo", diz uma testemunha da sessão (Sra. Williams), e ninguém sabia "que parte da cidade seria engolida, ou se a cidade inteira desapareceria". As próprias tendências da Revolução haviam sido questionadas: "Não possuímos sequer o mérito de ter empreendido grandes coisas por motivos de virtude". O que tudo isso significava? Tudo teria que ser feito de novo? Era esta a acusação de um promotor ou um último testamento? Deveria ser dada permissão para imprimir este discurso perigoso? Couthon conseguiu aprovar uma moção a favor da "impressão".

Mas as pessoas a quem o ataque se dirigia não pretendiam deixar-se estrangular sem protesto. Vadier tentou repetir sua história sobre a velha Catherine Théot. Mas Cambon não lhe deu tempo: ele voou para a tribuna: "Antes que eu seja desonrado, falarei à França!", ele gritou. E falou, ferozmente: "Um único homem paralisa a vontade da Convenção: esse homem é Robespierre!"

As palavras foram um sinal para uma corrida à tribuna. Primeiro veio Billaud: antes que o discurso de Robespierre fosse impresso, ele deveria ser submetido ao Comitê para consideração. "Devemos arrancar a máscara; prefiro que meu cadáver sirva de trono a um homem ambicioso do que, com meu silêncio, me tornar cúmplice de seus crimes!" A excitação aumentou. Panis afirmou que uma lista de proscritos já havia sido feita: ela deveria ser comunicada à Convenção: Robespierre protestou contra isso, mas se recusou a "inocentar este ou aquele homem". Ele não percebeu quão sábio teria sido mencionar dez homens e tranquilizar trezentos. "Quando um homem se vangloria de ter a coragem da virtude", gritou Charlier, "ele deveria possuir a coragem da verdade! Dê os nomes dos homens que você acusa!" "Sim! Sim! Os nomes!", clamaram os membros. "Eu mantenho o que disse", ele respondeu.

Amar estigmatizou a "vaidade ferida que causou perturbação na Assembleia". Fréron pressionou pela retirada do direito do Comitê de prender membros da Convenção. Alguns buscavam armas, outros escudos. Barère fez como se quisesse acalmar a todos com frases lisonjeiras: mas Bréard fez um novo ataque, e o decreto que ordenava a impressão do discurso foi anulado.

Às cinco horas, a sessão foi encerrada. Robespierre havia perdido o primeiro jogo da partida.

Ele contava em ganhar o segundo naquela mesma noite: seu plano era ir ao Clube dos Jacobinos, onde os aplausos de seus membros semeariam o terror na sessão da Convenção do dia seguinte.

Ele não sentia ansiedade. A noite estava linda depois de um dia sufocante; ele foi passear nos Champs-Élysées e disse a Eléonore Duplay, que o acompanhava: "Tempo bom para amanhã!" Então, ele se dirigiu ao Clube.

Lá ele foi ovacionado. Ele refez seu discurso e, inflamado pelo entusiasmo geral, atacou Collot e Billaud, que estavam ambos presentes. Houve gritos de "À guilhotina!", e os dois suspeitos correram para as Tulherias, onde o Comitê ainda estava trabalhando. Por mais quente que estivesse a noite de verão, eles devem ter sentido o frio da faca em seus pescoços!

Quanto a Robespierre, tão animado estava ele ao chegar em casa, que seu otimismo surpreendeu Duplay. Antes da meia-noite, a luz foi apagada atrás das cortinas azuis de seu famoso quarto.

Prieur, Barère e Lindet descreveram todos a cena apresentada enquanto isso pelo Comitê em sua desordem e consternação. Os membros estavam reunidos em volta da célebre "mesa verde" quando, às onze horas, Collot, em grande agitação, entrou correndo do Clube dos Jacobinos. Pela porta aberta, via-se Saint-Just escrevendo ativamente na sala ao lado. Fora de si, Collot se dirigiu a ele: "Você está redigindo nossa acusação?" Era verdade. Saint-Just respondeu audaciosamente: "Bem, sim, você não está enganado...", e então para Carnot, com malícia: "Não me esquecerei de você nela, e você verá que o tratei com maestria!" Carnot deu de ombros. Mas agora Billaud chegou, ardendo de fúria. Ele derramou os frascos de sua ira sobre o jovem fleumático, que começou a sentir que havia falado demais; ele pediu que lhe permitissem terminar seu trabalho; seu discurso estava tão longe de ser da natureza que eles supunham, que ele pretendia lê-lo ao Comitê na manhã seguinte, antes de fazê-lo na Assembleia. Ele escreveu a noite toda, enquanto seus companheiros, que haviam voltado para a sala verde, conversavam e discutiam. Às cinco da manhã, ele se levantou, despediu-se friamente e, tão cheio de confiança quanto seu líder, partiu para refrescar o sangue nos Bois de Boulogne, pelos quais foi visto galopando meia hora depois.

O dia parecia que ia ser tempestuoso. Ao meio-dia, a temperatura havia subido para quarenta graus; trovões murmuravam em um céu de chumbo. Os membros do Comitê, em um estado de ansiedade febril, aguardavam o retorno de Saint-Just. Às dez e meia, uma nota dele foi trazida. "Você despedaçou meu coração: vou abri-lo para a Convenção." Oprimidos pela emoção, todos correram para lá.

Encontraram os corredores fervilhando de excitação. A noite toda, negociações haviam ocorrido entre os vários partidos. Os membros sobreviventes da Direita foram assediados com ameaças e lisonjas. "Ah, essa Direita!", gritou Bourdon insanamente, "que companheiros dignos, para ter certeza!" Quando os membros do Comitê apareceram, Tallien e Rovère correram ao seu encontro para levantar sua coragem.

Eles precisavam disso. Acima da Assembleia, "um vulcão com uma cratera em ebulição", as galerias, cheias de adeptos de Robespierre, estavam furiosas. Eles haviam saudado a chegada de Robespierre — no casaco azul que ele havia usado no 20º de Prairial, sua cabeça tão bem empoada como sempre — com aplausos selvagens; ele caminhava como alguém à beira da apoteose. Saint-Just se juntara a ele, vestindo o casaco cor de camurça, colete branco e calças cinza-claras — nas quais, todas manchadas de sangue naquela altura, ele estaria no banco dos réus em menos de quarenta e oito horas.

O homem mais jovem subiu à tribuna. Collot presidia à sessão: a presença de seu cúmplice na cadeira presidencial seria a carta mais forte na mão dos antagonistas de Robespierre. O cenário apresentava sua aparência usual: o salão fora o antigo teatro do Palácio; a estreita tribuna ficava de frente para a ampla mesa de escrever; de cada lado do Presidente pendiam as duas telas representando os deputados assassinados, Marat e Lepelletier, e no centro estava a arca onde a Constituição natimorta jazia consagrada. Os bancos da Direita estavam parcialmente esvaziados; a Montanha mostrava uma lacuna feita pela execução de Danton e Hébert, e seus seguidores; o Centro sentou-se todo junto, compacto, mudo, aguardando o evento. Robespierre sentara-se em frente ao Centro, de modo a encarar a tribuna.

Saint-Just só teve tempo de pronunciar duas frases da acusação que ele havia preparado tão laboriosamente na noite anterior: Tallien o interrompeu rudemente. Subindo os degraus da tribuna, ele empurrou o outro de seu lugar, gritando: "Peço que o véu seja rasgado!" "Deve ser! Deve ser!", veio a resposta de cem gargantas. Esse foi o sinal para o ataque: foi liderado por Billaud, que havia tomado posse da tribuna quase antes de Tallien a ter deixado. Ele denunciou a cena no Clube Jacobino na noite anterior, na qual "a intenção de assassinar a Convenção havia sido claramente expressa", declarou que via o autor da proposta em uma das galerias, mandou-o expulsar e, assim, semeou o terror no público em geral. "A Convenção perecerá se for fraca!" "Não! Não!", gritaram os da Montanha, com muitos acenos de chapéu.

Le Bas tentou falar: ele falhou. Os inimigos de Robespierre haviam jurado sufocar as vozes de todos os seus amigos. O tumulto era muito grande; Collot tocava sua sineta incessantemente; o Centro sozinho permanecia imóvel no meio da tempestade. Billaud nunca cessou seus ataques a Robespierre: o Presidente do Tribunal havia proposto publicamente no Clube Jacobino que todos os homens que desejavam sacrificar fossem expulsos da Convenção, "mas o povo está lá, e os patriotas saberão como morrer!"

Robespierre correu para a tribuna: um grito poderoso o empurrou de volta para seu assento no centro do salão. "Abaixo o tirano!", foi o grito; e, de fato, Tallien estava na posse da tribuna mais uma vez. Ele estava determinado a desferir o golpe final ele mesmo. Thérédia diria um dia: "Esta pequena mão fez algo para derrubar a guilhotina." Tallien, de fato, deve ter percebido que tudo estaria acabado com ela, e com ele também, se a ruína de Robespierre não fosse consumada nos próximos dez minutos. Ele levantou a voz ainda mais: "Eu vi a reunião no Clube dos Jacobinos ontem: tremi por meu país: observei a formação do exército do novo Cromwell, e me armei com um punhal que perfurará seu peito se a Convenção não tiver a coragem de decretar sua acusação!" E, em meio a uma grande emoção, ele de fato brandiu um punhal no ar. A prisão dos "Generais" — Boulanger e Hanriot — e de Dumas foi decretada. A Assembleia não foi corajosa o suficiente, até agora, para atacar o próprio Robespierre, mas seus braços, seus soldados e seu juiz foram tirados dele. Mais uma vez ele tentou falar, e mais uma vez foi vaiado. Collot, ex-amigo de Hébert, havia deixado a cadeira. Foi o antigo seguidor de Danton, Thuriot, cujos gestos inexoráveis recusaram o apelo do homem miserável para falar. E o tempo todo a sineta do Presidente continuava a tocar, como a de um navio em perigo.

Acima de tudo, a tribuna tinha que ser mantida para manter Robespierre fora dela. Barère foi primeiro, e depois Vadier, que tentou novamente contar sua história sobre a profetisa, até que Tallien, não querendo que o drama se deteriorasse em comédia, silenciou o velho senil derramando uma nova denúncia de Robespierre, sua covardia em 10 de agosto, a hipocrisia de seu civismo e sua "virtude".

Pela terceira vez, Robespierre se levantou e se moveu, com o semblante congestionado, em direção à tribuna. Ele falou enquanto caminhava, mas ninguém conseguiu ouvir uma palavra, pois Thuriot continuava a tocar sua sineta incessantemente. Ela soava o toque de finados do homem condenado. Um deputado obscuro, Louchet, alcançou a tribuna e exigiu sua "prisão". A palavra finalmente foi dita! e a Montanha ressoou com aplausos. Então, o jovem Robespierre fez um ato cavalheiresco: "Eu sou tão culpado quanto meu irmão: compartilho de suas virtudes. Peço que minha prisão seja decretada junto com a dele." Finalmente, com um esforço desesperado, Robespierre se fez ouvir. "Pela última vez, você me dará permissão para falar, Presidente de assassinos!" Aqui estava o pretexto: o tirano havia insultado a Assembleia. "Presidente", gritou Charles Duval, "este homem será o mestre da Convenção?" "Vamos votar a prisão dos dois irmãos!", clamaram seus ouvintes.

Acosado, Robespierre voltou-se para o Centro, que até então ficara "de prontidão", como nos conta Barère: "Homens de pureza! homens de virtude! Apelo a vocês! Deem-me a permissão de falar que esses assassinos me recusam!" Durand e seus amigos, sem dúvida, haviam contado as mãos erguidas à Esquerda contra o homem infeliz: viram que ele estava perdido. Eles também se levantaram contra ele, e Durand chega a registrar suas próprias palavras elevadas de indignação na ocasião. Assim repellido, Robespierre vagueou de um lado para o outro entre o Centro e a Direita: ele tentou falar, mas sua raiva o sufocou. "O sangue de Danton te sufoca!", gritou Garnier de Saintes. Ele tentou subir nos bancos da Direita. "Afaste-se!", gritou Fréron, "é aí que Condorcet e Vergniaud costumavam sentar-se!" Verdadeiramente, ele estava tropeçando em cadáveres! Finalmente, ele caiu exausto em um assento, enquanto Billaud derramava novos insultos sobre ele.

Então as coisas começaram a se desenrolar rapidamente: um clamor se ergueu pela prisão do "monstro". Le Bas, sempre de coração nobre e generoso, reivindicou seu direito de compartilhar o destino de seu infeliz amigo. Billaud nomeou Couthon, sobre cuja cabeça, assim como sobre a de Saint-Just,

Fréron, ansioso por vingar Desmoulins, lançou uma chuva de insultos: "Couthon é um tigre, sedento do sangue dos representantes da nação (Sim! Sim!)... Ele esperava ter feito de nossos cadáveres tantos degraus pelos quais teria subido ao trono!" O aleijado, sentado em sua pequena carruagem, lançou um olhar amargo para suas pernas: "Sim!", ele zombou, "eu teria subido ao trono!" E Fréron concluiu seu discurso: "Peço um decreto de prisão contra Saint-Just, Le Bas e Couthon!"

O decreto foi votado, e um momento depois os gendarmes estavam no salão, e os cinco homens eram prisioneiros. Eram agora cinco e meia da tarde: o calor era extraordinário. A exausta Assembleia suspendeu sua sessão até as sete horas. Ela acreditava ter vencido a batalha.

Ela estava enganada. Às sete horas, as coisas haviam dado errado e o jogo estava quase perdido. Robespierre, favorecido por uma virada da roda da Fortuna, estava entronizado no Hôtel-de-Ville e ameaçando seus próprios proscritores com proscrição. Foi o que aconteceu.

Durante todo aquele dia, o Prefeito e seus amigos esperaram, esperando por boas notícias, persuadidos de que a "virtude" certamente triunfaria. Quando Fleuriot soube que ela havia sofrido uma derrota, mandou fechar os portões da cidade e tocar o sino de alarme, convocou o Conselho Geral da Comuna e proibiu qualquer carcereiro de aceitar a custódia das "vítimas". Os Jacobinos, a quem ele também enviou uma mensagem, foram solicitados a despachar um grupo de braços fortes — "incluindo mulheres" — para o Hôtel-de-Ville, e eles se apressaram em obedecer. Enquanto isso, a multidão, atraída pelo sino de alarme, se reunia na Place de Grève.

Um líder militar era necessário. Hanriot teria sido o homem: ele sabia como levar uma Assembleia à razão. Infelizmente, ele havia tomado um café da manhã farto no Faubourg Saint-Antoine e estava completamente bêbado. Ao voltar para sua casa, encontrou homens esperando para prendê-lo, deu ordens imediatas para que fossem mortos e então começou a gritar: "Hoje deve ser outro 31 de maio, e 300 miseráveis sentados na Convenção serão exterminados!" Ele saiu, montou em seu cavalo e galopou sem chapéu sob o sol escaldante. Chegou à Place du Palais-Royal, onde discursou para os passantes espantados, foi puxado de seu cavalo por gendarmes da Convenção, amarrado com segurança e trancado nos escritórios do Comitê. Este incidente foi calculado para desorganizar a vingança que o partido de Robespierre havia planejado. Payan também havia sido preso, e Dumas arrancado de seu banco de juiz e colocado em custódia segura.

Mas, enquanto isso, os carcereiros, tendo se recusado terminantemente a receber os prisioneiros perigosos despachados pela Assembleia para seus cuidados, o Prefeito mandou buscar os "mártires", cuja presença ele desejava no Hôtel-de-Ville.

Inicialmente, Robespierre se recusou a ir: este "ditador" era, no fundo, um legalista um tanto temeroso: ele se refugiou na Mairie, no Quai des Orfèvres, preferindo deixar toda a responsabilidade do que poderia acontecer no Hôtel-de-Ville para Fleuriot. Essa não era, de forma alguma, a visão de Fleuriot. Ele mandou Robespierre ser retirado da Mairie, forçando-o assim a cruzar o Rubicão: um momento depois, Maximilien estava fazendo sua entrada triunfal nos apartamentos do Hôtel-de-Ville, onde Saint-Just, Le Bas, seu irmão Augustin e, mais tarde, Couthon, se juntaram a ele. O governo provisório estava pronto. Agora, precisava ser imposto à Assembleia por canhões.

Coffinhal, vice-presidente do Tribunal, partiu audaciosamente para as Tulherias com 200 artilheiros, encontrou o caminho até Hanriot, libertou o General e pediu-lhe urgentemente que abrisse uma canhonada no Palácio imediatamente. Mas, por enquanto, os infortúnios do General haviam quebrado seu espírito. Ele se recusou a fazer qualquer coisa do tipo e seguiu seu caminho para o Hôtel-de-Ville. Por enquanto, a Assembleia estava salva.

O terror lá havia sido inconcebível. Os Comitês de Salvação Pública e de Segurança Geral, que haviam se reunido em um estado de ansiedade febril durante toda a noite (temos um relatório completo desses eventos nos Anais desses Comitês), mal haviam escapado da captura e, brancos de terror, buscaram refúgio na Convenção. Cada um dos membros reconheceu depois que se acreditavam perdidos. No entanto, Hanriot foi declarado fora da lei. Isso não os teria ajudado muito; mas Hanriot, ainda muito instável, havia partido. A Assembleia, livre dele, se recompôs, declarou os "rebeldes" — os deputados insurgentes e seus adeptos — também fora da lei, e decidiu que eles deveriam ser presos no Hôtel-de-Ville.

Quem seria corajoso o suficiente para ir? Nenhum líder militar estava à mão. A Assembleia apelou a Barras, que havia servido no exército, e cuja seleção Fréron recomendou: sob sua liderança, uma delegação composta por Fréron, Rovère, Legendre, os dois Bourdons e Féraud, foi encarregada de notificar o decreto da Convenção ao Hôtel-de-Ville.

Eles partiram corajosamente em sua missão, e os rebeldes, enquanto isso, foram proclamados fora da lei em todos os bairros ocidentais da cidade.

Na mesma hora, e com a mesma cerimônia, quatorze membros da Convenção foram devidamente declarados fora da lei no leste de Paris: esta foi a resposta do Hôtel-de-Ville.

Hanriot havia reaparecido lá às dez horas da noite. Mas ele parecia afligido por uma mania aguda: começou novamente a galopar de um lado para o outro através da multidão aterrorizada, gritando "Matem! Matem! Estripem os gendarmes!" A visão deste líder, evidentemente louco, diminuiu muito a confiança da multidão já hesitante.

E, além disso, Robespierre estava dificultando sua própria defesa. Ele não ousava adotar nenhum curso definido. O ponto fraco de seu cérebro — ou de seu coração — tornou-se patente nesta crise. Ele não era um homem de ação; não havia nada de Danton — nem mesmo de Barras — nele. "Quando não podia mais fazer discursos", diz este último, "o orador passava o tempo discutindo sobre pequenos detalhes de dicção". Foi proposto, de fato, redigir uma chamada à insurreição: "um apelo aos exércitos", Couthon a chamou. "Mas em nome de quem?", objetou o formalista. O Prefeito decidiu agir por si mesmo: ele assinou o decreto que declarava fora da lei quatorze deputados, incluindo Collot, Bourdon, Fréron, Tallien, Carnot e Fouché, "inimigos do povo", "que foram mais ousados do que Luís XVI, pois colocaram os melhores patriotas sob prisão!"

Mas, enquanto isso, os emissários da Convenção corriam de uma Seção para outra e as reuniam todas para sua causa. As Seções enviaram seus batalhões para as Tulherias, enquanto uma multidão desorganizada zumbia impotente em volta do Hôtel-de-Ville. A Assembleia tinha agora um pequeno exército próprio. Barras assumiu o comando e o conduziu ao longo dos cais até a Place de Grève.

A anarquia ainda reinava dentro e a incerteza fora do Hôtel-de-Ville. Por volta da meia-noite, a multidão soube que as Seções estavam passando para o lado da Convenção e ficou muito abalada com a notícia. De repente, a chuva, que ameaçava desde o meio-dia, começou a cair torrencialmente. A multidão aproveitou isso como desculpa para se dispersar. À uma da manhã, a Praça estava quase deserta; até os artilheiros de Hanriot haviam ido para casa.

Robespierre finalmente decidiu assinar o apelo às armas. Era tarde demais. O papel ainda existe. No pé, vemos o início de uma assinatura, as duas primeiras letras, Ro... Por muitos anos, afirmou-se que ele havia jogado a pena fora, vencido por novos medos ou novos escrúpulos. Mas o papel manchado de sangue — nada mais emocionante do que aquelas manchas marrons pode ser concebido — conta sua própria história. Os gendarmes da Convenção invadiram a sala: um deles — um homem chamado Méda reivindicou a honra do feito — atirou: a bala atingiu Robespierre, atravessou sua bochecha e estilhaçou sua mandíbula. Ele deve ter caído com o rosto no papel em que, pela primeira vez, o cauteloso revolucionário ousava assinar um chamado à insurreição.

Uma debandada geral seguiu-se à aparição dos gendarmes com os Comissários em seus calcanhares. Le Bas atirou na própria cabeça: Augustin tentou escapar rastejando por uma cornija, caiu e foi recolhido com todos os membros quebrados: Saint-Just deixou-se prender tranquilamente: Coffinhal, em sua fúria, agarrou Hanriot pelos ombros e jogou o bêbado em um pátio, onde ele foi descoberto, banhado em sangue, na tarde seguinte. Quanto a Couthon, ele foi encontrado escondido debaixo de uma mesa: cruelmente, o aleijado foi jogado na escadaria; ele rolou por ela e caiu em um canto, de onde também foi desalojado no dia seguinte, fingindo-se de morto. Era apenas um farrapo de humanidade, manchado de sangue e lama, que foi jogado na carroça do carrasco no dia seguinte.

Na escuridão fresca, Paris se acalmou: em muitos bairros, os homens nada sabiam do drama sangrento: a Ópera havia apresentado *Armide*; na Ópera-Cômica, *Paul et Virginie* havia sido encenada. Apenas no Théâtre des Sans-Culottes as palavras "Sem espetáculo" haviam sido afixadas.

O incidente assumiria um significado simbólico.

Robespierre foi levado à Assembleia: ela se recusou a admiti-lo em sua presença. "A Convenção, por um impulso unânime", diz o relatório oficial, "recusa-se a permitir que ele entre no santuário das leis, que sua presença há muito polui". Coberto de sangue, ele foi jogado sobre a mesa da sala reservada ao uso do Comitê de Salvação Pública: uma caixa de munições foi colocada sob sua cabeça torturada. Aquela sala verde, que sempre o vira tão arrumado e tão altivo, via-o agora desfigurado, descalço, sua camisa ensanguentada aberta sobre o peito, seu casaco rasgado, suas meias brancas sujas e caindo sobre os tornozelos. Sangue escorria de suas bochechas; sem uma palavra (ele parecia estar em um sonho), ele juntou alguns quadrados de papel que haviam sido deixados sobre a mesa e estancou o fluxo. Alguns miseráveis covardes o provocaram; ignobilmente: "Sire", disse um, "Vossa Majestade parece estar sofrendo!" "O quê! você perdeu o poder da fala? Você não avança com sua moção?" Ele não respondeu, e, de fato, sua boca estava cheia de fragmentos de sua mandíbula estilhaçada. Sua ferida foi tratada: e algumas horas depois todos os prisioneiros foram levados para a Conciergerie.

Como fora da lei, eles foram levados perante o Tribunal apenas para identificação — mas isso deu a Robespierre tempo para ver o local de onde Danton havia trovejado: "Vil Robespierre! Você me seguirá!" Fouquier estava presente, horivelmente lívido; o "executor da justiça" sabia que seu próprio destino estava selado. Na noite anterior, ele se recusou a suspender as sessões e as execuções. "Continue com seu trabalho!", ele mandou dizer ao carrasco, e quarenta e duas cabeças, as últimas, caíram, pessoas humildes, quase todas lojistas, e uma pobre mulher, uma viúva. A multidão observara as carroças passarem entorpecida, cansada de tudo aquilo, finalmente.

O seu interesse seria despertado no dia seguinte. Enquanto os detentos das várias prisões se sentavam espantados por não ouvirem nenhum nome ser chamado (Beugnot e outros descreveram a horrível ansiedade que suportaram), Fouquier enviava seus próprios amigos ao cadafalso.

Às quatro horas da tarde, vinte e dois "cúmplices" subiram nas quatro carroças. Deixando a Conciergerie, eles seguiram o caminho lento e habitual pela movimentada Rua Saint-Honoré. A procissão passou pela casa de Duplay, em direção à qual, apenas três meses antes, Desmoulins havia apontado um dedo vingador enquanto a carroça em que ele estava sendo transportado passava. Naquela casa, a vida de Robespierre havia se concentrado. A carroça parou, um menino foi buscar sangue na loja de um açougueiro vizinho, e a porta fechada foi salpicada com ele. Robespierre, que havia sido deitado na carroça e amarrado aos trilhos, abriu os olhos e estremeceu. A multidão aplaudiu: estava no auge do espírito. O céu havia clareado após a tempestade, havia uma espécie de intoxicação no ar. A população sentiu que a era das hecatombes estava quase no fim, já uma tempestade de alegria selvagem estava se formando. Mas havia mulheres na multidão, viúvas e mães de luto, que lançavam maldições sobre o tirano.

Às sete horas, o cadafalso foi alcançado. Couthon, pálido como a morte, foi carregado como um cadáver para a plataforma; seu corpo aleijado era difícil de manusear; sob o tratamento rude dos homens de Samson, ele gemeu alto. Então veio Augustin Robespierre, também aleijado por sua queda. Saint-Just foi o único que se levantou, reto, frio e elegante, mesmo na presença da morte. Hanriot, um objeto hediondo com uma ferida aberta na testa e seu olho direito pendendo sobre a bochecha, ainda parecia meio bêbado e estupefato. Robespierre foi o vigésimo prisioneiro a subir ao cadafalso (Fleuriot, o Prefeito, veio por último). "O carrasco", escreve uma testemunha ocular, "depois de tê-lo amarrado à prancha, antes de balançá-la, arrancou bruscamente a atadura de seu rosto. Ele soltou um rugido como o de um tigre moribundo que foi ouvido por toda a praça". Para sufocar nossa própria piedade, devemos nos lembrar que, desde que este homem arrancou a Lei de Prairial da Assembleia, o sangue de 1.376 vítimas, algumas delas idosos, mulheres e até crianças, fluiu como um rio sobre as pedras de nossas praças públicas.

Três cabeças foram erguidas para a multidão: a de Robespierre, a de Dumas e a de Hanriot — o "ditador", "seu juiz" e seu "soldado" — como que para dizer: "Realmente acabou!"

E, imediatamente, um grande grito de alegria ecoou de cem mil gargantas humanas. "Estamos todos nos abraçando", lemos em um jornal. "Estamos livres, finalmente... o tirano não existe mais!", e em outro: "Todos os verdadeiros patriotas respiram mais livremente."

Para homens como Billaud, Collot ou Barère, a morte de Robespierre e seus "cúmplices" foi um incidente político, e não mais do que a de Hébert ou de Danton. O homem havia planejado suas mortes: eles o mataram: foi uma revolução de palácio, mas o povo encarou o assunto de forma muito diferente. Para alguns, Robespierre havia sido a encarnação do Terror, para os outros, ele havia sido a encarnação da própria Revolução. Portanto, a derrubada e execução de Robespierre deviam, sem dúvida, significar o fim do Terror e, talvez, o fim da Revolução também. Assim, o incidente se tornou um evento tremendo. Robespierre havia insistido na aprovação da Lei de Prairial, portanto, este era o fim do Terror; Robespierre havia sido a personificação do Governo de Salvação Pública, portanto, o Governo de Salvação Pública seria agora abolido; Robespierre estava empenhado na continuação da guerra, portanto, o fim da guerra estava agora para chegar.

E, de repente, a Revolução, assim contida em um canto inesperado, refez seus próprios passos. Para espanto dos próprios homens que haviam provocado os eventos do 9º Termidor, o 9º Termidor iria operar uma reação no país, porque o país ansiava por liberdade e paz.

Uma fase da história havia se concluído.

CAPÍTULO XXXV

A QUEDA DOS JACOBINOS

Julho — Setembro de 1794

O Centro toma posse do movimento. Tallien contra os Terroristas. A reação após o Termidor. A "Juventude Dourada" de Paris e o *Reveil du Peuple*. Fréron e Thérédia Tallien. Thérédia vai pessoalmente fechar o Clube dos Jacobinos. A "Revolução será anulada?"

QUANDO a Convenção saiu das Tulherias na manhã do 10º Termidor, seus membros ficaram espantados com as aclamações com que foram saudados: mas quando Tallien, Barras e Fréron apareceram, a excitação tornou-se delirante, flores foram espalhadas diante deles e jovens beijavam as abas de seus casacos. Estes homens, tão recentemente carnicheiros de seus irmãos, e totalmente preparados para serem o mesmo no dia seguinte, souberam, para sua estupefação, que haviam posto fim ao Terror!

Quando derrubaram seu inimigo, essa não tinha sido, de forma alguma, sua intenção, mas, encontrando-se assim aclamados, deixaram-se levar pelo refluxo da opinião pública. E, de fato, no 9º Termidor, eles haviam se rendido, no seio da própria Convenção, a um grupo de políticos dez vezes mais numeroso que a Montanha; a "Planície", que até então se contentara em "existir", agora entraria em atividade súbita, com o desejo de governar. "Os homens do Centro", escreve Choudieu, "acolheram Fréron e seus antigos cúmplices como libertadores". Mas esses libertadores logo seriam postos em seus lugares. "A Montanha", escreve um membro do Centro, "que governara por tempo demais, tornou-se, por sua vez, uma serva". Foi o Centro que agiu decisivamente quando a hora chegou: foi o Centro que derrubou o tirano. Homens que tremiam no dia anterior estavam orgulhosos de si mesmos agora. "Eu também", disse cada um a si mesmo, "sou um raio de guerra!"

E a opinião pública apoiou este Centro reacionário.

Desde o dia 10, os prisioneiros que esperavam a morte de cabeça baixa, estavam agora erguendo-as com alegre esperança; a chamada diária havia cessado, para nunca mais ser ouvida. O Tribunal, agora completamente purgado, estava ocupado apenas com o julgamento dos Terroristas, e destes, alguns — Dumas e Fouquier para começar — haviam, até recentemente, se sentado em tronos na Salle de la Liberté. E enquanto dezesseis carroças transportavam setenta e dois membros da Comuna, os juízes e jurados do Tribunal e, finalmente, o próprio Fouquier, logo seguidos por Le Bon e Carrier, para o cadafalso, cada dia via seus antigos cativos serem libertados, um por um no início, e depois em pequenos grupos.

Enquanto isso, cem mil suspeitos saíam de seus esconderijos. Eles estavam bastante seguros: os Comitês Revolucionários estavam ocupados em salvar suas próprias cabeças. Thibaudeau descreveu a alegria, a princípio incerta, depois declarada e finalmente delirante, desses seres proscritos que haviam acabado de escapar da aniquilação. "Era como se tivessem ressuscitado do túmulo, ou nascido para a vida novamente."

Vida — era tudo o que esses fantasmas pediam para começar: tão doce lhes parecia, tão apaixonadamente gratos eram àqueles que a haviam restaurado — mesmo a homens como Tallien e Fréron. E estes, que temiam sua vingança, ficaram bem satisfeitos com essa magnanimidade inesperada. "Eles se felicitam", escreve M. Thureau-Dangin astutamente, "por terem estado do lado dos juízes quando a balança foi pesada na Convenção, ao passo que poderiam ter sido tão merecidamente contados entre os acusados!" Eles clamaram por "esquecimento". "Um povo que consumou uma revolução nunca deve olhar para trás", disse Legendre. Espantados, eles perceberam o sentido que a Nação atribuía à sua vitória: ela os forçou a acolher o triunfo da humanidade em sua própria revolução de harém. Imediatamente, eles perceberam onde estava sua chance de segurança; como os aparentes dispensadores de clemência, esperavam estabelecer seu próprio direito a ela e escapar da justiça iminente.

Alguns membros da Montanha, menos complacentes, ou mais sinceros, não se conformaram tão facilmente com este processo de mistificação. Estes, que haviam sido expulsos dos Comitês desde o início de Frutidor, fizeram o seu melhor para resistir ao poderoso refluxo de opinião que ameaçava superá-los e talvez destruí-los.

Tallien agora conduzia uma campanha contra esses membros tardios da Montanha. Este miserável estava com grande pressa para sugerir bodes expiatórios, vendo que mais deles eram necessários, e assim evitar o papel ele mesmo.

Bodes expiatórios eram essenciais. Passada a hora de alegria que não conhecia ódio, a multidão começava a se voltar contra os "bebedores de sangue". Acabamos de ler os relatórios policiais publicados por M. Aulard: eles contêm provas da unanimidade e espontaneidade do movimento. A reação popular realmente estimulou a Convenção.

Outros escritores já descreveram a extraordinária condição de Paris logo após o Termidor — a cidade inteira intoxicada de alegria e vingança. Trocadas as felicitações por terem escapado da morte, cada sofredor contava seus próprios cadáveres. Não se perdeu muito tempo em luto por eles — as festividades continuaram sobre os próprios túmulos, como mostraremos aos nossos leitores — mas pareceu conveniente vingá-los.

Cada dia trazia novos e terríveis testemunhos das províncias: cada dia a pilha de registros destinados a encher até mesmo um Le Bon de estupefação crescia. A primeira página de cada um invariavelmente mostrava uma carta do Comitê de Salvação Pública instando os procônssules locais a novos esforços; essas cartas traziam as assinaturas não apenas de Robespierre, Couthon e Saint-Just, mas também de Collot, Billaud e Barère. Na própria Paris, cada bairro compilava sua crônica retrospectiva e exigia contas. Por muito tempo, prevaleceu a crença de que apenas "aristocratas" haviam sido levados perante Fouquier e entregues a Samson, no decorrer de 1793 e 1794: e, por esse motivo, expressou-se espanto que a reação após o Termidor tivesse encontrado a maior parte de seus apoiadores entre lojistas e trabalhadores: mas dois terços dos "clientes" de Fouquier e Samson eram pequenos comerciantes, artesãos e criados domésticos. Os pais, irmãos e filhos dessas vítimas humildes clamavam — e muito mais alto do que os próprios *ci-devants* — pelas cabeças dos principais

carrascos. Daí a reação em Paris após o Termidor: um movimento completamente popular, que arrastou os Jacobinos e os varreu de seu caminho. Paris, onde eles se acreditavam todo-poderosos, virou-lhes as costas, para seu intenso espanto, e passou para o campo dos mais violentos oponentes da Revolução.

Paris não seria Paris se este movimento não tivesse começado nos teatros. Imediatamente após o Termidor, peças anti-jacobinas foram encenadas e aplaudidas: primeiro veio *La Journée du 9 Thermidor*, na qual os cidadãos vaiavam Robespierre nas Variedades a cada duas ou três noites. Logo depois, *L'Intérieur des Comités Révolutionnaires* expôs os vários "cúmplices", grandes e pequenos, ao escárnio e insultos públicos. Até mesmo peças no estilo clássico foram voltadas contra os tiranos derrotados: como, por exemplo, *Timoléon* de Chénier, cujo sucesso espantoso é relatado em 25 de Frutidor. Toda alusão oportuna, seja em vaudeville ou tragédia, era saudada com aplausos.

"Exterminai, grande Deus, da terra em que estamos,

Quem quer que, com prazer, derrame o sangue dos homens!"

Esses versos tornaram *Maomé* popular. Foi encenado a pedido e aclamado ruidosamente no Théâtre de la République.

A geração mais jovem estava em pé de guerra, e a moda fez sua parte. A "Juventude Dourada" da época se derramava, de sangue quente, para fora dos teatros e promovia pequenos tumultos contra os "bebedores de sangue"; nas ruas, eles formavam um estado-maior para começar, um exército em pouco tempo: eles tinham seu próprio uniforme, o casaco de abas quadradas do *muscadin*, no qual o capote verde dos Chouans da Bretanha logo apareceria: as características restantes do traje são bem conhecidas de nossos leitores; "*oreilles de chiens, cadenettes, cravate à écrouelles*", coletes curtos, calças justas, botas baixas — traje estranho para "soldados". No entanto, esses soldados logo governariam. "Uma ditadura", escreve um deles, "que ninguém se opôs, pois cumpria o desejo de todos!" Todo exército precisa de um canto de guerra, e neste caso o canto de guerra era o *Réveil du Peuple*, as palavras de Souriguière, a música de Gaveaux:

"O tardio dia da vingança

Finalmente empalidece vossos carrascos!"

O *Réveil* logo seria cantado em todos os lugares, desde os teatros, onde era entoado no início e após o final de cada peça, até as galerias da Convenção, onde trazia uma carranca a mais de uma testa.

Os jornalistas incitavam os jovens: "Liberdade de imprensa ou morte!", gritara Tallien no 2º de Frutidor. A imprensa, que sofrera proscrição nas mãos do tirano, estava agora se vingando. Muitas novas publicações apareceram, a grande maioria delas apoiando o movimento do Termidor, e, além dos jornais, houve uma chuva de panfletos, todos os quais cravaram seus dentes na "Cauda de Robespierre". Os irmãos Goncourt e outros escritores nos deixaram uma lista formidável dessas publicações, e a Biblioteca Nacional contém uma coleção delas que logo se torna cansativa, tão grande é a semelhança entre todas elas.

As palavras foram seguidas por atos: os gorros vermelhos da liberdade, impostos por uma mão despótica em todas as cabeças, foram banidos: as bengalas da "Juventude Dourada" os mandaram de volta para os armários de seus donos. Por Frutidor, o *Journal des Hommes Libres*, um dos poucos jornais jacobinos remanescentes, exclamaria: "Ouçam as queixas dos patriotas oprimidos pela aristocracia, que foi tão imprudentemente libertada!"

O infeliz para os Jacobinos era que a "aristocracia" não tinha nada a ver com isso. Esses jovens burgueses tinham dois líderes — deveríamos dizer um líder e um ídolo — e não poderia haver paradoxo maior, pois esses dois homens levavam os nomes de Fréron e Tallien!

Stanislas Fréron, elegante, cético, corrupto, aderira à reação. Foi ele quem inventou a terrível expressão "a Cauda de Robespierre", e ninguém desferiu golpes mais vigorosos do que ele na tal cauda. Além disso, ele era um jornalista de primeira categoria, astuto e implacável em seus métodos; o *Orateur du Peuple* era o mais popular de todos os jornais. "Você leu Fréron?" era uma pergunta feita todas as manhãs. Pois todas as manhãs ele arrancava um novo pedaço; ora de Collot, ora de Billaud. E então, novamente, ele largava a pena, pegava seu porrete e liderava seus leitores, transformados em suas tropas, em uma "caça aos Jacobinos". O homem que havia brandido o "porrete dos Cordeliers" por todo o país, de Toulon a Marselha, agora brandia a bengala do primeiro *muscadin* em Paris.

Tallien pairava em um plano superior. Na verdade, ele não tinha inteligência suficiente para escrever artigos de jornal e era covarde demais para brandir uma bengala. Mas os eventos e uma mulher haviam exaltado o rufião — pois este político baixo, sempre pronto a se retratar, estava na palma da mão de Thérédia Cabarrus. Esta criatura de beleza e graça já era, embora secretamente, a senhora da cidade em que iria reinar suprema. Firmemente estabelecida, finalmente, em uma posição reconhecida, a ex-Marquesa de Fontenoy, que um dia se tornaria Princesa de Chimay, estava no momento desfrutando intensamente de sua existência como Cidadã Tallien. Seu cativo havia colocado uma auréola em sua cabeça, e ela possuía aquela qualidade de boa natureza fácil que não chega ao sacrifício. Ela era bela e sedutora, nos dizem, além de toda expressão. Pareceria justo — após o reinado de Robespierre, o misógino, após a ditadura do Terror e da Virtude — que o novo regime encontrasse sua encarnação na pessoa de uma mulher fascinante e sorridente, de moral fácil! Tallien se orgulhava dela, embora se acreditasse que ela era propriedade comum. Quando um membro do partido terrorista o questionou grosseiramente sobre "la Cabarrus", no mês de Nivoso, ele entoou seus louvores da própria tribuna: "Na presença de nossos colegas, na presença do povo, declaro esta mulher minha esposa!" E Thérédia, sentada na galeria, foi saudada com aplausos prolongados, "Nossa Senhora do Termidor!", "Nossa Senhora do Socorro!"

Assim, esta estranha Madona reinou. Ela incitou Tallien contra Collot e Billaud e seus companheiros: pois esta Senhora do Socorro era, como nos disse M. Claretie, "uma Herodias da clemência". Foi ela quem instigou Fréron e Legendre. Collot não foi enganado: "Certos miseráveis prometeram nossas cabeças às suas concubinas... Morreremos porque novas Fúlvias, amadas por novos Antônio, esperam com seus punhais prontos para perfurar nossas línguas!" E ela era, de fato, se devemos acreditar em Lacretelle, quem dirigia a campanha anti-jacobina na imprensa, recompensando o autor de um artigo brilhante com um beijo. Foi ela, novamente, quem completou a desagregação da velha Montanha, enviou Collot para as galés e levou Tallien, o "assassino de setembro", para os bancos da Direita.

A campanha ficou mais acirrada. No 7º de Frutidor, os Comitês Revolucionários foram abolidos, e embora os inimigos do Clube não ousassem, ainda, atacá-lo abertamente, eles o mutilaram cruelmente ao separá-lo de seus ramos: no 26º de Vendemiário do Ano IV, toda federação de Sociedades Populares foi proibida. Os tentáculos do polvo foram cortados.

Os Jacobinos sentiram isso como um golpe mortal. Por várias semanas, a exasperação se tornara cada vez mais amarga no Clube; os relatórios dos procedimentos nos trazem ecos da linguagem violenta usada. No 13º de Brumário, Billaud, em um discurso para seus colegas, fez um ataque feroz à política de reação. "O leão adormecido não está morto, e quando ele acordar, exterminará seus inimigos!" Pobre leão! Os jovens alegres da cidade fariam dele um motivo de riso antes de destruí-lo. Eles marcharam sobre o Clube, defendido principalmente pelas *Tricoteuses*, forçaram o "covil dos Jacobinos" a capitular, expulsaram os homens, cuspidos neles enquanto saíam, e açoitaram as mulheres. E estes eram os orgulhosos Jacobinos diante dos quais toda a França havia tremido apenas três meses antes! Os Comitês da Convenção, agora inteiramente governados pelo Centro, perceberam, com isso, que os dentes e as garras do "leão" haviam desaparecido, e decidiram despachá-lo de uma vez por todas. Um decreto para o fechamento do Clube foi aprovado. Fréron resolveu manter a execução da ordem em suas próprias mãos; ele procedeu, acompanhado por Merlin (de Thionville), a trancar as portas e trouxe as chaves de volta para a Convenção. Mme. Tallien relatava, em uma carta escrita posteriormente, que ela havia feito parte do grupo; a presença desta mulher alegre e de vida fácil indica a profundidade da ignomínia em que o Clube morto havia caído; até mesmo o cadáver foi zombado. Pois, de fato, a força deste "leão" sempre esteve na covardia de suas vítimas.

A partir desse momento, a batalha estava nas mãos dos apoiadores do Termidor. "A Sociedade infernal", como foi escrito pouco depois desta data, agora contava com apenas cinquenta deputados, "uma minoria condenada ao silêncio e às humilhações que uma vez, de espada na mão, impôs aos seus oponentes!" Os remanescentes da antiga Direita, os "Setenta e três" para começar, e depois os dezesseis sobreviventes dos Girondinos, foram chamados de volta: Louvet e Isnard voltaram cheios de amarga hostilidade à Revolução. Havia agora uma possibilidade de fazer a Convenção "refazer seus passos". Isso foi efetuado gradualmente. No 5º de Nivoso, apesar de todo o descontentamento nos Faubourgs, cujas razões em breve exporemos, a lei do Máximo foi revogada. Uma anistia habilmente planejada foi oferecida à Vendeia, já meio subjugada, e a Assembleia, embora não tenha tomado nenhuma decisão formal sobre o assunto, permitiu o retorno tanto de padres refratários quanto de *émigrés*, que começaram a se mostrar "quase nas galerias" da Convenção. Finalmente, a separação entre Igreja e Estado, que havia estabelecido a liberdade de culto e parecia favorecer igualmente todas as formas de crença, de repente provocou uma ressurreição do sentimento católico que excedeu todas as expectativas.

Em vão o partido termidoriano na Convenção fez o seu melhor para salvar as aparências, realizando uma celebração solene em 21 de janeiro, um procedimento que, segundo um deputado, deveria calar a boca dos amigos de Billaud, que estavam levantando um clamor contra a "contrarrevolução". A proposta foi condenada pela própria população, que declarou — segundo os relatórios policiais — que "seria melhor dar-lhe pão do que organizar festivais".

Durante os últimos meses do inverno de 1795 (Ano III da República), o povo francês estava, de fato, em meio a uma crise não tanto política, mas econômica, social e, diremos mesmo, moral. Para entender as consequências desta crise, devemos agora fazer uma pausa e considerá-la seriamente. O sistema puramente artificial do Ano II havia desmoronado e, por trás de sua fachada estilhaçada, havia um país semeado de ruínas, onde uma sociedade desarticulada em uma nação perplexa lutava em meio à anarquia mais tremenda já vista.

CAPÍTULO XXXVI

A FRANÇA NO ANO III

A França, uma "pessoa doente". A fome e os Faubourgs. A pobreza e os "novos-ricos". Os "barrigas vazias" e os "barrigas podres". O camponês, livre e abastado, anseia por um governo estável. A venda da "propriedade nacional". "Medos e esperanças". A atitude intransigente do pretendente ao trono afasta o sentimento amistoso. Os Jacobinos enriquecidos empenhados em se impor à Nação. A necessidade da guerra. "É preciso dar algo para os Generais fazerem". A doutrina das "fronteiras naturais". O caminho preparado para um homem resoluto.

A FRANÇA estava doente: a febre de 1789, o esforço sobre-humano de 1792, a sangria de 1793 e 1794, a fome incessante de todos esses anos, haviam provocado uma espécie de anemia complicada por neurastenia. O realista Mallet du Pan e o republicano La Revellière-Lépeaux usam a mesma imagem a esse respeito. "A Nação", diz um, "parece exausta, assim como um louco se esgota quando sua razão retorna, por sangrias e banhos e uma dieta severa". "Uma febre ardente", diz o outro, "foi seguida por uma prostração completa de forças". A França jazia exausta, exceto por um espasmo aqui e ali. Seu único anseio era buscar a cura no repouso perfeito. Nenhum remédio para seu estado seria encontrado em uma nova revolução ou em uma contrarrevolução: então, com um gesto cansado, ela afastou ambos. Porque, embora suas paixões estivessem quase, se não totalmente, queimadas, ela ainda tinha interesses: ela se apegava às conquistas que havia comprado tão caro: doente e anêmica ela estava, de fato, mas se deitara sobre um tesouro que estava resolvida a guardar.

São esses interesses que devemos estudar agora. Neles encontraremos a explicação de tudo, desde Germinal do Ano III até Brumário do Ano VIII: o interesse do artesão na retomada da indústria, do proletário na baixa do preço do pão, do homem que enriquecera na preservação de seus ganhos, do camponês na posse segura de sua terra, do político bem-sucedido em sua manutenção no cargo, do soldado na defesa de suas conquistas. Cada uma dessas afirmações devemos agora justificar.

Havia muita pobreza. Todo o ouro havia saído do país. Fora substituído por pilhas de papel-moeda; os *assignats*. Já nos referimos à origem dos *assignats*: teríamos gostado de relatar sua história completa aqui, mas o espaço não nos permite. Houve grandes abusos em relação a eles: comprometidos desde o início por uma origem um tanto duvidosa — um confisco nunca aceito pelos antigos proprietários dos bens confiscados — eles sofreram ainda mais com a maneira ultrajante com que a emissão foi tratada. Muitos foram impressos: o especulador se apoderou deles em primeiro lugar e o falsificador seguiu em seus calcanhares: assim, o *assignat* caiu cada vez mais na estima pública. No período que acabamos de alcançar — janeiro de 1795, Nivoso do Ano III — o Luís de ouro valia 130 libras em *assignats*: em março, valeria 227; em junho, 750; em setembro, 1.200; e 2.500 quando a Convenção deixou de existir! No entanto, esses números são bastante modestos em comparação com os que teremos que registrar sob o Diretório. Todos os salários e rendas eram pagos em *assignats*, e nossos leitores perceberão como isso afetou funcionários do governo e proprietários de pequenos investimentos, especialmente porque os lojistas só aceitavam *assignats* à taxa corrente do dia em que eram oferecidos.

Somado a isso, o custo de vida tornou-se exorbitante. A guerra com a Inglaterra, resultando no bloqueio dos portos franceses, aumentou o estado de fome que, piorando constantemente desde 1789, elevava o preço dos alimentos a uma altura extraordinária. O *Maximum* fora abolido no 5º de Nivoso, mas isso não trouxe alívio; os camponeses deixaram de enviar grãos. "Não houve pão em Lyon por cinco dias inteiros", em janeiro de 1795. Em Paris, onde prevalecia um frio intenso, longas filas de pessoas esperavam do lado de fora das padarias. Podemos nos referir aos relatórios policiais dos meses de Frimário, Nivoso e Pluvioso. Todos com fome. Um alqueire de farinha custava 225 libras; um alqueire de feijão, 120; uma carroça de lenha, 500; um alqueire de carvão, 10; uma libra de açúcar mascavo, 41; vinte e cinco ovos, 25; e não estava longe o tempo em que uma libra de pão seria vendida por 45 libras, uma libra de bacon por 560, e uma perna de carneiro por 1.248 libras!

Quando um homem da pequena burguesia estava pagando 10 libras por uma xícara de café, nossos leitores podem imaginar a fome que os verdadeiramente pobres estavam passando. Quando os sentinelas gritavam: "*Qui vive!*", o povo respondia: "Barrigas vazias!" E veremos essas "barrigas vazias" se lançando sobre a Convenção em seu desespero: um desespero que lhes torcia as entranhas. Pois não havia emprego a ser encontrado: todas as oficinas estavam fechadas. Os operários foram as principais vítimas da Revolução. Veremos o que a burguesia e o camponês ganharam com ela: custou ao artesão sua ocupação e lhe recusou todos os direitos, o direito de coalizão, o direito de greve, o direito de voto. A classe artesã, portanto, tinha um interesse próprio, embora negativo: um sistema de governo estável deveria permitir que as oficinas reabrissem suas portas e que o preço dos alimentos baixasse, ou então uma forma democrática de governo deveria pelo menos dar a essa classe o direito de participar da elaboração das leis do país. Sob a Convenção, eles não tinham nem segurança de trabalho nem poder político. "Se os ricos tivessem que comer comida como a nossa", eles resmungavam, "a Convenção já teria deixado de existir há muito tempo!" O homem que vingaria a população das Assembleias — essas "barrigas podres" — que haviam enganado a classe trabalhadora, o homem, acima de tudo, que lhe daria trabalho e comida barata, seria bem-vindo, para começar, e amado em pouco tempo.

Havia homens ricos, mas eram homens maus, os "novos-ricos".

A Revolução, por muito tempo considerada uma mera transposição de poder, foi, acima de tudo, uma tremenda transferência de riqueza de um grupo de pessoas para outro; uma transferência de propriedade em favor dos "compradores" e de capital para o benefício dos "especuladores".

No espaço de cinco anos, o antigo regime foi liquidado. É muito incomum que os liquidatários saiam de uma operação que envolve o manejo de enormes somas com as mãos perfeitamente limpas. Quando um governo está tão sem dinheiro que em certos dias não há mais de 100.000 libras em seus cofres, e a população que governa está morrendo de fome, pode-se ter certeza de que o dinheiro que deveria ter passado das mãos de seus antigos donos para as mãos do governo e do povo foi desviado, de alguma forma e em algum lugar. O especulador profissional se lançou sobre a França. Uma enorme

quadrilha — da sacristia ao palácio — tendo transformado a Revolução em dinheiro dentro do país, preparava-se, ao seguir os rastros de nossos exércitos vitoriosos, para realizar o mesmo processo fora de suas fronteiras.

Em 1795, o processo dentro do país estava completo. A aristocracia havia sido expulsa e uma plutocracia surgira. Foi um desenvolvimento lógico: mas porque nenhuma subversão semelhante havia sido vista nem na Grécia nem em Roma — de natureza tão rápida, pelo menos — nenhuma substituição foi tão pronta ou tão brutal. Guglielmo Ferrero nos contou recentemente a história da queda de uma aristocracia, a dos patrícios romanos. Mas os "Barrigas Douradas" (Cavaleiros) levaram um século para suplantarem os patrícios da Roma Antiga.

A França tinha sido um campo de batalha, e nesse campo de batalha os saqueadores de cadáveres haviam estado trabalhando.

A riqueza que foi adquirida de forma apressada e injusta certamente será gasta de forma rápida e tola. O luxo do ano de 1795 foi insensato. Quando nos voltarmos para o estudo do Diretório, examinaremos o mundo social em que os donos dessas fortunas recém-adquiridas se deleitavam. Suas festas começaram no Ano III.

Extraordinário foi, e geral! Enquanto os teatros, graças a inúmeros camarins discretos, se tornaram, como nos asseguram os relatórios policiais, "verdadeiros esgotos de devassidão e vício", nada menos que 644 salões de baile públicos abriram suas portas. Esta sociedade recém-nascida tremia com uma febre de prazer; era a reação da vida contra a morte. Os donos das novas fortunas lideravam a dança: os nobres arruinados seguiam para onde a riqueza os chamava e se misturavam com os novos-ricos; Mme. Angot recebia a ex-duquesa; Mme. Tallien, em sua "casinha em Chaillot", liderava o grande baile — "um baile sobre túmulos", escreveu um dos participantes.

Este reino que Thérédia governou foi descrito da forma mais completa. Os milhares de documentos coletados por M. Aulard em seu *Paris Thermidorien* apenas aprofundaram, seja o que ele mesmo diga em contrário, as cores do quadro que já possuíamos. Havia uma espécie de sadismo em todo esse prazer: o *bal des Victimes*, no qual uma das figuras favoritas dançava simulando os incidentes de uma execução por guilhotina, seria suficiente por si só para nos esclarecer sobre isso. Dançava-se em todos os lugares, desde Les Carmes, onde o sangue de 116 padres ainda salpicava as paredes, até o Cemitério de Saint-Sulpice, em cujo portão a inscrição *Bal des Zéphyrs* havia sido pendurada.

Havia também muito jogo. Schmidt escreveu sobre o jogo prevalecente em 1795 e nos forneceu os detalhes mais curiosos. Uma paixão pelo jogo tomou conta de todos: havia cem cassinos no Palais-Royal, e todas as mesas estavam cheias de ouro. Comia-se muito, e comida fina também: os garçons do restaurante La Maison Égalité (o Palais-Royal) declararam que mais dinheiro estava sendo gasto do que jamais haviam visto. Este relatório é datado de 14 de Pluvioso, Ano III. O Diretório, sob o qual a festa, o jogo e a alegria atingiram um nível que beirava a insanidade, ainda estava a cinco meses de distância.

A população estava faminta, os ricos ostentavam seu luxo. Em 15 de janeiro de 1795, lemos: "A maneira descarada com que o luxo é agora exibido em Paris, especialmente na *toilette*, excede as exibições mais imorais dessa natureza já vistas nos dias da Monarquia. A esposa de um deputado chamado Tallien pagou recentemente 12.000 libras por um vestido no estilo grego." Uma boa quantia de dinheiro, de fato, para o vestido de uma deusa cujos encantos eram geralmente tão pouco velados! Fréron nunca deixara de prestar muita atenção ao seu traje. Logo após o Termidor, ele exigiu a libertação de um cidadão chamado Vilkers, que, ele afirmou gravemente, sempre lhe havia fornecido "suspensórios da descrição mais elegante". Paris assumiu a liderança, mas em Lyon, onde nos dizem, "as pedras estão manchadas com o sangue de 7.000 cidadãos, há dois teatros e vários bailes públicos, todos eles constantemente cheios".

Naturalmente, esta estranha sociedade estava convencida de que tudo estava indo bem. Nada é menos surpreendente do que Mme. Tallien escrever, em Frutidor do Ano II: "Paris está feliz!" E, no entanto, esses foliões não estavam tão loucos a ponto de não ouvirem o resmungo da multidão furiosa enquanto injuriava as "barrigas podres". Existia um pavor do clamor popular. No entanto, ninguém podia desejar uma contrarrevolução, pois isso poderia envolver a devolução dos despojos. Aqueles que se tornaram realistas professavam um realismo de responsabilidade estritamente limitada — ou melhor, de não responsabilidade. Luís XVIII se recusou a zerar a lousa, e a plutocracia, que tinha pouca confiança na proteção que um governo republicano lhe daria, inclinou-se naturalmente para uma solução cesariana.

Os camponeses, curiosamente, estavam em um estado de espírito exatamente semelhante.

"O camponês é o único homem contente... ele é o único homem que está ganhando dinheiro: ele comprou quase todos os prados, campos e vinhedos pertencentes aos *émigrés*..." As palavras são citadas de uma carta escrita pelo jovem Mallet durante uma viagem pela França em 1796. Mas em 1795 a situação era exatamente a mesma. Thibaudeau nota isso naquele período: "A agricultura estava prosperando. Este foi o resultado da supressão dos direitos feudais e da venda de propriedade nacional."

Chegou o momento de declararmos, no espaço de algumas linhas, o resultado de uma operação que transformou uma revolução política em uma revolução social da mais tremenda espécie.*

O valor da propriedade nacional, que teve sua origem em duas fontes (a propriedade do Clero, finalmente alienada em 17 de março de 1790, e a propriedade dos *émigrés*, oferecida à venda em obediência a um decreto aprovado em 30 de agosto de 1792), totalizava uma soma aproximada de seis bilhões de libras. No ano de 1795, a maior parte já havia sido vendida. Uma certa quantidade, sem dúvida, foi adquirida por proprietários, homens que já possuíam terras em 1789 e estavam encantados em ampliar seus domínios a baixo custo, muito barato, visto que, como resultado da depreciação geral dos valores, terras que haviam sido compradas por 152.625 francos, e provavelmente valiam o dobro, foram vendidas no final por 5.652 francos. Sem dúvida, novamente, muitos dos compradores eram burgueses, e alguns deles até nobres. Mas, e este é o ponto que uma certa escola de opinião — em oposição àquela outra escola que via as transações de forma exagerada — achou necessário negar, inúmeros camponeses muito pequenos, trabalhadores, lojistas modestos e outros logo abaixo da classe média foram capazes, através dessas vendas, de se tornarem proprietários de terras. Quando as primeiras vendas ocorreram (1791-1793), os grandes compradores, como as pesquisas de M. Marion nos Arquivos da Gironda e do Cher nos mostraram, estavam em maioria,

embora os menores não fossem totalmente excluídos; mas quando a segunda série de vendas ocorreu (1793-1794) — as propriedades foram propositalmente divididas em pequenos lotes desta vez — os compradores modestos tiveram sua chance. M. Lecarpentier nos deu os resultados de um cálculo baseado nas vendas em dezoito distritos diferentes e reconhece a existência de 220.000 compradores camponeses, contra 140.000 burgueses; e o estudo de M. Vialay sobre os cantões da Borgonha prova que, de 556 compradores em dez Comunas, 399 não pagavam o imposto conhecido como *vingtième* antes de 1789 e, conseqüentemente, não possuíam terras naquele período.

A terra vendida em grandes áreas em 1791 e 1792 foi logo dividida e revendida, como nos informa uma carta datada de Prairial do Ano VI, "em um número infinito de lotes". A investigação ordenada por Bonaparte, no Ano VIII, e a de seus Prefeitos no Ano IX, certificariam um aumento considerável de pequenos proprietários de terras e, portanto, de pequenos proprietários camponeses, sobre o número existente em 1789. No Ano X, um jornal calculou em dois milhões o número de famílias que haviam adquirido propriedades. Mesmo que consideremos que esse número fosse menor pela metade no Ano III, e admitamos a existência de tantos ex-proprietários que ampliaram seus domínios quanto novos proprietários entre eles, o fato, importante, de que os milhões de dinheiro postos em circulação em 1790 e 1792 haviam mudado de mãos, ainda permanece. O principal resultado da venda de propriedades nacionais foi transformar numerosos pequenos proprietários em homens de muitos acres, mas também transformou um bom número de homens, que não possuíam um palmo de terra em 1789, em possuidores de uma certa área de solo. E mesmo o camponês que não comprou terra alguma não esqueceu os dias em que foi forçado a se submeter a inúmeras irritações e a pagar muitos tributos. A Revolução lhe trouxera liberdade e, em geral, também o enriquecera. Ele se apegou a ela, mas à sua maneira ferozmente conservadora.

Ele nunca, em nenhum momento, foi um republicano, nem mesmo um liberal. E, além disso, ele estava bem ciente de que os "niveladores" em Paris pregavam a necessidade de uma lei agrária. Em 1795, Babeuf e seus *Égaux* fariam um ataque à propriedade: e o governo pareceria incapaz de contê-los adequadamente. Finalmente, o camponês ainda era profundamente católico: isso é provado pelo fato de que os aldeões habitualmente se reuniam em suas igrejas, embora não houvesse padre para servi-los, e cantavam o ofício. O camponês queria que seus "bons padres" lhe fossem devolvidos: mas com a condição de que os padres não reivindicassem a restituição de "propriedades", nem lhe pedissem para pagar o dízimo novamente.

A popularidade duradoura de Napoleão na França rural é explicada por sua realização deste desejo complexo.

Assim, por várias razões, artesãos, burgueses, camponeses, todos esperavam o advento do "homem". "A massa do povo", escreve Mallet em dezembro de 1794, "se importa tão pouco com a República quanto com a Realeza, e simplesmente se apegua às vantagens, locais e civis, que a Revolução lhe conferiu". Perspicaz, como sempre, ele acrescenta: "Ela aceitará a lei de qualquer mestre que saiba como vinculá-la por suas esperanças e medos."

"Esperanças e medos" reinavam igualmente entre os padres constitucionais que, embora bastante cansados do sistema revolucionário desde a dura perseguição que lhes foi imposta em 1794, tinham, no entanto, todas as razões para temer uma contrarrevolução, e entre os soldados da Revolução, que haviam conquistado em dois anos uma promoção que o antigo regime nunca lhes teria concedido, mas cujos corações transbordavam de desprezo pelos políticos que governavam o país.

Todas essas classes, operários, camponeses, burgueses, soldados e padres, formavam "uma massa sólida de força anti-realista", como a chamou Malouet. E, ao lado delas, vemos outra massa de patriotas que, embora vissem os Terroristas com horror, não tinham a intenção de renunciar às conquistas obtidas, e ainda outra, composta por aqueles "cérebros renovados" em cujas mentes "o governo dos velhos tempos está tão completamente apagado quanto o de Clóvis".

Todos esses homens — nove décimos dos habitantes da França, que se importavam pouco com a República, de fato, mas muito com a Revolução — certamente teriam recuado alarmados de qualquer pensamento de restauração monárquica, a menos que a ideia monárquica fosse completamente separada da do despotismo recentemente abolido, do odiado sistema do antigo regime e, acima de tudo, de qualquer pensamento de reivindicações e represálias. E os representantes da Casa Real, movidos como que por uma espécie de loucura, estavam fazendo o máximo para fortalecer a França nessa atitude.

"Os Príncipes de Bourbon", diz Sorel, "estavam muito mais inclinados a fundar uma Inquisição de Estado do que a conceder um Editto de Nantes civil".

Conhecemos os príncipes em questão: Provença, Artois, Condé. Por três anos eles suportaram um destino miserável: suportando-o — o futuro Luís XVIII mais especialmente — com uma coragem que reprime qualquer inclinação para zombar desses "reis no exílio".

Relatamos em outro lugar, com base na autoridade de um historiador singularmente bem informado, a história de sua Odisseia, peregrinações compartilhadas pelos infelizes *émigrés* que seguiram suas fortunas e, como eles, foram levados de um lado para o outro, zombados e perseguidos, por uma Europa inóspita. Mas, enquanto a maioria dessas pobres pessoas, a grande maioria das quais se juntou à emigração mais por necessidade do que por escolha, apenas desejava, como disse um deles, voltar para a França, "não importa o custo e as condições impostas", os príncipes e seu círculo imediato haviam elevado suas pretensões cada vez mais à medida que sua desgraça aumentava.

O "Regente", que viria a se tornar Luís XVIII, continuou a preservar sua fé absoluta, não apenas em seus direitos reais, mas também no dever que lhe era imposto de restaurar tudo exatamente à sua condição anterior. As pessoas ao seu redor, que tão perpetuamente invectivavam contra o estado das coisas na França, nada sabiam da nova França que surgira. Eles sofriam daquela "doença do exílio" que, como escreve Tocqueville, "nada ensina aos homens e paralisa a inteligência". Não apenas a antiga ordem deveria ser restaurada, mas exemplos deveriam ser feitos, ou melhor, execuções em larga escala! Em um estudo muito notável dos dias seguintes ao Termidor, M. Thureau-Dangin acumulou provas da existência desse espírito de vingança: os Terroristas, os regicidas deveriam perecer, e os homens de 1789 também, os moderados. "Varreremos toda a imundície da Assembleia Constituinte!" Este era o grito constante, a palavra de ordem geral. Constant sentou-se ao lado de um jovem *émigré* em um jantar que lhe disse (em março de 1794): "Ah! Se eu fosse o Preboste-Geral da França, mandaria executar 800.000 pessoas!"

Assim, esses realistas, enquanto esperavam para esmagar a Revolução, estavam matando a própria realeza. Ela não estava totalmente morta em 1795; um grupo inteiro de políticos estava pronto para trazê-la de volta à vida, e toda a sociedade, talvez, a teria acolhido, se fosse uma monarquia moderada e constitucional, pronta para respeitar as liberdades recém-conquistadas, os direitos recém-adquiridos e as conquistas recentes, e, acima de tudo, oposta a represálias e reações de qualquer tipo. Quando o infeliz pequeno Luís XVII encontrou seu fim miserável dentro das paredes do Templo, uma palavra tranquilizadora de Luís XVIII era ansiosamente esperada. Finalmente, a resposta à pergunta feita pelos neorrealistas do país foi enviada de Verona, incorporada naquela famosa proclamação que anunciava que tudo deveria ser restaurado sem reservas, a monarquia absoluta reconstituída, as novas liberdades suprimidas, o novo sistema proprietário abolido e todo homem envolvido na Revolução punido. E o comentário veio na tentativa imediata de levantar uma revolta na Vendeia, e naquela louca expedição de Quiberon, que levou *émigrés* e ingleses juntos para a costa bretã, e mais uma vez enfatizou aquilo que os franceses mais abominavam na política realista, sua aliança com o estrangeiro. Isso de repente transformou toda a Convenção em um bloco sólido. Teria importado menos se não tivesse finalmente cortado pela raiz as simpatias realistas do partido liberal e moderado, homens de mente ampla e senso sólido, que haviam perdido todas as suas ilusões sobre a Revolução e agora eram forçados a buscar uma solução em outro lugar.

Assim, de Verona, Luís XVIII fez sua parte para ajudar na ascensão de Napoleão.

E, enquanto isso, ele estava garantindo a segurança dos "regicidas". Devemos agora considerar esses "revolucionários no poder". Embora eles também tivessem ascendido das fileiras, estavam longe de serem populares com o povo, e ainda assim conseguiram impor seu governo ao país, mantê-lo pela pura violência e, para justificar sua ação, manter a guerra interminável; em uma palavra, alterar o destino do país contra a vontade desse país, até que finalmente apareceu o homem que os abrigaria e os associaria a si mesmo em um sistema de governo forte que os livraria de todo medo de restituição e represálias.

A frase impiedosa de Albert Vandal, "revolucionários no poder", foi universalmente aceita. "Jacobinos abastados", ele os chama também.

Eles não eram todos igualmente abastados, e ainda assim notamos a realização da profecia de Dumouriez, que declarou, mesmo em 1792, que "Chabot estaria em Chantilly, Bazire em Rambouillet, Merlin em Chanteloup". Sieyès ainda não se instalara em Crosne, nem Fouché em Ferrières (longe disso), mas Barras possuía Grosbois, Boursault tinha Brunoy, Merlin tinha o Mont Valérien, "com dois ou três milhões de propriedades eclesiásticas", como lemos em 15 de novembro de 1795. Tallien levava uma vida brilhante em sua "casinha" em Chaillot: Barère recebia Vadier e seus seguidores no Château de Clichy. Eram uma raça faminta! Apenas o Comitê do Ano III, nos diz M. Sorel (este órgão continha todos os homens proeminentes do partido que chegou ao poder no Termidor), continha um futuro Príncipe (Cambacérès), treze futuros Condes, cinco futuros Barões, sete futuros Senadores do Império, seis futuros Conselheiros de Estado; e, além destes, uns bons cinquenta "democratas", o futuro Duque de Otranto e o futuro Conde Merlin entre eles, que possuiriam títulos, brasões, chapéus emplumados, carruagens, fortunas, propriedades vinculadas, casas na cidade e residências no campo antes de quinze anos se passarem, estavam então de fato sentados na Convenção. Fouché morreria valendo quinze milhões de francos.

Mas tudo isso não era nada. A coisa a que eles se agarravam era o poder, porque apenas isso, parecia-lhes, poderia salvar seus pescoços. Na véspera das eleições, Mallet relata um acordo inesperado entre os regicidas, que estavam brigando entre si. "O 21 de janeiro está diante deles", ele diz, e suas palavras eram verdadeiras.

Trezentos e oitenta e sete deputados haviam votado pela morte do Rei, e seiscentos e noventa e um haviam-no previamente declarado culpado. Desses votantes, sessenta haviam seguido o monarca para o cadafalso, e mais dez iriam pelo mesmo caminho em Prairial. Trezentos regicidas permaneceram, e estes formariam um partido sólido. Acompanhamos a carreira de um desses homens de 1793 a 1815: ele seria Ministro sob o Diretório, sob o Consulado, sob o Império e sob Luís XVIII; durante todas essas várias fases de sua vida, o mesmo pensamento o assombrava. M. Faguet nos diz, em seu resumo final da vida de Fouché, que ele olhava para cada evento "através da pequena janela do cadafalso de Luís XVI". Este pronunciamento sombrio, porém verdadeiro, pode ser aplicado a todos os regicidas de janeiro de 1793.

Nunca antes ou depois a história nos mostrou um corpo tão considerável de homens assim colocados entre o cadafalso e o poder. Se uma vez caíssem, deveriam cair no abismo.

Em 1795, eles estavam entre dois perigos. À sua esquerda, tinham os "anarquistas", como os chamavam, os Jacobinos, que nada haviam obtido e ansiavam por desalojar aqueles que haviam se provido; estes últimos esmagariam seus algozes sem piedade. À sua direita estava Luís XVIII, que acabara de publicar sua resolução de mandá-los para o cadafalso no momento em que ele mesmo retornasse ao poder: nossos leitores entenderão prontamente que mesmo os menos comprometidos entre eles encaravam com frieza qualquer ideia de restauração e faziam o máximo para evitá-la. Eles estavam convencidos de que a contrarrevolução começaria no momento em que fossem expulsos. Então, eles se agarraram desesperadamente ao poder. Eram uma corja odiosa, de fato! O fato não pode ser contestado, e daremos ainda maior ênfase a ele quando os virmos, à beira de sua partida, se imporem aos eleitores de 1795 por uma manobra parlamentar súbita. Eram odiados por sua participação no Terror e porque eram suspeitos, em muitos casos, de terem encontrado seu lucro desonesto nele. Em Vendemiário do Ano IV, o próprio Lindet acusou seus colegas de terem especulado em *assignats*, e o fato de que muitos procônsules haviam retornado de suas missões nas províncias com as mãos que não estavam de forma alguma limpas era de conhecimento público. Eles estavam ansiosos, agora, para se tornarem aceitáveis: "Tornemos a República amável!"... gritou Fréron. A classe trabalhadora logo conheceria a República "amável" na pessoa de Mme. Tallien, que gastaria cem luíses por dia em vestidos em meio a uma população faminta.

Assim, esses homens, sabendo-se odiados, esforçaram-se para se impor à Nação, principalmente pela continuação da guerra.

De 1791 a 1794, esta questão da guerra havia influenciado nossa política interna: pode-se afirmar com justiça que, após 1794, a questão da política interna influenciou a da guerra. O partido terrorista havia usado a guerra para impor o Governo de Salvação Pública ao país: os membros da Convenção haviam se acostumado a esse método de procedimento. E, além disso, um novo perigo havia surgido, um perigo que a guerra aumentaria no futuro, mas que, por enquanto, estava evitando — o perigo militar. Chegara a hora em que as tropas precisavam ser enviadas para lutar, a fim de manter seus líderes ocupados. Por essas duas razões, a continuação da guerra logo se tornaria um dos itens fundamentais do programa.

A Europa já estava exausta. "Voltaremos pouco a pouco para o outro lado do Reno e diremos 'Que assim seja'", escreveu um prussiano no dia seguinte à derrota em Kaiserslautern. Os prussianos voltaram em outubro. No dia 6, os franceses ocuparam Colônia; no dia 12, estavam em Coblença. Tão amargas eram as disputas sobre a questão polonesa que a Prússia ameaçava entrar em guerra com sua aliada austríaca e mandou dizer a Barthélemy, nosso ministro na Suíça, que estava pronta para chegar a um acordo.

O Comitê Termidoriano despachou uma resposta altiva. Isso estava de acordo com a política do partido, mas também estava de acordo com a natureza desses legistas, sucessores dignos, como já apontamos, dos reis capetíngios: a Prússia e a Áustria propuseram a paz, e o Comitê se recusou a aceitá-la, exceto em condições draconianas. Isso ia totalmente contra o desejo do país. O desejo do país não era apenas pela paz, mas pela paz tanto dentro quanto fora de suas fronteiras. Apesar disso, o Comitê ordenou a invasão da Holanda em 10 de outubro. "A República", declarou Merlin (de Thionville), "depois de ter avançado suas fronteiras até o Reno, ditará as leis da Europa!" Embora Barthélemy tenha sido autorizado a negociar com Goltz, o enviado prussiano em Basileia, em janeiro e fevereiro de 1795, ele foi instruído a impor condições da mais severa espécie. Mesmo que a Prússia e a Espanha chegassem a um acordo com a França, o Comitê sabia bem que levariam anos até que a Áustria consentisse em reconhecer o Reno como a linha de fronteira da França, e a Inglaterra aceitasse a presença dos franceses em Antuérpia. Assim, o exército certamente teria muito trabalho a fazer.

E isso era indispensável. O momento foi talvez o mais esplêndido que o exército francês já conheceu. Vimos como sua coragem foi temperada sob o fogo dos canhões inimigos: agora era soberba: seu valor permaneceu inalterado, e foi ainda mais fortalecido por uma disciplina de severidade ocasionalmente impiedosa. Era esplendidamente liderado por jovens comandantes que eram ao mesmo tempo guerreiros valentes e táticos audaciosos. Todos eles — Hoche, Marceau, Moreau, Kléber, Masséna, Jourdan, Augereau, Lannes — encontraram força incomparável na confiança de seus homens. "Foi o período da guerra", escreve Soult, "em que o nível de virtude esteve em seu auge em nossos acampamentos."

Mas esses homens, tão recentemente voluntários inexperientes, haviam se transformado em soldados. Embora nem sempre se interessassem muito por política, conceberam o mais insultuoso desprezo pelos políticos de Paris: suas cartas provam o fato. E, além disso, eram homens rudes e ativos, cheios de ardor. Se a paz fosse feita, como se poderia esperar que voltassem tranquilamente para os lares que haviam abandonado em 1791, 1792 e 1793? Vinte testemunhas autorizam a afirmação de que o medo das tropas assombrou e atormentou todos os governos desde 1791. Roland expressou o pensamento em palavras em 1792, Billaud novamente, com mais violência, em 1793, e Reubell, com muito mais razão, em 1795.

Os líderes militares eram especialmente temidos. O Comitê do Ano II havia imposto um jugo de ferro sobre eles, mas após o Termidor essa pressão relaxou. Muito em breve, percebeu-se que o caráter desses líderes estava se alterando, porque o caráter de suas tropas também estava se alterando. Antes de um ano se passar, falava-se dos "soldados de Hoche" e dos "soldados de Bonaparte". Os generais agora estavam tão acostumados a comandar quanto a agir. Uma vez de volta à França, era provável que esses oficiais, que já falavam com aberto desprezo dos "advogados", estivessem dispostos a obedecer? A Convenção viu isso com bastante clareza. As tropas, no futuro, se recusariam a obedecer a qualquer um que não fosse um soldado, o soldado que lhes importava seu governo. Assim, o curso mais sábio era mantê-los ocupados.

Mas quanto mais vitórias eles conquistavam, mais o espírito de dominação encheria suas almas; e quanto maiores seus sucessos, mais o país os amaria. A guerra, assim continuada para mantê-los ocupados, os elevaria cada vez mais. E, com a mais singular imprudência, o partido governante primeiro os chamaria para fazer parte do corpo político, pela Constituição do Ano III, e os convocaria em seguida para os próprios recintos da Convenção, para defendê-la contra os movimentos insurrecionais da primavera e do outono daquele ano; finalmente — um assunto muito mais grave — para iniciá-los a violar esses recintos sagrados em benefício de uma facção, em Frutidor do Ano V. De modo que os "revolucionários no poder" fizeram o seu melhor para colocar o soldado no poder.

Por enquanto, seu único pensamento era como se impor ao país, com exclusão de todos os outros concorrentes, anarquistas ou realistas, militares ou civis. Eles constituiriam o que um deles, La Revellière, chama de uma espécie de patriciado. Foi este patriciado que, em Vendemiário do Ano III e Frutidor do Ano V, violaria as liberdades da Nação e depois as destruiria, para se manter no poder. Mas, quando apelou às tropas para realizar esse propósito, ajudou a instalar uma autoridade muito mais popular que a sua. Augereau pode ter partido furioso, após Frutidor, mas ele havia mostrado a Bonaparte o caminho para os Conselhos da Nação.

A verdade é que tudo e todos, a partir de 1795, concorreram para entregar a Nação Francesa à ditadura de um único homem: os artesãos, que estavam amargurados e acusavam a República de tê-los alimentado com falsas esperanças; a burguesia, que enriquecera e sentia que o refúgio que lhe era oferecido não era de forma alguma seguro; os camponeses, cujo grande desejo era que a Revolução fosse consolidada. Mil interesses se opunham à restauração de um rei que era surdo a qualquer apelo por um acordo, mas todos estavam de acordo em sua prontidão para acolher um governante pessoal que protegeria a obra que a Revolução havia realizado. E nos acampamentos do exército, este governo estava sendo preparado, com a cumplicidade, nem sempre consciente, dos "jacobinos abastados".

Apenas um ano antes, Catarina II havia escrito o seguinte: "Se a França sair de tudo isso... ela será tão obediente quanto um cordeiro: mas o que ela precisa é de um homem de intelecto superior, hábil, corajoso, acima de todos os seus contemporâneos, e talvez até de seu século. Esse homem já nasceu?"

Ele havia nascido, e todas as forças trabalhavam a seu favor.

CAPÍTULO XXXVII

OS "ESTÔMAGOS VAZIOS" contra os "ESTÔMAGOS PODRES"

Setembro de 1794 — Setembro de 1795

As fileiras da Direita se completam. A "Crista" usa os "estômagos vazios" a seu favor: A insurreição de Germinal. Os Terroristas proscritos. A fome aumenta. O 1º de Prairial. A Assembleia invadida. O "último dos Montanheses". Repressão nos Faubourgs. A reação de Prairial. Quiberon. O Comitê do Ano III. O decreto dos dois terços. A ira do país. O destino dos regicidas parece selado.

Desde o dia em que setenta e cinco deputados proscritos reassumiram seus assentos nos bancos da Direita (18 de Frimário), desde o dia em que — o que quase representou um escândalo! — deputados não-regicidas entraram para o Comitê de Salvação Pública, os homens do antigo Comitê estavam perdidos. Até mesmo Carnot, Lindet e Jeanbon foram atacados; e perigos ainda piores ameaçavam Collot, Vadier, Barère e "Billaud, o reto". Em 12 de Ventoso, eles caíram: um decreto para seu impeachment foi aprovado na Assembleia, e seu julgamento foi marcado para o 3º de Termidor.

Os cidadãos de Paris diziam que, se esses homens pervessem, seu destino "levaria mais de 80.000 pessoas à guilhotina". Carrier já havia sofrido em 26 de Frimário. Nossos leitores podem imaginar quantos corações ansiosos havia, tanto nos bancos da Assembleia quanto nas tabernas do Faubourg Saint-Antoine. Os republicanos "puros" se alarmaram. Já que esses hipócritas na Convenção fingiam atacar a "anarquia" simplesmente porque era um "método monarquista", eles deveriam ser desmascarados à força, com uma exigência pela aplicação da Constituição de 1793, que era ainda mais atraente porque, como disse Tallien, ainda estava guardada em "sua caixa".

Esses homens em perigo, esses terroristas tardios e nostálgicos, tinham um exército pronto em suas mãos: o povo faminto. "Não baionetas! Pão!", uivavam os Faubourgs. O clamor por pão ressoava por toda parte; misturado, acrescenta um oficial de polícia horrorizado, com "explosões indecentes contra a Convenção". Mulheres famintas gritavam: "Peguem um fuzil e atirem em nós, em vez de nos deixar morrer de fome!" De repente, um dia, os Faubourgs "desceram". Essa primeira revolta dos "estômagos vazios" ocorreu no 12º dia de Germinal.

Naquela manhã, a Assembleia ouvia um discurso de Boissy d'Anglas — Boissy-Fome, como o chamavam nos Faubourgs, pois ele era responsável pelo abastecimento de alimentos e totalmente incapaz de garanti-lo. A multidão se reunia há uma hora quando, no momento em que Boissy disse as palavras "Nós restabelecemos a liberdade", arrombaram as portas com um grito por "Pão!" Esta não foi a última ocasião em que as duas palavras seriam postas em oposição.

A Convenção, muito surpresa, levantou-se gritando "Viva a República!", mas já há vários dias a polícia vinha enviando relatórios de que a República, ou melhor, seu executivo, estava sendo tratada de forma muito rude pelo povo faminto. Merlin (de Thionville) imaginou ter feito muito ao beijar as mulheres famintas. Elas vagavam de um lado para o outro, sem ter muita certeza do que queriam. Alguns dos deputados da Montanha — os homens da "Crista", como eram chamados os membros da extrema esquerda, a Crista da Montanha — estavam desconcertados e surpresos. "Meus amigos!", gritou um deles, Gaston, "você quer pão e quer liberdade para os patriotas, você terá ambos, mas saiam daqui, pois estamos sendo sufocados pelo calor!" Misturados com as mulheres, havia homens de aparência alarmante, "com braços nus e peitos descobertos", como nos informa uma testemunha ocular.

Legendre, que manteve o vigor de suas antigas façanhas a serviço da Revolução em seu atual apoio à reação, saiu em busca de defensores. O ex-açougueiro estava de braços dados com os Muscadins: ele os reuniu, e eles fizeram uma súbita irrupção na Convenção, armados com chicotes e porretes, e seguidos por um punhado de gendarmes. Seguiu-se uma caça rigorosa, os miseráveis ​​peticionários "rolaram" pelas fileiras dos assentos, ou se refugiaram nos bancos da Montanha: em um instante, a área estava limpa. O Batalhão Dourado havia vencido o dia. O General Pichegru também apareceu em cena, como que por puro acidente, e foi investido com o comando das tropas em Paris.

A Assembleia estava salva.

Naturalmente, tendo sido aterrorizada, estava resolvida a punir alguém. Para começar, Collot e os outros deputados acusados ​​foram deportados sem julgamento ou sentença: oito membros da "Crista" que pareciam ter tido um entendimento com os desordeiros foram enviados para fora de Paris. E, como a multidão começou a parar suas carruagens, Pichegru foi obrigado a intervir. Suas baionetas abriram caminho para o comboio que conduzia os últimos remanescentes do "Grande Comitê" para as galés; no dia 13, o General anunciou à Assembleia: "Representantes! Seus decretos foram cumpridos!", e as honras da sessão foram imediatamente conferidas ao soldado. Este foi o primeiro passo em um caminho perigoso.

Mas atacar não é responder. A deportação de Collot e Billaud para Caiena não deu pão ao povo de Paris.

A leitura dos relatórios policiais de Germinal e Floreal deste ano vale mais do que todas as descrições que os escritores podem dar: esses relatórios demonstram a existência de um estado de angústia que estava levando os Faubourgs ao desespero; às vezes eles lamentavam abertamente Robespierre, que matava, de fato, mas nunca roubava. Às vezes, um grito se levantava: "Eles estão tentando nos forçar a pedir um rei?" No dia 19 de Floreal, os murmúrios contra "o Governo e a Convenção" atingiram seu auge. Os "estômagos vazios" estavam realmente se revoltando contra aqueles que eram conhecidos em toda parte como os "estômagos podres".

Os "últimos dos Montanheses" não podiam deixar de se alegrar ao ver as dificuldades com as quais os reacionários termidorianos lutavam. Esses "membros da Crista" viram seus amigos serem deportados; sua própria posição estava cheia de perigo; eles não provocaram o motim (M. Claretie narrou comoventemente o destino trágico desses "últimos romanos" e os absolve de cumplicidade): no entanto, eles contavam com a exasperação do povo para provocar a restauração da Constituição de 1793 e "o reino da virtude".

E o evento viria a selar sua própria ruína e sua morte.

No 1º de Prairial, o povo, embriagado pela loucura da fome, mais terrível, talvez, do que a do vinho, correu descontroladamente sobre as Tulherias, sentindo que a morte seria melhor do que mais sofrimento, e pronto para enfrentar todos os riscos.

Desta vez, a Convenção foi avisada: e no 28º de Germinal, o decreto que proibia tropas de linha de se aproximarem a menos de dez léguas de Paris foi revogado. Grandes corpos de cavalaria foram enviados de todas as guarnições vizinhas. E os "jovens dourados" também estavam determinados a defender a Convenção, antes tão odiada, e não apenas com chicotes desta vez. "Eu rio, e também coro, quando penso nisso, mesmo agora", escreveria mais tarde um desses Muscadins.

Mas, apesar de tudo isso, o ataque, como o de Germinal, foi tão súbito que por várias horas a Assembleia ficou indefesa e por pouco não escapou.

Às cinco horas da manhã, o toque de alarme começou a soar (todo o movimento foi dirigido por um comitê insurrecional, cuja composição está envolta em mistério) e os desordeiros correram para as Tulherias. "Esta", gritavam, "é a luta das mãos negras contra as brancas!" (a nota da guerra social começa a aparecer nessas convulsões). "Esses canalhas devem ser explodidos." Antes que o relógio marcasse dez horas, o Palácio estava cercado: antes do meio-dia, o Salão da Convenção foi invadido. As mulheres perambulavam como lobas famintas pelos corredores, gritando "Pão!". Dumont, que havia atuado como procônsul no Somme, assumiu a cadeira presidencial e tentou alimentá-las com belas frases. "Sem conversa!", gritavam, "Pão!". Mesmo através da segura do relatório do *Moniteur*, temos uma ideia da confusão na Assembleia: deve ter sido extrema, pois alguns dos deputados gritaram: "A Convenção está com medo?". Creuzé-Latouche reconheceria, em uma carta escrita depois, que ele e seus colegas estavam todos convencidos de que sua última hora havia chegado.

As tropas, que haviam sido devidamente convocadas, não apareceram: e, enquanto isso, os Faubourgs despejavam seus milhares: alguns Muscadins, armados com porretes, tinham acabado de conseguir limpar parte do recinto, quando uma porta à esquerda do Presidente cedeu sob pressão, e uma nova avalanche de seres humanos entrou, varrendo todos à sua frente.

Dumont havia entregado a cadeira do Presidente a Boissy d'Anglas. Foi uma prova de grande coragem de sua parte assumi-la, pois poucos homens eram tão impopulares quanto "Boissy-Fome". Ele foi recebido por uma saraivada de injúrias, mas finalmente avistou alguns batalhões se aproximando: felizmente, escreve Lacretelle, "o ataque foi tão irresoluto quanto a defesa". As tropas ainda não tinham o hábito de atacar o povo. Enquanto isso, novas hordas de desordeiros continuavam a entrar por todas as entradas: um dos deputados, Féraud, fez uma corajosa tentativa de conter a torrente em um ponto: ele foi derrubado, chutado por tamancos de madeira, arrastado para fora do salão e morto por um taberneiro que, retornando às boas e velhas tradições, "cortou sua cabeça como um nabo", agarrou-a pelos cabelos e a atirou para a multidão, que a carregou para a presença da Assembleia na ponta de uma lança, um momento depois. Ela foi erguida diante de Boissy: pálido como a morte, ele se curvou reverentemente a seu colega assassinado. Seu gesto tornou-se histórico.

Às nove horas daquela noite, a "Crista" decidiu agir. Em meio ao tumulto, Soubrany foi aclamado Presidente; Romme aprovou uma moção decretando o cozimento de "apenas um tipo de pão": Goujon e Bourbotte garantiram medidas contra a imprensa reacionária, Duquesnoy uma para dissolver os Comitês, "e também a criação de uma comissão provisória", escolhida inteiramente, é claro, entre os membros da Montanha, que anunciou sua intenção de se retirar para deliberar em particular imediatamente.

Ao sair, ela se deparou com os "bons cidadãos" (assim diz o *Moniteur*) liderados por Legendre.

Os Comitês, escreve Lacretelle, conseguiram armar um pequeno corpo de homens com espadas e mosquetes. Eles marcharam diretamente sobre a multidão com baionetas caladas e empurraram todos, os deputados da "Crista" e sua escolta também, para trás. A multidão tentou resistir, mas logo foi expulsa. "Ainda não consigo entender como eles conseguiram desaparecer tão instantaneamente", escreve La Revellière.

E então, como disse Commines sobre Luís XI, o pensamento da vingança se seguiu. Os bodes expiatórios estavam à mão: os deputados da Crista, que se haviam comprometido. A Assembleia, que aprendera o que significava o terror, voltou-se contra eles selvagemmente. "Vingança! Rápida vingança!", gritou Tallien. A denúncia era o ar que esse homem respirava: "Abaixo os assassinos!", gritou ele — ele mesmo um dos assassinos de setembro. Goujon, Duquesnoy, Romme, Soubrany e outros foram proscritos. Tallien teria gostado de aumentar a lista com mais alguns de seus colegas: os de homens que desejavam restabelecer "a infame Comuna" (ele se esqueceu de que ele mesmo pertencera a ela): ele chegou a exigir a prisão de Lindet e Carnot.

Lá fora, nas ruas, a tempestade ainda grassava. No decorrer da noite, a insurreição pareceu ganhar força. A Assembleia teria de substituir medidas defensivas por ofensivas. Ela enfrentou a necessidade: no 2º de Prairial, o General Dubois (que nos deixou uma carta muito interessante sobre o assunto) abriu fogo contra os Faubourgs. Mas foi somente no 4º dia que os Generais Kilmaine e Montchoisi cercaram o "glorioso Faubourg". A multidão tentou parlamentar, mas os dragões de Montchoisi não quiseram ouvir: "Quando estamos de serviço", gritaram, "só falamos com nossas espadas." O Faubourg Saint-Antoine capitulou às tropas exatamente seis anos após a destruição da Bastilha vizinha. E Paris, já tremendo de fome, começou a tremer de medo.

A reação — no dia seguinte à insurreição de Prairial — foi feroz. Os Faubourgs aterrorizados entregaram obedientemente suas armas. "Não há dificuldade", escreve um autor no 7º de Prairial, "em conseguir as lanças." Três mil cavaleiros ocuparam os acessos às Tulherias: Tallien, Fréron e Barras, se pudessem, teriam incendiado o "glorioso Faubourg" até o chão — mesmo em meio à reação, o pensamento de medidas ferozes assombrava esses terroristas. Eles poderiam ter se imaginado de volta aos bons e velhos tempos em que inspiravam terror em nome da "liberdade". Só que desta vez foi em nome da "ordem". Cinco mil jacobinos jaziam na prisão, sessenta e dois deputados da Montanha foram acusados e seis condenados à morte; isso era bom de fato. Tallien teria gostado de engrossar a lista com mais alguns de seus colegas: Carnot só foi salvo da morte pelo grito de algum amigo (sua identidade nunca foi revelada) de seu assento na Assembleia: "Carnot! Mas foi ele quem organizou nossas vitórias!".

Os últimos dos Montanheses se apunhalaram quando ouviram a leitura de sua sentença de morte: Goujon passou o punhal para Duquesnoy com as palavras "Aqui, Petus!" — mesmo assim eles falavam como Plutarco! Aqueles que não conseguiram se matar foram guilhotinados. "A coragem daqueles

seis canalhas espantou a todos", diz um jornal da época. Um homem como Tallien bem que poderia sentir espanto! Valia a pena provocar uma revolução e ser guilhotinado justamente quando chegara a hora de desfrutá-la?

"Estômagos podres", os "estômagos famintos" dos Faubourgs chamavam os deputados. Após aqueles dois dias de 1º e 2º de Prairial, a impopularidade da Convenção era sem igual. A pobreza aumentava por toda parte (gostaríamos de ter citado os relatórios policiais da primavera e do verão de 1795); ela estava afastando o povo da República e quase da Revolução. Quando os Faubourgs foram informados de que haveria uma celebração solene do Festival de 10 de Agosto, um homem gritou para um deputado: "Dê-nos pão, não música!". e a seguinte frase, que merece atenção especial, era constantemente ouvida: "Os representantes se alegram: a Revolução não beneficia ninguém além deles!". Ainda assim, nem um dedo foi levantado: a reorganização da Guarda Nacional a colocou inteiramente nas mãos da nova oligarquia. "Ela será inteiramente composta no futuro", escreve Benjamin Constant, alegremente, no 10º de Prairial, "de homens confiáveis, que perderiam algo em qualquer distúrbio, enquanto até então uma certa proporção de seus membros tinha tudo a ganhar com a insurreição."

O partido verdadeiramente reacionário parecia senhor da situação. Em Paris, os "jovens dourados" cobravam o preço da ajuda que prestaram, entregando-se a uma grande licenciosidade: levaram-na longe: quando a Guarda da Convenção tentou tocar a *Marselhesa*, gritaram "Não à *Marselhesa*!", e a Guarda, obediamente, tocou o *Réveil*!

Nas províncias, novamente, especialmente no Sul, a contrarrevolução em toda a sua integridade parecia estar a caminho. Ouvimos a expressão o Terror Branco. As palavras não estão corretas se forem tomadas para assimilar certas revoltas, sangrentas de fato, mas locais e intermitentes, ao Terror Vermelho, que um governo, apoiado por tropas, juizes, comitês e carrascos oficiais, havia espalhado recentemente por todo o país. No entanto, as companhias de Jeú espalharam o terror no Sul: aquele Sul feroz, que fora tão cruelmente oprimido de Toulon a Lyon, vingou-se, caçou primeiro os jacobinos, depois os republicanos e, em seguida, os compradores de propriedades nacionais; e como albigenses e antialbigenses ainda alimentavam seus velhos ressentimentos, o ódio religioso logo envenenou a luta política. De Tarascon, onde os jacobinos e seus "cúmplices" foram lançados do alto de uma torre, a Lyon, onde os "matavons" (cúmplices dos jacobinos novamente) foram assassinados no forte de Saint-Jean, somos forçados a reconhecer a existência de uma reação violenta, logo tingida, neste país de visões extremas, de monarquismo. Os próprios comissários da Convenção foram arrastados para uma reação muito amarga. Isnard, outrora o braço direito de Vergniaud, varrido por seu ressentimento contra os jacobinos, exclamou aos jovens ao seu redor: "Se não têm armas, desenterrem os ossos de seus pais e usem-nos para exterminar os miseráveis!".

Na outra extremidade da França, embora La Vendée estivesse aparentemente subjugada, a *Chouannerie*, uma guerra de guerrilha, havia surgido na Bretanha e em parte da Normandia.

Isso bem poderia ter favorecido um levante geral que facilitaria aquela descida dos emigrados e dos ingleses nas costas francesas, tão longamente discutida no círculo do Conde d'Artois.

Mesmo na Convenção, um certo número de deputados do Centro, além dos apoiadores cegos da reação — várias testemunhas concordam quanto a isso — estavam inclinados a favorecer a ideia de uma restauração, desde que fosse de natureza moderada, liberal e constitucional. "O pequeno", como Luís XVII era chamado nos Faubourgs, poderia ser tirado do Templo, e uma Regência nomeada, composta por membros da Convenção. Então, quando "o pequeno" morreu, no 20º de Prairial, uma mensagem de Luís XVIII foi aguardada ansiosamente. Já descrevemos essa mensagem: ela tomou a forma da proclamação de Verona, da qual um certo monarquista inteligente disse que os homens que a recomendaram eram "criminosos".

"Os monarquistas no interior do país estão desesperados", escreve Mallet du Pan, logo após sua chegada. Mas a alegria reinava nos corações da coterie termidoriana. O pensamento de qualquer restauração, mesmo a mais moderada, os enchia de alarme, pois os regicidas sentiam que sempre permaneceriam "imperdoáveis". Tallien, que fora acusado nos Faubourgs de ter se vendido ao pretendente ao trono (enquanto, na realidade, estava convencido de que certamente seria enforcado se o Rei voltasse à França), tentava até mesmo se livrar de quaisquer conhecidos comprometedores.

Grande foi a alegria, então, quando a notícia chegou a Paris de que uma incursão — prematura em qualquer caso — havia sido efetuada pelos emigrados em Quiberon no 7º de Messidor (26 de junho). O desembarque foi realizado com a ajuda de uma frota inglesa — uma cooperação tão odiosa aos olhos dos próprios monarquistas bretões, todos eles inimigos hereditários da Grã-Bretanha, que arrefeceu seu ardor. Assim, o apoio dos Chouans foi hesitante, e os ingleses, uma vez que desembarcaram os emigrados na praia, não fizeram absolutamente nada. Traídos por aqueles que os haviam convocado e por aqueles que os haviam transportado para o local, os monarquistas foram subjugados e forçados a capitular. Um dia após o desembarque, Hoche, que conduzia as operações no Oeste, havia cercado seis mil prisioneiros, dos quais mil eram emigrados, na península, e a Convenção foi chamada a decidir seu destino.

Tallien viu na imprudência providencial dos monarquistas um meio de tranquilizar os jacobinos arruinados e de reconvocar o partido moderado, agora inclinado à causa real, à sua lealdade à República de Termidor. Como em todas as ocasiões futuras, os apoiadores da Revolução cerraram fileiras em resposta a todas as loucas "Quiberonnades" (a palavra é de Mallet) do partido monarquista intransigente. Tallien foi enviado a Quiberon e mandou fuzilar todos os prisioneiros emigrados — uma hecatombe terrivelmente memorável. Ele se gabava de que o sangue aristocrático de Quiberon apagaria o sangue dos Faubourgs de Paris derramado em Prairial. Seja como for, o movimento monarquista certamente foi destruído, tanto na Assembleia quanto nas pequenas cidades do sul. Quando o 9º de Termidor, aniversário do dia sempre memorável, viu Lanjuinais — recentemente suspeito de monarquismo — e o triunfante Tallien sentados à mesma mesa festiva, a união entre as duas facções que haviam derrubado Robespierre, "em seu ódio comum a todos os tiranos", parecia completa. A Convenção materializou o fato cantando primeiro a *Marselhesa* e depois o *Réveil*. A "anarquia" havia sido reprimida no Faubourg Saint-Antoine, o monarquismo fora esmagado em Quiberon, e os homens de Termidor acreditavam estar perto de seu porto seguro — a Constituição do Ano III, republicana, mas antidemocrática.

Houve alguma ideia de pedir a Sieyès para redigi-la. Já contamos a nossos leitores como o oráculo subiu ao tripé em 1789; lá ele permaneceu, envolto em nuvens que, sob a Convenção, ele deliberadamente adensou, para evitar ser arrastado para qualquer empreendimento perigoso. Ele, assim, deixou Condorcet, e Hérault depois dele, construir seus frágeis edifícios sem ele.

Este estranho Sieyès, considerado o "primeiro dos arquitetos políticos", nunca revelou seus planos a ninguém. Assim como Albert Vandal nos descreve em 1799 (remetemos nossos leitores a essas páginas vivas), ele já era em 1795: misterioso, altivo, dogmático, vago. Dizia-se, de fato, que se duas Constituições já haviam expirado, uma por desgaste prematuro e outra por fraqueza congênita, era porque o oráculo não fora consultado. Em 1795, a hora, em sua opinião, ainda não havia chegado, ele mais uma vez se recusou a descer de seu Sinai e a ocupar o assento para o qual fora nomeado na Comissão. Essa recusa, como o curso dos eventos subsequentes provará, foi um incidente de alguma importância.

Privada, embora estivesse, da ajuda do oráculo, a Comissão dos Onze aplicou-se à sua tarefa. Estava cheia de membros da Direita e do Centro: Daunou, Lanjuinais, La Revellière, Louvet, Durand de Maillane, Thibaudeau, Boissy d'Anglas, todos burgueses, para quem o horror da Constituição de 1793, "aquela Constituição do Faubourg Saint-Antoine", como Durand a chamou, era o começo da sabedoria. Daunou, o verdadeiro autor da nova Constituição, fez uma última tentativa para obter a ajuda de Sieyès: "Eu fiz um estudo profundo sobre esses assuntos", disse o sábio, "mas vocês não me entenderiam."

Seria interessante acompanhar as discussões dos Onze através das memórias e cartas dos membros da Comissão. Devemos nos contentar em registrar o fato de que, quando rejeitaram a ideia de um governo executivo a ser eleito pelo povo, foi, como Louvet cinicamente afirma, "porque o povo poderia possivelmente ter eleito um Bourbon". O Governo, portanto, seria eleito pelas Câmaras e consistiria em cinco membros: este era o Diretório da República.

Haveria duas dessas Câmaras. Galiani, considerado um pensador naqueles dias, dissera a Barras: "Quanto mais petulância natural houver na raça com a qual você tem que lidar, mais, se você se propõe a dotá-la de um sistema de representação nacional, você deve dividi-la em Câmaras." E ele acrescentou, com mais sagacidade do que polidez, que se você daria a uma nação de macacos doze, você deveria dar "pelo menos quatro à raça francesa". Carnot também apresentou todo um plano para Câmaras separadas.

Finalmente, decidiu-se que seriam duas: "uma", disse Baudin, "que incluiria todos os homens mais jovens, seria a *Imaginação*, a outra, o Senado, seria a *Razão*!". Carnot já sonhava com um Senado Conservador que deveria interpretar a Constituição. Sieyès, que fora persuadido a juntar-se à Comissão no final de seus trabalhos, decidiu propor algo semelhante, um Júri Constitucional, além das duas Câmaras: mas sua sugestão chegou tarde demais, e ele não conseguiu que fosse aceita: isso o inspirou com um ódio amargo pela Constituição do Ano III.

Apesar de tudo isso, a Constituição, após debates que duraram do 16º de Messidor ao 30º de Termidor, foi adotada no 5º de Fructidor do Ano III: ela seria submetida a um plebiscito, e muitos cidadãos, suspeitos de tendências reacionárias, foi estabelecido que as tropas, supostamente muito mais republicanas como um todo, seriam autorizadas a votar.

A marca distintiva desta Constituição é o seu retorno ao sistema de um eleitorado restrito, baseado no pagamento de impostos. Desde o início, ela considera a propriedade como o sinal e a base da competência política. "Um país governado por proprietários de bens é um país de ordem social", disse Boissy. Eleitores de primeiro ou segundo grau seriam simplesmente eleitores que pagassem mais ou menos impostos. Este sistema deveria produzir um Corpo Legislativo dividido em dois Conselhos, ambos eleitos por um sistema de votação em lista em cada departamento, um terço dos membros dos quais seriam reeleitos a cada ano: os Quinhentos (*Imaginação*) teriam o direito exclusivo de propor legislação: mas eles só poderiam converter suas propostas em resoluções, que os Anciãos (*Razão*) poderiam transformar em leis.

O Diretório executivo, composto por cinco membros, seria eleito pelo Corpo Legislativo: os Quinhentos selecionariam cinquenta nomes, e dentre estes os Anciãos escolheriam os cinco magistrados principais. Um membro deste Diretório deveria se apresentar para reeleição a cada ano. Houve uma ideia, por um momento, de dar ao Diretório o poder de nomear funcionários, recusado a Luís XVI em 1791: mas os compiladores da Constituição não tiveram a coragem necessária, e o Governo, assim, se veria obrigado a usurpar essa prerrogativa (o que fez) ou a ficar impotente à frente de uma administração indisciplinada. E, além disso, o Governo foi privado (como Barras e La Revellière se queixariam amargamente) da gestão do Tesouro Nacional, que foi entregue a Comissários eleitos pelos deputados — um sistema financeiro que paralisou o poder executivo. Para concluir, não haveria Veto. La Revellière, que fora um daqueles que o teria recusado ao Rei em 1791, pensaria que a instituição era muito boa quando descobriu que não a teria sob o Diretório. Para dar mais brilho ao prestígio dos Diretores, assim despojados de suas armas, foram-lhes dadas roupas muito finas; mesmo em suas próprias casas, deveriam usar um traje magnífico, "como um protesto", nos diz Boissy d'Anglas, "contra o sans-culottismo".

Mignet expressa grande admiração por esta Constituição. Confessamos que não compreendemos essa admiração. A Constituição do Ano III organizou habilmente o conflito entre os dois poderes: se os Diretores se opusessem aos deputados eleitos pela Nação, não poderiam ser derrubados, como nossas Câmaras atuais podem derrubar um ministério: o Corpo Legislativo teria que esperar três anos antes que a maioria do Diretório pudesse ser feita à sua imagem. E, por outro lado, se os Conselhos parecessem mover-se em oposição direta aos princípios fundamentais da República, o Diretório não tinha poder para apelar ao país dissolvendo-os, nem poderia atrasar a aprovação de uma lei que considerasse inconstitucional, aplicando seu veto até que o país tivesse se pronunciado. Os Conselhos deveriam ter recebido o direito de absorver Diretores que se opusessem à vontade do povo, ou os Diretores deveriam ter sido autorizados a dissolver Câmaras que parecessem abusar de seu poder.

Mas, como todo estudante perceberá, essa organização desajeitada foi o resultado do terror que assombrou a Convenção do Ano III. 1789 os enchera de medo de um executivo forte; 1794 os inspirara com a mais viva apreensão do abuso de força em que uma Câmara única e onipotente poderia se entregar. Assim, deixaram os dois poderes face a face desta vez, e ambos desarmados, como se nenhum desacordo entre eles pudesse ocorrer. Mas quem não prevê o conflito, o provoca: reter os meios de preveni-lo é condená-lo a uma amargura ainda maior. Quatro *coups d'état* nasceriam desta Constituição. Pode alguém sustentar que ela era boa?

Havia um homem, pelo menos, mesmo em 1795, que a considerava abominavelmente má. Mortificado porque, como diz Mallet, "seus oráculos metafísicos haviam perdido seu prestígio", Sieyès andava declarando: "Isto ainda não é o certo!". E, como já dissemos, sua hostilidade aos trabalhos dos "Onze" não era coisa pouca.

"A Constituição será aceita: nós aceitaríamos o próprio Alcorão", escreveu o *Courrier Français* no 21º de Fructidor: e após algumas críticas à prole de onze pais, o jornal "reacionário" continuou a dizer: "a Nação Francesa tomará esta virgem por esposa, mesmo que se exponha ao risco de um divórcio final". Este era o sentimento geral. A Convenção propôs-se a guardar "a virgem filha de onze pais" de qualquer perigo de "divórcio", estabelecendo uma vigilância ciumenta sobre o casal recém-casado: e onde se encontrariam guardiões mais ciumentos do que seus próprios membros? Consciente de sua crescente impopularidade, e determinada a perpetuar sua existência no próximo Corpo Legislativo, ela descaradamente se impôs aos eleitores, que ansiavam por se livrar dela. Este foi o objetivo daquele tremendo golpe de coação parlamentar conhecido como o Decreto dos Dois Terços.

No 3º de Fructidor do Ano III, um inspetor de polícia relatou que os "estômagos vazios" estavam "batendo o chamado às armas e tocando o sino de alarme da Convenção". Havia um sentimento universal de que "aqueles canalhas não deveriam ser reeleitos"; nenhum deles! pois "os membros antigos estragariam os novos". Os membros da Convenção estavam cientes disso; exceto por cerca de cinquenta deles — como Boissy, Daunou e Lanjuinais —, todos seriam varridos, e acima de tudo, os regicidas, os assassinos de setembro e os procônsules do Ano II — todos "barrigas podres".

Um homem como Tallien, que era todas essas coisas, certamente se veria expulso após seu breve momento de exaltação. O casal — "Sua Alteza Sereníssima Madame Cabarrus" e "seu augusto esposo" — já era objeto de ataques ferozes. Nesse momento, Tallien percebeu que não tinha um momento a perder. Ele começou a expressar o mais sério alarme quanto ao destino da República: essa era a regra do jogo. Se os eleitores fossem deixados a fazer o que quisessem, a "contrarrevolução" (uma admissão singular) "seria um fato constitucional antes de três meses". E somos obrigados a admitir que sua cínica afirmação era justificada pelos fatos. Agora, a partir de 1795 em diante, Tallien e seus companheiros, como Mallet nos diz, sabiam que deveriam "reinar ou perecer".

Imediatamente, provaram-se adeptos na arte de alcançar seus fins por meio de golpes fortes e súbitos. No 5º de Fructidor, Tallien propôs um decreto a ser incorporado na Constituição, pelo qual dois terços dos deputados do novo Corpo Legislativo, quinhentos ao todo, deveriam ser escolhidos entre os membros cessantes da Assembleia. Apenas um deputado, Saladin, proferiu uma palavra de protesto. O decreto foi aprovado no mesmo dia em que foi proposto.

Acostumado como estava o público à usurpação, desta vez houve agitação. Em Paris, especialmente, a indignação foi extrema: a imprensa de todos os partidos denunciou esses "membros perpétuos". Bem, havia uma solução muito simples: os eleitores não obedeceriam ao decreto; eles não reelegeriam homens que haviam estado na última Convenção. Então, no dia 13, a Assembleia aprovou um novo e adicional decreto: se os eleitores não conseguissem reeleger os Quinhentos, "o número seria completado por deputados reeleitos pela própria Convenção"; em outras palavras, a Convenção dispensaria a formalidade de uma eleição e ela mesma selecionaria esses extraordinários "representantes do povo". A audácia desse procedimento estuprou a Nação. Como Malouet escreveu com verdade, "Neste momento, a Convenção está em guerra com os desejos manifestos da maioria na França". Tallien teria concedido isso, com seu cinismo usual, mas ele estava obrigado a "reinar ou perecer!".

A Convenção, de fato, decidiu que esses dois decretos seriam submetidos, com a Constituição, a um plebiscito. Mas também estava se preparando para aplicar pressão e até mesmo fraude, se a ocasião surgisse. A proclamação de Verona seria afixada; isso era bastante justo, em uma campanha eleitoral; as ameaças do Conde de Provence reuniriam as províncias incertas, e especialmente os compradores de propriedades nacionais, ao estandarte da Constituição republicana: quanto aos decretos, seu significado não era devidamente compreendido nas áreas rurais, mas foram declarados um concomitante inseparável da Constituição. Para Paris, uma arma mais brutal seria empregada. Tropas foram despejadas na cidade: um jornal publicado no 12º de Fructidor chama a atenção de seus leitores para os "preparativos formidáveis exibidos sob os muros de Paris e em suas vizinhanças". As Seções já haviam protestado contra isso no dia 11.

A aceitação dos decretos foi anunciada: os números fornecidos eram absurdos, 203.000 votos para toda a França: 95.000 foram graciosamente concedidos à oposição. "Uma fraude evidente", escreve Mallet, "Paris e seus arredores sozinhos devem ter somado mais de 95.000 votos." "Um feito de força e prestidigitação", escreve um dos ministros estrangeiros, uma testemunha quase divertida dessa performance de manipulação. Em certos departamentos, nenhum único voto foi dado a favor dos decretos. No departamento de Paris (onde as autoridades não ousaram adulterar demais os números), houve 21.734 votos contra eles e apenas 1.156 a seu favor. O que mais impressiona o historiador é o enorme número de abstenções — chegando a milhões. Não pode haver prova mais clara de que o país estava realmente perdendo o interesse; o sentimento geral de medo, e ainda mais de desprezo e desgosto, estava fazendo mais para preparar o caminho para César do que os mais violentos oponentes do Governo.

A prova da fraude tornou-se evidente quando as eleições ocorreram, e o país, apesar de toda a pressão exercida sobre ele, só escolheu 376 dos 500 membros necessários, forçando assim a escolha dos 124 deputados restantes à própria Convenção. Pois as eleições prosseguiram — um longo desastre para os jacobinos.

Os deputados recém-eleitos eram antigos membros da Assembleia Constituinte, de opiniões muito moderadas, velhos Feuillants, ou mesmo homens novos, todos hostis ao regime atual em desmoronamento, muitos dos quais haviam sido prisioneiros sob o Terror. E os membros da Convenção que haviam sido reeleitos eram Lanjuinais, escolhido em setenta e três Departamentos, Boissy, eleito em setenta e dois, e vários membros da Direita, eleitos por todo o país por oito, dez e vinte constituintes de uma vez: uma mortificação cruel para a Montanha.

Apesar dos esforços desesperados que fizeram para manter sua posição nos últimos dois anos, os Terroristas estavam condenados a serem expulsos, ou pelo menos, reduzidos à impotência: já estava claro que o novo Diretório seria composto por homens moderados: Lanjuinais, dizia-se, e Boissy, Pontécoulant e Daunou, e Cambacérès, que já começava a negar ter "votado pela morte". Com olhos aterrorizados, os regicidas contemplavam o abismo medonho que se abria para recebê-los.

Mas, mais uma vez, no 13º de Vendemiário, os membros impacientes do partido monarquista seriam a sua salvação.

CAPÍTULO XXXVIII

O TREZE VENDEMIÁRIO

Os monarquistas salvam os regicidas. As Seções de Paris se opõem aos decretos. A insurreição monarquista. Barras nomeado Generalíssimo. "Buona-Parte" nas Tulherias. A derrota das Seções. Bonaparte faz sua entrada. A Convenção moribunda. A última sessão. A obra da "Assembleia Gigante".

Naquele verão de 1795, os monarquistas eram o que sempre foram, e sempre seriam durante toda a Revolução, os mais preciosos aliados dos jacobinos e seu último refúgio. Estes últimos eram odiados e rejeitados pelo país. Algum anseio inconsciente por uma monarquia liberal talvez existisse: a escolha de deputados em certos departamentos — velhos amigos de La Fayette e Barnave, e até mesmo de Mounier — fortalece essa suposição, e é bem possível que a França, por meio de uma república moderada, pudesse ter chegado à restauração pacífica de um monarca Bourbon constitucional.

Mas entre os verdadeiros monarquistas, essa ideia não encontrou favor. Sabemos que eles abominavam os moderados tanto quanto abominavam os jacobinos. Acreditavam firmemente que o único desejo do país era retornar à sua lealdade sob o cetro de Luís XVIII: seus inimigos estavam impedindo isso: eles levantariam uma revolta. No entanto, Madame de Staël, agora de volta a Paris, avisou-os de que estavam enganados: os excessos de 1793 a encheram de horror, mas ela era toda a favor de uma reação dentro da lei: qualquer insurreição seria um fracasso. O exército ficaria encantado em marchar contra os monarquistas, que haviam sido aliados do estrangeiro por tanto tempo: os Faubourgs, por mais que os monarquistas se iludissem, odiavam-nos tanto quanto odiavam a Convenção, embora por razões diferentes: e os jacobinos, entre a cruz e a espada, se defenderiam até a morte. Além disso (como Mallet reconhece), faltavam os preparativos materiais para a insurreição: os monarquistas tinham apenas três mil mosquetes e umas vinte toneladas de pólvora.

A reação certamente conquistou a maioria das Seções, mas elas continham muitos homens prudentes que esperavam sabiamente pelo curso irresistível da opinião pública. Mas, por dois meses, Paris fervilhava com Chouans e emigrados, "loucos vindos de fora", escreve o prudente Mallet, "que estavam sempre incitando os exaltados".

As Seções consideravam os decretos um abuso de privilégio: recusaram-se a aceitá-los: organizaram um comitê central que enviava sucessivos endereços em oposição a esses "decretos destinados a perpetuar o poder de homens que estão ou abarrotados de pilhagem, ou são os instigadores do massacre". Trinta Seções de quarenta e oito aderiram a este manifesto. A Convenção respondeu proclamando a aceitação da Constituição por 914.853 votos a 95.373, e declarando os decretos "que o país havia aprovado" (sob que condições já relatamos), como a lei do Estado.

Houve um verdadeiro tumulto (como provam os relatórios policiais); os números foram adulterados! E a agitação, longe de se acalmar, aumentou cada vez mais. Tão grande se tornara no 3º de Vendemiário, que a Convenção ameaçou deixar Paris. As Seções zombaram dessa curiosa ameaça. Tropas foram despejadas na cidade; mas "os homens com dragonas e plumas" foram abertamente desafiados; no Palais-Royal, a multidão vaiou os soldados até que eles desembainhassem suas espadas.

No dia 11, a Convenção anunciou a dissolução das Assembleias primárias, que haviam terminado seu trabalho, "sob pena de serem processadas como culpadas de um atentado contra a soberania da Nação". Tais palavras, dos lábios dos autores dos decretos, soavam como uma piada sinistra: e os arautos enviados para publicar o decreto nas praças e espaços abertos da Cidade acharam sua tarefa impossível — suas vozes foram abafadas pelas vaias da multidão. Enquanto isso, os eleitores se reuniram no Théâtre Français: aqui, as opiniões estavam tão divididas que não conseguiram chegar a nenhuma decisão. Mas a Seção Lepelletier (Boulevard des Italiens) era o centro de uma reunião muito maior, agitada por uma agitação muito perigosa. Os Comitês da Convenção estavam bem cientes de que toda Paris fervilhava de excitação. Os membros dos Comitês eram numerosos demais para organizar qualquer resistência eficaz: uma Comissão Executiva de cinco membros foi escolhida; Barras, que usava uma grande espada desde Termidor e era considerado um Aquiles, foi associado a eles. Este estado-maior procurou tropas confiáveis.

"Não se pôde descobrir plano melhor", escreve Barras, "para combater adversários como esses, do que lançar sobre eles seus inimigos naturais, os patriotas lançados na prisão em consequência da reação de Termidor." Figuras medonhas correram, em resposta ao chamado das Comissões, remanescentes dos Comitês Revolucionários e assassinos dos Dias de Setembro, "lambedores de guilhotina", desordeiros da insurreição de Prairial, recém-saídos da prisão, 1500 canalhas ao todo. "Nós os chamamos", diz Barras, "o batalhão sagrado...".

A medida foi mal aconselhada: enfureceu todas as pessoas honestas e encantou os líderes monarquistas. Na manhã do dia 12, a Seção Lepelletier anunciou, ao som de um tambor, que armas haviam acabado de ser distribuídas aos "bebedores de sangue", e que para evitar o massacre, todos os bons cidadãos deveriam se armar imediatamente e correr para suas respectivas Seções. A Seção do Mercado de Grãos mandou prender e aprisionar imediatamente os terroristas daquele bairro: as outras Seções correram para as armas, para estarem prontas a socorrer qualquer uma de suas companheiras que fosse atacada.

Esta era a Seção Lepelletier. Os Cinco haviam decidido sufocar a insurreição nascente e haviam encarregado o General Menou de cumprir esse dever. Menou era um homem moderado: sua alma se revoltava ao ver o "bando de miseráveis e assassinos disfarçados de patriotas de 89" que as autoridades queriam associar a ele. As colunas enviadas para atacar a Seção Lepelletier o fizeram fracamente e, recebendo uma promessa extremamente vaga de dissolução dos eleitores, retiraram-se. Quando Menou foi privado de seu comando e o General Verdière foi ordenado pelos Cinco a marchar mais uma vez sobre a Seção, as coisas haviam piorado muito. Paris, vendo Menou recuar, explodiu em chamas. As Seções, que haviam organizado um pequeno exército, ocuparam a Pont-Neuf, sob a direção do General Danican, um ex-"patriota". Um Comitê de Insurreição foi formado e era composto, é claro, por monarquistas. Na manhã do dia 13, a posição da Convenção parecia muito séria.

Barras foi agora definitivamente nomeado para o comando supremo: a partir daquele dia, ele se autodenominou "General Barras", mas era um péssimo estrategista. Então, ele pediu ajuda aos oficiais jacobinos, que estavam em desgraça há alguns meses. Em meio a esse estado-maior "Robespierrista"

agora reunido, por mais estranho que pareça, em torno do "vencedor" do 9º de Termidor, ele logo percebeu um velho conhecido: o pequeno oficial corso que servira sob o comando de Dugommier no cerco de Toulon, que organizara a bateria de homens que nada tinham e, mais do que qualquer outro ser vivo, ajudara Fréron e Barras a arrancar a cidade das mãos dos ingleses e dos monarquistas. Suspeito, desde Termidor, de ser um seguidor impenitente de Robespierre, demitido no 29º do Fructidor anterior porque se recusara a comandar uma brigada de infantaria no Oeste — ele era um artilheiro de corpo e alma — este pequeno "Buona-Parte" (assim seu nome está escrito em todos os relatórios da época), hesitou um pouco quando lhe pediram para se juntar a esses homens do partido "podre". Mas lá estava ele, afinal, com o rosto pálido sob uma cabeleira emaranhada, em seu uniforme de general de brigada surrado — sua aparência não era muito a seu favor.

Agora, Barras queria um artilheiro: ele não deu ao corso o posto que os historiadores lhe atribuíram, baseando-se em uma *galejade* no Memorial: mas ele o manteve perto de sua pessoa: ele deveria comandar as baterias que o "General Barras" estava prestes a organizar. O que mais faltava a essas baterias eram canhões. Havia quarenta deles no acampamento de Les Sablons, e todos em grande perigo de serem levados pelas Seções, se as tropas não os tomassem primeiro. Bonaparte foi consultado sobre o assunto e sugeriu o emprego de Murat, um homem que enfrentaria todos os riscos e um dos mais ardorosos jacobinos entre os oficiais do exército francês. Joachim Murat, com um esquadrão do 21º de Caçadores, cavalgou a toda velocidade para Les Sablons, encontrou uma coluna enviada pelas Seções já lá, repeliu-a, tomou os canhões e, às seis horas da manhã, os trouxe de volta, ainda a toda velocidade, para as Tulherias. Nem o jovem general nem o arrojado cavaleiro sonhavam que, ao ajudarem Barras com esses canhões, a serem usados contra os monarquistas, cada um deles havia garantido uma coroa para sua própria cabeça.

Reforços estavam agora chegando a Barras dos arredores de Paris, mas os canhões, acima de tudo, permitiram que ele transformasse as Tulherias em uma fortaleza inexpugnável. Duas horas antes, um pequeno corpo de homens poderia ter cercado o Palácio com a maior facilidade. Mas era uma manhã chuvosa, e quando "pessoas dignas" se metem em uma insurreição, elas o fazem à maneira de "pessoas dignas", muito prontas para serem mortas, mas com uma objeção insuperável a se molharem.

Por essa razão, Danican nunca se moveu da Pont-Neuf. Quando a chuva parou, ele liderou seu "exército" contra as Tulherias. Logo, a Rue Saint-Honoré estava lotada com os homens das Seções: eles haviam tomado uma posição forte ao redor da igreja de Saint-Roch e pareciam estar se preparando para cercar o Palácio. Danican despachou emissários com uma bandeira de trégua, que deveriam se limitar a exigir que os perigosos canalhas que haviam recebido armas no dia anterior fossem desarmados.

Esses mensageiros não foram ouvidos: no entanto, a Assembleia acreditou que estava prestes a ser invadida, pois cartuchos e mosquetes foram distribuídos a todos os membros. De repente, às quatro e meia da tarde, os deputados ouviram uma forte descarga de artilharia. Bonaparte estava fazendo sua entrada na história.

A luta havia começado — sua causa imediata, provavelmente, sendo um tiro disparado contra os homens das Seções de alguma janela. Eles responderam com uma saraivada: as tropas, escreve Creuzé-Latouche, saltaram alegremente para as armas, "como se estivessem indo para um casamento".

Se acreditarmos no Memorial, Bonaparte decidiu então o destino do dia, voltando seus famosos canhões para Saint-Roch. Este, sem dúvida, foi um incidente importante nos acontecimentos, mas não tão importante quanto nossos manuais geralmente o fazem: os relatórios à Convenção não dão ênfase particular a essa canhonada, e a natureza da posição teria tornado difícil para Bonaparte varrer Saint-Roch com metralha. Mas também parece que historiadores recentes, em seu desejo de depreciar o papel desempenhado pelo futuro Imperador, fizeram muito pouco do que ele fez. Seus canhões não "varreram Saint-Roch", mas aterrorizaram muito as pessoas cuja coragem, de fato, não era muito difícil de abalar. Eles recuaram. Danican e seus partidários abandonaram sua posição em Saint-Roch e se dirigiram à Seção Lepelletier, para deliberar sobre a conveniência de uma segunda tentativa.

Esta, feita da margem esquerda do rio, foi igualmente malsucedida. A coluna, que tentou atacar o Palais-Royal pela Quai Voltaire, foi repelida por Verdière, que apontou seus canhões pesados contra ela, e antes de sua terceira saraivada, fugiu pela Rue de Beaune. Então, Barras atacou e limpou a Rue de Richelieu. E às dez horas da noite, tudo estava terminado.

Tudo o que restava a fazer era subjugar as Seções: às nove horas do dia 14, os defensores da Seção Lepelletier, ameaçados pelo General Berruyer, partiram para suas casas, e Barras tomou posse sem oposição. Ao meio-dia do dia 14, as tropas haviam ocupado Paris. A insurreição fora sufocada.

A Convenção foi moderada em seu triunfo. Sabendo quão frágil era o fundamento de seus direitos, temia mais seus aliados do dia anterior, os famosos "patriotas", do que os monarquistas que acabara de esmagar. Estava resolvida que a repressão das Seções não seria o ponto de partida para uma reação terrorista. Três tribunais militares, convocados no dia 15, puniram alguns dos líderes: muitos foram autorizados a deixar Paris, e entre eles Castellane, que respondeu ao "Qui vive!" da sentinela que o desafiou com um sorridente "Castellane, contumaz!". Houve apenas duas execuções, as do presidente da Seção do Théâtre-Français e de um dos líderes do exército das Seções, Lafond, um emigrado retornado. Os "patriotas de 89" foram discretamente dispensados.

Apenas um homem subiu subitamente à superfície. No dia 17, Barras apresentou os oficiais que o haviam auxiliado no dia 14 à Assembleia e pediu que seus nomes fossem recebidos com os aplausos que mereciam: Fréron, então em alta nas boas graças da bela Paulette Bonaparte, estava ansioso para promover o homem que considerava seu futuro cunhado. Ele exaltou o papel que Bonaparte desempenhou, declarando que ele havia "esmagado a hidra do monarquismo". Barras, que via neste pequeno general de modos modestos um futuro capanga seu, não tentou contradizer esses elogios. Ele nomeou o corso, ou o fez ser nomeado, segundo em comando do Exército do Interior, cujo comando principal ele havia reservado para si: mas este ele renunciou alguns dias depois em favor de seu jovem protegido, que havia tomado importantes medidas militares e estava protegendo a Convenção moribunda. "Bonaparte — quem diabos é ele?", as pessoas diziam. Os canhões da campanha italiana responderiam a elas em breve.

Tallien e seus amigos teriam gostado de aproveitar a "vitória" para anular as eleições reacionárias e perpetuar toda a Câmara sem mais cerimônias formais. Mas isso a Assembleia, pensando que o partido reacionário extremo estava suficientemente paralisado pela supressão dos monarquistas, recusou-se a fazer. Por enquanto, os membros que pareciam bastante favoravelmente inclinados às Seções, Lanjuinais, Boissy e alguns outros, aparentemente

perderam todo o poder. A oligarquia regicida, apoiada pelas tropas, agora seria capaz de se impor aos novos Conselhos: cinco de seus membros formariam o Diretório. Isso parecia suficiente.

O fato é que a Assembleia estava completamente exausta. "Quatro anos passados sob a lâmina do assassino desgastaram nossas faculdades, físicas e mentais", escreve Dubreuilh, da Montanha. "Já é tempo de irmos embora", acrescentou o incansável Merlin (de Thionville), que também estava cansado. Se um homem como ele estava falhando, qual devia ser a condição dos homens mais fracos! Morris, notando seu esgotamento, escreveu em 23 de agosto: "Ainda estou persuadido de que eles cairão sob o jugo de um único déspota." É um fato curioso que o último ato desta Convenção, que enviou Luís XVI, Danton e Robespierre para o cadafalso, foi colocar o pé de Napoleão Bonaparte, destinado a ser aquele "único déspota", no estribo.

Esse foi seu ato moribundo. Era execrada por todos. Tão grande era a miséria nos Faubourgs que, no 2º de Brumário, dois dias antes da dissolução final, Roux propôs o restabelecimento do Máximo. No 3º dia, na penúltima sessão, houve um debate final sobre essa questão, e tantas verdades foram trocadas que Vallée exclamou: "Estamos estabelecendo uma contrarrevolução aqui?". A Assembleia não queria nada disso: proclamou uma anistia geral em sua sessão de encerramento, no 4º de Brumário, mas apenas para excluir os cúmplices da revolta de Vendemiário, os padres refratários e os emigrados. No entanto, decretou que a Praça da Revolução, tão recentemente encharcada de sangue, deveria doravante ser chamada de Praça da Concórdia! O cadafalso havia desaparecido, de fato; aquela estátua de gesso da Liberdade que Manon Roland havia se dirigido uma vez em tons trágicos estava sozinha no centro, mas os jornais, sem tirar nenhuma conclusão particular do fato, apontavam que a Liberdade estava visivelmente rachando e desmoronando.

Um deputado obscuro de nome Genissieu presidiu esta última sessão. O decreto recém-mencionado foi o último item da ordem do dia, e ele se levantou para dissolver a Câmara.

Uma certa solenidade foi conferida ao momento pelo pensamento da tremenda carreira da Assembleia expirante. No espaço de três anos, ela viveu cem, em meio a perigos inauditos: proclamou a República na França de Luís XIV e organizou, em nome da Liberdade, a tirania mais formidável que qualquer país já conheceu; enviou um rei ao cadafalso e levantou exércitos que repeliram as potências da Europa; por seus decretos, protegeu o Terror que abriu sulcos sangrentos até mesmo em suas próprias fileiras; reprimiu a guerra civil e, apesar das vicissitudes trágicas, levou a França em direção às suas fronteiras naturais; votou duas Constituições, expulsou Deus do Templo e depois O chamou de volta, o Deus dos *Sans-culottes*, sob um novo nome; separou a Igreja do Estado, propôs todo tipo de problema e, até seu último momento, esmagou as "facções". Seria injusto não lembrar a nossos leitores que, pela lei do 3º de Brumário — seu testamento político —, ela finalmente apresentou a seus sucessores o grande problema da Instrução Pública, lembrando as palavras do mais notável de seus membros e do mais ilustre de suas vítimas, que "depois do pão, a necessidade mais urgente do povo é a educação". Tão convencida estava a Assembleia da verdade dessas palavras que, apesar dos inúmeros perigos que a cercavam, fundou (no 7º de Ventoso do Ano III) os liceus do futuro, as *Écoles Centrales*; no 7º de Vendemiário do mesmo ano, a *École Polytechnique*; e em 30 de outubro de 1793, a *École Normale*; reorganizou o Museu de História Natural e o *Collège de France*, organizou o *Conservatoire des Arts et Métiers* e, finalmente, procedeu àquela "grande e majestosa criação", como a chamou Daunou, o Instituto da França. Assim, ela destruiu e construiu, aterrorizou e pacificou, atingiu o nadir do crime aos olhos de alguns homens e o zênite da virtude aos de outros.

No entanto, tão desacreditada estava por fim, que parecia que o presidente não ousava enumerar seus serviços.

"Declaro a sessão encerrada. União, amizade, concórdia entre todos os franceses: esses são os verdadeiros meios de salvar a República!". Surpreso, Thibaudeau gritou: "Mas declare que a Convenção cumpriu sua missão!". Mais uma vez, Genissieu se levantou: "A Convenção Nacional declara sua missão cumprida e sua sessão encerrada." Gritos de "Viva a República" ecoaram de todos os lados.

Isso foi no 4º de Brumário do Ano IV, às duas e meia da tarde. "Que horas são?", perguntou um deputado que tinha uma fraqueza por detalhes. Uma voz foi ouvida: "A hora da justiça!". A afirmação era um pouco prematura. Eu me pergunto se essa hora já chegou, mesmo agora!

CAPÍTULO XXXIX

O DIRETÓRIO E O PAÍS

Inauguração do Diretório. Os Conselhos. As "Cinco Majestades", Barras, Carnot. Reubell. La Revellière-Lépeaux. Os partidos frente a frente. Os Babuvistas, um partido "socialista radical". Os Monarquistas. O partido "Nacional". A política do Diretório. O Perigo Militar. O Perigo Clerical. O Tesouro vazio. A França desmoralizada, o ódio o único sentimento restante. "Indolência geral."

No 13º de Brumário do Ano IV (3 de novembro de 1795), uma estranha procissão percorreu as ruas de Paris, das Tulherias ao Luxemburgo: duas carruagens de aluguel, cem soldados de infantaria e cento e cinquenta dragões, tão mal equipados que a maioria cavalgava sem botas: nos veículos, quatro homens, três deles completamente desconhecidos da multidão, a única celebridade entre eles, Barras, atraindo a atenção geral pela grande espada que segurava ereta entre os joelhos, a espada de Vendemiário. As "Cinco Majestades", como já haviam sido zombeteiramente apelidadas, estavam desfalcadas de um membro. Sieyès se recusara a servir, e o novo Governo ficou embaraçado em consequência: pois este pequeno grupo era o novo Governo da França.

Os Diretores chegaram ao Luxemburgo, que a Constituição lhes havia designado. A única pessoa presente para recebê-los foi o porteiro. Desde que o Conde de Provença partira, o palácio, abandonado à ruína, fora misteriosamente despojado de todos os seus móveis. Os grandes salões dourados — muito frios — haviam se tornado desertos absolutos. Para lá e para cá, os quatro Diretores vagaram e pararam, finalmente, na primeira pequena sala em que encontraram uma mesa e uma lareira. A mesa — um de seus pés, apodrecido pela umidade, caíra — estava tão torta quanto o Governo. O porteiro emprestou-lhes quatro cadeiras de palha e trouxe alguns troncos de madeira. Um do quarteto trouxera consigo um maço de papel timbrado do Pavilhão de Flora. E sentados ao redor da mesa bamba, o Diretório, incompleto como estava, começou a registrar o relatório de sua própria instalação em papel de anotações barato.

Seus membros haviam sido eleitos no dia anterior pelos dois Conselhos, que haviam assumido suas funções no dia 5. Os representantes recém-eleitos da Nação — o terceiro Terço — eram liberais de um tipo um tanto tímido. O General Mathieu Dumas; Tronson-Ducoudray, o advogado; Dupont de Nemours, o economista; o erudito Royer-Collard; Barbé-Marbois, o ex-diplomata; Portalis e Siméon, ambos advogados provençais; e Pastoret, um ex-legislador, estavam completamente curados dos entusiasmos ávidos do ano de 1789; eram todos homens prudentes, muito avessos a empreendimentos aventureiros. "Não havia nada neles", diz Thibaudeau, "que alarmasse a República". Marbois os chama de "o partido nacional".

Mas este mesmo fato os expôs às suspeitas, quase ao ódio, da maioria dos antigos membros da Convenção. Estes, acostumados como estavam a reinar, consideravam os recém-chegados, não comprometidos por nenhuma ação anterior, como — aqui Marbois fala novamente — "usurpadores". A verdade é que se esses novos deputados desejavam uma república, desejavam uma da qual sectários, corruptos e criminosos fossem expulsos. Tallien e seus semelhantes tinham boas razões para tremer.

A facção "regicida" conseguiu eleger cinco de seus membros para o Diretório: Barras, Reubell, Sieyès, Letourneur e La Revellière: assim, o nome de regicida ainda era a marca do "bom republicano". Um germe de conflito jazia nessas eleições, que na verdade eram algo semelhante a um *coup d'état* contra os eleitores, que em setenta e três departamentos haviam aclamado Daunou e uma política de reação moderada.

Sieyès, percebendo a aproximação desse conflito, retirou-se: ele não gostava (como alguém disse) de arcar com as consequências. Seu lugar foi ocupado, dentro de alguns dias, por Carnot, um regicida novamente, mas considerado pelo recém-eleito Terço como um zelote que havia se acalmado. A leitura do relatório oficial de sua instalação nos faz sentir que seus colegas já o consideravam um intruso.

Salvo no caso de seu membro mais recentemente eleito, o novo governo não era propenso a elevar o prestígio da República. Esses Pentarcas não eram nem muito respeitáveis nem muito amáveis.

O mais conhecido entre eles era Barras; e sua celebridade era de um tipo infeliz. O Visconde Paul de Barras, um libertino nos dias da monarquia, que portara uma espada a serviço do Rei, era aparentado com todas as casas nobres da Provença, dos Castellanes aos Brancas. Elegante, luxuoso, descontroladamente extravagante, um devasso refinado que importava uma certa dose de crueldade e muita baixeza em seus excessos, ele se confessa com um sorriso astuto em algum lugar de suas memórias como primo do Marquês de Sade. Um sensualista, o brinquito de suas próprias paixões de vez em quando, mas bem capaz, como regra, de encontrar seu proveito naquelas que inspirava, nós o veremos lançar suas próprias amantes "com cínica impudência nos braços de homens que desejava vigiar", designando Josefina a Bonaparte, Therezia a Ouvrard. Tão desprovido de sentimento moral quanto um homem poderia ser, ele carregou sua depravação inerente para tudo — política, negócios e amor. Ele devorava dinheiro e desejava o poder por razões mercenárias. Seus contemporâneos o pintam com as cores mais vis, mas suas próprias Memórias são sua mais forte acusação. "Um filibusteiro", ele foi chamado, mesmo em 1795.

Ele não tinha princípios políticos. "Ele jogaria a República pela janela amanhã", escreveu um dos ministros estrangeiros, "se ela não pagasse por seus cães, seus cavalos, suas amantes, sua mesa e suas cartas!". Mais do que isso: em vez de princípios, ele tinha um terror dominante — o medo de ser enforcado. Enquanto não tivesse uma carta de perdão do irmão de Luís XVI — que ele pretendia solicitar, e provavelmente obteve — estava resolvido a manter contato próximo com seus camaradas regicidas. Este nobre desacreditado sentia uma espécie de orgulho em receber anarquistas e terroristas em seu *petit lever* (pois ele "bancava o príncipe", diz Fouché); saltos vermelhos e gorros vermelhos se encontravam sob seu teto.

A ironia do destino associou Carnot, o austero, a este "mais dissoluto dos devassos". Sua figura robusta está em curioso contraste com a elegância flexível de Barras. E moralmente a diferença era ainda mais extraordinária. Este homem de família consciencioso e oficial científico, "que pertencia ao corpo de engenheiros na política, bem como na guerra", como Albert Sorel diz agudamente, era sério, orgulhoso, moral, um pouco duro, extremamente

irascível, completamente consistente. Ele também amava o poder, mas porque desejava dirigir e trazer ordem ao caos; ele era, como Napoleão diria dele, "facilmente enganado". Barras logo descobriu isso e teceu sua teia em torno do homem que ameaçava lhe dar problemas.

Como "o organizador da vitória", ele escapou da reação após Termidor e da impopularidade em que seus colegas haviam caído. Catorze departamentos o elegeram para a Assembleia. Sua passagem da Convenção para o Diretório foi seu caminho para Damasco. Um republicano sincero, convencido, segundo nos asseguram, de que o ato do regicídio era "irremissível", seu caráter íntegro, ao qual a anarquia de qualquer tipo era repugnante, o tornava tão antipático aos campeões tardios do Terrorismo quanto aos mestres dissolutos do Luxemburgo.

Reubell, por outro lado, era o menos arrependido dos jacobinos. Este advogado alsaciano, cuja autoconfiança nunca falhou — uma figura de rosto cheio, corado e ombros largos — era um daqueles defensores impiedosos que consideravam a Revolução um processo a ser ganho contra e apesar de todos. De seu lugar no Comitê de Salvação Pública, ele se acostumara, por mais de um ano, a tratar toda a Europa com um certo desprezo, e assim sua arrogância natural aumentou. Dois de seus colegas, La Revellière e Barras, sentiam-se ofendidos e intimidados por ele. Ele favorecia medidas violentas e foi ouvido exclamar, em Prairial do Ano IV, que "os deputados que se opunham à Revolução deveriam ser colocados em sacos e atirados ao rio!". Uma de suas desvantagens era ter a reputação de ser corrupto. "Reubell", disse Sieyès maliciosamente, "é obrigado a tomar algo para sua saúde todos os dias de sua vida!".

Letourneur, outro oficial de engenharia e um homem de poderes muito medíocres, simplesmente seguia Carnot — "a quem ele considerava infalível" — e como Reubell e Barras estavam bastante de acordo quanto à necessidade de governar, temporariamente pelo menos, com a ajuda dos jacobinos, supunha-se que La Revellière detinha o voto de Minerva. Ele era um dos antigos girondinos e mal escapara do Tribunal Revolucionário, salvo apenas pelo desprezo de algum deputado da Montanha: "Por que perder tempo com um sujeito tão insignificante como esse?". No entanto, como o Terror o havia proscrito, esperava-se plenamente que, uma vez chegado ao Luxemburgo, ele se declarasse inimigo declarado dos homens que haviam feito o possível para entregá-lo a Samson. Isso demonstrava pouco conhecimento de política: aqui, os precedentes não têm peso.

A verdade é que a característica mais forte de seu caráter era um ódio irreprimível aos padres. Sua mente era realmente uma mente religiosa, mas havia algo de antipapa nele. Um homem íntegro, pelo menos na aparência, este puritano, enojado com a vida dissoluta de Barras, teria tratado o "devasso" como um inimigo, se sua mente não estivesse alienada, no verdadeiro sentido da palavra, por uma obsessão. Absorvido em seu sonho — a fundação de uma religião natural — e nos ódios que o alimentavam, ele se tornou uma presa fácil. Se Carnot vivia há meses hipnotizado por um espectro vermelho-sangue, e Reubell por um branco, o espectro que assombrava La Revellière era negro. Carnot e Barras ambos fazem referência zombeteira a essa atitude. Podemos acrescentar que o homem era particularmente mal-apesoado, corcunda, com uma cabeça desgrenhada grande demais para seu corpo e pernas finas demais para sustentá-la. Ele parecia, diz um contemporâneo, "uma rolha sobre dois alfinetes". Seu julgamento era tão torto quanto suas costas; ele se tornou o instrumento de seus colegas, que o usaram para seus negócios escusos em Prairial do Ano V — pelo qual ele acreditava ter atingido Pio VI em vez de Luís XVIII — e se livraram dele da maneira mais sem cerimônia em Prairial do Ano VI.

Quando esses cinco homens fizeram sua primeira aparição em seus trajes de gala de cetim, com capas à la Francisco I, chapéus vermelhos e penas, rendas e echarpes e espadas, meias de seda e sapatos com rosetas, a alegria do público foi extrema. Os crimes deste Governo foram por vezes esquecidos em meio à diversão com sua absurdidade. "A Mascarada do Luxemburgo", foi chamada desde seus primeiros dias.

O pior de tudo era que, para lidar adequadamente com a situação, era necessário um gênio realmente superior. Nossos leitores deveriam ler o quadro lamentável da França no Brumário do Ano IV, traçado pelo próprio La Revellière: tudo, ele praticamente nos diz, jazia em ruínas, desde estradas, todas esburacadas, até lares desolados, de hospitais abandonados a cérebros rachados, de um Tesouro vazio a corações corruptos. Todo estrangeiro que se aventurava em território francês contava a mesma história. O veredito mais terrível que poderia ter sido pronunciado sobre este Governo está contido no fato de que, no curso dos quatro anos de sua existência, ele não conseguiu restaurar uma única ruína e causou muitas outras.

Os partidos prepararam-se imediatamente para se despedaçarem. À esquerda, os terroristas haviam levantado a cabeça novamente desde os eventos de Vendemiário. Esta facção, que o ódio ao partido de Termidor havia levado no último ano a uma aliança estreita com Babeuf e seus seguidores, formara assim, como expressa M. Aulard, uma espécie de partido radical-socialista, cujos esforços eram todos dirigidos, é claro, para a ascensão dos "socialistas" ao poder. Embora o Clube do Panteão, o local de encontro do partido, fosse liberalmente abastecido com dinheiro por Félix Lepelletier, um jacobino rico, Babeuf pregava constantemente a revolução social dentro de seus muros. Um plano regular de sublevação, que deveria garantir "a felicidade comum", foi formulado, e seus campeões já eram numerosos. "O partido está crescendo consideravelmente", diz uma nota policial datada de 2 de Nivoso, "os artesãos, especialmente, estão se juntando a ele com entusiasmo." Agora, por um tempo considerável, apesar das objurgações de Carnot, Reubell e Barras se recusaram a dar um golpe nesses perigosos "anarquistas".

Isso acontecia porque os dois Diretores "jacobinos" percebiam, como declaravam, que os monarquistas estavam novamente ganhando terreno. No entanto, nenhum traço de um partido monarquista bem organizado podia ser visto. Os "chauffeurs" e "bandidos" que infestavam o Oeste, o Centro e o Sul do país certamente se declaravam partidários do Rei, mas isso era apenas para dar algum pretexto de respeitabilidade a seus medonhos feitos.

O Conde d'Artois fez uma súbita aparição na Île d'Yeu, com vistas a alguma nova *quiberonnade*, mas partiu novamente para a Inglaterra e, finalmente, desistiu de todas as tentativas no Oeste, onde Hoche estava empenhado na obra de pacificação. O General, que fora enviado para "curar essa cólica da República, que ninguém soube tratar", começou por cortar na carne viva: Stofflet e Charette caíram em fevereiro e março de 1795: e então, terminada a guerra, o General assinou o "Édito de Nantes para La Vendée", permitiu que o culto público fosse retomado e derramou óleo nas piores feridas. A grande maioria dos monarquistas, tanto em Paris quanto nas províncias, guardou suas esperanças por enquanto: muitos as renunciaram por completo. Alguns, "cujos números são grandes, suspiram pela paz", lemos, "e a aceitarão, seja de que lado vier" (esses eram os homens que se aliariam a Bonaparte); outros chegaram a "se acostumar a viver sob o Diretório, e a não ter esperança senão em novas eleições".

Mas todos esses remanescentes foram fortalecer um partido chamado de "reativo", embora o título de "restaurador" fosse mais justo: este, sem contemplar nenhum sacrifício dos benefícios essenciais conquistados em 1789, estava determinado a reconstruir as ruínas espalhadas por todo o país desde aquela data; a destruir gradualmente o "código revolucionário"; a restabelecer a antiga forma de culto; a temperar, em certa medida, as leis contra os emigrados; a restaurar a ordem nos assuntos financeiros; e a eliminar o elemento jacobino do Governo. Este partido declarou resolutamente seus princípios constitucionais e liberais. E era um partido odiado e temido, tanto pela "Esquerda" no Diretório quanto por uma grande proporção da oligarquia regicida, pois sabiam que ele estava determinado a expulsá-los.

Tinha o Diretório algum partido próprio para apoiá-lo contra todos esses outros, a Extrema Esquerda, a Direita, o Centro? Nunca conseguiu formar um partido; mesmo no campo da política, não tinha capacidade construtiva. O que era conhecido como o "partido do Diretório" nunca foi mais do que uma panelinha — um sindicato em posse, digamos? Constant formularia a doutrina: "O repouso deve ser a porção de cada homem, mas o gozo e o prazer devem pertencer exclusivamente à República". Voltamos, no final de tudo, a este punhado de líderes regicidas à frente de seu pequeno exército de homens comprometidos. Ouça Treillard quando ele diz a Mathieu Dumas as condições sob as quais lhe será concedido seu certificado de "bom republicano": "Vá à tribuna e declare que se você fosse membro da Convenção, teria votado pela morte de Luís XVI!". As palavras revelam a única ideia do partido. Ele começou seu caminho sem um chefe, sem um programa, viveu, se desfez e se reuniu novamente, assim como os eventos e seus próprios terrores o impulsionaram. Foi totalmente incapaz de dar grande força ao Governo que agora buscava seu apoio, e ele mesmo exposto aos ataques diários de sessenta e dez jornais, representando todas as nuances de opinião.

Como este partido, o Diretório não tinha programa: não fez nenhuma tentativa de reunir os cidadãos, seja da Direita ou da Esquerda, à sua própria bandeira; seu único pensamento era intimidar com tratamento rude. A Nação, aos olhos de Barras, estava "dividida em dois exércitos". Uma concepção abominável de governo! Dela procedeu todo o resto. O Governo acreditava estar "sitiado": fazia sortidas, ora contra um exército, ora contra o outro, de sua fortaleza desmantelada. Nunca houve um Governo tão persuadido do fato de que, estando em minoria, deveria "pôr o país em movimento". Quando as eleições se aproximavam, comissários eram enviados "para guiar os eleitores"; os fundos do serviço secreto, sobre cuja disposição Barras faz revelações tão descaradas, eram usados para esse fim. Quando um tribunal, como veremos, tratava "o inimigo" de forma muito indulgente, a pessoa acusada era enviada para outro. Merlin (de Douai), que, primeiro como Ministro e depois como Diretor, foi por muito tempo uma força motriz no Governo, disse algumas coisas aterrorizantes: "A jurisprudência é ditada por razões de Estado", afirmou ele ingenuamente um dia. Se o país, apesar da pressão e da corrupção, apesar da interferência arbitrária no curso normal da justiça, se recusasse a se submeter ao jugo, as eleições seriam anuladas: se o Corpo Legislativo desse motivo de ofensa, seria dizimado à força. E porque, como Sieyès reconheceu, "todos nós seremos destruídos se a paz for feita", a guerra deveria ser continuada. Tal era o plano elaborado dentro dos muros do Luxemburgo para governar um país já arruinado!

E, infelizmente, o Corpo Legislativo foi incapaz de pôr um fim à desordem ou de se opor à tirania, porque seus membros, como um corpo, haviam caído no mais extremo descrédito. O país, notando a incoerência ou a inutilidade de seus trabalhos, ou zombava deles, ou gemia por eles. Esses deputados, apesar da fome que prevaleceu no final da última Convenção, haviam aumentado sua própria remuneração de dezoito para trinta e seis libras: isso, como Levasseur da Sarthe previra, desacreditara suas funções legislativas. Pouco tempo depois, quando ocorreu uma nova queda no valor dos *assignats*, eles encontrariam meios de proteger suas próprias rendas oficiais. Enquanto isso, preparativos para "alojar os Quinhentos no Palais Bourbon, que deve ser tornado muito magnífico", estavam em andamento. Os transeuntes murmuravam ao contemplar as pedras esculpidas. "Um homem faminto", diz um relatório policial, "exclamou com uma voz triste: *Die ut lapides istæ panes fiant!*".

Este estado de coisas, como veremos, encheria o público de um desprezo que traria grandes consequências. Governo e Parlamento pareciam igualmente incapazes de reconstruir as ruínas e salvar o país.

E, por outro lado, a popularidade das tropas aumentava a cada dia; todo líder militar começava a ter seus planos, seu partido e sua própria Constituição no bolso — de Pichegru, que vendia sua influência a Luís XVIII, ao leal Hoche, que derramava suas teorias para a reorganização da República em curiosas cartas ao General Chérin. O exército fervilhava de Moncks e Césares parturientes. As fileiras pareciam prontas para seguir em seu rastro: suas conversas escandalizavam a polícia: "Os deputados deveriam estar numa floresta, e a floresta incendiada!", diziam — de forma muito alarmante.

Mas o Diretório não percebeu a dimensão total deste perigo. O perigo clerical, por outro lado, inspirava-lhe um terror supremo.

"Nossa Revolução foi um fracasso no que diz respeito à religião", diria Clarke a Bonaparte alguns meses depois. "As pessoas voltaram à fé católica romana, e talvez estejamos prestes a ser obrigados a apelar ao próprio Papa para apoiar a Revolução no país, através dos padres, e consequentemente através dos distritos rurais, cujo governo eles conseguiram retomar em suas mãos." Hoche, lembrando o que vira em La Vendée, era da mesma opinião.

Houve um evidente "renascimento do catolicismo": um renascimento dificilmente era, uma explosão, antes, da fé que fora por tanto tempo suprimida. Nos distritos rurais, o desejo e a demanda pelo retorno dos "bons padres" nunca cessaram. A Igreja Constitucional, que após 1791 representava uma mera minoria, só sobreviveu enquanto o Estado a sustentou. Nem mesmo a elevada virtude e a obstinada tenacidade de um Grégoire puderam salvá-la. A Convenção destruiu essa igreja quando a separou do Estado no 3º de Ventoso do Ano III. O renascimento católico foi todo a favor da Igreja Católica Romana. Em sua obra bem informada e autoritária, M. Aulard cita inúmeros exemplos característicos dessa restauração espontânea. Uma espécie de intoxicação religiosa apoderou-se, não apenas dos camponeses, aparentemente tão indiferentes há pouco tempo, mas também das classes altas, outrora tão profundamente tingidas de infidelidade. Das aldeias mais humildes, onde o padre, armado com o Decreto do 3º de Ventoso, tomou posse de seu altar mais uma vez, ao Lycée onde La Harpe pregava, "a perseguição", como escreve o protestante Mallet, "ressuscitou a religião".

Esta "ressurreição" perturbou extremamente os Diretores, e La Revellière acima de todos. Ele a considerou o triunfo do "papismo" que odiava; seus companheiros a consideraram um avanço no caminho em direção àquela restauração que temiam. Assim, no Luxemburgo, resolveu-se suprimir os "preconceitos sacerdotais" e destruir, como um oficial de polícia do Ano IV descreveu, "a ascendência infernal do sacerdócio". O resultado foi uma perseguição intermitente, às vezes violenta, às vezes dissimulada, ora e vez absurda: um padre preso aqui, um sino de igreja despendurado ali. "O Diretório

realmente desejava destruir a fé romana", escreve M. Aulard. La Revellière aspirava a substituí-la por outra. Ele favoreceu, até mesmo ao ponto de usar os fundos secretos, aquela estranha e idílica religião conhecida como Teofilantropia, que logo exibiria suas puerilidades em várias igrejas. Depois veio a proclamação do "*Culte décadaire*" (culto celebrado no *décadi*), pregado especialmente por François de Neufchâteau, finalmente um dos Diretores, que, quando necessário, ele mesmo (embora não fosse a melhor autoridade no assunto, sendo um mau marido) celebrava casamentos cívicos e republicanos dentro das igrejas.

Essas "palhaçadas cívicas", como as chama Grégoire, podiam causar desconforto aos católicos, mas não faziam convertidos.

Mas ansiedades de outro tipo estavam reservadas para o Diretório. Os cofres do Estado estavam vazios: a Nação deixara de pagar os impostos. Portanto, deveria haver uma nova emissão de *assignats*: 36 bilhões, 603 milhões de libras no Ano IV. O resultado foi um estado de descrédito que logo se tornou fabuloso. No dia em que os Diretores assumiram suas funções, o Luís de ouro (24 libras) valia 3.100 libras em papel-moeda: no 15º de Frimário, valia 4.000 libras. Seis meses depois, Charles de Constant descobriu que valia 12.000 libras. Os camponeses, ao recusarem esse papel-moeda, diziam: "Nós o aceitaríamos se os cavalos o comessem." Benjamin Constant escreve: "Os *assignats* estão indo completamente para o diabo." O Governo culpou a Bolsa e enviou dragões para fechá-la. "Alguém já viu o crédito ser sustentado pela cavalaria antes?", perguntou um estrangeiro.

Por quatro anos, observaremos este Governo lutando nas mais desesperadoras dificuldades financeiras.

O público teve de sofrer por isso. Ninguém tinha dinheiro. Em um ano, a miséria geral, que parecia ter atingido o ponto mais alto possível no Ano III, piorou ainda mais. Os preços fabulosos pagos pelos alimentos, que nos divertem agora, quando folheamos os velhos livros de contas (pão a 60 libras o quilo e feijão a 1400 libras o litro), não divertiam em nada nossos antepassados. Poderíamos citar cinquenta cartas desesperadas para provar nossa afirmação. "Nas ruas", diz um relatório, "vê-se um grande número de pobres miseráveis, descalços e sem roupas, pegando terra e outras imundícies dos montes de lixo para satisfazer a fome!".

E diante de todo esse sofrimento, a sociedade não sentia piedade! "Os eventos", diz a *Gazette* de 25 de Brumário do Ano IV, "secaram os corações dos homens". "Corpo Legislativo! Diretório!", clama o mesmo jornal. "Para vocês se voltam os olhos do infeliz miserável cujos pés seminus pisam o chão molhado! Aliviem nossos sofrimentos, antes de tudo, mas deem-nos moral também!".

Veremos a qualidade da "moral" que o Diretório daria à sociedade da qual o Luxemburgo seria o centro.

A França estava desmoralizada, e também estava desanimada. Esta característica foi a última a ser desenvolvida pelo infeliz país. Nenhuma opinião pública existia nele, ou melhor, a única opinião que existia era compacta de ódios: ódio aos Diretores, ódio aos deputados, ódio aos Terroristas, ódio aos Chouans, ódio aos ricos e ódio aos anarquistas, ódio à Revolução e ódio à Contrarrevolução.

Diretores e deputados igualmente — poderíamos citar cem exemplos para prová-lo — eram desacreditados, desprezados, ridicularizados e detestados.

Mas o ódio atingiu seu paroxismo mais violento em relação aos proprietários das novas fortunas. "De que adianta ter destruído reis, nobres e aristocratas, se seu lugar foi agora ocupado por deputados, fazendeiros e lojistas!". Gritos de ódio, de fato! Mas eram gritos vazios. No momento em que Babeuf sugeriu uma revolução social, ou os agentes do "rei" ampliaram os benefícios de uma Restauração, os gritadores barulhentos se esconderam.

Pois, acima e além de tudo, o país estava cansado. Nada o despertava agora, nem mesmo as vitórias. Um grande número de homens estava desertando do exército. "Por que deveríamos nos deixar matar pelos canalhas que nos roubam e nos deixam morrer de fome?", diziam eles. Todos suspiravam pela paz. Bonaparte ganhou mais popularidade ao concluir a Paz de Campoformio do que ao tornar sua conclusão possível em Rivoli. A Nação, de fato, virara as costas para tudo, para a glória e para a liberdade.

"Uma indolência geral, uma indiferença geral", estas são expressas em cada carta, cada relatório policial, cada jornal. Não havia mais força para resistir à tirania do Diretório, ou para quebrá-la: então o país esperou por seu libertador. "Que um homem de gênio se apresente", escreveu um diplomata estrangeiro, "e todos se curvarão diante dele."

Em meio a toda a ruína que o Diretório encontrou e aumentou — ruínas de partidos, de poder, da representação da Nação, de igrejas, finanças, lares, consciências e razão — nenhuma era tão lamentável quanto esta última, a ruína do caráter nacional.

CAPÍTULO XL

BARRAS, BABEUF E BONAPARTE

Setembro de 1795 — Maio de 1796

Penúria financeira. O empréstimo forçado do Ano IV. Os mandatos territoriais. O Clube do Panteão. Bonaparte enviado para fechá-lo. Babeuf preso. As "fronteiras constitucionais". Bonaparte e o Diretório. Seu casamento. Bonaparte enviado para a Itália.

O Diretório nomeou seus ministros — o mais notável entre eles foi Merlin de Douai, enviado, por um estranho paradoxo, para o Ministério da Justiça — e imediatamente encontrou grande dificuldade em fornecer-lhes fundos. A Constituição, como nossos leitores se lembrarão, havia tirado a chave do Tesouro de suas mãos. Os Diretores tornaram conhecida sua condição de necessidade nas Tulherias, e os Conselhos, após certas formalidades terem sido observadas, concederam uma soma de 20.000.000 de libras, não aos Diretores — uma prova de considerável falta de confiança — mas diretamente aos vários Ministros.

Este mergulho no Tesouro revelou o fato de que ele estava vazio. E 600.000.000 de libras precisavam ser encontradas! Mas onde? O país estava exausto. Um apelo foi feito aos proprietários de grandes fortunas na forma de um empréstimo forçado — de natureza francamente progressiva. Um quinto da comunidade contribuinte seria afetado. Para atenuar essa operação financeira, algumas concessões foram feitas, aparentemente à doutrina democrática, mas na realidade ao clamor dos demagogos. Em sua defesa desse imposto, Vernier deixou escapar a afirmação de que ele era "dirigido contra os ricos". As palavras foram ditas seis anos depois que os homens de 1789 proclamaram a igualdade de todos os cidadãos em matéria de tributação como a lei primordial do novo sistema. Mas quando Dupont de Nemours lembrou esse princípio, Vernier o rotulou de "mau republicano". Um dos ministros, Faypoult, que sempre teve uma grande inclinação para a extorsão, elogiou este "ato de justiça". O povo ficou encantado ao ver os "milionários de data recente" serem sangrados. Mas Constant deplorou a "criação de uma casta privilegiada neste país". Gostaríamos de ter citado sua carta na íntegra; ela é interessante e prova que sua previsão foi notável.

Cientes de sua própria impopularidade, os Conselhos não ousaram rejeitar a proposta. A lei foi aprovada pelos Quinhentos no 17º de Frimário, e no 19º pelos Anciãos. Ninguém se lembrou da máxima de Buzot: "A desgraça é que, quando matamos os ricos, matamos também os pobres!".

Dentro de algumas semanas, a eloquência terrível dos fatos demonstrou a verdade de suas palavras. "Pagaremos o empréstimo", disseram os comerciantes, "mas venderemos tudo de acordo". As mercadorias se acumularam e as oficinas foram fechadas. Muito em breve, a população do Faubourg Saint-Antoine, descobrindo que os homens ricos haviam parado de encomendar móveis, estava amaldiçoando o chamado imposto "democrático". Os proprietários rurais, até então fervorosos partidários da Revolução, perderam a paciência. "Essa exação", escreveu um deles, "traz mais ódio ao Diretório do que jamais foi sentido pelo governo de Robespierre".

E, além de tudo isso, o imposto não conseguiu arrecadar a soma esperada. O Governo contava com 600.000.000 de libras. No 1º de Germinal, o Tesouro havia recebido 12.000.000 em espécie e objetos de valor: os 293.000.000 de milhões de papel-moeda também pagos não tinham grande valor. No final de todo o negócio, 20.000.000 de libras foram arrecadados, e a ruína quase universal foi o resultado. Este foi o primeiro passo em falso do Diretório.

Mas recursos pecuniários precisavam ser descobertos de alguma forma. No decorrer da operação recém-concluída, o valor do *assignat* havia caído a zero. Então, o Governo criou um mandato territorial, "um novo título, representando um valor fixo e especial, que colocaria uma garantia, uma hipoteca que nunca poderia sofrer qualquer perda de crédito, nas mãos dos credores da República". Mas o *assignat*, afinal, fora garantido na mesma base. Esses mandatos nada mais eram do que *assignats* privilegiados, e sua própria emissão — um reconhecimento do fato de que o *assignat* estava afetado por uma espécie de falência — abalou o crédito tão indispensável ao mandato. Que garantia havia de que o mandato não acabaria por compartilhar o destino do *assignat*? O público o recebeu com o mais desconfiado espírito. Dentro de poucos dias de sua emissão, ele havia perdido 74% de seu valor oficial original, e em pouco tempo vários outros milhões de libras de papel-moeda foram lançados em circulação, uma nova causa de descontentamento.

Esta dupla aventura financeira augurava mal para o futuro. À vista de todas as dificuldades em que o Diretório se debatia, a oposição, um tanto tímida a princípio, tornou-se mais audaciosa.

Secretamente encorajada por Carnot, ela entrou na arena. No 19º de Nivoso, Pons (de Verdun) apresentou um relatório aos Quinhentos, sugerindo um retorno aos antigos métodos de vigor e rigor na aplicação da lei relativa aos emigrados; ao que Dumolard (isso foi considerado muito audacioso) fez alguns comentários mordazes sobre uma medida em que "todas as ideias de justiça haviam sido subvertidas e derrubadas". Sua interferência foi declarada escandalosa. Tallien e Chénier a chamaram de um insulto à "moralidade republicana". Mas Boissy d'Anglas apoiou Dumolard, e a medida proposta por Pons só foi aprovada por uma maioria muito pequena, enquanto os Anciãos a rejeitaram por completo, por 101 votos a 86. Isso, no entanto, foi o total dos sucessos da Direita. Ela fez uma tentativa para garantir a proclamação da liberdade religiosa, mas foi derrotada aqui. Uma pequena maioria garantiu a aprovação da lei do 22º de Germinal, que era francamente dirigida contra os católicos e proibia todo toque de sinos de igreja. Os sinos, que haviam começado a se fazer ouvir novamente, timidamente, foram silenciados, e o partido liberal adiou qualquer ação adicional sobre o assunto até que o lapso de alguns meses lhe permitisse apresentar este caso singular aos eleitores.

Enquanto isso, outro caso seria decidido: a votação nas últimas sessões dos Conselhos, tendo de alguma forma acalmado os temores do Governo quanto à influência que o "partido contrarrevolucionário" poderia exercer, seguindo aquela política de gangorra à qual sempre se ateria, resolveu dar um golpe nos "anarquistas".

O Clube do Panteão, que nascera da coalizão entre os Terroristas e os partidários de Babeuf, ressoava constantemente com apelos a uma revolução social, que deveria garantir "a felicidade comum", e expressões lacrimosas de pesar, despertadas pela augusta memória de Robespierre. Em ambas as questões, os homens de Termidor, agora ocupando o Luxemburgo, sentiram que o Clube estava mostrando uma grande falta de tato.

Carnot, cujo desejo de ver os anarquistas suprimidos se fortalecia a cada dia, chamou a atenção para esses excessos e, o que era muito mais sério, apontou que o elemento babuvista estava ganhando influência na Legião de Polícia.

No 13º de Nivoso do Ano IV (3 de janeiro de 1796), o Diretório, não ousando dar um golpe aberto na Esquerda, criou — com o propósito de lidar com os Chouans, disse ele — um Ministério de Polícia Geral e, aconselhado por Carnot, nomeou Cochon, um membro muito arrependido da Convenção, para dirigi-lo. Ele imediatamente enrijeceu todos os músculos do novo Ministério em resistência aos anarquistas. Seus relatórios acabaram por produzir uma impressão no Luxemburgo. No 8º de Ventoso, Bonaparte, que ainda comandava o exército em Paris, procedeu, por ordem dos Diretores, a fechar o Clube do Panteão. Deve-se acrescentar que, no mesmo dia — por respeito ao sistema de gangorra — o Théâtre Feydeau, onde uma peça que glorificava os Chouans fora apresentada, também foi fechado, assim como a Igreja de Saint-André-des-Arts, onde as vésperas haviam sido cantadas, um procedimento muito escandaloso.

Babeuf, a quem Barras enviara mensagens encorajadoras em segredo, não pareceu sentir muito o assunto: a cada dia, seus agentes ganhavam mais influência sobre a legião de polícia, cujos soldados tranquilizavam os operários do partido de Babeuf, dizendo: "Não temam nada, os soldados não estarão contra vocês!".

Forte na certeza de tal proteção, a propaganda se espalhou em todas as direções: o *Tribun du Peuple* e o *Égalitaire* levaram a cabo uma campanha animada contra diretores e deputados, aqueles "Tartufos" dos quais a França deveria se livrar por um "bom massacre ao estilo de setembro". A *Analyse de la doctrine de Babeuf*, e ainda mais o *Manifeste des Égaux*, apresentavam um plano completo de revolução social e prometiam a terra, "que não pertence a ninguém", a todos e a cada um. A *Analyse*, que foi afixada, foi "aplaudida", como relatou um agente de polícia, "pela maioria de seus leitores, e notadamente pelos operários".

Enquanto isso, a ala puramente jacobina do partido, que estava muito menos ansiosa para garantir "a felicidade comum" do que para assegurar seu próprio retorno ao poder, preparava um movimento por conta própria. Ela precisava de homens armados: os líderes se dirigiram ao Ajudante-Geral Grisel, que tinha a reputação de ser um republicano "puro": ele denunciou seus procedimentos a Carnot, que obteve uma decisão (na ausência de Barras, a quem seus colegas consideravam com suspeita) para a prisão de todo o corpo, babuvistas e terroristas. No 21º de Floreal, todos estavam sob chave e ferrolho, e uma proclamação informou à população que ela havia sido salva.

O Diretório parecia inclinar-se para a Direita. Iria ele acabar com a nova "colmeia de jacobinos?". Bonaparte não estava lá para fazer o trabalho. Quando o Diretório esmagou o "complô terrorista", fê-lo com toda a confiança, porque seu general favorito o cobria de glória. No 21º de Floreal, Bonaparte, após uma série de vitórias sem precedentes, preparava-se para fazer sua entrada em Milão, e seu nome, até ontem desconhecido, passava de boca em boca, levado primeiro por toda a França e depois pela Europa nas asas da Fama.

Houve grande necessidade de sua intervenção para recuperar a posição militar da República, que, próspera como fora na primavera e no verão de 1795, tornara-se extremamente incerta durante o inverno daquele ano.

No 16º de Germinal do Ano III, a Prússia assinou em Basileia uma paz que reconhecia a margem esquerda do Reno como território francês. O Império manifestou uma inclinação para separar sua própria contenda da de seu chefe austríaco, e também para chegar a algum acordo separado em Basileia. No 21º de Floreal, a "República Batava" passou sob as Forças Caudinas, renunciou à margem esquerda do Reno holandês, rendeu a cidade de Flushing e reconheceu formalmente a suserania da França. E no decorrer do verão (4º de Termidor), os espanhóis se retiraram das listas, deixando sua colônia de São Domingos nas mãos do vencedor.

A Europa tratou com severidade, de fato — no que diz respeito às palavras — os príncipes secessionistas: "Um rei sem piedade nem verdade", Catarina II chamou o monarca prussiano. Ela imediatamente pressionou a Áustria a se constituir como campeã da monarquia no Reno, e essa potência marchou com novas tropas sobre o rio. Mas a hostilidade da Inglaterra parecia tão inveterada como sempre. O Governo francês (o Comitê ainda estava no poder), esperava levá-la à razão fechando todos os portos europeus, e mais particularmente os mediterrâneos, à sua navegação: para esse fim, tendo absorvido a Holanda e recebido o enviado sueco, Barão de Staël, com grande civilidade, buscou aliar-se à Espanha e garantir a Itália.

O sucesso era esperado para levantar o moral das tropas. Jourdan, que cruzou o Reno em Düsseldorf em 7 de setembro (20º de Fructidor do Ano III), havia repellido os austríacos de Clerfayt para o Main: e Pichegru, que também cruzou o rio (que seus homens, em esplêndida fanfarronice, chamavam de "o grande riacho") em Huningue, marchava sem oposição.

No 9º de Vendemiário do Ano IV, a Convenção, antes de se dissolver finalmente, votou solenemente a anexação absoluta da Bélgica e proclamou formalmente o princípio das fronteiras naturais, ao qual deu o título de "fronteiras constitucionais". Esta proclamação equivalia a uma declaração de guerra perpétua, pois estava evidentemente destinada a resultar em pelo menos vinte anos de luta.

Por várias razões, como sabemos, o Diretório — o descendente direto da Convenção — não via objeção a essa prolongação da guerra. Estava deslumbrado por sonhos de grandeza. Como a Áustria era considerada o principal inimigo, a ideia — que fora uma tradição por dois séculos nas mentes dos governantes da França — de dar um golpe nos Habsburgos na Itália, veio à tona mais uma vez. No Ano IV, essa ideia foi posta em ação. Uma expedição militar que forçaria a paz aos piemonteses, tornaria Gênova vassala da França e garantiria a neutralidade das Duas Sicílias, poderia também arrancar o vale do Pó das mãos da Áustria e fechar toda a Península Italiana aos navios ingleses. La Revellière acreditava, além disso, que isso forçaria o Papa de Roma a se render incondicionalmente. Finalmente, a posse do Pactolo a ser encontrado nas ricas planícies do norte da Itália eliminaria qualquer necessidade de recorrer à malfadada tentativa de um empréstimo forçado: todas as cartas da época revelam as considerações práticas que fundamentavam este plano.

Havia outros projetos também: prejudicar a pérfida Albion ao longo de todas as costas de Gênova a Nápoles seria bom; mas melhor ainda seria atacá-la na Irlanda — e os preparativos para essa tentativa foram confiados ao General Hoche.

Mas quem seria escolhido para liderar a expedição à Itália? Schérer, um soldado muito medíocre, então à frente do Exército da Itália, havia parado nos Alpes: mas a necessidade de um forte ataque ao flanco austríaco tornava-se urgente; sem ele, qualquer ataque frontal estava fadado ao fracasso certo.

Pichegru, por que ninguém conseguiu entender na época, fora aparentemente tomado por uma espécie de paralisia imediatamente após a captura de Mannheim. Jourdan tentava efetuar uma junção com ele, após o que poderiam ter realizado um movimento combinado sobre o Danúbio e ameaçado Viena. Mas Pichegru, após uma pausa muito prejudicial em suas próprias operações, deixou caprichosamente duas divisões de seu exército serem esmagadas por Clerfayt em Heidelberg e permitiu que as tropas de Clerfayt se juntassem às de Wurmser.

Acusações de incapacidade foram feitas contra o general; ele deveria ter sido acusado de traição. Conquistado por promessas monarquistas, o conquistador da Holanda seguiu o exemplo de Dumouriez. Esta melancólica história foi totalmente contada por M. Caudrillier, depois de M. Ernest Daudet e M. Albert Sorel, e M. Albert Vandal, no decorrer de um artigo admiravelmente escrito, estigmatizou brevemente o desvio do general do caminho do dever.

Cortejando a derrota, ele se retirou, permitiu ser forçado a recuar para Wissembourg e, no 10º de Nivoso do Ano IV (31 de dezembro de 1795), assinou um armistício, que para o Diretório parecia totalmente inexplicável. Jourdan, cuja posição fora exposta pela retirada de Pichegru, foi obrigado a seguir seus passos e ele mesmo fazer um movimento retrógrado através do "grande riacho".

Pichegru foi simplesmente substituído por outro general (as autoridades ainda acreditavam que ele sofria de alguma aberração temporária). Moreau foi promovido ao comando do Exército do Reno. Este seria o pivô de uma gigantesca operação militar, agora adiada para a primavera de 1796, que levaria o exército às margens do Danúbio, para se juntar às tropas conhecidas como Exército do Sambre e Meuse, das quais Jourdan ainda detinha o comando: os dois deveriam marchar sobre Viena, enquanto o exército da Itália ameaçava a cidade pelo outro lado, pelos vales do Pó e do Adige. "Um plano gigantesco", nas palavras de Carnot, que, pela segunda vez, estava "organizando a vitória".

Com Schérer à frente do Exército da Itália, não se podia contar com o sucesso deste empreendimento; Hoche, Jourdan e Moreau já ocupavam comandos importantes. Os Diretores estavam ansiosos para enviar um general audacioso e vigoroso para comandar as tropas do outro lado dos Alpes. Suas mentes estavam voltadas para uma incursão que forneceria milhões, e queriam um homem que, embora pessoalmente honesto, não tivesse escrúpulos quanto aos meios empregados para encher os cofres vazios do Estado. Ele deveria se impor a príncipes e padres, portanto, deveria ser escolhido entre as fileiras dos "bons jacobinos". E, finalmente, para que não se emancipasse uma vez que as vitórias fossem conquistadas, ele deveria ser selecionado entre as fileiras das próprias criaturas do Governo. Carnot queria um chefe de guerra impetuoso; Reubell, um homem de ação audacioso; La Revellière, um inimigo de todos os "padres de barbas raspadas"; Barras, um homem de caráter complacente. Cada um deles sugeriu Bonaparte: e cada um deles, dentro de um ano, jurou que fora ele quem o descobrira.

Todos eles, de fato, conheciam o soldado que os apoiara em Paris: mas nenhum o conhecia. Sua intimidade com a Viscondessa de Beauharnais o aproximara ainda mais de Barras. Seu amor apaixonado pela sedutora crioula divertia aqueles que sabiam tudo sobre as escapadas dessa dama, uma criatura de bom coração, de virtude fácil, irrefletida, amoral e extremamente fascinante. Na sociedade elegante e frívola da qual Josefina era o centro, este pequeno homem, com seu rosto bronzeado sombreado por cabelos emaranhados, descuidado no vestir, abrupto nas maneiras, limpo na vida e puro de coração, era uma estranha anomalia. Barras, cuja inteligência às vezes o traía, não o levava muito a sério, considerando-o um espartano convicto e, conseqüentemente, um simplório. Afirmou-se que o jovem corso, para garantir o comando do Exército da Itália, casou-se com a amante descartada que Barras desinteressadamente lhe entregou. Isso é uma calúnia. Bonaparte casou-se com uma mulher por quem estava loucamente apaixonado e que, em certa medida, havia deslumbrado sua imaginação. Salvo nas observações duvidosas do próprio ex-Diretor, não encontramos nenhum vestígio desse negócio quase infame. Além disso, parece que foi Carnot quem propôs o homem a seus colegas, e La Revellière nos diz que a aceitação dele foi unânime. Ele foi nomeado no 8º de Ventoso. No dia seguinte, Dupont de Nemours escreveu a Reubell: "Mal posso acreditar que vocês cometeram tal erro... Vocês não sabem que ele é um daqueles corsos?... Todos eles têm sua fortuna a fazer."

Certamente, este corso em particular não era de forma alguma o homem que Barras pensava que ele era. Falaremos, em uma etapa posterior, do trabalho e dos estudos pelos quais ele se preparou para a carreira que agora se abria diante dele, e da maneira pela qual os poderes do maravilhoso ator que agora entrava em cena foram nutridos e fortalecidos. Mas nossos leitores já sabem algo do gênio escondido por trás daquela testa velada por mechas emaranhadas, do fogo que ardia dentro daquele corpo esguio, e do estranho erro cometido por Barras, que se julgava tão astuto!

O casamento de Bonaparte ocorreu no 17º de Ventoso. Ele passou dois dias de felicidade delirante, embora mesmo nos braços de sua amante nunca se esquecesse de si mesmo, misturando os êxtases de seu amor com seus sonhos de grandeza e glória. No 22º dia ele partiu, Barras olhando para ele quase com desdém enquanto ele ia, tão pálido sob seus cabelos emaranhados, tão desgastado, que aqueles que o viram pensaram que ele tinha um pé na cova, "maltrapilho", disseram, quase desprezível, silencioso, com os lábios cerrados e os olhos baços.

O Diretório, completamente enganado, esperava uma vitória de fato, mas de um tipo moderado e sem importância.

CAPÍTULO XLI

BONAPARTE APARECE EM CENA

Maio de 1796 — **Mar**ço de 1797

A campanha triunfante no Piemonte. Lombardia conquistada. O Diretório espera que Bonaparte envie dinheiro. Paris estarrecida. O país contra o Diretório. O caso de Grenelle fortalece a reação. A conspiração monarquista. As grandes vitórias italianas. A campanha alemã de 1796. A noite da Batalha de Rivoli. Bonaparte deseja a paz. O Diretório aterrorizado. Tolentino. Leoben.

"SOLDADOS! No espaço de quinze dias, vós conquistastes seis vitórias, tomastes vinte e uma bandeiras, cinquenta e cinco peças de artilharia, várias cidades fortificadas, e conquistastes a parte mais rica do Piemonte; fizestes 15.000 prisioneiros e matastes ou feristes 10.000 homens... Mas, soldados, nada fizestes, pois ainda tendes trabalho a fazer!..." Assim Bonaparte, em 6 de Floreal (26 de abril), espalhava louros sobre suas tropas.

Ele havia chegado, visto e vencido. Nossos leitores não esperarão que retratemos as características daquela memorável campanha: aquele pequeno general, aquele "matemático franzino", impondo sua vontade com um gesto a seus rudes tenentes e, como Masséna reconhece, "quase os assustando"; seu chamado aos 36.000 homens que ele lançaria, sem tremer, sobre 70.000 austríacos e piemonteses, apontando para a Itália como uma presa rica e certa; a rápida passagem dos Apeninos, então Augereau lançado sobre os austríacos em Montenotte em 12 de abril, Masséna e Laharpe novamente em Dego no dia 15, Augereau, entrementes, em Millesimo no dia 14, toda a comunicação entre os dois campos inimigos cortada e seu centro rompido. Depois, a retirada austríaca, os piemonteses cercados em Ceva e derrotados em Mondovi no dia 23, e a estrada para Turim assim aberta aos vitoriosos; o Rei forçado, dentro de dez dias da primeira aparição deslumbrante do herói, a assinar em Cherasco um armistício que entregava suas fortalezas, cedia seu país ao vencedor, abria os portões da Lombardia e, quando transformado em paz, deixava a França em posse definitiva de duas províncias. Tal era o significado daquela famosa proclamação de 26 de abril, cuja eloquência magnificamente encobre realidades ainda mais magníficas.

Bonaparte começara a subir. Nada deteria aquele grande voo. "Nada fizestes, pois ainda tendes trabalho a fazer!" Para si mesmo, antes de todos os outros, a emocionante convocação foi dirigida.

O Pó precisava ser atravessado: com um ardil bem-sucedido, ele atraiu o inimigo para Valenza, atravessou o rio em Piacenza enquanto isso, e empurrou o Marechal Beaulieu para trás do Adda, atravessado pela Ponte de Lodi. E aqui foi travada uma batalha cuja memória viverá para sempre nos anais do Exército e da Nação. O tático de sangue frio provou ser um soldado destemido. Na Ponte de Lodi, sob uma chuva de metralha, vemo-lo liderando seus homens hesitantes e caindo sobre o inimigo, quebrando suas fileiras primeiro, e depois empurrando-os, em uma terrível derrota, de volta para Mincio. Isso foi em 7 de maio (27 de Floreal) de 1796.

Em quatro dias, a Lombardia foi conquistada: Pavia e Cremona abriram seus portões, e em 15 de maio os vitoriosos fizeram sua entrada em Milão, cujo triunfo delirante os leitores da inesquecível descrição de Albert Sorel podem por um momento compartilhar. E então ouvimos as palavras do herói, muito mais orgulhosas do que as de 26 de abril, dirigidas não aos seus próprios soldados desta vez, mas às nações: "Povo da Itália! O exército da França quebrou vossas correntes: o Povo da França é amigo de todos os outros Povos: vinde saudá-lo!..." Visões deslumbrantes do futuro, César já um Augusto, um libertador, um restaurador — tudo isso vemos na proclamação de 15 de maio.

A Europa assistiu à súbita ascensão de uma estrela que mudaria a face do mundo inteiro, e ficou atônita.

Ninguém ficou mais atônito que os Diretores. Eles imaginaram ter soltado um falcão que lhes traria caça; descobriram ter soltado uma águia que pairava muito acima de suas cabeças. Mas tão grande foi a glória derramada sobre o Governo por esses eventos que seus membros ficaram divididos entre o alarme e a alegria. E, além disso, todas as cartas do General anunciavam que ele estava enviando milhões para casa.

Ora, o Diretório, reduzido à penúria absoluta, queria dinheiro, e mais dinheiro, tanto quanto pudesse obter. Enquanto Bonaparte em Milão proclamava a liberdade civil, a tolerância religiosa e a liberdade ordeira às populações italianas, os Diretores escreviam do Luxemburgo: "Não seria possível apoderar-se da Casa Santa (de Loreto) e dos imensos tesouros ali acumulados por quinze séculos de superstição? Eles são avaliados em 10.000.000 de libras esterlinas. Esta seria uma operação financeira da natureza mais admirável, e não prejudicaria ninguém exceto alguns monges." De fato, o dinheiro começou a chegar: as cartas de Bonaparte parecem as de um conquistador solto no império de Montezuma. Encantados, os Diretores escreveram-lhe: "Vós sois o herói de toda a França!"

O herói da França ele era, não por causa do dinheiro, mas por causa da glória que conquistara. Em todo o país, sua campanha de abril excitara uma admiração indizível. O episódio de Lodi, que logo se tornou conhecido, transportou a população de alegria. Os atônitos oficiais de polícia viram a nação cansada erguer subitamente a cabeça. Bonaparte despertara o orgulho da nação, que esperava ainda mais a paz, após a vitória, de suas mãos. Todos os partidos procuraram atraí-lo. Josefina foi assediada com homenagens de todos os lados; ela foi saudada como *Nossa Senhora das Vitórias*. Uma curiosidade apaixonada, quase terna, cercava este soldado, agora exaltado ao posto de demiurgo — quase de semideus. Paris, especialmente, voltou-se para ele, como Paris se voltará para qualquer homem que ouse voar em asas brilhantes e impetuosas, e o amor que a grande cidade tão subitamente lhe concedeu nunca o abandonaria até o fim.

Em breve, o Diretório foi forçado a seguir a corrente da opinião pública. Não havia como parar o homem, então eles o cobriram de adulação. "Vós possuíis a confiança do Diretório; os serviços que lhe prestais dia após dia vos dão direito a isso; as somas consideráveis que a República deve às vossas vitórias provam que vossa atenção está voltada ao mesmo tempo para a glória e para os interesses de vosso país." Cerca de uma dúzia de cartas no mesmo tom chegaram até nós. Quando o Festival da Vitória ocorreu, em Prairial do Ano IV, os Diretores tiveram a audácia de se adornar com as plumas da águia.

Isso era necessário: era conveniente deslumbrar um país que estava se tornando exasperado. As eleições ameaçavam ser muito desastrosas para o Luxemburgo.

O complô de Babeuf provocara um recrudescimento do sentimento reacionário. Assim, a excitação, quando se soube que os amigos deste Graco haviam tentado, durante a noite de 23 de Frutidor, incitar uma revolta contra o governo no acampamento de Grenelle, pode ser facilmente imaginada. Às onze horas daquela noite, achando o Luxemburgo bem guardado demais para permitir um ataque, um bando de seiscentos ou setecentos homens dirigiu-se a Grenelle, onde Malo, o comandante, os saudou com uma saraivada de tiros de mosquete. Ele mandou cercar os revoltosos, e cento e trinta e três deles foram presos.

Houve um clamor geral. "Que alguém ouse, depois disto, pregar o esquecimento dos crimes passados e a anistia para esses malandros que nunca cessam de conspirar! Enquanto a criatura viver, o veneno também viverá, e o réptil deve ser esmagado!" Tribunais militares foram abertos, e entre 27 de Frutidor e 6 de Brumário, oitenta e oito revoltosos foram sentenciados, trinta e um à morte, entre eles três ex-membros da Convenção. Enquanto isso, a prisão de Babeuf e seus cúmplices em Vendôme tornou-se ainda mais severa, até Prairial do Ano V, quando seu julgamento terminou com mais sentenças de morte.

O Governo sentiu-se esmagado; além disso, estava dividido contra si mesmo. Reubell, no novo alarme que a reação lhe causara, aproximara-se de Barras; La Revellière pendia ora para um lado, ora para o outro. Uma política muito caótica foi o resultado. "As autoridades", escreve Mallet, em 5 de dezembro de 1796, "demitem um jacobino de seu cargo um dia e empregam um muito pior no dia seguinte". E, enquanto isso, o povo, como nos informam os relatórios policiais, "continua a amaldiçoar o Governo".

O descrédito em que o executivo havia caído inspirou os Conselhos com uma certa audácia. Aqui, o sentimento reacionário ganhava força rapidamente. No Conselho dos Anciãos, Portalis, durante sua oposição à moção de 17 de Floreal para reviver as leis de perseguição dirigidas contra os padres católicos, fez um discurso vibrante sobre a liberdade religiosa e, finalmente, conseguiu que a resolução fosse rejeitada. "Não pode haver mais questão de destruição", exclamou ele, "é hora de pensarmos em governar". As palavras, significativas sob sua aparente trivialidade, estavam evidentemente de acordo com o sentimento geral, pois um relatório datado do dia 10 afirma que o público, "deixando de lado o sentimento partidário... cobriu Portalis de elogios".

A Direita, de fato, tinha alguma esperança de conquistar o Diretório. Dumas, Pastoret e Dumolard frequentavam o Luxemburgo. Não que os Diretores estivessem inclinados a se submeter. Mas estavam desesperados. O Governo, temendo "eleições ruins", começou a procurar um complô, aquele refúgio escolhido por governantes à beira temida de um apelo ao eleitorado. E, mais uma vez, a seção irreconciliável dos monarquistas foi seu refúgio na hora da necessidade.

Em 11 de Pluvioso, três agentes de Luís XVIII foram apanhados em flagrante conspirando contra a República. Eram homens sem importância, mas, mesmo assim, "poderes" perfeitamente genuínos, assinados por Luís XVIII, foram encontrados com o Abade Brottier, Duverne de Presle e La Villehurnois. Esses agentes haviam solicitado, de forma ingênua, a ajuda de dois importantes oficiais militares, Malo e Ramel; para seduzi-los, eles exibiram a "autoridade" que haviam recebido do Rei, e uma lista (altamente imaginária) dos vários deputados de ambos os Conselhos, que, segundo eles, haviam entrado em acordo com eles. Sem um momento de hesitação, Malo ordenou a prisão dos conspiradores.

Este contraponto ao complô de Babeuf encheu o Governo de alegria. A posição de Barras, que se tornara muito insegura, foi imediatamente fortalecida. A descoberta foi divulgada em todas as direções. No entanto, o complô pareceu não avançar. Um partido pensou que era uma invenção odiosa por parte do Governo, o outro declarou que era uma demonstração sem importância por parte de agentes não autorizados. A opinião pública ainda estava muito a favor da reação: os babuvistas e os monarquistas, todos ameaçados, uniram-se contra o Governo, e na primavera de 1797, durante a qual ocorreriam as eleições, o Diretório se viu diante de uma impopularidade ainda maior do que a que fora sua porção logo antes da primeira campanha italiana.

Enquanto isso, as tropas ainda se cobriam de glória. Na Itália, Bonaparte reinava supremo. Tudo cedia diante dele. Tendo esmagado a revolta em Pavia em 25 de maio, ele marchou contra o Marechal de Campo Beaulieu, forçou a passagem do Mincio em Borghetto, empurrou os austríacos derrotados de volta para o Tirol e, depois de ter garantido a posse das três fortalezas venezianas de Legnano, Peschiera e Verona (apesar da neutralidade da República de Veneza), ele começou a sitiá-la, a única cidade na Itália ainda em poder do Imperador.

Ele se tornara o árbitro de todo o país. Recebia suas homenagens e também cobrava resgate. Por esse meio, ele dava satisfação infalível ao Diretório: ele pensava em tudo, até mesmo em despachar cavalos magníficos para as "Cinco Majestades", para substituir "os cavalos indiferentes que puxavam suas carruagens". Ele subia tão alto a essa altura que lançava suas esmolas ao governo negligenciável com uma mão desdenhosa. Ele saqueou a Itália: os Duques de Parma e Piacenza compraram a paz com pagamentos, um de 2.000.000, o outro de 10.000.000 de liras. Murat, sempre audacioso, fez uma incursão em Livorno e levou mercadorias inglesas no valor de mais de 12.000.000 de liras. Quando o General impôs o domínio da República sobre Nápoles, seu prestígio aumentou na proporção da profundidade da queda do Bourbon humilhado: mas que altura ele alcançara quando, de Bolonha, impôs o resgate da própria Roma ao Papa! Toda a Itália jazia aos pés do vencedor, e ele, por sua vez, a colocou aos pés da França.

Jourdan, entretanto, após uma pausa necessária para a reorganização de seu exército, havia atravessado o Reno em Neuwied, com Kléber e Marceau como seus comandantes subordinados. O terreno foi limpo por combates bem-sucedidos em Uckerath e Altenkirchen: em ambos, Kléber foi o vencedor, enquanto Marceau bloqueava Mainz. Assim, Jourdan conseguiu alcançar o Main, e então, empurrando o inimigo à sua frente, entrar no vale do Raab, e assim tomar Amberg, a poucos dias de marcha de Viena.

E Moreau, à frente do "Reno e Mosela", avançou imediatamente para a margem direita em Kehl, derrotou o inimigo em Renchen, Bastadt, Match e Neresheim, e destacou Baden, Württemberg e Saxônia da Coalizão. Assim, enquanto a Itália se humilhava, a Alemanha parecia à beira da submissão.

Mas, embora nada devesse deter o voo do próprio Bonaparte, seus rivais no caminho da glória não seriam tão afortunados. Um jovem príncipe de vinte e seis anos, o Arquiduque Carlos, o único líder militar que jamais se mostraria capaz de enfrentar os generais republicanos, estava apenas começando sua carreira. Seu primeiro golpe foi o de um mestre. Pois, em 16 de agosto, em Neumarkt, ele derrotou a divisão de Bernadotte, que deveria ter formado o elo de ligação entre os exércitos, separou os dois, caiu sobre Jourdan, forçando-o a recuar para Amberg, encontrou-o novamente em Würzburg onde, em 3 de setembro, 30.000 franceses lutaram o dia todo contra 60.000 de seus inimigos, empurrou-o de volta para o Reno, abriu uma nova brecha em sua força em Altenkirchen, onde o nobre Marceau caiu aos vinte e sete anos, e terminou forçando seu adversário a se retirar, muito desanimado, para a Alsácia. Enquanto isso, Moreau, cuja posição se tornara perigosa, foi obrigado a empreender o que um observador estrangeiro chamou de "soberba retirada", que, intercalada com sucessos brilhantes, permitiu-lhe voltar para a França em Brisach, coberto de glória.

Tudo, até mesmo os reveses experimentados por seus rivais, conspirava para aumentar a grandeza de Bonaparte. E em sua própria carreira ele avançava a passos largos. Para ele, o período entre agosto e novembro de 1796 foi um clarão de glória. Wurmser, vindo com 70.000 homens para levantar o bloqueio de Mântua, foi surpreendido no caminho, os líderes sob seu comando foram derrotados em Lonato, ele mesmo foi derrotado em Castiglione e empurrado de volta com os remanescentes de seu exército para a região do Alto Ádige. Em seguida, Davidovitch foi derrotado em Roveredo e Caliano, Trento foi tomada, Wurmser, voltando a táticas ofensivas, foi derrotado em Primolano, em 7 de setembro, completamente derrotado em Bassano, e obrigado a se fechar em Mântua após o glorioso combate de San Giorgio em 15 de setembro: assim, com dez golpes poderosos, um exército inteiro fora aniquilado. Em seguida, Alvinzi apareceu com 50.000 homens liberados pela retirada francesa na Alemanha e se esforçou para desalojar Bonaparte do país que ele havia conquistado. Por três dias, a luta continuou nos pântanos de Arcola, onde, como em Lodi, o herói correu para o posto de perigo e conseguiu, no terceiro dia, forçar os austríacos a recuar (17 de novembro). Em janeiro de 1797, Alvinzi estava de volta com 70.000 homens. Que importava? A essa altura, Bonaparte, aos olhos de suas tropas, era invencível. A crença delas na vitória e em sua estrela se tornara fanatismo. Por um momento, em Rivoli, em 12 de janeiro, os homens de Joubert hesitaram: mas Bonaparte voou para o local, travou batalha novamente no dia 14 e varreu o inimigo, que logo jazia quebrado nas ravinas vizinhas. Em 20 de fevereiro, os portões de Mântua se abriram. No decorrer de alguns meses, o vencedor de Arcola e Rivoli superara o soldado que parecera o maior de todos os guerreiros em Lodi.

Liderado por aquele chefe incomparável, o exército fora soberbo. Na noite da Batalha de Rivoli, Lasalle, que estivera cortando, golpeando e atacando por quatro longas horas, estava de pé, pálido de cansaço, ao lado das bandeiras que estavam sendo trazidas de todos os cantos do campo e lançadas aos pés de Bonaparte. O grande chefe virou-se para o jovem líder, com não mais de vinte anos na época, apontou para a pilha de troféus e disse: "Deite-se sobre eles, Lasalle, você mereceu." Todo o exército da Itália, após a campanha daquele ano, poderia, como Lasalle, ter se deitado sobre um leito de troféus.

Apesar dos ataques que sofreu dentro das fronteiras da França, o Diretório, forte em suas vitórias e indiferente, aparentemente, às suas derrotas, mantinha a mais arrogante das políticas externas. Os tratados concluídos com a Prússia em Berlim em 5 de agosto e com a Espanha em Santo Ildefonso no dia 19, encorajaram-no nesse curso. Por sua aliança com o Bourbon em Madri, que se constituiu "o Grande Almirante da República", a França se tornara um inimigo formidável para a Inglaterra. Pitt fez como se quisesse chegar a um acordo: suas sugestões foram recebidas com arrogância. Por três meses, ele rodeou o assunto e depois se retirou. A manobra serviu ao seu propósito. Quando Hoche tentou desembarcar na Irlanda, em janeiro de 1797, ele falhou; a hora havia passado. Tudo, como já dissemos, conspirava para depositar todas as esperanças, o orgulho e o amor do país no afortunado general no comando do exército da Itália.

Ele estava decidido a fazer a paz. O momento era propício: Catarina II morrera em 17 de novembro de 1796, exatamente quando seus cossacos se preparavam para entrar na arena europeia. O czar Paulo, que amava a Prússia e cujo cérebro estava desordenado, escreveu a Viena: "a aliança está se desfazendo". Thugut escreveu de Viena, quando ouviu que a velha czarina estava morrendo: "Nossas desgraças devem certamente ter atingido seu ponto mais alto!"

Elas atingiram, de fato, depois de Rivoli. Quando Mântua capitulou, e até a Inglaterra parecia inclinada a ceder, a Áustria percebeu que o dia de seu orgulho desmedido havia acabado. Bonaparte previu esse estado de exaustão mais claramente que o Diretório. Ele estava determinado a concluir uma paz que seria a *sua* paz.

Por um ano, ele estivera tratando, entre uma batalha e outra, com vários príncipes, assim como um procônsul romano tratava com os Prusias. Em Tolentino, ele havia entrado em contato recentemente com a mais diplomática, possivelmente, de todas as Potências, a Cúria Romana. Em seus tratos com ela, ele exibira todos os recursos do gênio mais extraordinariamente versátil; fora aterrorizante, insinuante, cheio de fascínio e de astúcia. Estava resolvido a não sacrificar o trono do Pontífice, mas, ameaçando derrubá-lo, forçou completamente a mão dos plenipotenciários romanos. Em Tolentino, Pio VI entregou as Legações, Avignon e o Comtat à França, com 15.000.000 de libras em tesouros, que iam desde estátuas retiradas do Vaticano até prataria retirada das igrejas. E tão astuciosamente Bonaparte desempenhara seu papel, ora o *tragediante* furioso, ora o *comediante* afetuoso, que os enviados do Papa partiram despojados, de fato, mas cheios de gratidão! Outra estaca fora fincada para marcar o caminho futuro.

Mas em 8 de fevereiro, os Diretores haviam aconselhado seu General, em uma carta agora célebre, a ir a Roma e lá apagar "a tocha do fanatismo". "Tal", acrescentaram, "é o desejo do Diretório".

Era a isso que tinham chegado! Eles assistiam à sua ascensão com terror. Tinham tentado, de forma um tanto dissimulada, frustrá-la, tentando dividir o comando entre ele e Kellermann após a tomada de Milão, e enviar Clarke para compartilhá-lo com ele pouco antes de Tolentino. Ele sempre oferecera, friamente, renunciar ao comando, forçando assim os Diretores a ceder, e fazendo o que queria apesar deles.

Ele estava agora se preparando para realizar uma operação que, a seus olhos, era absolutamente essencial. O Gabinete de Viena precisava ser forçado a fazer a paz que o coração de toda a França desejava. Mas, por mais quebrada que estivesse a Áustria, ela nunca consentiria em abrir mão da Bélgica, da Lombardia e da margem esquerda do Reno de uma só vez, e em reconhecer, logo no dia seguinte às vitórias alemãs do Arquiduque Carlos, a onipotência,

nem mesmo a existência, de uma República que enviara um Habsburgo ao cadafalso, a menos que recebesse uma compensação satisfatória para sua cobiça e, ainda mais, para seu orgulho.

A mente profundamente prática de Bonaparte havia percebido tudo isso. Ele não tinha a intenção de devolver um palmo dos territórios conquistados, mas, não sendo mais atormentado por escrúpulos do que os próprios estadistas europeus, ocorreu-lhe que a Áustria poderia ser apaziguada com um presente de algo pertencente a um terceiro. Nos últimos seis meses, ele estava de olho em Veneza: se ele submetesse aquele Estado, poderia entregá-lo à Áustria e assim consolar seus sentimentos. E até que se encontrasse em posição de fazer isso, ele continuaria as negociações com Viena, mesmo que não pudesse esperar que tivessem sucesso.

Enquanto esperava para adquirir a posse da garantia, ele faria algo para alarmar a casa de Habsburgo; deixando Tolentino, ele se dirigiu para o norte, onde o Arquiduque Carlos o esperava. Antes de desembainhar a espada, ele lhe enviou ofertas de paz.

A Áustria estava entre dois fogos: Hoche tomara o lugar de Jourdan nas margens do Reno. Em abril de 1797, ele atravessou o rio, provou-se mais uma vez um líder poderoso em uma série de batalhas bem-sucedidas em Neuwied, Uckerath e Altenkirchen, matou 8.000 inimigos e tomou sete estandartes e sessenta peças de artilharia. Enquanto isso, Moreau, após vencer uma batalha em Dursheim, avançava em direção ao Alto Danúbio, através da Floresta Negra.

O Arquiduque deixara o Danúbio: fora enviado para encontrar Bonaparte. Mas quem poderia parar Bonaparte? Bonaparte, não querendo deixar Hoche e Moreau chegarem a Viena antes dele, marchou com seu pequeno exército de 53.000 homens, forçou as linhas do Piave, do Tagliamento e do Isonzo, e — Masséna e Joubert tendo ocupado os passos de Tarvis e Tolhach — entrou direto na Áustria pelo vale do Drave. Em Leoben, a quarenta léguas de Viena, ele fez uma parada.

Imediatamente, ele enviou propostas de paz. A Áustria aceitou a ideia. Em 13 de abril, os plenipotenciários austríacos chegaram a Leoben. Em 18 de abril, Bonaparte sugeriu Veneza como base para um acordo: a sugestão foi aceita.

O Diretório não era mais atormentado por escrúpulos do que os gabinetes europeus: não teria feito dificuldade em sacrificar Veneza, mas tinha que contar com os Conselhos: aqui os liberais estavam ganhando a dianteira, como veremos: eles eram hostis a Bonaparte: eles pressionaram Carnot, que se esquivava da injustiça sinalizada envolvida neste "atentado a Veneza".

O Governo se recusou a apoiar a sugestão do General. Ele recorreu à sua arma usual: ofereceu-se para se retirar do exército. "Minha carreira civil", escreveu ele, "será tão simples e uniforme quanto minha carreira militar tem sido!" *Minha carreira civil!* As palavras enviaram um arrepio pelo Luxemburgo. O General recebeu carta branca. Veneza, já condenada, apressou seu próprio destino. Em 17 de abril, as tropas francesas deixadas em Verona, uma cidade veneziana, foram cruelmente massacradas pela população; a "Grande Nação" não poderia ter se submetido a essa traição em nenhum caso; Bonaparte aproveitou o incidente, que serviu a seus propósitos. Em 12 de maio, as tropas francesas estavam em Veneza. E Bonaparte, uma vez armado com sua garantia, apressou as negociações. Por um mês, ele estivera alternadamente lisonjeando e aterrorizando os enviados austríacos. Em 11 de Prairial (31 de maio), ele escreveu a Paris que "Veneza pagaria pelo Reno". A paz parecia assegurada.

Mas, naquela mesma hora, essa certeza foi comprometida por uma crise da maior gravidade, uma crise interna que foi o evento mais importante na história do Diretório. E, por essa razão, nós também devemos nos voltar por um momento de Leoben para Paris, onde o Diretório e os Conselhos, renovados no mês de Germinal, se preparavam para a batalha.

CAPÍTULO XLII

OS CONSELHOS CONTRA O DIRETÓRIO

Março — Agosto de 1797

As eleições de Germinal, Ano V. Os eleitores decidem ser livres. A nova maioria. Barthélemy eleito Diretor. A questão religiosa como principal tema de conflito. "O culto de nossos pais." O relatório de Jordan. Desgraça dos ministros "reacionários". Talleyrand no ministério. O Clube Constitucional contra o Clube de Clichy.

Em Ventoso, ficara claro que as eleições de Germinal iriam contra o Governo. O julgamento dos babuvistas, longe de satisfazer o partido reacionário, justificara seus temores e, assim, aumentara sua força. E esse aumento de força não fora contido pelo julgamento dos conspiradores monarquistas.

Em vão o Diretório se esforçara, por uma série de medidas (frustradas, de fato, pelos Conselhos), para reprimir o movimento e calar a boca dos eleitores "monarquistas".

Os eleitores não eram monarquistas: o que eles suspiravam era por liberdade, e por liberdade religiosa acima de tudo. Há algo singularmente simbólico e comovente, também, no fato de que, nas aldeias do interior, essas eleições giraram em torno da questão: "Os sinos tocarão?" O significado desse clamor era que o povo desejava ser livre para praticar sua religião, bem como para acreditar nela. Os eleitores do Ano V não perguntaram se um candidato era republicano ou monarquista: eles votaram no homem que lhes prometeu que os sinos tocariam novamente e que os padres voltariam. Que alguns monarquistas tenham obtido a eleição como "homens honestos" é um fato certo: mas a alegação de que o país elegeu, ou pretendia eleger um corpo de representantes monarquista, não pode ser sustentada. O objetivo geral era expulsar a velha camarilha jacobina: quase todos os ex-membros da Convenção que constituíam o Terço cessante perderam seus assentos — 205 de 216. O partido constitucional pressionara por essa expulsão dos "miseráveis", como Madame de Staël escrevera a Roederer alguns meses antes: "Tenhamos homens honestos!" era seu clamor também.

De fato, a escolha dos eleitores superou em muito qualquer expectativa, e "até excedeu os interesses de qualquer um", escreveu Constant, muito desconcertado, em Germinal do Ano V. Em Paris, onde os "homens honestos" sobre os quais recaíra a escolha dos eleitores eram considerados monarquistas, um, Fleurieu, servira de fato como ministro no tempo de Luís XVI. Outros casos citados foram os de Imbert Colomès, eleito em Lyon, um agente reconhecido do pretendente ao trono, e o General Willot, escolhido na Provença, que estivera ligado ao "Terror Branco". Mas esses monarquistas, como já dissemos, eram excepcionais. (Deixamos Pichegru, de cujas relações com o pretendente amigos e inimigos igualmente ignoravam, fora da questão.) A grande massa dos 205 legisladores recém-eleitos eram — se nos perdoam estes neologismos — burgueses liberais e conservadores. Camille Jordan era um tipo justo deles, e foi eleito em Bordeaux para executar um programa que envolvia a restauração da religião com base em uma Separação liberal. Todos esses homens apoiavam a Constituição. Este era um fato reconhecido: os relatórios policiais afirmam que "as intenções do Terço recém-eleito foram consideradas puras e em conformidade com as aspirações de todos os amigos da Constituição".

E, além disso, havia um partido dentro dessa nova maioria que teria sido capaz de paralisar qualquer ação por parte dos monarquistas: este era composto por homens como Thibaudeau e Boissy, que simplesmente procuravam garantir "mais virtude no Governo" — uma demanda ao mesmo tempo modesta e excessiva.

Na realidade, a nova maioria incluía vários grupos influenciados por várias tendências — toda uma gama de matizes, do monarquismo constitucional ao republicanismo constitucional — e cada um desses grupos continha partidários da violência e partidários de cursos mais prudentes; daí as constantes discórdias que impediriam a Direita de se formar em um partido resolutivo, empenhado na realização de um programa fixo, e exporiam a maioria às usurpações de uma minoria audaciosa. Um Larue confessa que os homens prudentes "atrapalhavam a maioria", mas Dumas e Barbé-Marbois queixam-se de que muitas vezes o "partido ativo" dava uma "recepção fria" às suas sugestões. Pichegru acrescenta, em seu Diário, que notou "mais competição invejosa do que cooperação sincera". A união perfeita nunca foi alcançada até que o Governo despachou monarquistas e republicanos, políticos "prudentes" e "ativos", trancados em jaulas de ferro, para os navios-prisão de Sinnamari.

Pois a verdade era que o Governo detestava todos eles. Que importava aos Diretores se Siméon, Portalis, Barbé-Marbois ou Boissy d'Anglas ansiavam por destruir a República ou não, desde que soubessem que estavam empenhados em sua própria destruição? Eles haviam sido eleitos para se opor ao Diretório, e certamente o destruiriam. O Governo, impotente para dissolver os Conselhos, não tinha outros recursos senão a proscrição e a deportação. "O Diretório", escreve um correspondente em Messor, "não pode governar com os Conselhos, e deve, portanto, conspirar, obedecer ou perecer". Mas homens perspicazes já começavam a perceber que a luta iminente entre a maioria, "enredada nos laços daquela infeliz Constituição", e o Diretório, "que conseguiria se livrar dela", não era nem igual, nem incerta. "Vocês estão levantando muita poeira!", disse Madame de Staël zombeteiramente a Dumas. Ela se aliara ao estandarte do Diretório. Para a glória desta maioria honesta e leal, a resposta do General à nova aliada de Barras foi: "Isso é melhor, certamente, do que fazer lama!"

Os Conselhos se reuniram em 1º de Prairial (21 de maio de 1797) e o sentimento geral manifestou-se imediatamente pela eleição de Barbé-Marbois como Presidente dos Anciãos, e a de Pichegru como Presidente dos Quinhentos. Então, tendo Letourneur perdido seu assento no Diretório (havia alguma suspeita de que Barras, um trapaceiro muito habilidoso, tivesse contribuído para isso), os Conselhos, sem dúvida para afirmar seu desejo de paz, enviaram o Marquês de Barthélemy, que negociara os tratados de Basileia, para ocupar seu lugar. Carnot teria ficado satisfeito, na luta ingrata que estava prestes a enfrentar, de ter a companhia e o apoio de seu amigo Cochon, um regicida, mas um regicida muito arrependido, e um homem forte também. Sua recusa pela Direita esfriou o ardor de Carnot, e foi geralmente reconhecido, por outro lado, por aqueles que o viram em ação, que Barthélemy provavelmente seria tudo, menos uma torre de força para a política do Terço recém-eleito. Em todo caso, a nova maioria tinha apenas uma minoria consigo dentro do

Luxemburgo; e, além disso, o apoio que lhe era dado por Carnot, um republicano sincero, provavelmente seria incerto, e o de Barthélemy, uma personalidade insignificante, certamente seria tímido.

Enquanto isso, os Conselhos haviam iniciado sua campanha. No 7º de Prairial, um dos membros recém-eleitos, Gilbert-Desmolières, pediu uma prestação de contas. Por meses, como todos sabiam, Bonaparte vinha enviando milhões de dinheiro: como esses milhões haviam sido gastos? A Comissão de Finanças ordenou a Desmolières que apresentasse um relatório sobre o assunto, e ele passou a fazer uma acusação mais direta de má administração contra o Governo. No 30º de Prairial, foi votada uma resolução, que impunha um forte freio aos Diretores, e os Anciãos, embora a tenham suavizado em certa medida, a transformaram em uma lei muito incômoda para o Luxemburgo. Reubell e Barras, que não gostavam desse controle sobre suas despesas, ficaram furiosos.

La Revellière ficou muito mais exasperado com o movimento "clerical". No dia 4 de Prairial, Dumolard solicitou a nomeação de uma Comissão para revisar as leis que regiam o culto religioso. Esta foi devidamente nomeada; Camille Jordan foi eleito presidente, e o Conselho, enquanto esperava seu relatório, enviou uma mensagem aos Diretores exigindo a libertação imediata de todos os padres encarcerados.

No dia 29, Jordan apresentou seu relatório: sua substância estava contida em quatro propostas que, para nós, hoje em dia, parecem bastante inocentes:

1. Que todo crente tivesse permissão para escolher o padre que lhe conviesse.
2. Que todo padre fosse livre para exercer seu ofício sem prestar juramento de qualquer tipo.
3. Que os sinos das igrejas pudessem ser tocados.
4. Que toda forma de culto tivesse permissão para ter seu próprio cemitério.

Isso, afinal, simplesmente equivalia a uma aplicação estrita do sistema de separação; mas tal era a condição das coisas naquele momento que amigos e inimigos do catolicismo perceberam que isso significava a restauração precoce e completa da religião proscrita.

Um clamor selvagem ergueu-se da imprensa jacobina. Todo o velho fermento anticlerical começou a agir novamente. O *Ami du Peuple* levantou a voz: haveria uma recrudescência da "vil política dos Médici". Todos os artigos que publicava fervilhavam de Inquisições e Noites de São Bartolomeu e revogações do Édito de Nantes — menos perturbadoras, na verdade, para a mente de seus leitores do que as constantes alusões à propriedade da Igreja, cujos atuais possuidores, declarava-se, seriam certamente ameaçados por este retorno ofensivo dos "fanáticos".

Mas, apesar de tudo isso, a pressão a favor do catolicismo tornou-se mais forte. No Ano IV, o número de igrejas devolvidas aos católicos apenas em Paris aumentara de quinze para quarenta. Em vão o Diretório ordenara a seus agentes que "dificultassem o movimento" "testando a paciência dos padres". Os padres não se deixaram desanimar. Em 6 de Termidor do Ano V, os *Annales de la Religion* anunciaram que o culto público fora restaurado em 31.214 igrejas paroquiais, e que mais 4.511 haviam solicitado permissão para seguir seu exemplo. O movimento era geral, espontâneo e incessante. O Ministro prussiano escreveu para casa que "nunca a sede por religião fora tão profundamente sentida". Os sinos tremiam nos campanários das aldeias.

Em 20 de Messidor, em meio à mais profunda emoção, começou o debate dos Quinhentos sobre o relatório de Jordan. Como poderiam os deputados não sentir isso? Chegara o momento em que o verdadeiro problema da época seria decidido. A Igreja da tradição, a Igreja que eles acreditavam ter sido banida para sempre, recuperaria seu poder? Pois como poderia qualquer homem duvidar, diziam os filósofos e políticos anticatólicos, que a liberdade restaurada da Igreja levaria ao restabelecimento de sua soberania?

No entanto, o primeiro tiro foi disparado, não por um filósofo, mas por um soldado. O General Jourdan proferiu um discurso que encarnava o ponto de vista da seção militar, na qual o ódio ao "fingimento" era mais forte do que em qualquer outra classe da nação. Ele denunciou os padres, que haviam se oposto aos soldados da República em todos os cantos da Vendéia; mas Lemerer, um membro da Extrema Direita, exaltou "o antigo culto de nossos pais". Suas palavras enfureceram Eschassériaux. "Nunca! não, nunca! com todo o seu perpétuo falar da religião de nossos pais, vocês nos trarão de volta às suas crenças absurdas, e preconceitos tolos, e superstições frenéticas!" Seus insultos despertaram a fúria da maioria. Mas Boulay de la Meurthe, um recém-chegado, que se tornaria um dos líderes da Esquerda, falou ainda mais violentamente: os padres, ele jurou, uma vez livres do juramento, "restabeleceriam as antigas paróquias e dioceses, fariam novos convertidos e usariam todos os meios que seu poder moral lhes desse para recuperar suas propriedades e derrubar a República que as vendera". E, como argumento final, ele apontou para uma Igreja reconstituída nas mãos de um potentado estrangeiro — o Papa — cuja destruição a República buscara.

Em linguagem eloquente, Royer-Collard, Boissy d'Anglas e Pastoret apoiaram as conclusões de Jordan. Royer-Collard reivindicou "justiça, e novamente justiça, e justiça, sempre e sempre!" No entanto, tal era o sentimento entre os homens políticos sobre a questão religiosa — havia muitos filósofos nas fileiras dos burgueses conservadores — que o Conselho manteve a imposição do juramento por 210 votos contra 204. Mas, por outro lado, as leis de proscrição foram revogadas. O Conselho dos Anciãos transformou a resolução dos Quinhentos em lei em 7 de Frutidor: a declaração sob juramento seria agora nada mais do que um simples "compromisso" de não perturbar a paz pública: isso, o mais monarquista dos padres poderia conscienciosamente dar.

A decisão foi de importância capital. Estamos convencidos de que teve um efeito decisivo nos eventos subsequentes. La Revellière teria hesitado (como sabemos pelo testemunho de várias testemunhas) em se juntar a Reubell e Barras a ponto de consentir em proibir (como ele mesmo fora proscrito) os representantes eleitos da nação. Ele sempre lamentaria "os eventos de 18 de Frutidor, embora, como ele mesmo reconheceu, eles 'não teriam ocorrido' sem ele". Foi quando ele viu o quão resoluta a maioria estava em "estabelecer a superstição romana", ou se deixar levar a isso, que ele consentiu em formar parte do triunvirato que agora entraria em cena. Compare as datas: os Quinhentos votaram sua resolução no dia 27, no dia 28 — como um prefácio ao golpe de Estado — ocorreu a demissão dos ministros "reacionários", pela qual La Revellière desejava atingir Jordan e Pio VI.

A mente de Barras estava há muito tempo voltada para a destruição dos Conselhos. Os Conselhos estavam menos resolvidos sobre a dele, ou melhor, ele tinha uma concepção clara do caminho a ser seguido — o apelo às tropas: seus oponentes ignoraram isso. Os dois poderes começaram a medir suas

forças: a luta tornou-se aguda sobre a questão dos Ministros. Quatro deles, Scherer, Delacroix, Merlin e Faypoult, eram "jacobinos"; outros dois, Cochon e Bénézech, estavam imbuídos do novo espírito. Os Conselhos estavam empenhados em induzir os Diretores a demitir os quatro "jacobinos". Carnot apoiou a oposição no Luxemburgo. Reubell considerou essa proposta por parte do Corpo Legislativo como "uma violação da Constituição": os triúmviros recusaram-se a cumprir e, passando de táticas defensivas para ofensivas, forçaram Bénézech e Cochon a renunciar.

Eles então sacrificaram Scherer e Delacroix, aliados insignificantes, e os substituíram por Hoche, a quem Barras destinava ser o instrumento de seu projetado golpe de Estado, e Talleyrand, cuja ascensão ao ministério trouxe todo um grupo de deputados para o lado de Barras.

Este grupo, que se reunira em torno da Baronesa de Staël e de Benjamin Constant, parecia determinado a lutar contra "a reação", e fundara o Clube Constitucional para contrabalançar a influência daquele conhecido como Clube de Clichy, ao qual pertenciam todos os membros da Direita, "um perfeito covil de aristocratas".

Este Clube Constitucional estava resolvido a que um, pelo menos, dos homens no poder fosse seu representante. O cargo coube a Talleyrand.

Ele reaparecera em cena pouco tempo antes, e naturalmente se voltara para sua velha amiga de 1789, Germaine de Staël. Procurando por degraus para ajudá-lo em sua ascensão, seu olho caiu sobre a bondosa Baronesa, que declarara que ele "tinha todos os vícios tanto do antigo quanto do novo regime", mas que sempre se deixava influenciar por pessoas que desprezava. Barras hesitou muito antes de permitir que este perigoso aderente "colocasse seu pé manco no Luxemburgo". A Baronesa praticamente o forçou sobre o Diretor. Ele foi finalmente aceito. Intrigantes são uma raça terrível: as medidas violentas de Barras não tiveram instigador mais perseverante do que este diplomata de modos suaves.

Encorajado, por um lado, por este representante dos membros "moderados" do Diretório, Barras foi assediado, por outro, pelos jacobinos distraídos. Não via ele que sua hesitação estava levando à ruína da República? Sieyès, secreto como sempre, instigava o ataque, e se mantinha fora dele. Durante os últimos dias de Messidor, Barras, fortalecido pela ajuda que lhe vinha de vários quadrantes, fez seus arranjos para "restaurar a concórdia entre os poderes", mesmo pela espada, se necessário. O golpe de Estado era iminente.

CAPÍTULO XLIII

O GOLPE DE ESTADO DE FRUTIDOR

Agosto — Setembro de 1796

"O Exército pronunciará sua decisão." Uma inspeção de espadas. Barras e Hoche. Fracasso da primeira tentativa. Bonaparte e a maioria. A questão veneziana. Bonaparte contra "Clichy". Discursos aos exércitos. Augereau em Paris. "Você foi um tolo!" A noite do dia 17. Fuga de Carnot. Barthélemy preso. Augereau nas Tulherias. Os deputados no Templo. As sessões de 18 e 19 de Frutidor. Decretos de proscrição. As consequências de Frutidor. "A espada é a lei."

UM apelo à espada tornara-se inevitável. Os Conselhos, de fato, enfurecidos com a demissão dos ministros "reacionários", pareceram resolvidos, por um momento, a processar os Diretores. Dumas queixou-se amargamente a Moreau do "insulto". Pichegru ameaçou "montar em seu cavalo". E tão grande era a tensão que, para o evidente espanto da polícia, "as circunstâncias pareciam ter engolido todos os divertimentos".

Barras inspecionou as espadas à sua disposição: Moreau, "uma nulidade política" (que melhor elogio pode um soldado desejar?); Bonaparte, perigoso e muito distante: Hoche era o único homem! O Diretor o convocou a Paris a pretexto de sua nomeação para o Ministério da Guerra (na realidade, Hoche não atingira a idade necessária para o cargo ministerial). Quando Barras o convenceu de que os homens sentados nas Tulherias estavam prestes a restaurar o trono, Hoche assumiu a tarefa desagradável. "Nós acertamos com o General", escreve Barras, "que seu exército pronunciará sua vontade." A palavra estava dita: a era do *pronunciamiento* começara. Quatro regimentos seriam destacados do exército de Sambre-et-Meuse e marchariam, nominalmente, para Brest. Uma vez que chegassem a Corbeil, eles cruzariam a "fronteira constitucional" audaciosamente e se colocariam, no 14º ou 15º de Termidor, à disposição das autoridades no Luxemburgo.

O plano foi descoberto: no 4º de Termidor, Aubry avisou os Quinhentos que as tropas haviam partido: os deputados apelaram a Carnot, que naturalmente respondeu que nada sabia desse movimento suspeito de tropas; mas ele questionou Barras, que se assustou e negou tudo. Carnot, que era Presidente do Diretório, determinou-se a esclarecer o assunto, e mandou chamar Hoche, que estava em Paris aguardando a chegada de seus quatro regimentos. Seguiu-se uma cena dolorosa: Hoche, da maneira mais nobre, protegeu Barras, que o negara como um covarde. Mas ele deixou Paris naquela mesma noite, cheio de desprezo e arrependimento, e tão abatido que a misteriosa doença que minava suas forças há algum tempo o levou poucos dias depois. Carnot pareceu tranquilizado: contentou-se em solicitar que fossem erguidos postos ao redor de Paris para marcar as "fronteiras constitucionais". Barras deve ter rido muito em sua manga com essa precaução. Seus temores acalmados, ele procurou outra espada, e assim voltou-se para Bonaparte.

Bonaparte estivera observando atentamente tudo o que acontecia em Paris. Ele era fortemente contrário a qualquer restauração monarquista e sabia que tinha muitos inimigos pessoais na maioria "reacionária". Os novos deputados, de fato, eram-lhe hostis: para eles, ele era o soldado jacobino, o "Homem de Vendemiário". E, além disso, liderados por Barthélemy e Carnot, eles levantavam oposição à sua política italiana. Então, o outro lado tornou-se cada vez mais ruidoso em aclamação, e a imprensa jacobina o exaltou aos céus: Bonaparte foi apelidado de "o escudo da República".

Isso era uma nova razão para não gostar dele no que dizia respeito aos Conselhos. Todo um partido detestava o "camarãozinho com seu cabelo emaranhado, um filho bastardo de Mandrin", fadado em breve a "expiar sua notoriedade de saltimbanco".

Sua hostilidade se declarou quando Dumolard fez um violento ataque no Clube de Clichy ao plano de Bonaparte para a destruição da República Veneziana. Dumas e Vaublanc (embora representassem dois matizes distintos da oposição) concordam em descrever o discurso de seu colega como uma exibição da mais imprudente loucura. Suas denúncias, de fato, encheram a medida da raiva do General: "o partido de Clichy queria sua cabeça!" ele a defenderia — e a República ao mesmo tempo! Adulação e incitamento foram derramados sobre ele de Paris por todo o Clube Constitucional, por Madame de Staël, por Talleyrand. E o protesto do exército só foi adiado até que seu grande líder desse o sinal.

O exército detestava os novos deputados. "Nossas opiniões bem conhecidas", diz Marbois, "nos tornaram odiosos para o exército". Esses amantes de "fingimento", esses "protetores de Chouans e emigrados", que eram "adversários das fronteiras naturais" por acréscimo, eram tanta sujeira que precisava ser varrida. "Ai de Clichy!", grita Joubert, um dos mais moderados do partido, em suas cartas ao pai. A partir de Messidor, as tropas, do Reno ao Pó, estavam todas a favor de expulsar os "deputados do Rei" pela janela!

O aniversário de 14 de julho (25 de Messidor) pareceu uma ocasião favorável para uma manifestação. Marmont foi despachado por Bonaparte para passar a senha a todos os generais. As várias divisões foram instruídas a pronunciar sua decisão, na forma de Discursos. A divisão de Augereau se destacou: "Homens que estão cobertos de ignomínia e saturados de vício, estão se levantando e conspirando no meio de Paris, enquanto nós triunfamos às portas de Viena: eles gostariam de encharcar o país de sangue e lágrimas, oferecer um novo sacrifício ao demônio da guerra civil, e marchar sob a luz fúnebre da tocha do fanatismo e da discórdia através de montes de cinzas e de cadáveres, sobre a liberdade que desejam imolar. Nós contivemos nossa indignação: contávamos com as leis: as leis se calam! Quem falará agora se não quebrarmos o silêncio?..." Os conspiradores devem ser feitos tremer... "A história de vossas iniquidades está completa, e o preço dela está nas pontas de nossas baionetas!"

As outras divisões seguiram este exemplo. A de Joubert exclamou: "Os exércitos devem purificar a França!" Bonaparte, finalmente, juntou-se ao coro. Em uma proclamação dirigida às tropas, ele gritou: "Os homens que garantiram o triunfo do país sobre a Coalizão Europeia ainda estão aqui... Os monarquistas; se eles mostrarem seus rostos por um momento, terão deixado de viver!" E então, enviando os Discursos e sua proclamação ao Luxemburgo, ele acrescentou: "A necessidade de uma decisão de vossa parte é iminente... Eu percebo que o Clube de Clichy deseja pisar em meu cadáver, e assim conseguir a destruição da República. Não há mais republicanos na França?... Se precisardes de força, chamaí os exércitos!"

Sua carta chegou a Paris exatamente no momento em que Barras abandonara Hoche. Ele foi forçado a aceitar Bonaparte, que parecia estar oferecendo seus serviços. Os Diretores imaginaram que ele viria em pessoa e expulsaria os deputados. Eles ainda não o conheciam. Ele não estava inclinado a se

comprometer pessoalmente nesta "guerra de câmara". Seu plano era colocar as coisas em movimento e manter as próprias mãos limpas: ele lia Plutarco em sua tenda em Mombello, mas certamente lia Maquiavel também. No momento, contentou-se em fornecer aos Diretores certas armas muito inesperadas e preciosas. Em Verona, ele havia capturado o Conde d'Antraigues e seus papéis particulares: estes últimos forneceram a prova mais incontestável da culpa de Pichegru.

Pichegru seria a ruína dos membros do Clube de Clichy: todos seriam envolvidos em uma teia da qual nada sabiam. Essa sorte excedeu todas as esperanças! O primeiro presidente que esses homens elegeram no Conselho dos Quinhentos era um general que se vendera ao Rei e traía a República! A descoberta, como Mallet admite, foi o golpe mais terrível que a oposição poderia ter recebido: foi publicamente afixada no dia seguinte ao golpe de Estado e, por um curto período, pareceu justificá-lo.

Enquanto isso, a chegada dos Discursos causara a mais viva agitação. Carnot os atacou no Luxemburgo; Willot fez o mesmo nos Quinhentos. No entanto, os Conselhos se contentaram em dirigir um pedido de explicações muito duro ao Diretório, tanto sobre os movimentos das tropas quanto sobre os Discursos.

Mas o Triunvirato estava agora em uma posição muito mais forte. Em 20 de Termidor, Augereau chegara a Paris. Bonaparte, que o considerava "um ignorante", o julgava bem adequado para realizar as operações policiais propostas em grande escala. O futuro Duque de Castiglione, um jacobino feroz e, como escreve La Revellière, "uma pessoa inculta", não fez segredo de suas intenções: "Eu vim aqui", disse ele, "para matar os monarquistas". Esses militares são propensos a simplificar fórmulas. A Bonaparte ele escreveu de forma ainda mais enfática: "Nossa pureza e nossa coragem salvarão a República do abismo hediondo em que os agentes do trono e do altar a mergulharam." Este sujeito enorme, praguejando, surpreendeu os Diretores. "Um esplêndido bandoleiro!", exclamou Reubell depois de vê-lo pela primeira vez. Mas ele os tranquilizou. A resposta deles à mensagem dos Quinhentos demonstra isso; foi apresentada ao Corpo Legislativo no dia 23.

A explicação dos Discursos devia ser encontrada, disseram os Diretores, um tanto arrogantemente, "na ansiedade legítima em que um grande número de bons cidadãos fora lançado por certas tentativas de mergulhar a França nos horrores de uma nova Revolução, e reverter a ordem atual das coisas por traição ou por força".

Não foi necessário um grande esforço para intimidar a Direita; isso foi suficiente. As cartas de Dumas a Moreau não escondem a inquietação — e a indignação — que lhe causou a chegada de Augereau e a linguagem e o comportamento de "cerca de 5.000 ou 6.000 oficiais dispensados do serviço", que haviam aparecido em Paris, atacando os padres e "encorajando os soldados a cometer os piores excessos". Eles falavam em "esquartejar" Pichegru. Há algo de surpreendente na indulgência com que Pichegru agora aceitava um movimento que era uma ameaça pessoal a si mesmo. Mas o Sr. Caudrillier nos mostrou recentemente como certos sinais convenceram o infeliz homem de que sua traição fora descoberta. Ele sabia que seu crime devia destruir todo o seu partido, e o pensamento paralisara sua energia.

Seja como for, os Conselhos só conseguiram descobrir uma resposta apropriada a todas essas ameaças: a reorganização da Guarda Nacional. Isso foi um fracasso. Os triúnviros gritaram *golpe de Estado*; a Guarda Nacional só foi convocada com o propósito de "restabelecer o trono" (disse La Revellière ao ministro prussiano), e a burguesia de Paris, enfraquecida e covarde, recusou-se a se alistar.

Os Diretores decidiram agir: o caminho estava sendo preparado. Boatos foram espalhados: os deputados iriam "desapropriar os compradores" (de propriedade nacional), e mais, eles iriam "fazer um novo São Bartolomeu", revisar o julgamento de Luís XVI e enviar para as galés toda alma que tivesse participado da Revolução. A polícia, não contente em ouvir essas histórias, ajudou a propagá-las. Quando, após Frutidor, os deputados foram transportados para Rochefort, eles ouviriam a população que se aglomerava em torno de suas jaulas de ferro dizer: "Esses são os homens que queriam restabelecer os subsídios e o imposto do sal!"

No Luxemburgo, havia discussões amargas todos os dias. Quando Carnot se recusou (se podemos acreditar nas confidências de Talleyrand a Sandoz) a assinar uma mensagem que visava impedir a reorganização da Guarda Nacional, Reubell o chamou de "um criminoso" e o acusou de ter tentado enviá-los todos para o cadafalso no tempo de Robespierre. Barras explodiu em abusos grosseiros: Carnot era um miserável, ele declarou. "Não há um piolho em seu corpo que não tenha o direito de cuspir em seu rosto." Carnot voou para cima dele. Eles foram separados. O ar estava pesado com presságios da tempestade iminente.

Augereau acabara de ser nomeado para o comando do Exército em Paris. Parece incrível que, mesmo diante de um aviso como este, tudo o que o Corpo Legislativo fez foi gemer. "Se tivéssemos sido um partido genuíno...", escreve Vaublanc — essas palavras explicam tudo! Mais do que nunca, eles estavam divididos e, conseqüentemente, paralisados. Quando, no 3º de Frutidor, Tronson-Ducoudray trouxe de volta a resposta à mensagem "incendiária" enviada pelos Diretores, tão moderada em seu tom, tão completamente que "revelava as profundezas de nossa fraqueza", nos diz um defensor de medidas mais fortes, que encorajou Barras a ser ousado. E o voto dos Anciãos no 7º de Frutidor, que revogou as leis contra os padres refratários, exasperara tanto La Revellière que ele finalmente se uniu a seus "colegas conspiradores".

Naquele mesmo dia, o "filósofo" assumiu a presidência renunciada por Carnot. No dia 10, o ex-girondino fez um discurso extremamente ameaçador "em nome do Governo". Um "novo 31 de Maio" parecia iminente.

Se os Conselhos tivessem dado o primeiro golpe, poderiam ter evitado o perigo. Na noite do dia 15, um certo coronel foi a Dumas e ofereceu-se para prender e eliminar Reubell e Barras. O "ideólogo" se afastou com horror da sugestão. Em um dia posterior, ele contou a história a Napoleão: "Você foi um tolo!", disse o Imperador, "Você não entende nada de revoluções!" O leitor compartilhará da opinião do Imperador — para a honra dos deputados que foram proscritos no Ano V.

Em 17 de Frutidor, todos os cinco Diretores estavam presentes na sessão diária. Nenhum assunto interessante foi tratado. Às quatro horas, La Revellière encerrou a sessão, sorrindo ao se levantar. "Toda a minha vida", escreve Carnot, "verei aquele sorriso canibal".

No início do dia, o Príncipe de Carency — um daqueles errantes que passavam a vida durante aquele período conturbado transitando entre as reuniões secretas da oposição e os escritórios da polícia — avisara Barras de que ele seria processado. O Diretor estava decidido a antecipar-se a seus inimigos.

Às oito horas daquela noite, os Três se reuniram novamente. "Em consequência do recebimento de avisos sobre o perigo ao qual a República está exposta, e do ataque que os conspiradores monarquistas estão se preparando para tentar com o propósito de cortar as gargantas do Diretório e derrubar a Constituição... o Diretório executivo, consistindo dos Cidadãos Reubell, Revellière e Barras, decidiu se reunir em sessão permanente."

Para preservar estes preciosos Diretores para a Constituição, a própria Constituição seria destruída. A política de Ugolino! O Sr. V. Pierre publicou os relatórios completos desta sessão, que durou quarenta e oito horas e começou com a hipocrisia citada. Cada linha desses relatórios contém alguma ordem para investir edifícios, para expulsões ou encarceramentos. O trabalho de "salvar a Constituição" continuou por toda a noite, mas ao amanhecer nada restava dela senão ruínas.

Carnot foi o primeiro a saber que seria preso e enviado para os navios-prisão. Barras provavelmente não sentiria nenhum arrependimento se um golpe de baioneta o tivesse livrado desse sujeito problemático. "Se Carnot tivesse sido morto", escreveu ele, "teria sido uma coisa muito legítima, pois é melhor matar o diabo você mesmo do que deixá-lo matar você" — uma proposição autoevidente. Então Carnot, avisado a tempo, fez uma coisa sábia ao fugir. Ele escapou por uma porta dos fundos no Luxemburgo para a extrema fúria de Reubell. Barthélemy foi menos cauteloso. Às três horas da manhã, um oficial entrou e o prendeu enquanto ele estava na cama. "Por ordem de quem?" "Por ordem do Diretório." "Eu sou um dos Diretores!" "Você é um traidor e meu prisioneiro!" Ele foi mantido sob guarda cerrada até as nove horas, quando sua renúncia foi exigida; ele se recusou a dá-la e foi conduzido ao Templo, de onde seria levado para as galés.

Carnot encontrara meios de avisar Pichegru, que, como "Inspetor da Câmara do Conselho", dormia nas Tulherias. Quando a mensagem de Carnot o alcançou, havia uma cerca de baionetas fixas ao redor do Palácio. Augereau recebera ordens para cercar o Corpo Legislativo. Conforme os deputados entravam, ele deveria prendê-los ou enviá-los, se pertencessem aos Quinhentos, para o Odeon; se fossem "Anciãos", para o Colégio de Cirurgiões, onde os "bons deputados" se reuniriam, enquanto as pessoas facciosas eram despachadas para o Templo. Ordens haviam sido enviadas naquela manhã, e regimentos das cidades vizinhas de Paris estavam chegando, cruzando as "fronteiras constitucionais" e se juntando ao comando de Augereau.

Pichegru e Willot, enquanto isso, haviam enviado apelos apressados aos dois Presidentes, Siméon e Laffon-Ladebat; e Ramel, que comandava os granadeiros do Corpo Legislativo, havia feito um chamado às armas. Esses oitocentos homens ocuparam os portões dos jardins, que foram sitiados pelos doze mil homens de Augereau, com quarenta canhões — uma verdadeira "hanriotada". Ramel foi chamado para retirar seus granadeiros. Ele se recusou e foi consultar Pichegru e Willot. Eram então três horas da manhã. Às três e meia, um canhão foi disparado na Pont-Neuf, e ao sinal, os soldados se lançaram sobre os portões. Os granadeiros do Corpo Legislativo imediatamente passaram para o lado do inimigo. "Nós não somos a Guarda Suíça", disseram eles, "não vamos lutar por Luís XVIII"; e permitiram que sua artilharia fosse virada contra as Tulherias.

Então Augereau apareceu: este valente soldado foi seguido por uma escolta vil: Fournier, o homem dos dias de setembro, Santerre o ex-General, Pache, Rossignol, fantasmas, todos eles, dos dias de massacre. Agora entendemos por que Bonaparte preferiu ficar na Itália! Augereau mesmo parecia mais um bandido do que um soldado: ele agarrou Ramel pela garganta, arrancou suas dragonas e o golpeou no rosto com elas. "Ele havia bebido uma certa quantidade de champanhe", diz Barras, "para se preparar".

Enquanto esta "operação" acontecia, os deputados começaram a chegar: eles foram autorizados a entrar, mas dentro de uma hora o General Verdières os enviou para o Templo. No entanto, Siméon e Laffon-Ladebat assumiram suas cadeiras presidenciais e se recusaram a ser levados. Quando eles apelaram para a Constituição, os soldados zombaram deles: com grandes juramentos, eles agarraram os deputados pelos colarinhos. Quando chegaram a Pichegru, eles hesitaram; este homem havia conquistado a Holanda. Seu diário nos conta a história da cena vergonhosa. Um soldado o ameaçou com sua baioneta: Pichegru o empurrou para o lado: houve uma correria, e uma dúzia de homens se jogaram sobre o General. Pichegru, devemos reconhecer, não era uma pessoa muito interessante: ele também era um soldado que se desviara do caminho do dever. No entanto, é um fato que, nesta ocasião, os golpes que caíram sobre ele foram showered sobre os eleitores do país.

Siméon foi arrancado de sua cadeira, mas teve tempo de ditar uma última frase a seus secretários: "O Conselho está dissolvido pela força das armas." "Estas", diz Marbois, "foram as últimas palavras proferidas sob o domínio da Constituição do Ano III, que a partir daquele momento deixou de ser a lei da Nação Francesa." Em uma hora, ambos os presidentes estavam no Templo.

Às oito horas daquela manhã, vários deputados, que se reuniram de um lado ou de outro, tentaram entrar nas Tulherias: foram repelidos, dispersos por dragões, capturados por gendarmes. Alguns deles protestaram "em nome da lei". "A espada é a lei!", gritou um oficial. As palavras simples resumem a situação.

Durante todo aquele dia os deputados estavam sendo levados. Às quatro horas da tarde a prisão do Templo estava cheia deles. La Rue, o deputado monarquista, encontrou-se lado a lado com Rovère e Bourdon, ambos regicidas, lançados, sob a acusação de monarquismo, na mesma cela em que Luís XVI fora confinado.

E, enquanto isso, os granadeiros do Corpo Legislativo que os haviam traído foram conduzidos ao Luxemburgo, parabenizados pelo Diretório em primeiro lugar, e depois pelos remanescentes dos dois Conselhos. Em 19 de Brumário, esses mesmos granadeiros, de forma bastante lógica, entregariam tanto o Diretório quanto os Conselhos a Bonaparte.

Os Conselhos, ou o que restava deles, haviam se reunido, um no Odeon, o outro no Colégio de Cirurgiões. Os Diretores pretendiam que esses homens miseráveis se tornassem os proscritores de seus colegas. A ação deles se limitou à publicação e afixação de uma proclamação denunciando "a

conspiração". Esta continha uma afirmação mentirosa de que "os Chouans haviam atacado as sentinelas ao redor do Diretório"; os Diretores assim atacados pelos Chouans precisavam ser vingados!

Os Quinhentos, que se reuniram às nove horas da manhã no Odeon, nomearam uma Comissão encarregada de garantir a "preservação da Constituição" (nossos leitores observarão como mentira era empilhada sobre mentira), mas que, na realidade, seria empregada para elaborar a lista de pessoas proscritas. Ela esperou pelas ordens de seus mestres. Elas vieram, redigidas na forma de uma mensagem denunciando o complô e apoiando suas afirmações com revelações forçadas de Duverne de Presle, o agente monarquista, e mais especialmente pelos documentos que Bonaparte havia apreendido em Verona. Os papéis de D'Antraigues eram certamente esmagadores em seu testemunho contra Pichegru: mas isso implicava que tanto o próprio Pichegru quanto cinquenta e dois outros deputados deveriam ser deportados sem audiência? Este foi o procedimento que Boulay de la Meurthe pedira, e sobre o qual o Conselho decidira na noite anterior. Não deveria haver recurso aos métodos ordinários de justiça. Um homem perspicaz dissera, no decorrer desta deliberação preliminar: "O espírito público é muito ruim para nos permitir correr um risco tão perigoso. Temos a força do nosso lado no momento. Vamos aproveitá-la!" Boulay falou no mesmo sentido da tribuna: "Vocês devem sentir que formalidades lentas e puramente judiciais não podem ser usadas neste momento... Vocês são vencedores hoje; se não fizerem uso de sua vitória, a batalha começará novamente amanhã, mas será terrível e sangrenta." Viller, um ex-membro da Convenção e especialista em política jacobina, propôs então que as eleições em quarenta e nove departamentos fossem anuladas, que certos membros fossem deportados e que a severidade das leis contra os padres fosse aumentada. Alguns dos deputados, como Marat em 7 de junho de 1793, começaram a entregar nomes e competiam entre si para acusar seus colegas — muitos deles por medo de serem considerados tíbios. No entanto, mutilada como a Assembleia estava, ela hesitou, e as leis de proscrição só foram votadas após prolongada oposição. Os membros foram autorizados a partir à meia-noite (18-19 de Frutidor). Quando o jovem Barante deixou a galeria, ele notou em um cartaz do lado de fora do teatro o nome da peça a ser apresentada naquela noite — *Le Consentement Forcé* — e percebeu o quão espirituosa a sorte pode ocasionalmente ser!

O consentimento dos Anciãos foi dado ainda mais a contragosto. Durante todo o dia 18, eles hesitaram. Às cinco horas da manhã do dia 19, uma Comissão nomeada durante a noite anterior pediu informações mais completas e provas mais convincentes. O General Marbot, um jacobino muito brutal, respondeu que "não havia necessidade de provas contra conspiradores monarquistas". Esta era a pura doutrina de Fouquier-Tinville, cuja morte fora decididamente prematura.

Durante todo aquele dia, a discussão continuou, enquanto os soldados, que se aglomeravam nas galerias, gritavam: "Vamos! Toquem a carga!" Os Diretores enviaram uma nova mensagem para apressar os legisladores temerosos: "As pessoas falarão com vocês sobre *princípios*, e buscarão regras estabelecidas, e pedirão adiamento... Que ideal fatal!" Então, finalmente, a lista de nomes proscritos foi colocada em votação. A imensa maioria da Assembleia, "purificada" como fora, manteve seus assentos e não votou de forma alguma: de uma reunião nominalmente composta por duzentos e cinquenta membros, quinze votaram pela proscrição e sete contra!

Embora os deputados eleitos estivessem sentados na Assembleia e fazendo leis por quatro meses inteiros, estes decretos de 19 de Frutidor invalidaram as eleições de Germinal em quarenta e nove departamentos. Assim, cento e cinquenta e quatro deputados foram expulsos; e os funcionários e magistrados eleitos desses departamentos compartilharam seu destino. Além disso, o eleitorado, para impedi-lo de se vingar, foi mutilado pela privação do direito de voto infligida a todos os parentes de pessoas que haviam emigrado, e pela exigência de um "juramento de ódio à realeza". A cláusula treze da lei condenou ainda cento e sessenta e cinco cidadãos, dois dos quais eram Diretores, e cinquenta e três deputados, à deportação sem julgamento. As leis contra os emigrados que haviam retornado à França foram revividas: de costas para um muro, e doze balas disparadas à queima-roupa contra eles; e os padres refratários foram mais uma vez condenados aos navios-prisão. Finalmente — e isso estabeleceu definitivamente uma ditadura — o Diretório foi investido do direito de emitir decretos individuais para a prisão de padres que "perturbassem a paz pública", e todos os padres que se recusassem a prestar o juramento de ódio à realeza seriam considerados como pertencentes a esta categoria. Enquanto isso, os escritórios dos jornais, como os presbitérios, seriam devastados: a imprensa odiada seria entregue à vontade de seus oponentes, e todos os jornalistas problemáticos, do redutável Richer-Sérizy ao alegre cantor de rua Ange Pitou, que nos contou a história de seu "Dia de Frutidor", seriam deportados. Assim Barras seria vingado de todos os seus inimigos.

Esta lista de proscrição, na qual mãos pérfidas escreveram os nomes de conspiradores monarquistas ao lado dos de bons republicanos, parece-nos, em sua maior parte, uma lista de honra: Jordan, Siméon, Marbois, Mathieu Dumas (que, apenas na noite anterior, recusara-se, mesmo para evitar o golpe, a violar a lei), Laffont-Ladebat, um protestante austero, mas de mente liberal, Tronson-Ducoudray, que, mesmo sob o Terror, tivera permissão para defender tantos proscritos, Portalis, Suard, um ex-Secretário Permanente da Academia, e com eles, Barthélemy, que assinara os gloriosos Tratados de Basileia, e Carnot, que organizara as vitórias da França: tudo o que representava o valor, a virtude e a honra do país estava ali — e seria deportado: Barras foi deixado para a França!

Dezessete desses ilustres prisioneiros, trancados em jaulas de ferro e guardados com segurança pelo General Dutertre — ele mesmo condenado aos navios-prisão em uma ocasião anterior por roubo, incêndio e assassinato — seriam transportados para Rochefort (Victor Pierre nos contou a história bem atestada de seu martírio) e de lá enviados para a Guiana. Alguns deles morreriam do clima — um serviço que seus proscritores esperavam dele. Uma dessas vítimas da "guilhotina seca" — mais odiosa, em alguns aspectos, do que a outra — Tronson-Ducoudray, protestou até o fim que nunca desejara nada além de "uma república honesta".

Isso era exatamente o que o tornava um conspirador tão perigoso: pois suas aspirações teriam levado à ruína da facção reinante. Não se ouviu um deputado que apoiava o negócio de Frutidor exclamar — com bastante franqueza — da tribuna: "Estávamos caminhando entre a forca e a guilhotina!"

Comissões Militares, estabelecidas em todas as direções, tranquilizaram os amigos de Barras da maneira mais completa. Elas sentenciaram (aqui novamente nossos leitores devem recorrer à obra de Victor Pierre) 160 pessoas à morte, e enviaram 329 para a Guiana, onde 167 pereceram. Mas, como escreve La Revellière, o glorioso dia de Frutidor passou "sem o derramamento de uma única gota de sangue!"

A população não demonstrou nenhum sinal de interesse. La Revellière chega a afirmar que ouviu gritos de "Viva La Revellière-Lépeaux!" Isso adiciona um toque de burlesco à tragédia. "Uma indiferença estúpida", lemos, "como a que se costumava ver em Constantinopla, quando, a cada três meses, algum imperador era assassinado ou destronado."

E este era um dos perigos aos quais a política do Diretório expunha o país. Ele estava começando a considerar violações da Constituição, das Leis e da Soberania do Povo como algo bastante natural. Que soldados fizessem deliberações políticas em seus acampamentos, que generais fossem convidados a pronunciar suas decisões, que o mais ilustre de todos eles delegasse com desdém um dos homens sob seu comando para fechar a Câmara em que os representantes da Nação realizavam seus debates, que granadeiros fossem parabenizados por terem traído o Corpo Legislativo, que deputados fossem deportados sem julgamento, e que a justiça e a liberdade fossem suprimidas — eram essas as coisas com as quais o Governo esperava que o povo se regozijasse. Ele não se regozijou, mas se acostumou a vê-las. "Um exemplo fatal!", escreveu La Revellière, mais tarde, quando ele mesmo se tornou vítima de outro golpe de Estado: e Barras nos diz, cinicamente: "Esta violação realmente trouxe o pacto do Ano III ao desonra e descrédito."

Mesmo que os Conselhos dizimados estivessem trabalhando para restaurar o trono, eles ainda deveriam ter sido sagrados. Mas, com pouquíssimas exceções, os membros não estavam fazendo nada disso. Começamos nosso estudo deste ponto com a convicção preconcebida de que eles desejavam restaurar a monarquia: nossas pesquisas nos convenceram de que o sonho da maioria era uma tentativa leal de uma república liberal.

"Um exemplo fatal", e consequências não menos fatais: o Governo que acabara de triunfar não tinha nenhum status legal. Nenhum empreendimento contra ele poderia ser considerado um ato de conspiração, se tomasse forma; nem como um ato de usurpação se tivesse sucesso (como em 19 de Brumário). Os Conselhos haviam anistiado, aprovado e apoiado a violência e, como consequência, o Diretório seria levado a tentar novas violências às custas daqueles que haviam aprovado seu primeiro golpe; os Conselhos fariam a mesma coisa com relação ao Diretório; e, finalmente, os promotores do golpe de Estado de 19 de Brumário atacariam todo o regime.

Como poderia qualquer homem ser acusado de derrubar uma Constituição que (como Siméon declarara pouco antes de ser arrancado de sua cadeira presidencial) deixara de existir?

A partir daquele dia, o desprezo do povo por seus deputados, pela loucura daqueles que haviam sucumbido, pela covardia daqueles que os haviam proscrito, aumentou duplamente. A representação da Nação se tornara um Parlamento Remanescente esperando a chegada de seu Cromwell.

A supressão da imprensa — que "contribui para a supressão do espírito público", como diz o Sr. Aulard — e os maus-tratos ao Parlamento, ambos acostumaram a mente pública à ideia de uma ditadura. Essa ditadura, na verdade, já existia, pois o Diretório — em contravenção direta à Constituição — estava prestes a assumir o direito de eliminar a eleição de funcionários. Os germes de tudo isso estavam nos eventos de Frutidor. O leito de César estava sendo preparado para ele.

E aquele mesmo Frutidor estava trazendo o próprio César. O exército se pronunciara a um sinal do *Imperator*. A tremenda carreira de vitória e conquista deste *Imperator* poderia ter sido interrompida se o dia de Frutidor não tivesse, como Sorel provou tão claramente, reaberto o caminho diante dele. A "facção" que Frutidor derrubou estava empenhada em uma paz razoável, a "facção" que triunfou era a favor da guerra eterna. Essa guerra seria bem-sucedida, graças à presença do *Imperator*, e malsucedida em sua ausência. Seja como vencedor ou salvador, Bonaparte estava predestinado a ser carregado em triunfo.

O 18 de Frutidor, dia em que "a lei se tornou a espada", pode ter adiado a vinda de Luís XVIII — mas criou Napoleão I.

CAPÍTULO XLIV

A SOCIEDADE SOB O DIRETÓRIO

"O prazer está na ordem do dia." O reinado de Thérèzia. A sociedade entretida por Barras. Modas. Depois dos *sans-culottes*, as *sans-chemises*. Locais de lazer. Bailes. O "estômago" de Paris. Jogo. Os teatros. "A panela de sopa virada." A vida doméstica destruída. Os estragos do divórcio. Vício. Moral e política.

ENQUANTO isso, o prazer reinava supremo. É preciso enfatizar isso: pois se o curso da política estava levando César ao poder, o amor ao prazer, ao enfraquecer toda a sociedade, a entregava em suas mãos tão seguramente quanto suas vitórias na Itália e as medidas violentas do Luxemburgo.

Houve uma corrida desenfreada pelo prazer. "O prazer está na ordem do dia", escreveu Ch. de Constant, em 27 de Floreal do Ano II: e suas cartas divertidas provam isso. Desde o 9º de Termidor, o prazer era a ordem do dia, e assim permaneceria até o 19º de Brumário.

De coisas como política e guerra, literatura e as formas mais elevadas de arte, a sociedade pensava pouco.

Em 21 de Floreal do Ano IV, foi descoberto um complô anarquista pelo qual, dizia-se, toda Paris seria entregue aos saqueadores. O que os jornais disseram? "Um acontecimento: a alteração do estilo de penteado adotado por Mmes. Tallien e Bonaparte. Por um tempo considerável, elas se destacaram pelo esplendor de suas tranças negras, mas estas tiveram que ceder, finalmente, diante da mania por perucas loiras."

Em Pluvioso do Ano V, notamos conspirações monarquistas para trazer de volta a antiga forma de governo, a vitória de Rivoli, a capitulação de Mântua. "Sussurra-se que a peruca loira logo desaparecerá. Um estilo de penteado grego, com fileiras duplas ou triplas de cachos, está agora em voga."

Em Germinal, houve eleições, cujo resultado certamente seria um conflito terrível, mesmo segundo algumas opiniões, uma restauração da monarquia, e segundo outras, o triunfo da anarquia. Enquanto isso, a paz da Europa era debatida em Leoben. Um evento importante é registrado: "a deliciosa Sophie" apareceu em Bagatelle usando um "spencer".

Em Messidor do Ano V, quando a iminência de um golpe de Estado dirigido pelos Conselhos contra o Diretório, ou de um golpe semelhante desferido pelo Diretório contra os Conselhos, é evidente; "o que ocupa a todos" é "o grande duelo entre o chapéu spencer e o chapéu turbante". "Um leque em forma de cauda de canário, bordado com lantejoulas", foi lançado: será um sucesso? A bota vermelha deve dar lugar à sapatilha de marroquim verde, mas para exibi-la, "o braço direito deve ser inserido, até um terço de seu comprimento, sob as dobras do vestido, de modo a segurá-lo até a panturrilha!"

No 19º de Frutidor, os deputados proscritos seriam conduzidos à sua prisão de trabalhos forçados; padres seriam arrancados às centenas dos degraus do altar; a Nação fora amordaçada: mas tudo isso era de pouca importância, já que as portas de trezentos salões de baile e trinta teatros ainda estavam abertas!

"Ninguém pensa em nada agora senão em comer, beber e se divertir", escreve Mallet du Pan em 1796.

Dois anos depois, ele faz a mesma observação. Em Messidor do Ano VII, lemos em um jornal: "A sede pelo prazer, a corrente da moda, uma sucessão de jantares, o luxo de seus móveis esplêndidos e suas amantes, são os objetos que ocupam principalmente os pensamentos da juventude de Paris." Que importava que Babeuf, ou Luís XVIII, ameaçassem tomar o lugar de Barras? Era "Thérèzia I", "Sua Alteza Sereníssima", quem realmente detinha o cetro.

Seu cetro era um cetro de bobo, sua corte uma sarabanda. Barras, que a proclamara "ditadora da beleza", a levava de sua "casinha em Chaillot" — ela estava prestes a se divorciar de Tallien — e a instalara como rainha do Luxemburgo. E, de fato, a fascinante criatura era muito menos imoral do que o devasso libertino com quem agora se associava.

Ela deve ter sido uma mulher realmente encantadora. Que nossos leitores consultem o retrato primoroso que Ch. de Constant — geralmente mais inclinado à severidade do que ao entusiasmo — desenhou dela em 4 de junho de 1796: que consultem até mesmo o próprio Barras, que raramente mostra muita misericórdia com seus antigos amores, e Lacretelle, que foi proscrito pelo Luxemburgo, e Norvins, tantas vezes duro, e Frénilly, que fala tão sem cerimônia sobre "la Beauharnais", e Marmont, o jovem soldado, e Madame de Chastenay, outra mulher bonita: todos usam a mesma palavra, fascinação.

Não era bela, mas encantadora, com um desejo instintivo de fascinar. E ela conseguiu. Durante quatro anos da mais negra miséria, sua famosa "carruagem vermelha" passou para cima e para baixo, a única em Paris que escapou de insultos. E, de fato, ela distribuía esmolas reais à população: nunca se fechou no Luxemburgo; mostrava-se, seminua, nos lugares públicos da cidade: era uma Frinéia que não guardava seus encantos apenas para o Areópago, mas os revelava a toda a Ágora. A população, que vaiara "aquela demi-monde", a Cidadã Hamelin, quando ela caminhou, com o peito nu, do Luxemburgo aos Champs-Élysées, nunca vaiou Thérèzia Tallien. Seus olhos suaves mantinham o governo, a sociedade e a população em cativeiro.

Foi ela quem ditou as modas. Ela desejou honrar o enviado do Sultão: imediatamente os turbantes entraram em voga; e depois os xales de caxemira, porque Barras, um belo dia, apreendeu um fardo de mercadorias indianas. Cabelos pretos eram populares, e nenhum outro tom, enquanto ela mostrava suas próprias madeixas de corvo: mas quando lhe deu na telha ser loira, perucas loiras reinaram a partir daquele dia.

Ela fazia as honras do Luxemburgo. Barras era o único Diretor que recebia visitas. Essa companhia era mista: um enorme *demi-monde*. Thérèzia brilhava ali, e o General Bonaparte, e Juliette Récamier também; Delescluze viu "aquela Madona de Rafael", como Thibaudeau a chamou, sentada à esquerda de Barras, enquanto Thérèzia reinava à sua direita. Isso parece indicar que a "hermelina" gostava de pisar na lama. De vez em quando, Madame de Staël jantava no Luxemburgo: mas logo seus anfitriões acharam sua veemente amiga um pouco incômoda.

Todos os outros eram peixes pequenos, que seguiram Madame Tallien da "casinha" para o palácio: Mmes. de Mailly-Château-Renaud, Regnault (de Saint-Jean-d'Angely), Hainguerlot, Hamelin, de Krudner, de Navailles, Rovère, Jouberton, toda uma turma de *merveilleuses*, esposas de emigrados e regicidas, generais e deputados e empreiteiros, crioulas trazidas por Josefina, estrangeiras desenraizadas de seus próprios países, como Madame Visconti

da Itália e Madame Grant do Hindustão. Madame Grant, "a bela e a besta em uma só", que devia sua introdução a Talleyrand; atrizes, como Guimard e Arnould, e uma Marquesa de Noailles também, e cem outras, de todos os cantos do horizonte, Faubourg Saint-Germain, Théâtre-Français, o alto mundo das Finanças, as Índias — Cosmópolis, em suma: todas estas podiam ser encontradas nos salões de Barras. Mas Madame Barras, a única mulher em quem Barras não despertava nenhum interesse, nunca foi vista em Paris.

Os militares eram poucos e raros; estavam todos ocupados em outros lugares. A maioria dos homens eram ou *parvenus* do mundo financeiro ou homens que estavam fazendo suas fortunas lá. "Os jovens que tomaram os lugares dos Marqueses e dos pajens de antigamente", lemos em 25 de junho de 1796, "são empreiteiros e especuladores". O gosto pela especulação tornou-se geral (a tal ponto, nos asseguram, que todas as damas traficavam açúcar, café, terras e assignats), e os grandes especuladores eram naturalmente os príncipes da situação: Vanderberghe, Séguin, Hainguerlot (que fornecera os suprimentos para os "quatorze exércitos" e faturara mais de quatorze milhões com a transação), Perregaux, uma espécie de banqueiro oficial do Governo, Delessert, Hottinguer, os irmãos Michel, os irmãos Enfantin e, pairando acima de todos eles, o "Bonaparte das finanças", Ouvrard (proprietário de Raincy, Marly, Luciennes e outras propriedades), o Marquês de Carabas do Diretório.

Nesta assembleia duvidosa de "deusas" e "Turcarets" vinha um punhado de nobres ávidos por diversão. Quantas vezes os filhos dos guilhotinados eram vistos dançando com as filhas dos homens que haviam guilhotinado seus pais! Assim, uma espécie de excitação febril reinava nesta sociedade caótica e mal composta, consistindo, na grande maioria de seus membros, de pessoas que ascenderam a uma fortuna súbita; sem tato, sem gosto, empenhadas em um gozo rápido de uma riqueza que fora rapidamente conquistada.

Podem nossos leitores se surpreender que a soberana deste reino tenha sido Thérèzia Cabarrus, filha de um banqueiro estrangeiro, a ser conhecida, em épocas diferentes, como Marquesa de Fontenoy, Cidadã Tallien, Princesa de Chimay — ela mesma a própria encarnação da sociedade que governava?

As modas eram muito excêntricas. Nossos leitores devem folhear os desenhos de Bosio e as páginas do *Almanach de Gotha*. As modas mudavam a cada três meses; lenços e turbantes logo foram descartados, assim como botas e sapatilhas. Louise Fusil descreve um momento desses estilos flutuantes: "Faixas, diademas, braceletes 'à la Cléopâtre', cintos com fecho antigo. Xales de caxemira drapeados como mantos, ou mantos de tecido bordado a ouro jogados sobre um ombro; sandálias com fechos de diamante"; este é o vestido usado por "mulheres razoáveis". As mulheres "irracionais" quase não usam roupas: são as célebres "*sans-chemises*": "os braços e o busto nus, com uma saia de gaze e calções cor de carne por baixo" — este era o traje chamado "*à la sauvage*" — "argolas cravejadas de diamantes ao redor das pernas e coxas". O antigo estava na moda. David, de volta a seu ateliê, e seus alunos, estavam enchendo esta nova sociedade com gregos e romanos. Aqui estavam deusas, de fato, em carne e osso! Vestidos "*à la Flore*", e túnicas "*à la Cérés*", que acabaram por deixar suas usuárias quase nuas. "Bastaria tirar muito pouco delas para torná-las exatamente como a Vênus de Médici." E, no entanto, os costureiros eram reis; esperava-se que eles combinassem o máximo de elegância com o mínimo de material. Os sapateiros também eram reis, assim como os cabeleireiros, que se autodenominavam "artistas em penteados". E eles eram mantidos ocupados, esses "Michelangelos!" Madame Tallien tinha vinte e cinco perucas de cabelo dourado, e todas as outras damas seguiram o exemplo. O reinado dos *sans-culottes* fora seguido pelo reinado das *sans-chemises*.

As beldades desciam do Luxemburgo para os jardins públicos. Toda Paris estava empenhada em se divertir. Bagatelle, Tivoli, Frascati, o Élysée-Bourbon, a aldeia de Chantilly, eram tantos campos de batalha da moda e da alegria. E havia outros refúgios, os jardins de Marbeuf, Paphos, Idalia e Mousseaux. Tivoli estava particularmente em voga por causa dos fogos de artifício de Ruggieri: "por uma coroa, você pode ver o entretenimento mais brilhante de toda a Europa duas vezes por semana". "O número de pessoas presentes na reabertura dos entretenimentos de Tivoli é estimado em 12.000, e o valor das receitas em 29.000 libras", escreve o *Publiciste* em 24 de Prairial do Ano VI. Mas então o Pavilhão de Hanôver começou a lançar foguetes: e Franconi abriu seu circo no jardim das Capuchinhas, Franconi, o cavaleiro de laços dourados, exatamente o homem para agradar a esta sociedade de gostos bizantinos, que logo derrubou as receitas de Ruggieri, "aquele pirotécnico de gênio". E quantas outras atrações também! No Baile Richelieu, "uma arca de vestidos transparentes", "vemos", escreve Mercier em 1797, "cem deusas perfumadas coroadas de rosas". E não eram cortesãs, mas as esposas de deputados — legítimas ou irregulares — de Ministros, de Diretores. Essas damas apareciam em Ranelagh também, onde Victor de Broglie teve sua primeira visão de Madame Tallien, em sua túnica de gaze rosa, fendida de um lado, seus pés descalços brilhando com anéis de joias: e em Frascati elas podiam ser vistas no salão amarelo-pálido realçado com verde-bronze, pintado por Debucourt. Quando o gosto do público, cansado de tantos prazeres, começou a fraquejar, o engenhoso Piconet o reviveu, nos Jardins d'Idalie, com *tableaux vivants* que desafiavam a descrição.

Todas essas coisas eram desfrutadas com paixão, mas dançar acima de tudo. Dançava-se em todos os lugares; havia 300 bailes públicos: tornou-se uma mania: dançava-se na Praça da Grève, onde a guilhotina estivera tão recentemente; as noites eram dedicadas à dança, os dias a excursões nos bosques. O passeio para Longchamp voltara à moda: em meio a 2000 carruagens, escreve um jornalista entusiasmado, "Mmes. Tallien e Récamier podem ser vistas brilhando na multidão, como suaves raios que caem sobre a noite".

Comia-se muito também — queremos dizer entre as pessoas que podiam pagar 1.248 libras por uma perna de carneiro. Foi em 1795 que o dono de restaurante, que serve boa comida e bom vinho a seus clientes, em salas resplandcentes de espelhos e dourados, fez sua primeira aparição: "a panela de sopa foi virada", escreve um contemporâneo: a vida doméstica fora abandonada, todos jantavam agora no Palais-Royal: os homens que haviam sido cozinheiros nas antigas famílias tornaram-se donos de restaurantes: o nome de Vatel era agora Véry, ou Beauvilliers, ou Méot, "o grande Méot", como um de seus clientes o chama, com um toque de emoção.

A boa comida era estudada. Estes foram os dias em que Brillat-Savarin meditava e Grimod de la Reynière escrevia. Um saudou o reaparecimento da trufa, "o diamante da mesa", o outro saudou alegremente o fim de uma Revolução grosseira, no decorrer da qual "até a receita para fazer um fricassê de frango quase se perdera". E o coração de Grimod encheu-se da mais sincera admiração pela esplêndida restauração dos Anos IV e V. "Os corações da maioria dos parisienses ricos", escreve ele, "transformaram-se em moelas!"

Isso era um elogio comovente!

No Palais-Royal, também se jogava, e jogava-se alto, pois "a Cidadã Bentabole, esposa de um deputado, perdeu dois milhões em uma única carta", o que leva à reflexão de que seu marido nem sempre deve ter se contentado com seu salário parlamentar.

Não precisamos dizer que todos os trinta e dois teatros estavam lotados. "Tudo neles", diz um relatório policial, "respira tranquilidade e alegria, prazer e deleite".

Havia um amor apaixonado pela arte do ator: pois, além dos teatros públicos, havia duzentos outros em que se apresentavam peças amadoras. E que modelos havia para o amador copiar!

Nunca existiu uma companhia como aquela: Contat, Raucourt, Duchesnois, Julie Talma, Lange, Mars, Montansier! Talma, que se envolvera com o jacobinismo, não ficou muito tempo em desgraça, e "Molé encanta" a todos. Vestris também estava arrebatando corações na ponta dos pés. Embora "as mulheres estejam notando, com tristeza, que Michu (da Opéra-Comique) está envelhecendo visivelmente", o "incomparável Lays", "o deus do canto", ainda fazia até seus inimigos boquiabertos de admiração. Mas a maior mania de todas era por Garat, que trouxera as baladas para a moda e as cantava "adoravelmente". Esses teatros, cujos artistas, quer declamassem, cantassem ou dançassem, eram todos "seres amados", davam o toque final a uma cidade tão deliciosa que nenhum estrangeiro, como lemos na data de Brumário do Ano V, "pode deixar de confessar que Paris é a primeira cidade da Europa!"

O que mais espantava o estrangeiro (temos suas cartas) era a frouxidão reinante dos costumes. A família fora destruída. Sob o antigo regime, ela fora a própria base da sociedade. A abolição da lei do primogênito, e ainda mais o triunfo do espírito de crítica, emancipara filhos e filhas. "Quando a Revolução cortou a cabeça de Luís XVI", diz o Duque de Chaulieu de Balzac, "ela cortou a cabeça de todo pai de família na França." No entanto, Napoleão restaurara a ordem na família quando as palavras foram postas na boca de Chaulieu. Sob o Diretório, pais e filhos viviam em uma espécie de camaradagem familiar que espantava os emigrados que retornavam mais do que qualquer outra mudança social.

Mas, de fato, pais e filhos pouco se viam. A vida doméstica se desintegrara. O decreto de 20 de setembro de 1792, que estabeleceu o divórcio e foi levado ainda mais longe pela Convenção em 1794, produzira frutos em quatro anos que a própria Legislatura jamais sonhara: um divórcio imediato podia ser pronunciado por incompatibilidade de gênios, para entrar em vigor no prazo máximo de um ano, se um dos cônjuges se recusasse a se separar antes que esse período tivesse expirado. Em 28 de Floreal do Ano II, foi dada autoridade a qualquer marido ou esposa para romper o vínculo e se casar novamente, se seu parceiro estivesse ausente por seis meses, de modo que "nenhuma exceção tendo sido feita no caso dos defensores do país", qualquer soldado poderia voltar da Itália, coberto de glória, e encontrar um novo marido instalado em sua casa.

Houve uma corrida ao divórcio: no final de 1793 — quinze meses após a aprovação do decreto — 5.994 divórcios haviam sido concedidos em Paris. Remetemos nossos leitores a Sagnac para uma explicação da lei, e a Goncourt, para suas consequências. Sob o Diretório, vemos mulheres passadas de mão em mão por um processo legal. Qual foi o destino das crianças nascidas dessas uniões sucessivas? Algumas pessoas se livraram delas: o número de enjeitados no Ano V subiu para 4.000 em Paris e para 44.000 nos outros departamentos. Quando os pais mantinham as crianças, uma confusão tragicômica era o resultado. Um homem se casava com várias irmãs, uma após a outra: um cidadão apresentou uma petição aos Quinhentos para se casar com a mãe das duas esposas que ele já tivera. Tão grande era o abuso, e tão desmoralizantes as consequências, que os Quinhentos foram levados a investigar: em Nivoso do Ano V, foi lido um relatório da tribuna de tal natureza que não se sabe se ri ou chora dele: mas não conseguiram encontrar nenhum remédio. A família estava dissolvida. No entanto, houve uma celebração pomposa em 10 de Floreal do Festival do Casamento e outra do Festival da Piedade Filial em 16 de Pluvioso. Uma verdadeira farsa!

Naquele momento de perversão sem paralelo, a própria morte era encarada com indiferença, para dizer o mínimo. Ch. de Constant ficou espantado com a maneira furtiva com que os mortos eram enterrados. Na França, onde nossa mais forte reverência sempre foi a reverência por nossos mortos, a morte parecia ter perdido todo o direito ao respeito e até mesmo à atenção.

Devemos lançar um olhar, agora, para as profundezas mais baixas dessas profundezas. Mallet du Pan, um inimigo declarado da Revolução, pode ser suspeito quando fala de "Sodoma e Gomorra", e Ch. de Constant, criado no Lago de Genebra, talvez possa ser acusado de puritanismo excessivamente sensível. Mas Picquenard, o Comissário de Polícia, é uma autoridade de um tipo muito diferente, e ele faz um comentário de dez páginas sobre a seguinte afirmação: "Ninguém pode ter ideia da depravação pública": ele prossegue, em 5 de Prairial, para dar a Merlin de Douai um quadro da condição da moral de tal natureza que somos incapazes de ecoá-lo mesmo em termos mais brandos. Os jornais da época (que dificilmente podem ser acusados de puritanismo) queixavam-se de que livros obscenos, "a leitura favorita de nossas jovens", estavam espalhando vícios estranhos. Um relatório, datado de Prairial do Ano VII, declara a natureza desses vícios em termos tão brutais que seria impossível sequer traduzi-los. Todos chegaram à mesma conclusão. "Não há mais moral."

"Os monarquistas sorriem para esta depravação: eles sentem o quanto o espírito de dissolução que está entrando em todas as classes da sociedade está fazendo para degradar o espírito republicano... Os católicos estão cheios de tristeza pelo destino da religião, que, perseguida como está, não pode mais impor um freio saudável a todos esses delitos." Com estas palavras, o oficial de polícia sublinha uma característica que nos traz de volta da moral para a política.

Esta sociedade desgastada percebeu que estava correndo para o abismo. E a ferocidade com que se lançava em seus divertimentos a condenava inevitavelmente a dias ocasionais do mais cruel cansaço. Havia um vago anseio pela reconstituição da família que desaparecia rapidamente. Aqueles (nas classes altas) que haviam sido devotos da "filosofia" começavam a se perguntar se esse banimento da Divindade da sociedade não fora feito muito rapidamente. Alguns deles clamavam por uma legislação forte. "Precisamos de um Deus para esta grande obra?", pergunta o Comissário Picquenard, "Não! Só precisamos de instituições republicanas sábias."

Mas ninguém mais acreditava em instituições republicanas sábias, visto que Barras, sentado sobre as ruínas da Constituição, ainda dominava no Luxemburgo.

Então a cura teve que ser procurada em outro lugar, fora dessas instituições republicanas.

CAPÍTULO XLV

BONAPARTE E O DIRETÓRIO

Setembro de 1797 — Maio de 1798

"Poder por escalada." Os novos Diretores, Merlin e François. A corrida por cargos. O Terror após o Frutidor. A bancarrota dos Dois Terços. A ruptura entre os vitoriosos do Frutidor. Bonaparte em Udine. Campoformio (25 de Vendemiário, Ano VI). A enorme popularidade de Bonaparte. Mombello, palavras de paz. Bonaparte chega a Paris. Sua recepção no Luxemburgo. Bonaparte no Instituto. Ele deseja ir para o exterior. O Diretório revoluciona a Itália. Bonaparte parte para o Egito.

"VAMOS BANIR essas teorias absurdas de pretensos princípios e os apelos estúpidos à Constituição!" Assim, como o urso da fábula de La Fontaine, Bailleul, em nome do Diretório do Frutidor, esmagou a mosca na cabeça do sistema que ele defendia com uma pedra de calçamento! Palavras como essas profetizavam claramente o fato de que tudo, como disse Madame de Chastenay, estava prestes a "assumir um caráter de violência e conquista".

A vanguarda dos jacobinos, tendo, como diz a mesma senhora, "tomado o poder por escalada", começou exigindo o pagamento por seus serviços. No dia, não muito distante, em que o Diretório se cansaria de suas exigências e se recusaria a satisfazê-las, começaria a luta entre os vitoriosos do Frutidor, um duelo em dois atos, o de Floreal do Ano VI e o de Prairial do Ano VII.

"Até agora", escreve um deles, Joseph Fouché, "os patriotas sempre caminharam sobre espinhos: já era hora de a árvore da liberdade dar frutos mais doces para aqueles que iriam colhê-los e apreciá-los." Nunca se sabe se este Fouché está falando sério ou não.

Os melhores frutos foram imediatamente colhidos por Merlin e François de Neufchâteau. Para o desapontamento mortal de Talleyrand, que se oferecera e fora rejeitado ("apesar das intrigas de ambos os sexos", diz Barras), eles foram nomeados Diretores.

François era um intelectual, autor de uma certa "Pamela ou a Virtude", que lhe valera a admissão ao Instituto: sua moral era lamentável; ele pregava a virtude nos palcos, mas a praticava muito pouco nos bastidores: era um libertino, mas com inclinações filosóficas, pelas quais foi bem recebido por La Revellière: seus colegas logo o acharam tão enfadonho que seu único desejo era se livrar dele o mais rápido possível, talvez apressando o destino.

Merlin era mais notável, notável demais. La Revellière e Barras concordam em nos dar uma imagem hedionda dele: seus poderes estavam acima da média, mas havia "algo selvagem" em seus olhos e em sua voz: ele era um advogado, e tão versado em leis que sempre tinha uma pronta para sufocar a equidade. O 18 de Frutidor criara o estado excepcional de governo que convinha a este jurista cesarista (que serviria como Procurador-Geral sob Napoleão I), e ele se destacou por um momento como "o mais poderoso (escreve um de seus inimigos), assim como o mais odiado e odioso dos homens".

Uma vez nomeados os Diretores (poderíamos contar uma história divertida dessa corrida por cargos, extraída dos vários documentos em nossas mãos), eles distribuíram postos e favores a seus amigos e cúmplices. "Um orvalho amável", escreve um dos que se beneficiaram, "de subsecretarias, pastas, comissariados, legações e embaixadas".

Embora Paris tivesse permanecido indiferente, alguns dos departamentos haviam demonstrado uma inclinação para se rebelar contra a proscrição de seus representantes eleitos: isso ocorreu no Allier, por exemplo. "Vai sentir o chicote", escreveu Bernadotte a Bonaparte no dia 24, "oito mil homens estão marchando para aquela vizinhança de toda a França." Os departamentos pensaram que o Terror seria novamente desencadeado sobre eles: eles se calaram. Em Paris, os únicos sintomas de oposição foram algumas manifestações nos teatros e nas escolas de medicina e outras profissões. Todos os órgãos administrativos e tribunais haviam passado por um processo de depuração, e o medo dos novos "juízes" era grande.

O teatro (a imprensa já havia sido amordaçada) foi cuidadosamente censurado por sua vez: apenas "os oráculos da moralidade, as máximas sagradas da filosofia e os grandes exemplos da virtude" seriam permitidos no palco — este era o estilo de François de Neufchâteau: *Pamela, ou a Virtude*, e *O Dezoito de Frutidor*, que mostrava Augereau liderando o assalto a um Tuileries de papelão, logo se tornariam as únicas peças que as autoridades tolerariam.

Finalmente, um verdadeiro Terror foi organizado contra os nobres e os padres. Quaisquer emigrados que o Governo pusesse as mãos eram fuzilados sem misericórdia. De vez em quando, uma rajada de tiros ecoava na planície de Grenelle; "A natureza geme, mas a lei fala!", como diziam as comunicações semioficiais na imprensa. E uma curiosa campanha foi aberta para obter a proscrição de qualquer antigo nobre; o homem que se tornaria o Conde Boulay de la Meurthe, e Regnier, o futuro Duque de Massa, foram ambos particularmente violentos em seus ataques aos portadores de qualquer título de nobreza. Nenhum antigo nobre deveria gozar dos direitos de cidadania.

Mas, acima de tudo, os católicos sofreram um tratamento cruel: isso era inevitável, já que aquela única suposta tentativa de uma restauração "romana" havia levado La Revellière-Lépeaux, o grande protetor da Teofilantropia, e o Abade Grégoire, empenhado na ressurreição do cisma, e Germaine de Staël, que acreditava que o protestantismo era o único "meio de destruir a religião católica", para os braços do cético Barras.

A decepção estava reservada para cada um deles. Germaine de Staël e Grégoire descobririam, para sua tristeza, que a cruzada atual era dirigida contra o cristianismo de todo tipo. E La Revellière-Lépeaux suportaria as mais amargas mortificações. Os Teofilantropos foram recebidos em toda parte com desprezo. Por Brumário do Ano VI, esta religião quase estatal (o Estado fornecia-lhe igrejas e fundos) tornara-se falida. Era o alvo de piadas nos Halles, como nos informa um relatório: "Em tudo o que o povo diz contra ela", continua este relatório, "notamos um interesse pouco natural pela religião católica". No 1º de Vendemiário do Ano VI, quando La Revellière ofereceu uma "oração ao Autor da Natureza" na presença de uma "imensa assembleia" no Champ-de-Mars, a visão do alto padre corcunda lançou um ridículo final sobre seus adeptos: Robespierre, pelo menos, soubera parecer o pontífice!

"Um interesse pouco natural pelo catolicismo!" Isso tinha que ser sufocado imediatamente! A cláusula 24 da Lei do Frutidor investira os Diretores com o poder de prisão arbitrária, pois muitas vezes o mandado que enviava um padre para as galés simplesmente continha as palavras "um homem de moral abominável". No decorrer dos três primeiros meses do Ano VI, 464 padres foram deportados desta forma, 431 nos três meses seguintes, 185 nos seguintes e 386 nos últimos: 1448 em um único ano, sem contar os 8.235 padres capturados nos departamentos belgas. E mesmo assim as autoridades queixavam-se de que eram impedidas de capturar mais pela devoção dos "agricultores cegos". Em toda parte, de fato, os camponeses escondiam seus clérigos: em Messidor do Ano VI, o Diretório expressou sua indignação com a forma como os habitantes do campo abrigavam os padres, "embora eles sejam um flagelo mais formidável do que quaisquer ladrões ou assassinos".

Os que não foram fuzilados foram enviados para as prisões de trabalhos forçados, e lá morreram, quase todos eles: de cento e noventa e três eclesiásticos, transportados para a Guiana a bordo do *Décade*, apenas trinta e nove escaparam da febre do país vinte e um meses depois.

E esta cruzada, como já dissemos, era francamente anticristã. François de Neufchâteau ordenou que os professores ensinassem aos seus alunos o "racionalismo" e notou o fracasso da Igreja Constitucional com uma considerável satisfação. "Grégoire, o Primeiro de Paris" era tão rudemente tratado pelos jornalistas jacobinos quanto "Pio, o Último de Roma". Padres que haviam prestado juramento eram insultados tão constantemente quanto aqueles que se recusaram a fazê-lo, assim como as "antigas freiras", de cujas mãos a educação das "jovens cidadãs", que elas teriam transformado em "beatas", deveria ser retirada imediatamente!

Em resumo, o 18 de Frutidor produziu todos os frutos esperados: deputados foram proscritos, os nobres despojados de seus direitos, a imprensa reduzida à servidão, o teatro amordaçado pelo censor, os departamentos aterrorizados, os padres deportados, os emigrados fuzilados: não era nem mais nem menos do que um Terror hipócrita, enfeitado com fórmulas à maneira de François de Neufchâteau.

O golpe de Estado também dera frutos para seus apoiadores, como vimos; mas o acordo deles sobre a disposição dos despojos não durou dois meses. O Diretório, no entanto, aproveitou a calmaria temporária para arrancar do "regenerado" Corpo Legislativo aquilo que os Conselhos haviam recusado pouco antes do Frutidor: a bancarrota dos Dois Terços.

A situação financeira estava se tornando terrível: ninguém era pago, nem as tropas nem os funcionários, e os aposentados e detentores de títulos do Estado apenas de forma muito irregular. Mas, por mais irregulares que fossem esses pagamentos, a dívida pesava muito sobre o Estado empobrecido. Como os métodos revolucionários estavam agora na ordem do dia, a hora aparentemente chegara para reduzir o montante dessa dívida por um processo muito simples. No futuro, os credores do Governo receberiam juros sobre um terço de seu capital: os outros dois terços seriam pagos. Tudo isso era bastante regular. Mas os dois terços seriam pagos em títulos do Tesouro, representando saques territoriais. Ora, o valor desses saques caíra a zero. Isso simplesmente equivalia a uma bancarrota hipócrita. Ramel nunca teria ousado sugerir tal coisa aos deputados da Assembleia do Ano V: no entanto, a proposta fora elaborada com antecedência, pois foi no 19 de Frutidor que os Conselhos "purificados" foram convidados (a expressão tem um sabor especial) "a regenerar as finanças".

Os Conselhos concordaram com tudo: a proposta, que foi aprovada pelos Quinhentos no dia complementar seguinte, foi transformada em lei pelos Anciãos no 9 de Vendemiário. No dia seguinte, a bancarrota tornara-se um fato evidente: os saques caíram para um por cento de seu valor de face; o homem que possuía o suficiente para lhe render 300 libras por ano só conseguia 110 libras. O Corpo Legislativo deve ter sido singularmente intimidado antes de trair assim os interesses de todo um corpo de seus eleitores.

Mas as pessoas começavam a dizer — e o Floreal, seguindo os passos do Frutidor, logo provaria que era verdade — que na França, agora, havia, em última instância, apenas um eleitor, o grande eleitor, o Governo.

Enquanto isso, todo um grupo da Esquerda estava se rebelando. Uma vez votada a lei financeira, o Diretório pareceu menos inclinado a satisfazer as exigências daqueles que o haviam apoiado no caso do Frutidor: os Diretores, e Reubell mais especialmente, foram acusados de guardar todas as coisas boas para seus próprios parentes; foram acusados de "reação", e mais, de "corrupção".

Essa nova campanha, inaugurada em Brumário do Ano VI, era de tendência moral. A oposição jacobina começou a assumir ares puritanos. O quadro da moral corrente que propositadamente apresentamos aos nossos leitores nos convencerá de que o jogo era promissor e nos permitirá adivinhar por que eles escolheram jogá-lo. Embora o inverno promettesse ser bastante alegre no Tivoli, em Ranelagh e no Luxemburgo, ameaçava ser cruel nos Faubourgs. Não havia trabalho e a pobreza aumentava em toda parte. Os proprietários de pequenas rendas, arruinados pela lei recém-aprovada, engrossariam as fileiras da população faminta. A partir daquele momento, a impopularidade dos "novos ricos", todos considerados "vigaristas" e "homens podres", aumentou rapidamente. Mas quem eram os protetores desses homens? O Luxemburgo: Barras era outro homem corrupto, Reubell era um ladrão completo, Merlin fizera milhões com a Revolução. Naturalmente, os demagogos começaram suas operações secretas. O Diretório também deveria ser "regenerado"!

No 14 de Brumário, o General Marbot abriu as hostilidades: da tribuna, ele pintou um quadro alarmante da moral existente, pública e governamental: se os Conselhos não se elevassem acima do nível "deste oceano de corrupção", a Nação certamente os atingiria com a "proscrição moral" que estava aplicando ao Luxemburgo! O Clube Constitucional, agora governado pelos partidários de medidas extremas, seguiu o exemplo de Marbot. Atacou os Diretores. Eles (erroneamente, como veremos) imaginaram que seria fácil abafar o movimento perigoso em seu nascimento. Fecharam o Clube: a ruptura tornou-se mais óbvia. Mas o Governo enfrentou a luta com o coração leve: por um momento, a paz de Campoformio conquistara-lhe a indulgência do público, um pálido reflexo da popularidade transcendente de Bonaparte.

No entanto, "o General" (haveria outro general?) concluíra essa paz apesar dos Diretores. Eles teriam ficado bastante contentes em continuar fazendo uma guerra perpétua; nós sabemos por quê. Neste momento, eles temiam as tropas mais do que nunca. O que os soldados fariam uma vez que a paz fosse

restaurada? "Plantar suas couves? Mas eles precisam ter couves para plantar!", disse Barras. Essa foi a razão pela qual Leoben, aos olhos dos Diretores, não era mais do que um armistício; embora tivessem tratado com os ingleses em Lille e com o Czar Paulo (que parecera inclinado a nos atacar) em Berlim, eles puseram muito pouco empenho em suas negociações.

O golpe de Estado que derrubara Barthélemy garantira o triunfo do partido a favor das "fronteiras naturais", uma expressão popular e grandiloquente sob a qual se escondia um imperialismo que desprezava todos os limites e uma política muito bélica. E também enchera os Diretores de orgulho, como se tivesse sido o Continente Europeu que Augereau derrotara em torno da fonte das Tulherias.

Eles romperam as negociações em Lille e em Berlim, e pretendiam pôr fim àquelas que Bonaparte estava conduzindo com a Áustria.

Mas Bonaparte estava decidido a fazer a paz, porque o que ele almejava agora era o poder. O homem que desse a paz, uma paz gloriosa, é claro, à França seria o mais popular dos homens. Ele não tinha a intenção de retornar, para usar a fraseologia de seu tempo, até que pudesse trazer de volta o ramo de louro da paz unido às palmas da vitória. Quando a ordem para romper as negociações lhe chegou, ele fingiu acreditar que o Diretório "duvidava de sua virtude" e informou-lhes que estava voltando para "recuperar suas forças em meio à massa de seus concidadãos". Em seu pavor, os Diretores lhe deram carta branca. A carta que lhe enviaram do Luxemburgo em 8 de Vendemiário respirava uma submissão tão aterrorizada que sua humildade vil deve ter lhe dado a medida de seu próprio poder.

Ele prosseguiu com suas negociações. Elas começaram formalmente em Udine, onde Cobenzl chegou em 27 de setembro (5 de Vendemiário), munido de plenos poderes do Governo austríaco. E depois que a agora célebre discussão, que provou o gênio de Bonaparte ser tão grande na diplomacia quanto na batalha, durou uma quinzena, o famoso tratado de 17 de outubro de 1797 (25 de Vendemiário do Ano VI) foi assinado à meia-noite, na pequena aldeia de Campoformio, perto de Udine, e a paz do Continente foi temporariamente assegurada.

Este tratado selou com a aprovação da Europa a grandeza sem precedentes do poder da França. A Áustria renunciou à Bélgica (há muito anexada à França) e à Lombardia, que, com a adição da Valtellina, arrancada dos Grisões, e dos territórios tomados ao Papa, ao Duque de Módena e à República de Veneza, deveria ser formada em uma República Cisalpina, sob o estreito protetorado da França. A infeliz Veneza e os territórios venezianos limitados pelo Ádige foram entregues à Áustria. Em troca de certas indenizações, a serem decididas por um Congresso a se reunir em Rastatt, a maior parte da margem esquerda do Reno permaneceria em mãos francesas.

Esta última cláusula, de fato, estava carregada de ameaças de tempestade e reservas mentais. O Sacro Império consentiria em ser desmembrado? A Áustria contava com um conflito decorrente desta questão. Sua intenção era usar essa aparência de paz para restaurar a força de seus exércitos. A Inglaterra, na mesma expectativa, estava enchendo seus cofres de guerra naquele exato momento por todos os sacrifícios que podia conceber. Essa paz só poderia ser uma paz temporária. Pode ter sido com essa reserva mental que os Diretores concordaram em referendá-la, o que fizeram em 26 de outubro (4 de Brumário).

Grande alegria reinou em toda a França. Uma vintena de relatórios policiais, uma centena de artigos de jornais, numerosas cartas contemporâneas, mostram-nos uma nação "embriagada de felicidade". Em vão a imprensa inspirada atribuiu o mérito desta paz aos Diretores do Frutidor. "De todos os lados", lemos, "ressoam os louvores ao General Bonaparte". Foi uma tremenda explosão de entusiasmo e afeto. Dos lugares mais remotos do campo (temos algumas notas rudes escritas por camponeses) aos Faubourgs de Paris, observados pelo olhar atento da polícia, correu como um rastro de pólvora aceso. A nação francesa estava em uma situação lamentável: um povo de coração generoso, adora amar, e por sete anos inteiros fora privado do amor, e não conhecera senão medo e ódio. Amava Bonaparte por ser, literalmente, "amável" — amável. E, como no caso de todas as grandes afeições, fez para si um quadro ideal do herói que lhe trouxera a paz, que certas de suas características muito genuínas pareciam realmente justificar e fortalecer. A afeição do país coroou-o com uma auréola de todas as virtudes, valor, sabedoria, magnanimidade.

Em Mombello, onde por três meses "o General" mantivera uma verdadeira corte, ele recebera muitos franceses e falara muito em sua presença. Seus comentários ganharam circulação. As coisas que ele dizia eram muito diferentes daquelas que a França ouvira por anos: paz para as consciências; que cada homem siga a forma de religião que preferir sem tentar torná-la opressiva; paz para seus interesses: que cada homem desfrute do que possui, livre de perturbações, impostos e vexações. União para o bem comum, esquecimento das querelas, vigor no governo, mas moderação nas leis, liberdade e ordem. E em 11 de novembro (20 de Brumário), temendo, talvez, não ter se feito ouvir o suficiente, ele condensou suas doutrinas em uma proclamação fraterna dirigida às Repúblicas irmãs da Itália, a Liguriana e a Cisalpina, mas na verdade destinada à França.

Além disso, ele não deveria ser considerado um defensor do militarismo. "É uma grande desgraça", escreveu ele, "que uma nação de trinta milhões de habitantes, e no século XVIII, seja forçada a recorrer a baionetas para salvar o país". O fato de que este estudante de Maquiavel tivesse ele mesmo enviado as baionetas na véspera do Frutidor escapara da memória de todos. Tremendo de emoção, seus ouvintes escutavam suas palavras sábias e moderadas.

O Diretório sozinho estava inquieto. Tentou manter o sujeito problemático afastado, nomeando-o plenipotenciário em Rastatt. Mas Paris estava determinada a contemplar seu deus. Os Diretores foram forçados a chamá-lo. Talvez, de fato, se eles o "oficializassem", pudessem conseguir comprometê-lo também. E Barras tinha uma vaga esperança de que pudesse encontrar, inalterada, sua "criatura" de Vendemiário do Ano IV.

Vendemiário do Ano IV? — Isso foi há um século!

Ele veio.

Sob uma chuva de adulação e pesar, ele deixara a Itália, fizera sua entrada triunfal pela Suíça e mantivera os enviados alemães em Rastatt, por várias semanas, em alternados espasmos de alarme e admiração.

De repente, espalhou-se a notícia de que ele chegara a Paris e fora para "a casa de sua esposa". Em uma febre de curiosidade ansiosa, Paris correu para contemplá-lo na Rue de la Victoire. Mas ele, que não tinha a intenção de desgastar a simpatia do público, estava determinado a não satisfazer sua curiosidade.

Ele tinha algum plano definido? Talvez esperasse, como todos os homens acreditavam que ele esperava, entrar no Diretório, embora não tivesse atingido a idade legal (que era de quarenta anos, e ele tinha apenas vinte e oito). Uma vez lá, ele logo colocaria seus colegas na linha. Ele mencionou o projeto a alguns amigos de confiança. Barras, astutamente, colocou obstáculos no caminho. No geral, o General concluiu que "a pera ainda não estava madura". Sendo esse fato claro, tornou-se difícil para ele permanecer em Paris: ele poderia se comprometer. "O chão parecia queimar seus pés", escreve La Revellière: suas palavras descrevem exatamente a situação. Ele procurou um meio de escapar, o esplendor de sua posição tornou tudo ainda mais difícil. "Se eu não puder ser o mestre, deixarei a França", disse ele novamente. Enquanto isso, como não podia subir e estava determinado a não cair, ele se manteve cuidadosamente afastado.

Ele se fechou, e ao fazê-lo, atçou a curiosidade pública ao ponto da febre. O populacho, sempre pronto a olhar com ternura para o objeto de sua afeição, admirava sua atitude como prova de sua modéstia encantadora.

No dia 10 de Frimário, ele foi solenemente recebido pelos Diretores. Paris veio aos milhares à Rue de Tournon para ver sua entrada no Luxemburgo, e a "sociedade" lotou os pátios e o aclamou com fortes aplausos. "Entusiasmo louco", chamou uma testemunha estrangeira.

"Aí vem ele!" Em seu uniforme simples, "pálido sob seus longos cabelos negros", ele era o Bonaparte que Pierre Guérin pintou em 1797: o olhar perscrutador, o nariz imperioso e os lábios comprimidos, livres ainda da expressão mal-humorada dos anos posteriores, o queixo forte e obstinado, a testa alta sob as madeixas "desgrenhadas". Quase nenhum bordado sobre ele: diante de todos aqueles Diretores, Ministros e deputados, enfeitados com penas, galões de ouro, sedas e cetins, seu desprezo pelo luxo se destacava, deliberadamente expresso; seu porte era rígido e até desajeitado: mas cada gesto e cada olhar traíam uma formidável força de vontade.

Tão forte foi a impressão que ele produziu que um "silêncio religioso", uma espécie de estupefação, reinou por um instante. Logo foi quebrado por um rugido de aplausos entusiasmados.

Barras estava na presidência: ele se vangloria da inteligência demonstrada em seu discurso: para nós, parece um tecido de banalidades misturado com ironia hipócrita. Algum dia, talvez, disse o Diretor, eles tivessem que apelar ao herói e "arrancá-lo de seu retiro estudioso". Bonaparte respondeu sem aparente destreza, com uma voz "rude e entrecortada". Apenas uma frase chamou a atenção: "Quando a felicidade do povo tiver sido assegurada por melhores leis orgânicas..." Com um olhar pensativo, Talleyrand virou-se para Barras: "Há um futuro nisso", disse ele. O ex-bispo já estava preparando seu próprio lugar nesse futuro: pois quando ele deu uma festa em homenagem ao General, para a qual "duzentas das mais belas e ricamente vestidas mulheres" de Paris se aglomeraram, a única a quem o anfitrião fez galanteios foi a "esposa do General".

Mas aquela noite alegre foi, e permaneceu, uma exceção: Bonaparte recusou todos os convites; no entanto, o "herói" foi visto na casa de François de Neufchâteau, onde conquistou os corações de todos os membros do Instituto, lisonjeando e deslumbrando Lagrange, Laplace, Sieyès, Chénier, Daunou e David. Ele desejava ser um membro. "Uma grande honra para o Instituto", escreve o *Ami des Lois* no dia 10 de Nivoso. Ele leu algumas memórias perante a Seção de Mecânica, na Classe de Ciências. No dia 15 de Germinal, ele esteve presente na "reunião das cinco classes": foi recebido por Andrieux, e "três vezes foi aplaudido com transportes de entusiasmo". Esses "intelectuais" eram quase as únicas pessoas com quem o General se relacionava — e notaremos as consequências do incidente em uma data posterior.

Para todo o resto da humanidade, ele continuou invisível. Notado uma noite em um camarote no Théâtre des Arts, e aplaudido pelo público, ele imediatamente se retirou. Todos foram enganados por essa "modéstia". As cartas de um ex-membro da Assembleia Constituinte, Rabaut-Pomier, mostram quão completamente ele foi enganado: o herói, "cujo livro favorito dizia-se ser as *Vidas de Homens Ilustres* de Plutarco, não era um César, mas um Cincinato: ele nunca saía, exceto "para passear em seu modesto jardim". Os poucos que lhe queriam mal concluíram que "ele estava declinando rapidamente". E os medos de certos homens foram acalmados.

Isso era exatamente o que Bonaparte queria: ele não podia agir, então ele adormeceu seus inimigos. Mas ele estava determinado a partir. A expedição contra a Inglaterra fora confiada a ele. Em sua opinião, e certamente na do Diretório, estava fadada ao fracasso: isso era uma armadilha, e ele a farejou. Ele pediu ao Governo que o colocasse no comando de uma expedição ao Egito. O Diretório, que o teria enviado com prazer para o diabo, enviou-o para os Mamelucos. No mês de Germinal, o General conseguiu a aceitação de seu plano para uma expedição ao Oriente: um gigantesco movimento de flanco, que deveria pegar a Inglaterra pela retaguarda, arrancar-lhe o Mediterrâneo, tomar Malta e Alexandria, completar o antigo plano de ocupação de Corfu e Ancona, e ameaçar o domínio do inimigo na Índia.

Começaram os preparativos para a cruzada.

O plano, por mais excessivo que parecesse, era defensável. De um ponto de vista, era muito sério e marcado com as qualidades deslumbrantes de um gênio visionário. A ideia de Bonaparte era que a França deveria dominar o Mediterrâneo, "nosso mar", como seus ancestrais latinos o haviam chamado. Lá, por um século inteiro, a chave da situação certamente estaria: os ingleses provaram que sabiam disso, adicionando Malta, Chipre e Alexandria a Gibraltar, com o passar dos anos. No entanto, o desejo do General de se fazer sentir falta, e o desejo do Diretório de vê-lo partir, devem ter sido muito fortes, ou ele nunca teria garantido o triunfo de seu plano. Pois dificilmente poderia haver dúvida, naqueles dias de primavera do Ano VI, de que a Europa estava se preparando para um novo ataque à França.

Graças às intrigas austríacas, as negociações em Rastatt estavam sendo deliberadamente prolongadas. Não foi até 9 de março que as potências alemãs finalmente consentiram na cessão da margem esquerda do Reno, e então apenas com a condição de que o consentimento do Imperador fosse obtido. E o Imperador estava procurando algum pretexto para agitar a Europa.

Ele encontrou mais de um em suas mãos. Fundos eram necessários para a "expedição contra a Inglaterra" (que deveria mascarar a expedição ao Oriente). Onde esses fundos poderiam ser obtidos senão na Itália, na Suíça e na Holanda? A expedição a Roma só foi decidida (depois que a população do

Trastevere assassinou o General Duphot) para "encher o cofre", e quando Berthier foi a Roma, ele foi como "tesoureiro da expedição à Inglaterra". Ele entrou em Roma em 15 de março, evocando "os manes de Catão e Bruto", embora o único objetivo de sua vinda fosse saquear o túmulo de Crasso. Quando Pio VI foi derrubado, ele procedeu, como formalidade, a estabelecer uma República Romana, em 20 de março (29 de Ventoso), cuja estranha história, como nos foi contada de forma muito instrutiva por Albert Dufourcq, é simplesmente uma história de extorsão desmedida.

A Suíça deveria ser invadida pela mesma razão. O pretexto era a defesa dos "patriotas valdense" contra os "tiranos de Berna". Estes foram derrubados em 4 de março (13 de Ventoso) por Brune, que não se esqueceu de pôr as mãos nos milhões encontrados nos cofres do Estado conquistado e deu ordens para que o butim fosse aumentado para quinze milhões por meio de impostos cobrados no país. O resultado de tudo isso foi a criação de uma república unitária e democrática, mantida em estreita escravidão pelos conquistadores.

Enquanto isso, a República de Mulhouse se oferecera — de sua própria vontade — à França e fora imediatamente anexada. Na Holanda (ainda muito independente), o Governo foi tão completamente "frutidorizado" — a palavra estava em uso corrente — por Joubert que, graças a um tratado assinado em 12 de abril (22 de Germinal), ele pôde colocar "navios e tesouros" aos pés de seu país.

Como a Itália Cisalpina também fora "amarrada com correntes de ferro" em 22 de fevereiro (5 de Ventoso), como o Rei da Sardenha fora forçado a abandonar o Piemonte aos franceses, como Garat fora enviado a Nápoles para preparar um arranjo semelhante, e Sotin fora despachado a Gênova com o único propósito de exercer mais pressão no estilo do Frutidor sobre uma república que ainda não aprendera a completa docilidade, a França parecia estar oferecendo à Europa todos os pretextos que ela poderia desejar.

Felizmente, a Áustria não estava totalmente pronta, então ela rodeou o assunto em Rastatt: mas todos sabiam que a Rússia estava "acordando" e sentiam que a Europa estava às vésperas de uma grande guerra.

Enquanto isso, em 19 de maio (29 de Floreal), Bonaparte embarcara com dez mil marinheiros, trinta e cinco mil soldados, um estado-maior brilhante, Berthier, Kléber, Davout, Lannes, Desaix, Murat, Bessièrès, Duroc, Marmont, Menou, Brueys e Villeneuve, e — um fato muito interessante — com um corpo de delegados do mundo das letras, da ciência e da arte, que conferiu uma qualidade de exploração científica a esta cruzada épica.

Poucos dias depois, chegou a Paris a notícia de que Malta fora tomada sem um golpe. Em 30 de junho (11 de Messidor do Ano VI), a expedição desembarcou em Alexandria.

"Partiu finalmente!", suspirou Barras. A exclamação sincera revela uma política estranha, dominada pelo medo perpétuo da morte.

CAPÍTULO XLVI

FLORÉAL. O DIRETÓRIO CONTRA OS ANARQUISTAS

Maio de 1797 — Maio de 1798

As eleições de Germinal, Ano VI. Eleições "anarquistas". O golpe de Estado de 22 de Floréal, Ano VI. A fúria dos Jacobinos. A luta pela "virtude". As eleições do Ano VII. Todos os partidos se unem contra o Diretório. Os Católicos apoiam os "anarquistas". A Segunda Coalizão. A Expedição ao Egito. Reveses na Alemanha e na Itália. Suwaroff e seus Cossacos. A Itália perdida.

Antes de embarcar, Bonaparte soube que a luta entre os Jacobinos e o Diretório, iniciada no mês de Brumário, havia terminado, aparentemente, em um novo golpe de Estado — o de 22 de Floréal.

"O assunto está decidido", escrevera o ministro prussiano em 7 de Frimário, "eles [o Diretório] resolveram frear a ascensão dos Jacobinos... antes que tenham tempo de se fortalecer com novos recrutas."

Isso era ainda mais urgente porque as eleições de Germinal seriam particularmente importantes. Os deputados invalidados em Fructidor nunca haviam sido substituídos e, desta vez, mais da metade de todo o corpo de membros — 437 de 750 — seria renovada. Todos os partidos agora ameaçavam, em sua exasperação, unir-se, mesmo que o resultado fosse a eleição de "anarquistas".

Para superar essa coalizão, o Diretório recorreu a seus métodos usuais. Primeiramente, o Governo selecionou seus próprios candidatos oficiais: a lista deles, conta-nos Barras, foi entregue aos ministros. Feito isso, foi decidido, como um "apoio às operações eleitorais", "enviar novos agentes às províncias". Todos estes foram providos de dinheiro, graças a uma "decisão corruptora", acrescenta o Diretor, dando de ombros. Então, em 1º de Germinal, o Festival da Soberania do Povo foi celebrado com grande pompa: nesta performance, seis meses após Fructidor, e apenas dois antes de Floréal, o burlesco pode ser dito ter atingido seu apogeu.

Mas como o Governo, apesar dessa mistura de pressão, corrupção e suborno, temia que a população "votasse mal", ficou estabelecido que os poderes dos membros recém-eleitos seriam verificados, não por eles mesmos, mas pelos deputados que estavam se aposentando... ou que já haviam se aposentado. Assim, as eleições dos membros da nova legislatura seriam declaradas válidas ou inválidas pelos próprios homens que eles haviam derrotado. A resolução, aplaudida ruidosamente, é claro, foi convertida em lei em 12 de Pluviose.

E, finalmente, o *Publiciste* de 12 de Germinal — a própria véspera das eleições — publicou uma nota semioficial no sentido de que se "Terroristas" fossem eleitos, "eles não seriam aceitos, e os departamentos que os escolheram ficariam sem deputados". No dia 22, os dois jornais da oposição "anarquista", o *Hommes Libres* e o *Ami des Lois*, que haviam feito referências severas a essa nota, foram suprimidos.

Tais foram os preparativos para as eleições realizadas no Ano VI da República e no Ano IX da Liberdade!

Apesar de tudo, as eleições foram desastrosas para o Governo.

Desanimados pelos eventos de Fructidor, os "homens honestos" ficaram em casa. E assim o partido violento levou a melhor: em quase toda parte o partido Terrorista obteve uma clara maioria nas assembleias primárias. Então, sob uma ordem de Paris (executada em Paris em primeira instância), as minorias a favor do Diretório se separaram, formaram assembleias separadas e, com imperturbável gravidade, elegeram deputados da minoria em face dos deputados eleitos pela maioria.

Quando essas operações foram concluídas — em 30 de Germinal —, tornou-se evidente que, das 437 vagas preenchidas, mais de 300 deputados, devidamente escolhidos pela maioria, seriam hostis ao Diretório. Juntamente com os deputados que não haviam sido obrigados a se retirar, e que vinham agindo nos últimos dois meses com a oposição "anarquista", estes constituiriam uma maioria formidável contra os Diretores. O Corpo Legislativo teria que eleger um novo Diretor imediatamente (François estava se retirando) e certamente introduziria um inimigo do Governo, um "anarquista", no rebanho: a ideia era muito alarmante.

Os Diretores tomaram suas medidas. Tinham carta branca até 1º de Prairial, quando os Conselhos, em sua forma renovada, se reuniriam. Em primeiro lugar, decidiram fazer François se aposentar um mês antes do tempo e ter seu sucessor eleito (ilegalmente) pelos membros cessantes dos Conselhos. Enviaram Sieyès, "cujo zumbido", e ainda mais suas relações com os "Jacobinos", alarmavam seus colegas Diretores, para Berlim; eles garantiram a eleição de Treilhard (20 de Floréal), um burguês (Mme. de Chastenay é a pessoa que aplica o termo a ele), cuja alma — a alma de um legista cesarista — se alimentava de seu ódio aos "anarquistas".

Medidas já haviam sido tomadas para afastar os homens eleitos pela oposição. Os líderes da maioria derrotada, Regnier, Chenier, Bailleul e Crassous, iam ao Luxemburgo todas as noites para "arrumar a depuração".

Foi no Conselho dos Anciões que a bomba estourou em 8 de Floréal. Regnier, que se tornaria o Chefe de Justiça do Imperador (todos esses homens estavam passando por um treinamento em medidas fortes), exigiu uma depuração dos novos deputados. Ele declarou (e esta era a palavra de ordem) que os "anarquistas" eleitos eram "realistas disfarçados". Essa "iniciativa" foi apoiada, no dia 13, por uma mensagem premente do Diretório: o golpe desferido nos realistas em Fructidor fora uma coisa boa: mas era necessário tomar "medidas tão eficazes quanto as de Fructidor contra os antigos partidários de Robespierre", e "não fazer mais concessões a Babeuf do que aos partidários de um rei fantasma!" "Cortem-lhes as cabeças!", diz o próprio Barras.

Em 14 de Floréal, uma Comissão foi nomeada para investigar as eleições. Bailleul, seu presidente, propôs que toda eleição considerada perigosa para o Diretório fosse anulada de uma vez por todas. De Bry expressou sua forte aprovação a essa medida: o Governo não havia se esforçado para garantir nomeações republicanas e conservadoras? (A palavra conservador é nova para a época e prova a existência de uma nova atitude mental.) E, como havia

falhado, apesar das sérias advertências dirigidas à maioria dos eleitores, esses eleitores (teoria admirável!) deviam ser considerados cegos, surdos e inadequados para expressar qualquer opinião. Os Quinhentos aprovaram a medida: os Anciões a aceitaram e a transformaram na Lei de 22 de Floréal — o segundo grande golpe desferido pelo Diretório.

Em sete departamentos as eleições foram anuladas, e vinte e dois deputados que, para maior segurança, não seriam substituídos, foram assim destituídos. Trinta outras eleições individuais foram declaradas inválidas: a do General Fion, porque ele era um "Babouvista", a de Lindet porque ele era "muito violento", a de Lequinio, porque "ele havia aterrorizado". "Aterrorizado!" — e Barras estava instalado no Luxemburgo! Finalmente, e acima de tudo — esta era a grande ideia — os Conselhos assumiram o direito, quanto aos vinte e um departamentos em que ocorrera uma cisão, de escolher entre os eleitos das duas assembleias primárias, e em nove de cada dez casos, declararam o candidato da minoria devidamente eleito: podemos apontar que no departamento de Ardèche, por exemplo, a assembleia eleitoral contava com 230 eleitores, e a minoria que fizera a cisão, apenas cinquenta e sete. Em suma, cinquenta e dois membros eleitos foram recusados e mais cem foram postos de lado, e seus concorrentes da minoria foram selecionados em seu lugar.

Em equidade, isso era demais, mas não era suficiente para garantir a segurança do Diretório. Um grupo considerável de Jacobinos da oposição ainda continuava a existir: o Governo pode ter esperado tê-los assustado até o silêncio; sua violência logo varreria a maioria junto com eles. O golpe de Estado, cínico e dissimulado como fora, nem sequer rendeu o resultado esperado: aos olhos de todos os partidos, o Diretório se expôs a todo o opróbrio de uma nova tentativa contra a liberdade, e não colheu nenhum de seus frutos esperados: um golpe de Estado que falhou é uma das piores catástrofes políticas.

CAPÍTULO XLVII

PRAIRIAL. O ÚLTIMO ESFORÇO DOS JACOBINOS

Maio de 1798 — **Jul**ho de 1799

Os Conselhos do Ano VII e o Diretório. Sieyès é eleito. Barras trai Reubell. O golpe de Estado de Prairial contra o Diretório. A Montanha novamente. Os novos Diretores. Sieyès governa o Diretório. Três leis jacobinas. A Conscrição do Ano VII, o Empréstimo Forçado do Ano VII, o fracasso do imposto progressivo. A lei dos refêns. Uma agitação geral.

Mesmo antes que o desastre atingisse seu auge, os inimigos do Governo começaram a usá-lo como arma de ataque. Os Conselhos, que deveriam se retirar em Prairial, haviam confirmado todas as eleições de Germinal, "independentemente", escreve um estrangeiro, "do desagrado dos Diretores", que, conseqüentemente, se viram diante de uma oposição muito poderosa.

Esta era composta por dois grupos: uma Extrema Esquerda muito barulhenta, clamando por nada menos que a restauração do Comitê de Salvação Pública e todas as leis Terroristas, e outro partido composto por um grande corpo de políticos animados pelo mais amargo sentimento contra o Governo. Estes, cujo objetivo era simplesmente "regenerar" o Diretório mais uma vez, eram liderados por Boulay, Chenier, Baudin e Berlier.

A princípio, atacaram Barras mais especificamente; depois, começaram a poupá-lo. Por que meios misteriosos ele fez as pazes com eles? Quaisquer que tenham sido, tornou-se bastante evidente, em poucas semanas, que todos os golpes futuros seriam desferidos sobre Reubell e Treilhard, e que o "Diretor perpétuo" escaparia ileso. Ele simplesmente traiu seus amigos, como era de seu feitio. Embora, como ele mesmo nos conta, considerasse Reubell "a alma do Diretório", ele decidira que o corpo, já doente, devia dispensar sua alma. Um impulso externo — Barras nos dá a entender que não houve dificuldade na transação — foi dado às engrenagens do destino, e Reubell se despediu. Para amenizar a dor da partida, o Diretório — se podemos acreditar em Barras e La Revellière — destinou ao Diretor aposentado uma soma de 100.000 libras dos fundos secretos, e permitiu que ele levasse "sua carruagem e cavalos". Sieyès — mas seu testemunho não é totalmente confiável — declara que Reubell também levou todos os móveis, e até mesmo as velas, de seus apartamentos no Luxemburgo.

Sieyès havia se recusado a se tornar um Diretor repetidas vezes, porque não serviria com Reubell, a quem ele detestava. Agora que um se fora, o outro poderia entrar. É difícil conceber o prestígio desfrutado pelo ex-Vigário-Geral de Chartres. Não era uma mitra, era uma tiara que este padre excomungado conquistara com a Revolução. "Seus partidários", escreveu um diplomata da época, "o exaltam como se fosse um deus, e seus detratores o injuriam como se fosse um demônio" — uma glória dupla.

Já conhecemos o homem. "Profundamente imbuído do orgulho da filosofia", como escreveu o prussiano Gervinus, ele acreditava que a hora havia chegado, finalmente, quando, com as Tábuas da Lei em sua mão, ele poderia descer do Sinai. Se alguém perguntasse o que estava escrito nas pedras, ele mantinha um silêncio desdenhoso; nossa própria crença é que ele realmente sabia muito pouco sobre isso. Se ele escondia as coisas, era porque seu cérebro era mais nebuloso do que os outros imaginavam: sua própria percepção não era invariavelmente clara.

Ele era um ser desdenhoso: isso era uma força. Acima de tudo, ele desprezava a "quadrilha" que dominara nos últimos quatro anos e mais. Ele a dividia em dois grupos: os canalhas e os energúmenos. Seu plano era expulsar "os mercadores do Templo" com a ajuda dos últimos, primeiramente, e depois expulsar "os próprios lacaios do carrasco". Feito isso, ele alteraria a Constituição.

Ele foi eleito e — "finalmente", como diz um deputado — mandou dizer de Berlim que aceitaria o cargo. "Uma medida de salvação pública!", gritaram seus amigos. "Há poucos soberanos", escreveu o agente sueco em 13 de junho, "cuja ascensão ao trono em circunstâncias difíceis tenha causado uma sensação mais profunda... Se ele não for bem-sucedido, seu exemplo será uma prova brilhante do fato de que o gênio mais profundamente versado na especulação abstrata nem sempre é adequado para segurar o leme do Estado..." Isso foi, de fato, demonstrado: o apelo ao filósofo seria o precursor de um apelo ao soldado, e o próprio filósofo, percebendo sua própria inadequação, clamaria pela ajuda do soldado.

Os Diretores odiavam Sieyès: ficaram estarecidos. "Uma calamidade", foi o comentário de La Revellière sobre o evento. A partir daquele dia, Barras desistiu de qualquer pensamento de governar; sua única ideia era permanecer onde estava: "Eu sempre concordarei com ele", ele zombou; "ele vai me achar quase tão inteligente quanto ele, e nós nos daremos perfeitamente bem."

Enquanto a oposição esperava a chegada do "filósofo", ela mantinha uma guerra acirrada. Os reveses militares, como Fouché cinicamente coloca, "a serviram esplendidamente". Ela enviou uma mensagem ríspida aos Diretores, exigindo uma explicação para os desastres. "Tremei, ineptos e imprudentes triúnviros!", gritou Bertrand tragicamente da tribuna. E, de fato, Barras havia empalidecido: mas ele continuou a negociar. Ele já havia sacrificado Reubell: agora sacrificava Treilhard. Ele era odiado pelos deputados, pois, ao contrário de Barras, os tratava com grosseiro desprezo. "Rústico!", gritaram para ele um dia, "você vai pagar por isso!" Eles estavam esperando a chegada de Sieyès agora para punir tanto o "rústico" quanto seus companheiros.

O ex-Abade chegou na noite de 17 de Prairial; mas ele não apareceu no Palácio até o dia 20, e então com um ar afetado de serenidade que ele manteve por dez dias. Os Quinhentos ainda estavam esperando a resposta dos Diretores à sua mensagem. Nenhuma veio: eles perderam a paciência e procederam à punição — naquele "rústico" Treilhard, em primeiro lugar.

Isso foi uma questão muito simples: legalmente, Treilhard nunca havia pertencido ao Governo, pois fora eleito, contrariamente às regras da Constituição, pelos Conselhos cessantes; a "Constituição deve ser restabelecida" (nunca se falou tanto em restabelecer a Constituição como agora que ela havia sido violada a cada três meses); então Treilhard foi convidado a renunciar. Os Diretores se reuniram, e ele leu a determinação de seus colegas de sacrificá-lo em seus rostos sombrios. Ele era um homem simples: levantando-se, pegou seu guarda-chuva — seus hábitos não eram os de Reubell — e foi para casa, para sua cama, em sua própria casa na Rue des Maçons.

Os Quinhentos imediatamente elegeram Gohier para preencher seu lugar; ele havia sido Ministro da Justiça, e Mme. Roland o descrevera apropriadamente com uma única palavra: "mediocridade". A descrição ainda se encaixava perfeitamente. Ele era a criatura dos Conselhos: combinando-se com Sieyès, e o "traidor" Barras, ele expulsaria Merlin e La Revellière.

Esses dois viram o golpe chegando: em um discurso tortuoso proferido aos Diretores reunidos em 29 de Prairial, Sieyès demonstrou que, em seus próprios interesses, os dois Diretores condenados deveriam se retirar. La Revellière, em grande indignação, recusou-se a obedecer.

Então, tornou-se necessário recorrer a medidas fortes. Boulay se encarregou de executá-las; este homem, destinado a se tornar um dos ministros do Imperador, era um campeão valente, sempre na vanguarda em crises violentas — Fructidor, Floréal, agora Prairial, amanhã Brumário. Ele foi à tribuna e proferiu uma diatribe. "Um grande golpe" deveria ser desferido, disse ele, em certos membros indesejáveis do Governo: nem um único fato foi aduzido. Uma Comissão foi imediatamente nomeada, e Boulay apareceu novamente (desta vez como seu relator) e denunciou — em sua boca as palavras soavam cômicas — "atos arbitrários e detenções ilegais" dos quais La Revellière e Merlin (por que Barras estava imune, ninguém sabia) haviam, ele afirmou, sido culpados: o Conselho adotou suas conclusões.

Às onze horas, uma delegação foi ao Luxemburgo e anunciou que se Merlin e La Revellière não renunciassem de bom grado, seriam imediatamente presos. Os dois Diretores criaram mais algumas dificuldades. Barras os pressionou; ele foi primeiro insinuante e depois violento: ele reprovou a Merlin a baixeza de sua vida, e acrescentou: "Aprese-se para dar o fora!" La Revellière fez um discurso emocionado — dado na íntegra em suas Memórias, que o retratam, aos seus próprios olhos pelo menos, como o último dos Romanos, exceto na questão da concisão: pois a eloquência deste "Catão" era pesada. Mas seus colegas o assustaram: ele "derramou lágrimas", e então, com Merlin, ele "deu o fora", na noite de 30 de Prairial.

Dois novos "Majestades" foram nomeados: Roger Ducos, um magistrado, e Moulin, um "general de barricadas", totalmente desconhecido da fama. O resultado foi um estupor universal. "A energia sábia do Corpo Legislativo", escreveu um jornal semioficial, "salvou o corpo político... O Povo pode agora acreditar na liberdade, pois contempla a destruição do Colosso diretorial!" Pobre Colosso!

Mas a crença do Povo na liberdade havia desaparecido: nunca, se vários testemunhos devem ser acreditados, ele demonstrou tamanha indiferença.

"O descontentamento", escreve Lindet, "é temperado pela apatia." Pode interessar mais aos nossos leitores ouvir o resumo do negócio contido no diário de um camponês, que nos permite avaliar o sentimento das classes humildes. Laviro, um viticultor do Doubs, escreve assim: "Nos primeiros dias de junho de 1799, a Convenção [sic] decidiu que as eleições jacobinas eram válidas. Os membros do Diretório, cujo único desejo era fazer grandes fortunas, como foram publicamente acusados de fazer, apresentaram suas renúncias. Eles se retiraram, cada um com um tesouro grande demais para ser embalado em um único veículo... As autoridades de Besançon foram imediatamente mudadas e substituídas por homens de sangue."

Homens de sangue, homens de rapina! A França estava fadada a cair das mãos de uns para as mãos de outros. Tal, durante o verão de 1799, era a opinião das pessoas humildes tanto nas aldeias quanto nos Faubourgs.

CAPÍTULO XLVIII

O APELO AO SOLDADO

Julho — Setembro de 1799

O Diretório e Sieyès contra os neo-Jacobinos. Sieyès decide apelar ao soldado. Um movimento geral na direção desta solução. Um estado de espírito favorável ao governo de César. General Joubert. Fouché no Ministério da Polícia. O Clube fechado. Morte de Joubert em Novi. Suwaroff na Suíça. As vitórias de Zurique e Bergen. O povo exausto anseia pelo advento de um homem forte. "Ah! Se Bonaparte estivesse aqui!" Bonaparte e os vários partidos. "Ele desembarcou!"

O Diretório "regenerado" fez o máximo para reprimir o ressurgimento do Terror sem esperar por qualquer demonstração de seus resultados desastrosos. Uma luta logo eclodiu entre os "vitoriosos de Prairial". Os Jacobinos estavam condenados à derrota, mas o conflito amargo mostraria a Sieyès e seus amigos a extensão de sua própria fraqueza. Quando tudo terminou, o sistema existente fora condenado por ambas as facções, e ambas voltaram seus olhos para um soldado, uma esperando por força, a outra por vingança.

Os Clubes, que haviam reaberto suas portas após os eventos de Prairial, estavam causando especial exasperação e alarme. Os antigos Jacobinos haviam reformado suas fileiras em 18 de Messidor: mas a influência póstuma de Babeuf inspirara os novos Amigos da Liberdade com visões de natureza ainda mais demagógica. Seu programa, de fato, continha (além da Constituição de 1793) um plano para "educação integral, igual e comum" e para a organização de oficinas nacionais; e Babeuf e seus cúmplices foram aclamados pelos oradores do grupo como tantos "mártires virtuosos". Este partido logo começou a clamar por cabeças: as dos Diretores que haviam sido expulsos em Prairial, e as dos financistas inchados para começar. Três mil adeptos se juntaram à sua bandeira, e a Sociedade instalou-se na Salle du Manège, nos próprios bancos, consequentemente, anteriormente ocupados pelo Corpo Legislativo, como se fosse uma espécie de assembleia oficial. Outros clubes, todos tendendo à reconstituição da famosa rede do ano de 1793, foram fundados em Bordeaux, Lille, Lorient, Amiens e Rouen. Por dois meses eles ressoaram com discursos que aumentavam constantemente em violência.

Nada poderia ter sido mais completamente alarmante para o verdadeiro partido Diretorial, aqueles Conservadores cuja política fora definida por De Bry, seguindo os passos de Benjamin Constant. Estes eram os homens moderados do momento: estranhos pretendentes a tal título, ex-presidentes de clubes e membros regicidas da Convenção que haviam proscrito seus companheiros em junho de 1793, em Termidor do Ano II, em Fructidor do Ano V, em Floréal do Ano VI, em Prairial do Ano VII, e agora desejavam estabelecer "o Estado sobre uma fundação inabalável"; moderados únicos, pois, graças ao seu temperamento jacobino, sua "moderação" era da descrição mais vigorosa. Quase todos eles já eram cesaristas inconscientes. Eles sabiam que a Constituição do Ano III fora reduzida a um farrapo. Deveria haver outra Constituição, uma que garantisse a paz tanto para a burguesia quanto para o povo, colocando as coisas boas que a Revolução lhes conquistara sob a égide permanente de um governo poderoso. Pois, embora esses homens fossem "Conservadores", era a Revolução que eles desejavam preservar. Mas eles já estavam contemplando o advento inevitável do homem "que, para preservar todas as coisas, deve segurá-las todas em sua mão".

Nos Conselhos, Boulay de la Meurthe era o tipo desses neo-moderados, oriundos do partido Jacobino: uma multidão de outros o seguia, membros dos Conselhos e membros do Instituto, estadistas e escritores, todos se alinhando, dia a dia, às opiniões que ele expressava: Bailleul, De Bry, Baudin, Camus, Riouffe, Real, Cambacérès, Arnault, Regnault de Saint-Jean-d'Angely, Cabanis. O despertar do monstro os estava empurrando cada vez mais para o caminho da resistência a esta nova Revolução.

Mas o homem que representava a resistência acima de todos os seus companheiros neste momento era Sieyès. Ele imaginara, a princípio, que conseguiria chegar a algum acordo com as Assembleias: "Os deputados", disse ele naquela conjuntura, "são todos bons ou maus, de acordo com a maneira como são usados". Então, em um conhecimento mais próximo, ele condenou o sistema, raiz e ramo, e abordou certos deputados (como um deles relata) com referência à "necessidade de uma revisão da Constituição". "Foi em consequência dessas confidências que Lucien Bonaparte começou a cultivar sua amizade", diz Delbrel.

Mas o Diretor não estava sonhando naquele momento com o conquistador do Egito, longe disso. Ele queria um general, mas um que fosse fácil de manejar: "Precisamos de duas coisas", disse ele a Fouché, "uma cabeça e um braço!" Ele tinha a cabeça: estava em seus próprios ombros, os ombros de Joseph Sieyès, um dos grandes estadistas da Europa. Mas ele ainda precisava encontrar, ou melhor, escolher, sua espada.

Pois, de fato, havia muitas delas. Mas Joubert parecia o único homem que realizava o tipo ideal. Ele era jovem (apenas trinta), bonito, espirituoso e, no entanto, circunspecto: "Ele tem a coragem de um granadeiro", escrevera Bonaparte, "e a frieza de um general". Ele depusera um Rei em Turim e purificara uma república em Haia, portanto, possuía um braço treinado. Embora os Jacobinos (a quem ele se dirigira com bastante dureza no Manège) não gostassem dele, ele era apadrinhado por certos membros do partido, como Fouché. Em círculos "conservadores" e até aristocráticos, ele era muito bem recebido. Semonville, que sempre tinha um olho aguçado no homem de sucesso do futuro, na verdade o aceitou como o noivo de sua enteada, Mlle. de Montholon. Fouché o mencionou a Sieyès. "Muito bem", disse o outro, e nada mais; mas Joubert foi nomeado para o comando das tropas de Paris, aquele em que Bonaparte fizera sua primeira aparição. Quase sem ser informado, este novo general do exército de Paris entendeu o que se esperava dele: "Quando quiser, eu resolvo todo o negócio com vinte granadeiros".

Assim, com seu homem na reserva, Sieyès abriu a campanha contra seus "inimigos". Em 7 de Termidor, ele fez com que os Anciões (era em seu Conselho que sua influência era mais forte) notificassem formalmente o Clube a deixar o Manège, onde ele se instalara. No dia 9, os membros furiosos buscaram refúgio no Templo da Paz (Igreja de Saint-Thomas d'Aquin). Nesse mesmo dia, Sieyès, que, como Presidente do Diretório, presidia o festival do aniversário de 9 de Termidor, aproveitou a oportunidade e falou com menos severidade de Robespierre do que dos homens que sonhavam em reviver seus métodos.

O Clube Jacobino respondeu com um ataque muito violento contra ele. Ele decidiu fechar o Clube. Mas quem ousaria executar o programa do Diretor? O Ministro da Guerra, Bernadotte, não era confiável: ele costumava frequentar o Clube e discursar lá. Bourguignon, o Ministro da Polícia, era uma "nulidade". Onde estava o homem nas fileiras do partido "reacionário" que se encarregaria de fechar um Clube ao qual pertenciam 300 deputados? Talleyrand, que, embora invisível, ainda aconselhava seu partido, julgou o caso com precisão (a psicologia da política estava fazendo progressos evidentes, e o cinismo dos políticos também): "Ninguém", disse ele, "além de um jacobino pode combater os jacobinos, atacá-los e derrubá-los". Perplexos, os Diretores voltaram seus olhos interrogativos para ele: "Fouché", disse ele. Barras apoiou a moção: ele via Fouché como uma criatura sua.

Sua criatura! Aqui percebemos uma certa ingenuidade em Barras, devasso como ele era. Fouché nunca seria a criatura de ninguém. Ele era, e sempre seria, o homem de todos, ou melhor, o homem de ninguém. Nesta, como em todas as outras ocasiões, ele sentiria o vento que se aproximava "com sua perspicácia habitual". Outras pessoas pensavam que vinha da esquerda; Fouché o sentia vindo da direita: reação, para começar, e depois César! O futuro Duque de Otranto previu tudo; aqueles seus olhos, com suas pupilas terrivelmente sem brilho, podiam perfurar as nuvens mais escuras. A tarefa de superar o jacobinismo pelos métodos jacobinos que ele conhecia tão bem lhe convinha mais do que qualquer outra. Seu cérebro era cauteloso, sua consciência não conhecia escrúpulos, e ambos eram servidos por uma mão muito musculosa.

Em 2 de Termidor, ele foi nomeado Ministro da Polícia Geral. Ele partiu de Haia, onde era Ministro. Matou seus cavalos pela velocidade com que viajou e chegou a Paris no dia 11. No dia 17, uma mensagem, inspirada por ele, solicitou aos Conselhos que ordenassem o fechamento de todas as sociedades populares que haviam "degenerado" de seu propósito original.

Os Jacobinos, antes fortes o suficiente para forçar os Quinhentos a votar leis Terroristas, agora estavam começando a perder terreno; mas eles ainda tinham confiança em seu poder e se rebelaram ferozmente contra a medida proposta. A leitura da mensagem foi recebida com gritos de "Mentiras!" O "traidor Fouché" devia ser amigo dos realistas, isso era certo! Naquela noite, o Clube ressoou com protestos furiosos contra as "calúnias" de Fouché. Apesar da tempestade, ele se manteve firme.

No dia 27, justo quando Lepelletier discursava contra ele, ele apareceu na Rue du Bac. Entrou sob uma tempestade de insultos, declarou a sociedade dissolvida, fez com que a reunião fosse dispersada, trancou o Templo, deixou um piquete de cavalaria do lado de fora e colocou as chaves sobre a mesa diante de seus colegas Diretores, que ficaram espantados com a rapidez de sua vitória. O mundo político ficou petrificado de espanto: quando Briot tentou levantar um protesto, na sessão dos Quinhentos, descobriu que seus colegas não tinham ouvidos para ele, e quando o *Journal des Hommes libres* fez um ataque a Fouché e seus partidários, foi simplesmente suprimido, por uma ordem emitida em 1º de Fructidor.

O partido derrotado, horrível de relatar, agora depositava suas últimas esperanças nos reveses do país. Um de seus partidários, o General Jourdan, era totalmente a favor de proclamar a França em perigo, um curso que provavelmente teria resultado em um novo Terror. Se ele esperava pela derrota, tinha motivos para estar satisfeito.

Pois as notícias do teatro da guerra eram muito alarmantes. Suwaroff dominava toda a Itália e ameaçava o sul da França. Os Diretores haviam resolvido jogar sua última carta: Joubert fora nomeado General-em-Chefe do Exército da Itália. Nossos leitores adivinharão o objetivo desta nomeação, e muitos dos contemporâneos de Joubert o detectaram. "Joubert", escreve o ministro prussiano, "ainda não goza de celebridade suficiente". Os Diretores contavam confiantemente com seu gênio. Ele deveria vencer Suwaroff, deter a invasão, voltar coberto de louros e realizar a operação de que sonhavam. Assim, dois pássaros seriam mortos com uma só pedra.

Suwaroff aguardara calmamente a chegada do "jovem". Ele tinha 70.000 homens contra os 40.000 de Joubert. Em 27 de Termidor (15 de agosto), os exércitos se enfrentaram em Novi. Antes que a luta durasse uma hora, o jovem general caiu mortalmente ferido. Moreau, que consentira, com singular abnegação, em servir sob as ordens de seu júnior, desempenhou seu papel habitual, assumiu o comando principal e só se decidiu a recuar após uma luta desesperada que durou dezesseis horas: 16.000 homens jaziam no campo, 8.000 de cada lado, quando Moreau se retirou em boa ordem para Gênova, e hinos de agradecimento ao Altíssimo subiram do acampamento moscovita.

Esta derrota, embora honrosa, pôs o toque final nas desgraças da França. Gênova era o único lugar na Itália que ainda permanecia em mãos francesas. Massena, pensava-se, logo seria superado em número na Suíça, onde ele vinha contendo o Arquiduque Carlos nos últimos dois meses, mas onde, dizia-se, Suwaroff logo apareceria. 40.000 tropas anglo-russas estavam desembarcando na Holanda: o que poderiam fazer os 17.000 homens de Brune contra eles? Na Alemanha não havia exército francês algum. Toda a fronteira, da Bélgica a Nice, estava ameaçada. Regimentos inteiros estavam voltando através das linhas de fronteira da França, esfarrapados e famintos, e atribuindo sua derrota à Companhia Lanchère, a quem os Diretores haviam dado o contrato para abastecer o exército, em vez de às armas austríacas e russas.

No Luxemburgo, houve um momento de desespero. Agora que Joubert fora morto, os Diretores não tinham "braço" em que confiar. Apenas Fouché levantou o ânimo de seus homens: "Acima de tudo, eles devem manter as rédeas!" Moreau se comportara bem em Novi; ele "detestava a anarquia"; ele era tímido, sem dúvida, mas o que importava? Eles o convocariam a Paris, eles o encorajariam e, enquanto isso, a luta com os Jacobinos continuaria. E continuou: em 17 de Fructidor, uma mensagem do Diretório, apoiada por um relatório do Ministro da Polícia, exigiu mais uma vez uma lei contra a imprensa. Priot fez um ataque especial e violento a Fouché. Fouché, em uma carta ao *Moniteur*, defendeu-se e protestou que ainda era um "patriota". Mas ele sentia que as mais terríveis represálias o ameaçavam se os Jacobinos recuperassem a vantagem, e apressou tanto os eventos quanto os homens: "Precisamos de um homem", escreveu ele a Barras.

Sieyès, enquanto isso, estava decidido a completar a ruína do partido "Terrorista": Marbot, o Comandante de Paris, e Bernadotte, o Ministro da Guerra, eram supostamente apoiadores dos "anarquistas": Marbot foi removido, e Bernadotte forçado a renunciar ao seu cargo. Assim, a facção foi subjugada e vencida. Ela manteve a paz. "Seu ressentimento... não se extinguiu", escreve um contemporâneo em 11 de Vendémiaire.

Este ressentimento era extremo. Pois esses "patriotas" receberam, com o maior desfavor, duas notícias que soaram como toques de clarim por todo o país e que, em qualquer outro momento, teriam elevado o entusiasmo nacional ao mais alto grau: a vitória de Massena na Suíça e o sucesso de Brune na Holanda.

Mais uma vez, por um tempo, os desentendimentos dentro da Coalizão salvaram a França. Rússia e Áustria haviam se desentendido. Suwaroff estava aterrorizando os corações do *Hofkriegsrath* e da Chancelaria de Viena: o bárbaro vinha prometendo liberdade às populações da Itália, ou restabelecendo os príncipes destituídos em seus tronos; agora a Áustria contava com o vale do Pó como recompensa por seus serviços quando a paz fosse feita. Palavras amargas foram ditas de ambos os lados: Viena estava determinada a tirar os russos da Lombardia a qualquer custo (o *Hofkriegsrath* era a autoridade governante sobre todos os exércitos da Coalizão), então o Arquiduque Carlos foi ordenado a deixar a Suíça e seguir para Mainz, e Suwaroff foi enviado para esmagar Massena na Suíça.

Este passo foi a ruína de Suwaroff. Furioso com os austríacos, seus planos todos frustrados, e cansado, talvez — pois ele tinha setenta anos —, ele não era mais o homem que fora em Magnano e Novi. A travessia dos Alpes, de fato, foi uma empreitada árdua: suas tropas já estavam exaustas quando entraram em confronto com Lecourbe, em primeiro lugar, que nesta ocasião dirigiu uma das mais belas campanhas de montanha já registradas, e depois com o intrépido Massena. A "Batalha de Zurique" é o nome dado a essas operações (agosto e setembro de 1799); na verdade, elas cobriram todo o planalto suíço. Korsakoff, que marchara à frente de Suwaroff com 30.000 homens, foi finalmente derrotado em Zurique, cidade que só foi abandonada pelos russos em 8 de Fructidor (26 de agosto) após uma luta esplêndida, que lhes custou 8.000 mortos, 6.000 prisioneiros e 100 canhões. Suwaroff, que forçara a passagem pelo São Gotardo com a maior dificuldade, chegou, encontrou as tropas derrotadas de Korsakoff, desesperou de recuperar sua sorte, rompeu para os Grisões e assim seguiu para a Baviera.

No outro extremo da linha de operações, Brune também se cobria de glória: em 19 de setembro, ele atacou dois corpos separados de tropas inglesas e russas entre Bergen e Alkmaar; e o Duque de York, que fora derrotado em Castricum, assinou a Convenção de Alkmaar, que obrigava os aliados a evacuar a Holanda entre 19 de setembro e 18 de outubro. Assim, a vitória estava "voltando às nossas cores".

A França poderia ter explodido em altas expressões de alegria e alívio. A França não fez nada disso. Chegara o fim de tudo isso; nem mesmo a vitória despertava entusiasmo no país, assim como a derrubada dos Jacobinos não aliviara sua ansiedade. Ambos os benefícios pareciam incertos, ou temporários, no mínimo. E, de fato, os Jacobinos, movidos pelo espírito de partido, estavam acusando o Diretório de ter forjado as boas novas. A verdade era que a população estava totalmente exausta.

Esta última crise dera o toque final ao seu esgotamento. A crença na liberdade e na vitória estava morta. Apenas uma mão forte poderia defender a liberdade contra os Jacobinos; apenas uma mão infalível poderia tornar a vitória final.

Havia apenas um homem no mundo que seria capaz de operar o milagre; mas ele estava longe.

Bonaparte também provara o fracasso: em abril de 1799, os turcos haviam detido seu avanço em São João de Acre: seu plano gigantesco de retornar à França via Constantinopla fracassara: ele fora forçado a recuar para o Egito, sua magnífica e ardente prisão. Ele se vingara ao empurrar os turcos para o mar em Abukir, em 6 de Termidor (25 de julho). Mas ele ainda era um cativo. Seu fracasso em São João de Acre passara despercebido pela opinião pública, de fato, e a vitória de Abukir, que se tornara conhecida por volta do início de Vendémiaire, derramara nova glória sobre o vencedor. O público também estava ciente de que a maneira como ele governava o país conquistado estava tornando o nome da França amado e temido. Como sempre, seu poder de estabelecer a ordem fora tão grande quanto seu poder de conquista.

"Ah! Se Bonaparte estivesse aqui!" A frase passava de boca em boca. Mas que chance havia de ele voltar?

As palavras, como dissemos, eram ouvidas por toda parte, nos salões do Diretório, nos corredores dos Conselhos, nas "sociedades" de Paris, nos Faubourgs da grande cidade e, como muitos testemunhos ainda provam, nos cantos mais remotos do país. Um camponês do Loiret escreve o nome errado, em seu diário rústico, mas todas as suas esperanças estão depositadas em seu portador.

Repetidamente, chamamos a atenção de nossos leitores para as várias causas que levaram ao advento deste César, cujo nome, por tanto tempo retido, era agora abertamente pronunciado. Em cerca de 200 páginas brilhantes e convincentes, um grande historiador, Albert Vandal, nos deu um quadro magistral da situação que resultaria nos eventos de Brumário.

Cada classe, cada partido, cada setor da sociedade, cada camarilha, cada grupo, toda a França, se olharmos sob a superfície, ansiava pela aparição do homem que restauraria a ordem; o vingador, o árbitro, o protetor — o ditador.

"Parece evidente que a França deve em breve ser governada por um único déspota... um ditador produzido pela Revolução, ou um General Republicano." Assim escrevera Morris a Washington já em 1793. Mas o evento fora previsto mesmo antes dessa data. Em 1790, Rivarol escreveu: "Ou o rei terá um exército, ou o exército terá um rei... As revoluções sempre terminam com a espada." E Pellenc, em 1791, repete: "Como a dinastia atual terá inspirado nada além de suspeita, o governo de algum soldado afortunado será preferido." Já nos referimos às palavras da grande Catarina, que já em 1794 observava o advento do "homem superior, acima de todos os seus contemporâneos, e talvez acima de seu século," que tomaria posse da França.

Desde a Paz de Campoformio, em 1797, o nome de Bonaparte era sussurrado. Ele, pensando que "a pera ainda não estava madura", desaparecera de vista e, para fazê-lo mais completamente, deixara o país. Seus irmãos, de fato, estavam "mantendo suas comunicações abertas" para ele. Mas outros também pensavam em seu retorno. Real o mencionara a Fouché: e em abril de 1799, Barras propôs a convocação de Bonaparte. "O General está muito bem onde está", disseram seus colegas. O partido Jacobino, de fato, ainda o via como um de seus aliados: Jourdan ofereceu-lhe uma ditadura jacobina; Briot, o líder "anarquista", faria um discurso na tribuna saudando seu retorno com alegria. Enquanto isso, muitos realistas o consideravam um possível "Monck", e eles se apegariam a essa opinião até 1802. Os filósofos do Instituto o exaltavam e o promoviam, mas os católicos lembravam-se de suas palavras em Milão, sua saudação ao Arcebispo e a consideração com que ele tratara o Cardeal Chiaramonti (mais tarde Papa Pio VII) em Imola. Os militares proeminentes eram

talvez os menos ardentes de seus partidários: mas esses guerreiros eram todos ciumentos uns dos outros: Bernadotte nunca teria se submetido ao triunfo de Moreau ou Jourdan, nem é provável que Augereau tivesse aceitado Brune. Se o governante devesse ser um soldado, Bonaparte era a escolha inevitável.

E, acima de tudo, a Nação, que pouco se importava com os gostos e opiniões de políticos, eruditos ou generais, ainda o amava e lamentava sua ausência. "É desde que ele está no Egito que nossos desastres nos sobrevieram!", escreve Thiebault, um soldado que não era seu amigo: "Parecia ao povo que cada batalha perdida teria sido vencida se ele a tivesse travado, e que todo o território evacuado teria sido mantido, tão profunda era a fé da França não apenas no gênio do homem, mas na influência mágica de seu nome. Nenhum dos outros generais conseguira apagar ou diminuir o pesar e a esperança com que o país o considerava, e embora o sucesso, graças a Massena, parecesse prestes a retornar às nossas fileiras, apenas Bonaparte era visto como a garantia de nossa vitória."

Finalmente, os Diretores se decidiram a convocá-lo, mas seu pensamento secreto era que ele não conseguiria voltar. Mesmo que o despacho chegasse às suas mãos, como ele conseguiria passar pelas frotas inimigas? Não! Seria impossível para ele voltar! "Cairia ele das nuvens?", como Fouché, o fatalista, previu que ele faria: eles não acreditavam. A França não veria o retorno de seu "salvador".

Mas em 19 de Vendémiaire, os "mensageiros" estranhamente vestidos do Diretório apareceram no Palais-Bourbon. Qual era a notícia deles? Um novo desastre? Alguma nova proposta financeira, despótica e ruínosa? Não! "Cidadãos! O Diretório informa-os com grande prazer que recebeu notícias do Egito. O General Berthier, que desembarcou em Fréjus no dia 17 deste mês com o General Bonaparte..." Ninguém ouviu o resto. Os deputados, qualquer que fosse seu partido, estavam de pé, gritando e aplaudindo, as galerias ressoavam com aclamações. Houve um momento de alegria selvagem. "Viva a República!" Era verdade? Era um sonho? Em um momento, Paris, que estivera tão apática, Paris, que não se importava com nada, nem mesmo com vitórias, Paris, que estivera jazendo sem sentidos e quase morta, se levantaria, tremendo de alegria, rindo, chorando; homens foram vistos trocando abraços frenéticos, correndo para lá e para cá em busca de notícias. Um nome era ouvido em todas as direções: Bonaparte! Bonaparte! Bonaparte desembarcara!

Sim, ele estava lá! Sete semanas antes, ouvindo sobre os desastres e correndo para atender ao chamado, ele deixara o Egito. Por aquelas seis semanas, o *Muiron*, levando César e sua fortuna, navegara de Alexandria a Marselha. Navios ingleses surgiram à vista, houve muitas manobras e uma fuga muito afortunada. E assim, em 17 de Vendémiaire, a fragata ancorou tranquilamente na praia de Saint-Raphaël. Uma viagem maravilhosa! Em seu curso, antes que a Nação pudesse expressar sua vontade, o Destino selara a sorte do viajante!

CAPÍTULO XLIX

A CHEGADA DE BONAPARTE

Paris em delírio. A jornada de Bonaparte pela França. O partido de "Brumário". Sieyès e Bonaparte. O mundo político, o Instituto, o Estado-Maior e Bonaparte. O plano para o Brumário. O 18 de Brumário. A sessão dos Anciãos. Os generais com Bonaparte. O colapso do Diretório. Bonaparte nas Tulherias. O 19 de Brumário. Paris em Saint-Cloud. Bonaparte e os Quinhentos. "Punhais". A intervenção de Lucien. Os granadeiros na Orangerie. Os Cônsules eleitos. O retorno a Paris. *Ça ira!*

No dia 21 de Vendemiário, o homem que depois se tornou General Thiebault, por acaso, entrou no Palais-Royal e lá presenciou uma cena extraordinária. Homens se aglomeravam em volta de um transeunte, que gritava e gesticulava enquanto andava apressado; então os grupos se desfaziam, e cada indivíduo corria como um raio, como se fosse entregar uma notícia milagrosa. Um desses, enquanto corria, esbarrou em nosso cronista e gritou para ele, enquanto fugia: "O General Bonaparte desembarcou em Fréjus!". Em uma hora, toda Paris estava em festa, e bandas militares tocavam marchas triunfais nas ruas. Por toda parte, cumprimentos e abraços eram trocados. Em cada teatro naquela noite, um ator subiu ao palco e anunciou "a notícia" em meio aos aplausos delirantes da plateia. E em cada taverna, enquanto isso, os copos eram esvaziados em honra "ao retorno".

O Diretório poderia ter lido sua própria condenação no entusiasmo geral: no Corpo Legislativo, a Montanha, que estava em guerra aberta com o Governo, demonstrou uma alegria do tipo mais ameaçador.

Por algumas horas, o Governo permaneceu em grande perplexidade. Gohier e Moulin desconfiavam do General, que havia escapado de Barras e sobrepujava Sieyès. Na noite do dia 20, quando a notícia ainda era desconhecida fora das paredes do Luxemburgo, Sieyès mandou chamar Moreau e Baudin, este último um dos mais ardentes defensores do "apelo ao soldado". Ele lhes disse que o General havia desembarcado na França: "Aí está o seu homem!", gritou Moreau (ele mesmo um especialista em retiradas); "Ele executará seu golpe de Estado muito melhor do que eu!". Quanto a Baudin, ele parecia perfeitamente embriagado de alegria: no dia seguinte, morreu de apoplexia — morreu de alegria, declararam os parisienses. A ideia de que este ex-membro da Convenção e ex-regicida morreu de tal alegria é digna de nota. Vendo a explosão universal de contentamento, o Diretório percebeu que, se não se juntasse ao coro, seria varrido da existência. Decidiu-se fazer boa cara: só podiam conter o leão com teias de aranha.

Enquanto isso, Bonaparte avançava em direção a Paris. Por toda a Provence, ele foi saudado com aclamações. Os camponeses dos Alpes o acompanharam, em suas viagens noturnas, com tochas acesas. Lyon, que fora esmagada desde 1790, parecia uma cidade em revolução quando ele chegou.

Ele seguiu em frente, ansioso, sério, sorrindo distraidamente às vezes. Sua mente estava focada em uma grande aventura. Quando informou seus camaradas no Egito que estava prestes a embarcar para a França, ele lhes disse: "Vou expulsar os advogados". Era o tipo de coisa que Bernadotte poderia ter dito, mas no caso de Bernadotte, o assunto teria terminado aí; no caso de Bonaparte, era o primeiro sinal de um empreendimento gigantesco — a reconstituição da França. E, em seu desejo de realizar essa reconstituição pacificamente, ele sonhava menos com um golpe violento dado com a ajuda de soldados e em acordo com uma facção, do que com uma revolução aceita por todos os partidos, que o levaria ao poder como o árbitro das disputas da França; isso feito, ele fundaria "um governo nacional". Essa concepção representava o desejo geral: a chegada de Bonaparte era aguardada com impaciência, escreve um jornal em 24 de Vendemiário, porque os homens aprenderiam com ele "que todos os partidos podem ser ensinados a amar a República".

O país adivinhou que o General pretendia lidar com ele de forma generosa e resoluta, e o exaltou aos céus; uma emoção como a que o agitara em 1789 percorreu a nação: uma das administrações locais escreve que "a notícia eletrificou tanto os Republicanos que vários deles passaram mal, outros derramaram lágrimas, e nenhum deles tem certeza de que não é tudo um sonho".

Mas o próprio Bonaparte era devorado por uma ansiedade pessoal: ele ouvira falar das infidelidades de Josefina; durante todo o caminho de Fréjus a Paris, ele carregara um coração sangrando no peito, e foi graças à sua intenção de surpreender sua parceira infiel e pôr fim à sua desonra com o divórcio, que sua chegada a Paris fora tão súbita que pareceu milagrosa.

Na noite do dia 24, ele entrou em sua casa na Rue de la Victoire e a encontrou deserta: Josefina, em seu terror, correria para encontrá-lo e apaziguá-lo, pegara a estrada errada e, assim, o desconstruía. Assim, enquanto Paris estava em plena alegria, ele passou vinte e quatro horas solitárias junto à sua lareira abandonada, atormentado por pensamentos dolorosos. Contrastes como esses enfatizam a vaidade da grandeza humana.

No dia 26, ele se dirigiu ao Luxemburgo. Ansioso para não causar alarme, foi em trajes civis, um chapéu de abas redondas e casaco verde-oliva: assim vestido, ele era uma figura de aparência estranha, ainda mais porque, durante sua estadia no Egito, havia cortado seus longos cabelos negros. Mas os soldados de guarda no Petit Luxembourg pegaram em armas: eles o conheceram pelo brilho de seus olhos, embora ele se esforçasse para velá-lo, mesmo então. Gohier, que presidia, deu-lhe uma acolhida fraterna e o abraçou. Com algum nervosismo, ele balbuciou seus agradecimentos. A multidão do lado de fora do prédio o aplaudiu quando ele partiu.

Quando chegou em casa, Josefina havia retornado. Com lágrimas e súplicas, ela se ajoelhou diante dele e, como a grande atriz que era, fez seus filhos se lançarem aos pés do herói. Ele havia pensado nas coisas: viera para reconstruir a França: seria bom começar destruindo seu próprio lar? Ele a perdoou e, a partir daquele momento, toda a sua mente se dedicou à sua grande obra.

Multidões de políticos afluíram à Rue de la Victoire de todos os cantos do horizonte político: Roederer, Réal, Talleyrand, Régnauld de Saint-Jean-d'Angely: "Você acha que a coisa é possível?", o General perguntou. "Está três quartos feita", eles responderam. Quando Réal trouxe Fouché com ele, como fez um dia, a coisa foi considerada completamente feita. No entanto, o prudente Ministro pouco fez ele mesmo, deixou as coisas seguirem seu curso. Ele simplesmente administrou um anestésico no Diretório e depois o entregou indefeso ao operador.

Sieyès, enquanto isso, aguardava a chegada do General com uma mistura de dignidade e ansiedade: ele gostava pouco dele, e Bonaparte, por sua vez, detestava o "ideólogo" de todo o coração. O Instituto os tornou mais amigos: aos olhos daquele corpo, esse duunvirato — um filósofo de mitra e um filósofo de botas militares — era o próprio ideal de uma boa forma de governo. Agora o Instituto imaginava que estava dirigindo todo o movimento: Bonaparte nunca relaxara suas atenções para com os membros; a primeira nota que ele escreveu após seu retorno foi para agradecer a Laplace por lhe ter enviado sua *Mécanique Céleste*. Ele cobriu de elogios Volney, o arqueólogo, e David, o pintor. Monge e Berthollet, que haviam voltado do Egito em sua companhia, louvavam o protetor do *Institut d'Égypte* a todos os seus amigos. Todos eles estavam entusiasmados com ele, de Chénier a Lagrange: aqui estava um homem que nunca teria mandado Lavoisier e Condorcet para a morte, nem expulsado os químicos da República! Com sua ajuda, se Berthollet fosse acreditado, os químicos — e todo o Instituto em sua esteira — governariam a República! O General ainda não havia começado a zombar da "ideologia". Ele fez uma visita à velha Madame Helvétius, que o recebeu no limiar da casa em Auteuil onde ela uma vez fizera sua reverência ao "Rei Voltaire". Sieyès era membro do Instituto, e foi o Instituto que uniu o ex-abade e o General.

Uma vez que Bonaparte decidiu tomar este "padre astuto" (assim ele o descrevera na presença de Gohier) como parceiro, ele deliberadamente o assediou com lisonjas. "Não temos governo, porque não temos Constituição, ou pelo menos não a Constituição de que precisamos: seu gênio deve nos dar uma."

Uma conversa iniciada dessa maneira só poderia levar à conclusão predestinada. A Constituição devia ser alterada, o número de magistrados principais devia ser reduzido de cinco para três, e isso devia ser feito, tanto quanto possível, com o apoio do Corpo Legislativo. Mas havia razão para temer a oposição da "crista" da Montanha nos Quinhentos. Por um momento, esta seção imaginou ter encontrado seu vingador na pessoa do "General Vendemiário". No dia 10 de Brumário, Jourdan fez uma visita a Bonaparte e ofereceu-se para ajudá-lo a derrubar os Diretores; mas isso teria significado identificar-se com um partido, e o partido mais impopular de todos. Bonaparte não tinha intenção de ser um "Robespierre a cavalo": ele pôs de lado a proposta indesejada, mas com cortesia, pois desejava muito que, quando o golpe fosse desferido, parecesse ter o apoio de todos os partidos. Isso era tanto mais necessário porque o exército seguia a liderança do general muito menos completamente do que se supunha. Dificilmente algum evento foi tão mal compreendido como este do 18 de Brumário, até que Albert Vandal reconstruiu toda a história para nós. Este "golpe de Estado realizado por guardas pretorianos", como foi chamado há apenas vinte anos, foi preparado por dois Diretores e dois Ministros em seus gabinetes; nos corredores das duas Assembleias; e nas salas do Instituto; em toda parte, de fato, exceto nos escritórios do Estado-Maior. Moreau e Macdonald não conseguiam se decidir, Bernadotte era todo astúcia e cautela, Augereau e Jourdan — depois que sua própria sugestão falhou — eram absolutamente hostis: o único Ministro que o General e seus amigos temiam era Dubois-Crancé, o Ministro da Guerra, e eles foram obrigados a se esforçar para conquistar o Governador de Paris (Lefebvre), pois por mais que ele detestasse os "advogados", ele de forma alguma amava o General. Os jovens oficiais que Bonaparte trouxera consigo do Egito foram os únicos militares que o exaltaram aos céus. Os famosos "granadeiros" das gravuras populares, que ajudaram a dar substância à ideia de um golpe de Estado militar, não eram os soldados dos exércitos da Itália ou da Alemanha, mas os rudes gendarmes do Corpo Legislativo, que faziam o policiamento dentro dos recintos dos dois Conselhos, e cuja aparição no momento crucial conferiu uma espécie de cor militar ao golpe de Estado no Conselho dos Anciãos, um caso puramente parlamentar. Não havia um pretoriano em todo o negócio, exceto esses pretorianos do jacobinismo.

Mas, embora os soldados se mantivessem à distância, os políticos continuaram suas deliberações: "todos os partidos", escreve Fouché, "pareciam esperar imóveis na presença de Bonaparte". Mas os "Brumarianos" não estavam imóveis: eles se reuniam constantemente, às vezes na casa do General, às vezes no restaurante de Rose, onde jantavam juntos. A polícia fingia não ver nada. Quando o "pobre Gohier" fez alguma pergunta sobre os boatos de conspiração, Fouché respondeu corajosamente: "Se houvesse um complô, haveria prova dele na Place de la Révolution [onde a guilhotina funcionava], ou na Planície de Grenelle" [onde os prisioneiros eram fuzilados]. O digno Gohier, ocupado, naquele momento, em cortejar assiduamente Josefina, fazia visitas perpétuas ao ninho de vespas na Rue de la Victoire: ele imaginava que ali só havia mel — e foi muito habilmente enganado.

No dia 15 de Brumário, tudo estava pronto. Os políticos haviam conquistado completamente a maioria dos Anciãos e os "Inspetores da Câmara": no próprio Governo, a adesão de Fouché, Cambacérès, Sieyès e Roger-Ducos fora assegurada, e Barras, pensava-se, seria neutralizado, pelo menos. Josefina se encarregara de deslumbrar seu admirador Gohier; Dubois-Crancé estava sendo enganado por seu colega, o Ministro da Polícia: Murat e Leclerc quase convenceram Lefebvre a se juntar a eles. Roederer, que, ajudado por Régnault e Maret, era, como diz Barras, o "cabo eleitoral" de Bonaparte, estava em toda parte ao mesmo tempo: seu filho havia até entrado em uma gráfica para poder imprimir proclamações sem o conhecimento de ninguém. Collot, o financista, adiantara milhões em dinheiro.

Este, então, era o plano: os Anciãos tomariam providências para serem subitamente informados de que certos partidários da desordem estavam engajados em um complô contra a República: eles então transfeririam a sede do governo para Saint-Cloud e nomeariam Bonaparte para comandar as forças armadas. Sieyès e Ducos renunciariam, Barras e Gohier seriam induzidos a seguir seu exemplo. O Governo, tendo assim se desfeito, o Corpo Legislativo constituiria outro; mas, considerando o perigo em que a República se encontrava, ele devia ser mais forte que o anterior: Bonaparte entraria nele, com Sieyès, o maior dos legisladores, e enquanto Sieyès — finalmente! — concedia a Constituição ideal ao país, o General esmagaria os "conspiradores". Os Quinhentos não criariam dificuldades, e para garantir a segurança, alguns regimentos confiáveis seriam enviados para Saint-Cloud.

Na noite do dia 17, as baterias foram alinhadas em ordem e os artilheiros estavam todos em seus postos. Sebastiani e Murat sabiam que deveriam estar nas Tulherias ao amanhecer do dia seguinte, um com seus dragões, o outro com sua cavalaria ligeira. O jovem Roederer sentou-se à sua impressora e Bonaparte foi jantar com o Ministro da Justiça: para despistar Barras, ele se convidara para tomar café da manhã com ele na manhã seguinte, e Gohier fora convidado para a mesma hora pela fascinante Josefina. Em suma, todos aqueles que não eram cúmplices eram enganados.

Ao amanhecer do dia 18, os Anciãos, que haviam sido convocados durante a noite por seus "Inspetores", reuniram-se nas Tulherias. Um desses inspetores, Cornet, leu-lhes um relatório confuso e, por essa razão, ainda mais aterrorizante. "...Sintomas alarmantes... relatórios sombrios... A conflagração logo se tornará geral... A República terá deixado de existir, e seu esqueleto estará nas mãos dos abutres!" Nenhum fato único: como, de fato, era possível dizer algo definitivo sem acusar a todos, a respeito das coisas que realmente ameaçavam a ruína tanto da República quanto do país? Assim, a acusação,

trágica em sua vagueza, guardava uma grande semelhança com as acusações sombrias que haviam mandado Brissot, Danton e Robespierre para o cadafalso. A Assembleia não pediu mais explicações: o país devia ser salvo dos "abutres": quem poderia fazê-lo melhor que Bonaparte? Um decreto em cinco cláusulas foi imediatamente aprovado por aclamação: o Corpo Legislativo se dirigiria a Saint-Cloud (sob o pretexto do risco de um surto terrorista em Paris); Bonaparte foi nomeado para comandar a 1ª Divisão e convocado apressadamente às Tulherias para prestar juramento. Os inspetores foram buscá-lo em sua própria casa para esse fim.

Lá encontraram uma companhia numerosa (e barulhenta). Na noite anterior, Bonaparte havia convidado pessoalmente vários generais para estarem em sua casa ao amanhecer da manhã seguinte. Eles se encontraram, conversaram, se exaltaram. Homens importantes apareceram: Moreau, Macdonald, Beurnonville, todos muito surpresos por encontrarem tal reunião, depois Lefebvre, depois Bernadotte. Estes acreditavam ter sido convocados para uma conversa particular: encontraram-se no meio de uma reunião de clube militar. Todos foram induzidos a permanecer, até mesmo Lefebvre, que a princípio se recusou, mas acabou se deixando persuadir e levar pela maré; Bernadotte foi o único que escapuliu, e mesmo assim saiu sem romper com seus camaradas: Sieyès deu a Barras um retrato fiel do bearnês com seus belos gestos: *Fals e cortès* (falso e cortês) o chamavam em seu Béarn natal; ele reservou sua decisão e retirou-se, com um ar nobre, para aguardar os acontecimentos na casa de seu cunhado, Joseph Bonaparte — um álibi equivalente a uma adesão parcial.

Mais de sessenta generais estavam presentes quando os "Inspetores" do Conselho dos Anciãos fizeram sua entrada. Os recém-chegados apresentaram seu pedido; Bonaparte o concedeu. E, de repente, o portão do jardim, cheio do zumbido e do murmúrio dos generais reunidos, foi visto se abrir. O conquistador de Rívoli apareceu, pálido como a morte, sob o agora famoso chapéu preto e vestido em seu uniforme bordado. Houve uma tempestade de aplausos; ele se dirigiu aos seus "bravos camaradas de armas": eles o ajudariam a salvar a República! As mãos voaram para os cabos das espadas. Para quê? A lei e a glória estavam prontas para marchar de mãos dadas: juntas, prestariam juramento no Conselho dos Anciãos. Então, escoltada pelos dragões de Murat, aquela procissão extraordinária que passaria — quão simbólicas são as palavras — da Rue de la Victoire para a Place de la Concorde, pôs-se a caminho.

Aplausos a saudaram por todo o caminho! Oito anos — não! oito séculos! — de feitos gloriosos moviam-se naquela grande companhia de heróis, do frio Moreau ao impetuoso Murat. Quando Ouvrard, o rei da Bolsa, olhando de suas janelas no Boulevard des Capucines, a viu passar, escreveu uma palavra a seus corretores: "Comprem!". E isso, novamente, foi uma aclamação à qual todo historiador deveria dar ouvidos.

A procissão chegou ao portão das Tulherias: ele se abriu, não forçado, como fora em Fructidor, mas com o movimento majestoso que acolhe um convidado esperado. Em meio aos aplausos de toda a Assembleia, aquele convidado passou para o "Senado". Ao entrar, a multidão ergueu um grande grito: "Viva o Libertador!".

A notícia do decreto inesperado dos Anciãos chegou ao Luxemburgo às sete horas da manhã. Foi uma surpresa para Barras. "Eu me enganei por quarenta e oito horas quanto ao momento da explosão", diz ele. Mas ele ainda se acreditava o "velho amigo" do General: achou prudente ganhar tempo e, para criar um álibi para si mesmo, entrou em seu banho e trancou todas as portas. Isso seria uma defesa contra qualquer chamado de seus colegas Diretores.

Sieyès não foi encontrado: ele estava no jardim, onde, nos últimos dias, vinha praticando equitação ao amanhecer: pois este ex-Vigário-Geral tinha o coração posto em fazer uma boa figura ao lado do General, mesmo que o golpe de Estado fosse realizado de botas e esporas. Ouvindo o que acontecera, dirigiu-se às Tulherias, ainda a cavalo e acompanhado por dois oficiais.

Gohier, o Presidente do Diretório, tentou reunir os Diretores. Mas Ducos também estava recolhido. Nenhuma decisão válida poderia ser tomada, a menos que três membros estivessem presentes, e Barras mandara dizer que estava em seu toucador e não poderia vir por mais uma hora: tudo o que ele fez foi enviar Bottot, seu secretário, às Tulherias. Gohier e Moulin estavam sentados juntos, derramando rios de lamentações, quando Fouché apareceu com um falso ar de melancólico espanto: tomando-o por um traidor ou um tolo, eles o receberam muito mal. Esse tratamento hostil convenceu imediatamente o Ministro da necessidade urgente de se livrar de ambos os homens antes que vinte e quatro horas se passassem. No entanto, ele provavelmente encontrou tempo para insinuar que a única coisa a ser feita era se livrar de Barras (*débarrasser le Directoire*). E Gohier e Moulin, nutrindo essa última esperança, dirigiram-se às Tulherias para descobrir o que estava acontecendo. Para as Tulherias, todos agora convergiam, como acontece em um certo ponto de todos os dramas bem construídos.

A grande cena acabara de ser representada. Deve-se admitir que o ator principal não brilhou: Bonaparte estava sempre nervoso e hesitante na tribuna. Ele balbuciou seus votos de fidelidade; prestou juramento, e a sessão foi encerrada. Os Quinhentos, do outro lado do rio, eram obrigados pela Constituição a fazer o mesmo, sem qualquer tipo de discussão. Às onze horas, Bonaparte saiu das Tulherias muito contrariado por ter falado tão mal, e pensando, como geralmente acontece, no que deveria ter dito. De repente, ele avistou Bottot, o homem de confiança de Barras, tentando falar com ele. O General decidiu que este Bottot seria a encarnação do Diretório: cavalcando em sua direção, ele derramou uma diatribe feroz contra todo o sistema, na pessoa deste subordinado: "O Exército uniu forças comigo", gritou ele em voz alta, "e eu uni forças com o Corpo Legislativo". Aplausos ecoaram da multidão. "O que vocês fizeram com esta França, tão brilhante quando a deixei aos seus cuidados? Eu os deixei em paz, volto e encontro a guerra! Eu os deixei vitoriosos, volto e encontro reveses! Eu lhes deixei os milhões da Itália, encontro leis de espoliação e miséria por toda parte... O que vocês fizeram com os 100.000 franceses que eram meus amigos, meus camaradas de glória? Eles estão mortos! Este estado de coisas não pode continuar: antes que três anos se passassem, nos teria levado ao despotismo! Mas estamos determinados a ter uma República fundada na base da igualdade e da moralidade, da liberdade civil e da tolerância política. Sob um bom governo, cada homem individual esquecerá a facção da qual foi feito membro, e será livre para ser um francês... A julgar por alguns facciosos, pareceria que nós, que fortalecemos a República com nossos trabalhos e nossa coragem, em breve seremos considerados seus inimigos; não queremos homens mais patriotas do que os bravos que foram mutilados a serviço da República!" Os aplausos dos espectadores pontuavam cada frase.

Então Bonaparte se afastou do miserável Bottot, atravessou a praça em seu cavalo negro, cavalcou ao longo da frente das tropas, soltando uma frase descontroladamente aplaudida aqui e ali enquanto passava, e assim voltou para a Rue de la Victoire, acreditando que a batalha estava ganha.

Ganha estava, até certo ponto: o Diretório estava afundando. As renúncias espontâneas de Sieyès e Ducos não teriam sido suficientes para isso. Barras precisava se decidir a sair também. Talleyrand chegou, trazendo o rascunho de uma carta digna, na qual Barras desejava renunciar alegando necessidade de descanso; faltava apenas a assinatura: o infeliz Diretor, dizem-nos, lançou um olhar para a multidão que aplaudia as tropas na Rue de Tournon e escreveu seu nome. Madame Tallien, entrando naquele momento, suplicou-lhe sinceramente que fosse "digno de si mesmo" (a expressão provoca um sorriso); mas ele cedera completamente: a resistência teria sido inútil e absurda. Assim, os dois se separaram: eles tinham sido a própria encarnação de um sistema que se apodrecera, como as coisas mofadas costumam fazer. Ela voltou para sua "casinha", de onde logo sairia novamente, Princesa de Chimay, de fato, mas separada para sempre da vida pública. Ele, alguns minutos depois, deixou o Luxemburgo para Grosbois com cem dragões cavalcando ao redor de sua carruagem. Assim, o Visconde Paul de Barras, o homem de Termidor, de Vendemiário, de Fructidor, "saiu furtivamente da história".

Gohier e Moulin se recusaram a renunciar: seu poder se fora, de fato; mas pensou-se que seria bom dar-lhes um carcereiro ilustre no Luxemburgo; a posição, um fato estranho, foi aceita por Moreau.

Com quem estava o poder agora? Nas mãos de Bonaparte, que comandava as forças armadas. O golpe de Estado, então, foi considerado um fato consumado: houve uma alta imediata no preço dos títulos do governo. A mente do General estava tranquila. Sieyès, apegado às tradições do Diretório, teria gostado de ver quarenta deputados indisciplinados presos: o General se recusou a fazê-lo e enviou Salicetti para acalmá-los. Mas eles se recusaram a ser acalmados; eles fizeram uma consulta e se prepararam para levantar Bernadotte contra Bonaparte, se necessário. A chuva caía sobre Paris, e havia uma certa agitação.

Na manhã do dia 19, o tempo havia melhorado e todos partiram para Saint-Cloud. O que seria feito lá? Curiosamente, não havia acordo sobre esse ponto. Muitas vezes, a Revolução Francesa foi impulsionada por uma espécie de *Fatum*. Bonaparte não sabia mais o que ia fazer no 19 de Brumário do que os homens que tomaram a Bastilha sabiam na manhã de 14 de julho, os deputados que derrubaram o trono na manhã de 10 de agosto, ou aqueles que estabeleceram a República em 21 de setembro.

As duas Assembleias deveriam ter sido reunidas sob o mesmo teto, seus debates deveriam ter ocorrido antes do meio-dia, e elas deveriam ter sido induzidas a saudar o triunvirato — no qual Bonaparte e Sieyès desempenhariam os papéis de César e Pompeu, enquanto Ducos assumiria o papel ingrato de Crasso — com aplausos. Tudo teria terminado, então, em uma tempestade de vivas. Mas os Anciãos haviam tomado posse da esplêndida Galeria de Apolo, e o único aposento que restava para os Quinhentos era a Orangerie, alcançada por uma escadaria estreita e elevada apenas um pouco acima do nível do solo (as janelas se abriam a poucos pés dos canteiros de flores). Esta sala teve que ser preparada, e assim tempo foi perdido. Os Anciãos e os Quinhentos se misturaram no Terraço e conversaram: a história da "conspiração" anunciada no dia anterior não se saiu bem dessa troca de opiniões: começou a parecer um mito.

À uma hora, quando as salas estavam prontas e os deputados entraram, havia confusão entre os Anciãos e, nos Quinhentos, um partido inteiro estava decidido a resistir.

Todos que tinham alguma ligação com a política haviam se reunido em Saint-Cloud. Bonaparte cavalaria por Auteuil. Ele se juntou a Ducos e Sieyès nas salas de recepção do primeiro andar: tremendo com a febre de sua excitação, ele tentava se aquecer diante da lareira que fora acesa às pressas.

Enquanto isso, os deputados, envoltos em suas togas vermelhas, discutiam os assuntos. Lucien Bonaparte, que fora Presidente dos Quinhentos por uma semana, assumira a cadeira, e Gaudin propusera a nomeação de uma Comissão de Inquérito sobre os perigos que ameaçavam a República. Zombarias vieram da Extrema Esquerda: "Abaixo os ditadores!", gritou alguém. Os "Brumarianos" ficaram desconcertados. Para ganhar tempo (mas por quê?), os dois partidos concordaram com uma proposta absurda: cada deputado iria à tribuna e lá renovaria seu juramento de fidelidade à Constituição.

Os Anciãos também começaram a hesitar; eles enviaram uma mensagem ao Diretório; Lagarde, o secretário, respondeu que o Diretório havia deixado de existir. Então Bonaparte apareceu, fez um discurso pobre, desajeitado e quase incoerente. Ele se defendeu, um tanto sem jeito, contra a acusação de ser um "Cromwell", e deixou a presença deste Senado letárgico, ele próprio levado ao mais alto grau de excitação nervosa.

Ele percebeu que aqueles velhos não fariam mais nada. Ele precisava forçar a mão da sorte e arriscar o sucesso. Ele fez exatamente o que fizera em Arcole: mandou chamar alguns dos granadeiros do Corpo Legislativo e os levou para a Orangerie.

No limiar, ele parou, esmagado pela tempestade inesperada que sua aparição provocara. Gritos selvagens se ergueram ao seu redor: "Abaixo o ditador! Abaixo o tirano! Fora da lei!", e em um instante, os homens da Montanha estavam sobre ele. Ele era um homem pequeno, sua força mais nervosa do que muscular; ele estava quase sufocado; um sujeito gigantesco chamado Destrem o atingiu com o punho. Cercado pelas togas vermelhas, vergonhosamente empurrado e golpeado, ele quase perdeu a consciência. Os granadeiros o resgataram e o levaram embora, enquanto uma vintena de deputados gritava "Fora da lei!" enquanto eles saíam.

Lucien havia perdido todo o poder sobre os membros; ele foi atacado em sua cadeira presidencial, desceu para a tribuna e se agarrou a ela, apesar de todos os esforços para arrancá-lo de lá, para que pudesse defender seu irmão. Mas sua voz foi abafada. Já os membros tímidos, estimulados por seus próprios medos, estavam se juntando ao grito de seus camaradas violentos: os gritos de "Fora da lei!" pareciam ficar mais fortes. Esse fora o grito em Termidor, e levava Robespierre ao cadafalso.

Bonaparte, a princípio convulsionado pela agitação, recuperara-se um pouco no salão, onde conselhos de vigor estavam sendo trocados de todos os lados. Como que por instinto, as tropas nos pátios haviam se concentrado; mas o Exército de Paris estava na segunda linha, e os granadeiros do Corpo Legislativo, os verdadeiros árbitros da situação, estavam entre ele e a Orangerie.

"Meu cavalo!", gritou o General. Ele estava terrível de se ver; seu rosto pálido estava manchado de vermelho; essas manchas eram sangue. Por vários dias ele vinha sofrendo de febre; seu rosto naquela manhã estava coberto por uma erupção febril e, em seu frenesi de impaciência, ele havia arranhado

as pústulas com as unhas. O sangue deu cor à história de que os deputados o haviam atacado e ferido "com punhais": as tropas ficaram enfurecidas com o pensamento de que esses advogados haviam ousado levantar as mãos contra o vencedor de Arcole.

"Soldados! Posso contar com vocês?..." "Sim! Sim!", e maldições rudes contra os deputados irromperam das fileiras. "Vou colocá-los na linha", gritou o General. Os dragões tremiam de impaciência, mas os granadeiros do Corpo Legislativo hesitaram. Disseram-lhes, de fato, que a Assembleia estava oprimida por um bando de assassinos e só desejava ser libertada; mas que prova tinham de que isso era verdade?

De repente, um grande grito se ergueu: Lucien Bonaparte, Presidente dos Quinhentos, acabara de aparecer em cena.

Por pura determinação (ele foi o único homem daquele dia), ele conseguiu escapar, com a ajuda de alguns soldados, e agora trazia a vitória consigo. Ele parecia a encarnação da Assembleia que presidia, e foi em nome daquela Assembleia que ele pareceu falar, quando, sentado a cavalo ao lado de seu irmão, ele pediu a ajuda dos granadeiros dos Conselhos: "O Presidente do Conselho dos Quinhentos lhes assegura que a imensa maioria daquele Conselho vive em terror, no momento, de alguns membros armados com punhais, que estão sitiando a tribuna, ameaçando seus colegas de morte e forçando-os a tomar decisões do tipo mais terrível. Eu lhes declaro que esses audaciosos bandidos, pagos, sem dúvida, pela Inglaterra (isso era bem ao estilo de Robespierre) se rebelaram contra o Conselho dos Anciãos e ousaram falar em declarar fora da lei o General encarregado da execução de seu decreto. Eu lhes declaro que esses poucos homens facciosos, por seus ataques à liberdade do Conselho, se colocaram fora do amparo da lei... Confio o dever de restaurar a liberdade da maioria de seus representantes aos nossos guerreiros! Generais, soldados, cidadãos todos, vocês só reconhecerão como legisladores na França os homens que agora se reunirão ao meu redor. Quanto àqueles que persistirem em permanecer na Orangerie, que sejam expulsos pela força! Estes bandidos não representam o povo, eles representam o punhal!". E como se quisesse varrer a última dúvida abrigada pelos soldados republicanos, cuja ação sua própria presença parecia autorizar, ele desembainhou a espada do General, virou sua ponta contra o peito de seu irmão e, com um gesto digno de um personagem de uma das peças de Marie-Joseph Chénier, jurou perfurar aquele peito se algum dia o coração de um tirano batesse dentro dele!

Houve um grande grito. A mente dos granadeiros estava decidida: eles deviam "libertar os bons representantes dos bandidos que os oprimiam". Os oficiais desembainharam suas espadas: e então, sobre os gritos tumultuosos, outro som se ergueu, abafado, rítmico: os tambores haviam começado a rufar a carga. As tropas formaram em coluna com baionetas caladas; à sua frente marchava o audacioso Joachim Murat: ele se moveu direto para a escadaria que levava à Orangerie. A multidão aplaudiu descontroladamente: "Bravo! Abaixo os Jacobinos! O Rubicão! Abaixo 93! Abaixo 93!". As palavras expressavam todo o ódio, por tanto tempo suprimido, que fervilhava por seis anos inteiros. Bonaparte se beneficiaria disso: a população teria gostado de derrubar Robespierre mais uma vez.

Dentro da Orangerie, a confusão reinava suprema: os deputados se agitavam de um lado para o outro. O rufar dos tambores, fraco no início, tornou-se desesperadamente alto. Espectadores, primeiro, e depois deputados, começaram a saltar pelas janelas baixas. A porta se abriu violentamente: Murat e seus homens avançaram para a tribuna e tomaram posse dela. Os granadeiros passaram pelo longo salão: "Cidadãos!", gritavam, "vocês estão dissolvidos!". O grito foi ecoado por um oficial da cadeira presidencial. Murat gritou que "eles deviam ser expulsos". As baionetas brilhavam na penumbra. Então mais janelas foram abertas à força: e as togas vermelhas fugiram para a escuridão de novembro: no dia seguinte, suas vestes púrpuras abandonadas foram descobertas penduradas nos matagais da Floresta de Saint-Germain e dos bosques de Meudon. Alguns dos deputados correram até os portões de Paris, que haviam sido fechados por ordem de Fouché.

Uma precaução vazia, se se destinava a impedir uma insurreição. Dois meses antes daquela data, os operários do "Bairro da Glória", os velhos soldados que haviam servido sob Desmoulins, Danton, Santerre e Hanriot, haviam dito: "Deixem que façam o que quiserem, os Bairros não terão mais nada a dizer sobre isso!". Isso foi um pouco menos de dez anos e quatro meses desde o dia em que o Bairro, ouvindo que Necker fora demitido em Versalhes, se lançou sobre a Bastilha. No 19 de Brumário do Ano VIII da República, aquele mesmo Bairro, ouvindo que os deputados recalcitrantes haviam sido jogados pela janela, aplaudiria a ação: "Trapalhões que caíram como as cascatas de Saint-Cloud!", diziam eles nas tabernas.

Ao cair da noite, naquele mesmo dia 19, um novo governo estava sendo estabelecido. Os Anciãos haviam nomeado uma Comissão de Cinco, e esta propusera e aprovara um voto em favor da promoção de Bonaparte, Sieyès e Roger-Ducos a um "Consulado Temporário", o adiamento de ambos os Conselhos até o 1º de Nivoso, e "em consideração à retirada dos Quinhentos" (a expressão era cômica) a criação de duas Comissões Legislativas. Então, enquanto os vitoriosos jantavam alegremente juntos, tentou-se reconstituir os Conselhos para que pudessem conferir alguma aparência de confirmação legal a essas decisões.

Vários deputados, com ou sem togas, foram apanhados em tavernas, em carruagens de aluguel e no parque de Saint-Cloud: foram trazidos de volta para as salas mal iluminadas. Discursos foram proferidos por Cabanis e Boulay. Boulay fez uma observação feliz: "Desejamos nacionalizar a República".

Às duas horas da manhã, os três Cônsules foram solicitados a prestar juramento — a quem ou a quê, ninguém parecia muito certo. As salas estavam apinhadas de pessoas que haviam corrido de Paris: a assembleia aplaudia e gritava quando os tambores rufaram a saudação e os três Cônsules apareceram. Eles prestaram juramento e partiram em meio a mais gritos de "Viva a República!".

Às seis horas, todos estavam de volta a Paris. Os granadeiros do Corpo Legislativo marcharam de volta para seus quartéis nos Barracões Capuchinhos cantando o "Ça ira". Com toda a boa fé, eles acreditavam ter salvo a República e a Revolução.

O EPÍLOGO

Eles tinham salvo a Revolução. À luz das muitas obras sobre a História da Revolução publicadas nos últimos trinta anos, as palavras são uma verdade incontestável. Segundo os historiadores da época anterior, a História da Revolução terminou na noite do 19 de Brumário. Mas nenhum historiador de nossos tempos admitiria a verdade de tal concepção. A Revolução, naquela noite do 19 de Brumário, simplesmente entrou em uma nova fase. Homens como Sorel, Aulard e Vandal nos dizem que, na opinião do povo francês, apenas uma mudança sobreveio entre o crepúsculo do 19 de Brumário e a alvorada do dia 20: a Revolução, seus princípios, suas conquistas, até então tão mal defendidas, foram fortalecidas e permanentemente adquiridas. Aos olhos da França, o evento não foi nem uma retrogradação, nem mesmo uma parada. E, até certo ponto, a visão do país era uma visão verdadeira.

A própria República não parecia ameaçada, parecia antes renovada. De fato, ela estava condenada. César, o produto inevitável (explicamos como e por quê) de excessos, erros e crimes passados, em breve tomaria posse do Estado e acabaria com a República por completo. Mas a República, como sabemos, nunca, em nenhum momento, nem em nenhum grau, fora desejada pela grande maioria dos homens, em todos os degraus da escada social, que haviam provocado a Revolução.

A Revolução de 1789 fora obra da Nação. O "progresso do conhecimento" abriu os olhos das classes altas para os abusos da desigualdade. O excesso do sofrimento público levava as classes populares à rebelião. Sua firme resolução de abolir o sistema feudal incitara os camponeses à revolta. A anarquia evidente no governo do Rei despertara um desejo geral por uma Constituição, mas pela palavra Constituição, nove décimos da nação francesa não entendiam nada mais do que uma carta que reorganizasse o Estado. Igualdade em matéria de justiça e tributação — a abolição do sistema feudal — um sistema de governo metódico e ordenado — era isso que os franceses de janeiro de 1789 procuravam obter.

Em agosto daquele ano, quase todas essas coisas haviam sido asseguradas, e no dia 5 daquele mês, os apoiadores da Revolução, com muitas demonstrações de afeto mútuo, a declararam encerrada. Para a massa da população rural, especialmente, este era o caso.

Mas nenhuma revolução pode ocorrer sem agitar redemoinhos espessos de elementos turvos. Estes existem em toda nação e em toda época. Acima, temos os políticos ambiciosos, abaixo, a grande companhia de marginais, sociais e morais, e entre essas duas categorias, todos aqueles que pescam em águas turvas. Desde o início, estes estiveram ocupados. Em 14 de julho de 1789, um jovem jornalista lançou uma multidão vinda do Faubourg Saint-Antoine, e contendo uma forte mistura de ladrões e assaltantes, sobre a Bastilha: a fortaleza foi tomada, seus defensores, soldados fiéis do Rei, foram assassinados, e Flesselles, o Preboste, foi assassinado também. Estes crimes pareciam ser universalmente aprovados. A partir daquele momento, a insurreição foi uma coisa aceita, e em breve se tornou uma doença crônica.

Todo um partido encontrou sua vantagem aqui: os homens ambiciosos e os oradores da Assembleia, que expunham as mais nobres ideias, com intenções ocasionalmente muito menos nobres. A Revolução social e política de 1789 fora realizada tão rapidamente que o tempo não lhes permitira subir ao poder com ela, então eles se dedicaram a uma Revolução mais abrangente, que lhes garantiria tempo para atingir seus fins. Devia haver uma renovação geral, o passado devia ser completamente apagado, uma nova e imortal comunidade devia ser construída. Muitos eram os franceses, bem contentes com os resultados já adquiridos, que toleravam esses políticos, embora não os seguissem.

Eles os toleravam porque os consideravam os defensores das conquistas feitas no decorrer do verão de 1789, e acreditavam que essas conquistas estavam em perigo. Os homens inquietos, os homens que estavam promovendo suas próprias fortunas, os tribunos, os líderes da Assembleia e da multidão, encontraram seus aliados mais valiosos na Corte de Versalhes e nas classes anteriormente privilegiadas. Havia uma divisão nestas últimas, e na própria Corte. Eles poderiam ter feito uma de duas coisas, organizado uma resistência aberta, ou se colocado à frente do movimento. Às vezes, eles pareciam adotar uma linha e, depois, novamente, seguir a outra. Em seu desejo de provar sua simpatia com as novas ideias, padres, nobres e alguns dos ministros do Rei, às vezes iam ainda mais longe que os democratas. Mas havia outros que não compreendiam o fato de que chegara a hora em que sacrifícios voluntários deviam ser feitos. E, como resultado dessa divisão, a resistência dessas classes, conforme uma visão ou outra prevalecia, era intermitente, impolítica e, ocasionalmente, dissimulada.

Essa resistência alarmou aqueles franceses que não desejavam nada além de certas reformas em 1789, mas estavam resolvidos a não perder o que haviam então conquistado; o comportamento de certos príncipes, estimulados por certos nobres, parecia justificar as afirmações feitas pelos líderes do movimento por uma Revolução total, no sentido de que "a Corte" estava apenas esperando sua oportunidade para retomar tudo o que havia dado, e que em breve os direitos feudais, o dízimo, o imposto sobre o sal, a *taille* e todos os males recentemente abolidos recairiam novamente sobre o povo.

O que a Nação precisava era de um rei muito grande à sua frente. A Revolução encontrou o trono ocupado por um homem generoso, piedoso e de mentalidade liberal, de forma alguma o tolo que comumente se supõe que ele fosse, mas certamente bastante incapaz de lidar com circunstâncias da mais esmagadora dificuldade. Entre sua esposa, seus irmãos, seus ministros, seus cortesãos, a Assembleia e o povo, para todos os quais ele olhava com bondade, ele nunca conseguiu se decidir por uma decisão. Sinceramente determinado a ser um "monarca constitucional", ele acreditava que "um rei de bom coração" era a mesma coisa, e isso deixou os oponentes da Revolução com a esperança de uma súbita mudança de posição.

Quando, finalmente, o monarca em dificuldades desejou resistir aos seus agressores, ele sentiu uma arma que sempre deve ser a *ultima ratio* dos reis, e até mesmo das repúblicas, desmoronar em suas mãos: o exército. Esta dissolução do exército foi um dos eventos mais importantes da época. Uma vez que isso aconteceu, o que o Rei poderia fazer? Ele parecia resignar-se ao seu destino.

Enquanto isso, os líderes da Revolução integral estavam varrendo a Assembleia, embriagada como estava de idealismo, para reformas do tipo mais formidável. Com a maior imprudência, tudo foi derrubado: uma estranha Constituição — um monumento de fantasia utópica sem nenhum elemento de durabilidade — foi estabelecida, e uma esplêndida Declaração prometia tudo o que a Constituição não continha, e assim condenava a Revolução a continuar para sempre. Mesmo isso, talvez, o Rei pudesse ter aceitado, se os deputados, levados por sua mania de reforma, impelidos também por ódios muito mais

antigos que eles mesmos, e estimulados pela necessidade financeira, não tivessem voltado sua atenção para a antiga igreja do país — mais antiga até que o trono — e, com o objetivo, em primeiro lugar, de extrair dinheiro dela, se pusessem a reformá-la também. Os bens da Igreja foram declarados propriedade da Nação, foram postos à venda e tornados a base de um papel-moeda. Quando a Igreja protestou contra essa injustiça, tentou-se regenerá-la por meio da Constituição Civil do Clero. Este foi um erro imenso por parte da Assembleia. Quando ela tentou, em sua simplicidade, reorganizar a hierarquia eclesiástica para sua própria conveniência, o Clero se defendeu, e a dissensão religiosa, dez vezes mais inextinguível que as querelas civis, irrompeu imediatamente.

O Rei era um católico muito piedoso: ele havia perdoado tudo à Revolução, até mesmo a humilhação do trono: ele nunca a perdoou por tê-lo forçado a sancionar a Constituição Civil do Clero. Isso o jogou nos braços do partido contrarrevolucionário, que o persuadiu a fugir. Ele foi pego e trazido de volta, em meio à indignação de seu povo, e a partir daquele dia a monarquia, que até então escapara de ataques, começou a tremer.

Enquanto isso, um duplo movimento ocorria no país. A Revolução havia ferido, porque ignorara, mil interesses e sentimentos. Na opinião de muitos, ela fora rápida demais; o comércio sofrera e, consequentemente, a indústria, e muitos pequenos ofícios também foram prejudicados. A pobreza das classes mais baixas estava se tornando terrível. Em 1791, a Revolução ultrapassara seu objetivo e caíra em desgraça com todos os que haviam sido afetados por ela, e com praticamente metade daqueles que a haviam provocado. Por outro lado, um certo setor de adeptos se juntara à sua bandeira — os compradores de propriedades nacionais. Em 1790-1791, uma nova classe de proprietários surgira: em 1792, essa classe já tinha uma existência reconhecida. E agora, sempre que a Revolução era atacada, todo um exército de proprietários de terras sentia sua posição ameaçada. Esses homens não tinham sentimento revolucionário, mas também se juntaram aos líderes em seus assaltos à Corte, porque a Corte, diziam-lhes, ao trabalhar contra a Revolução, estava trabalhando para destruir sua nova propriedade.

A essa altura, a Corte se esforçava não apenas para conter, mas para reverter a maré da Revolução. E, descobrindo que não tinha apoiadores dentro do país — pois os nobres haviam emigrado, em vez de se formarem em um partido sólido de resistência — a Corte apelou para os interesses comuns a todas as monarquias e pediu ajuda ao estrangeiro.

O estrangeiro deu ouvidos ao pedido, não porque a Europa tivesse algum sentimento de solidariedade monárquica, mas porque esperava aproveitar as dificuldades do reino para invadi-lo e despedaçá-lo. Nem Luís XVI nem os príncipes ausentes teriam admitido isso por um instante; eles teriam se deixado matar antes de entregar uma única cidade fortificada; mas os *émigrés* apareceram nas fileiras dos exércitos estrangeiros, e o bom senso sólido da Nação detectou a intenção da Europa, tão evidente agora, de levar a França à ruína. Uma convivência dessa natureza comprometeu o Rei irremediavelmente aos olhos de seu povo. Seu destino foi selado a partir do momento em que os exércitos alemães começaram a se concentrar na fronteira; e ele caiu no mesmo dia em que a cruzaram.

No mesmo momento, um movimento violento convulsionou o país. Sua independência estava em perigo, e aqueles que atacavam a Revolução estavam atacando o país também. A partir de então, tornou-se evidente que patriotismo era sinônimo de civismo, e civismo de jacobinismo. As pessoas que tinham razões legítimas para não gostar da Revolução não ousavam mais deixar seu descontentamento ser conhecido, pois seriam tomadas por agentes do estrangeiro. Uma "excitação selvagem se espalhou em todas as direções, e uma nova, feroz e horrível crise de febre revolucionária foi o resultado.

Os líderes aproveitaram esta oportunidade para efetuar uma perversão final da natureza da Revolução, e assim se apropriar dela para seus próprios fins. Ela fora realizada em 1789 ao grito de "Viva a liberdade!" e "Viva o Rei!". Esses homens destronaram o Rei, e então, para cortar toda chance de recuo, o enviaram ao cadafalso. Em seguida, usaram a ideia de Salvação Pública, e o perigo do país, como um pretexto para estabelecer uma ditadura jacobina, e a França, que nos últimos três anos vinha sendo lentamente envolvida em uma rede de sociedades jacobinas, foi lançada indefesa aos pés de um Comitê de Salvação Pública que, como a Convenção, sempre seria governado por quem quer que parecesse o homem "mais patriota" daquele momento particular. Finalmente, a Revolução, que se declarava amante da paz, foi tomada por uma intoxicação guerreira. Ela já havia repellido o ataque do inimigo, mas agora sonhava em marchar para países estrangeiros e impor suas próprias teorias pela força das armas. Sendo a França o que era, e é, as paixões que sempre foram tão quentes em seu povo foram enlouquecidas por tais atos. A ideia de que, como a vitória coroara suas armas, a França devia aproveitar para construir uma França maior, conquistando as fronteiras naturais, foi aceita. Isso implicaria uma guerra longa, e o partido terrorista ficou muito satisfeito, pois assim encontrou um pretexto para permanecer no poder, e procedeu a emitir uma declaração solene pela qual a doutrina das fronteiras naturais foi formalmente ligada aos princípios da Revolução.

Em 1793, um grupo comparativamente pequeno de homens tomou posse da França, da Revolução e da República. Agora, três quartos da Nação ansiavam por ver a Revolução terminada, ou pelo menos livre dos homens que a exploravam tão vergonhosamente: mas estes últimos mantinham o infeliz país por uma variedade de meios. Toda vez que ele tentava se levantar, era esmagado novamente. E estes homens desonestos, deve-se dizer, eram industriais e enérgicos, e tinham soldados corajosos à sua disposição.

Como o Terror era indispensável para que sua dominação perdurasse, eles derrubaram qualquer homem que parecesse inclinado, a qualquer momento, a resistir ao Terror, mesmo que ele tivesse sido um dos mais fiéis servos da Revolução. Desta forma, as fileiras dos homens que primeiro iniciaram a ideia de reformas em 1789, de Barnave a Danton, foram dizimadas, e depois deles, as fileiras daqueles que fundaram a República em 1792.

Tudo isso destruiu a própria natureza da Revolução. Ela se desviara completamente e se impôs pela força bruta em sua forma perversa, a todos os que não estavam preparados para reconhecer nesta República manchada de sangue, a sorridente Liberdade que os homens de 1789 pensavam estar trazendo. Então, em todas as classes da sociedade, cresceu um ódio aos novos tiranos. O amor pelas ideias originais da Revolução ainda perdurava; nada na terra teria induzido seus admiradores a abandoná-la; e, além desses princípios intangíveis, surgiram interesses que seus possuidores não tinham intenção de sacrificar: o antigo regime era visto com detestação, o desejo pela manutenção da Liberdade e da Igualdade ainda estava lá, mas era um desejo por Liberdade civil e Igualdade: pela organização do Estado nesta base. Havia um horror enraizado por assembleias de oradores, e clubes políticos, e parlamentos repletos de políticos profissionais, porque suas palavras haviam sido todas escritas com sangue. Havia um desejo, também, de que os interesses criados pela Revolução fossem assegurados, mas isso era sentido como impossível enquanto o Governo vivesse em um frenesi, perpetuamente ameaçado por seus próprios excessos,

e completamente frágil e instável, como todos reconheciam que este Governo era. Finalmente, o país desejava manter a independência nacional, e até reter algumas das conquistas feitas na Europa; mas estava farto da despesa ruinosa de um estado de guerra interminável. Para resumir, ele queria, a partir de 1794, o que queria em 1789, e o que ainda queteria em 1799: ver a França organizada em uma base firme, em consonância com os desejos expressos nos *Memoriais*.

Mas uma oligarquia surgira; acostumara-se ao poder e se recusava a renunciá-lo. Estes jacobinos bem providos não procuravam assegurar o triunfo de um único novo princípio, mas tinham fortes interesses a defender: seu poder, sua riqueza e, acima de tudo, suas próprias cabeças, que eles acreditavam estarem em grande perigo se alguma contrarrevolução fosse realizada. Por esta razão, tendo levado um rei, uma rainha e milhares de cidadãos à morte, em nome da soberania do povo, eles ignoraram brutalmente esta soberania quando a França, depois que o jugo terrorista fora lançado, no 9 de Termidor, tentou levantar sua voz e fazê-la ser ouvida. O país, talvez, teria chamado de volta um rei que estivesse pronto para aceitar as ideias de 1789, na medida em que fossem justas e equitativas, sancionar o novo sistema de propriedade e evitar a guerra civil, prometendo esquecer o passado. Os Bourbons, em sua cegueira irreconciliável, tornaram esta experiência impossível: a Nação — a monarquia de 1789, à qual permanecera ligada durante toda a luta, tendo-lhe falhado — concluiu que seu melhor curso era estabelecer uma República liberal, e mais especialmente um sistema de governo sob o qual a liberdade de consciência, agora tão odiosamente oprimida, seria restaurada.

Mas o primeiro resultado de tal evento teria sido a queda da oligarquia revolucionária. Ela se recusou a ser eliminada. Em 1795, ela se impôs ao país, fez o máximo para abafar sua voz e, falhando, fechou sua boca pela brutalidade pura, em Fructidor do Ano V. A partir de então, todo o sistema foi simplesmente uma ficção hipócrita. O país se afastou dele. Teria gostado de se livrar dos tiranos: apaixonou-se antecipadamente pelo homem que o livraria deles. Estava cansado de frases, de mentiras, de oradores políticos, de incompetentes e de pequenos tiranos. Toda a crença na liberdade estava morta, e homens sérios ficavam aterrorizados ao ver a Nação à deriva, sua força esgotada por tantas crises sucessivas. Não havia mais nada a ser feito: todas as esperanças estavam centradas na chegada de um homem.

O homem apareceu: ele pertencia ao exército, e isso também era inevitável.

Este exército, que Luís XVI não pudera usar, porque estava à beira da dissolução, reconstruíra-se sob o fogo inimigo. Ele travara trinta campanhas, conquistara cem vitórias, conquistara províncias e países inteiros. Era o queridinho da Nação, que ele havia enchido de glória enquanto os tribunos a enganavam com palavras. Sendo o queridinho da Nação, era perigoso; mas, acima de tudo, porque estava cheio de generais de trinta e poucos anos, conscientes dos serviços que haviam prestado ao seu país e resolvidos a não receber ordens de um bando de retóricos.

Entre esses homens, um aparecera que parecia ter sido erguido pelo destino, assim como os antigos tragediógrafos costumavam colocar um deus no final de suas peças. Ele era o resultado, na realidade, de cem eventos, grandes e pequenos. Ele deslumbrou os olhos da Nação, fascinou-a, subjugou-a. A primeira coisa que ela esperava receber de sua mão era uma paz gloriosa: se, tendo-lhe dado isso, este soldado, o verdadeiro filho da Revolução, mantivesse a fé com ela, estabelecesse a liberdade civil e a igualdade em uma base sólida, e assim assegurasse a ruína do sistema feudal de uma vez por todas; se ele dotasse o país daquela organização administrativa racional e metódica que o antigo regime não conseguira conceder, mas que nenhuma das Assembleias da Revolução também lhe dera em qualquer grau, as esperanças de 1789 seriam realizadas. Se ele assegurasse a existência do novo sistema de propriedade, induzindo os proprietários originais — e a Igreja mais especialmente — a reconhecer o fato consumado, ele seria o salvador de interesses importantes e colocaria um bálsamo em muitas consciências. Se ele governasse sem nenhum partido em particular, se recusasse a se cercar exclusivamente de membros da oligarquia revolucionária e se abstivesse de proibir qualquer um dos homens que vinham trabalhando desde 1789 para completar a Revolução, ele salvaria a França de novos contratemplos e realizaria seu terceiro desejo. E, finalmente, se ele forçasse a Europa a curvar a cabeça e aceitar as novas fronteiras, longe de destruir a Revolução, ele teria aperfeiçoado e fortalecido toda aquela parte de seu trabalho que a Nação mais prezava.

Desde que ele fizesse todas essas coisas, o país alegremente se despediria das galerias públicas, das assembleias de tribunos, das Sociedades Populares, dos jornais políticos e até da própria República. Não eram essas as coisas que ele almejava em 1789; eram apenas os crescimentos parasitas que se haviam enroscado na árvore e, parecendo adorná-la, haviam sugado sua seiva e a sufocado.

Inevitavelmente, o excesso em uma direção levou ao excesso em outra: a Nação agora pensava muito levemente na liberdade política salvaguardada por suas instituições parlamentares. Mas este sistema parlamentar nunca recebera realmente uma organização adequada, e a Liberdade, embora seu nome estivesse inscrito em todos os edifícios públicos, nunca encontrara um lugar nas leis da Nação, nem em seus costumes.

Napoleão Bonaparte daria à França tudo o que ela esperava dele. E por essa razão, a Revolução não chegou ao fim naquela noite de 19 de Brumário, pois ela seria agora escrita em Códigos, Concordatas e Tratados.

O vulcão expelira sua lava. Carregada de metais preciosos e escórias horrendas, ela rolara pelas encostas da montanha e, lentamente, esfriara. Há pouco tempo, ela estava devastando tudo: agora, transformada em um granito do mais esplêndido tipo, serviria como material para a construção de uma nova comunidade. O Império Francês (e o regime moderno por cem anos depois dele) foi construído com aquela pedra poderosa formada da lava que Mirabeau soltou no inverno de 1789, a lava que Bonaparte subjugou no outono de 1799.